

ATAS DOS ENCONTROS DA PRIMAVERA 2020

OMNI TEMPORE



FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

(Página deixada propositadamente em branco)



Na capa, pormenor de *Clio* no *Mosaico/Painel das Musas*, datado do século IV d. C., e encontrado na Vila Lusitano-Romana de Torre de Palma, no Alentejo, utilizado sob licença do MNA – Museu Nacional de Arqueologia. Dimensões 240 x 135 cm Materiais: Tesselas em calcário, mármore policromos e vidro de várias cores. Fotógrafo: José Pessoa.

(Página deixada propositadamente em branco)

OMNI TEMPORE
Atas dos Encontros da Primavera 2020

(Página deixada propositadamente em branco)

Ficha Técnica

Título: Omni Tempore – Atas dos Encontros da Primavera 2020.

Organização: Ana Rita Gomes;

António Santos Leite;

Eduardo Gonçalves Almeida;

Mariana Raquel Faria da Silva.

Omni Tempore: Vol. 6.

Local de Edição: Porto.

Edição: Biblioteca Digital- Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

Data de Edição: Setembro de 2021.

Capa: Comissão Editorial, com gravura cedida pelo Museu Nacional de Arqueologia.

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-8969-96-5/omni6>

ISBN: 978-989-8969-96-5.

URL: <https://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id03id1546id2900&sum=sim>

Contato: encontrosprimavera@letras.up.pt

Website: www.omnitempore.wordpress.com

Esta publicação está alojada na Biblioteca Digital da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e disponível no catálogo da Biblioteca Central da FLUP (em papel).

A publicação está indexada na base de dados Crossref.

A referenciação bibliográfica segue o modelo da Norma Portuguesa n.º 405.

Todos os artigos publicados foram submetidos a arbitragem científica independente e aprovados pela maioria dos revisores científicos.

Comissão Científica

Amélia Polónia, CITCEM - FLUP, Universidade do Porto.

Conceição Meireles Pereira, CITCEM - FLUP, Universidade do Porto.

Gaspar Martins Pereira, CITCEM - FLUP, Universidade do Porto.

Inês Amorim, CITCEM - FLUP, Universidade do Porto.

Luís Carlos Amaral, CITCEM - FLUP, Universidade do Porto;

Luís Miguel Duarte, CITCEM - FLUP, CEPESE, Universidade do Porto.

Revisores

Ana Maria Rodrigues, CH-UL, Universidade de Lisboa; CEHR – Universidade Católica; IRCVM - Universitat de Barcelona.

Ana Monteiro Sousa, FLUP, CITTA - FEUP, ISPUP, Universidade do Porto; CEGOT - Universidade de Coimbra e Universidade do Porto.

Ana Rodrigues Oliveira, IEM - FCSH, Universidade NOVA de Lisboa.

Ana Sofia Ferreira, IHC - FCSH, Universidade NOVA de Lisboa.

Ana Sofia Ribeiro, CIDEHUS - Universidade de Évora.

António Barros Cardoso, CITCEM - FLUP, CEPESSE, Universidade do Porto.

Bruno Madeira, CITCEM - FLUP, Universidade do Porto.

Carla Sequeira, CITCEM - FLUP, Universidade do Porto.

Catarina Barreira, IEM - FCSH, Universidade NOVA de Lisboa.

Clara Barros Greenfield, CITCEM - FLUP, Universidade do Porto.

Cristina Joanaz de Melo, IHC - FCSH, Universidade NOVA de Lisboa.

Esperança Carneira, CLUL - FLUL, Universidade de Lisboa.

Filipa Ribeiro da Silva, International Institute of Social History-IISG - Royal Netherlands Academy of Arts and Sciences.

Filipe Alves Moreira, CITCEM, Instituto de Filosofia - FLUP, Universidade do Porto.

Gladis Massini-Cagliari, FCL, Universidade Estadual Paulista.

Helena Madureira, FLUP, Universidade do Porto; CEGOT - Universidade de Coimbra e Universidade do Porto.

Helena Sant’Ovaia, ICT – Instituto das Ciências da Terra, FCUP, Universidade do Porto.

Isabel de Pina Baleiras, CH - FLUL, Universidade de Lisboa; IEM - FCSH, Universidade NOVA de Lisboa.

Isilda Monteiro, ESEPF - Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti; CITCEM - FLUP, CEPESSE, Universidade do Porto.

João Luís Inglês Fontes, IEM - FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; CEHR – Universidade Católica Portuguesa.

Jorge Fernandes Alves, CITCEM - FLUP, Universidade do Porto;

Jorun Poettering, Universität Hamburg, Alemanha.

José Augusto Pizarro, FLUP, CEPES, Universidade do Porto.

José Meirinhos, Instituto de Filosofia - FLUP, MEMP, Universidade do Porto.

Leonardo Lennertz Marcotulio, FL-UFRJ, LabEFil, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Luís Filipe Simões Dias de Oliveira, FCHS - UAAlg, Universidade do Algarve; IEM - FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; CEAACP, Universidade de Coimbra.

Luís Leal, CEHR – Universidade Católica Portuguesa.

Maria Antonieta Cruz, CITCEM - FLUP, Universidade do Porto.

Maria de Lurdes Rosa, IEM - FCSH, Universidade NOVA de Lisboa.

Maria do Rosário Ferreira, FLUC, Universidade de Coimbra; Instituto de Filosofia - FLUP, Universidade do Porto.

Maria Filomena Andrade, CEHR – Universidade Católica; IEM - FCSH, Universidade NOVA de Lisboa.

Nicole Devy-Vareta, FLUP, Universidade do Porto; CEGOT - Universidade de Coimbra e Universidade do Porto.

Paulo Guimarães, DHIS - Universidade de Évora; CICP, Universidade do Minho.

Pedro Tavares Almeida, IPRI - FCSH, Universidade NOVA de Lisboa.

Rosa Capelão, CITCEM - FLUP, Universidade do Porto.

Teresa Nunes, CH - FLUL, Universidade de Lisboa.

Comissão Editorial

Ana Rita Gomes;

António Santos Leite;

Eduardo Gonçalves Almeida;

Mariana Raquel Faria da Silva.

(Página deixada propositadamente em branco)

Sumário

Ficha Técnica	7
Editorial	13
<i>Época Medieval</i>	17-176
Acerca das Formas de Tratamento: cortesia e intimidade nas Crónicas de Fernão Lopes	19
António Santos Leite	
Uma Trilogia do Poder. <i>Crónica de D. Afonso V, Painéis de São Vicente de Fora e Tapeçarias de Pastrana</i>	53
Carlota Bellino Vieira de Castro	
Sagrado e Profano nas Cantigas de Afonso X e D. Dinis	83
Domingos Manuel Santos Tavares Campos	
Barregã e Manceba: Dois Estatutos Diferentes? As Cartas de Perdão na Chancelaria de D. João II	115
Márcia dos Santos Coutinho	
As mulheres que acompanharam as rainhas de Portugal. Os séquitos femininos de Leonor Teles, Filipa de Lencastre e Leonor de Aragão (1371-1445)	143
Mariana Raquel Faria da Silva	
<i>Época Moderna</i>	177-262
Norma e Desvio em Comunidades de Antigo Regime	179
Bruno Filipe Gonçalves de Almeida	
Os ritos tridentinos na construção do Absolutismo: a importância de Luís XIV	207
Eduardo Gonçalves Almeida	
Os que ficam: comunidade portuguesa em Antuérpia, 1596 – 1606	241
Maria Amélia Oliveira	

<i>Época Contemporânea</i>	263-391
O republicanismo em Espinho entre o final da Monarquia e a instauração da República (1908-1910)	265
Ana Rita Gomes	
O Instituto Geofísico da Universidade do Porto no contexto da Guerra Fria (1960-1963)	293
Inês Monteiro	
A Revolução Cubana na imprensa comunista portuguesa (1959-1964)	315
João Vítor Mendes Freitas	
As Eleições de 1899 a 1901 no Porto: a votação no Partido Republicano Português — dos <i>deputados da peste à ignóbil porcaria</i>	333
José Pedro Oliveira Pinto	
Eleições legislativas no Porto (1895 e agosto de 1906)	365
Tiago Reis	

Editorial

A Omni Tempore é uma publicação de periodicidade anual no âmbito da História, e é organizada por alguns dos finalistas da Licenciatura em História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que nos últimos dois semestres letivos têm a oportunidade de realizar o seu primeiro grande esforço de investigação na área em que se estão a formar. Devidamente acompanhados e orientados por docentes especialistas em História Contemporânea, Moderna ou Medieval, os autores das investigações mais promissoras são convidados a apresentar os frutos do seu trabalho nos *Encontros da Primavera*. Evento público, realizado habitualmente na sala do Departamento de História, Estudos Políticos e Internacionais da FLUP, onde os processos, as hipóteses e os resultados são apresentados e debatidos.

Apesar do presente e dos anteriores volumes se denominarem, desde a sua fundação, como *Atas dos Encontros da Primavera*, eles são, na verdade, algo mais do que isso. É que depois da apresentação pública, é realizada uma nova seleção dos trabalhos mais apurados para publicação. Assim, o que hoje se publica, não são nem os trabalhos conforme foram avaliados nos respetivos Seminários, nem as comunicações feitas nos *Encontros da Primavera*. São textos que ultrapassaram essas etapas, mas que foram sintetizados, adequados e melhorados, submetidos a um processo anónimo de *peer-review*, conforme as melhores práticas editoriais, e seguindo as prerrogativas do código de conduta e as diretrizes do COPE - *Committee on Publication Ethics*.

Tão ou mais desafiante que os anteriores, o presente volume da *Omni Tempore – atas dos Encontros da Primavera 2020* foi condicionado, desde a sua génese, pela pandemia de Sars-Cov 2, que grassa em todo o mundo desde o início de 2020. Apesar disso, o que hoje se dá à estampa corresponde ao melhor de cada um dos envolvidos, direta ou indiretamente, neste sexto volume. É que se desde 2014 a *Omni Tempore* é a plataforma publicadora dos *Encontros da Primavera*, evento que se tem vindo a realizar, anualmente, desde 2008, o presente volume é diferente. Em 2020, pela novidade pandémica, os *Encontros da Primavera* não se realizaram, e os alunos finalistas selecionados da licenciatura em História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, não puderam apresentar e debater, publicamente, os resultados da sua investigação. Apesar de tudo, as investigações não deixaram de se realizar, e os trabalhos mais bem conseguidos foram assinalados com a possibilidade de publicação, reescritos nos moldes de artigos científicos, e submetidos para dupla revisão anónima por alguns dos mais eminentes especialistas das respetivas áreas temáticas.

Ao longo de todo este longo processo, foram tratados e revistos cerca de quinze artigos, e envolvidos mais de trinta revisores de diversas instituições nacionais e internacionais. De

Portugal, da Universidade de Coimbra, da Universidade de Lisboa e da Universidade NOVA de Lisboa, da Universidade do Porto, da Universidade de Évora, da Universidade do Minho, da Universidade do Algarve, da Universidade Católica Portuguesa, da Universidade Aberta e do Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti. Do exterior, da Universidade de Hamburgo, Alemanha; da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Estadual Paulista, Brasil; e da Academia Real das Artes e Ciências dos Países Baixos.

Cumprindo o dever de reconhecer e ser grato a quem conosco colaborou, cabe-nos agradecer, profunda e publicamente, o excepcional contributo de todos os revisores, a maioria deles docentes, que não poucas vezes em sacrifício pessoal, aceitaram rever os artigos submetidos pela *Omni Tempore*. O zelo dos revisores, patente em numerosos aspetos, evidenciou-se particularmente na postura pedagógica, corretiva, detalhada e exaustiva manifesta nos relatórios de revisão e nos comentários aos artigos. Não há autor de nenhum dos artigos hoje aqui publicados que não reconheça que o seu texto ficou melhor, mais maduro e apurado, depois das sugestões propostas pelos revisores. O pretendido foi em larga medida superado. Felizmente a dívida é muito maior do que aquilo que poderemos retribuir, pelo que seremos eternamente gratos devedores a todos os excelentíssimos revisores.

Cabe-nos igualmente gratular o fundamental suporte da excelentíssima Sra. Prof. Dra. Inês Amorim, presidente do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da FLUP, sempre solícita às necessidades da *Omni Tempore*, bem como aos demais colaboradores do Secretariado dos Departamentos. O nosso muito obrigado.

De igual modo, reconhecer o imensurável trabalho da Sra. Prof. Dra. Amélia Polónia, responsável pelos Seminários de História Moderna I e II; da Sra. Prof. Dra. Conceição Meireles Pereira e do Sr. Prof. Dr. Gaspar Martins Pereira, docentes responsáveis pelos Seminários de História Contemporânea I e II; e do Sr. Prof. Dr. Luís Carlos Amaral e do Sr. Prof. Dr. Luís Miguel Duarte, dos Seminários de História Medieval I e II. A todos eles, umbilicalmente ligados à *Omni Tempore* e aos *Encontros da Primavera*, orientando os alunos, corrigindo-os, ensinando-os, revendo os seus textos numerosas vezes, e sempre sanando toda e qualquer dúvida, por *email*, por *Zoom* e por telefone, não seriam suficientes todos os agradecimentos que aqui conseguíssemos elencar. Assim, também para com eles a nossa dívida é impagável e imperecível, e ainda bem.

O processo editorial que hoje se conclui é também devedor para com os Serviços Informáticos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e para com os Serviços Documentais da Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Se os nossos agradecimentos devem ser estendidos a todos os profissionais que lidaram, mais ou

menos, direta ou indiretamente, com a *Omni Tempore*, como as Sras. Dras. Ana Paula Soares e Mariana Selas, a quem muito agradecemos, deve ser particularizado na figura do seu diretor, do Sr. Dr. João Leite. Entusiasta de primeira hora do projeto da *Omni Tempore*, foi mais uma vez incansável para com as nossas solicitações, e absolutamente indispensável para alcançar a presente publicação, disponibilizando-se desde o início, em numerosos encontros e correspondências, a fim de profissionalizar a edição do presente volume, melhorar a sua apresentação, aumentar a sua divulgação e favorecer a sua acessibilidade. A ele devemos a atribuição, pela primeira vez, da referência DOI a cada um dos artigos hoje editados, a nova localização e a centralização de todos os volumes da *Omni Tempore* no portal da Biblioteca Digital da FLUP, bem como a indexação individual de cada artigo no catálogo do repositório da Biblioteca Central da FLUP, o que também acontece pela primeira vez. Com isso, os artigos da *Omni Tempore* passaram a ser encontrados pelos motores de busca onde o repositório da Biblioteca Central da FLUP também está indexado. Ao Sr. Dr. João Leite, que agora se retira, prestamos assim pública e justa homenagem. Lamentamos que as próximas edições não mais beneficiem do seu zelo, pelo menos não diretamente, porquanto o seu legado permanecerá, mas estamos certos de que não só ele gozará de uma nova e merecida etapa, como se manterá a sempre excepcional colaboração da Biblioteca Central da FLUP com a *Omni Tempore*.

Pela capa, gostaríamos de agradecer publicamente a colaboração do Museu Nacional de Arqueologia, na figura do seu diretor, Sr. Dr. António Carvalho, e particularmente ao Sr. Dr. José Paulo Ruas, que nos cedeu a utilização do belíssimo painel romano na capa desde volume.

De alunos, por alunos, e para alunos, a *Omni Tempore* não seria nada sem a colaboração de todos os docentes, revisores e colaboradores que a tornam possível ano após ano. Em todo o caso, também nada seria sem os alunos que a mantêm a pulsar. Assim, é justo agradecer o comprometimento e o empenho de todos aqueles que, desde o início, se dedicaram à composição do melhor artigo possível, que foram solícitos às não poucas correções encomendadas por docentes e revisores, e que foram sensíveis e compreensivos para com as solicitações da Comissão Editorial. A todos, o nosso muito obrigado.

Posto tudo isto, e como é tradicional, o presente volume está dividido em três partes — Época Medieval, Época Moderna e Época Contemporânea. No entanto, um pouco mais do que nos anteriores, neste volume os tópicos tratados e as disciplinas convocadas vão, salutarmente, um pouco para além da História, como se poderá comprovar. Concomitantemente, em termos de apresentação, foi empreendido um enorme esforço de edição, formatação e cuidado gráfico, com os quais se espera beneficiar os conteúdos e favorecer os leitores.

Aos que vieram antes de nós, Comissão Editorial, e que trouxeram os projetos da *Omni Tempore* e dos *Encontros da Primavera* até aqui, o nosso sentido agradecimento. Aos que virão depois de nós, o nosso caloroso encorajamento. Foi um gosto servir.

A Comissão Editorial,
Porto, setembro de 2021.

Ana Rita Gomes
Mariana Raquel Faria da Silva
António Santos Leite
Eduardo Gonçalves Almeida

I

É p o c a M e d i e v a l

(Página deixada propositadamente em branco)

Acerca das Formas de Tratamento: cortesia e intimidade nas Crônicas de Fernão Lopes

António Santos Leite
antonio.santos.leite@outlook.com

Resumo

Este artigo procura analisar todas as formas de tratamento — nominais, pronominais e vocativas — identificadas e recenseadas nas crônicas de Fernão Lopes de modo a perscrutar a orgânica interna da sociedade em que o cronista se moveu e acerca da qual escreveu. Atentou-se a quem tratou quem, de que modo e com que forma, a fim de trazer à tona as mais variadas demonstrações de respeito e reverência, apreço e cumplicidade ou cortesia e intimidade. Assinalaram-se, sobretudo, as formas de tratamento de uso quotidiano, mas também as empregues em preces e orações, e aquelas formulares replicadas nos endereçamentos. Além disso, materializou-se uma breve história de cada tratamento. Os três principais vetores desta apuração foram os tratamentos, os interlocutores e as circunstâncias. Daí que se tenha observado também a direção e as ascendências dos tratamentos. Se de proximidade ou de distância, se hierárquicas ascendentes ou descendentes, notando como os pais eram tratados pelos filhos, os reis pelos súbditos, etc. Se é a primeira impressão a que fica, então a adequação da forma de tratamento empregue para com o interlocutor serve de bom ou mau *cartão de visita*.

Palavras-chave: formas de tratamento, sociedade medieval portuguesa, crônicas de Fernão Lopes.

Abstract

This article seeks to analyse all forms of address - nominal, pronominal and vocative - identified and recorded in the Fernão Lopes's chronicles in order to scrutinise the internal organisation of the society in which the chronicler moved and wrote. Attention was paid to who treated whom, in what way and with what form, in order to bring out the most varied demonstrations of respect and reverence, appreciation and complicity or courtesy and intimacy. Above all, the forms of address for daily use were highlighted, but also those used in prayers and supplications, and those formulas replicated in the addresses. Also, a brief history of each treatment was given. The three main vectors of this investigation were the addressing, the interlocutors and the circumstances. We also observed the direction and ascendancy of the treatments, noting, e.g., how parents were treated by their children, kings by their vassals. If this is the first impression that remains, then the appropriateness of the address used for the interlocutor serves as a good or bad presentation card.

Keywords: forms of address, Portuguese medieval society, Fernão Lopes's chronicles.

Introdução

Imagine-se a sociedade medieval portuguesa como um organismo complexo, como um corpo de diversos membros do qual o rei era cabeça. Por mais relevantes que fossem todos esses membros, porém, havia sempre uns mais proeminentes do que outros e que buscavam diferenciá-los. Mais do que mera vaidade, é provável que todos esperassem que assim fosse, porquanto diferenciação era sinónimo de afirmação. É precisamente por isso que vários foram os elementos concorrendo entre si com esse fito, como sejam o modo de falar, estar, comportar, vestir, comer ou andar. Isto é tão verdade que, depois, o que as pragmáticas contra o luxo vieram dizer e Gil Vicente caricaturar, foi que ninguém podia parecer mais do que aquilo que era, distorcer a hierarquia e perturbar a ordem. Verdadeira sociedade de representações, tudo eram linguagens verbais e não-verbais de distinção, de que as formas de tratamento são particular reflexo.

Se se questionar o porquê de estudar as formas de tratamento no geral e na sociedade medieval portuguesa em particular, observa-se que, mais ontem do que hoje, elas revelavam a estruturação da sociedade, a hierarquia, as ascendências. Isto para não considerar o filão que são para estudos teóricos, formalistas e experimentais, de âmbito linguístico-filológico, sociolinguístico, pragmático, psicológico, antropológico, com a temática da manutenção da *face positiva*, ou filosófico, com a intencionalidade dos *atos de fala*. É que a linguagem é um fenómeno psicológico e social, e as formas de tratamento “uma zona sensível de mudança linguística por estarem muito dependentes de variáveis sociais em plena evolução”¹. Além disso, é de conhecimento geral que o português possuiu um dos inventários de formas de tratamento mais complexos. Com efeito, as formas de tratamento não são nem inocentes nem ingénuas, antes cuidadosamente inseridas num formulário e empregues segundo os interlocutores e as circunstâncias circundantes.

O que se pretende neste artigo é observar, por sucessivas aproximações, as formas de tratamento seriadas nas crónicas de Fernão Lopes de modo a vislumbrar a orgânica interna da sociedade em que o cronista se moveu e acerca da qual escreveu. Trazer à tona as mais variadas demonstrações de cortesia ou intimidade, de maneira a assinalar formas que escapem ao paradigma daquelas repetidas infindáveis vezes pelos formulários da documentação oficial, apesar de também se observar essas e os tratamentos em orações. Ressalve-se, porém, que ao escrever em retrospectiva, Fernão Lopes escrevia segundo os moldes da sociedade em que vivia, pelo que as formas de tratamento são as da sua época, não da anterior, mesmo que atribuídas a falantes mais antigos. É que ele apenas pode ter vivenciado alguns dos eventos que descreveu na crónica de D. João I e contactado com quem os viveu. Assim, os tratamentos que vai *colocando na boca* dos seus intervenientes são próprios de um paradigma dos

¹ DUARTE, Isabel Margarida - Formas de Tratamento em Português: entre Léxico e Discurso. p. 87.

séculos XIV-XV, o que até pode ter um interesse especial, não fosse essa uma época de substituição da elite dirigente e, a nível linguístico, perfazer o período de transição que a Esperança Cardeira entendeu como o “Português médio”, entre o “antigo” ou “arcaico” e o “clássico” ou “moderno”². Em todo o caso, também não se deve descuidar a possibilidade do cronista ter adaptado o seu discurso ao registo de épocas anteriores à semelhança do que se passa no teatro, por exemplo.

Fontes, metodologia e terminologia

No que se refere às fontes, o presente estudo tem como *corpus* as formas de tratamento coligidas em quatro crónicas de Fernão Lopes, a saber, a de *D. Pedro I*, *D. Fernando I*, *D. João I* e a chamada *Crónica de Portugal de 1419*. Fiar-se-á que esta última provém de Fernão Lopes, apesar das várias *mãos* que nela participaram em conformidade com Filipe Alves Moreira³.

Não sendo a fonte ideal para o estudo das formas de tratamento, assumam-se, as crónicas não deixam de ter assinalável valência por reproduzirem diálogos ocasionais e cartas ou ofícios que doutro modo estariam perdidos. Apesar de alguma documentação oficial conservar certas formas em pequenas transcrições de diálogos, a utilidade limita-se, contudo, a permitir a aferição da evolução na longa duração das fórmulas. Para este estudo colheram-se 1184 registos. Não são muitos porque a heterogeneidade não é elevada. Mas também não são poucos porque, muitas vezes, mesmo dentro de um registo há várias formas de tratamento que não faria sentido particionar. A seriação foi feita com o registo da crónica, página, capítulo e linha, transcrição e tipologia da forma, interlocutores, cronologia e local de ocorrência, possíveis gestos associados e observações genéricas. A ação de catalogar não deixa de ser contraditória, dado que são expressões originalmente de distinção, com todas as suas nuances e gradientes, a serem encaixadas num mesmo molde na tentativa de as normalizar para melhor interpretar. Outra situação prende-se com certa ambiguidade na classificação de um tratamento como oral ou escrito.

O que se entende por forma de tratamento? Essa problemática tem sido tão prolixa como discordante. A generalidade dos autores dista entre a maior e a menor abrangência. Para alguns, só podem ser vocábulos ou locuções que, por persistirem no tempo, conquistaram a condição de nome geral. Para outros, somente pronomes e nomes. Outros incluem vocativos, perífrases e apóstrofes. Para uns pode ser qualquer expressão flagrada no trato com outra pessoa. Para outros somente aquelas que deram prova do tempo. Acima desta divisão podiam ainda ser divididos em tratamentos nominais, pronominais e verbais. Quanto aos destinatários, uns defendem que só existem formas de tratamento enquanto tal em alocações, isto é, o tratamento para com aquele a quem se fala. Outros incluem delocações, isto é, a forma de tratamento de quem se fala, referencial a uma terceira pessoa; e até em elocações, que é o tratamento dado pelo locutor a si próprio. Também há quem faça distinção entre tratamento

² CARDEIRA, Esperança - *Revisitando a periodização do Português: o Português Médio*. pp. 103-114.

³ MOREIRA, Filipe Alves - *A Crónica de Portugal de 1419: fontes, estratégias e posteridade*.

direto - segunda pessoa do singular, semidireto - segunda pessoa do plural, e indireto - terceira pessoa do singular. Outra faceta da discussão passa pela posição da forma nas frases, e outra a partir do ponto de vista pragmático. Apesar disso, atentar-se-á às formas pronominais, nominais e vocativas em alocações. Poder-se-á fazer nota de formas referenciais para com a terceira pessoa, bem como de formas de tratamento em diferentes posições na frase⁴. Não se atentou particularmente às formas gramaticalizadas ou verbais, e excluiu-se designativos como *el-rey*. Seguindo o raciocínio de Said Ali, atentar-se-á a qualquer substantivo de significação geral, que muitas vezes se transformam “em verdadeiros pronomes só por adquirirem um sentido geral”⁵. Um outro embate que mereceria um tópico exclusivo para discussão prende-se com as implicações das designações de *forma*⁶ ou *fórmula*⁷ de tratamento, para sequer entrar na discussão da definição de *tratamento*⁸ ou *cortesia*⁹. Ao assumir-se a preferência por *forma*, pretende-se sistematizar as expressões que se assumem como tratamento para com alguém, sejam elas momentâneas ou recorrentes, e os comportamentos associados. Enquanto se tem por *fórmulas* meras expressões reguladas, *formas* não só englobam as primeiras, como têm a valência de conter os aspetos relacionados com a mímica que acompanha e sucede a fala. Se uma fórmula é uma forma de tratamento, uma forma não é sempre uma fórmula.

No que se refere à bibliografia acessória, ainda está por fazer uma verdadeira história das formas de tratamento. Por conta disso, para além de dois trabalhos verdadeiramente notáveis, restam apenas capítulos de obras gerais ou artigos extremamente especializados. Ainda assim é mister mencionar a obra de Luís Filipe Lindley Cintra, *Sobre «Formas de Tratamento» na Língua Portuguesa*, e a de Marilina dos Santos Luz, *Fórmulas de Tratamento no Português Arcaico*.

⁴ Como CARREIRA, Maria Helena Araújo - *Formas de Tratamento no Português como Designação do Outro e de Si*.

⁵ SAID ALI, Manuel - *Os pronomes: espécies, formas e significação*. p. 92.

⁶ No *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, *forma* define-se como “Constituição, modo particular de ser (...); Modelo, exemplar, norma (...); Modo, maneira de agir (...); Palavra, vocábulo (...); Estrutura, arranjo e estilo em composição literária (...)”. Cf. SILVA, António de Moraes - *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. vol. V. pp. 279-280.

⁷ No *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, *fórmula* define-se como “palavra ou expressão consagrada pelo uso e imposta por regras de etiqueta, convenções, costumes (...)”, “frase ou expressão cristalizada, cujo sentido geralmente não é literal; chavão, frase feita, lugar comum, cliché (...)”, “modo de proceder; método, norma, processo (...)”. Cf. HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles - *Grande Dicionário Houaiss...* vol. III. p. 1885.

⁸ A “maneira pela qual o sujeito se dirige ao seu interlocutor”. Cf. TEYSSIER, Paul - *História da Língua Portuguesa*. p. 72. “Usar de tratamento, bom ou mau, para; portar-se ou proceder bem ou mal para com alguém ou em relação a alguém (...); Travar relações com; conversar (...); Dar certo título ou tratamento a (...); Discorrer, falando ou escrevendo (...)”. Cf. SILVA, A. de M. - *Grande Dicionário Houaiss...* vol. XII. p. 169. E “maneira de receber ou de ser recebido; acolhimento, receção (...)”, “título honorífico ou de graduação (...)”, “forma de referência ao interlocutor na situação escritor/leitor ou falante/ouvinte, muitas vezes especial, hierárquica ou protocolar (...)”. Também são descritos os tratamentos para com autoridades, bem como o estilo a empregar e os tratamentos em situações de respeito e cortesia; os tratamentos de acordo com a aproximação por faixa etária, familiar e quotidiana. Cf. HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. - *Grande Dicionário Houaiss...* vol. V. p. 3763.

⁹ Há distinção entre *cortesia* e *cortesia linguística*. Não havendo aqui espaço útil, observe-se uma síntese bastaste esclarecedora em CAVALHEIRO, Valéria Mourales - *As diferentes regras de uso das formas tu e você e suas influências na compreensão de narrativas literárias: PB e PE*. pp. 66-86. Ao que parece, só no século XIII é que *cortesia* passou a estar identificada como, por um lado, com “moradia de um soberano”, e por outro, com “um conjunto de pessoas da nobreza, pessoas que visitavam a moradia de um soberano”. Assim, a noção de *cortesia* está marcadamente associada aos valores ditos nobres.

Fernão Lopes

São escassas as informações sobre a vida de Fernão Lopes, mas acredita-se que tenha nascido entre 1380-90¹⁰. De origem humilde, vilã, foi casado e teve pelo menos um filho. Gomes Eanes de Zurara descreveu-o como “humana notavel pessoa, homem de communal sciencia e grande autoridade”¹¹. É expectável que fosse tabelião e que tenha sido por essas funções que se aproximou da Coroa, dado que veio a ser escrivão dos infantes D. Fernando e D. Duarte. Desde 1418 foi encarregado por D. João I de “guardar as Escrituras do tombo, que estavam na Torre do Castello da Cidade de Lisboa”. Feito rei, D. Duarte incumbiu-o “*de poer em caronyca as estorias dos Reys que antygamente em Portugal foram; esto meesmo os grandes feytos e altos do muy vertuosso, e de grandes vertudes elRey seu senhor e padre*”. Em 1454, depois de “trinta e seis annos de serviço (...), deo Fernão Lopes hum notavel exemplo de honra, e de desinteresse, pedindo a demissão daquelle emprego; a qual lhe concedeo ElRei D. Afonso V nomeando seu sucessor a Gomes Eanes de Zurara, e declarando na mesma Carta de nomeação, que por ser o dito Fernão Lopes *já tam velho e flaco, que per si não pode bem servir o dito officio, o dava a outrem per seu prazimento, e por fazer a Elle merce, como he razom de se dar aos boos servidores*”. Quer tenha pedido escusa ou sido dispensado, supõe-se que após cerca de vinte anos dedicado às crónicas, tenha então parado. O seu desaparecimento é apontado para pouco depois, mas ainda se crê vivo em 1459, quando foi beneficiado em carta por D. Afonso V.¹²

O seu prestígio garantiu-lhe a participação numa certa “atmosfera de progresso intelectual”. Por conta disso, teve acesso a uma vasta biblioteca, e o seu ponto de vista segue um modelo teleológico. Primeiro cronista do reino, não era, porém, um mero compilador. Grande parte da sua obra resultou de um nexos metodológico, com recolha, seleção e crítica de fontes, num “escrupuloso respeito” pelas mesmas. Segundo Peter Russell, na Torre do Tombo aproveitou para reconstituir “a «verdadeira história» de que tanto fala”¹³, “transcrevendo, resumindo e aproveitando correspondência diplomática, os diplomas legais, os capítulos das Cortes, e outra documentação, que ainda enriqueceu (...) nos cartórios das igrejas e lápides de sepulturas (...) notando as suas contradições e inverosimilhanças, e decidindo-se (...) pela visão que julga «mais chegada à razão»”¹⁴. Todavia, “ao interpretar os acontecimentos de que se tornou «repórter», Fernão Lopes interveio diretamente sobre eles” para “justificar os acontecimentos verificados em Portugal em 1383-85 (...) visando legitimar o comando político

¹⁰ SARAIVA, António José - 2.^a Época - De Fernão Lopes a Gil Vicente. Capítulo III - Fernão Lopes. In SARAIVA, A. J.; LOPES, Óscar - *História da Literatura Portuguesa*. p. 121.

¹¹ ZURARA, Gomes Eanes de - *Crónica da Tomada de Ceuta*. pp. 11-14.

¹² MORATO, Francisco Manoel Trigozo D’Aragão - Discurso Preliminar, e Introdução ás Chronicas de Fernão Lopes. In ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS, Comissão de Historia. *Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza, dos Reinados de D. Dinis D. Affonso IV. D. Pedro I. e D. Fernando*. Tomo IV. pp. XI-XVIII.

¹³ RUSSEL, Peter - *As Fontes de Fernão Lopes*. pp. 6-9.

¹⁴ SARAIVA, A. J.; LOPES, Óscar - *História da Literatura Portuguesa*. p. 124.

vigente na primeira metade do séc. XV”¹⁵. Do seu labor resultaram, indubitavelmente, as crónicas de *D. Pedro I*, *D. Fernando I* e a de *D. João I*. Contudo, a incumbência para escrever sobre os reinados anteriores ao de D. Duarte, e as remissões que vai fazendo a textos de reinados passados, deu azo à *caça ao tesouro* das suas “crónicas perdidas”. É aí que se enxerta a *Crónica de Portugal de 1419*, que se para uns não é da autoria de Fernão Lopes, para outros, como Filipe Alves Moreira, é.

1. Formas de tratamento

Nesta parte pretende-se expor os dados recolhidos e analisá-los, ver os interlocutores, as circunstâncias, e fazer a história de cada um dos tratamentos. Junto a cada tópico serão dados alguns exemplos dos dados seriados, posto que seria impraticável reproduzi-los todos aqui. Uma avaliação quantitativa é apresentada nos quadros em anexo.

1.1. Vós

O emprego da forma pronominal de tratamento *vós* provém do latim *vos*. Primitivamente existia apenas enquanto plural correspondente à 2ª pessoa do singular *tu*. Depois o *vós* passou a ser usado também para com uma só pessoa, sendo que o momento exato em que essa mudança se deu está envolto em obscuridade. Para a generalidade dos autores é indiscutível que *vós* no singular tenha sido primeiro empregue em relação ao Imperador. Contudo, discordam se por sua iniciativa ou se dos súbditos para consigo. Segundo Roger Brown e Albert Gilman, há por um lado a possibilidade desse tratamento ter surgido depois da divisão administrativa do Império Romano em 293, a partir de quando dirigir-se a um Imperador implicou, implicitamente, dirigir-se aos dois, ao do Ocidente e ao do Oriente; por outro lado, há a hipótese de o Imperador ao assumir-se como pluralidade, no sentido de que é o conjunto daqueles que lidera, por eles falando e usando o *nós* majestático, o que explica a opção pelo *vós* numa iniciativa popular, de baixo para cima¹⁶.

Já segundo António de Vasconcellos, o arrogo do *nós* pelas “auctoridades mais elevadamente collocadas” com o fito de dar aos seus atos “aparência de um decreto impessoal ou colectivo, como se decretasse em nome de todos e fôsse intérprete da vontade ou conveniência da sociedade”, levou ao uso do *vós* por parte dos súbditos, “vulgarizando-se esta fórmula de tratamento, primeiro entre os inferiores em relação ao superior, depois entre iguais, e por fim mesmo de superiores para com inferiores”¹⁷. Para Marilina dos Santos Luz, o *vós* plural assumiu a faceta de pronome de cortesia na sequência do arrogo do *nós* majestático de Diocleciano face

¹⁵ MONTEIRO, João Gouveia - *Fernão Lopes, Texto e Contexto*. pp. 15; 115 (referência correta apesar da numeração).

¹⁶ BROWN, Roger; GILMAN, Albert - *The Pronouns of Power and Solidarity*. pp. 254-255.

¹⁷ VASCONCELLOS, António Garcia Ribeiro de - *Grammática histórica da língua portuguesa*. p. 211.

ao *eu*, estendendo-se a partir século VI ao ponto de no período imediatamente à formação das línguas românicas ter descido até às “classes sociais mais baixas”¹⁸. Lindley Cintra fez remontar o duplo emprego do *vós*, singular de cortesia e plural de indiferença, ao latim tardio¹⁹. Leonardo Lennertz Marcotulio afirma que o *vós* singular assumiu, num primeiro momento, um “conteúdo semântico de cortesia e distanciamento, associado à figura de maior prestígio da sociedade romana”²⁰, sendo paulatinamente alargado, esvaziando-se da cortesia que lhe era inerente.

Quer *vós* derive, portanto, do emprego do *nós* majestático ou de um mais ambíguo de modéstia, empregue para com uma só pessoa parece estar associado ao surgimento da inclinação de demonstração de cortesia, respeito ou reverência. É como se sentisse, em determinado momento, que *tu* era demasiado próximo ou invasivo para com quem se falava, e se buscassem estratégias no sentido de haver maior pejo ou distância para com o interlocutor. Contudo, não se tratando o outro como estranho ou desconhecido, usou-se da *vaidade* humana como forma tácita de aproximação aplicando *vós* no sentido de que este encarnava “a possibilidade de convencer aquele a quem era dirigido de que a sua pessoa era suficientemente importante para receber dos outros as homenagens a que tinha direito”²¹. Said Ali descreveu-o como uma “simples prova de respeito e polidez, depois de apagada na memória a imagem da situação primitiva”²². A verdade é que com esta primeira mutação o tratamento já se tornou um pouco menos direto, dado que se relativizou ou despersonalizou a pessoa com quem se fala.²³

No tempo da redação das crónicas por Fernão Lopes, *vós* era o tratamento por excelência. Porém, daí em diante o duplo uso singular-plural do *vós* encontrou vários caminhos, ao ponto de Lindley Cintra asseverar que é difícil saber o seu verdadeiro valor. Certo é que não foi sempre o mesmo durante toda a Idade Média. Porém, esse tempo parece um ponto de chegada, com *vós* bastante difundido e amplo, vislumbrando-se já a *estratégia nominal* identificada por vários autores que vingou pouco depois, e que passava pelo isolar de uma característica do interlocutor.

Ora, dentre o corpus seriado há variados empregos do *vós* e dos seus derivados tanto no singular como no plural. O singular “tam elegante” no dizer de Cláudio Basto²⁴, é normalmente usado de igual para igual ou de inferior para superior. Já o plural é usado de superior para

¹⁸ LUZ, M. S. - *Fórmulas de Tratamento no Português Arcaico*. pp. 25-27, 30.

¹⁹ CINTRA, L. F. L. - *Sobre «Formas de Tratamento» na Língua Portuguesa*. p. 17.

²⁰ MARCOTULIO, Leonardo Lennertz - *Formas de tratamento no português arcaico*. pp. 158-159.

²¹ LUZ, M. S. - *Fórmulas de Tratamento no Português Arcaico*. p. 26.

²² SAID ALI, Manuel - *Os pronomes: espécies, formas e significação*. p. 93.

²³ Leonardo L. Marcotulio chama atenção para algo importantíssimo, sobretudo para a evolução da sintaxe, com as devidas implicações no campo dos tratamentos, que é o facto de que de apesar do *vós* passar a ser usado para com um só interlocutor ter mantido a sua concordância verbal ao nível da 2ª pessoa do plural. Cf. MARCOTULIO, L. L. - *Formas de tratamento no português arcaico...* p. 158.

²⁴ BASTO, Cláudio - *Formas de tratamento, em português*. p. 193.

inferior porque não tem qualquer conotação reverencial, antes é indiferente, igualitário ou neutral. Tanto surge o pronome *vós* expresso sem mais, antecedido de preposição, depois do vocativo *Senhor*, sob a forma de pronome oblíquo ou de adjetivo possessivo. Este último, mais adiante no tempo, serviu de base para os tratamentos nominais.

No seguinte exemplo, Teotónio, prior de Santa Cruz de Coimbra, dirige-se a D. Afonso Henriques. Repare-se que é um caso com o pronome *vós* singular, dirigido ao rei, mas os verbos no plural. Também há um adjetivo possessivo feminino *vossa*:

*Vós destes a esta vosa igreja a vila de Leyria quando a tomastes aos mouros (...)*²⁵.

Noutro caso tem-se o autêntico *vós* de cortesia. É D. Afonso IV a falar com um bispo, Bernardo, enviado pelo Papa para solucionar o seu diferendo com Afonso XI:

*Vós me falaes em teologya, e eu sey mays de beber que dela (...)*²⁶.

Nos seguintes exemplos tem-se *vós* singular a seguir a um vocativo. No primeiro exemplo é um conselheiro a falar com D. Fernando, no segundo o condestável Nuno Álvares Pereira fala com um trombeta mensageiro:

*Senhor, vós sabees bem como ja per vezes ouvestes (...)*²⁷ e

*Amjgo, vos sejaes muyto vem vijndo (...)*²⁸.

Outros exemplos há do vocativo antes do *vós*, mas não são de cortesia.

Antecedido de preposição, *vós* aparece muitas vezes como no seguinte exemplo. Nele, Dona Beatriz, filha de D. João I, presta juramento pelas suas bodas com Thomas FitzAlan, conde de Arundel, na figura de um seu enviado, mosé Joham de Hueltesira:

*Eu, dona Breatiz, per vos, mossee Joham Vel(te)sira (...)*²⁹.

A seguir nota-se o típico caso do *vós* no plural, bem com o pronome oblíquo *vos*. É o bispo de Lisboa a pregar aos cruzados a propósito da conquista de Alcácer do Sal:

Vós vedes bem quanto vos he o tempo aguora contrario e nam podês hyr

*tam cedo hu vós desejais e esto sabê vós (...)*³⁰.

Até os reis tratavam os filhos por *vós*. Diz D. Afonso Henriques a D. Sancho:

*Filho, vós dizês muy bem (...)*³¹.

²⁵ LOPES, F. - *Crónica de Portugal 1419*. Cap. 29; p. 33; linha 22.

²⁶ LOPES, F. - *Crónica de Portugal 1419*. Cap. 161; p. 260; linha 5.

²⁷ LOPES, F. - *Crónica de D. Fernando*. Cap. CXIV; p. 415; Linha 62.

²⁸ LOPES, F. - *Crónica de D. João I - parte II*. Cap. LV; p. 135; Linha 16.

²⁹ LOPES, F. - *Crónica de D. João I - parte II*. Cap. CCIV; p. 460; Linha 23. Na edição selecionada das I e II partes da Crónica de D. João I, provavelmente por opção, não se grafaram os acentos como no caso do *vós*, que aparece sempre *vos*.

³⁰ LOPES, F. - *Crónica de Portugal 1419*. Cap. 58; p. 106; Linha a confirmar.

³¹ LOPES, F. - *Crónica de Portugal 1419*. Cap. 38; p. 68; Linha 12.

Como se pôde observar, as variadas formas de *vós* e derivados tinham uma amplitude notável de interlocutores e situações de ocorrência. Como demonstração de respeito, reverência ou cortesia, ou seja, enquanto forma da 2.^a pessoa do singular, é usada sempre, no *corpus* seriado, de inferior para superior e de igual para igual, independentemente do estatuto social. A par do *tu*, *vós* é também muitas vezes auxiliar a outras formas de tratamento. No entanto, *tu*, *vós* e o próprio nome, são as únicas formas que podem ser usadas independentemente.

1.2. Tu

O pronome de tratamento *tu* tem uma história comum a *vós*. No latim primitivo, *tu* correspondia à 2.^a pessoa do singular e *vós* à 2.^a pessoa do plural. *Tu* era o único pronome conhecido da língua latina para tratar a 2.^a pessoa do singular. Na visão de António de Vasconcellos, nos primórdios da língua “quando alguém se dirigia o outrem, empregava sempre a 2.^a pessoa do singular, e usava no tratamento o pronome *tu*, qualquer que fôsse a sua categoria social (...). O tratamento de *tu* não envolvia nenhuma idéia de familiaridade nem de superioridade relativa de quem o empregava”³². Depois, com o tempo e com o surgimento da consciência da inclinação para a cortesia e/ou reverência, *vós* invadiu o campo do *tu*, passando a poder designar também a 2.^a pessoa do singular e reduzindo a amplitude daquele, cada vez mais restrito à expressão da intimidade ou confiança extrema. Said Ali escreveu que o surgimento do *vós* para com uma só pessoa se deveu à insuficiência do *tu* “para expressar o sentimento de humildade e respeito”³³.

No entanto, para Marilina Luz, na Idade Média o *tu* ainda poderia ser um “prolongamento da tradição latina, tanto mais que o pronome *tu*, dirigido a superiores, sobrevive em alguns pontos do domínio românico”³⁴. Segundo a sua apuração nas crónicas de Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara, só encontrou tratamentos empregando *tu* para com o rei em “circunstâncias especiais de apóstrofes”³⁵. Contudo, na seriação que fundamenta o presente artigo foi possível encontrar algumas ocorrências em situações distintas do *tu* e de formas vizinhas, como *te*, *ti*, etc.. A mais excepcional por tudo o que a rodeia está plasmada mais adiante, numa carta do papa a D. Sancho II.

Às vésperas da conquista de Lisboa, um ermita dirige-se a D. Afonso Henriques:

*Primçepe dom Afonso, Deos te envya dizer per mym que, porque tu
ás grande vontade de o servir (...)*³⁶.

Os cavaleiros de D. Afonso Henriques tratam-no por: *Senhor, tu não iras...*³⁷.

³² VASCONCELLOS, A. G. R. - *Grammática histórica da língua portuguesa...* p. 210.

³³ SAID ALI, M. - *Os pronomes: espécies, formas e significação.* p. 94.

³⁴ LUZ, M. S. - *Fórmulas de Tratamento no Português Arcaico.* p. 49.

³⁵ LUZ, M. S. - *Fórmulas de Tratamento no Português Arcaico.* p. 49.

³⁶ LOPES, F. - *Crónica de Portugal 1419.* Cap. 14; p. 20; Linha 25.

³⁷ LOPES, F. - *Crónica de Portugal 1419.* Cap. 23; p. 41; Linha 4.

Os pais tratavam os filhos por *tu*. No primeiro exemplo vê-se o pai de Nuno Álvares Pereira e no segundo D. Afonso Henriques para D. Sancho:

Nuno, pero tu sejas moço e de nova hidade, parece-me que he bem e serviço de Deos e tua homrra, que tu ajas de casar (...) ³⁸; e *Filho, tu sabes bem quamto trabalho (...)* ³⁹.

Segundo Marilina Luz, nesta sincronia, se “algum dia o rei falou por *tu* à esposa, ou esta àquele, as crónicas não reproduzem tal tratamento”. Na verdade, observando que as rainhas tratam os reis seus esposos por *Senhor*, supõe-se que “o único tratamento apropriado seria o *vós*”⁴⁰. Todavia, há uma ocorrência de flagrante intimidade com emprego do *tu*, não entre dois casados, mas entre dois *muito próximos*, cuja relação a historiografia nacional muito proficuamente tratou. É uma fala de Dona Leonor Teles ao conde João Fernandes Andeiro:

“Toma *tu* o que *te* eu dou, e diga cada huu o que quiser (...)”⁴¹.

É evidente que neste exemplo se poderia desculpar ou compreender o *excesso de confiança* que levou ao tratamento por *tu*, se se tiver em conta a relação entre os dois, e o estado emocional momentâneo dos mesmos. A despeito dessa possível situação excepcional, e atentando ao uso corrente do *tu*, este era usado de superior para inferior, entre iguais e íntimos. Noutra ocasião ainda o tratou pelo nome próprio⁴². Seja como for, ele tratava-a por *senhora* e neste passo o cronista faz questão de insinuar a intimidade entre ambos⁴³.

1.3. Vossa Mercê, Alteza, Senhoria e Majestade

Vossa Mercê, Vossa Alteza, Vossa Senhoria e Vossa Majestade são formas nominais de tratamento segundo a classificação de Lindley Cintra. Posteriores às formas pronominais, são exceção no *corpus* em estudo. Temporalmente mais tardias, são formas já reveladoras de um maior distanciamento e a extrema cortesia para com quem se fala. Concomitantemente, distância e cortesia advinham do facto de implicarem o paulatino uso da 3ª pessoa gramatical do verbo, o que causou, para Marilina Luz, a “maior revolução do sistema do tratamento português”⁴⁴. Observadas diacronicamente, o seu surgimento deveu-se à tendência para os tratamentos se tornarem progressivamente menos diretos ou mesmo indiretos.

³⁸ LOPES, F. - *Crónica de D. João I - parte I*. Cap. XXXIV; p. 60; Linha 12.

³⁹ LOPES, F. - *Crónica de Portugal 1419*. Cap. 38; p. 67; Linha 1. Os filhos replicaram *senhor*.

⁴⁰ LUZ, M. S. - *Fórmulas de Tratamento no Português Arcaico*. p. 223.

⁴¹ LOPES, F. - *Crónica de D. Fernando*. Cap. CXLVI; p. 510; Linha 40.

⁴² “Johane, toma este anel”. Cf. LOPES, F. - *Crónica de D. Fernando*. Cap. CXLVI; p. 510; Linha 38.

⁴³ “Senhora, mais chegado e mais husado queria eu de vós o pano, quando mo vós ouvessees de dar, que este que me vós daaes”. Cf. LOPES, F. - *Crónica de D. Fernando*. Cap. CXXXIX; p. 488.

⁴⁴ LUZ, M. S. - *Fórmulas de Tratamento no Português Arcaico*. p. 49.

Característica própria, todas estas formas partem do isolamento de uma qualidade atribuída primitivamente ao monarca: a generosidade, a alteza e o senhorio⁴⁵. Said Ali escreveu que este tipo de tratamento “consistiu em fingir que se dirigia a palavra a um atributo ou qualidade eminente da pessoa de categoria superior, e não a ella própria”⁴⁶. O modelo não era novo, antes transposto do latim, e até os termos em si podem ser considerados importados e adaptados de outros idiomas, como é o caso dos italianos *alteza* e *senhoria*, ou o castelhano *mercê/merced*⁴⁷. Como quer que seja, estas formas da 3.^a pessoa do singular para ~~em~~ a 2.^a pessoa vieram disputar o campo de emprego do *vós* da 2.^a pessoa do singular. Têm ainda a particularidade, como bem chamou atenção Cláudio Basto, de fazer concordância gramatical conforme o género do interlocutor a partir do possessivo, nunca do substantivo⁴⁸.

Se de início “só se utilizam para o rei, para a rainha e para um duque estrangeiro (...), muito rapidamente se degradaram e o seu emprego se estende à nobreza e, a partir de certo momento, à alta burguesia”, destacou Lindley Cintra. Mais ainda, quem as adotou e propagou foi a “nova corte e a nova nobreza saídas da revolução de 1383-1385”. Contudo, o lograr definitivo foi apenas com D. Afonso V, nomeadamente após a Batalha de Alfarrobeira, com o retorno da velha nobreza, quando os tratamentos nominais experimentaram um fenómeno de especialização, isto é, começou-se a “considerar a utilização de cada um deles como apropriada só para determinada ou determinadas camadas de entre aquelas em que se dividia a referida sociedade”⁴⁹. A verdade é que pelos sucessivos alargamentos dos interlocutores possíveis, estas formas também sofreram desgaste, e foram sendo substituídas ou atualizadas.

Deve ainda registar-se que foi ao sucesso próximo da ampliação do uso das formas nominais de tratamento, inequivocamente de cortesia, que se deveu a diminuição do emprego do *vós* cortês da 2.^a pessoa do singular e do próprio *vós* neutral da 2.^a pessoa do plural⁵⁰. Marilina Luz vai mais longe, e relata a paulatina sobreposição destas “fórmulas indiretas de tratamento” aos pronomes oblíquos *vos* e *vós*, ao pronome pessoal *vós* e até ao possessivo *vosso*⁵¹.

1.3.1. Vossa Mercê

Nas primeiras aparições, *vossa mercê* não desempenhava a função de sujeito. Antes era um artifício usado para destacar essa característica tão régia, a *mercê*, ou como forma de expressar

⁴⁵ CINTRA, L. F. L. - *Sobre «Formas de Tratamento» na Língua Portuguesa*. p. 18.

⁴⁶ SAID ALI, Manuel - *Os pronomes: espécies, formas e significação*. pp. 93-94.

⁴⁷ CINTRA, L. F. L. - *Sobre «Formas de Tratamento» na Língua Portuguesa*. p. 19; 21.

⁴⁸ BASTO, C. - *Formas de tratamento, em português...* p. 185.

⁴⁹ CINTRA, L. F. L. - *Sobre «Formas de Tratamento» na Língua Portuguesa*. p. 19-20.

⁵⁰ CINTRA, L. F. L. - *Sobre «Formas de Tratamento» na Língua Portuguesa*. p. 30-31.

⁵¹ LUZ, M. S. - *Fórmulas de Tratamento no Português Arcaico*. p. 57.

a vontade real, de fazer um pedido ou agradecimento, cumprimentar, despedir, clamar por misericórdia. Aliás, a mercê não só era um atributo régio como também divino, a crer no dizer de um escudeiro que se coloca “aa merçee de Deos e vossa”, em referência a Dona Beatriz, filha de D. Fernando e Dona Leonor Teles⁵².

No título XXIV da *Terceira Partida* de Afonso X, acerca da mercê que “demandan los homes á los reyes sobre los juicios que les dan de ninguno nos se puede alzar, et sobre otras cosas que los homes non puden nin deben haber sinon piedindo merced á los señores”, define-se como “Tempramiento de la reciedumbre de la justicia es la merced: et nasce grant pro della; ca ella mueve á los reyes á piedat contra aquellos que la han meester, et la piden en tiempo et en sazón que lo deben facer”⁵³. No glossário do *Leal Conselheiro* de D. Duarte, mercê é “merito, obra meritoria”⁵⁴.

Said Ali descreveu o seu emprego do seguinte modo: “os súbditos, dependentes sempre da mercê ou graça do príncipe, apresentavam as suas queixas e requerimentos dando-lhe o habitual *vós*. Sabiamente pediram *por mercê* e punham frequentemente *vossa mercê* por *vós*, referindo-se não à pessoa do soberano, e sim à graça e favor que dele dimanava”⁵⁵. Ou seja, *vossa mercê* não se refere ao rei, mas ao favor que ele concede. Nas crónicas de Fernão Lopes, inclusive, os pedidos são mesmo dirigidos a outros que não ao rei. Marilina Luz detetou algumas formas de *mercê* a não encarnar sujeito, a saber, *pedir por mercê*, *seja vossa mercê*, *ter em mercê*, *encomendo-me em vossa mercê*, *vou-me com vossa mercê* e *beijo as mãos de vossa mercê* ou *envio beijar vossas mãos*⁵⁶.

Entretanto, para os efeitos deste estudo importa *Vossa Mercê* e as demais formas nominais como formas de tratamento. Importa a consubstanciação da graça que vinha do rei por meio da sua mercê na própria figura real. Ora, como se pode ver abaixo, era uma forma de tratamento empregue de inferiores para superiores. Nuno Álvares Pereira dirige-se a D. Fernando, dizendo:

*Senhor, a vossa mercee saiba que por eu seer vosso creiado (...)*⁵⁷.

Vasco Gomez de Abreu interpela Dona Leonor Telles assim:

*Ca bem sabe vosa merçee, quando tal guerra aqueeçer e se galles ham darmar, que de Castella vem os galyotes e os dinheiros (...)*⁵⁸.

Segundo Marilina Luz, é provável que entre o primeiro quartel do século XIV ao primeiro do XV, “além de *vós* e *senhor*, o tratamento dado ao rei seria só *vossa mercê*”. A partir daquela

⁵² LOPES, F. - *Crónica de D. João I - parte I*. p. 234.

⁵³ AFONSO X - *Las Siete Partidas del Rey Alfonso El Sabio...* Tomo II. pp. 699-701.

⁵⁴ D. DUARTE - *Leal Conselheiro, o qual fez Dom Duarte...* p. 665.

⁵⁵ Cit. por LUZ, M. S. - *Fórmulas de Tratamento no Português Arcaico*. p. 57.

⁵⁶ LUZ, M. S. - *Fórmulas de Tratamento no Português Arcaico*. pp. 58-66.

⁵⁷ LOPES, F. - *Crónica de D. Fernando*. Cap. CXXIII; p. 437; Linha 12.

⁵⁸ LOPES, F. - *Crónica de D. João I - parte II*. Cap. CXLIV; p. 298; Linha 2.

data surgiu *vossa senhoria*⁵⁹. *Vossa Mercê* já nos fins do século XV estava a cair ao ser corrente para fidalgos e até inferiores, sendo substituída ou potenciando a sua substituição por *Vossa Senhoria* e *Vossa Excelência*, “formas associadas à cortesia, ao respeito, à «reverência»”⁶⁰.

1.3.2. Vossa Senhoria

Vossa Senhoria só aparece uma vez no *corpus* triado. É o doutor Álvaro Martiz, enviado de João de Castela, a falar com o Duque de Lencastre, onde diz:

— “*Senhor, eu por parte del-Rey de Castella, meu senhor, (...) a esto respomdo que, salua vossa senhoria, vossa molher a Duquesa dona Costança nom ha em elles nenhuum dereito*”⁶¹.

Marilina Luz não a encontrou no seu estudo. No entanto, como ela escreveu para um exemplo chancelar, parece uma expressão um tanto quanto deslocada. É no mínimo duvidosa, e muito provavelmente ainda pouco difundida, apesar do seu uso vingar nos séculos seguintes⁶². Por outro lado, há o uso da expressão *voso senhorio*⁶³ em referência à posse de uma propriedade, não constituindo um tratamento.

1.3.3. Vossa Alteza

Vossa Alteza aparece algumas vezes. Duas delas por emprego de um bispo a dois monarcas, e uma terceira vez na boca dos conselheiros de João I de Castela. Como exposto anteriormente, este tipo de tratamento passa pelo isolar de uma característica da pessoa régia enquanto interlocutora. Neste caso tem-se “alteza”, segundo Marilina Luz como qualidade do que é elevado, sendo até usada noutros momentos que não em tratamentos. Todavia, essa autora viu a presente forma com estranheza, escrevendo que “as circunstâncias em que são proferidas não são normais”, crendo tratar-se de mera transcrição dos documentos, inferindo-o pela nacionalidade dos locutores: castelhanos e genoveses⁶⁴. Neste caso, é comum associar-se muitas vezes o epíteto de “real”, *vossa real alteza*. Bernardo, bispo de Rutenense, fala com D. Afonso IV, dizendo:

*Porende a vosa alteza afincadamente envya rogar que, deixãodo todo odio e ramcor que a el-rey de Castela temdes, venhaes com ele e bõa comcordia (...)*⁶⁵.

Um conselheiro de João I de Castela disse-lhe:

*E asy, Senhor, comcluindo nosso consselho, pydindo perdãa a vosa Real Alteza (...)*⁶⁶.

⁵⁹ LUZ, M. S. - *Fórmulas de Tratamento no Português Arcaico*. p. 72.

⁶⁰ CINTRA, L. F. L. - *Sobre «Formas de Tratamento» na Língua Portuguesa*. p. 26-29

⁶¹ LOPES, F. - *Crónica de D. João I - parte II*. Cap. LXXXV; p. 191; Linha 19.

⁶² LUZ, M. S. - *Fórmulas de Tratamento no Português Arcaico*. pp. 74-75.

⁶³ “Ao bõ e eiçelente e poderoso e mui temido senhor (...) Senhor, aquele Deos que pode vos deixe acreçemmtar vosa fama e reger por longos dias os regnos de Portugal e do Algarve e someter a voso senhorio teras de vossos inimigos e seus corações”, escreveu João Manuel a D. Afonso IV. In LOPES, F. - *Crónica de Portugal 1419*. p. 237.

⁶⁴ LUZ, M. S. - *Fórmulas de Tratamento no Português Arcaico*. p. 77.

⁶⁵ LOPES, F. - *Crónica de Portugal 1419*. Cap. 163; p. 263; Linha 25.

⁶⁶ LOPES, F. - *Crónica de D. João I - parte II*. Cap. CXLIV; p. 299; Linha 10.

1.3.4. Vossa Majestade

Vossa Majestade ou *Vossa Real Majestade* é mais um daqueles tratamentos estrangeiros. Encontra-se duas vezes nas crónicas de Fernão Lopes, pela boca do Duque de Génova e por um conselheiro de João I de Castela. Segundo Marilina Luz, na medievalidade “lembrar ao rei a sua majestade era divinizá-lo”, engrandecê-lo. No entanto, assevera que originalmente, nos idos tempos imperiais, não havia qualquer ideia de grandeza implícita. *Maiestas* era um conceito político concretizado na *Maiestas populi*. Com o desgaste temporal, o conceito original foi progressivamente dando lugar a outro de matriz “pré-cristã”. É a esta última “que se deve o prestígio histórico da *maiestas* romana”. Porém, para o intervalo do *corpus* em estudo, ela disse que os dois conceitos de majestade divinal e real se tocaram, isto é, coexistiram, apesar de que “não se perdera a noção, ainda no século XV, de que a majestade é atributo de Deus”.⁶⁷ Como *vossa alteza*, seguia-se maioritariamente do epíteto *real*: *vossa real alteza*, *vossa real majestade*.

Para aquela autora, *Vossa Alteza* e *Vossa Majestade* não mais evoluíram desde que foram reservadas para a família real, enquanto *Vossa Mercê*, *Senhoria* e *Excelência* vulgarizaram-se e foram purgadas da realeza⁶⁸. As outras foram alargando o seu uso, vulgarizando-se e caindo em desuso.

1.3.5. Outras

Vossa clareza e *vossa nobreza* são formas no mesmo molde das anteriores. Todavia, como são escassas não justificam um tópico individualizado. Apesar disso, aparecem no *corpus* analisado protagonizadas por estrangeiros e no registo escrito, sendo por isso contabilizadas como fórmulas.

Apesar de não haver exemplos de *vossa excelência*, é provável que essa forma fosse possível, mesmo que escassamente empregue, por extensão do processo de isolar uma característica e usá-la como tratamento, dado que Fernão Lopes escreveu algumas vezes acerca da qualidade do que é excelente, e que Marilina Luz a detetou em documentação chancelar⁶⁹. O mesmo aconteceu para *clareza* e *nobreza*, qualidades presentes em correspondência de remetentes estrangeiros.

1.4. Senhor

Senhor é uma forma vocativa de tratamento. Na realidade é a forma vocativa por excelência, a mais abundante no *corpus* em estudo. Todavia, também poderia ser a forma nominal *senhor* ou a pronominal *o senhor*. A sua forma original latina era *senior*, que, porém, não era forma de tratamento. A sua transfiguração em tratamento provocou como que uma alteração em cadeia ao disputar uma função que era preenchida por *dominus*, que em português deu *Dom*. Segundo Marilina Luz, a substituição de *dominus* por *senior* efetuou-se com o aparecimento das línguas

⁶⁷ LUZ, M. S. - *Fórmulas de Tratamento no Português Arcaico*. pp. 81-84.

⁶⁸ LUZ, M. S. - *Fórmulas de Tratamento no Português Arcaico*. p. 129.

⁶⁹ LUZ, M. S. - *Fórmulas de Tratamento no Português Arcaico*. p. 86.

românicas. A primeira significava *domo, proprietário* e a segunda *homem velho*. Diz essa autora que sendo a autoridade um dos atributos da idade, a identificação de *senior* com *homem que tem autoridade* foi natural. No entanto, o ponto de viragem do significado de cada termo parece estar associado à Igreja, que começou a usar *senior* para “expressar o conceito de uma autoridade fraterna, como a que existe num irmão mais velho (...), acabando por ser um sinónimo de Deus”⁷⁰. Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo explicou essa questão no seu *Elucidário*: “sendo certo, que *Senhores* corresponde ao latino *Domini*, se manifesta, que o *Dom* presente, que se dá aos Conegos Regrantes, he abreviatura de *Senhor* antigo”⁷¹.

No 25.º título da sua *Quarta Partida*, Afonso X escreveu acerca da relação entre senhores e vassallos. Na 1.ª lei pormenorizou que:

Señor es llamado propriamente aquel que ha mandamiento et poderio sobre todos aquellos que viven en su tierra; et á este atal deben todos llamar señor, tambien sus naturales como los otros que vienen á él ó á su tierra*. Otrosi es dicho señor todo home que ha poderio de armar et de criar por nobleza de su linage; et á este atal no deben llamar señor sinon aquellos que son sus vasallos et resciben bienfecho dél. Et vassallos son aquellos que resciben honra et bienfecho de los señores, así como cavalleria, ó tierra ó dineros por servicio señalado que les hayan de facer.⁷²

Posto isto, é caso para concluir como Marilina Luz e considerar que, depois de Deus, o rei era “aquele a quem melhor adaptava o nome de *senhor*”⁷³. Entretanto, talvez fosse pertinente observar a evolução do estatuto dos primeiros monarcas portugueses. É que os condes D. Henrique e D. Teresa receberam os condados portugalense e conimbricense como dote, mas também como forma de reforço da defesa desse território cada vez mais distante do centro do poder da Galiza. Segundo o José Mattoso, o que lhes foi concedido foi um senhorio precário com obrigação de vassalagem a Afonso VI, não à Galiza. Após o falecimento de D. Henrique em 1112, coube a D. Teresa a administração do território - pouco depois já se intitulava rainha. Contudo, a sua aproximação à Galiza não deixava antever bom futuro. Foi nesta conjuntura que D. Afonso Henriques foi ganhando protagonismo. No entanto, parece que desde o início ele apenas fora intitulado de *infante* e/ou *príncipe*, mas nunca de *conde*. Com essa designação invocava “a sua ascendência régia” porque neto do Imperador Afonso VI, apesar de ainda ser vassalo de Leão. Assim, é verdade que a independência do condado que se transformou em reino, e a passagem do infante e/ou príncipe — que nunca foi conde — a rei, foi morosa, mas entre 1139-1140 D. Afonso Henriques já ostentava o título de rei.⁷⁴

⁷⁰ LUZ, M. S. - *Fórmulas de Tratamento no Português Arcaico*. p. 33-34

⁷¹ VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de - *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. Vol. II, p. 208.

* Sublinhado inexistente no original, mas acrescentado a fim de frisar esse período.

⁷² AFONSO X - *Las Siete Partidas del Rey Alfonso El Sabio...* Tomo III. pp. 132-135.

⁷³ LUZ, M. S. - *Fórmulas de Tratamento no Português Arcaico*. p. 36.

⁷⁴ MATTOSO, José (dir.) - *A monarquia Feudal*, Vol. 2 de MATTOSO, J. e SOUSA, Amindo de, “História de Portugal”. pp. 33-34; 54.

Com a territorialização do poder e o deslocar para Coimbra, nova relação de forças se estabelecera. D. Afonso Henriques evoluiu de *Primus inter pares* para *Primus super pares*. Em crescendo, os seus sucessores foram aumentando, com avanços e recuos, a preponderância da coroa sobre o território e sobre as pessoas, de que é particular testemunho a evolução questionadora das Inquirições régias, mas só com D. João I é que se consumou em definitivo essa proeminência. Foi este monarca quem proibiu os senhores guerreiros que o acompanhavam de ter o seu próprio corpo de vassalos, passando todos a vassalos do rei.⁷⁵

Desta evolução é particularmente interessante um momento em que entre diversos cavaleiros, um em seu nome, dirigiu-se a D. Afonso Henriques e chamou-o *tu*, algo impensável pouco depois⁷⁶. Noutra perspetiva, quando D. Sancho começou a ganhar protagonismo após o acidente do pai, foi logo chamado *senhor*⁷⁷. Repare-se na progressiva acutilância do termo *senhor*, ganhando amplitude em termos de extensão e resiliência. Por tudo isto, o rei devia encarnar alguns princípios que o orientassem na relação com os seus súbditos: honrado, dotado de coragem e valentia, deveria ter-lhes amor e ser popular; promover atos de “boa ordem e bem-estar”; zelar pela manutenção do ordenamento social, instigar o enriquecimento do reino e, acima de tudo, ser justo, mas pio⁷⁸.

Senhor era frequentemente a junção de autoridade e respeito, no caso do monarca, rei e senhor, podendo ser não só dirigido ao rei, apesar dele ser sinónimo, mas também a outros elementos hierarquicamente superiores ao locutor⁷⁹. É sabido o comum fenómeno da justaposição de *Senhor* + topónimo de que é detentor. Joseph-Maria Piel também notou o contrário, de que “desde que o mundo é mundo, o homem comprazeu-se em dar o seu nome à terra que ocupava e cultivava”⁸⁰. Um testemunho da importância desta forma de tratamento foi dado por Nuno Álvares Pereira, quando rejeitou *senhor* antes de escolher os vassalos que o deveriam acompanhar, preferindo ser tratado pelo seu nome: “Nom me chamees senhor, (...) ca o nom som”⁸¹, como se confirma.

Enquanto vocativo, *senhor* podia vir acompanhado de adjetivos ou outros epítetos. Segundo Marilina Luz, esta forma “tinha suficiente conteúdo respeitoso para dispensar o auxílio de um título nobiliárquico, quando se dirigia a palavra a um nobre”⁸². A variedade e amplitude do uso de *senhor* são enormes. Em jeito de síntese, *senhor* associava-se a títulos de nobreza, dignidade, profissão, parentesco, antropónimo e até com possessivos e outros epítetos.

⁷⁵ MATTOSO, J. - *A Monarquia Feudal...* pp. 57-59.

⁷⁶ “Senhor, tu não iras comnosquo (...)”. Cf. LOPES, F. - *Crónica de Portugal 1419*. Cap. 23; p. 41; Linha 4.

⁷⁷ LOPES, F. - *Crónica de Portugal 1419*. Cap. 39; p. 70; Linha 18.

⁷⁸ BEIRANTE, Maria Ângela - *As Estruturas Sociais em Fernão Lopes*. pp. 16-21.

⁷⁹ LUZ, M. S. - *Fórmulas de Tratamento no Português Arcaico*. pp. 121-124.

⁸⁰ PIEL, Joseph-Maria - *Nomes dos «possessores» latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*. p. 145. Cit. por LUZ, Marilina..., p. 35.

⁸¹ LOPES, F. - *Crónica de D. João I - parte I*. p. 63.

⁸² LUZ, M. S. - *Fórmulas de Tratamento no Português Arcaico*. pp. 125-126.

No que se refere às mulheres, estas tanto podiam ser chamadas por *senhora* como por *senhor*. A flexão podia ou não acontecer. No fundo, parece que primitivamente a *senhor* ainda não se associava qualquer marca de género possibilitando a flexão, evoluindo posteriormente. Na poesia trovadoresca, por exemplo, pode observar-se que o poeta se dirige quase sempre à sua *senhor*. Disto é particular exemplo o facto de Dona Leonor Teles ter sido *regedor e defensor do Reino*, e noutros momentos: *senhora*. Marilina Luz questionou “se esse tratamento era simultaneamente dado às esposas (ou até às filhas) de todos os que podiam intitular-se *senhores*”⁸³, comportamento que não foi encontrado. A despeito disso, a *senhora* também se podiam juntar possessivos ou adjetivos, como *dona*, que justaposta a *senhora* encontrava a sua mais respeitosa forma. Alguns exemplos:

*Senhor monssé Beltram, el-rrei dom Pedro meu senhor (...)*⁸⁴.

Até os cardeais em Roma se tratavam por *senhor*⁸⁵. Para com o Papa foi:

*Senhor santo padre, eu não diguo a carta (...)*⁸⁶.

Um tratamento extremamente honroso pode ser o do cardeal celebrante das bodas de João I de Castela com Dona Beatriz, filha de D. Fernando e Dona Leonor Teles:

*Vós, senhor doom Joham, rrei de Castella e de Leom que presente estaaes (...)*⁸⁷.

Como Marilina Luz notou e este estudo veio confirmar, *senhor* é preponderante no início das frases, apesar de aparecer noutras posições “sem que, para isso, pareça obedecer a qualquer propósito de ter o tratamento mais cortês”⁸⁸. Para ela, *senhor* foi o tratamento mais usual para com o monarca durante o século XIII⁸⁹. Mesmo com o proliferar das formas nominais como *Vossa Mercê*, não é de crer que *senhor* tenha perdido influência. Pelo contrário, é o mais comum em Fernão Lopes.

1.5. Amigo

Antes de qualquer outra consideração é preciso assinalar que tratar alguém por *amigo* tem, pelo menos, uma tripla conotação. Uma é legítima expressão de amizade; outra é no sentido de aliança por necessidade ou conveniência; e outra é num sentido de um *pouco mais do que amizade*, ou seja, uma relação amorosa.⁹⁰ De facto, na Idade Média conjugar o verbo *amigar* era sinónimo de namorar ou, pelo menos, ter essa intenção. Aliás, deste verbo e deste tipo de relação são particularmente ilustrativas as numerosas Cantigas de Amigo. Porém, *amigar* não

⁸³ LUZ, M. S. - *Fórmulas de Tratamento no Português Arcaico*. pp. 165-166.

⁸⁴ LOPES, F. - *Crónica de D. Fernando*. Cap. XXII; p. 78; Linha 25. Repete-se na linha 47.

⁸⁵ LOPES, F. - *Crónica de D. Fernando*. Cap. CVII; p. 388; Linha 72. Repete-se na p. 389, linha 135.

⁸⁶ LOPES, F. - *Crónica de Portugal 1419*. Cap. 18; p. 32; Linha 3.

⁸⁷ LOPES, F. - *Crónica de D. Fernando*. Cap. CLXV; p. 568; Linha 38.

⁸⁸ LUZ, M. S. - *Fórmulas de Tratamento no Português Arcaico*. p. 42-43.

⁸⁹ LUZ, M. S. - *Fórmulas de Tratamento no Português Arcaico*. p. 37.

⁹⁰ No que se refere à conveniência, nem sempre era usada. Vide o exemplo do Infante D. João, filho de D. Pedro I e Inês de Castro, que mesmo a necessitar de ajuda dos seus vassallos, nunca os tratou por *amigos*. Ver LOPES, F. - *Crónica de Portugal 1419*. Cap. CIII; p. 369; Linha 12. Ou p. 370, linha 32.

era um estatuto definitivo e estável. Pelo contrário, o que as cantigas mostram é, precisamente, a pluralidade de estádios possíveis entre a amada e o amante. Segundo Marilina Liz, “Na Idade Média só o amor justificava as relações amigáveis entre os dois [homem e mulher], por isso uma palavra como amigo (-a) pôde sofrer esta evolução”⁹¹.

No *corpus* seriado são mais evidentes os dois últimos tipos de emprego de *amigo*. Curiosamente, parece que cada uma das tipologias está predominantemente associada a um tipo de ascendência. Esta forma de tratamento tanto pode ser nominal como vocativa, e não só surge sozinha como em conjunto com outro vocábulo, constituindo um único sintagma, e que poderia ser um adjetivo possessivo ou outro nome comum. Por conta de todas estas suas particularidades, *amigo* é uma forma transversal a quase todos os indivíduos. Tanto era dirigido pelo senhor aos seus vassallos e homens de armas, como a clérigos e a populares. Também surgiu a anteceder um antropónimo.

Segundo Marilina Luz, quando empregue de superior para inferior está-se perante um “sinal de condescendência afável”⁹². Demonstra-o um frade tratar um arcebispo por *senhor*, e este replicar *amigo*:

— *Senhor, aquelas capitaães que alli (...)*; — *Amigo (...) estas gemtes (...)*.⁹³

Claro exemplo de solidariedade militar é o apelo de Nuno Álvares Pereira:

*Amigos irmãos, bem sabees a teençom com que sahistes da cidade (...)*⁹⁴.

Noutro momento, o cronista escreveu que, quando a ação de um seu subordinado o desagradava, chamava-o por *amigo*: “*Ho, amygo!*”⁹⁵.

Em momentos aflitivos, D. Afonso Henriques tinha o hábito de tratar os que consigo andavam por:

*Amiguos, senhores, irmãos (...)*⁹⁶; *Bons amiguos e vasalos, que coussas sam estas que dizees? (...)*⁹⁷; ou só *amigo* numerosas vezes.

Os cruzados combatentes em Lisboa bradavam: *Ho, irmão, que em bõa ora vieste (...)*⁹⁸.

Dona Isabel de Aragão, a Rainha Santa Isabel, dirigiu-se a uma mulher pedindo-lhe para lavar os seus pés, a que a outra respondeu: — *Amigua, metede o pee no baçio e lavar-vo-lo-ei (...)*; — *Senhor, nom vo-lo lixarei (...)*.⁹⁹

Com um possessivo, Nuno Álvares Pereira responde a Vasco Martins do Outeiro: — *Amigo meu, eu vos gradeço vosso bom comselho (...)*¹⁰⁰.

⁹¹ LUZ, M. S. - *Fórmulas de Tratamento no Português Arcaico*. p. 183.

⁹² LUZ, M. S. - *Fórmulas de Tratamento no Português Arcaico*. pp. 181-182.

⁹³ LOPES, F. - *Crónica de D. João I - parte I*. Cap. CXX; p. 206; Linhas 32 e 37.

⁹⁴ LOPES, F. - *Crónica de D. Fernando*. Cap. CXXXVIII; p. 433; Linha 15.

⁹⁵ LOPES, F. - *Crónica de D. João I - parte II*. Cap. CXCIX; p. 445; Linha 10.

⁹⁶ LOPES, F. - *Crónica de Portugal 1419*. Cap. 14; p. 22; Linha 14.

⁹⁷ LOPES, F. - *Crónica de Portugal 1419*. Cap. 33; p. 58; Linha 24.

⁹⁸ LOPES, F. - *Crónica de Portugal 1419*. Cap. 49; p. 92; Linha 21.

⁹⁹ LOPES, F. - *Crónica de Portugal 1419s*. Cap. 93; p. 168; Linhas 12 e 13.

¹⁰⁰ LOPES, F. - *Crónica de D. João I - parte I*. Cap. CLII; p. 282; Linha 18.

1.6. Dom e Dona

Dom está evidentemente relacionado com o latim *dominus*, cuja história já foi repassada anteriormente a propósito do tratamento por *senhor*. Como se escreveu, consta que a sua antiquíssima forma latina foi como que reservada pela Igreja para Deus. No entanto, teve depois o seu uso alargado ao Papa e, depois, progressivamente até adentrar na esfera secular. Foi entre o século que, parece, adotou a feição de título nobiliárquico para além da anterior feição de cortesia.

No *Vocabulario Portuguez e Latino* de Rafael Bluteau, *Dom* é apresentado como título honorífico que “antigamente se dava só aos Reys, e seus descendentes, aos Ricos homens, e a cavaleiros que tinham privilégio Real por grandes serviços”. *Dom* deriva de *Domnus*, abreviatura de *Dominus*, que se reservava ao Papa, mas que depois foi descendo conforme as dignidades eclesiásticas enquanto “Pronome honorífico”. “Dizem que os primeiros Religiosos que tomaram este título, por humildade, não quiseram o de *Dominus*, que só pertence a Deos, senhor de todos os senhores, e que só admitiram o de *Domnus*, que denota inferioridade, como quem dissera, *Minor Dominus*”. Em Portugal, diz o autor, fazia-se “tanta estimação deste título, que só era concedido pellos Reys a seus descendentes, e aos Ricos homens, e deles o tomavam seus filhos”. Por fim, atribuiu o primeiro uso de *Dom* na península ibérica a *Dom Pelágio*, rei dos Godos, após a morte do seu antecessor Rodrigo. Consta que depois fora regulado por Filipe II de Espanha, I de Portugal¹⁰¹.

De facto, são muitos os questionamentos acerca da amplitude e das condições de aplicação do *Dom*, quer como título quer como cortesia. A isso poder-se-iam somar as implicações de usar a forma por extenso ou abreviada. De certa maneira equivale a *Senhor*, mas com a propriedade de exigir o nome de quem é atribuído quando *senhor* não o exige. Todavia, é inegável a predominância de *Dom* enquanto título hierárquico. Por tudo isto, é evidente que é uma forma de tratamento empregue de inferiores para superiores e/ou entre iguais. Segundo Marilina Luz, o “aspeto mais importante que cumpre assinalar na atribuição de *dom* ao rei é, justamente, o facto de o rei ficar igualado, dentro de uns certos limites, a parte dos seus vassalos”. Ainda segundo a mesma autora, quando se usava o *Dom*, a este seguia-se sempre o antropónimo e o patronímico. Contudo, no final do século XV, “quando o *dom*, por mercê régia ou por outro motivo, passava a fazer parte do nome, o patronímico era abandonado”¹⁰². Na seriação para este artigo, uma ilação curiosa do uso do *dom* é, muitas vezes, a sua autoatribuição. Isto é particularmente evidente nos juramentos e depois nos cabeçalhos das correspondências. Egas Moniz, o aio de D. Afonso Henriques, era por todos tratado por *Dom*. No entanto, cabe aqui destacar uma passagem muito interessante. É Dona Leonor Teles a falar com um seu aio, “Dom David Negro, judeu arrabiado de Castela”:

¹⁰¹ BLUTEAU, Rafael - *Vocabulario portuguez e latino...* Tomo III. p. 283.

¹⁰² LUZ, M. S. - *Fórmulas de Tratamento no Português Arcaico*. pp. 101; 115.

*Aqui estaaes vos, dom David! e vos me fazeees aqui viinr! [...] Oo perro cam treedor! e tu disseste aquello de mim? [...] Memtes, [...] E sse assi passou de feito, tu mo comsselhaste (...)*¹⁰³.

O que se vê neste excerto é, precisamente, um *carrossel* de formas de tratamento do mais polido ao mais impositivo. É que este judeu tinha denunciado o mirabolante plano de assassinato de João I de Castela ao próprio, e este, incrédulo, pediu esclarecimentos a Dona Leonor. É assim que se deve entender a postura estratégica de Dona Leonor em primeiro tratá-lo bem para que ele desmentisse o dito. Mas como ele não o fez, foi-se tornando progressivamente mais direta e até passou a cometer a falácia de atacar o indivíduo para descredibilizar o seu argumento. Aqui se observa toda a riqueza e dinâmica da variação linguística.

Ironicamente, D. Afonso Henriques tratou um cardeal por *Dom Cardeal*¹⁰⁴. Segundo Marilina Luz, dar a uma pessoa um “tratamento muito superior ao que ela merece é, de certo modo, ridicularizá-la, visto que se põe em evidência a sua condição de inferioridade. Assim se explica o *dom*, dado por ironia”. Associar *dom* a “uma palavra ou expressão que o tornassem despropósito” vinha intensificar a ironia ou o insulto.¹⁰⁵ Também para Cláudio Basto, dar “forma muito mais elevada do que à sua categoria (ou à intimidade havida) compete, é sinal de contundente ironia”¹⁰⁶. Seja como for, *dom*, pequena partícula de cortesia, tanto podia ter o seu uso justificado em honra de alguém, como por vezes poderia adquirir a sua faceta de ironia e despropósito.

No que se refere a *dona*, naquele mesmo dicionário é definida como título de “mulher nobre”¹⁰⁷. Segundo Marilina Luz, entre a primeira nobreza, era um prenome dado à rainha, às filhas dos reis, a mulheres nobres, a mulheres viúvas, a solteiras e a crianças. Contudo, acontecia de também ser aplicado para com senhoras não tão nobres e sem direito para o usar. Para ela, quando “um escritor medieval empregava o termo *dona* devia obedecer ao desejo de evitar uma palavra como *mulher*, considerada, provavelmente, como ainda hoje, menos delicada, por ser demasiado geral”. A “situação social da mulher casada e da mulher viúva, tornando-as mais dignas do respeito e da consideração alheias, teria favorecido a sinonímia acidental «dona=mulher casada» e «dona=mulher viúva». O mesmo quanto a «dona=religiosa». *Dona* era uma regalia cobiçada.¹⁰⁸

Outros vocábulos se somaram a *dona*, quer intensificando-o quer desvalorizando-o, quer adjetivos quer nomes como *senhora*. Disto é exemplo *boa dona*, tratamento empregue pelo Infante

¹⁰³ LOPES, F. - *Crónica de D. João I - parte I*. Cap. LXXXIII; p. 140; Linhas 24; 29; 32.

¹⁰⁴ LOPES, F. - *Crónica de Portugal 1419*. Cap. 18; p. 31; Linha 13.

¹⁰⁵ LUZ, M. S. - *Fórmulas de Tratamento no Português Arcaico*. p. 112.

¹⁰⁶ BASTO, C. - *Formas de tratamento, em português...* pp. 183-184.

¹⁰⁷ BLUTEAU, Rafael - *Vocabulario portuguez e latino...* Tomo III. pp. 287-288.

¹⁰⁸ LUZ, M. S. - *Fórmulas de Tratamento no Português Arcaico*. pp. 153-158.

D. João, filho de D. Pedro I e Inês de Castro, para com Dona Maria Teles, de quem se tinha aproximado, mas que por instigar de Leonor Teles, ia matar. Ela sempre o tratou por *senhor*¹⁰⁹:

*Boa dona, agora o saberees: vós andastes dizendo (...)*¹¹⁰.

Seria interessante ter registo de um diálogo anterior entre os dois. É que segundo Marilina Luz, *boa dona* era já ligeiramente depreciativo¹¹¹. E isso até pode ser verídico, dado que este foi proferido momentos antes de a matar, mas na ausência de registos não se pode passar da suposição.

1.7. Outras

As formas de tratamento deste tópico são de ocorrência ocasional, mas é nele que se demonstra a extraordinária diversidade do rol de tratamentos passíveis de ser empregues no quotidiano medieval. São tratamentos avulsos e momentâneos que para alguns autores sequer mereceriam a consideração de tratamento. Nesta condição estão os tratamentos por nomes de parentesco, hierarquia, cargo e funções. A distribuição quantitativa é apresentada em quadro anexo no final.

Inicialmente, segundo Marilina Luz, *padre* era uma forma reverenciosa de se dirigir, por escrito, ao Papa. Como em todos os tratamentos, porém, também ele foi sendo progressivamente alargado. *Madre*, por sua vez, que também estava reservado a eclesiásticas, experimentou o mesmo processo. Para aquela autora, “*Padre e madre* desceram no tratamento eclesiástico no mesmo século em que foram substituídos, definitivamente, por *pai e mãe* como designação dos progenitores e como tratamento que lhes é dado pelos filhos”¹¹². No núcleo familiar, a eles poderiam somar-se possessivos ou adjetivos. Seja como for, o que ressuma do pouco uso deste tratamento é que os filhos chamavam os pais mais respeitosa por *senhor e senhora*. *Pai e mãe* parece que ainda estavam a começar a surgir, dados os escassos exemplos colhidos, aliando-se primeiro a *senhor e senhora*, para só depois usar-se em avulso¹¹³. Curiosamente, também havia o costume de chamar *padre* ao sogro, *filho* ao genro, *irmão* ao cunhado e *madre* à sogra. Os cunhados também se tratavam por irmãos. De cunhado para cunhada, sobretudo se ela era rainha, observava-se maior cortesia. Ela podia tratá-lo por *irmão*, mas ele replicava com *senhora*.

Nuno Álvares Pereira tratava o seu irmão e prior da Ordem do Hospital, Pedro Álvares Pereira, por *irmão senhor*, ao passo que este último replicou, rindo, apenas como *irmão*:

— *Irmaão Senhor, bem sabees a obra (...)*; — *Irmaão, bem vejo vossa (...)*.¹¹⁴

¹⁰⁹ LOPES, F. - *Crónica de D. Fernando*. Cap. CIII; p. 371; Linha 71. Quadro 9, n.º 158.

¹¹⁰ LOPES, F. - *Crónica de D. Fernando*. Cap. CIII; p. 371; Linha 72.

¹¹¹ LUZ, M. S. - *Fórmulas de Tratamento no Português Arcaico*. p. 160.

¹¹² LUZ, M. S. - *Fórmulas de Tratamento no Português Arcaico*. p. 150.

¹¹³ A este respeito veja-se o capítulo 97 do *Leal Conselheiro*, em que D. Duarte descreve a relação para com D. João I, seu pai. Cf. D. DUARTE - *Leal Conselheiro, o qual fez Dom Duarte...* pp. 458-475.

¹¹⁴ LOPES, F. - *Crónica de D. Fernando*. Cap. CXXII; p. 435; Linha 8. Noutro diálogo inverteu, chamou-o por *Senhor Irmão*. Ver na mesma crónica o Cap. CLI, p. 525 linha 24 e p. 526 linha 37.

Exemplo de parentesco por extensão é a forma como Dona Leonor Teles se dirigiu ao futuro D. João I, então ainda mestre de Avis, e este responder usando de *senhora*:

*Irmão amigo, bem sabees que aos mall-dizentes nunca lhes mingua que digam (...)*¹¹⁵.

Igualmente por extensão, Dona Leonor para com João I de Castela e a resposta deste:

— *Filho senhor, encomendo a Deus e a vós (...)*; — *Madre senhora, eu lhe entendo (...)*.¹¹⁶

D. Afonso Henriques tratava D. Sancho por *filho*, que lhe replicava sempre com *senhor*:

*Filho, tu sabes bem quamto trabalho (...)*¹¹⁷.

São vários os exemplos para *filho* e *filha*. No entanto, enquanto que os pais usam o *tu* principal ou auxiliamente, as mães empregam o *vós*.

Dona Constança Manuel tratava o seu pai como: *Padre e senhor (...)*¹¹⁸.

Irmão e *irmã* também foram usadas no meio eclesiástico. Nestas relações parece reinar a solidariedade de Roger Brown e Albert Gilman, dado que era um tratamento de superior para inferior e/ou de igual para igual em que se demonstra alguma condescendência¹¹⁹. Para Marilina Luz, “A igualdade espiritual que estas locuções de tratamento traduzem não podia conciliar-se com a necessidade de manter uma certa diferenciação, necessidade que se verifica mesmo no meio eclesiástico”¹²⁰. Fora desse meio, *irmão* e *irmã* foi tratamento comum entre aqueles que efetivamente o eram. Contudo, se o *filho* fosse rei, a mãe fazia-o seguido de *senhor*. Igual para *irmão senhor*.

Fora do meio eclesiástico, mas mais uma vez dentro do conceito de solidariedade daqueles autores, é evidente o uso de *irmão* e *filho* entre quem não tinha consanguinidade efetiva. No que se refere a *irmão*, Marilina Luz escreveu que “*A amizade ou a camaradagem tornavam natural este tratamento*”. A sua sublimação é particularmente evidente aquando de momentos aflitivos, de que são exemplo as numerosas ocorrências já relatadas de Nuno Álvares Pereira a chamar de *amigos* e *irmãos* os seus companheiros. Por seu lado, *filho* que ainda “não se tinha ainda banalizado no português medieval”, sendo visível nalguns casos de pessoas mais velhas para com mais novos entre os quais havia alguma cumplicidade.¹²¹ O que demonstram os tratamentos seriados é que, a despeito da intimidade, estes eram primacialmente pautados pelo respeito que inspiram os mais velhos.

Ainda entre as relações familiares, há o caso de *compadre* e *comadre*, que muitas vezes também era usado por quem não o era de facto. Pode dizer-se que há uma certa irmandade inerente

¹¹⁵ LOPES, F. - *Crónica de D. Fernando*. Cap. CXLVI; p. 511; Linha 57. Noutro momento até o tratou só por *Irmão*.

¹¹⁶ LOPES, F. - *Crónica de D. Fernando*. Cap. CLXVI; p. 572; Linhas 43 e 52.

¹¹⁷ LOPES, F. - *Crónica de Portugal 1419*. Cap. 38; p. 67; Linha 1. Poder-se-iam citar, pelo menos, mais duas ocorrências.

¹¹⁸ LOPES, F. - *Crónica de Portugal 1419*. Cap. 139; p. 226; Linha 22.

¹¹⁹ BROWN, R.; GILMAN, A. - *The Pronouns of Power and Solidarity*.

¹²⁰ LUZ, M. S. - *Fórmulas de Tratamento no Português Arcaico*. p. 148.

¹²¹ LUZ, M. S. - *Fórmulas de Tratamento no Português Arcaico*. pp. 195, 201-202.

ao tratamento. No entanto, para além de usado por quem o podia fazer por direito e por quem não tinha qualquer ligação efetiva, Marilina Luz nele identificou uma dimensão jocosa. *Compadre* ou *comadre* “Devia ser tratamento levemente jocoso, pelo menos na forma masculina”¹²². Disto é exemplo uma passagem relatada por Fernão Lopes, em que um chamado de Anequim, jogral que vivera na corte de D. Fernando e Dona Leonor, tinha por costume chamar de *compadre* a qualquer que conhecia e assim chamavam os outros a ele. De facto, ele assim foi tratado uma vez¹²³. Porém, ele mesmo tratou o conde de Mayorgas, bastardo de João Nunez de Lara, por *senhor*¹²⁴.

Também se flagraram-se tratamentos consoante as dignidades eclesiásticas. É o caso de cardeal, bispo, prior, mestre, e até um caso de extrema cortesia:

Bispo Valerio, *padre, per tua liçemça (...)*¹²⁵; **Cardeal**, *em como eu sam irege (...)*¹²⁶; **prioll**, *vos direis a uosso senhor (...)*¹²⁷; **Muy nobre senhor bispo**, *àquelas cousas que (...)*¹²⁸.

Também se encontraram formas de tratamento a partir das atribuições, como no caso de *comendador*, *almirante*, *cavaleiro* ou *escudeiro*:

Comendador, *nom sejaaes triste (...)*¹²⁹; **Almirante**, *[...] o vosso dizer he mui boom (...)*¹³⁰; **Cavalleiro**, *vos nom vos agravees (...)*¹³¹; **Escudeiro**, *segundo vos (...)*¹³².

Nalguns casos, a *cavaleiro* se podiam somar vários níveis de adjetivação conforme o valor de cada sujeito¹³³. Excepcionalmente, porque apenas se colheram dois exemplos, Nuno Álvares foi tratado sempre pelo mesmo trombeta mensageiro como:

Senhor Condestabre (...)¹³⁴; e respondia-lhe como **amigo**.

Único é o caso de *doutor*, usado por um bispo próximo ao Duque de Lencastre para com o “doutor em lex e degredos”, Álvaro Martins: **Doutor** uos dizees em nome de uoso (...)¹³⁵.

Disse D. João ainda mestre ao conde de Barcelos, João Afonso Telo: **Conde**, hiivos (...)¹³⁶.

Outro exemplo ocasional é *príncipe*, apesar de se esperar maior uso. No primeiro tem-se Fernão Peres de Trava a dirigir-se a D. Afonso Henriques, e no segundo um ermita ao mesmo rei:

¹²² LUZ, M. S. - *Fórmulas de Tratamento no Português Arcaico*. p. 211.

¹²³ LOPES, F. - *Crónica de D. João I - parte I*. Cap. LXX; p. 120; Linha 31.

¹²⁴ LOPES, F. - *Crónica de D. João I - parte I*. Cap. LXX; p. 121; Linha 18.

¹²⁵ LOPES, F. - *Crónica de Portugal 1419*. Cap. 15; p. 26; Linha 5.

¹²⁶ LOPES, F. - *Crónica de Portugal 1419*. Cap. 18; p. 31; Linha 16.

¹²⁷ LOPES, F. - *Crónica de D. João I - parte II*. Cap. LXXXI; p. 193; Linha 3.

¹²⁸ LOPES, F. - *Crónica de Portugal 1419*. Cap. 165; p. 266; Linha a confirmar.

¹²⁹ LOPES, F. - *Crónica de D. João I - parte I*. Cap. XCIX; p. 166; Linha 20.

¹³⁰ LOPES, F. - *Crónica de D. João I - parte I*. Cap. CXXIX; p. 222; Linha 40.

¹³¹ LOPES, F. - *Crónica de D. João I - parte I*. Cap. XCVIII; p. 165; Linha 19.

¹³² LOPES, F. - *Crónica de D. João I - parte II*. Cap. CLXV; p. 348; Linha 23.

¹³³ BEIRANTE, M. Â. - *As Estruturas Sociais em Fernão Lopes*. p. 36.

¹³⁴ LOPES, F. - *Crónica de D. João I - parte II*. Cap. LV; p. 135; Linha 2. Poder-se-iam citar, pelo menos, mais duas ocorrências.

¹³⁵ LOPES, F. - *Crónica de D. João I - parte II*. Cap. LXXXII; p. 193; Linha 30.

¹³⁶ LOPES, F. - *Crónica de D. João I - parte I*. Cap. IX; p. 18; Linha 4.

Primçepe, *nom andemos neste (...)*¹³⁷; **Primçepe dom Afonso (...)**¹³⁸.

Outro raro é *homem bom: Homem bõo, eu edefiquei (...)*¹³⁹; **Homees boõs, vos sabees (...)**¹⁴⁰.

Outros exemplos são *traidor*¹⁴¹ e *varão* ou, mais precisamente, “*varom*”¹⁴².

Quando o responsável inglês pelo casamento de Dona Beatriz, filha de D. João I, tratou-a oralmente por **Muy noble e honrrada senhora dona Breatiz (...)**¹⁴³, estava apenas a reproduzir um tratamento evidentemente aplicado apenas ao registo escrito.

1.8. Nome próprio

Apesar de não ser o enfoque deste estudo, o tratamento pelo nome próprio não podia deixar de ser notado, posto que é também uma forma de tratamento possível. É que tratar alguém pelo nome próprio implica ou intimidade ou superioridade para com o interlocutor. A maior curiosidade relacionada à seriação realizada prende-se com o facto de ao antropónimo se seguir sempre o patronímico, entre iguais e de superior para inferior, quando não se usava o tratamento *senhor*.

Marilina Luz considerou o tratamento com o nome próprio seguido do apelido *meio atencioso* e o tratamento com apenas o nome de batismo como revelador de “familiaridade franca sem-cerimónia”. Por norma, com nome + apelido a frase era construída com a segunda pessoa do plural *vós*, ao passo que usar apenas o nome de batismo dependia de um *tu*.¹⁴⁴ Apesar de nos exemplos seguintes isso não se vislumbrar, havia a possibilidade de ao nome se fazer anteceder partículas de tratamento que tornavam o tratamento mais cerimonioso. Outro destaque atém-se com o facto de aos homens se chamar com uso do antropónimo e do patronímico, enquanto que para as mulheres se limitar ao nome próprio. São geralmente entre íntimos ou de superior para inferior, mas nunca um rei foi tratado pelo nome — pelo menos no *corpus* estudado.

Nuno Álvares Pereira tratava D. Fernando por *senhor*, mas este chamava-o pelo nome:

Nun'Alvarez, *eu vejo bem vossa enteençom (...)*¹⁴⁵.

Numa longa conversação entre Dona Leonor Teles e o seu meio-irmão Gonçallo Vaasquez d’Azevedo, este tratou-a sempre por *senhora*, e esta replicou com o seu nome:

Gonçallo Vaasquez, *eu bem ssei que vossa molher vos disse (...)*¹⁴⁶.

¹³⁷ LOPES, F. - *Crónica de Portugal 1419*. Cap. 6; p. 10; Linha 11.

¹³⁸ LOPES, F. - *Crónica de Portugal 1419*. Cap. 14; p. 20; Linha 25.

¹³⁹ LOPES, F. - *Crónica de Portugal 1419*. Cap. 31; p. 54; Linha 9.

¹⁴⁰ LOPES, F. - *Crónica de D. João I - parte I*. Cap. XXIX; p. 52; Linha 36.

¹⁴¹ Ver LOPES, F. - *Crónica de D. Fernando*. Cap. XXIII; p. 83; Linha 74. — *Crónica de Portugal 1419*. Cap. 18; p. 30; Linha 29. — *Crónica de D. João I - parte I*. Cap. CII; p. 174; Linha 30.

¹⁴² Ver *Crónica de D. João I - parte II*. Cap. LXIV; p. 154; Linha 29.

¹⁴³ LOPES, F. - *Crónica de D. João I - parte II*. Cap. LXXXI; p. 193; Linha 3.

¹⁴⁴ LUZ, M. S. - *Fórmulas de Tratamento no Português Arcaico*. p. 193.

¹⁴⁵ LOPES, F. - *Crónica de D. Fernando*. Cap. CCIV; p. 460; Linha 23.

¹⁴⁶ LOPES, F. - *Crónica de D. Fernando*. Cap. CXXXIX; p. 489; Linha 58.

2. Fórmulas de tratamento

Como se disse, entende-se por *fórmulas* de tratamento aquelas expressões mais características do registo escrito presentes maioritariamente em correspondências, ou seja, expressões formulares ou previamente compendiadas e selecionadas conforme o destinatário. De forma sucinta, de seguida se intenta uma breve descrição daquelas fórmulas que predominantemente compunham o protocolo dos textos epistolares. O facto de a maior parte dos tratamentos formulares recolhidos constar da *Crónica de D. Pedro I* poderá ter que ver com as fontes consultadas pelo cronista para a redação dessa crónica. Como explicou Peter Russel, em comparação com as outras, na *Crónica de D. Pedro I* as fontes foram essencialmente cartas e ofícios que refundiu¹⁴⁷. Aliás, que *trelladou*.

Uma característica do registo escrito é a identificação do remetente, à que se pode seguir fórmula de humildade ou de devoção. Outra é o facto de, não poucas vezes, as correspondências serem lidas em voz alta e até terem serem discutidas. Como a escrita é mais pensada do que a fala, a probabilidade de invocar um tratamento mais conforme ao destinatário é maior. Sabendo que, mais tarde, D. Afonso V estabelecerá ditados especiais para doze reinos, proceder-se-á por retrospectiva e em ordem decrescente de importância: *poderoso, alto, excelente, ilustre, nobre e honrado*¹⁴⁸. A estas expressões somava-se uma forma de tratamento como *príncipe*, por exemplo, a mais comum.

No que se refere à designação de si próprio, ou seja, à subscrição/*intitulatio*, esta é menos sujeita a variação, dado que quem escreve não se quer subtrair de honra. Os Papas nomeiam-se sempre de: *Johanne **bispo, servo dos servos de Deus** (...)*¹⁴⁹.

Sempre, com exceção de um: *Ynoçençio, **papa, servo dos servos de Deus** (...)*¹⁵⁰.

Os nobres, reis e não reis, invocam a sua ascendência, condição ou ambos. Por exemplo, no primeiro tem-se D. João ainda como regedor e defensor do reino, e no segundo já como rei:

*Dom Joham pella graça de Deos, filho do mui nobre Rei dom Pedro, Meestre da Cavallaria da Hordem dAvis, Regedor e Defemssor dos rregnos de Portugal e do Algarve. (...)*¹⁵¹ e

*Dom Joham, pella graça de Deus Rey de Portugall e do Algarue (...)*¹⁵².

Há maior heterogeneidade, evidentemente, nos destinatários. Os Papas são semelhantes: *muito amado em Christo filho dom Pedro mui nobre rrei de Purtugall (...)*¹⁵³ e *muito amado em Christo nosso filho mui claro rrei de Putugall e do Algarve Affonso (...)*¹⁵⁴.

¹⁴⁷ RUSSEL, P. - *As Fontes de Fernão Lopes*. p. 17.

¹⁴⁸ LUZ, M. S. - *Fórmulas de Tratamento no Português Arcaico*. p. 91.

¹⁴⁹ LOPES, F. - *Crónica de D. Pedro I*. Cap. XXVIII; p. 128; Linha 87. Poder-se-iam citar, pelo menos, mais nove exemplos.

¹⁵⁰ LOPES, F. - *Crónica de Portugal 1419*. Cap. 70; p. 129; Linha 4. Quadro 16, n.º 385.

¹⁵¹ LOPES, F. - *Crónica de D. Fernando*. Cap. XXVII; p. 48; Linha 26.

¹⁵² LOPES, F. - *Crónica de D. João I - parte II*. Cap. II; p. 7; Linha 12.

¹⁵³ LOPES, F. - *Crónica de D. Pedro I*. Cap. III; p. 15; Linha 8-10.

¹⁵⁴ LOPES, F. - *Crónica de D. Pedro I*. Cap. XXVIII; p. 128; Linha 89.

De forma semelhante, Pedro IV de Aragão tratou D. Pedro I:

*Muito alto e muito nobre dom Pedro, pella graça de Deus rrei de Purtugall e do Algarve (...)*¹⁵⁵

Já o duque de Génova, suplicante, tratou D. Pedro por: *Príncipe e senhor mui claro, de grande e rreal majestade (...)*¹⁵⁶.

O mais extraordinário dos exemplos estudados evidenciou-se numa carta do Papa Honório III a D. Sancho II. Apesar de ser comum os Papas tratarem os demais por *tu*, é notável o facto do Papa se recusar a dar o tratamento costumeiro a D. Sancho II por causa do seu comportamento e que resultou em excomunhão. É ilustrativo da importância que o formulário tinha à época:

*ao nobre rey de Portugal. Esprito de mais são conselho aquele que em ti he nos demoveo que nom puseçemos aquy a palavra com que te acostumavamos a saudar porque a tua culpa, que he muyto de doer, a qual te apartou da companhia dos fieys, te foy e he mereçedor desto, que bem devias tu de saber que todo poderyo he dado de Deos, o qual soo tem poder do reyno dos homens e alevanta em ele quem lhe apras. E porem tu, com hi poderio da tua (...)*¹⁵⁷.

Curiosa, mas compreensivamente, às rainhas estrangeiras não equivaliam os epítetos dos maridos. Eram “muito altas, e muito excelentes”, às quais se juntavam construções com o possessivo *vossa*. No tratamento epistolar também era normal empregar *amigo* para com outros reis, nobres e clérigos. Porém, o facto “de o rei não a usar em cartas dirigidas ao Papa”, revela que esta era um tratamento “entre iguais ou de superior para inferior”. “Também em cartas dirigidas a senhoras, o rei não escrevia *amiga*, tratamento que trairia familiaridade despropositada e (...) falta de delicadeza”.¹⁵⁸

3. Formas e fórmulas de tratamento em orações

No *corpus* analisado, em orações o *tu* é predominante. Já não era o *tu* universal e aplicado a todos indistintamente conforme o paradigma latino, mas era o *tu* de intimidade que dividia o espaço da segunda pessoa do singular com o *vós* de cortesia, reverência ou respeito. Porém, como foi exposto, o que se passou foi o *vós* ultrapassar o *tu* em frequência, mesmo entre íntimos e familiares, sendo este progressivamente restrito nos seus destinatários e/ou limitado ao tratamento de superior para inferior.

Como entender que *tu* fosse usado para com a divindade quando para com esta se esperaria a maior das reverências? Como se manteve *tu* para com Deus e santos, se este mesmo *tu* era tido como grave e desrespeitoso de inferior para superior, ao ponto de nem os filhos tratarem os pais por *tu*? A resposta a estas questões nem o professor Lindley Cintra alcançou, dispensando, desde logo, a possibilidade da influência de textos litúrgicos. Quanto ao uso do *vós* da segunda pessoa

¹⁵⁵ LOPES, F. - *Crónica de D. Pedro I*. Cap. III; p. 17; Linha 52-53.

¹⁵⁶ LOPES, F. - *Crónica de D. Pedro I*. Cap. X; p. 44; Linha 21.

¹⁵⁷ LOPES, F. - *Crónica de Portugal 1419*. Cap. 66; p. 120; Linha 18.

¹⁵⁸ LUZ, M. S. - *Fórmulas de Tratamento no Português Arcaico*. p. 185.

do singular, portanto, de cortesia, em orações, encontrou o professor uma glosa ao *Pater Noster*, provavelmente da lavra do infante D. Pedro no seu *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, em coexistência com outra que suspeita ser da lavra do confessor do infante, Frei João Verba, em que este usa o *tu*. É uma exceção. Nas cantigas, o *vós* que surge é o da segunda pessoa do plural, logo comum.¹⁵⁹

A par do *tu*, usava-se *Senhor, padre* ou *rei* para Deus e Jesus Cristo associados a outros termos, e para a Virgem há um exemplo de *madre*. Observem-se alguns exemplos.

Disse Mestre Rodrigo de Sintra, da Ordem de São Francisco:

*Beemto sejas Tu mui alto Deos, Primçipe dos reis da terra, doce Sollaz dos atribullados; e muitas graças Te damos, que nos quiseste ouvir, e do favvo da Tua dulçura destillastes sobre nos atam gramde misericordia (...)*¹⁶⁰.

Avizinhando a morte, clamou Dona Maria Telles de Meneses:

Madre de Deus, acorre-me e ave mercee (...) e Jesu filho da Virgem, acure-me (...).¹⁶¹

D. Afonso Henriques pediu:

*Ho bõo Senhor Deos todo poderoso, a que obedecem todalas criaturas e todas som a teu mandar e sob teu poderio, a ty soo agradeço (...)*¹⁶² e *Santiago, Santa Maria Virgem bem-aventurada, acorê-nos aqui. Mata-os, mata-os, nom seja tal que escape (...)*¹⁶³.

Como se sabe, o atual estado da língua difere do medieval. Porém, não se pense que a mudança foi linear. Pelo contrário, houve muitos avanços e recuos, mas o primeiro período de prevalência do *vós* sobre o *tu* em preces e orações foi, segundo Lindley Cintra, entre o final do século XVI e o início do XVII, regressando o *tu* no XVIII¹⁶⁴, só contrariado pela direção da Igreja já no século XX.

Conclusões

Ao findar desta exposição, viu-se que nalgum momento impreciso, o paradigma latino de tratamentos se alterou com a entrada do *vós*, pronome da 2.^a pessoa do plural, no campo da 2.^a pessoa do singular. Quer por causa ou em consequência, o então pronome da 2.^a pessoa do singular *tu*, restringiu-se. Resumiu-se a relações de intimidade e assimétricas, de superiores para inferiores, com o *vós* singular a adotar uma dupla faceta respeitosa e cerimoniosa entre iguais ou de inferiores para superiores, e a manter a neutralidade da sua forma plural. O português medieval era já recetor deste paradigma. Apesar disso, em casos muito particulares, e quando havia interesse, alguns interlocutores de maior estatuto não se coibiram de empregar o *vós* polido para com indivíduos estatutariamente inferiores. A isso deve somar-se os usos aos quais se antepunham outras formas como *Senhor*, por exemplo. Assim, é difícil apurar apenas um verdadeiro sentido e é certo que o seu valor,

¹⁵⁹ CINTRA, L. F. L. - *Sobre «Formas de Tratamento» na Língua Portuguesa*. pp. 73-80.

¹⁶⁰ LOPES, F. - *Crónica de D. João I - parte I*. Cap. CLI; p. 280; Linha 39.

¹⁶¹ LOPES, F. - *Crónica de D. Fernando*. Cap. CII; p. 372; Linhas 100 e 103.

¹⁶² LOPES, F. - *Crónica de Portugal 1419*. Cap. 14; p. 21; Linha 3.

¹⁶³ LOPES, F. - *Crónica de Portugal 1419*. Cap. 25; p. 44; Linha 6.

¹⁶⁴ CINTRA, L. F. L. - *Sobre «Formas de Tratamento» na Língua Portuguesa*. pp. 85-89.

forma e uso tenham variado. Certo é que todas as formas de *vós* e derivados experimentaram assinalável amplitude de interlocutores e ocorrências. O singular, pela sua própria natureza mais polida e respeitosa, parece ter sido a mais transversal das formas. Isto, apesar de poder ser rapidamente posta de lado em favor do *tu* em caso de altercações, desentendimentos ou alterações anímicas.

Se também aos reis era o *vós* naturalmente dirigido, eles quase nunca foram tratados por *tu*. Aliás, só o foram mesmo em situações pontuais. Já os reis, por norma, não tratavam nem clérigos nem ninguém por *tu* - havia que manter as formalidades inerentes à função. Os filhos nunca tratavam os pais por *tu*, mas é possível que os pais, reis ou não, por vezes o fizessem. Quanto às esposas não há dados, apesar de se poder especular que usassem *vós*, posto que se lhes dirigiam por *Senhor*. Paradigmáticos, porém, são os referidos diálogos de Dona Leonor Teles com o Conde Andeiro e com um judeu, quando trata o primeiro com um *tu* de intimidade e o segundo, que começa por tratar com um respeitoso *vós* e com um *Dom* antes do seu nome, termina com um *tu* impositivo, demonstrativo do penhor emocional patente nos tratamentos. A verdade é que, à época, ao que parece, o *tu* não tinha emprego generalizado. Curiosamente era a forma de tratamento por excelência em orações.

Além disso, no seio familiar os pais também podiam tratar os filhos por *filho/filha*. Estes respondiam com *vós*, *padre* e/ou *senhor*, com outras combinações. As mães tratavam os filhos por *senhor* ou *filho/filha*, que replicavam *madre* e/ou *senhora*. Contudo, enquanto os pais usavam *tu* para com os filhos/as, as mães usavam *vós*. Muitas vezes, depois de casados, os cônjuges adotavam os pais e demais familiares um do outro, tratando-os conforme a relação sanguínea do seu par. Ou seja, *madre sogra* e/ou simplesmente chamar *madre* à sogra, *padre* ao sogro, *filho* ao genro e *irmão* ao cunhado. Porém, a tónica aqui parece, a despeito da intimidade, pautada pelo respeito que inspiram os mais velhos.

Na sincronia estudada notou-se também o surgimento dos tratamentos nominais, aqueles que ao isolar de uma qualidade do interlocutor pospuseram-se possessivos como *vossa*. Novidade primacialmente para os monarcas, frisando-se a sua *mercê*, *alteza*, *senhoria* e *majestade*, foram paulatinamente sendo alargadas e, conseqüentemente, substituídas e/ou reservadas. Mais cerimoniosas, vieram tomar parte do campo de emprego do *vós* singular. Vieram sublinhar a tendência para a individualização dos tratamentos e a maior distância entre locutores, até porque implicavam a seleção do verbo na 3.^a pessoa. De tão significativas, tiveram mesmo de ser legisladas, como o foram pouco depois por D. Afonso V e mais tarde por Filipe II, restringindo-as hierarquicamente.

Senhor era o tratamento por excelência empregue para com o rei, mesmo antes de *vós* e *vossa mercê*. Além dele, era também empregue por inferiores a superiores de quem estivessem na dependência, e para clérigos. Além disso, houve a particularidade de se somar a nomes de terras, lugares, epítetos ou outros adjetivos. Extremamente respeitoso, foi também bastante variado e amplo.

Também se verificou a existência de numerosas expressões esporádicas empregues como tratamento. Como se viu, algumas delas são: *amigo, dom, dona, compadre, homem e homem-bom*; formas associadas a dignidades eclesiásticas e seculares como *santo padre, cardeal, bispo, arcebispo, mestre e prioste, e condestável, conde, comendador, almirante, cavaleiro e escudeiro*; formas familiares como *padre, madre, irmão, filho e filha*; além de *doutor, vassalo, varão e traidor*. Umas mais fixas do que outras, mais ou menos respeitadas e até irónicas. Sim, porque qualquer tratamento na direção de quem não o merecia ou associado a certos estados de espírito e/ou a gestos é passível dessa interpretação.

A predominância de tratamentos para indivíduos hierarquicamente mais elevados tem que ver com aqueles a quem Fernão Lopes *decidiu* dar voz. Como cronista da *arraia-miúda*, não se coibiu de, mesmo ao serviço da Coroa, e de maioritariamente dar destaque aos seus executores, de também dar voz àqueles inferiores na hierarquia social. É talvez por isso que se colheram tantas formas de inferior para superior quantas de superior para inferior, apesar de mesmo entre inferiores o *vós* ser o “normal”.

Não havendo um código de tratamento fixado por escrito, ele existia na mente de todas as pessoas. Todas sabiam como se comportar e o que dizer. Quando o infringiam, como que eram punidas, mesmo que tacitamente. Diretamente relacionada a isso é a perceção de que os tratamentos se foram tornando cada vez mais indiretos, ao mesmo tempo que alargados e individualizados, num processo não linear. Concomitantemente, as alterações provocadas pelos novos usos de formas de tratamento existentes, e pelo surgimento de novas, fez com que se processarem alterações ao nível da sintaxe e da construção frásica que nem sempre foram fáceis e evidentes, de que é exemplo não só a evolução das formas verbais, como os lapsos de concordância.

Deseja-se que a análise empreendida tenha sido suficientemente elucidativa, por um lado, do fantástico mundo que as rodeia e, por outro, do exaustivo trabalho de seriação, catalogação e síntese. É evidente que há lapsos, imprecisões e falhas que se lamenta. Também se lamenta a inacessibilidade a obras como “*De “eu” e “tu” a “majestade. Tratamentos de familiaridade e reverência* de Manuel Said Ali Ida, *Linguistique et histoire des moeurs* de Christophe Nyrop, *Die Syntax der Anrede in Portugiesischen*, de Harri Meier, entre outras que, certamente, enriqueceriam o estudo. Seria muito interessante avançar na cronologia, numa perspetiva diacrónica, para ver o uso dos tratamentos na nova situação de reconfiguração dos poderes provocada pela ascensão de D. Afonso V, os enfrentamentos e arranjos entre a adequação das formas de tratamento reclamadas. Seria igualmente interessante proceder a uma análise dos gestos ou da mimica cortês que, muitas vezes, acompanha a fala e que foram triados, bem como uma abordagem às precedências. Como quer que seja, mero *anão a ombros de gigantes*, não se teve aqui a pretensão de abordar definitivamente a vastíssima temática das formas e fórmulas de tratamento. Longe de esgotada, se se tiver somado um grão — mesmo que de mostarda — ao conhecimento existente, não terá então sido em vão todo o empenho e esforço empreendidos.

Fontes

AFONSO X - *Las Siete Partidas del Rey Alfonso El Sabio: cotejadas con varios codices antiguos por la Real Academia de la Historia*. Tomo II - Segunda e Tercera Partida; Tomo III - Partida Quarta, Quinta, Sexta y Septima. Madrid: Imprenta Real, 1807. 795 p.. Disponível em WWW:<URL:<http://fama2.us.es/fde/lasSietePartidasEd1807T2.pdf> & <http://fama2.us.es/fde/lasSietePartidasEd1807T3.pdf>>.

D. DUARTE - *Leal Conselheiro, o qual fez Dom Duarte, pela graça de Deos Rei de Portugal e do Algarve, e Senhor de Ceuta, a requerimento da minha muito excellente Rainha Dona Leonor sua mulher, seguido do Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sella* (...). ed. José Ignacio Roquete. Paris: Officina Typographica de Fain e Thunot, 1842. Disponível em WWW:<URL:<https://archive.org/details/lealconselheiro1854duar>>.

LOPES, Fernão - *Crónica de D. Pedro I*. Ed. crítica, introd., glossário e índices de Giuliano Macchi; rev. Giuliano Macchi, Teresa Amado. 1ª ed. [Lisboa]: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007. 231 p..

— - *Crónica de D. Fernando*. Ed. crítica, introd., glossário e índices de Giuliano Macchi; rev. Giuliano Macchi, Teresa Amado. 2ª ed. rev. [Lisboa]: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004. 654 p..

— - *Crónica del Rei dom João I de boa memória por Fernão Lopes - Parte Primeira*. Reprodução fac-similada da edição do Arquivo Histórico Português (1915) preparada por Anselmo Braamcamp Freire. Prefácio por Luís F. Lindley Cintra. [Lisboa]: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977. 424 p..

— - *Crónica del Rei dom João I de boa memória por Fernão Lopes - Parte Segunda*. Copiada fielmente dos melhores manuscritos por William J. Entwistle. [Lisboa]: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1968. 461 p..

— - *Crónica de Portugal de 1419*. ed. crítica com introdução e notas de Adelino de Almeida Calado. 1ª ed. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998. 309 p. ISBN 972-8021-58-5.

ZURARA, Gomes Eanes – *Crónica da Tomada de Ceuta*. Publicada por ordem da Academia das Ciências de Lisboa segundo os manuscritos nº368 e 355 do Arquivo Nacional por Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia de Ciências, 1915. 349 p..

Bibliografia

ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS, Comissão de Historia - *Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza, dos Reinados de D. Dinis D. Affonso IV. D. Pedro I. e D. Fernando*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1816. Tomo IV.

BASTO, Cláudio - Formas de tratamento, em português. *Revista Lusitana* [Em linha]. Vol. 29, n.º 1-4 (1931), p. 183-202. Disponível em WWW:<URL:http://cvc.instituto-camoes.pt/component/docman/doc_download/218-revista-lusitana-volume-xxix.html>.

- BEIRANTE, Maria Ângela - *As Estruturas Sociais em Fernão Lopes*. [Lisboa]: Livros Horizonte, 1984. 104 p..
- BLUTEAU, Rafael - *Vocabulario portuguez e latino...* Tomo III. [Em linha]. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1713. Disponível em WWW:<URL:<http://purl.pt/13969/4/>>.
- BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen. *Politeness: some universal in language usage*. Cambridge: Cambridge University, 1987. 345 p.
- BROWN, Roger; GILMAN, Albert - The Pronouns of Power and Solidarity. In SEBEOK, T.A. (ed.). *Style in Language*. [Em linha]. Massachusetts: MIT Press, 1960. p. 253-276. Disponível em WWW:<URL:<https://doi.org/10.1515/9783110805376.252>>.
- CARDEIRA, Esperança - Revisitando a periodização do Português: o Português Médio. *Revista Domínios de Linguagem*. [Em linha]. Minas Gerais: Editora da Universidade Federal de Uberlândia. vol. 3, N.º 2 (2011) pp. 103-120. Disponível em WWW:<URL:<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/11508>>.
- CARREIRA, Maria Helena Araújo - *Formas de Tratamento no Português como Designação do Outro e de Si: Perspectivas de Investigação e Transposição Didáctica*. [Em linha]. Paris: Universidade de Paris VIII, [s.d.]. Disponível em WWW:<URL:<https://docplayer.com.br/62394758-Formas-de-tratamento-de-portugues-como-designacao-do-outro-e-de-si-perspectivas-de-investigacao-e-transposicao-didactica.html>>.
- CAVALHEIRO, Valéria Mourales - *As diferentes regras de uso das formas tu e você e suas influências na compreensão de narrativas literárias: PB e PE*. [Em linha]. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2017. 338 p. Tese de Doutoramento. Disponível em WWW:<URL:<https://hdl.handle.net/10216/108454>>.
- CINTRA, Luís F. Lindley - *Sobre «Formas de Tratamento» na Língua Portuguesa*. [Lisboa]: Livros Horizonte, 1972. 144 p..
- CUESTA, Pilar Vázquez; LUZ, Maria Albertina Mendes da - *Gramática da Língua Portuguesa*. Trad. Maria Gabriela Ardisson Pereira de Matos. Lisboa: Edições 70, [imp.] 1988. 704 p..
- DUARTE, Isabel Margarida - Formas de Tratamento em Português: entre Léxico e Discurso. *Matraga - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ*. [Em linha]. Rio de Janeiro: Instituto de Letras da UERJ. vol. 18, N.º 28 (2011) pp. 84-98. Disponível em WWW:<URL:<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matruga/article/view/26077>>.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles - *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2015. vols. III, V.
- LUZ, Marilina dos Santos - *Fórmulas de Tratamento no Português Arcaico: subsídios para o seu estudo*. Separata da Revista Portuguesa de Filologia. Coimbra: Casa do Castelo Editora, 1958. 283 p..
- MARCOTULIO, Leonardo Lennertz - Formas de tratamento no português arcaico: contribuições do teatro português quinhentista. *Confluência - Revista do Instituto de*

- Língua Portuguesa*. [Em linha]. Rio de Janeiro: Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português. N.º 46 (2014) Disponível em WWW:<URL:<http://dx.doi.org/10.18364/rc.v1i46.14>>.
- MOREIRA, Filipe Alves - *A Crónica de Portugal de 1419: fontes, estratégias e posteridade*. [Lisboa]: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. 594 p.
- MATTOSO, José (dir.) - A monarquia Feudal, Vol. 2 de MATTOSO, José e SOUSA, Armindo de, ‘História de Portugal’. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.
- MONTEIRO, João Gouveia - *Fernão Lopes, texto e contexto*. pref. José Mattoso. 1ª ed. Coimbra: Livraria Minerva, 1988. 164 p..
- RUSSEL, Peter Edward - *As Fontes de Fernão Lopes*. Trad. de A. Gonçalves Rodrigues. 1ª ed. Coimbra: Coimbra Editora Limitada, 1941. 52 p..
- SAID ALI IDA, Manuel - *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 2.ª edição melhorada e aumentada de Lexicografia, Formação de Palavras e Sintaxe do Português Histórico. [Em linha]. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1931. Disponível em WWW:<URL:<https://archive.org/details/M.saidAli.grammaticaHistoricaDaLinguaPortuguesa/mode/1up>>.
- SARAIVA, António José; LOPES, Óscar - *História da Literatura Portuguesa*. 17ª ed. corrigida e atualizada. Porto: Porto Editora, 2010. 1216 p..
- SILVA, António de Moraes - *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. 10ª ed. Lisboa: Confluência, imp. 1959. vols. V, XII.
- TEYSSIER, Paul - *História da Língua Portuguesa*. Trad. De Celso Cunha. 6ª ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1994. 114 p..
- VASCONCELLOS, António Garcia Ribeiro de - *Grammática histórica da língua portuguesa (VI e VII classes do curso dos lyceus)*. Paris: Livraria Aillaud: 1900. 235 p.. Disponível em WWW:<URL:<https://archive.org/details/grammticahist00vascuoft>>.
- VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de - *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. 2.ª ed.. Lisboa: Editor A. J. Fernandes Lopes, 1865. 2 vols..

Anexos

Gráfico n.º 1 - Distribuição das formas e fórmulas de tratamento seriadas por crónica

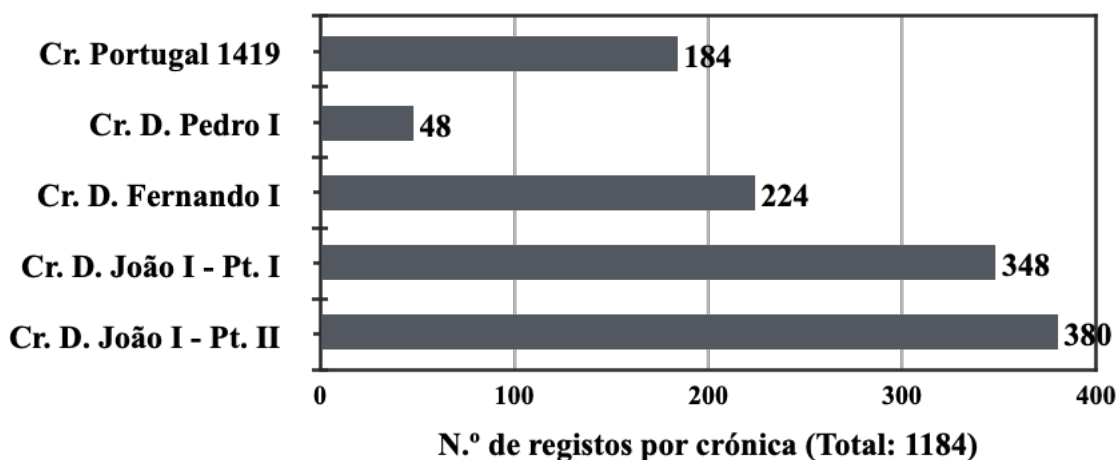


Gráfico n.º 2 - Distribuição das principais formas de tratamento seriadas por tipo

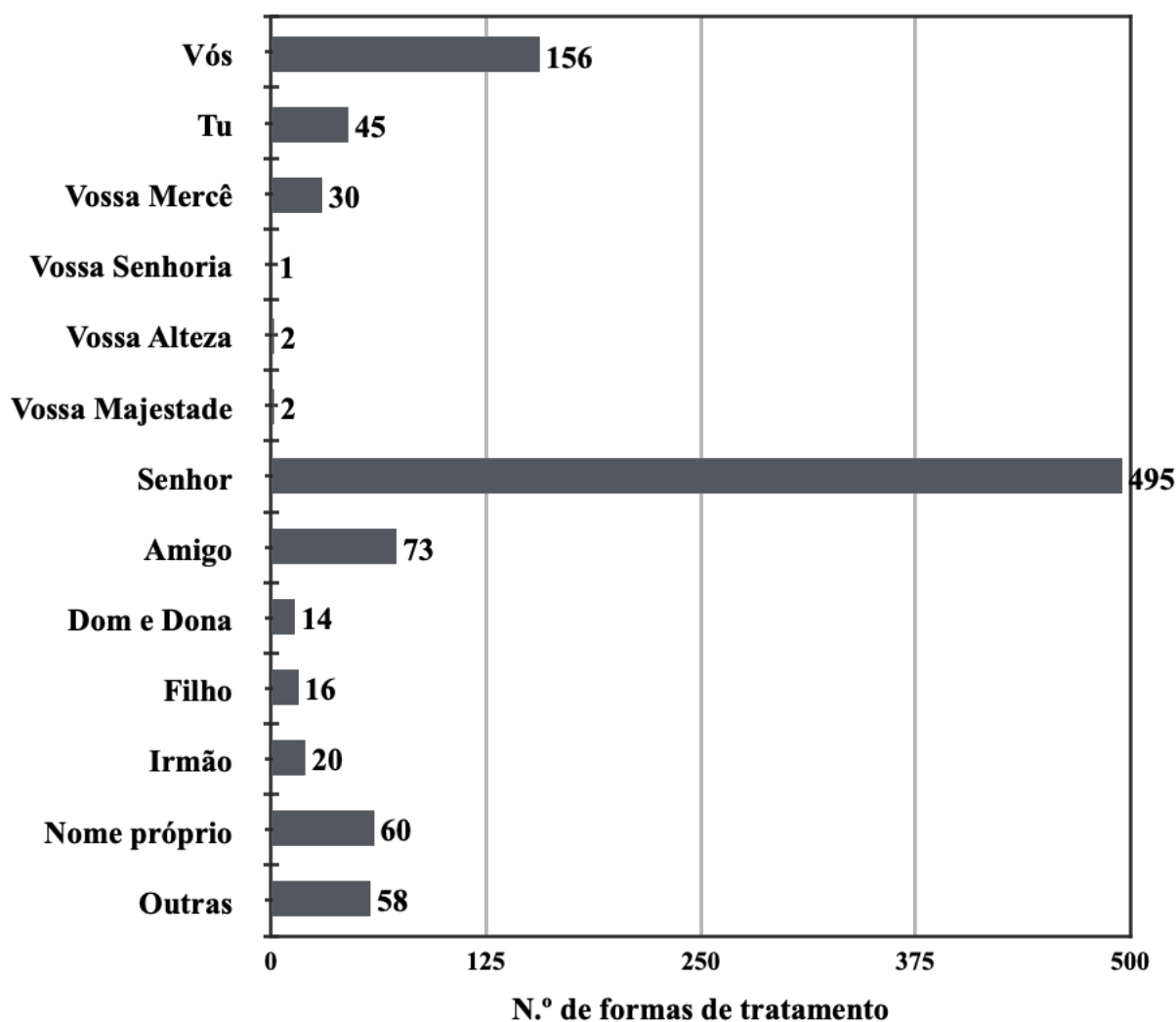
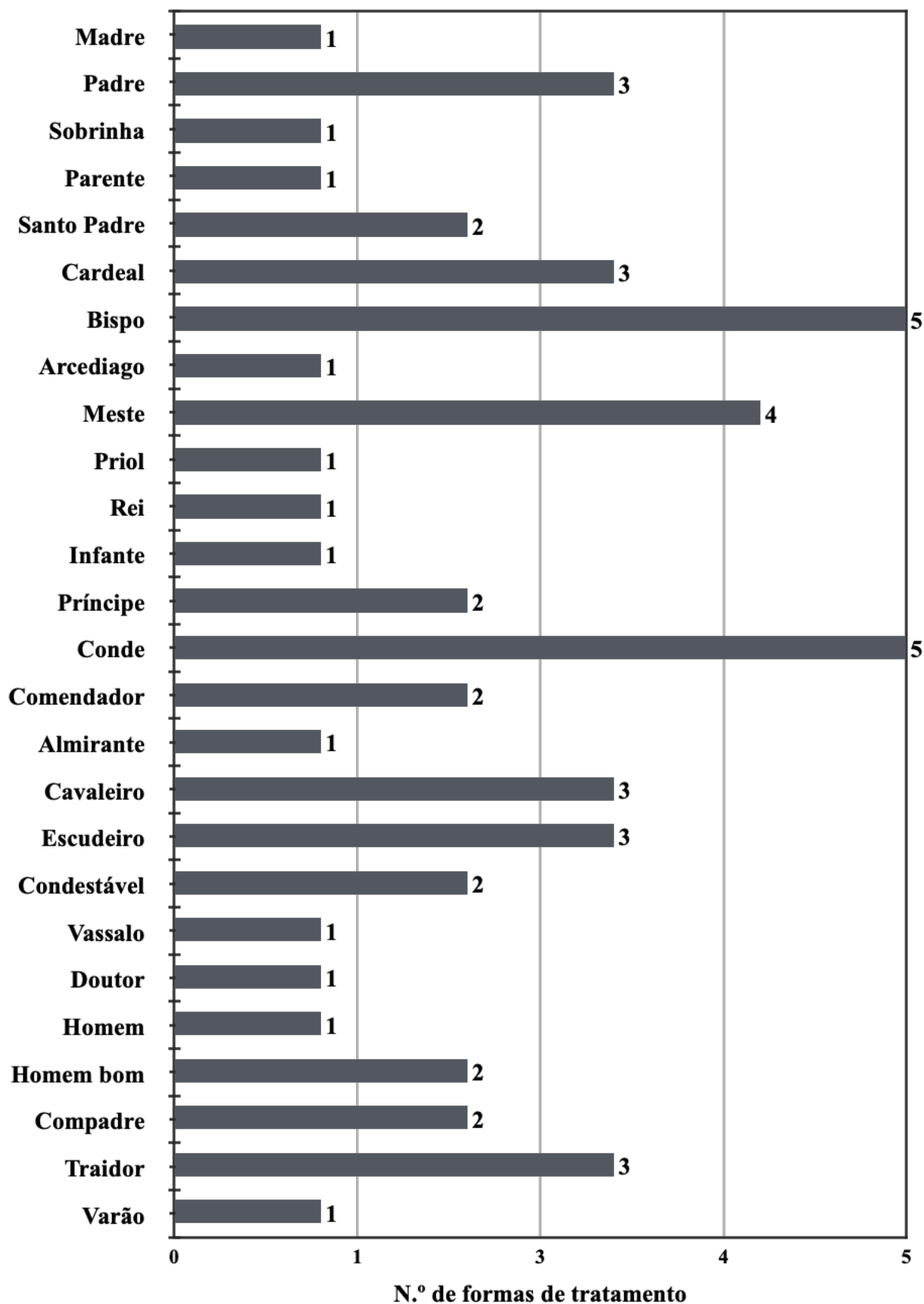


Gráfico n.º 3 - Distribuição das outras formas de tratamento seriadas por tipo



Uma Trilogia do Poder

Crónica de D. Afonso V, Painéis de São Vicente de Fora e Tapeçarias de Pastrana

Carlota Bellino Vieira de Castro
carlotalemur@gmail.com

Resumo

Partindo do pressuposto de que as imagens, enquanto fruto de um tempo, carregam em si vestígios de uma realidade histórica, o presente artigo, que se centra no ano de 1471 prende-se com as representações do poder presentes nas *Tapeçarias de Pastrana* e nos *Painéis de São Vicente*. Assim, ao procurar entender o verdadeiro significado da imagem associada a Afonso V, será aplicado o método de investigação iconográfica desenvolvido por Erwin Panofsky. O texto da *Crónica de D. Afonso V*, embora o único elemento desta trilogia do poder que não foi encomendado pelo próprio monarca, é também indispensável ao entendimento da figura que a dinastia de Avis pretendia construir, sendo certo que os soberanos não quiseram apenas imortalizar uma visão de si mesmos, mas também da sua geração e do seu reino enquanto um todo.

Palavras-chave: Afonso V; Crónica de D. Afonso V; Painéis de São Vicente de Fora, Tapeçarias de Pastrana.

Abstract

Based on the assumption that the images, as a result of time, carry traces of a historical reality, the present article, which focuses on the year 1471, deals with the representations of power present in Tapeçarias de Pastrana and Painéis de São Vicente. Thus, when trying to understand the true meaning of the image associated with Afonso V, the method of iconographic investigation developed by Erwin Panofsky will be applied. The text of the *Crónica de D. Afonso V*, although the only element of this trilogy of power that was not commissioned by the monarch himself, is also indispensable for the understanding of the figure that the Avis dynasty intended to build, being certain that the sovereigns did not just want to immortalize a vision of themselves, but also of their generation and their kingdom as a whole.

Keywords: Afonso V; Crónica de D. Afonso V; Painéis de São Vicente de Fora, Tapeçarias de Pastrana.

Introdução

Sabe-se que *O Africano* cultivava a sua imagem, sobretudo depois dos anos dourados de Alcácer Ceguer, Arzila e Tânger. Sabe-se, de igual modo, que, a partir do *Quattrocento*, o mecenato aumentou exponencialmente devido a uma maior quantidade de dinheiro em circulação. Com o aumento do mecenato, cresceu a encomenda, uma vez que os grandes senhores dos séculos XV e posteriores consideravam que a arte tinha um papel fundamental na construção de uma imagem política, social e económica. Viviam-se, portanto, uma realidade cultural circular: os comitentes necessitavam dos artistas para construir a sua imagem, e os artistas necessitavam dos comitentes, não só para poderem continuar a produzir, mas também para ascenderem socialmente. Mais do que o reconhecimento da nobreza da sua arte, foi a necessidade dos artistas – sustentada pelas cortes que procuravam a originalidade e a novidade – que conduziu ao dinamismo destas cronologias.

D. Afonso V, impregnado de um sentido de missão e de cruzada, no seu entender *justo, bélico e cristão*, procurou legar à história *uma imagem hagiográfica e glorificada*, por si edificada. Foi esta vontade que o levou a ordenar e a idealizar, a par das duas séries de Pastrana, o políptico de veneração a São Vicente, em clara complementaridade simbólica e ideológica¹.

Esta vontade do monarca de atingir da imortalidade fora já demonstrada na exposição *A Invenção da Glória*, apresentada no Museu Nacional de Arte Antiga de 12 de junho a 12 de setembro de 2010. Segundo António Filipe Pimental, diretor do mesmo museu ao tempo da sobredita exposição,

em todos [os panos encomendados por D. Afonso V], com efeito, se expressa o mesmo anseio de criar uma imagem para a História: de inventar um registo de glória, ao Rei-guerreiro, que nelas faz prova [...] de uma aguda e moderna ciência da importância operativa dos meios cénicos e visuais, denunciadora de uma formação intelectual já impregnada de heroísmo².

A ânsia de ver a sua glória reconhecida era tanta para os homens do século XV e seguintes, que muitos procuravam realizar pomposos eventos que refletissem o seu poder. “Las fiestas realizadas con motivo de las coronaciones, por ejemplo, eran un recurso necesario para sublimar las ideas de prestigio y poder político a través de una ostentación pública y fastuosa del mismo”³. D. Afonso V, enquanto monarca imbuído do espírito humanista característico do seu tempo, configurou-se como antecessor do programa altamente simbólico iniciado por D.

¹ HENRIQUES, Ana de Castro (coord.) – *A Invenção da Glória: D. Afonso V e as Tapeçarias de Pastrana*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 28 de maio de 2010. p. 12.

² PIMENTEL, António Filipe – D. Afonso V e a Invenção da Glória. As Tapeçarias de Pastrana no Museu Nacional de Arte Antiga. In HENRIQUES, Ana de Castro (coord.) – *A Invenção da Glória: D. Afonso V e as Tapeçarias de Pastrana*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 28 de maio de 2010. pp. 10-11.

³ ALCAIDE, Victor Nieto; CREMADES, Fernando Checa – *El Renacimiento: Formación y crisis del modelo clásico*. 3ª edição. Madrid: Ediciones Istmo, 1985. p. 109.

Manuel I, tanto na Sala dos Brasões do Palácio de Sintra, como na embaixada que O Venturoso enviou à cúria romana⁴.

Tomando-se o ano de 1471, ano em que “[...] ennovou e acrescentou ElRey o titulo que tinha, e se intitidou nova e pymeiramente per esta maneira Dom Afonso per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves, daa quem e daalém mar em Africa [...]”⁵ como cronologia fulcral, a minha leitura do texto de Rui de Pina centrou-se nos capítulos 162º a 167º. Estou, todavia, ciente de que os textos da crónica assumiam, acima de tudo, uma função pedagógica de educação dos jovens príncipes, pelo que devem ser interpretados e questionados, no sentido de permitirem avançar um pouco mais no conhecimento, ainda que, numa investigação em história, a verdade seja um horizonte inalcançável.

1. Algumas Considerações Sobre o Reinado de D. Afonso V*

El-rei D. Duarte faleceu em Tomar, na quinta-feira dia 9 de setembro de 1437, dia em que, segundo a crónica, “[...] per espaço de duas oras o Sol em grande cantydade foy cris [...]”⁶, fenómeno que já havia ocorrido aquando das mortes de D. João I e de D. Filipa de Lencastre. Não é possível saber se, de facto, o sol se terá eclipsado à data da morte de O Eloquentes, porém, independentemente de tal acontecimento, a intenção de Rui de Pina ao mencioná-lo é clara: enaltecer a figura do monarca falecido, mostrando que até o próprio sol fez o seu luto.

Com efeito, após a morte do soberano, muito se discutiu acerca da regência do reino. O testamento do monarca falecido apontava para que o governo do reino ficasse entregue a D. Leonor até à maioridade do príncipe Afonso, que chegou a ser *alevantado* a 10 de setembro do sobredito ano. No entanto, o Infante D. Pedro, não obstante ter jurado lealdade ao seu sobrinho “[...] como por mostrar a muytos de danadas maginaçoens, e aa Raynha Dona Lyanor pyncipalmente, que aquella fora sempre, e era sua leal e verdadeira tençaõ d’obedecer e nam a outra falsa de querer per força reinar [...]”⁷, acabou por pressionar militar e politicamente a rainha até conseguir assumir a regência.

Para conseguir tomar o poder, o Duque de Coimbra rodeou-se de inúmeros juristas que, ancorando-se no direito imperial romano, negavam a capacidade das mulheres para governar. D. Leonor munuiu-se das mesmas armas, mas os seus apoiantes baseavam-se no princípio da

⁴ PIMENTEL, António Filipe – *op. cit.*

⁵ PINA, Rui de – *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*. In: PINA, Rui de – *Crónicas*. Introd. de Manuel Lopes de Almeida; rev. de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977. p. 825.

* Nesta secção encontram-se narrados apenas os acontecimentos relevantes para a tese que se pretende defender, a da tentativa de construção de uma imagem por parte do monarca. Neste sentido, este capítulo não tem qualquer pretensão de apresentar uma biografia mais ou menos completa de D. Afonso V.

⁶ PINA, Rui de – *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*... p. 587.

⁷ *Idem*, pp. 589-590.

legalidade, fundado na vontade expressa no testamento de D. Duarte⁸. Se é verdade que o facto de a rainha ser estrangeira contribuiu para o seu descrédito, também o é que o preconceito acerca da menoridade intelectual das mulheres no medievo limitava o seu espaço de ação em todos os campos da sociedade. Segundo R. Howard Bloch,

[...] o tópico da misoginia, como a clava ou o cinto de castidade, compartilha um horror vestigial praticamente sinónimo da Idade Média, e porque uma das suposições que governam nossa percepção do cristianismo primitivo e do período medieval é a presença virulenta do antifeminismo⁹.

O mesmo autor cita Jean de Meun, um dos mais importantes poetas franceses do medievo, que, em *Roman de la Rose*, explicita algumas das características psicológicas que a sociedade do seu tempo considerava como inerentes ao sexo feminino, e que impediam qualquer ambição de libertação das amarras domésticas:

Qu'il i a vie trop grevaine,
Pleine de travail et de paine
Et de contenz et de riotes,
Par les orguez des fames sotes,
Et de dangiers et de reproches
Qu'el fonte t dient par leur boches,
Et de requestes et de plaintes
Qu'el treuvent par achesons maintes.
Si ra grant paine en eus garder
Por leur fous volairs retarder¹⁰.

Os argumentos de D. Pedro foram imbatíveis, pelo que D. Leonor se viu na posição de firmar a seguinte concordata: “Que com a Rainha ficasse o cargo da cryaçam de seus Fylhos; e com a governança e ministrarça de toda a fazenda; e ao Yfante ficasse ho Regymento da Justyça, e o Tytulo de Defensor dos Reynos por ElRey”¹¹. Apesar da assinatura deste acordo, o futuro Africano acabou por perder a mãe muito cedo, tendo sido entregue aos cuidados do seu tio D. Pedro, que posteriormente derrotou na batalha de Alfarrobeira. Foi este trágico desfecho que levou a que Manuel Ramos escrevesse: “[...] [D. Pedro] com a vitória também assinou a sua sentença de morte que lhe estava reservada para o dia em que abandonasse a regência”¹².

⁸ RAMOS, Manuel Francisco – “«Mulier ne debuerit habere regnum»: a regência na menoridade de D. Afonso V vista pelos juristas”. *Medievalista*. [Em Linha]. Lisboa: IEM-FCSH. N.º 23 (2018)

⁹ BLOCH, R. Howard – *Misoginia Medieval e a Invenção do Amor Romântico Ocidental*. Trad. de Cláudia Moraes. Rio de Janeiro: Editora 34. Distribuição pela Editora Nova Fronteira S.A., 1995. pp. 14-15.

¹⁰ MEUN, Jean de – *Roman de la Rose*. Cit. por BLOCH, R. Howard – *op. cit.*, p. 23.

¹¹ PINA, Rui de – *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V...* p. 599.

¹² RAMOS, Manuel Francisco – *op. cit.*, p. 9.

D. Afonso V continua a ser considerado por alguns autores como um rei-cavaleiro, que tinha como objetivo único conseguir vitórias militares, podendo ignorar o bem-estar do seu povo – a título exemplificativo, refiro que levou o príncipe D. João consigo para o campo de batalha, correndo o risco de deixar o reino numa situação de interregno. Saúl António Gomes advoga que a forte influência materna na sua educação enquanto jovem ter-lhe-á incutido uma noção muito clara de identidade¹³, o que terá moldado a sua personalidade. Atrevo-me a colocar algumas questões a esta tese. Embora esteja ciente de que os primeiros anos de vida são os mais importantes no desenvolvimento do temperamento, e de que se Gomes avança com esta asserção alguma razão terá, face à morte precoce de D. Leonor não me parece possível fazer uma afirmação tão categórica como a anteriormente enunciada.

Por uma razão ou por outra, D. Afonso V mostrou grande preocupação com a conquista de territórios em África, visando dar continuidade às políticas portuguesas de controlo do Magrebe, facto que lhe valeu o cognome “O Africano”. A sua ambição expansionista mostrou-se clara desde os primórdios do seu reinado: depois da perda de Constantinopla, o soberano colocou-se disponível para fazer a cruzada junto do Papa Calisto III, em 1456, enviando uma armada portuguesa de pequenas dimensões para o Oriente¹⁴.

Corria o ano de 1471 quando uma esquadra formada por 477 embarcações de diversos tamanhos e cerca de 30 000 homens desembarcou na cidade de Arzila¹⁵, que, juntamente com Tânger e Alcácer Ceguer, surgia como praça fundamental para garantir a segurança do reino de Portugal no contexto do *eixo estratégico Atlântico-Mediterrânico*¹⁶, uma vez que coroavam a península tingitana.

No pymeiro bote saíram logo com ElRey [D. Afonso V] muyta gente, toda bem armada [...]. E no dia em que ElRey sahio, logo pôs cerco aa Villa em torno de mar, cerrando e defendando seu arrayal com alta cava [...]. E começaram apressadamente de fazer seus tiros, e assy os espingardeiros e beesteiros não cessavam de combater [...]¹⁷.

Arzila foi tomada a 24 de agosto, tendo a empresa sido comandada por D. Afonso V com o apoio do príncipe herdeiro D. João, que, de resto, foi armado cavaleiro na mesquita da cidade.

A entrada na fortaleza da praça continua a ser alvo de reflexão, já que os muçulmanos tentaram negociar com o soberano uma rendição, quando o “[...] Alcayde da dita Vylla [Arzila]

¹³ GOMES, Saúl António – *D. Afonso V: o africano*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006. 366 p. (Coleção Reis de Portugal, 2.ª dinastia, vol. 12).

¹⁴ ARAÚJO, Inês Filipa Meira – *As Tapeçarias de Pastrana: Uma Iconografia de Guerra*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012. Tese de mestrado.

¹⁵ Cidade do noroeste de Marrocos, que faz parte da atual da região de Tânger-Tetuão. Situa-se a cerca de 40 quilómetros a sul por estrada de Tânger, numa planície junto à costa atlântica.

¹⁶ *Idem*, p. 25.

¹⁷ PINA, Rui de – *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V...* pp. 820-821.

lhe querya [a El-Rei] hir falar sobre concerto, que era tal que o devia aceitar”¹⁸, pedido a que o monarca acedeu. Contudo, o ataque precipitou-se sem ter sido dada ordem de início.

Embora Rui de Pina escreva que era intenção do monarca fazer cumprir o acordo com o alcaide de Arzila, atrevo-me a questionar se tal terá, de facto, ocorrido. Gomes alega que a grande motivação para a mudança de posição de O Africano terá sido o assassinato de D. Álvaro de Castro, Conde de Monsanto, mas não ignora que D. Afonso V terá desconfiado desde logo da proposta sarracena¹⁹. Quiçá o monarca sempre tivesse pretendido invadir a cidade, e o seu cronista apenas mascare tal vontade para deixar do seu soberano a imagem de um homem justo. Com efeito, rigorosamente o mesmo acontece na *Crónica do Senhor Rey D. Duarte*, na qual Rui de Pina relata que as cartas enviadas pelo Infante Santo a seu irmão “[...] moviam os olhos d’ElRey pera muytas lagrimas, e punham seu coração em muyta tristeza [...]”²⁰, e onde eu ousou questionar até que ponto é que tal será verdade, uma vez que foi por decisão, entre outros, da própria Ínclita Geração que D. Fernando foi votado ao martírio.

Conquanto o objetivo principal da empresa marroquina tenha sempre sido Tânger, a verdade é que a tomada de Arzila se revelou muito proveitosa, ideia patente na inscrição da tapeçaria *O assalto a Arzila: das riquezas, a presa obtida foi maior do que era de esperar em vista o tamanho da cidade*²¹. De resto, “[...] a mortyndade e estrago de Arzilla [...]”²² serviram de alarme para a investida portuguesa em Tânger, que apenas se consumou quando a cidade se encontrava “[...] vazia de suas pessoas e fazendas e chea de muyto fogo [...]”²³. Gomes afirma que a versão dos acontecimentos narrada por Rui de Pina parece contradizer a de Jean de Wavrin, citando a transcrição de Jacques Paviot:

[quando o exército português entrou] toute la ville estoit saine et entiere, sans y avoir esté en nulle part boutté le feu. Et trouverent les maisons bien estoffes de litz, de mesnage, de bléz, d’orge et poisson et tous aultres vivres, excepté char et vin, en sy grand habondance qu’ilz en ont assez pour iij [3] ou quatre ans. Et trouverent aussy bombardes, canons, poldres et toute aultre artillerye en grant souffissance, car, adce que l’en dit, toute la plus part et la meilleure artillerye y estoit²⁴.

¹⁸ *Idem*, p. 821.

¹⁹ GOMES, Saúl António – *op. cit.*, p. 194.

²⁰ PINA, Rui de – *Chronica do Senhor Rey D. Duarte*. In PINA, Rui de – *Crónicas*. Introd. de Manuel Lopes de Almeida; rev. de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977. p. 821.

²¹ ARAÚJO, Inês Filipa Meira – *op. cit.*

²² PINA, Rui de – *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V...* p. 824.

²³ *Idem*, p. 570.

²⁴ Cit. por PAVIOT, Jacques – *Portugal et Bourgogne au XV^e siècle (1384-1482). Recueil de documents extraits des archives bourguignonnes*. Paris/Lisboa: Centre Culturel Calouste Gulbenkian – Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 1995.

Dez anos após a tomada de Arzila, ao vigésimo oitavo dia do mês de agosto, O Africano faleceu, possivelmente vítima dos diversos surtos de peste que assolaram o reino ao seu tempo²⁵. A descrição redigida por Rui de Pina dos últimos momentos do monarca é breve e menos expressiva:

ElRey tendo feito seu testamento, e recebendo todollos sacramentos ally acabou, como bom e Catolico Cristam, dando sua alma a Deos [...] E na propria casa em que nasceo, ali morreo e acabou. Foy seu corpo logo metido em hum ataude, e posto sobre huma azemalla que com Cruzes, tochas, e Clerigos foy pollo Conde de Monsanto, que hy era, e per outros Fydalgos levado ao Moesteiro da Batallha, e enterrado na casa do Cabido, onde jaz atée aver sua sollene merecida sepultura²⁶.

Gomes ressalva a necessidade de se comparar o relato de Pina, que opta por um *silêncio que parece de ouro face às palavras que nos causam alguma desconfiança*²⁷, com o de Garcia de Resende, mais arrojado. Este cronista menciona a suspeição latente de envenenamento, sendo o príncipe D. João acusado por alguns membros da corte – e não pelo cronista – de estar envolvido em tal conspiração. Alude, no entanto, à satisfação sentida pelo soberano ao ver aproximar-se do seu leito o seu filho, tendo sido ele, motivado pela vontade de salvar a alma paterna, a conduzir os últimos momentos da vida do progenitor²⁸. Se Rui de Pina escreve que terá sido o Conde de Monsanto o responsável pelo transporte do cadáver real, Garcia de Resende aponta para a intervenção do futuro O Príncipe Perfeito²⁹. Face a esta contradição, parece-me importante ressaltar, mais uma vez, a agenda dos textos da crónica, podendo Garcia de Resende exaltar D. João não porque ele tenha, de facto, tido um papel relevante nesta circunstância, mas sim devido ao facto de ele ser o futuro monarca, sendo necessário solidificar a sua imagem enquanto modelo de virtude.

2. Uma Trilogia do Poder

A nível da exposição iconográfica, D. Afonso V foi sempre representado em concordância com a imagem presente nas tábuas da *Genealogia do Infante D. Fernando*: “[...] arma erguida, tratado como um ancião quase bíblico, um perfeito Africano”³⁰, ou seja, em aparato militar.

²⁵ GOMES, Saúl António – *op. cit.*, p. 269.

²⁶ PINA, Rui de – *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V...* pp. 879-880.

²⁷ GOMES, Saúl António – *op. cit.*, p. 270.

²⁸ *Idem, ibidem.*

²⁹ *Idem, ibidem.*

³⁰ GOMES, Saúl António – *op.cit.*, p. 11.

Figura 1: D. Afonso V [pormenor]. Fólio 13.



FONTE: HOLANDA, António de; BENING, Simão – *A Genealogia do Infante Dom Fernando de Portugal*. Introdução, notas, direção artística e gráfica de Martim de Albuquerque e João Paulo de Abreu e Lima. Porto – Lisboa: Banco de Portugal, 1984.

D. Afonso V é representado de arma em punho e com uma armadura corretamente colocada, verdadeira imagem de um cavaleiro. Carrega, contudo, uma coroa, símbolo da sua dignidade real provada no campo de batalha.

Esta representação perdurou no tempo, na medida em que, com exceção das iluminuras contemporâneas de el-rei³¹, se optou por mostrá-lo, pelo menos até aos séculos XVII e XVIII,

[...] em formato de busto, como patriarca e ancião, olvidando que esse homem faleceu aos 49 anos de idade, longe, portanto, mesmo à luz das concepções sobre a velhice desses tempos, da realidade”³². Estando a mencionada iluminura por concluir, é impossível compará-la com a descrição física legada por Rui de Pina, segundo a qual “foy ElRey Dom Afonso Princepe mais de grande que meaã estatura, e em todos eus membros bem feyto e muy proporcionado [...], teve ho rosto redondo, bem povoado de barba preta, e em todallas outras partes do corpo muyto cabeludo [...]”³³.

O pendor bélico associado às iconografias régias, como imagem de proteção dos seus súbditos, vinha já de períodos muito recuados. De resto, o último capítulo da *Crónica de D. Afonso V* é bastante ilustrativo no que toca à imagem aguerrida do monarca que se pretendia

³¹ Estilizadas em concordância com os modelos simbólicos característicos das armarias tardo-medievais, em que o rei aparece como um jovem perfeito.

³² GOMES, Saúl António – *op. cit.*, p. 11.

³³ PINA, Rui de – *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V...* p. 880.

imortalizar: “[...] e por ser Pryncepe de muy alto e esforçado coraçam, foy sempre zellador de emprender cousas arduas, e prosseguyllas por armas como cavaleiro [...]”³⁴. Considero bastante curioso que imediatamente a seguir a este elogio das e às armas venha a afirmação “[...] mais que de entender como Rey no Regimento Cível e Polytico de Reynos”³⁵. Qual seria a verdadeira intenção de Rui de Pina, ou do comitente do texto, ao incluir esta ideia? Será a simples expressão de um certo desinteresse medieval pelo campo político, em oposição ao respeito pela guerra? Ou será uma subtil crítica ao soberano, sobretudo se tivermos em consideração que a ação governativa do seu tio Infante D. Pedro tende a ser considerada superior à sua?

Uma questão idêntica pode ser levantada a respeito da asserção:

Foy Pryncepe de muy graciosa presença, grande humanydade, e doce conversação, mas foy em tanto extremo, que pera Rey superior nom foy muyto de louvar; porque com grande familiaridade que de sy, contra sua gravydade e Estado Real, a muytos dava [...]”³⁶.

Terá esta descrição servido como uma crítica disfarçada de louvor à capacidade de governação de O Africano? Não esqueço que as crónicas obedeciam a formulações específicas, algumas decalcadas de hagiografias, pelo que não ignoro que tais afirmações podem apenas corresponder a construções fráscas indispensáveis a este tipo textual. Para melhor ilustrar esta ideia, segue em anexo um quadro, por mim elaborado, comparando a *Crónica de D. Afonso V* e a *Crónica de D. João II* no que às feições, virtudes e costumes do soberano diz respeito.

Independentemente da intenção por trás destas palavras, o certo é que as medidas tomadas pelo soberano a nível político, sobretudo as relativas à guerra, são louvadas algumas linhas abaixo, sendo O Africano

tam confiado de seu saber, que com difyculdade queria estar per alheos conselhos se se contradiziam sua vontade, especialmente nas cousas da guerra dos Mouros, em cujo prosseguimento foy sempre tam aceso e inclinado, que acerca disso todo seu apetito lhe pareciam vivas rezooês³⁷.

Atrevo-me a pensar que, em certa medida, as acometidas em África corresponderam à necessidade de imortalização de uma ideia guerreira da geração de Avis e do reino, bem ao gosto do *Quattrocento*. Se, do ponto de vista plástico, alguns autores afirmam que Portugal esteve sempre na cauda da Europa, aqui pode-se ver claramente que, a nível ideológico, este retângulo à beira mar plantado não ficou assim tão atrás.

Foi com o intuito de celebrar estas conquistas e de afirmar o seu poder que O Africano encomendou um conjunto de quatro tapeçarias, retratando a tomada de duas cidades do norte

³⁴ *Idem*, p. 881.

³⁵ *Idem*, *ibidem*.

³⁶ *Idem*, p. 880.

³⁷ *Idem*, p. 881.

de África. Três das tapeçarias dizem respeito a Arzila – *O desembarque em Arzila*; *O cerco a Arzila*, *O assalto a Arzila* – e apenas uma se reporta a Tânger – *A entrada em Tânger*.

Em *O Desembarque em Arzila*, segundo Inês Meira Araújo, estão retratados três episódios distintos numa mesma composição:

- A chegada do exército português, na ala esquerda da tapeçaria;
- O desembarque desastroso devido às condições do mar, o que levou ao naufrágio de parte das embarcações e à morte de alguns combatentes, na orla inferior da parte central da tapeçaria,
- A marcha da hoste real portuguesa para a urbe, de forma a estabelecer o arraial, na orla superior do centro da tapeçaria. Salienta-se que a orla esquerda é ocupada pela representação da cidade de Arzila, contando com alguns militares mouros³⁸.

Figura 2: *O Desembarque em Arzila*, tapeçaria atribuída à oficina de Pasquier Grenier, Tournai (Bélgica), último quartel do século XV.



DESCRICÃO: lã e seda, 308 (esq.) / 357 (dir.) x 1108 (sup.) / 1107 (inf.) cm. **FONTE:** Colegiada de Nossa Senhora da Assunção, Pastrana (Guadalajara, Espanha); Wikimedia Commons.

Da esquerda para a direita podem-se ver: a chegada do exército português e o seu desembarque, bem como a marcha da hoste real portuguesa para a cidade.

Contrariamente à tapeçaria anterior, *O Cerco a Arzila* mostra somente um episódio, que o espectador observa a partir de terra. O plano de fundo é dominado pelos mastros e cestos de gávea dos navios lusitanos, vendo-se, num plano posterior, um arraial com um número alargado de combatentes³⁹.

³⁸ ARAÚJO, Inês Filipa Meira – *op. cit.*, p. 67.

³⁹ *Idem*, p. 70.

Figura 3: *O Cerco a Arzila*, tapeçaria atribuída à oficina de Pasquier Grenier, Tournai (Bélgica), último quartel do século XV.



DESCRIÇÃO: lã e seda, 408 (esq.) / 442 (dir.) x 1108 (sup.) / 1178 (inf.) cm. **FONTE:** Colegiada de Nossa Senhora da Assunção, Pastrana (Guadalajara, Espanha); Wikimedia Commons.

O plano de fundo é dominado pelos mastros e cestos de gávea dos navios portugueses, vendo-se, num plano posterior, um grande exército.

O Assalto a Arzila é uma tapeçaria dominada por dois elementos principais que se misturam entre si. Em primeiro plano surge a hoste portuguesa atacando a urbe e, em segundo plano, uma fortificação, sobre a qual alguns guerreiros lusos sobem com o auxílio de escadas. Em último plano estão representados os supramencionados mastros portugueses, que, neste momento, impedem ou a fuga do inimigo por mar ou o seu pedido de reforços. As laterais são dominadas pela figura do soberano e do príncipe herdeiro⁴⁰.

⁴⁰ *Idem*, p. 73.

Figura 4: *O Assalto a Arzila*, tapeçaria atribuída à oficina de Pasquier Grenier, Tournai (Bélgica), último quartel do século XV.



DESCRIÇÃO: lã e seda, 404 (esq.) / 387 (dir.) x 1108 (sup.) / 1082 (inf.) cm. **FONTE:** Colegiada de Nossa Senhora da Assunção, Pastrana (Guadalajara, Espanha); Wikimedia Commons.

Em primeiro plano surgem as tropas portuguesas atacando a praça e, em segundo plano, uma fortificação muçulmana, sobre a qual alguns guerreiros sobem com o auxílio de escadas. Em último plano estão representados mais mastros portugueses, impedindo a fuga do inimigo por mar ou o seu pedido de reforços. Nas laterais encontramos as figuras do soberano e do príncipe herdeiro.

Tal como *O Desembarque em Arzila*, *A Entrada em Tânger* conta três episódios numa só composição:

- À direita vê-se a população muçulmana a abandonar a praça de Tânger;
- Ao centro está representada a fortaleza de Tânger, já vazia. Araújo ressalva que a cidade parece intacta e não danificada pelos seus próprios habitantes, como narra Rui de Pina,
- A chegada de uma hoste portuguesa triunfante é apresentada na orla esquerda da tapeçaria.

Figura 5: *A Entrada em Tânger*, tapeçaria atribuída à oficina de Pasquier Grenier, Tournai (Bélgica), último quartel do século XV.



DESCRIÇÃO: lã e seda, 404 (esq.) / 387 (dir.) x 1108 (sup.) / 1082 (inf.) cm. **FONTE:** Colegiada de Nossa Senhora da Assunção, Pastrana (Guadalajara, Espanha); Wikimedia Commons.

Da esquerda para a direita, vêem-se a população muçulmana a abandonar a praça de Tânger, a fortaleza de Tânger vazia e a chegada de uma hoste portuguesa vitoriosa.

As *Tapeçarias de Pastrana*, hoje atribuídas, graças a Reinaldo dos Santos, à oficina flamenga de Pasquier Grenier⁴¹ e que seguem com relativo rigor o Estilo de Tournai⁴², evocam uma temática militar, de fácil e direta compreensão, e de um modo não alegórico. Refletem, portanto, um acontecimento contemporâneo à sua manufatura, algo que Araújo considera pouco usual levando em consideração as peças que chegaram até aos dias de hoje.

A dimensão alargada das peças permitia aos frequentadores destes lugares ter um vislumbre do mundo ali representado, como se revivessem naquele momento o acontecimento que se desenrolava ao longo das paredes daquela divisão ou permitindo-lhes materializar em imagem o que liam ou ouviam nos romances. Era, pois, uma experiência vicarial, quase realista⁴³.

Sabe-se que o interesse do monarca português pela arte da tapeçaria vinha já de períodos mais recuados, visto que, ainda em 1452, há registos de um escudeiro de D. Afonso V se ter dirigido a Tournai e a Lille em busca destes objetos decorativos.

A falta de documentação sobre a encomenda ou elaboração das *Tapeçarias de Pastrana*, aliada à sua integração no gosto europeu pela tapeçaria na segunda metade do século XV,

⁴¹ Pasquier Grenier, cuja atividade se estendeu entre 1447 e 1493, mostra-se como o principal fornecedor de tapeçarias para a Casa da Borgonha, e, conseqüentemente, uma das figuras principais da tapeçaria do período tardomedieval. Salienta-se que este não era um tapeceiro, mas sim um comerciante ligado a algumas tapeçarias produzidas na época, podendo não ter sido o responsável pela elaboração dos panos, mas sim pelo trato do negócio.

⁴² Caraterizado por superfícies muito preenchidas e bem decoradas com figuras expressivas, juntas e interligadas, não deixando quase espaços vazios, com indumentária e armamento muito pormenorizados e adornados. A paisagem e os fundos eram escassos ou inexistentes, ainda que contassem com flores e ervas detalhadas. A grande preocupação com a minúcia e o detalhe refletem, na minha ótica, alguma influência flamenga.

⁴³ ARAÚJO, Inês Filipa Meira – *op. cit.*, p. 32.

permite balizá-las num alargado espectro temporal: de 1471, ano da conquista das praças magrebina, a 1481, ano da morte de D. Afonso V. Se alguns autores, como Afonso de Dornelas e Eustoquio García Merchante, entendem que as tapeçarias poderão ter sido encomendadas com o objetivo de serem oferecidas a Castela, visando conseguir o apaziguar das relações entre os dois reinos ibéricos, outros consideram que, num período posterior à Batalha de Toro, O Africano, enfraquecido e amargurado, terá solicitado a manufatura destes objetos decorativos como forma de propagandear os feitos dos seus tempos áureos⁴⁴. Embora Araújo pareça rejeitar esta cronologia mais tardia, devido ao facto de a coroa portuguesa passar por um período de dificuldades económicas, e de alguns historiadores considerarem que seria já D. João II a governar o reino, não me parece que se possa excluir em absoluto esta tese, na medida em que os fins propagandísticos da encomenda das Tapeçarias de Pastrana parecem ser bastante certos. De resto, o facto de as tapeçarias não conterem fios de urdidura em ouro ou prata parece apontar para uma tentativa de as realizar de um modo o menos dispendioso possível, quiçá devido a um tempo de crise.

Para a elaboração de uma tapeçaria era primeiro realizado um esboço em cartão, um pequeno desenho que serviria de guia à iconografia a representar. Estes cartões podiam ser fornecidos pelo futuro proprietário, caso a encomenda se prendesse com uma temática em específico, ou resultar de adaptações de desenhos habitualmente trabalhados na oficina escolhida. Alguns autores atribuem a autoria dos cartões referentes às *Tapeçarias de Pastrana* a Nuno Gonçalves, cuja oficina realizou os *Painéis de São Vicente de Fora*, uma vez que ambas as peças denunciam processos criativos comuns e que Gonçalves foi nomeado pintor régio de O Africano a partir de 1450. Efetivamente, uma carta régia de 20 de julho de 1450 apresenta a quantia anual de “(...) 12\$000 reais brancos [como ordenado de Nuno Gonçalves], uma segunda carta régia de D. Afonso V, de 6 de abril de 1452, (...) acrescenta 3\$432 reais ao ordenado do pintor (...)”⁴⁵. A avultada soma de dinheiro que Nuno Gonçalves recebia anualmente concorre para a ideia de que, ao longo do *Quattrocento*, se passou de uma conceção medieval de arte para a ideia do artista enquanto trabalhador intelectual, que se distinguia pelo seu engenho.

Araújo ressalva, contudo, que atribuição dos sobreditos cartões a Nuno Gonçalves poderá ter resultado da vontade de criar em Portugal uma escola artística ao nível da espanhola ou da flamenga, ou seja, da necessidade de enaltecer um dos grandes artistas do tardogótico português. Ainda que existam características que aproximem ambas as obras de arte, o conhecimento em relação à estética portuguesa do século XV é muito escasso, pelo que, segundo a mesma autora, não se deve excluir a possibilidade de existirem no reino outros

⁴⁴ *Idem*.

⁴⁵ GUSMÃO, Adriano de – *Nuno Gonçalves*. Lisboa: Artis, 1958.

artistas capazes de conceber este tipo de composições. Em verdade, à medida que a centúria avançava, os tapeceiros iam-se aproximando cada vez mais do mundo da pintura de cavalete e a construção de algumas tapeçarias ia-se tornando idêntica à pintura retabular⁴⁶.

A opção pela representação das conquistas marroquinas parece ser a que mais se adequa aos objetivos legitimários de D. Afonso V. Mostravam a capacidade militar do reino, mas, sobretudo, destacavam a imagem do monarca como chefe militar de exceção e como líder incontestado do seu povo. Era, como já referi, um rei-guerreiro, o maior cavaleiro entre os cavaleiros, que não receava deixar o seu reino para combater os muçulmanos, pelo bem da cristandade e do seu povo⁴⁷.

Este ideário está patente na representação bem marcada do monarca: “[...] montado, com armadura completa e decorada, carregando um bastão de comando, ou levantando a espada, símbolo supremo do pensamento cavaleiresco medieval”⁴⁸. Assim, as *Tapeçarias de Pastrana* plastificam tanto o acontecimento histórico do cerco, conquista e tomada das praças de Arzila e Tânger, quanto o retrato de um rei majestático.

De pé, no batel que o transporta para as areias de Arzila ou montado na entrada triunfal na cidade, aí vemos as imagens de uma identidade que contém tanto de retratismo épico e real quanto de réplica de um monarca que, agora, se faz projectar a si mesmo como enigma, lumínico e faustoso, como um verdadeiro *condottiere* depois da batalha ganha, como um comandante supremo de um poderoso e vastíssimo exército convencido da sua inquebrantável superioridade militar⁴⁹.

O próprio Rui de Pina apresentou O Africano como um majestoso rei cavaleiro, como se pode ler na seguinte passagem: “[...] ElRey posto em hum cavalo Sezeliano, armado e acobertado com sua espada nua na maaõ, mandou cometer a Villa com alguma mostrança de combate [...]”⁵⁰.

Segundo Federico Revilla, à imagem do cavaleiro corresponde um

ideal medieval, que no sólo consiste en una superioridade guerrera por la posesión del caballo, sino además conlleva unas exigências morales: protección al débil, valentia en el combate, etc. El caballero simboliza el espíritu domeñando la materia, de igual modo que aquél rige su caballo. La violencia queda matizada por finalidades altruistas [...]⁵¹.

Já à figura do rei estão inerentes as funções de

defender las manifestaciones del mismo que son el orden moral, la paz, la justicia, la verdade o el bien [...] la palabra del rey establece la justicia. A menudo es también legislador. En el orden material, compete el rey defender al Pueblo contra los males⁵².

⁴⁶ ARAÚJO, Inês Filipa Meira – *op. cit.*

⁴⁷ *Idem.*

⁴⁸ *Idem*, p. 61.

⁴⁹ GOMES, Saúl António – *op. cit.*, p. 10.

⁵⁰ PINA, Rui de – *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V...* p. 776.

⁵¹ REVILLA, Federico – *Diccionario de Iconografía*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1990. p. 71.

⁵² *Idem*, p. 321.

De facto, Rui de Pina desenha D. Afonso V como o verdadeiro arquétipo da justiça, afirmando que “especialmente nas [questões] da justiça que tocavam contra grandes pessoas, as quaaes mais folgava de dessymullar ou temperar brandamente, que exucutallas com rigor, e cresse que isto procedia de sua grande humanydade, e assy por assesego de seus Reinos”⁵³.

Todavia, se nas *Tapeçarias de Pastrana* somos confrontados com um soberano guerreiro, ladeado de símbolos de pendor bélico, nos *Painéis de São Vicente de Fora* podemos admirar uma realidade bastante diferente, mas que não deixa de se relacionar com a anterior. Neles está patente uma postura devocional profunda face ao mártir, a quem o próprio D. Afonso Henriques tanto cultuava. O respeito face às figuras sagradas era uma característica imprescindível para se ser um bom governante, ideia que motivou Rui de Pina a deixar por escrito que

foy [O Africano] Pryncepe muy Catolico e amigo de Deos, e mui fervente na fée, ouvia continuada e muy devotamente os Offycios Divinos, e polla moor sem grandes pompas e cirimonias, deleitavasse com homens honestos Relligiosos e de bom viver, em ele apartado muytas vezes ao seu modo conversava [...]⁵⁴.

O cuidado religioso era outra das características preponderantes de algumas das iconografias régias, atribuindo-se à sua figura funções sacerdotais⁵⁵.

Figura 6: Painéis de São Vicente de Fora, atribuídos a Nuno Gonçalves. Portugal, último quartel do século XV.



DESCRIPÇÃO: Óleo e têmpera sobre madeira. FONTE: Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa (Portugal); Wikimedia Commons.

⁵³ PINA, Rui de – *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V...* p. 880.

⁵⁴ *Idem*, p. 881.

⁵⁵ REVILLA, Federico – *op. cit.*, p. 321.



Figura 7: Painel dos Cavaleiros (à esq.).
FONTE: Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa (Portugal);
Wikimedia Commons.



Figura 8: Painel da Relíquia (à dir.).
FONTE: Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa
(Portugal); Wikimedia Commons.



Figura 9: Painel dos Frades (à esq.).
FONTE: Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa (Portugal);
Wikimedia Commons.



Figura 8: Painel dos Pescadores (à dir.).
FONTE: Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa (Portugal);
Wikimedia Commons.

Figura 11: Painel do Infante.



FONTE: Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa (Portugal); Wikimedia Commons.

A ideia, defendida por Dagoberto Markl, segundo a qual, de acordo com a *Chronica dos Feitos da Guiné*, D. Henrique não poderia ser a figura masculina com o chapéu, por ser descrito como “[...] homem de carnadura grossa, e de largos e fortes membros [...]”. Sua presença, do primeyro esgoardo, aos nom usados era temerosa [...]”⁵⁶ parece ignorar o facto de que as crónicas eram redigidas visando enaltecer a glória dos retratados. Por outro lado, também o aspeto calmo e sereno do homem do chapeirão pode não representar o verdadeiro carácter de D. Henrique, uma vez que, desde os finais do século XIV, a arte entendia a serenidade nas feições como uma característica dos bons governantes, à maneira romana. Além do mais, O Navegador havia já falecido ao tempo da elaboração dos Painéis, pelo que se tentava pintá-lo para a eternidade, ou seja, como alguém que já havia transcendido o mundo terreno.

⁵⁶ ZURARA, Gomes Eanes de – *Chronica dos Feitos da Guiné*. In MARKL, Dagoberto L. – *O Retábulo de S. Vicente da Sé de Lisboa e os Documentos*. Lisboa: Editorial Caminho, agosto de 1988. p. 111.

Figura 12: Painel do Arcebispo.



FONTE: Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa (Portugal); Wikimedia Commons.

O facto de São Vicente não aparecer, em nenhum dos painéis, representado com os seus atributos iconográficos tradicionais levou alguns autores a especularem sobre a possibilidade de a figura central do políptico ser, ao invés do santo diácono, o Infante D. Fernando. Contudo, estudos posteriores refutam esta hipótese.

Embora atribuição do políptico de veneração a São Vicente a Nuno Gonçalves pareça certa para a maioria dos historiadores da arte, a verdade é que “[...] um retábulo⁵⁷ com a grandiosidade que se advinha para o de S. Vicente exigiria o esforço conjunto de muitos artífices – entalhadores, carpinteiros, prateiros [...], escultores, pintores [...]”⁵⁸. Deve-se procurar desconstruir o mito do artista solitário, ainda que tendo em conta que, para artistas com um temperamento mais complicado essa ideia fosse verdadeira. O momento de abandono

⁵⁷ Um retábulo é uma estrutura de madeira, mármore ou de outro material, com lances, que fica por trás ou por cima do altar e que, normalmente, encerra um ou mais painéis pintados ou em relevo.

⁵⁸ MARKL, Dagoberto L. – *op. cit.*, p. 217.

das oficinas de tradição medieval variou de região para região, mas estima-se que se tenha iniciado em Itália no século XVI e chegado a Portugal bastante mais tarde. A ideia do artista-génio, que trabalha sozinho e em completo isolamento, é um conceito criado *a posteriori*, no século XIX.

As representações da geração de Avis neste políptico são mais cortesãs do que bélicas, bem à moda da cronologia em que se inserem. Francisco de Holanda, em *Da Pintura Antiga*, defende que Nuno Gonçalves imitou os pintores italianos no naturalismo, no trabalho do retrato e no tratamento racional do panejamento e do espaço, merecendo por isso ser recordado⁵⁹.

No momento em que realizou este políptico, Nuno Gonçalves solucionou os problemas de representação pictórica do espaço em concordância com os seus contemporâneos. De facto, o carácter real do espaço foi uma das grandes preocupações dos pintores deste período, só sendo ultrapassada com as primeiras experiências maneiristas. No entanto, o autor dos *Painéis de São Vicente de Fora* foi, segundo Adriano de Gusmão, “rudimentar na perspectiva linear, na perspectiva aérea [...] [foi] um arcaico.”⁶⁰. O autor parece considerar que este desprezo pelas novas perspetivas se deveu a uma falha do artista, porém, considero que existiu uma miríade de possibilidades para a pintura do século XV, e que nenhuma deve ser desmerecida face às outras. As inovações e aprendizagens destes homens do gótico internacional são díspares e aplicadas de diferentes maneiras, refletindo a conjuntura social e política em que se inserem e, até mesmo, a própria forma de criar do artista. Ainda que os seus objetivos pudessem ser idênticos, as formas de lá chegar eram muitíssimo variadas. Em verdade, “Nuno Gonçalves não se importou com paisagens de composição. Entrou no campo da psicologia, no íntimo das personagens, sem se preocupar com as perspetivas linear e aéreas”⁶¹.

Também na análise do tratamento dos rostos Adriano de Gusmão sentiu necessidade de comparar Nuno Gonçalves e os seus contemporâneos em Itália, ao afirmar que, se em Piero della Francesca se nota “[...] a constância da impersonalidade das suas majestosas figuras. Em Nuno Gonçalves [...] [se acusa] a constância da extrema caracterização dos seus modelos”⁶². Não me parece demais lembrar que, se mesmo em Itália não existia uma escola única de pintura, sendo, por exemplo, a pintura florentina muito diferente da veneziana, a confrontação entre um artista português e um italiano reflete um entendimento da história de arte já um pouco ultrapassado, característico de uma obra com mais de meio século. De facto, talvez mesmo a

⁵⁹ HOLANDA, Francisco de – *Da Pintura Antiga*. In FRANCO, José Eduardo; FIOLEAIS, Carlos (dir.) - *Primeiros Tratados de Pintura* de MONTEIRO, Patrícia; SERRÃO, Vítor (coord.). “Obras pioneiras da cultura portuguesa, vol. 12”. Lisboa: Círculo de Leitores, 2019. pp. 77-283.

⁶⁰ GUSMÃO, Adriano de – *op. cit.*, p. 13.

⁶¹ NEGREIROS, José Almada de – *Almada. Os Painéis, a Geometria e Tudo. As entrevistas com António Valdemar*. Prefácio de José Manuel dos Santos. Porto: Assírio & Alvim, setembro de 2015. p. 173.

⁶² GUSMÃO, Adriano de – *op. cit.*, p. 12.

busca por uma escola portuguesa ao nível das dos restantes países europeus não seja a maneira mais correta de olhar para estas questões.

Para Almada Negreiros, a quem os Painéis levaram da pintura para a história, o autor do políptico de veneração a São Vicente impunha-se perante as obras dos outros grandes artistas do século XV devido a:

- Estabilidade da pintura;
- Serenidade da manufatura;
- Presença individual de cada um dos seus personagens,
- Extrema concordância entre o desenho e o material utilizado⁶³.

São Vicente, diácono, muito afamado entre os mártires espanhóis, foi condenado à morte em Valência, aquando da perseguição de Diocleciano, tendo padecido com valentia inúmeras torturas, entre elas ser queimado numa grelha. “Desde os tempos primitivos, os cristãos invocavam os mortos, especialmente, aos seus parentes íntimos, nas suas orações; este costume estendeu-se à invocação dos mártires, o qual eventualmente se sobrepôs ao primeiro”⁶⁴. O martírio pressupunha uma identificação com Cristo, pelo que “[...] se considerase al mártir como cristiano perfecto, por quanto había reproducido el acto salvador del proprio Cristo dando su vida”⁶⁵.

Embora as narrativas da paixão de São Vicente devam mais à lenda do que à história, fixaram, desde cedo, os atributos da sua iconografia⁶⁶:

- A dalmática e o evangelho, símbolos da sua condição de diácono;
- O cavalete, a grelha e os garfos de ferro, instrumentos do seu sacrifício,
- A mó, o barco, “[...] lugar de seguridad, que permite atravesar indemne los perigos [...]. En la terminología cristiana, la «barca de Pedro» es la Iglesia, que conduce a los fieles a la salvación”⁶⁷, e os corvos, protagonistas da extraordinária conservação do seu corpo, que regressou a terra depois de lançado ao mar.

Resta, ainda, a palma, que, segundo Revilla, “en cuanto atributo común de los mártires – el que más facilmente permite identificarles como tales – une estas significaciones: el mártir ha obtenido la suprema victoria y com ella la vida eterna”⁶⁸. A palmeira é uma árvore muito resistente,

⁶³ NEGREIROS, José Almada de – *op. cit.*

⁶⁴ ATTWATER, Donald – *Dicionário de Santos*. Trad. de Jorge Pinheiro. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1965. p. 10.

⁶⁵ REVILLA, Federico – *op. cit.*, pp. 249-250.

⁶⁶ PICOITO, Pedro; VICENTE, Filipe Nunes; JORGE, Luís M. – *A nau e os corvos: São Vicente e as armas de Lisboa*. [s.l.]: Declínio e Queda, 2013. (consultado em 17.11.2019).

⁶⁷ REVILLA, Federico – *op. cit.*, p. 58.

⁶⁸ *Idem*, p. 288.

pelo que, ao ser colocado um peso na sua copa, ela não cede, apenas se curva até ao lado contrário. Por não se dobrar perante nada, passou a ser utilizada como alegoria para o bom cristão – especialmente tendo em conta o episódio bíblico que junta Cristo e uma destas árvores⁶⁹ – ou do justo⁷⁰.

Esa asociación entre mártir y palma llegó a ser determinante. La Congregatio pro Sacri Ritibus et Caeremoniis de 1688 llegó a afirmar que el encontrar una palma representada en una tumba de los primeros cristianos era prueba fehaciente de que escondía la tumba de un mártir. Nada más lejos de la realidad [...]⁷¹.

Mas, são inúmeros os exemplos em iconografia medieval de mártires carregando palmas como atributo. Sumariamente, cada mártir tem um ou mais atributos particulares – habitualmente os instrumentos do seu suplício –, mas a folha da palmeira e a auréola são comuns a todos⁷². A palma

es el símbolo por antonomasia de los mártires, cuya iconografía podemos rastrear en los premios que se otorgaban en las competiciones de muy diversa índole. Se convierte así, es un símbolo supra-martirial; pero también en el árbol del Paraíso, elegido por Cristo, y una vía en sí misma para llegar al cielo⁷³.

A presença de uma capela dedicada a este mártir na Sé de Lisboa parece dever-se à crença de que parte das suas relíquias estariam guardadas em tal cidade. Não obstante, “[...] o facto de o santo diácono não figurar representado com os tradicionais atributos iconográficos, [...] bem como a circunstância de se representar um rolo de cordas cuja significação é imediatamente ambígua, deu origem a diversas teses interpretativas, designadamente à da correspondência da figura não com São Vicente, mas antes com o mártir D. Fernando, cujos ossos se procuravam resgatar nas campanhas africanas”⁷⁴. Fausto Martins refuta esta tese, na medida em que, para o políptico representar esse tal *sufrágio solene* em memória do Infante D. Fernando, teria de perpassar em todo ele uma aura de luto e de pranto, o que não corresponde à realidade apresentada, muito mais colorida, ainda que cerimoniosa. Se o sentimento de culpa perante o trágico destino do Infante parece poder motivar a elaboração de um políptico que visasse a beatificação de tal figura, a verdade é que não se divisa qualquer sinal de cerimónia fúnebre na representação dos Painéis⁷⁵.

⁶⁹ Durante a subida ao Egito, Maria quis descansar à sombra de uma palmeira e, vendo os seus frutos, pediu a José que lhe conseguisse um. Por estarem muito alto, São José considerou que essa seria uma tarefa impossível, porém, Cristo, ainda menino, pediu à palmeira que se dobrasse, e ela assim o fez.

⁷⁰ LACALLE, Ana Valtierra – “La Palmera y la Palma. Adaptación Medieval de una Antigua Iconografía”. *Revista Digital de Iconografía Medieval*. [Em Linha] Madrid: Universidad Complutense. N.º 17 (2017) pp. 105-124.

⁷¹ *Idem*, p. 113.

⁷² LEMAÎTRE, Nicole; QUINSON, Marie-Thérèse; SOT, Véronique – *Dicionário Cultural do Cristianismo*. Trad. de José David Antunes. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1999.

⁷³ LACALLE, Ana Valtierra – *op. cit.*, p. 117.

⁷⁴ RODRIGUES, Dalila – As tapeçarias de Pastrana e os painéis de São Vicente. Legado artístico e memória simbólica do reinado de Afonso V. In HENRIQUES, Ana de Castro (coord.) – *op. cit.*, p. 31.

⁷⁵ MARTINS, Fausto S. – “Aspetos Polémicos dos Painéis de São Vicente: Ritual e Iconografia”. *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*. [Em Linha] Porto: Faculdade de Letras – Universidade do Porto. Vol. 2 (2003) pp. 267-290.

Conclusão

Do exposto se conclui que O Africano não tentou construir apenas uma imagem de si mesmo, mas sim duas. Com as *Tapeçarias de Pastrana*, procurou fazer-se representar como um rei guerreiro, capaz de avançar pelo campo de batalha ao lado de qualquer um dos seus súbditos, numa clara concordância com o ideário medieval. Nos *Painéis de São Vicente de Fora*, vê-se um rei mais solene, mais próximo até dos ideais neoplatónicos italianos e do entendimento do espaço dos maneiristas posteriores. Resta, contudo, estudar a receção que ambas estas obras tiveram no seio dos cânones artísticos medievais.

As duas encomendas articulam-se na busca pelo desenho de um rei completo, cuja imagem se afirma a nível nacional e internacional. Com efeito, o trabalho do retrato, que esteve praticamente ausente nos primeiros séculos da Idade Média, teve um grande interesse nesta cronologia, fazendo viajar a imagem de alguém e selar certos acontecimentos políticos e sociais. Sendo a representação do indivíduo a principal função do retrato, era fundamental que ele estivesse reconhecível, tanto nos seus traços físicos como, se possível, de personalidade. O retrato garantia o não esquecimento, sendo a arte entendida não só como um caminho importantíssimo para a imortalidade, mas também como uma arma de poder, espelhando a riqueza, os valores e o grau de cultura daquele que a encomenda. O gosto pelo retrato marcou profundamente o *Quattrocento* português⁷⁶. Nesta sintonia, é importante salientar que datam do reinado de D. Afonso V os mais conseguidos e mais complexos retratos pictóricos da realeza portuguesa medieval⁷⁷.

Nas palavras de Dalila Rodrigues, “a relação entre as duas encomendas, tapeçaria e pintura, não exactamente de um ponto de vista artístico, mas no plano das intenções, não pode deixar de se considerar como sendo idêntica e complementar [...]”⁷⁸. Ao atentar nas *Tapeçarias de Pastrana*, “[...] o documento coevo mais rigoroso que se conhece, sobre uma ação militar no Séc. XV [...]”⁷⁹, ou nos *Painéis de São Vicente de Fora*, rapidamente se compreende que a o soberano não quis apenas imortalizar a imagem de si próprio, mas também da sua geração e do seu reino enquanto um todo.

Se a iconologia do poder real português é habitualmente valorizada apenas a partir do reinado de O Venturoso, coloco-me por completo do lado de Inês Meira Araújo, por entender que as *Tapeçarias de Pastrana* e os *Painéis de São Vicente de Fora* são um exemplo por

⁷⁶ GOMES, Saúl António – *op. cit.*, p. 10.

⁷⁷ *Idem*, p. 9.

⁷⁸ RODRIGUES, Dalila – *op. cit.*, p. 34.

⁷⁹ RUBIM, Nuno José Varela – “A Artilharia Portuguesa nas Tapeçarias de Pastrana. A Tomada de Arzila em 1471”. Separata da *Revista de Artilharia*. Lisboa: Academia Militar. [S.l.] (1987). p. 17.

excelência das ambições propagandísticas da dinastia de Avis. A encomenda de obras deste cariz, lega para o futuro a imagem de um rei culto, que carregava “numa mão sempre a espada, e noutra a pena”⁸⁰, ainda que a sua estratégia governativa, maculada pelo sangue de Alfarrobeira e de Toro, nem sempre apontasse nesse sentido, motivo que levou alguns autores a encararem o seu governo como um momento de transição e relativo retrocesso entre a regência de D. Pedro e o reinado de seu filho, O Príncipe Perfeito. Diz Rui de Pina que foi o primeiro rei a criar uma livraria no seu paço e, tal como existiram as tapeçarias e os painéis, bem poderiam ter existido outras obras de arte com os mesmos objetivos e ordenadas pelo mesmo monarca. Em suma, a vontade propagandística de O Africano está patente nas suas investidas militares, mas foi nas artes que mais se consumou⁸¹.

⁸⁰ CAMÕES, Luís Vaz de – *Os Lusíadas*. Lisboa: [s.n.], 1572. Canto VII, estância 79.

⁸¹ ARAÚJO, Inês Filipa Meira – *op. cit.*

Fontes Impressas

CAMÕES, Luís Vaz de – *Os Lusíadas*. Lisboa: [s.n.]. 1572. Disponível em WWW:<URL: <https://oslusíadas.org/i/>>. (consultado em 13.01.2020).

HOLANDA, Francisco de – Da Pintura Antiga. In FRANCO, José Eduardo; FIOLEAIS, Carlos (dir.) - *Primeiros Tratados de Pintura* de MONTEIRO, Patrícia; SERRÃO, Vítor (coord.). “Obras pioneiras da cultura portuguesa, vol. 12”. Lisboa: Círculo de Leitores, 2019. pp. 77-283.

PAVIOT, Jacques – *Portugal et Bourgogne au XV^o siècle (1384-1482). Recueil de documents extraits des archives bourguignonnes*. Paris/Lisboa: Centre Culturel Calouste Gulbenkian – Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 1995.

PINA, Rui de – Chronica D’ElRey D. Joaõ II. In PINA, Rui de – *Crónicas*. Introd. de Manuel Lopes de Almeida; rev. de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977. 1054 p.

— — Chronica do Senhor Rey D. Affonso V. In PINA, Rui de – *Crónicas*. Introd. de Manuel Lopes de Almeida; rev. de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977. 1054 p.

— — Chronica do Senhor Rey D. Duarte. In PINA, Rui de – *Crónicas*. Introd. de Manuel Lopes de Almeida; rev. de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977. 1054 p.

ZURARA, Gomes Eanes de – Chronica dos Feitos da Guiné. In MARKL, Dagoberto L. – *O Retábulo de S. Vicente da Sé de Lisboa e os Documentos*. Lisboa: Editorial Caminho, 1988. 274 p, 21cm.

Fontes Iconográficas

GONÇALVES, Nuno – *Painéis de São Vicente de Fora*. Óleo e têmpera sobre madeira. Último quartel do século XV. Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa (Portugal).

—*Painéis de São Vicente de Fora* (...) Disponível em WWW:<URL: https://pt.wikipedia.org/wiki/Pain%C3%A9is_de_S%C3%A3o_Vicente_de_Fora#/media/Ficheiro:Lagos40_kopie.jpg>.

—*Painel dos Cavaleiros* (...) Disponível em WWW:<URL: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Pain%C3%A9is_de_S%C3%A3o_Vicente_de_Fora#/media/Ficheiro:Pain%C3%A9is_de_S%C3%A3o_Vicente_de_Fora_-_Painel_dos_Cavaleiros_\(MNAA,_inv._1365_Pint\).png](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pain%C3%A9is_de_S%C3%A3o_Vicente_de_Fora#/media/Ficheiro:Pain%C3%A9is_de_S%C3%A3o_Vicente_de_Fora_-_Painel_dos_Cavaleiros_(MNAA,_inv._1365_Pint).png)>.

—*Painel da Relíquia* (...) Disponível em WWW:<URL: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Pain%C3%A9is_de_S%C3%A3o_Vicente_de_Fora#/media/Ficheiro:Pain%C3%A9is_de_S%C3%A3o_Vicente_de_Fora_-_Painel_da_Rel%C3%ADquia_\(MNAA,_inv._1362_Pint\).png](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pain%C3%A9is_de_S%C3%A3o_Vicente_de_Fora#/media/Ficheiro:Pain%C3%A9is_de_S%C3%A3o_Vicente_de_Fora_-_Painel_da_Rel%C3%ADquia_(MNAA,_inv._1362_Pint).png)>.

- Painel dos Frades* (...) Disponível em WWW:<URL:
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Pain%C3%A9is_de_S%C3%A3o_Vicente_de_For%C3%A1#/media/Ficheiro:Pain%C3%A9is_de_S%C3%A3o_Vicente_de_For%C3%A1_-_Painel_dos_Frades_\(MNAA,_inv._1363_Pint\).png](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pain%C3%A9is_de_S%C3%A3o_Vicente_de_For%C3%A1#/media/Ficheiro:Pain%C3%A9is_de_S%C3%A3o_Vicente_de_For%C3%A1_-_Painel_dos_Frades_(MNAA,_inv._1363_Pint).png)>.
- Painel dos Pescadores* (...) Disponível em WWW:<URL:
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Pain%C3%A9is_de_S%C3%A3o_Vicente_de_For%C3%A1#/media/Ficheiro:Pain%C3%A9is_de_S%C3%A3o_Vicente_de_For%C3%A1_-_Painel_dos_Pescadores_\(MNAA,_inv._1366_Pint\).png](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pain%C3%A9is_de_S%C3%A3o_Vicente_de_For%C3%A1#/media/Ficheiro:Pain%C3%A9is_de_S%C3%A3o_Vicente_de_For%C3%A1_-_Painel_dos_Pescadores_(MNAA,_inv._1366_Pint).png)>.
- Painel do Infante* (...) Disponível em WWW:<URL:
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Pain%C3%A9is_de_S%C3%A3o_Vicente_de_For%C3%A1#/media/Ficheiro:Pain%C3%A9is_de_S%C3%A3o_Vicente_de_For%C3%A1_-_Painel_do_Infante_\(MNAA,_inv._1361_Pint\).png](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pain%C3%A9is_de_S%C3%A3o_Vicente_de_For%C3%A1#/media/Ficheiro:Pain%C3%A9is_de_S%C3%A3o_Vicente_de_For%C3%A1_-_Painel_do_Infante_(MNAA,_inv._1361_Pint).png)>.
- Painel do Arcebispo* (...) Disponível em WWW:<URL:
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Pain%C3%A9is_de_S%C3%A3o_Vicente_de_For%C3%A1#/media/Ficheiro:Pain%C3%A9is_de_S%C3%A3o_Vicente_de_For%C3%A1_-_Painel_do_Arcebispo_\(MNAA,_inv._1364_Pint\).png](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pain%C3%A9is_de_S%C3%A3o_Vicente_de_For%C3%A1#/media/Ficheiro:Pain%C3%A9is_de_S%C3%A3o_Vicente_de_For%C3%A1_-_Painel_do_Arcebispo_(MNAA,_inv._1364_Pint).png)>.

GRENIER, Pasquier (oficina de) – *Tapeçarias de Pastrana*. Último quartel do século XV. Colegiada de Nossa Senhora da Assunção, Pastrana (Espanha).

- Desembarque em Arzila* (...) Disponível em WWW:<URL:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Tape%C3%A7arias_de_Pastrana#/media/Ficheiro:Landing_at_Asilah.jpg>.
- Cerco a Arzila* (...) Disponível em WWW:<URL:
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Tape%C3%A7arias_de_Pastrana#/media/Ficheiro:O_Cerco_de_Arzila_\(Tape%C3%A7aria_de_Pastrana\).jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Tape%C3%A7arias_de_Pastrana#/media/Ficheiro:O_Cerco_de_Arzila_(Tape%C3%A7aria_de_Pastrana).jpg)>.
- Assalto a Arzila* (...) Disponível em WWW:<URL:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Tape%C3%A7arias_de_Pastrana#/media/Ficheiro:Assault_on_Asilah.jpg>.
- A Entrada em Tânger* (...) Disponível em WWW:<URL:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Tape%C3%A7arias_de_Pastrana#/media/Ficheiro:Fall_of_Tangier.jpg>.

HOLANDA, António de; BENING, Simão – *A Genealogia do Infante Dom Fernando de Portugal*. Introdução, notas, direção artística e gráfica de Martim de Albuquerque e João Paulo de Abreu e Lima. Porto – Lisboa: Banco de Portugal, 1984.

Bibliografia

- ALCAIDE, Victor Nieto; CREMADES, Fernando Checa – *El Renacimiento: Formación y crisis del modelo clásico*. 3ª edição. Madrid: Ediciones Istmo, 1985. 398p.; 18 cm. ISBN 84-7090-108-7.
- ARAÚJO, Inês Filipa Meira – *As Tapeçarias de Pastrana: Uma Iconografia de Guerra*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012. 424 p. Tese de mestrado. Disponível em WWW:<URL:<https://repositorio.ul.pt/>>. (consultado em 12.11.2019).
- ATTWATER, Donald – *Dicionário de Santos*. Trad. de Jorge Pinheiro. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1965. 425 p. ISBN972-1-03550-5.

- BLOCH, R. Howard – *Misoginia Medieval e a Invenção do Amor Romântico Ocidental*. Trad. de Claudia Moraes. Rio de Janeiro: Editora 34, Nova Fronteira, 1995. 280 p. ISBN 85-85490-59-4. Disponível em WWW:<URL:<https://books.google.com.br/books?hl=pt-PT&lr=&id=0oLgHfveCcUC&oi=fnd&pg=PA5&dq=arte+medieval&ots=y4iKXXkiYY&sig=iSILmCG6E8hhjAlcY8prmbG9jdM#v=onepage&q=arte%20medieval&f=false>>. (consultado em 16.04.2020).
- GOMES, Saúl António – *D. Afonso V: o africano*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006. 366 p. (Coleção Reis de Portugal, 2.^a dinastia, vol. 12). ISBN 972-42-3815-9.
- GUSMÃO, Adriano de – *Nuno Gonçalves*. Lisboa: Artis, 1958.
- HENRIQUES, Ana de Castro (coord.) – *A Invenção da Glória: D. Afonso V e as Tapeçarias de Pastrana*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 28 de maio de 2010. 104 p. ISBN 978-972-776-404-4.
- HOLANDA, António de; BENING, Simão – *A Genealogia do Infante Dom Fernando de Portugal*. Introdução, notas, direção artística e gráfica de Martim de Albuquerque e João Paulo de Abreu e Lima. Porto – Lisboa: Banco de Portugal, 1984.
- LACALLE, Ana Valtierra – “La Palmera y la Palma. Adaptación Medieval de una Antigua Iconografía”. *Revista Digital de Iconografía Medieval*. [Em Linha] Madrid: Universidad Complutense. N.º 17 (2017) pp. 105-124. Disponível em WWW:<URL:<https://www.ucm.es/bdiconografiamedieval/rdim>>. (consultado em 17.11.2019).
- LEMAÎTRE, Nicole; QUINSON, Marie-Thérèse; SOT, Véronique – *Dicionário Cultural do Cristianismo*. Trad. de José David Antunes. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1999. ISBN 972-20-15206.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero de (coord.) – No Alvorecer da Modernidade (1480-1620). In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal, vol. 3*. Lisboa: Editorial Estampa, Outubro de 1997. ISBN 972-33-1334-0. Vol. 3.
- MARKL, Dagoberto L. – *O Retábulo de S. Vicente da Sé de Lisboa e os Documentos*. Lisboa: Editorial Caminho, agosto de 1988. 274 p, 21cm.
- MARTINS, Fausto S. – “Aspetos Polémicos dos Painéis de São Vicente: Ritual e Iconografia”. *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*. [Em Linha] Porto: Faculdade de Letras – Universidade do Porto. Vol. 2 (2003) pp. 267-290. Disponível em WWW:<URL:<https://hdl.handle.net/10216/8201>>. (consultado em 23.09.2019).

NEGREIROS, José Almada de – *Almada. Os Painéis, a Geometria e Tudo. As entrevistas com António Valdemar*. Prefácio de José Manuel dos Santos. Porto: Assírio & Alvim, setembro de 2015. ISBN 978-972-1842-3.

PANOFSKY, Erwin – *Estudos de Iconologia*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. 240 p. ISBN 9789723310184.

PICOITO, Pedro; VICENTE, Filipe Nunes; JORGE, Luís M. – *A nau e os corvos: São Vicente e as armas de Lisboa*. [s.l.]: Declínio e Queda, 2013. Disponível em WWW:<URL:<https://declinioqueda.wordpress.com/2013/06/08/a-nau-e-os-corvos-sao-vice-e-as-armas-de-lisboa/>> [original]; <URL:<http://web.archive.org/web/20210706091151/https://declinioqueda.wordpress.com/2013/06/08/a-nau-e-os-corvos-sao-vice-e-as-armas-de-lisboa/>>[arquivado].

PIMENTEL, António Filipe – D. Afonso V e a Invenção da Glória. As Tapeçarias de Pastrana no Museu Nacional de Arte Antiga. In HENRIQUES, Ana de Castro (coord.) – *A Invenção da Glória: D. Afonso V e as Tapeçarias de Pastrana*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 28 de maio de 2010. 104 p. ISBN 978-972-776-404-4.

RAMOS, Manuel Francisco – “«Mulier ne debuerit habere regnum»: a regência na menoridade de D. Afonso V vista pelos juristas”. *Medievalista*. [Em Linha]. Lisboa: IEM-FCSH. N.º 23 (2018) Disponível em WWW:<URL:<https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt/index.php/medievalista/article/view/113>>.

REVILLA, Federico – *Diccionario de Iconografía*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1990. 404 p. ISBN 84-376-0929-1.

RODRIGUES, Dalila – As tapeçarias de Pastrana e os painéis de São Vicente. Legado artístico e memória simbólica do reinado de Afonso V. In HENRIQUES, Ana de Castro (coord.) – *A Invenção da Glória: D. Afonso V e as Tapeçarias de Pastrana*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 28 de maio de 2010. 104 p. ISBN 978-972-776-404-4.

RUBIM, Nuno José Varela – “A Artilharia Portuguesa nas Tapeçarias de Pastrana. A Tomada de Arzila em 1471”. Separata da *Revista de Artilharia*. Lisboa: Academia Militar. [S.l.] (1987).

THOMAZ, Luís Filipe Reis – *De Ceuta a Timor*. 2ª ed. Linda-a-Velha: Difel, 1998. ISBN 972-29-0308-X.

Anexos

Quadro 1: Comparação entre os capítulos 213º da *Crónica de D. Afonso V* e 82º da *Crónica de D. João II*

Caraterísticas	<i>Crónica de D. Afonso V</i>	<i>Crónica de D. João II</i>
Aspetto físico	“[...] mais de grande que meañ estatura, e em todos os seus membros bem feyto e muy proporcionado [...] teve ho rosto redondo, bem povoado de barba preta, e em todallas outras partes do corpo muyto cabeludo, salvo na cabeça, em que depois dos trinta anos começou de ser calvo.” ¹	“[...] homem de corpo, mais grande, que pequeno, muy bem fecto, e em todos seus membros muy proporcionado; teve ho rosto mais comprido, que redondo, e de barba em boa conveniencia povoado. Teve os cabellos da cabeça castanhos, e corredios; e porem em hidade de trinta e sete annos, na cabeça, e na barba era ja muy caão [...] e os olhos de perfeita vista [...], ho nariz teve hũ pouco comprido, e derribado algũ sem fealdade.” ²
Traços de personalidade	“Foy Pryncepe de muy graciosa presença, grande humanydade, e doce conversaçam [...] Foy de grande memoria, e maduro entender, e de sutil engenho [...] Pryncepe de muy alto e esforçado coraçam, foy sempre zellador de emprender cousas arduas, e prosseguyllas por armas como cavaleiro, mais que de entender como Rey no Regimento Cível e Polytico de Reynos [...]” ³	“Foy Princepe de maravilhoso engenho, e subida agudeza, e mui mixtico pera totalas cousas; e a confiança grande que disse tynha, muitas vezes lhe fazia confiar mais de seu saber, e creio conselhos d’outrem menos do que devia. Foy de mui viva, e esperta memoria [...] Foy Rey de muy alto, esforçado, e sofrido coraçam [...]” ⁴
Aplicação da justiça	“[...] remysso mais que trigoroso nas graves execuções. Especialmente nas da justiça que tocavam contra grandes pessoas, a quaaes mais folgava de dessymullar ou temperar brandamente, que executallas com rigor [...]” ⁵	“Foy Princepe muy justo, e mui amigo de justiça, e nas exucuções della mais rigoroso, e severo, que piedoso; porque sem algũa exçeççam de pessoas de baixa, e alta condiçam, foy della muy inteiro exuqutor [...] as leys que a seus vassallos condanavam, nunca quis que a si mesmo asolvessem; ca sendo Senhor das leys, se fazia logo servo dellas, pois lhe primeiro obedecia [...]” ⁶
Literacia e oratória	“Suas pallavras no que queria dizer eram sempre bem ordenadas, e entoadas com muy gracioso orgam, e per pena, de seu natural escrevia assy bem, como se per longo ensyno e exercicio d’oratoria artificialmente o aprendera, foy amador [...] de ciencia, e honrou muyto os que a sabiam. Foy o Prymeiro Rey destes Reynos que ajuntou boõs livros e fez livraria em seus paços [...]” ⁷	“[...] teve ho juizo craro, e profundo: e porem suas Sentenças, e fallas que inventava, e dezia, tinham sempre na envençam mais de verdade, agudeza, e autoridade, que de doçura, nem ellegancia nas palavras, cuja pronunciaçam foy vagarosa, entoada algũ tanto pelos narizes, que lhe tirava algũa graça.” ⁸
Relação com os súbditos	“[...] foy o primeiro Rey que pellas praças e lugares pubrycos das Cidades e Vyllas de seus Reynos fez a todos muy famylar sua vista [...]” ⁹	“[...] Senhor de Senhores nunca quis ser, nem parecer servo dos servidores: e disto principalmente procedia, que em sua vida foy avido por secco de condiçam, e nom humano, nem pareceo em vivendo de todos assi

¹ PINA, Rui de – *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V...* p. 880.

² PINA, Rui de – *Chronica D’ElRey D. Joaõ II*. In PINA, Rui de – *Crónicas*. Introd. de Manuel Lopes de Almeida; rev. de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977. p. 1029.

³ PINA, Rui de – *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V...* pp. 880-881.

⁴ PINA, Rui de – *Chronica D’ElRey D. Joaõ II...* pp. 1029-1030.

⁵ PINA, Rui de – *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V...* p. 880.

⁶ PINA, Rui de – *Chronica D’ElRey D. Joaõ II...* p. 1030.

⁷ PINA, Rui de – *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V...* p. 880.

⁸ PINA, Rui de – *Chronica D’ElRey D. Joaõ II...* pp. 1029-1030.

⁹ PINA, Rui de – *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V...* p. 880.

		amado, e estimado, como ho foy depois de sua morte. Mas este novo, tam grande, e tam geral amor, que a elle, e a sua memoria per todos depois sobreveeo, nom nação tanto dos merecimentos de seu corpo, em que ouve muitos, e de grande louvor, como da gloriosa salvação, e bem aventuraça de sua alma [...]” ¹⁰
Capacidade bélica	“Foy tam confiado de seu saber, que com difyculdade queria estar per alheos conselhos se contradiziam sua vontade, especialmente nas cousas da guerra dos Mouros, em cujo prosseguimento foy sempre tam aceso e inclinado, que acerca disso todo seu apetito lhe pareciam vivas rezoões [...]” ¹¹	“[...] foy singular cavalgador, especialmente da ginetá, deestro, braceiro [...]. Foy grande Monteiro, mas muito maior caçador d’altanaria, a que era mui incrinado [...]” ¹²
Fervor religioso	“[...] foy Pryncepe muy Catolico e amigo de Deos, e mui fervente na fêe, ouvia continuada e muy devotamente os Offycios Divinos [...]” ¹³	“Foy sobre tudo Princepe mui devoto, e amigo de Deos, e nunca o Nome de JESUS chegou a suas orelhas, que o nom recebesse no coraçam co os gijolhos em terra: nem se passou dia em que com muita devaçam nom ouvisse Missa, e os Officios Divinos; nem nocte que em seu Oratorio secreto nom rezasse, e s’ encomendasse a Deos [...] E pera se o Culto Divino celebrar, e fazer perfeitamente, e com muita solepnidade, trouxe sempre em sua Capella muitos Capellaães, e singulares cantores.” ¹⁴
Virtudes	“Foy no comer, beber, e dormir muy regrado, e sobre tudo de muy louvada continencia; porque avendo nom mais de XXXIII annos, ao tempo que a Raynha sua molher falleceo [...] foy depois acerca de molheres muy abstinente, ao menos cauto [...] Folgou muyto d’ouvir musica, e de seu natural sem algum arteficio teve pera ella bom sentimento.” ¹⁵	“Foy Princepe sobre todos em suas detriminações tam constante, e nas palavras tam verdadeiro, que em sua soo palavra, quando a dava, hiam os homens mais contentes, e seguros, do que poderiam hir nos assinados, e selos de muitos. [...] Foy manhoso, e desenvolto em todalas boas manhas, que a hũ alto Princepe convem [...] sempre se prezou d’andar bem, e ricamente vestido [...]. Foy homem que comeo bem, e porem nunca mais de duas vezes por dia, e [...] sempre bebeo agoa, e nunca vinho. Foy em todas suas palavras muy honesto, e temperado, e no auto da carne acerqua de molheres, depois de ser Rey, foi sobre todos mais continente.” ¹⁶
Administração do reino	“E na nobreza e liberalidade teve sem medyda tanta parte, que mais propriamente se podia dizer prodigo que verdadeiro liberal, especialmente nas cousas da Coroa do Reyno, de que sem grandes merecimentos nem muyta necessydade, mas por soos manhas e praticas que com elle os grandes husavam, a desguarneceo e mynguou em pouca parte.” ¹⁷	“E assi fez, e ordenou outras muitas, e boas cousas, e de muito bem, proveito, e boa governança de seus Regnos, vassallos, e naturaes deles, em que pareceo mui claro, que era proprio, e verdadeiro coraçam da Republica.” ¹⁸

¹⁰ PINA, Rui de – Chronica D’ElRey D. Joaõ II... p. 1030.

¹¹ PINA, Rui de – Chronica do Senhor Rey D. Affonso V... p. 881.

¹² *Idem*, p. 1031.

¹³ PINA, Rui de – Chronica do Senhor Rey D. Affonso V... p. 881

¹⁴ PINA, Rui de – Chronica D’ElRey D. Joaõ II... p. 1032.

¹⁵ PINA, Rui de – Chronica do Senhor Rey D. Affonso V... p. 881

¹⁶ PINA, Rui de – Chronica D’ElRey D. Joaõ II... pp. 1030-1031.

¹⁷ PINA, Rui de – Chronica do Senhor Rey D. Affonso V... p. 881.

¹⁸ PINA, Rui de – Chronica D’ElRey D. Joaõ II... p. 1032.

Sagrado e Profano nas Cantigas de Afonso X e D. Dinis

Domingos Manuel Santos Tavares Campos

domingostavarescampos@gmail.com

Resumo

Estudar aquilo que é Sagrado numa sociedade poderia equivaler a estudar a sua projecção ideal de Si. Neste presente artigo procuraremos dar a conhecer as representações mentais do Sagrado em contexto peninsular medieval.

Para isso, abordaremos a Poesia composta por dois monarcas, Afonso X e D. Dinis, tendo optado por uma leitura feita por duas lentes investigativas, a saber, a teorização de Mircea Eliade acerca da dicotomia entre Sagrado e Profano e a concepção de Carl Gustav Jung acerca do Si-Mesmo e o Inconsciente Colectivo.

Grosso modo, poder-se-ia afirmar que o Sagrado é omnipresente nas cantigas, punindo, zombando, elevando ou purificando sendo que, além das menções estilísticas a Deus, Santos e Virgem, a *Senhor* é ela mesma elevada à condição de Sagrada pelo efeito de *ganz andere* que produz no seu amigo.

Podemos afirmar que a *Senhor* é construída analogamente à figura divina ou mesmo do Soberano sendo que nos parece que estas três figuras existem de um modo análogo ao longo de toda a Poesia, o que nos leva a procurar estabelecer um conceito de *Teologia Amorosa*, em paralelo com a *Teologia Política* de Schmitt.

Palavras-Chave: Sagrado, Profano, Inconsciente Colectivo, Figuras Arquetípicas, Arquétipos, Trovadorismo, Deus, *Senhor*, Monarca.

Abstract

Studying that which is held as Sacred in any given society would equate to studying that which that very same society projects as it's ideal Self. In this present article we will try to communicate the mental representations of the Sacred in the context of the Medieval Hispania.

In order to do so, we shall analyse the Poetry composed by two Monarchs, Alfonso X of Castille and Denis of Portugal, having chosen to interpret these poems by two different yet complementary lenses, namely, Mircea Eliade's concepts of Sacred and Profane, and Carl Gustav Jung's concept of Self and Collective Unconscious.

One could assert that the Sacred is ubiquitous in the songs, punishing, making fun of, raising, or purifying. Besides the references to God, the Saints, and the Virgin, the *Lady* is raised to a position of Sacred by the effect of *ganz andere* that she induces in her lover.

We can say that the *Lady* is built in an analagous manner to the Divine or even the Sovereign, which, given the fact that the three figures exist in na analagous manner throughout the whole *corpus* leads us to establish the concept of *Amorous Theology*, parallel to Schmitt's *Political Theology*.

Keywords: Sacred, Profane, Collective Unconscious, Archetypal Figures, Archetypes, Troubadour, *Trovadorismo*, God, Lady, Monarch.

Introdução

Ser-nos-ia impossível conhecer qualquer sociedade se da sua música estivéssemos desconectados. Poder-se-ia ver na música a expressão máxima de determinadas sociedades se representarem e, através disso, representar o espírito que as animava. Dito isto, de tal modo que possamos conhecer melhor o mundo medieval, a sua cultura, particularmente aquela face ao sagrado e transcendente, consideramos pertinente o estudo das cantigas da escola trovadoresca galaico-portuguesa. A lírica afigura-se, assim, como um novo miradouro a partir do qual podemos apreciar a religiosidade medieval. Incontornável se afigura o estudo da lírica trovadoresca galego-portuguesa de modo a entender quais os esquemas de representação mental subsistem na mentalidade medieval e o modo como estas figuras arquetípicas se comunicam com a realidade física e tangível.

1. Estado da Arte e Metodologia

As cantigas medievais galaico-portuguesas encontram-se relativamente bem estudadas, porém, apesar de haver muitos eruditos, restrito é o grupo daqueles que procurou nas cantigas um modo de ver a mentalidade religiosa medieval, havendo, no entanto, exceções a esta regra. Nestas exceções, podemos encontrar o estudo de Graça Videira Lopes *Poderes visíveis e invisíveis na sátira medieval*; Azurra Rinaldi também se lhe digna a conceder um capítulo na sua tese *O Mágico e o Demoníaco – Figurações, práticas e efeitos na escrita literária portuguesa dos séculos XIII e XIV*.

Complementariamente às leituras mais técnicas e cujo foco era somente aquele das cantigas acabamos por fazer leituras paralelas as quais nos influenciariam no modo de analisar as mesmas e, principalmente, como tratar a teoria cultural. Estas mesmas obras não resumem a obras da disciplina histórica mas passam também por áreas como filosofia e psicologia, a saber *A Espiritualidade do Ocidente Medieval* de André Vauchez, *The Three Orders - Feudal Society Imagined* de Georges Duby, *The Sacred and the Profane* de Mircea Eliade e *The Agony of Eros* de Byung Chul Han, sendo as obras deste último autor fundamentais não pelos conteúdos que dão mas pela metodologia utilizada pelo autor para assuntos que abordaremos no presente estudo; *The Archetypes and the Collective Unconscious* de Carl Gustav Jung, que nos auxiliou na procura de uma explicação para a recorrência de os mesmos moldes, temas e figuras quer na Península quer fora dela e, por fim, uma menção a Carl Schmitt e o seu *Political Theology*.

Por conseguinte, resulta o nosso estudo de uma interação sobre vários ramos do Saber, procurando nós, com isto, uma leitura holística e integrada do fenómeno cultural trovadoresco, lido sob um novo prisma com lentes interpretativas que nos foram legadas por séculos de estudo

nas várias áreas académicas; não procurando somente estudar este fenómeno no seu tempo, mas antes enquanto feito *transtemporal*, que se prolonga no tempo e no espaço como recorrência eterna. De facto, falar deste tema é símil a revivê-lo, a reinterpretá-lo, a reimaginá-lo; no fundo, a recriá-lo, não como algo que aconteceu, mas como imaginamos ter acontecido; como imaginamos ter impactado de forma inconsciente e abstracta a sua época, levando-a e guiando-a na eterna e imparável marcha da História. De certo modo, isto torna o nosso trabalho anacrónico, mas consideramos que todos os historiadores devem ostentar esse rótulo de anacronia pois as intenções de cada personagem histórica são elas mesmas ocultas e nubladas, sendo que as suas implicações só se manifestam na sua mais pura e perfeita glória num futuro no qual passam de um estádio abstracto, para um estádio concreto, à medida que as suas consequências se desenrolam. Neste sentido, escrever historiografia sobre uma época é, em si, escrever uma fonte para a historiografia futura, sendo que os esquemas interpretativos que temos hoje do passado são, eles mesmos, anacrónicos. O *noumenon* é inatingível, o historiador limita-se ao entendimento fenomenológico, limitado pelos quadros interpretativos que lhe são dados pela sua idade. É com isto em mente que avançamos para o nosso ensaio.

2. *Corpus* estudado

O *corpus* que aqui nos interessa é composto das cantigas de Afonso X e de Dom Dinis. Ao nível político e institucional, os reinados destes dois supracitados reis são fáceis de datar: Afonso X reina entre 1252 e 1284 e D. Dinis reina entre 1279 e 1325. Em contrapartida, as cantigas são de difícil datação em termos absolutos e, por vezes, mesmo a datação relativa (isto é, face a outros eventos) se torna impracticável. Um outro problema desta fonte é o facto de a notação musical das mesmas ter sido perdida o que impossibilita uma compreensão completa das mesmas. Como afirmado por Celso Ferreira da Cunha, citado por Manuel Pedro Ferreira no artigo *Musik und Betonung in Cantigas de Amigo*:

[...] in der trobauresken Poesie Wort und Musik unauflöslich miteinander verbunden waren und dass man daher ihre Verse nicht auf der Grundlage von strengen Regeln analysieren darf denen nur solche Gedichte entsprechen, die für Deklamation bestimmt sind, denn die betonung beim Gesang musste, wenn nötig, in den Gedichte fehlende oder überschüssige Silben kompensieren, was, wie, die Lesarten der Handschriften zeigen nicht selten ist.¹

Não sendo um problema que impossibilite o estudo científico das cantigas não é, também, um facilitador. Com certa facilidade, uma cantiga de Amor ou de Amigo tornar-se-ia uma Cantiga de Escárnio e Maldizer mudando o texto a esta mesma associada. A natureza artística e subjectiva da fonte exige para si uma interpretação artística e subjectiva dependente da posição existencial

¹ FERREIRA, Pedro Manuel – “Musik und Betonung in Cantigas d’Amigo”. In CRAMER, Thomas; GREENFIELD, John; KASTEN, Ingrid. (Eds.) – *Frauenlieder – Cantigas de amigo*. Estugarda: S. Hirzel Verlag, 2000. p. 249.

do sujeito para com a mesma fonte. Para concluir a listagem, há ainda que assinalar que o sentido de humor, como seria expectável, mudou nos cerca de 700 anos que nos separam do momento em que tais cantigas foram escritas. Assim sendo, não nos é possível, por vezes, entender a piada de certa composição. O humor afigura-se como um idioma dentro de um idioma. Ainda que seja impossível descortinar o significado de cada palavra, o grande plano mantém-se imperceptível devido à dificuldade em compreender as significações, estas mesmas alheias às nossas realidades contemporâneas.

3. Trovadorismo e a Hispânia Medieval

Ainda que não seja o nosso intento dar neste artigo nota de uma evolução meramente histórica das escolas de poesia trovadoresca na Península, cremos, ainda assim, que seja proveitoso dar uma pequena introdução do contexto no qual estas escolas de poesia e música nascem na Península assim como uma nota geral sobre a organização trovadoresca da música e das condições religioso-político-sociais que motivam a sua chega à Península. O trovadorismo com os contornos com os quais o conhecemos, isto é, de poesia lírica vernacular, tem o seu nascimento apontado à vida de Guilherme IX da Aquitânia. Zoltan Fávay refere no seu livro *Mediterranean Culture and Troubadour Music* que o fenómeno trovadoresco não deve ser lido de uma perspectiva puramente europeizante, mas antes de uma perspectiva pan-Mediterrânica de um modo tal que se possa entender e contextualizar este movimento artístico e cultural no *melting pot* civilizacional desta área.²

O momento-chave na chegada da cultura trovadoresca à Península é a Cruzada Albigense. De facto, até ao fim da primeira metade do século XII, nenhum trovador franco havia pisado o solo da Península (embora, sob o jugo muçulmano, florescessem as artes trovadorescas numa relação simbiótica das três religiões do Livro). Ter-se-ia que esperar por Bertran de Born para que um trovador trans-pirenaico visitasse a Península. Coincidentemente, toma lugar esta visita aquando o começo das campanhas contra os Cátaros, por volta de 1180.³ Ainda que isto não prove a teoria de Otto Rahn⁴, de que os trovadores se viam como um grupo de iniciados que cantavam a Gnose e que possuíam conhecimentos e iniciações cátaras, dá-lhe, decerto, alguma força e credibilidade. Esta teoria pode ser lida no seu livro *Crusade against the Grail* no qual, o autor, seguindo os passos de Josephin Peladan, procura entender o fenómeno

² FÁVAY, Zoltan – *Mediterranean Culture and Troubadour Music*. Budapeste: Akadémiai Kiadó, 1986. pp. 10-19.

³ *Ibidem*, p. 30

⁴ Esta teoria pode ser lida no seu livro *Crusade against the Grail* ou no livro *In Search of the Holy Grail and the Precious Blood* de Deike Begg e Ean Begg, respectivamente. Neste último, a *senhor* cantada pelos trovadores não é tanto uma mulher que tenha uma existência física, mas mais um *inner feminine* latente em toda a Criação ou a Gnose.

do trovadorismo à luz de um conflito religioso entre Cátaros e Católico que teria levado seguidores do catarismo e templários a esconder a sua gnose na música:

The leys d'amors contained thirty-one statutes. The oddity was that they established as a basic principle that the Minne should exclude carnal love or marriage. It was the union between souls and between hearts—marriage is the union of two physical bodies. With marriage, Minne and poetry die. Love by itself is only passion that disappears with sensual pleasure. He who keeps the authentic Minne in his heart does not desire the body of his loved one, only her heart. The real Minne is pure love without embodiment. The Minne is not simply love; Eros is not sex. Guilhelm Montanhagol, a troubadour from Toulouse, wrote: "Those who love should have a pure heart, and think about nothing other than the Minne, because the Minne is not sin, but virtue that turns the bad into the good and makes the good even better: E d'amor mou castitatz [The Minne makes chaste]." In reality, the troubadours established the leys d'amors. In so-called "courts of love," ladies judged those knights and troubadours who had infringed upon the laws of the Minne. The troubadours called the Minnedienst or "devotion to love" (an homage rendered to grace and beauty) domnei (from domina = lady). Domnei provoked in the domnejaire [servant of the Minne] the joy d'amor: desire, energy, and impetuosity that led the poet to create the Minne. The poet who composed the most beautiful Minnelieder (love sonnets) was the winner. Once the cantor had rendered homage to his lady, she would receive him as a vassal paying tribute. From then on, she could dispose of him as if he were a serf.⁵

O autor afirma ainda, de um modo talvez demasiado generalizante e excessivo:

This was not the only reason she rejected the amorous proposals of troubadours and princes. Being a heretic and understanding the troubadours were not mutually exclusive. Quite to the contrary, the greater part of the troubadours were heretics; all the Cathars were troubadours, and almost all the ladies of Occitania, once time had left its mark on their faces, became heretics.⁶

Tal tese é ainda sustentada pelo facto de muitos deles terem abandonado a Provença depois dos anos de 1200 e, em especial, no período em torno de 1230.⁷ Zoltan afirma:

In the 1230s the Inquisition operated throughout the Albigensian areas and persecution of Catharist sympathizers became increasingly cruel. One can be sure that most of the troubadours sought refuge in Aragon or Castille in this final period, including Perdigo, Gui d'Uisel, Guillem Magret, Cadenet, Peire Cardenal, Aimeric de Belenoi, Albertet de Sestaro, Pons d'Ortafas and the highly prolific Guirat Riquier [...].⁸

Este êxodo rumo à Hispânia poderia ser entendido como a procura de uma nova região onde os seus trabalhos não sofram a actividade censória da Inquisição sob a égide quer de reis cristãos com uma actividade de mecenato e interessados eles mesmos na actividade poética. Afonso II de Aragão foi, com efeito, o primeiro rei-poeta da Península, seguindo-se o seu filho, Pedro II como herdeiro deste legado trovadoresco. Constança, irmã de Pedro e filha de Afonso haveria de ser enviada para a Hungria, em casamento, havendo a hipótese de que, através desse casamento, tenha difundido ainda mais a cultura trovadoresca. No entanto, o período de apogeu

⁵ RAHN, Otto – *Crusade Against the Grail*. [s.l.]: Inner Traditions Bear and Company, 2006. p. 3-4.

⁶ *Ibidem*, p. 39.

⁷ Quanto a esta temática, o artigo de FILHO, Benjamin Rodrigues Ferreira; SOUZA, Shirlene Rohr de - "A Dama e o Amor: Cortesia e Heresia na Poética Medieval", *Transversos: Revista de História*. Rio de Janeiro, n.º 8 (2016) 25-45. parecem dar novas luzes ao tema.

⁸ FÁVY, Zoltan – *Mediterranean Culture and Troubadour Music*. p. 31.

da actividade poética deu-se no tempo de Afonso X, o Sábio, período em que se registaram mais de 400 cantigas profanas. Como já referido acima, a Cruzada contra os Albigenses dispersou os trovadores em três direcções gerais, a saber, a Península Hispânica, Península Itálica e o Norte de França. A conquista recente do Sul da Península e os fósseis vivos da presença muçulmana, tais como moçárabes, muçulmanos, judeus, uma vida urbana relativamente cosmopolita, arquitecturas de mesquitas com inspiração bizantina, segundo o mesmo Zoltan Fávý, contribuiriam para uma influência levantina-árabe no movimento cultural das cantigas, como diz o mesmo:

So the culture and courts of the Iberian Peninsula were more than just a refuge and source of patronage for the troubadours; during their travels in Spain they encountered new cultural horizons which left marks upon their poetry, music and musical performance, and strongly influenced the way they worked.⁹

Por fim, e em época de renascença cultural europeia, o *ethos* da escolástica infiltra-se, naturalmente, no modo de conceber a sociedade e afecta, naturalmente, os esquemas de pensamento. Posto isto, nesta altura concebe-se uma divisão em quatro partes da actividade poética, mostrando a interligação natural, simbiótica e vital entre escrita e *performance*. Assim, poderemos encontrar nesta altura, numa distinção feita por Guiraut Riquier, distinto trovador deste período, jograis, ministros, trovadores e *doctor troubadours*, respectivamente, um artista de feira, talvez domador de animais e equilibristas; cantores e propagadores de músicas com algum conhecimento de poesia; poetas e compositores de música e, por fim, os poetas e compositores de músicas mais distintos e notáveis. Fávý demonstra que este esquema é mais conceptual do que práctico dado que era requerido a um jogral bem mais do que aquilo que Requier expõe nesta epístola, sendo-lhe necessário saber tocar toda uma panóplia de instrumentos assim como utilizar a sua voz.¹⁰

Por fim, no tempo de D. Dinis, a escola de poesia galaico-portuguesa está numa crise de identidade, abandonando cada vez mais as suas tradições em prole de tradições transpirenaicas e da adopção do *fin'amore* franco, o que se manifesta na tipologia das cantigas produzidas por cada um dos monarcas, como adiante poderemos ver. No entanto, é de estranhar que, após a morte do monarca lusitano, pouca mais produção tenha existido tendo a escola cessado pouco depois da sua morte.¹¹

⁹ *Ibidem*, p. 31.

¹⁰ *Ibidem*, p. 38.

¹¹ No entanto, a lírica galaico-portuguesa parece ter continuado viva no *sertão* brasileiro perpetuada pela tradição oral. Em 2004, a UERJ e a UFF lançaram um álbum musical tendo por base estas tradições populares do nordeste brasileiro, zona onde, indubitavelmente, a presença portuguesa teve mais manifestações culturais, materiais e espirituais. Ver NUEG-UFF; PROEG-UERJ - *Música Antiga da UFF - Medievo-Nordeste: Cantigas e Romances*. [Registo Sonoro] Rio de Janeiro: [s.n.], 2004. 1 disco (CD) (53 min. 52 seg.)

4. Considerações gerais sobre as cantigas de Afonso X

Numa primeira análise mais geral, as composições profanas da autoria de Afonso X caracterizam-se por uma predominância muito destacada de cantigas de Escárnio e Maldizer (34); às quais se seguem as Tenções (4), Amor (3), Louvor (2), Sirventês (1) e uma cantiga de Amigo cuja composição é disputada com D. Sancho I. Note-se que esta categorização é meramente formal e herdeira, certamente, de um ambiente escolástico. Nesta parte do *corpus* encontramos 27 cantigas com referências quer à divindade quer a cargos eclesiásticos ou manifestações religiosas de cariz popular (tais como bruxas), correspondendo a pouco mais de 61% das amostras. Apenas uma das cantigas se manifesta de forma incerta (cerca de 2% das amostras) e 15 não apresentam qualquer referência (acima de 34% das amostras).

É de notar que nas cantigas de Afonso X faz-se uma crítica transversal à sociedade na qual se insere. Todos os grupos sociais são criticados, cada um pela quebra dos seus deveres enquanto membro do seu grupo e estatuto social. Passemos a exemplificar. Há cantigas que troçam de membros do povo tais como *Cirola vi andar-se queixando*¹², que se dirige a um jogral mentiroso que se queixava que não lhe quitavam a dívida; críticas a cavaleiros membros da nobreza que fogem das campanhas na Andaluzia tais como *Dom Foão, quand'ogan'aqui chegou*¹³ que troça um sujeito anónimo (mas que na época deve ter sido conhecido) que desertara das campanhas da Reconquista. Há também cantigas a membros do estado clerical, tais como *Ao daiam de Calez eu achei*¹⁴, cantiga curiosíssima pois descreve a vida de um deão dado a jogos eróticos, livros de teor sexual e com uma vida privada que não seria, de todo, compatível com o seu posto eclesiástico, ainda que, de facto, a crítica do autor não se prenda ao estatuto do mesmo dentro da Igreja. Esta crítica parece deixar subjacente um sistema de pensamento claramente feudal e um modo de ver o mundo organizado segundo princípios muito bem definidos provindos da condição de cada um.

Não seria incorrecto definir as cantigas de Afonso X como possuidoras de um veio de teor interventivo na sociedade na qual se insere. Mais do que fazer rir, estas cantigas parecem-nos procurar seguir um certo padrão moralizador seguindo aquele que parece ser o mote para a intervenção social moralizante: *ridendo castigat mores*, sendo destarte, uma estratégia de intervenção que obriga o visado na cantiga a submeter-se à troça régia sem poder reagir ficando,

¹² Para todas as cantigas optamos pelo uso da versão *online*, disponível na base de dados sob coordenação de Graça Videira Lopes. Assim: “Cirola vi [eu] andar-se queixando”. In LOPES, Graça Videira; FERREIRA, Manuel Pedro; (resp.) – *Cantigas Medievais Galego-Portuguesas*. [Base de Dados em Linha] Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, FCSH/NOVA, 2011-2012.

¹³ Afonso X – “Dom Foão, quand'ogan'aqui chegou”. In LOPES, Graça Videira...

¹⁴ Afonso X – “Ao daiam de Cález eu achei”. In LOPES, Graça Videira...

portanto, no polo submisso da relação, na teoria clássica de relações interpessoais.¹⁵ Aquele que antes exercia a sua vontade sobre a Lei (não no sentido de Lei como Direito mas sim no sentido de Lei Universal, aquela que deveria regular coisas como os bons costumes) passa, pela troça moralizante presente nas composições poéticas, de pólo soberano a pólo submisso, tornando-se do mesmo modo num exemplo perante os outros presentes que estivessem a ouvir a cantiga, uma espécie de alerta em tons passivo-agressivos do monarca. É de recordar que é precisamente nesta cronologia que as monarquias europeias reforçam a autoridade régia. Assim, parece-nos relativamente pacífico de afirmar que esta troça moralizante servisse como meio de aviso e mecanismo de exclusão social daqueles que se opunham ao monarca ou falhavam em cumprir os seus compromissos ético-feudais (se é que se pode separar a ética medieval do código de conduta feudal).¹⁶ Se tomarmos a teoria aristotélica de amizade ainda mais longe (a amizade e relação interpessoal como base da política) e a inserirmos no contexto feudal, podemos entender toda a importância destas cantigas satíricas. Num mundo mais pessoal do que institucional, a relação entre o sujeito A e o sujeito B é muito mais instável do que num mundo onde a figura de *Rei* se torna muito mais uma instituição e garante de poder ao Conselho Régio. Nesse sentido, na medievalidade a figura do *Rei-Pessoa* e do *Rei-Instituição* ainda não foi perfeitamente definida. Por conseguinte, uma má relação pessoal com o *Rei-Pessoa* colocaria um vassalo desse mesmo rei numa posição muito má em relação ao *Rei-Instituição*, também. Por outro lado, uma relação cordial e de amizade virtuosa com o *Rei-Pessoa* levaria a uma boa relação com o *Rei-Instituição* e, conseqüentemente, a *graça régia* (manifestada em títulos, doações e privilégios) seria mais facilmente alcançável.¹⁷

5. Considerações gerais sobre as cantigas de D. Dinis

Se o monarca castelhano se faz notar pela sua composição vastíssima de cantigas de escárnio e maldizer, por outro lado o rei português tornar-se-á notável pelo predomínio de cantigas de Amigo, de cantigas de Amor e Pastorelas que compõe mais de 90% da obra do

¹⁵ ARISTÓTLES - *Ética a Nicómaco*. Trad. Vallandro e Gerd Bonheim. São Paulo: Nova Cultural. 1991. p. 168. “Porque sem amigos ninguém escolheria viver, ainda que possuísse todos os outros bens. E acredita-se, mesmo, que os ricos e aqueles que exercem autoridade e poder são os que mais precisam de amigos; pois de que serve tanta prosperidade sem um ensejo de fazer bem, se este se faz principalmente e sob a forma mais louvável aos amigos? Ou como se pode manter e salvaguardar a prosperidade sem amigos? Quanto maior é ela, mais perigos corre.” A amizade é o ponto central da política e, como tal, o modo mais fácil e seguro de aproximação à figura do monarca ou soberano”.

¹⁶ OLIVEIRA, António Resende de – “A produção trovadoresca de Afonso X: 3. Os cantares da guerra (composições e cronologias)”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra. N.º 14 (2014) pp. 10-14.

¹⁷ KANTOROWICZ, Ernst H. - *Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 23. Parece-nos seguro afirmar que a construção da teologia política medieval foi muito semelhante em todo o Ocidente medieval em virtude de uma certa coesão doutrinal fornecida pela obediência ao bispo de Roma.

lusitano rei. Pouco mais de 7% são dedicadas a outros modelos tais como cantigas de escárnio e maldizer (10 cantigas de um universo de 136). Destas cantigas, 106 apresentam referências directas a Deus, uma incerta (por não estar completa) e vinte e nove respondem negativamente ao critério de estudo. Os modelos presentes nas cantigas não variam muito ainda que dêem espaço a certas canções verdadeiramente dignas de nota e de uma capacidade literária de excelência, naturalmente *Ai flores, ai flores do verde pino*¹⁸, *De que morredes, filha, a do corpo velido?*¹⁹ ou mesmo *Levantou-s'a velida*²⁰.

De resto, as cantigas insistem nos mesmos arquétipos: a dama que sente saudade do seu amigo, o amigo que sofre de coitas de amor pela sua *senhor*, a dama que à mãe ou donzela confessa os sentimentos que tem pelo amigo. Há outros tropos que se enquadrariam em quadros europeus literários muito belos como a *senhor* ou a *pastor* que na natureza espera pelo seu amigo sendo a natureza o ícone de estabilidade e de maternalidade universal (devido às características maternais da terra tais como a fecundidade). Embora repetitivos, estes tropos acabam por ilustrar concepções comuns e arquetípicas portuguesas, exigindo um método diferente de estudo mas, em simultâneo, apresentando resultados que um método baseado numa aproximação casuística das cantigas nunca poderia oferecer. Se em D. Afonso X devemos procurar pela inovação típica da adolescência de uma escola literária, em D. Dinis deveremos procurar a serenidade e maturidade conquistada pela experiência de uma escola com um cânone bem definido. Jean Frappier distingue os seguintes modos de sentidos de interpretação das cantigas medievais, seguindo a tradição de exegese bíblica medieval: *la hiérarchie des niveaux d'interprétation (sens literal, sens morale, sens allégorique, sens anagogique)*.²¹ Tendo isto em mente, há que mergulhar nestas canções como sendo uma espécie de poços num deserto, cuja água é fornecida directamente pelo Inconsciente Colectivo. É, portanto, através de um contacto prolongado com esta realidade que encontraremos a chave para a desvendar.

6. Sagrado e Profano

Todo o presente estudo assenta numa mecânica dialéctica e dicotómica estudada por Mircea Eliade no seu notável trabalho *The Sacred and the Profane*. Para o autor romeno, e na linha de Rudolf Otto, a experiência do Sagrado manifesta-se como algo absolutamente atópico, *ganz andere* nas palavras do mesmo. No entanto, a separação daquilo que é sagrado daquilo que é profano não se denota numa mudança aspectual de um objecto, local ou pessoa, mas sim

¹⁸ D. Dinis – “- Ai flores, ai flores do verde pino.” In LOPES, Graça Videira...

¹⁹ D. Dinis – “- De que morredes, filha, a do corpo velido?” In LOPES, Graça Videira...

²⁰ D. Dinis – “Levantou-s'a velida.” In LOPES, Graça Videira...

²¹ FRAPPIER, M. Jean – Aspects de l'hermetisme dans la poésie médiévale. In *Cahiers de l'AIEF*, 1963, nº. 15. pp 15-19.

numa mudança ontológica, essencial e qualitativa: “In each case we are confronted by the same mysterious act — the manifestation of something of a wholly different order, a reality that does not belong to our world, in objects that are an integral part of our natural "profane" world.”²².

A manifestação numinosa em determinado local, objecto ou pessoa é revelada ao sujeito como uma hierofania, uma erupção espontânea de divindade que provoca no observador um medo tremendo pela infinita majestade e que não deixa solução nenhuma senão um total corte de continuidade entre aquilo que é profano, leigo e, ultimamente, pó que retornará ao pó e aquilo que é divino. Ao longo desta obra, Eliade irá definir o *Sagrado*, grosso modo, não só como aquilo que, por definição, não é profano, mas também como os pontos giratórios em torno dos quais orbitam os mapas da realidade relativa e em comparação com os quais os modos de vida obtêm o seu significado. Para um religioso, ou, como lhe chama Mircea, um primitivo, cada acto físico corresponde naturalmente a um sacramento e a uma união com o divino de um modo supra-racional. Daqui se extrai, que *Sagrado e Profano* não são necessariamente adjectivos colocados a certos objectos, actos ou cultos, mas sim dois modos de existência completamente distintos: o primeiro assente no valor da Tradição manifestada nas suas múltiplas vertentes e na fixação de um porto seguro a partir do qual a realidade material extrai a significação; o segundo, na relatividade da realidade material e na ausência da experiência numinosa atópica.²³ Assim sendo, e como iremos abordar no capítulo XI, a *senhor* dos poemas dionisiacos estabelece-se como esta expressão de *ganz andere*, atópica, perfeita, criada por Deus, manifestação da sua vontade e capacitada por este para lhe doar ou conceder o seu *favor*, *favor* esse cuja obtenção leva à possibilidade de continuar a viver e a servir a *senhor* e que, malograda a sua obtenção leva à morte por *coitas* de Amor.

7. O Universo Religioso Conhecido

Através do estudo das cantigas poder-se-á esboçar a paisagem religiosa da Península. Para começar, é sabido que alguns dos cultos pré-cristãos sobreviveram na tradição cristã, tendo-lhes sido dada uma nova finalidade, sendo que, para a Península, basta ver a acção missionária de S. Martinho de Dume que, em vez de adoptar uma postura intransigente face a estes mesmos cultos, optou por uma solução compatível com a realidade, não destruindo as práticas, mas cambiando o seu sentido para um compatível com a Fé. Ora, é interessante tentar perceber o universo religioso conhecido deste período, quer em termos de invocações cristãs nestas cantigas quer a artes e cultos pagãos e politeístas. Eugenio Ascencio demonstra que

²² ELIADE, Mircea – *The Sacred and the Profane*. Trad. de Willard R. Trask. New York: Harcourt, Brace and Company, 1957. p. 11.

²³ *Ibidem*, pp. 14-15.

certos trovadores deveriam ser portadores de uma cultura que os tornaria familiarizados quer com as Sagradas Escrituras quer com a imagética oriental ao afirmar que, certo autor, “«estaba familiarizado con el lenguaje e imagería oriental del Antiguo Testamento» (...) El ciervo [animal referido na poesia analisada pelo autor referido] símbolo fálico, pertenece a la más típica herencia del paganismo hispánico.”²⁴

Ao nível sacral, na obra de Afonso X, poder-se-iam referir cantigas que aludem a um santo específico, *Achei Sanch'Eanes encavalgada* na qual se faz referência a Sant'Iago (*Santiago-m'e disse*)²⁵; *Ao daiam de Calez eu achei*, que faz referência a São Marçal (*deste fogo que de Sam Marçal é*)²⁶ e, para findar, uma última cantiga que faz referência a S. Vicente Diácono, na cantiga *-Senher, ad-ars ie'us venh 'querer (e juro-vos, par Sam Vincent)*²⁷. Some-se a esta uma cantiga de Santa Maria que aparece nos cancioneiros que refere a Deípara.²⁸ Há uma outra referência à santidade na cantiga *Nom me posso pagar tanto*, que se refere a Deus como *Deus lo santo*.²⁹

Há também referências a posições meramente eclesiásticas, como em *Se me graça fizesse este Papa de Roma!*, composição na qual se refere, obviamente, o Papa e os Cardeais, uma cantiga que visa claramente atacar a figura pontifícia assim como o cardinalato, visto como o responsável pelas falhas morais do sucessor de S. Pedro

Se me graça fizesse este Papa de Roma!/ (...) Se con'os cardeaes com que faz seus conselhos/ possesse que guardasse nós de maos trebelhos,/ fezera gram mercêe, ca nom furtrar com elhos/ e [os] panos dos cristãos meter sô sa capa³⁰.

Há duas referências a deões (podendo ser ambos o deão de Cádiz) em *Ao daiam de Calez eu achei*³¹ e *Penhoremos o daiam*³². A primeira cantiga, dirigida ao *daiam de Calez* é interessante para o tópico que nos importa e será analisada com mais escrutínio adiante. A segunda, dirigida somente a um *daiam* é causada por um roubo do mesmo ao rei (roubara-lhe um mastim de caça pelo que o rei se encontrava decidido a penhorar-lhe a “cadela”, provávelmente uma barregã: *Penhoremos o daiam/ na cadela, polo cam*)³³. Acrescente-se, ainda, uma cantiga, *Quero-vos ora mui bem conselhar*³⁴, na qual se faz uma menção ao arcebispo enquanto depositário do poder sagrado: “o arcebispo, voss'amig'e meu,/ a quen'o feito do sagrado jaz”.

²⁴ ASCENCIO, Eugenio – Folklore y paralelismo en la cantiga de amigo. In Alan D. Deyermond (dir.) - *Edad Media*, Vol. 1, Tomo 1 de Francisco Rico (org.), “Historia y Crítica de La Literatura Española”. Madrid: Editorial Crítica, 1980. p. 76.

²⁵ Afonso X – “Achei Sanch' [E]anes encavalgada”. In LOPES, Graça Videira...

²⁶ Afonso X – “Ao daiam de Cález eu achei”. In LOPES, Graça Videira...

²⁷ Arnaldo; Afonso X – “- Senher, ad-ars ie'us venh 'querer”. In LOPES, Graça Videira...

²⁸ Afonso X – “Deus te salve, Gloriosa,”. In LOPES, Graça Videira...

²⁹ Afonso X – “Nom me posso pagar tanto”. In LOPES, Graça Videira...

³⁰ Afonso X – “Se me graça fizesse este Papa de Roma!”. In LOPES, Graça Videira...

³¹ Afonso X – “Ao daiam de Cález eu achei”. In LOPES, Graça Videira...

³² Afonso X – “Penhoremos o daiam”. In LOPES, Graça Videira...

³³ Afonso X – “Penhoremos o daiam”. In LOPES, Graça Videira...

³⁴ Afonso X – “Quero-vos ora mui bem conselhar,”. In LOPES, Graça Videira...

Por fim, menciona-se um romeiro, numa das cantigas. A presença do romeiro aliada à invocação de Santiago mostrada anteriormente ilustram bem a importância do culto do Apóstolo no contexto peninsular, uma vez que, ainda que não tendo, aparentemente, como objectivo, Santiago, a simples menção desta figura ilustra bem o impacto que as romarias assumiam na Península, impacto esse de tal modo expressivo que encontra o seu caminho até à Arte e à Música. Nesta cantiga em específico, uma mulher pede a D. Afonso que faça justiça pois teria sido assaltada. Fazendo um jogo de palavras com *cobrir* — vocábulo que descreve um assalto ou uma relação carnal — o soberano passa a troçar da situação e a duvidar da mesma, indo tão longe quanto questionar a relação da mulher com o judeu que a teria vindo auxiliar na procura por Justiça. Parece ficar subentendido que a mulher havia tido relações com ambos. De todos os modos, a menção ao peregrino aparece em: “É romeu que Deus assi quer servir/- por levar tal furt'a Jelusalém!”³⁵.

Além das invocações cristãs, temos ainda referência a artes não cristãs, tais como bruxarias e outras que, ainda que sendo cristãs sofrem uma deturpação. Nestas duas categorias poderemos inserir as cantigas *Direi-vos eu d'um ric'home*³⁶ e *Ao daiam de Calez eu achei*³⁷. A primeira refere-se a um rico-homem que procura os conselhos de uma bruxa para o livrar de um mau-olhado e refere-se ao modo tradicional de protecção contra os maus olhados: meio rabo de carneiro. Destarte, podemos ver na literatura que há uma subsistência de superstições pagãs que não desapareceram na Idade Média (Afonso X escreve já no século XIII). Ainda que seja motivo de troça (no fim da cantiga chega-se à conclusão que o mal do qual padece o rico-homem não é necessariamente um mau-olhado, mas sim fome). Por outro lado, *Ao daiam de Calez eu achei* apresenta um deão que parece possuir poderes mágicos e de exorcismo. A questão interessante é que esses poderes mágicos, nomeadamente na cura de certas doenças e virtudes como exorcista, parecem manifestar-se através de actos sexuais (“*se acha molher que haja [o] mal/ deste fogo que de Sam Marçal é, / assi [a] vai per foder encantar*”³⁸).

Esta vasta paisagem humana oferece-nos a visão de um mundo onde as várias jurisdições, aparentemente antagónicas, não se entrecrocavam, mas sim sobrepõe-se. O Universo mental medieval, ao invés de um universo dominado não por um monoteísmo, mas sim uma monolatria mais idealizada do que realizada. De facto, aparece-nos a figura do deão que se dedica a práticas mágicas através de actos sexuais; a figura de uma bruxa e mesmo de um peregrino que rouba uma soldadeira. A sociedade medieval hispânica parece-nos, assim, bem consciente do fosso que separa a sua crença, teórica, cristã e a sua prática, nas mais variadas

³⁵ Afonso X – “Senhor, justiça viimos pedir”. In LOPES, Graça Videira...

³⁶ Afonso X – “Direi-vos eu d'um ric'home”. In LOPES, Graça Videira...

³⁷ Afonso X – “Ao daiam de Cález eu achei”. In LOPES, Graça Videira...

³⁸ Afonso X – “Ao daiam de Cález eu achei”. In LOPES, Graça Videira...

vezes alheada da realidade da Encarnação. Isto, aliás, poder-nos-ia levar a tratar as Cantigas de Santa Maria como um projecto de devoção privada do monarca castelhano, convertendo uma Arte que antes tinha usado contra Deus para mais tarde o servir.

Além das figuras humanas, possuímos duas cantigas do monarca castelhano que denotam a importância assumida pelo ciclo litúrgico no modo do homem medieval se relacionar com o tempo. As cantigas às quais nos referimos são *Quero-vos ora mui bem conselhar*³⁹ e *Com'eu em dia de Páscoa querria bem comer*⁴⁰. No primeiro dos referidos cantares — “que nunca voz em dia d'Acençom/ tenhades, nem em dia de Natal,/ nem doutras festas de Nostro Senhor,/ nem de seus santos, ca hei gram pavor/ de vos viir mui toste deles mal.” — a Ascensão do Senhor e a Sua Natividade parecem ocupar os dois principais pólos que dividem o ano mental. De seguida, as outras Grandes Festas (Elevação da Santa Cruz, Teofania, Apresentação do Cristo, a Anunciação, o Domingo de Ramos, Pentecostes e Transfiguração) parecem ser o que marca o ciclo do ano. A segunda cantiga vai incorporando expressões eclesíásticas como *assi queria bom som [d]e seculorum ámen*; fazendo referências a partes da Liturgia *assi querria Avangelh'e mui pequena Paixom e assi querria bom som de Cunctipotens*. Estas referências são feitas num tom jocoso que pretende gracejar dos serviços eclesíásticos característicos do Período Quaresmal e Pascal opondo ao Sagrado destes serviços a vulgaridade e laicidade que é vista como bem mais prazerosa patente no primeiro verso de cada estrofe: “Com'eu em dia de Páscoa querria bem comer,/ (...) Assi com[o] eu querria comer de bom salmom,/ (...) Como [eu] querria comer que me soubesse bem,/ (...) Assi com'eu beberia [do] bom vinho d'Ourens,/ [...]”. Toda a jovialidade da presente trova se encontra na imagem mental caracterizada pelos contrastes aqui presentes. Ainda assim, notemos a importância dos momentos litúrgicos na definição da passagem do tempo que se apresenta como uma passagem lenta e dolorosa para o trovador.

Em D. Dinis, as referências à divindade são mais homogéneas, sendo que predomina quase exclusivamente a referência ao Deus Trino, com Nosso Senhor e a Santíssima Virgem a ocuparem postos secundários. Uma cantiga, no entanto, que se refere à impossibilidade de um tal pecador “que nunca poderá veer/ a face de Nostro Senhor / (...) que jamais nunca veerá/ em nêum temp'a face de Deus / (...) pode veer, per bõa fé,/ a face do que nos comprou”⁴¹. Nestas referências poder-se-ia ver, ainda que implicitamente, uma referência ao episódio bíblico em que Cristo, acompanhado de Pedro, Tiago Maior e João ascendem a uma montanha na qual Cristo revela a sua Divindade, transformando-se numa nuvem brilhante. Nesta cantiga, quer

³⁹ Afonso X – “Quero-vos ora mui bem conselhar,”. In LOPES, Graça Videira...

⁴⁰ Afonso X – “Com'eu em dia de Páscoa querria bem comer,”. In LOPES, Graça Videira...

⁴¹ D. Dinis – “Tant'é Meliom pecador”. In LOPES, Graça Videira...

brincando com o facto de *Meliom* (o alvo da cantiga) ser pecador ou sofrer de problemas oculares, o autor acaba por invocar um molde de pensamento que revela um conhecimento desta passagem do Evangelho (daí a insistência na face).

8. O Amor Feudalizado

Carl Schmitt apresenta a definição de soberania enquanto “Sovereign is he who decides on the exception. (...) The exception, which is not codified in the existing legal order, can at best be characterized as a case of extreme peril, a danger to the existence of the state, or the like.”⁴² Ademais,

Whether God alone is sovereign, that is, the one who acts as his acknowledged representative on Earth, or the emperor, or the prince, or the people, meaning those who identify themselves directly with the people, the question is always aimed at the subject of sovereignty, at the application of the concept to a concrete situation.⁴³

Uma outra consideração quanto a esta mesma definição de soberania e a que consideramos mais pertinente para o presente ensaio:

All significant concepts of the modern theory of the state are secularized theological concepts not only because of their historical development – in which they were transferred from theology to the theory of the state, whereby, for example, the omnipotent God became the omnipotent lawgiver – but also because of their systematic structure, the recognition of which is necessary for a sociological consideration of these concepts. The exception in jurisprudence is analogous to the miracle in theology.

A nosso ver esta concepção de soberania pela decisão da excepção torna não só a figura do Monarca análoga àquela de Deus como também a da *senhor*. As três relações em questão, Homem-Deus, Vassalo-Suserano e Cavaleiro-Senhor, são feudalizadas. As formas de excepção que suspendem as relações normais entre um e outro correspondem, respectivamente, ao milagre, mercê e favor. A nível teológico, Tomás de Aquino, na *Summa contra Gentiles*, irá definir um milagre como:

Things that are at times divinely accomplished, apart from the generally established order in things, are customarily called miracles; for we admire with some astonishment a certain event when we observe the effect but do not know its cause. (...) So, a thing that has a completely hidden cause is wondrous in an unqualified way, and this the name, *miraculum*, suggests; namely, what is of itself filled with admirable wonder, not simply in relation to one person or another. Now, absolutely speaking, the cause hidden from every man is God. In fact, we proved above that no man in the present state of life can grasp His essence intellectually. Therefore, those things must properly be called miraculous which are done by divine power apart from the order generally followed in things.⁴⁴

⁴² SCHMITT, Carl – *Political Theology, Four Chapters on the Concept of Sovereignty*. Trad. George Schwab. Chicago: University of Chicago Press, 2006. pp. 5-6.

⁴³ *Ibidem*, p. 10.

⁴⁴ AQUINO, Tomás de – *On the Truth of the Catholic Faith: Summa contra Gentiles*. Trad. Vernon J. Bourke. Livro 3, Parte II: Providence. New York: Image Books, Doubleday & Company, Inc., 1956.

A nível régio basta notar que a *graça e mercee* eram o modo de justificação régio para os momentos de excepção (uma suspensão das leis e costumes), doações, perdões ou justificavam as mudanças ao funcionamento “normal” de uma sociedade estratificada. A nível amoroso, a suspensão da normalidade “legal” das coisas (fazendo corresponder a esta normalidade o amor unilateral não correspondido do cavaleiro pela sua *senhor*) é feito por favor da *senhor* (correspondendo esta excepção a um momento de amor recíproco) sendo normalmente invocado Deus nestes momentos de tal modo que a *senhor* se compadeça do seu *amante*. Este tropo é mais comum nas cantigas dionisiacas do que naquelas de Afonso X (em virtude, até, do facto das cantigas de D. Dinis serem mais focadas nos géneros amorosos ao passo que as do seu par castelhano se focam muito mais no Escárnio e Maldizer). Faustino Martínez Martínez refere: “El amor cortesano es un feudalismo del amor, es el amor expresado en términos feudales, constituyendo aquél el molde lingüístico en donde se volcará la pasión romántica.”⁴⁵ De qualquer modo, ilustraremos este nosso ponto com cantigas que consideramos particularmente relevantes: *Mesura seria, senhor*⁴⁶, *Bem me podedes vós, senhor*⁴⁷, *De mi vós fazerdes*⁴⁸ e *De morrerdes por mi gram dereit' é*⁴⁹. Assim sendo, passaremos a oferecer uma pequena explicação de cada uma destas cantigas e explicitaremos o raciocínio que nos leva a achar que estas suportam o nosso ponto.

A primeira das referidas poesias, *Mesura seria, senhor*, começa logo por fazer um pedido de misericórdia à *senhor*: “Mesura seria, senhor,/ de vos amercear de mi.” Obviamente que tal pedido denota, a um nível inconsciente e implícito da *senhor* como estando num patamar superior ao cavaleiro. De seguida, cita-se a situação que requiere a misericórdia da *senhor*: “e en mui grav' é voss'amor:/ tam grave, que nom hei poder/ daquesta coita mais sofrer/ de que, mui'thá, fui sofredor.”. Portanto, a situação de normalidade legal é apresentada: o cavaleiro cujo amor não é correspondido do mesmo modo (ou, pelo menos, não é correspondido activamente dado que, o facto de a *senhor* deixar o cavaleiro comunicar consigo parece, em si mesmo, um privilégio que pode ser suspenso, como é em *Meu amigo vem hoj'aqui*, cantiga na qual a desobediência a uma ordem da *senhor* é equiparada a um pecado).

Segue-se um momento em que o *eu* poético reafirma a sua condição subordinada perante a *senhor*, desta vez não pelo elogio da mesma, mas antes pela sua auto-depreciação: “Pero sabe

⁴⁵ MARTÍNEZ MARTÍNEZ, Faustino – Lenguaje y Derecho: una aproximación al léxico feudal de los trovadores. In Brea López, Mercedes; Martínez-Morás, Santiago López (ed.) – *Aproximacións ao Estudo do Vocabulario Trovadoresco*. Galicia: Xunta de Galicia, Centro Ramón Piñeiro para a Investigación en Humanidades, 2010. p. 22.

⁴⁶ D. Dinis – “Mesura seria, senhor.”. In LOPES, Graça Videira...

⁴⁷ D. Dinis – “Bem me podedes vós, senhor.”. In LOPES, Graça Videira...

⁴⁸ D. Dinis – “De mi vós fazerdes, senhor.”. In LOPES, Graça Videira...

⁴⁹ D. Dinis – “De morrerdes por mi gram dereit' é.”. In LOPES, Graça Videira...

Nostro Senhor/ que nunca vo-l'eu mereci.”. Destarte, as formalidades inerentes a um discurso jurídico estão finalizadas: há claramente um lado soberano e um lado subalterno na relação. Desta relação há uma série de deveres que o pólo dominado da relação tem de cumprir de modo a merecer a sua *senhor*. O cavaleiro afirma logo não merecer a *senhor* mas ter procurado cumprir sempre os seus serviços do melhor modo possível: “mais sabe bem que vos servi,/ des que vos vi, sempr'o melhor/ que nunca [eu] pudi fazer.”. Todavia, o cumprimento destas funções não é suficiente para ganhar o favor da exceção de tal modo que essa exceção provém de uma graça que é concedida pela *senhor* e que parece ser arbitrária: “por en queredes-vos doer/ de mim, coitado, pecador”. Note-se a dualidade, o cavaleiro é coitado, na sua relação com o Amor e pecador na sua relação com Deus. Esta dualidade Amor-Deus é uma dualidade que se nos apresenta como curiosa de tal modo que a exploraremos adiante. Destarte, no verso seguinte o sujeito poético procurará invocar Deus como medianeiro entre si e a *senhor* para que Este lhe valha de tal modo que mais uma vez o Amor (profano) e Deus (sagrado) entram numa mistura profunda, numa zona de abolição de barreiras: “Mais Deus, que de tod'é senhor,/ me queira pões conselh'i,/ ca se meu feito vai assi/ e m'El nom for ajudador/ contra vós, que El fez valer/mais de quantas fez o nacer,/ moir'eu, mais nom merecedor.”. Para findar, o sujeito poético faz-se valer do seu melhor argumento para que lhe seja aberta a tal excepcionalidade legal: permitir que o seu súbdito pereça sem necessidade seria, para a *senhor*, não fonte de honra nem louvor: “Pero se eu hei de morrer/ sem vo-lo nunca merecer,/ nom vos vej'i prez nem loor”. No fundo, a lógica que subjaz neste último pensamento é aquela de que, ainda que seja perfeitamente legal (“sem vo-lo nunca merecer”) por parte da *senhor* recusar-se a abrir a exceção, a verdade é que, não o fazendo, a *senhor* nega-se a si mesma, enquanto soberana, *prez* e *loor*. É interessante a proximidade às palavras de S. Paulo na I Carta aos Coríntios:

Ainda que eu fale as línguas dos homens e dos Anjos, se não tiver caridade não sou senão bronze que ressoa e címbalo que tange. Ainda que eu tenha o dom de profecia e conheça todos os mistérios e toda a ciência, ainda que possua a fé em plenitude, a ponto de transportar montanhas, se não tiver caridade, nada sou. E ainda que reparta por inteiro os meus haveres e entregue o meu corpo para ser queimado, se não tiver caridade, de nada me aproveita.⁵⁰

Como soberana, a *senhor* deve abrir a exceção não porque o cavaleiro disso seja digno nem mesmo porque ele tenha feito um bom serviço, mas sim porque é caridosa e magnificente.

Outra cantiga que consideramos pertinente para sustentar este nosso supracitado ponto é *Bem me podedes vós, senhor*. Nesta cantiga, a *senhor* é representada como a responsável pelo governo da *negatividade* da relação – “Graves coitas e grand'afã/mi podedes, se vos prouguer,/

⁵⁰ 1 Coríntios, 13:1-3. Ver Bíblia Sagrada – Trad. do texto original e notas por um grupo de professores de Sagrada Escritura; Dir. lit. Cónego Dr. José Galamba de Oliveira. 1.^a reedição em 1 Volume. Lisboa: Sistema J, 2005. p. 1610.

partir mui bem, senhor” – sendo ela que pode, pelo seu poder, livrar o sujeito poético das tristezas que o Amor lhe traz. No entanto, a *positividade* da relação parece estar fora da jurisdição da amada – “[...] mais er/ sei que nom podedes tolher,/ o que em mi nom há: prazer,/ des que vos nom pudi veer,/ mais grave coit'e grand'afã.” – e, destarte, parecem partir de uma reacção pessoal do amante perante a situação do seu relacionamento – “tolher prazer nem nêum bem:/ pois end'eu nada nom houv'en,/ des que vos vi, senom mal” e em “[...] nêum prazer:/ ca nunca o eu pud'haver/ des que vos eu nom vi, senhor” – o que nos leva a inferir que, paradoxalmente, embora tenha total jurisdição sobre o Amante, a Amada é activamente incapaz de fazê-lo mudar os seus sentimentos perante a sua pessoa.⁵¹⁵² Poderíamos chamar este padrão comportamental de relacionamento uma *Tirania Amorosa*, em que o poder monístico da soberana, num esquema aristotélico, é corrompido pelo seu egotismo, sem considerar as condições do seu súbdito, que lhe roga por clemência e misericórdia.

Uma outra questão que aborda precisamente este levantamento da normalidade de o relacionamento em prole de uma excepcionalidade da reciprocidade é *De mi vós fazerdes, senhor*. O primeiro verso ilustra bem o sentimento geral que irá permear toda esta canção: “De mi vós fazerdes, senhor,/ bem ou mal, tod'est'em vós é,/ e sofrer m'é, per bõa fê,/ o mal; ca o bem, sabedor/ são que o nom hei d'haver;/ mais que gram coit'há de sofrer/ quem é coitado pecador!”. Nesta cantiga a donzela aparece identificada com atributos claramente ao nível daqueles de Deus: *tod'est'em vós é*. De seguida, o sujeito poético reafirma o seu sofrimento, estando num estado de descrença na possibilidade de atingir a felicidade e a reciprocidade dos seus sentimentos: “Ca no mal, senhor, viv'hoj'eu,/ que de vós hei; mais nulha rem/ nom atendo de vosso bem/ e cuido sempre no mal meu,/ que pass'e que hei de passar,/ com haver sempr'[a] desejar/ o mui gram bem que vos Deus deu.” Por fim, o sujeito poético deixa uma consideração negativa sobre o dia em que nasceu e reafirma a arbitrariedade e excepcionalidade (compara a sua coita a um galardão, ainda que possamos imaginar que o objectivo é que o galardão seja a

⁵¹ Neste esquema mental admitimos a influência de Byung Chul-Han e do seu livro *The Agony of Eros* cujo esquema mental procuramos adoptar para um cenário medieval, com as limitações inerentes a tal método. No entanto, acreditamos que as potencialidades que o filósofo nos abre ao nível do estudo e explicação fenomenológica das cantigas enquanto movimentos culturais acabam por superar as limitações. Ademais, com uma abordagem séria e disciplinada acreditamos que seja possível fazer um uso das obras deste autor e aplicar alguns dos seus esquemas mentais à medievalidade com algum sucesso. Ver CHUL-HAN, Byung – *The Agony of Eros*. Trad. Erik Butler. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2017.

⁵² Esta incapacidade activa não se traduz numa incapacidade passiva pois, como se denota de outras canções, nomeadamente *De mi fazerdes vós, senhor*, a aceitação ou negação dos sentimentos amorosos do cavaleiro implica uma morte ou vida do mesmo, mediante a relação que a *senhor* agora estabelece com ele. Há, inclusive, cantigas que abordam muito este cânone e que abordaremos noutras partes deste estudo mas, listemos algumas: *Chegou-m'or'aqui recado; Assi me trax coitado*. Em tons semelhantes, embora de reciprocidade na morte, temos: *Coitada viv', amigo, porque vos nom vejo*, em que a vida da donzela e do amigo é tão deprimente por não se poderem ver que a donzela passa a invejar os mortos

situação inversa, de reciprocidade): “Que eu de vós por galardom/ nom hei d'haver se coita nom,/ que semp'rhouvi des que vos vi.”.

Quanto aos direitos que à *senhor* são devidos, estão patentes numa outra composição, *De morrerdes por mi gram dereit'ê*. Neste cantar, a donzela afirma o seu direito sobre a morte ao afirmar que, mesmo que o amigo decida morrer por ela, não estaria senão a cumprir a sua função: “nom é sem guisa de por mi morrer/ quem mui bem vir este meu parecer./ (...) De morrerdes por mi nom vos dev'eu/ bom grado poer, ca esto fará quem quer/ que bem cousir parecer de molher/ (...) De vos por mi Amor assi matar,/ nunca vos desto bom grado darei/ e, meu amigo, mais vos en direi:/ pois me Deus quis este parecer dar.” Daqui poder-se-ia inferir que a autoridade sobre a vida ou morte viria da aparência da *senhor* e que essa mesma aparência lhe fora dada por Deus. A figura da *senhor* constrói-se analogamente àquela do monarca, enquanto figuras às quais é devida a Lealdade e a Vida e que em troca as gracejam com productos provenientes da soberania de ambos: um com graças e mercês, a outra com correspondência no Amor.

Na mentalidade medieval, parece-nos que a relação com Deus é ela mesma uma relação de suserania, e, muito mais do que isso, é Deus ele mesmo o exemplo de uma boa relação feudal.⁵³

Consideramos, assim, interessante, averiguar a possibilidade de ver Satanás ou o *demo* associados a uma quebra dos vínculos de vassalidade. Recordando-nos de Satanás no Antigo Testamento afigurar-se-ia possível vê-lo como encarnação de um vassalo que quebra o seu laço feudal, consequentemente esquecendo-se das suas obrigações para com o seu senhor. Assim, não é de estranhar que na cantiga *Dom Foão, quand'ogan'aqui chegou* a fuga de um vassalo do campo de batalha se torne motivo para recomendá-lo ao *Demo* (“E ao Demo vou acomendar/ prez deste mundo, e armas, e lidar,/ ca nom é jog'o de que homem chora.”⁵⁴). Mais uma vez, tomando a teologia política como modo de análise das relações políticas deste período vemos que a acção deste cavaleiro foi uma espécie de *Pecado Original* ao nível da relação entre soberano e suserano. A desobediência do cavaleiro é símil à desobediência de Lucifer no Paraíso.

⁵³ “Señor es término que se emplea, pues, para varones (el señor feudal típico y prototípico) y para féminas (la señora que sojuzga el corazón del vasallo). Este señor puede ser Dios en algunas ocasiones, el señor de señores como se puede leer en varios pasajes bíblicos, al que se le reprocha haber otorgado al vasallo ese otro señor terrenal que tanto dolor causa, pero lo usual es que cuando se habla en las cantigas de señor tengamos que tener presente la referencia prácticamente global a una mujer, a una señora dominante que se impone a la voluntad del trovador-servidor porque éste así lo ha querido y lo ha pactado. La feminización del nombre es tardía, pero lo que subyace en el empleo constante y reiterado de la voz señor no es la vinculación a un universo masculino, sino a la realidad inmediata de feudos y vasallos, al poder que la mujer tiene sobre el hombre por razón del amor que aquél le profesa. Es un señor, da igual que sea varón o mujer, al que todo se debe y al que se está sometido de una forma prácticamente absoluta”. Ver MARTÍNEZ MARTÍNEZ, Faustino – Lenguaje y Derecho: una aproximación al léxico feudal de los trovadores... p. 27.

⁵⁴ Afonso X – “Dom Foão, quand'ogan'aqui chegou”. In LOPES, Graça Videira...

Na mesma linha seguem as cantigas de D. Dinis. Nas cantigas do monarca português, a relação de vassalagem implícita numa relação amorosa é repetida inúmeras vezes quer pela *senhor* que relembra o seu *amigo* dos seus deveres e da sua obediência, quer pelo *amigo* que lembra à *senhor* que perder um vassalo sem razão seria um pecado grave, quando deparado com a iminência de morte por amor. A título de exemplo, na cantiga *Praz-mi a mi, senhor, de morrer*⁵⁵, o amigo, sentindo morrer por coita de Amor, reavisa à senhor que “[...] a vós farei maior /míngua que fez Nostro Senhor/ de vassal'a senhor prender”, ou *Nom sei como me salv'a mia senhor*⁵⁶, cantiga na qual o *amigo*, tendo vivido sem notícias da *senhor* se sente como traidor e pensa em como se poderá desculpar por se ter esquecido de cumprir os seus deveres. Ademais, nas cantigas nas quais se refere coita parece haver sempre uma ideia de reciprocidade de serviço: o *amigo* serve a *senhor*, dando-se a si mesmo, ao seu Amor e a sua maestria como campeão sendo expectável ganhar o *favor*, em troca. A desobediência por parte do *amigo* levá-lo-á a perder o seu *favor* como em *Meu amigo vem hoj'aqui*⁵⁷. Nesta cantiga, a *senhor* tendo proibido o seu amigo de a visitar e sabendo que este se prepara para desobedecer à sua ordem refere que é meramente justo que perca o seu favor. E note-se que esta desobediência não só é vista como desrespeito pela *defensom* da *senhor* como se equipara a *pecado*. A comparação com Adão é possível e natural, como o primeiro dos transgressores de uma proibição divina que faz com que a Humanidade perca de Deus o seu *favor*.

A teologização da política anda lado-a-lado com as novas concepções aristotélicas que inundam a Europa no século XIII em relação à amizade, em virtude da tradução, em Toledo, no princípio do século, de inúmeras obras da Antiguidade, entre as quais figuram aquelas de Aristóteles⁵⁸. Considerámos ainda que há uma relação de vasos comunicantes entre as concepções de amizade e relações interpessoais (como o Amor), a Teologia Política da altura e a Teologia propriamente dita. Todos estes campos parecem feudalizar-se sendo difícil de assumir qual é que começa este processo de feudalização, parece-nos, no entanto, que os três campos acabam por criar um ciclo de feudalização dos esquemas mentais que se auto-alimentam. Naturalmente, a mudança em qualquer um destes três campos estava destinada a alterar toda a configuração política, social e religiosa do Ocidente.

⁵⁵ D. Dinis – “Praz-mi a mi, senhor, de morrer”. In LOPES, Graça Videira...

⁵⁶ D. Dinis – “Nom sei como me salv'a mia senhor”. In LOPES, Graça Videira...

⁵⁷ D. Dinis – “Meu amigo vem hoj'aqui”. In LOPES, Graça Videira...

⁵⁸ CROMBIE, A.C. – *Histoire des Sciences de Saint Augustin à Galilée (400-1650)*. Trad. do inglês por Jacques d'Hermès. Paris: Presses Universitaires de France, 1959. Vol. 2, pp 34-37.

9. Sensualidade e sexualidade

A obra de Afonso X apresenta-se de forma curiosa uma vez que revela duas facetas muito opostas. Se por um lado temos um monarca que compõe as Cantigas de Santa Maria, cantigas de louvor e extremamente reverentes, por outro lado temos um rei cuja trova consegue beirar o blasfemo. Temos várias cantigas em que erotismo e o divino andam lado-a-lado e bem mais do que isso, misturam-se numa união quase indissociável. Nesta categoria temos duas cantigas que tornam este ponto de forma extremamente evidente: *Fui eu poer a mão noutro di*⁵⁹ e *Ao daiam de Calez eu achei*.⁶⁰ Esta primeira é surpreendente pelo realismo evidenciado em que o acto sexual entre um nobre desconhecido (o manuscrito torna impossível a leitura de um dos versos) e uma soldadeira é comparado à Paixão de Cristo na Cruz: “Tolhed'alá, Dom/[.....]/ ca nom é est'a de Nostro Senhor/ paixom, mais é-xe de mim, pecador,/ por muito mal que me lh'eu mereci.” Quanto ao sofrimento causado pelo sentimento amoroso lê-se: “[...] Senhor,/ beeito sejas tu, que sofredor/ me fazes deste marteiro por ti!”.

Adiante: “Quisera-m'eu fogir logo dali,/ e nom vos fora mui[to] sem razom,/ com medo de morrer e com al nom,/ mais nom púdi, tam gram coita sofri;/ e dixे log'entom: - Deus, meu Senhor,/ esta paixom soffro por teu amor,/ pola tua, que soffresti por mim.”.

Nesta composição deixa-se inferido que o polo atractor no Amor (que ainda é dominado pelo elemento masculino) é análogo a Deus. O sofrimento da mulher é igual ao sofrimento de Cristo na Cruz. Enquanto o amado é divino por si a amante é divinificada pelo seu sofrimento pelo amado, inferindo uma transferência de divindade mediante o acto de amor.⁶¹ O amor, nesta composição, ainda se afigura como procedente do Homem e, mediante este, para a Mulher. No entanto, como vimos, com a introdução de modelos occitânicos, a relação tornar-se-á ginocêntrica, como é bem visível nas cantigas de D. Dinis em que é a mulher a soberana que detêm o poder sobre o Amor. Esta mutação não deve ser de estranhar dada a maior proximidade de Afonso X à tradição literária hispano-moçárabe, tradição consubstanciada nos *villancicos* e na qual a amiga apaixonada canta pelo seu *habib*, amado.⁶²

⁵⁹ Afonso X – “Fui eu poer a mão noutro di”. In LOPES, Graça Videira...

⁶⁰ Afonso X – “Ao daiam de Cález eu achei”. In LOPES, Graça Videira...

⁶¹ Ver PLATÃO – *O Banquete*. Intro., Trad. e Notas de Maria Teresa Schiappa de Azevedo. 1ª ed., reimp. Lisboa: Edições 70, 2007. 180a e 180b em que Fedro sustenta que o acto de amor por parte do amante é mais divino do que aquele do amado uma vez que o amante tem de sofrer inspiração divina para poder amar aquele que lhe é superior (em que essa condição de superioridade o torna mais divino dada uma maior proximidade ao Um, origem de todo o Amor, Bem, Belo e Verdade).

⁶² ALONSO, Dámaso – Jarchas, Cantigas de Amigo y Villancicos. In Alan D. Deyermond (dir.) - *Edad Media*, Vol. 1, Tomo 1 de Francisco Rico (org.), “Historia y Crítica de La Literatura Española”. Madrid: Editorial Crítica, 1980. p. 65.

Na outra cantiga, *Ao daiam de Calez eu achei*, além de vermos uma figura eclesiástica que porta livros que parecem ser livros eróticos (“Ao daiam de Cález eu achei/ livros que lhe levavam de Berger,/ e o que os tragia preguntei/ por eles, e respondeu-m'el: - Senher,/ com estes livros que vós vedes, dous,/ e con'os outros que el tem dos sous,/ fod'el per eles quanto foder quer”) mas que também parece aproveitar-se das suas posições eclesiásticas para garantir favores sexuais, disfarçando estes actos impróprios para um clérigo com aparências de exorcismo (“se molher acha que o demo tem,/ assi a fode per arte e per sem,/ que saca dela o demo malvaz.”). Alternativa, seria possível aceitar que este deão fosse iniciado a alguma seita na qual estes cultos fossem prácticas rituais uma vez que a cantiga refere a capacidade deste eclesiástico alterar as proporções na cabeça das mulheres nas quais tocava (“con'os livros que tem, nom há molher/ a que nom faça que semelhem grous/ os corvos e as anguias babous,/ per força de foder, se x'el quiser.”). No entanto, nada mais na cantiga indica algo neste sentido de tal modo que configuramos isto somente como uma hipótese que considerámos passível de explicar o cantar. Por fim, é de realçar ainda a capacidade curativa do deão cujas relações parecem dar azo à cura de certas doenças, tais como o fogo de S. Marçal (“se acha molher que haja [o] mal/ deste fogo que de Sam Marçal é,/ assi [a] vai per foder encantar/ que, fodendo, lhi faz bem semelhar/ que é geada ou nev'e nom al”).

10. Os Arquétipos e o Inconsciente Colectivo nas cantigas de D. Dinis

Sobre os Arquétipos, diz Jung:

In former times, despite some dissenting opinion and the influence of Aristotle, it was not too difficult to understand Plato's conception of the Idea as supraordinate and pre-existent to all phenomena. “Archetype,” far from being a modern term, was already in use before the time of St. Augustine, and was synonymous with “Idea” in the Platonic usage. When the *Corpus Hermeticum*, which probably dates from the third century, describes God as τὸ ἀρχέτυπον φῶς, the ‘archetypal light,’ it expresses the idea that he is the prototype of all light; that is to say, pre-existent and supraordinate to the phenomenon “light.”⁶³ Não somente isto como também, The archetype in itself is empty and purely formal, nothing but a *facultas praeformandi*, a possibility of representation which is given a priori. The representations themselves are not inherited, only the forms, and in that respect they correspond in every way to the instincts, which are also determined in form only.⁶⁴

Os arquétipos através dos quais compreendemos a realidade não são individuais mas sim colectivos como lemos em:

We can only suppose that his behaviour results from patterns of functioning, which I have described as images. The term “image” is intended to express not only the form of the activity taking place, but the typical situation in which the activity is released. 1 These images are “primordial” images in so far as they are peculiar to whole species, and if they ever “originated” their origin must have coincided at least with the beginning of the species.

⁶³ JUNG, C. G. – *The Archetypes and the Collective Unconscious*. Trad. R.F.C. Hull. 2ª ed. Princeton: Princeton University Press, 1980. p. 84.

⁶⁴ *Idem*, p. 88.

They are the “human quality” of the human being, the specifically human form his activities take. This specific form is hereditary and is already present in the germ-plasm. The idea that it is not inherited but comes into being in every child anew would be just as preposterous as the primitive belief that the sun which rises in the morning is a different sun from that which set the evening before.⁶⁵

Assim sendo, a experiência da realidade, define-se em grande parte pelas figuras arquetípicas herdadas embora seja a nossa experiência que os preenche e lhes dá resultado. Ao longo da leitura das cantigas de Amigo e de Amor poder-se-ão perceber rapidamente alguns arquétipos. Encontramos informações valerosas nas cantigas de dois modos diferentes: um deles é procurando por cantigas excepcionais pois, se tem um estilo e temática completamente diferente, isso quer dizer que alguém achou digno que tal fosse escrito. O outro modo de encontrar valor é procurando justaposições temáticas que nos ajudem a encontrar os arquétipos que guiaram estes homens, naquilo que Jung define como Sincronicidade.

Tendo isto em conta, podemos começar por analisar algumas das figuras recorrentes: o cavaleiro que pede à dama o reconhecimento do seu amor, a dama que está preocupada pelo afastamento do seu amigo, a dama que falando com a sua confessora (normalmente a mãe ou donzela) e admite sentir saudade do seu amigo. Em todos estes arquétipos a figura divina é invocada, quer como mediador entre partes negociantes, quer como garantia e lembrança das regras para o bom funcionamento de uma relação de cariz feudal (como abordamos no capítulo sexto) ou como força primordial protectora do amado. A nosso ver, a mais emblemática cantiga para demonstrar este nosso ponto seria a cantiga *Ai flores, ai flores do verde pino*⁶⁶.

Nesta cantiga encontramos, em primeiro lugar, uma dama preocupada com o desaparecimento do seu amado, insinuando até que este lhe havia mentido e, portanto, não iria ao seu encontro (“Se sabedes novas do meu amado,/ aquel que mentiu do que mi há jurado?/ Ai Deus, e u é?”). Há, portanto, um sentimento de Caos latente que se alimenta desta dúvida face ao futuro. Este Caos parece forçar uma certa neurose na *Senhor*, neurose que se manifesta na repetição de um certo comportamento (no caso, a repetição constante de “Ai flores, ai flores do verde pino” e “Ai Deus, e u é?”). A este sentimento de Caos, a Natureza, enquanto figura maternante e paternante responde, assegurando à *senhor* que o amigo não só está bem como virá ao encontro dela antes ainda de o prazo para o encontro estar findado. A Natureza ganha contornos de figura maternal, nesta canção em específico, ao ser a barreira entre a dama e o Caos, a primeira óbice entre a criança e o Desconhecido e ao afirmar-se como porto seguro ao qual a dama se pode ancorar (“E eu bem vos digo que é viv'e sano/ e será vosc[o] ant'o prazo passado./ Ai Deus, e u é?”).

⁶⁵ *Idem*, p. 87.

⁶⁶ D. Dinis – “- Ai flores, ai flores do verde pino,”. In LOPES, Graça Videira...

Esta relação maternal e maternante entre uma dama e a Natureza manifesta-se também nas pastorelas *Õa pastor se queixava*⁶⁷ e *Õa pastor bem talhada*⁶⁸, quando a dama, em desconforto pela ausência do seu amado, resolve deitar-se sobre as flores, simbólico retorno ao materno ventre e à segurança criada pelo mesmo. O elemento do Caos é obliterado pela figura de um papagaio que manda a *pastor* levantar-se da sua depressiva letargia para ver que o seu amigo se encaminha a ela. Através desta figura, a *pastor* abandona o conforto devorador oferecido pela sua mãe simbólica para se dedicar à alteridade encarnada na figura do seu amado amigo e, com isso, conseguir a sua individuação.

11. Senhor, hierofania e Axis Mundi

A nosso ver, poder-se-ia ver uma total sacralização na *senhor* das cantigas não só pelo tom empregue na comunicação com a mesma mas sim porque todo o *axis mundi* revolve à volta desta mesma *senhor*, o seu favor concede a vida, a recusa do seu favor concede a morte. A *senhor* afirma-se como soberana sobre o seu *amigo*, como analisaremos de seguida e como ponto de referência da cosmovisão do mesmo. Ademais, a *senhor* manifesta-se como uma hierofania na medida em que é referida como sendo a criação perfeita, na Providência Divina, como em *Que mui gram prazer que eu hei, senhor*⁶⁹ em que o trovador afirma: “u Deus nom/ pôs mal, de quantas eno mundo som/ (...) Ca, par Deus, semelha mui sem razom/ d'haver eu mal d'u o Deus nom pôs, nom.”. Ou nas cantigas *Senhor fremosa, por qual vos Deus fez*⁷⁰, *Senhor, aquel que sempre sofre mal*⁷¹, *Senhor, em tam grave dia*⁷² (nesta cantiga, particularmente, é referido que foi quer “Santa Maria,/ que vos fez tam mesurada quer Deus fez em vós feitura/qual nom fez em molher nada”), *Senhor, eu vivo coitada*⁷³, *Senhor, hoj'houvess'eu vagar*⁷⁴, *Senhor, pois que m'agora Deus guisou*⁷⁵ ou *Ai senhor fremosa! por Deus*⁷⁶. No geral, e com segurança, podemos ler este tropo em pelo menos 16 das 136 cantigas de D. Dinis. Não se constituindo como uma maioria, mantém-se ainda como uma minoria bastante respeitável e como um tropo recorrente de modos que não deve ser desprezado.

Apesar da natural continuidade que seria expectável entre dois seres humanos, a *senhor* reveste-se de poder tal que incorpora em si aspectos da divindade tais como a capacidade de

⁶⁷ D. Dinis – “Õa pastor se queixava”. In LOPES, Graça Videira...

⁶⁸ D. Dinis – “Õa pastor bem talhada”. In LOPES, Graça Videira...

⁶⁹ D. Dinis – “Que mui gram prazer que eu hei, senhor.”. In LOPES, Graça Videira...

⁷⁰ D. Dinis – “Senhor fremosa, por qual vos Deus fez”. In LOPES, Graça Videira...

⁷¹ D. Dinis – “Senhor, aquel que sempre sofre mal.”. In LOPES, Graça Videira...

⁷² D. Dinis – “Senhor, em tam grave dia”. In LOPES, Graça Videira...

⁷³ D. Dinis – “Senhor, eu vivo coitada”. In LOPES, Graça Videira...

⁷⁴ D. Dinis – “Senhor, hoj'houvess'eu vagar”. In LOPES, Graça Videira...

⁷⁵ D. Dinis – “Senhor, pois que m'agora Deus guisou”. In LOPES, Graça Videira...

⁷⁶ D. Dinis – “Ai senhor fremosa! por Deus”. In LOPES, Graça Videira...

doar a vida ao seu amigo. A morte por amor (excluindo, portanto, o mero sofrimento) ocupa, pelo menos, 18 das 136 cantigas. Se a estas adicionarmos cantigas que falem genericamente de *coita*, *morte* ou *sofrimento*, o número ascende para 48 cantigas, exclusivamente naquelas cantigas nas quais Deus está mencionado, correspondendo a 45% destas 106 cantigas. Naturalmente o *favor* da *senhor* não concede literalmente a vida ou condena à morte, tal consideração seria ingénuo. No entanto, ignorar a presença deste esquema de pensamento seria, também, erróneo. Ainda que hiperbolizadas, estas expressões reflectem uma simbologia associada à *senhor* que lhe dá a capacidade simbólica de escolher a morte ou a vida do seu *amigo*. Tal como diz Eliade, ainda que a mudança entre a mulher comum e a *senhor* não seja necessariamente visível, ela é ontologicamente sentida pelo *amigo* como uma manifestação da superior Majestade e Potestade nela encarnada. Esta necessidade de estabelecer uma concórdia é, ademais, testemunhada noutras fontes medievais. O Papa Gregório Magno, aqui citado através de Duby, afirma:

“Providence has established various degrees [gradus] and distinct orders [ordines] so that, if the lesser [minores] show deference [reverentia] to the greater [potiores], and if the greater bestow love [dilectio] on the lesser, then true concord [concordia] and conjunction [contextio: the word evokes a fabric or weave in a very concrete way] will arise out of diversity. Indeed, the community [universitas] could not subsist at all if the total order [magnus ordo] of disparity [differentia] did not preserve it. That creation cannot be governed in equality is taught us by the example of the heavenly hosts; there are angels and there are archangels, which are clearly not equals, differing from one another in power [potestas] and order [ordo]”⁷⁷

Duby deixa bem claro que no imaginário medieval, os caminhos da santidade e elevação espiritual são reservados para os homens: o trabalho braçal na terra, o belígero ofício e, por fim, a consagração total a Deus no caminho do religioso. Não que as mulheres não possam ser santas mas, a nosso ver, é porque nelas está precisamente pressuposta a pureza da Natureza adâmica não corrompida. Enquanto que o homem, na cantiga, é sempre visto como um pecador e coitado, a *senhor* é vista como portadora das virtudes, construída por Deus ele mesmo. A condição da mulher como ponto fixo da realidade é tal que D. Dinis trova uma *senhor* que é vista como potencial amante para um rei:

Pois que vos Deus fez, mia senhor,/ fazer do bem sempr'o melhor/ e vos en fez tam sabedor,/ se mi valha Nostro Senhor,/ érades bõa pera rei!

E pois sabedes entender/ sempr'o melhor e escolher,/ verdade vos quero dizer,/ senhor, que sêvi'e servirei:/ pois vos Deus atal foi fazer,/ érades bõa pera rei!

E pois vos Deus nunca fez par/de bom sem nem de bem falar,/ nem fará já, a meu cuidar,/ mia senhor e quanto bem hei,/ se o Deus quisesse guisar,/ érades bõa pera rei!”⁷⁸

⁷⁷ DUBY, Georges – *The Three Orders: Feudal Society Imagined*. Trad. Arthur Goldhammer. Chicago: University of Chicago Press, 1980. pp. 3-4.

⁷⁸ D. Dinis – “Pois que vos Deus fez, mia senhor.” In LOPES, Graça Videira...

De modo semelhante, nas três pastorelas vemos a Natureza feminina idílica, bucólica e corrigida dos erros do mundo. Face a realidades espirituais cada vez mais relaxadas, na cidade, a *pastor* mantém-se pura (até pela protecção da Terra que parece agir como uma espécie de cápsula protectora numa pureza eterna), recusando, em *Vi hoj'eu cantar d'amor*⁷⁹ a aproximação do trovador em virtude do Amor que nutre pelo seu amigo; em *Ûa pastor se queixava*⁸⁰ em que a *pastor*, fruto das coitas de Amor que sofre acaba por se deitar entre as flores ou em *Ûa pastor bem talhada*⁸¹ em que a donzela, face à demora do seu amigo decide deitar-se sobre a Terra, pensando ter sido abandonada. Nestas cantigas o que transparece, mesmo quando há *coita de amor* não é o sentido dado pelo homem. O trovador sente genericamente *coita* de Amor por não ganhar o favor da *senhor* ao passo que a *pastor* sente coitas por ser inocente e cuidar ter sido enganada. Poder-se-ia ver na *coita* masculina um impedimento à ascensão ao *favor* da *senhor* e à partilha da sua Potestade ao passo que na *coita* feminina trata-se quase de uma queda do pedestal adâmico rumo ao mundo decaído, um primeiro choque entre uma alma alva e a sujidade da Queda. Nesse sentido não seria completamente errado enquadrar as cantigas, como faz Otto Rahn, numa espécie de maniqueísmo cátar. Nhora Serrano, na sua tese *The Role of the Female Guide in Medieval Portraits of Monarchy*, refere, sobre *A Divina Comédia* de Dante:

The second guide is, however, a female [sendo o primeiro guia, Virgílio], Beatrice, who represents the light, the image and spiritual representation. Beatrice is the one directing the gaze and the object of the gaze in Dante's earlier poetry. (...) Given that Dante's Divine Comedy was composed between the times that Alfonso X, el Sabio's Las Cantigas de Santa Maria and Christine de Pizan's Epistre Othéa were each written, I suggest that the female guide is importante for the visions and portraits of those men she leads on a journey, the monarchs. (...) In Alfonso X, el Sabio's Las Cantigas de Santa Maria (...) the female figures (...) attempt to instruct Alfonso and Louis on how to be a king that history will remember as the legitimate ruler.⁸²

Estas temáticas poderiam ser ainda exploradas por via de um esotericismo latente nas cantigas. Na cantiga *Quix bem, amigos, e quer'e querrei*⁸³ o sujeito poético recusa-se a revelar a identidade da *senhor* que canta até mesmo aos seus amigos. Porém, sem que tenha havido uma continuação séria dos estudos de Luigi Valli, que teorizou a pertença dantesca a uma sociedade secreta intitulada de Fedeli d'Amore, nenhuma destas hipóteses se pode afirmar como mais do que isso.

Ainda assim, não é menosprezável o facto de termos a *senhor* como doadora de significado e de vida ao seu *amigo*. A nosso ver, essa vivificação proporcionada pela *senhor* é a afirmação

⁷⁹ D. Dinis – “Vi hoj'eu cantar d'amor”. In LOPES, Graça Videira...

⁸⁰ D. Dinis – “Ûa pastor se queixava”. In LOPES, Graça Videira...

⁸¹ D. Dinis – “Ûa pastor bem talhada”. In LOPES, Graça Videira...

⁸² SERRANO, Nhora Lucia – *The Role of the Female Guide in Medieval Portraits of Monarchy*. Wisconsin: University of Wisconsin – Madison, 2006. p. 2.

⁸³ D. Dinis – “Quix bem, amigos, e quer'e querrei?”. In LOPES, Graça Videira...

suprema da sua Majestade e Potestade enquanto participante de uma natureza incorrupta e das energias divinas. De tal modo assim o é que a sua perfeição só pode ser identificada com a pessoa de Deus. No entanto, e como já referido, não deveremos cair em hipérboles e considerar que assim o era, na prática. Antes, devemos ver estes tropos como aquilo que são: esquemas que procuram dar à realidade, um tom lógico e coerente ou ainda uma versão idealizada da mesma. Se D. Dinis, ou outro qualquer trovador, de facto acreditava que a *senhor* possuía, ou não, o dom da vida e da morte sobre si acaba por ser uma preocupação irrelevante face à intenção de idealizar os relacionamentos amorosos demonstrada nas cantigas.

Conclusões

O estudo das Mentalidades afigura-se como uma temática extremamente difícil de ser analisada dados os seus pressupostos filosóficos, tais como a existência de um *Zeitgeist*. No entanto, e com todas as dificuldades inerentes a este estudo, considerámos que dele poderão surgir estudos pertinentes e reveladores, além de colmatarem certas falhas que nas narrativas originais passam despercebidas, negligenciadas, omitidas ou simplesmente reduzidas a “motivações ideológicas e religiosas”. Posto isto, cremos que um dos modos privilegiados para compreender a *psique* de outras épocas é a poesia e música. Como diz Aristóteles, a História e Cronística falam de *coisas que acontecem* enquanto que a Poesia fala do *tipo de coisas que acontecem*; a História trata dos Particulares, a Poesia dos Universais. Numa perspectiva idealista, poder-se-ia ver na música (e a Arte, num todo), a materialização da cultura que a cria e vivifica. Assim sendo, a actividade poético-musical torna-se num veículo importantíssimo do modo de vida medieval e dos esquemas de pensamento dos actores que protagonizam os eventos narrados nas crónicas. Estudando, lendo e ouvindo música medieval poderemos imbuir-nos do Espírito que moveu a História nesse período e que incitou os Homens a agir.

Como esperamos ter demonstrado, o modo de ser religioso, como definido por Mircea Eliade, expande-se além do estritamente definido por Durkheim como religioso. A *senhor*, mesmo que não seja *stricto sensu* uma personagem religiosa, leva os sujeitos a agirem de modo religioso perante a sua existência. Este mesmo *ethos* actua perante a figura do Monarca, sendo que a ambos começam a ser atribuídas qualidades divinas, à *senhor* é concedido o *favor*, dom de vida e morte, a capacidade de ser o referencial do seu *amigo* no mundo sendo que ao monarca é dado o poder de suspender a Lei para fazer a sua *graça e merce* como doar privilégios e nobilitar pessoas. Em ambos os casos, a Alteridade do pólo superior é tal que provoca no *amigo* ou no *súbdito* a experiência de *ganz andere*, experiência numinosa de contemplar a divindade que neles se manifesta e lhes dota uma diferenciação ontológica dos restantes seres humanos,

diferenciação essa que lhes dá a capacidade de suprimir, ainda que por momentos, o natural fluir das coisas do mundo, matando ou salvando o *amigo*; promovendo, elogiando, ou declarando guerra, o monarca. Foi possível perceber que há uma amálgama entre a Teologia Religiosa, a Teologia Política e a Teologia Amorosa. As múltiplas figuras soberanas nestes três esquemas, Deus, Rei, e Senhor, respectivamente, constroem-se por analogias entre si, limitando-se a preencher um esquema arquetípico de Poder com diferentes personagens e nomenclaturas diferentes para as mesmas relações esses interpessoais ao, por exemplo, chamarem às situações de excepção de milagre, *graça e mercee e favor*, fazendo-se o uso de um polo atractivo que exige de um polo submisso deveres aos quais corresponde com direitos diversos. Deus, Rei, e Senhor exigem do Crente, Súbdito, e Amigo respectivamente a obediência e serviço comprometido. A quebra deste serviço implica uma quebra do contracto de vassalagem, uma perda da *Graça Divina*; da *graça régia* e do *Favor*. Naturalmente, qualquer interferência neste esquema, manifestado na mudança de qualquer uma destas Teologias, reflectiria um desenvolvimento no Espírito do Mundo e no Espírito do Tempo.

Fontes

- Afonso X – “Achei Sanch' [E]janes encavalgada”. In LOPES, Graça Videira; FERREIRA, Manuel Pedro; (resp.) – *Cantigas Medievais Galego-Portuguesas*. [Base de Dados em Linha] Lisboa: IEM, FCSH/NOVA, 2011-2012. Disponível em WWW:<URL: <https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=459&pv=sim>>.
- — “Ai senhor fremosa! por Deus”. In LOPES, Graça Videira... Disponível em WWW: <URL:<https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=542&tr=4&pv=sim>>.
- — “Ao daiam de Cález eu achei”. In LOPES, Graça Videira; Disponível em WWW: <URL:<https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=497&pv=sim>>.
- — “Cirola vi [eu] andar-se queixando”. In LOPES, Graça Videira... Disponível em WWW: <URL:<https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=492&pv=sim>>.
- — “Com'eu em dia de Páscoa querria bem comer,”. In LOPES, Graça Videira... Disponível em WWW:<URL: <https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=494&pv=sim>>.
- — “Deus te salve, Gloriosa,”. In LOPES, Graça Videira... Disponível em WWW: <URL:<https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=468&pv=sim>>.
- — “Direi-vos eu d'um ric'home”. In LOPES, Graça Videira... Disponível em WWW:<URL:<https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=462&pv=sim>>
- — “Dom Foão, quand'ogan'aqui chegou”. (...) Disponível em WWW:<URL: <https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=490&pv=sim>>.

- – “Fui eu poer a mão noutro di-”. In LOPES, Graça Videira... Disponível em WWW:<URL:<https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=488&pv=sim>>.
- – “Nom me posso pagar tanto”. In LOPES, Graça Videira... Disponível em WWW:<URL:<https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=484&pv=sim>>.
- – “Penhoremos o daiam”. In LOPES, Graça Videira... Disponível em WWW:<URL:<https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=460&pv=sim>>.
- – “Quero-vos ora mui bem conselhar,”. In LOPES, Graça Videira... Disponível em WWW:<URL:<https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=493&pv=sim>>.
- – “Se me graça fizesse este Papa de Roma!”. In LOPES, Graça Videira... Disponível em WWW:<URL:<https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=464&pv=sim>>.
- – “Senhor, justiça viimos pedir”. In LOPES, Graça Videira... Disponível em WWW:<URL:<https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=487&pv=sim>>.
- Arnaldo; Afonso X – “- Senher, ad-ars ie'us venh 'querer”. In LOPES, Graça Videira... Disponível em WWW:<URL:<https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=480&pv=sim>>.
- D. Dinis – “- Ai flores, ai flores do verde pino,”. In LOPES, Graça Videira... Disponível em WWW:<URL:<https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=592&tr=4&pv=sim>>.
- – “- De que morredes, filha, a do corpo velido?”. In LOPES, Graça Videira... Disponível em WWW:<URL:<https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=591&pv=sim>>.
- – “Bem me podedes vós, senhor,”. In LOPES, Graça Videira... Disponível em WWW:<URL:<https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=561&pv=sim>>.
- – “De mi vós fazerdes, senhor,”. In LOPES, Graça Videira... Disponível em WWW:<URL:<https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=554&pv=sim>>.
- – “De morrerdes por mi gram dereit'é,”. In LOPES, Graça Videira... Disponível em WWW:<URL:<https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=615&pv=sim>>.
- – “Levantou-s'a velida,”. In LOPES, Graça Videira... Disponível em WWW:<URL:<https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=593&pv=sim>>.
- – “Mesura seria, senhor,”. In LOPES, Graça Videira... Disponível em WWW:<URL:<https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=545&pv=sim>>.
- – “Meu amigo vem hoj'aqui”. In LOPES, Graça Videira... Disponível em WWW:<URL:<https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=608&pv=sim>>.
- – “Nom sei como me salv'a mia senhor”. In LOPES, Graça Videira... Disponível em WWW:<URL:<https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=533&tr=4&pv=sim>>.
- – “Pois que vos Deus fez, mia senhor,”. In LOPES, Graça Videira... Disponível em WWW:<URL:<https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=516&pv=sim>>.

- – “Praz-mi a mi, senhor, de morrer”. In LOPES, Graça Videira... Disponível em WWW: <URL:<https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=501&tr=4&pv=sim>>.
- – “Que mui gram prazer que eu hei, senhor,”. In LOPES, Graça Videira... Disponível em WWW:<URL:<https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=531&pv=sim>>.
- – “Quix bem, amigos, e quer'e querrei”. In LOPES, Graça Videira... Disponível em WWW: <URL:<https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=534&tr=4&pv=sim>>.
- – “Senhor fremosa, por qual vos Deus fez”. In LOPES, Graça Videira... Disponível em WWW:<URL:<https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=543&tr=4&pv=sim>>.
- – “Senhor, aquel que sempre sofre mal,”. In LOPES, Graça Videira... Disponível em WWW:<URL:<https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=573&tr=4&pv=sim>>.
- – “Senhor, em tam grave dia”. In LOPES, Graça Videira... Disponível em WWW: <URL:<https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=574&tr=4&pv=sim>>.
- – “Senhor, eu vivo coitada”. In LOPES, Graça Videira... Disponível em WWW: <URL:<https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=576&tr=4&pv=sim>>.
- – “Senhor, hoj'houvess'eu vagar”. In LOPES, Graça Videira... Disponível em WWW: <URL:<https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=539&tr=4&pv=sim>>.
- – “Senhor, pois que m'agora Deus guisou”. In LOPES, Graça Videira... Disponível em WWW:<URL:<https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=511&tr=4&pv=sim>>.
- – “Tant'é Meliom pecador”. In LOPES, Graça Videira... Disponível em WWW: <URL:<https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1567&pv=sim>>.
- – “Ûa pastor bem talhada”. In LOPES, Graça Videira... Disponível em WWW: <URL:<https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=558&pv=sim>>.
- – “Ûa pastor se queixava”. In LOPES, Graça Videira... Disponível em WWW: <URL:<https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=523&pv=sim>>.
- – “Vi hoj'eu cantar d'amor”. In LOPES, Graça Videira... Disponível em WWW: <URL:<https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=571&tr=4&pv=sim>>.

AQUINO, Tomás de – *On the Truth of the Catholic Faith: Summa contra Gentiles*. Trad. Vernon J. Bourke. Livro 3, Parte II: Providence. New York: Image Books, Doubleday & Company, Inc., 1956.

ARISTÓTLES - *Ética a Nicómaco*. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bonheim. São Paulo: Nova Cultural. 1991.

Bíblia Sagrada – Trad. do texto original e notas por um grupo de professores de Sagrada Escritura; Dir. lit. Cónego Dr. José Galamba de Oliveira. 1.ª reedição em 1 Volume. Lisboa: Sistema J, 2005.

PLATÃO – *O Banquete*. Intro., Trad. e Notas de Maria Teresa Schiappa de Azevedo. 1ª ed., reimp. Lisboa: Edições 70, 2007.

Bibliografia

ALONSO, Dámaso – Jarchas, Cantigas de Amigo y Villancicos. In Alan D. Deyermond (dir.) - *Edad Media*, Vol. 1, Tomo 1, de Francisco Rico (org.), “Historia y Crítica de La Literatura Española”. Madrid: Editorial Crítica, 1980.

ASCENCIO, Eugenio – Folklore y paralelismo en la cantiga de amigo. In Alan D. Deyermond (dir.) - *Edad Media*, Vol. 1, Tomo 1 de Francisco Rico (org.), “Historia y Crítica de La Literatura Madrid”. Espanha: Editorial Crítica, 1980.

BARROS, José d’Assunção – “O trovadorismo galego-português e o embate centralizador: encontros entre política e poesia nos primórdios medievais da construção nacional portuguesa”, *Literatura em Debate: Nação, Memória, Narração*. Rio Grande do Sul, vol 1, n.º 1 (2007) 1-22. Disponível em WWW:<URL: <http://revistas.fw.uri.br/index.php/literaturaemdebate/article/view/414/748>>.

CHUL-HAN, Byung – *Sociedade do Cansaço*. Trad. Enio Paulo Gianchi. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

CHUL-HAN, Byung – *The Agony of Eros*. Trad. Erik Butler. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2017.

CROMBIE, A.C. – *Histoire des Sciences de Saint Augustin à Galilée (400-1650)*. Trad. do inglês por Jacques d’Hermés. Paris: Presses Universitaires de France, 1959. Vol. 2, pp 34-37.

DUBY, Georges – *The Three Orders: Feudal Society Imagined*. Trad. Arthur Goldhammer. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

ELIADE, Mircea – *The Sacred and the Profane*. Trad. Willard R. Trask. New York: Harcourt, Brace and Company, 1957.

FÁVY, Zoltan – *Mediterranean Culture and Troubadour Music*. Traduzido para inglês por Mária Steiner; revisto por Brian McLean. Budapeste: Akadémiai Kiadó, 1986.

FERREIRA, Pedro Manuel – “Musik und Betonung in Cantigas d’Amigo”. In *Frauenlieder - Cantigas de amigo. Internationale Kolloquien des Centro de Estudos Humanísticos (Universidade do Minho), der Faculdade de Letras (Universidade do Porto) und des Fachbereichs Germanistik (Freie Universität Berlin), Berlin, 6.11.1998, Apúlia, 28. - 30.3.1999*. Estugarda: S. Hirzel Verlag, 2000.

- FILHO, Benjamin Rodrigues Ferreira; SOUZA, Shirlene Rohr de - “A Dama e o Amor: Cortesia e Heresia na Poética Medieval”, *Transversos: Revista de História*. Rio de Janeiro, n.º 8 (2016) 25-45. Disponível em WWW:URL<<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/viewFile/26531/19181>>.
- FRAPPIER, M. Jean – “Aspects de l’hermetisme dans la poésie médiévale”, *Cahiers de l’AIEF - l’Association internationale des études françaises*. Le Kremlin-Bicêtre, nº 15 (1963) 9-24. Disponível em WWW:URL<<https://doi.org/10.3406/caief.1963.2240>>.
- JUNG, C. G. – *The Archetypes and the Collective Unconscious*. Trad. R.F.C. Hull. 2ª ed. Princeton: Princeton University Press, 1980.
- KANTOROWICZ, Ernst H.- *Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval*; Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LOPES, Graça Videira – *A Sátira nos Cancioneiros Medievais Galego-Portugueses*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- LOPES, Graça Videira – “Poderes visíveis e invisíveis na sátira medieval”, *Cordis. História e Literatura*. São Paulo, n. 10 (2013) 157-176. Disponível em WWW:URL<<http://revistas.pucsp.br/cordis/article/view/15788/11822>>.
- MARTÍNEZ MARTÍNEZ, Faustino – Lenguaje y Derecho: una aproximación al léxico feudal de los trovadores. In Brea López, Mercedes; Martínez-Morás, Santiago López (ed.) – *Aproximacións ao Estudo do Vocabulario Trovadoresco*. Galicia: Xunta de Galicia, Centro Ramón Piñeiro para a Investigación en Humanidades, 2010.
- MENDES, Ana Luiza – A Coita nas Cantigas de Amor de Dom Dinis. In *Anais do I Seminário Paranaense de Pós-Graduandos em História*. Curitiba: Editora UFPR, 2014. pp. 14-19. Disponível em WWW:<URL: https://www.academia.edu/17933324/A_coita_nas_cantigas_de_amor_de_Dom_Dinis>.
- NUEG-UFF; PROEG-UERJ - *Música Antiga da UFF - Medieval-Nordeste: Cantigas e Romances*. [Registo Sonoro] Rio de Janeiro: [s.n.], 2004. 1 disco (CD) (53 min. 52 seg.) Disponível em WWW:<URL: <https://www.youtube.com/watch?v=UikpZdFqBM8>>. (consultado a 19.06.2020).
- OLIVEIRA, António Resende de – “A produção trovadoresca de Afonso X: 3. Os cantares da guerra (composições e cronologias)”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Coimbra, n.º 14 (2014) pp. 9-29. Disponível em WWW:<URL:<<https://digitalis-dsp.uc.pt/handle/10316.2/39359>>>.
- PESSOA, Felipe Ferreira de Paula – Dom Dinis e o papel do trovadorismo na cultura política medieval ibérica. In *Atas da II Jornadas de Estudos Medievais*. Goiânia: Faculdade de

História da UFG, 2019. Disponível em
WWW:<URL:https://www.academia.edu/38367953/Dom_Dinis_e_o_papel_do_trovadorismo_na_cultura_po%C3%ADtica_ib%C3%A9rica.pdf>.

RAHN, Otto – *Crusade Against the Grail: The Struggle Between the Cathars, the Templars, and the Church of Rome*. [s.l.]: Inner Traditions Bear and Company, 2006.

RINALDI, Azzurra - *O mágico e o demoníaco : figurações, práticas e efeitos na escrita literária portuguesa dos séculos XIII e XIV*. Coimbra : [s.n.], 2018. Tese de doutoramento. Disponível na WWW:<<http://hdl.handle.net/10316/79818>>.

SCHMITT, Carl – *Political Theology, Four Chapters on the Concept of Sovereignty*. Trad. George Schwab. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

SERRANO, Nhora Lucia – *The Role of the Female Guide in Medieval Portraits of Monarchy*. Wisconsin: University of Wisconsin – Madison, 2006.

Barregã e Manceba: Dois Estatutos Diferentes? As Cartas de Perdão na Chancelaria de D. João II

Márcia dos Santos Coutinho

marciakoutinho2016@gmail.com

Resumo

O presente artigo aborda a temática das barregãs e mancebas na Idade Média, procurando entender qual o seu estatuto na sociedade medieva, bem como as possíveis características que as distinguem. Com um foco legislativo, a análise resulta do estudo de *Cartas de Perdão*, outorgadas por D. João II, e das *Ordenações Afonsinas*. O recurso a estas fontes permite compreender se a *barregania* ou *mancebia* correspondem a estatutos diferentes, tanto na prática como na própria legislação, apesar da sua semelhança e pertença à realidade marginal da sexualidade. Será, ainda, realizada uma análise às penas inerentes, bem como ao papel da mulher na sociedade.

Palavras-chave: Família, Casamento, Marginalidade, Direito, Igreja, Mulher.

Abstract

This article discusses the theme of concubines and prostitutes in the Middle Ages, seeking to understand their status in the medieval society, as well as the possible characteristics that distinguish them. With a legislative focus, the present analysis results from the study of Pardon Letters, granted by D. João II and *Ordenações Afonsinas*, a legislative compilation of the XV century. The use of these sources makes it possible to understand whether concubinage or prostitution correspond to different statutes, both in practice and in legislation, despite their similarity and belonging to the marginal reality of sexuality. An analysis will also be made of the inherent penalties, as well as of the role of women in society.

Keywords: Family, Marriage, Marginality, Rights, Religion, Woman.

Introdução

O mundo medieval faz parte do imaginário de todos nós – e a sexualidade dos homens e das mulheres que o habitaram representa uma das maiores incógnitas deste universo. Face às poucas fontes de informação, para a cronologia medievá, devido à perda de documentação ou à sua pouca produção, torna-se um desafio reconstruir a vida social e a interação entre os indivíduos. Neste sentido, a esfera individual das interações familiares, sociais, matrimoniais, sexuais e de relacionamentos interpessoais, é fonte de curiosidade e mistério.

Na construção da narrativa histórica, principalmente para o grande público, associou-se a Idade Média a um forte controlo do comportamento social por parte da Igreja, através dos seus preceitos morais e ideológicos. Todavia, este período corresponde a uma elevada coexistência de valores e práticas diferentes, face à vasta cronologia que o delimita, bem como às realidades que o influenciam. Os valores pagãos influenciam fortemente a sociedade, pois o discurso teológico ‘castrador’ só começa quando a Igreja se pretende sobrepor a outros poderes e inicia o seu processo de fortalecimento. Portanto, a valorização das suas ideologias e a sua adoção na vida quotidiana é completada na Idade Moderna, durante a qual o poderio do Papado é enorme e as ideologias e práticas que emana se transformam na regra a seguir. Com isto, reduzir o período medieval à prática religiosa e aos seus valores é extremamente redutor. Pois, apesar de existir um respeito pela religião cristã, há a coexistência de uma elevada tolerância para com a união livre entre homem e mulher, a liberdade de costumes e uma diversidade de comportamentos. É, portanto, uma sociedade cujos comportamentos são mais livres em comparação com a modernidade, período em que a implementação da Inquisição permite um maior controlo dos indivíduos e práticas.

Por tudo isto é essencial não tirar ilações de certos documentos legisladores ou clericais, pois nem sempre correspondem às práticas quotidianas nem são aplicados de forma uniforme. São, sim, reflexos dos costumes e valores que se procura instalar. Desta forma, existe um abismo entre as fontes, a legislação e as práticas quotidianas, visto que o facto de determinado comportamento sexual, por exemplo, ser condenado não significa que não fosse praticado. Afinal, as ações do foro privado, na casa dos indivíduos, não são do conhecimento dos historiadores, na medida em que não ficaram documentadas. A existência de uma regra não é, por si só, imperativa da sua execução.

Neste sentido, decidi abordar o tema da *barregania*, prática comum durante a Idade Média coexistente com o modelo de casamento que a Igreja tenta implementar na sequência da chamada “Reforma Gregoriana”. Associei, depois à pesquisa a *mancebia*, pela sua proximidade

conceitual e pela necessidade de compreender se estas duas realidades eram até certo ponto confundidas. Ambas consideradas pecado e crime, são condenadas pela legislação e parecem pertencer à marginalidade medieval. Sendo associadas à mulher, maioritariamente, tornam-se uma plataforma para a compreensão do seu papel e funções na sociedade medievla.

Dentro desta temática e recorrendo à Chancelaria de D. João II e às Ordenações Afonsinas, o estudo pretende responder às seguintes questões: De que forma a justiça régia atuava face a mancebas e a barregãs? Eram aplicadas multas? Quem cometia e estava mais associado a estes crimes? Afinal, existe uma confusão entre estes dois termos? Qual o seu processo evolutivo na legislação portuguesa?

A Chancelaria, composta por cartas régias, permite analisar a atuação do monarca em todo o espaço geográfico português. As *cartas de perdão* outorgadas pelo rei, são a base deste trabalho. A sua utilização por parte do monarca tinha como intuito controlar a criminalidade e a delinquência do reino. Através delas é possível em alguma medida reconstruir o quotidiano e as práticas correntes, bem como a marginalidade e o funcionamento da justiça.

Por sua vez, as Ordenações Afonsinas¹ são a primeira compilação de leis e fontes jurídicas do Reino de Portugal², promulgadas no reinado de D. Afonso V. A sua publicação facilitou a atuação da justiça, que se tornou mais eficaz. A utilização desta fonte no presente trabalho é essencial, para que se compreenda a evolução da barregania e da mancebia na legislação.

Resta agora referir o método utilizado para a elaboração do presente estudo. Em primeiro lugar, partiu da escolha do tema das fontes em cima referidas. O estudo das Ordenações focou-se no Livro V na leitura dos títulos relacionados com esta prática, e a identificação das multas e procedimentos. Por sua vez, a análise da Chancelaria dividiu-se em dois momentos: a definição de duas palavras-chave e a sua busca, sendo elas *barreg* e *mance*, e, posteriormente, a sua análise. Não foi definida qualquer cronologia, de forma a recolher a maior quantidade de informação válida. Foram estudadas 237 *cartas de perdão*, 100 aludindo à barregania e 137 à mancebia. A leitura de documentação não foi proporcional, na medida em que os resultados referentes à barregania foram alcançados com a leitura de 16 livros, ao passo que na mancebia foram consultados três livros.³ A presente amostra é reduzida tendo em conta

¹ *Ordenações Afonsinas*. Nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

² Apesar de ser considerada a primeira compilação de leis organizadas, é importante referir que o *Livro de Leis e Posturas* é a primeira compilação legal. Embora rudimentar, alguns autores consideram-na o prenúncio às *Ordenações Afonsinas*, compilação organizada. Portanto, o primeiro livro encerra em si uma compilação desordenada de leis, fruto de uma corte itinerante, mas que correspondem a uma tentativa de sistematização do direito português.

³ Importa ressaltar que a Chancelaria de D. João II consultada pertence a um projeto de transcrição, pelo que não tive acesso à sua totalidade. Desta forma, a escolha dos livros da Chancelaria foi aleatória. Este trabalho era um

a dimensão da sociedade portuguesa. Por isso, qualquer conclusão que possa propor da consequente análise será sempre uma mera hipótese. Todavia, as fontes analisadas revelaram-se mais do que suficientes para poder levantar algumas dúvidas.

O presente trabalho divide-se em três momentos: o primeiro constitui uma contextualização do reinado e da temática, para que se possa criar uma imagem daquilo que era a sociedade da época; a segunda consiste na análise dos títulos e dos capítulos das *Ordenações Afonsinas* referentes ao tema tratado, permitindo uma aproximação à aplicação da justiça; por fim, é feita a análise dos resultados de investigação.

Os Reinados

A base documental centra a sua cronologia nos reinados de D. Afonso V e D. João II. Antes de avançar é crucial caracterizar genericamente a sociedade do tempo, bem como o Reino.

O Reinado de D. Afonso V foi um dos mais longos em Portugal, tendo durado 43 anos, incluindo o período de regência. O *Africano* coexiste com uma grave crise económica, característica do período baixo-medieval. Todavia, as conquistas em África permitem que matize a crise que assolava o reino. Segundo Luís Miguel Duarte, deve ser considerado um reinado de continuidade dos processos que os seus antecessores iniciaram, sem que tenham existido mudanças drásticas⁴. Verifica-se a institucionalização de mecanismos de governo, criação de rotinas e a automatização do poder, resultados de medidas previamente tomadas, que se transformaram em rotinas. A promulgação no seu reinado das *Ordenações Afonsinas* cultivou a ideia de que teria sido um legislador, não tendo legislado mais que os seus antecessores. Aliás, a compilação das leis não é pensada no seu reinado, mas no de D. João I⁵, fruto das queixas que surgem nos Capítulos das Cortes. Por conseguinte o processo de compilação inicia-se através de João Mendes, sendo terminado pelo Doutor Rui Fernandes em 1446, durante a Regência. Por isso, são denominadas Afonsinas⁶.

projeto de publicação dessa chancelaria, coordenado pelo Prof. Eduardo Borges Nunes, da Faculdade de Letras de Lisboa, no âmbito do Centro de Damião de Góis, anexo à Torre do Tombo. Tanto quanto se sabe, ficou bastante incompleto. Restam as transcrições da totalidade de alguns livros e de parte de outros, dificilmente atingindo a terça parte daquela chancelaria. Os documentos são publicados com bons sumários, mas também com a elisão de numerosas passagens, substituídas por “(...)”. Esse material serviu perfeitamente os meus propósitos científicos, mas as suas limitações são evidentes. Neste sentido, e pelo facto de a documentação consultada não estar publicada, ao longo do artigo farei referência à Chancelaria existente no Arquivo Nacional- Torre do Tombo.

⁴ DUARTE, Luís Miguel – *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)*. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. p. 107.

⁵ Segundo José Domingues, As *Ordenações Afonsinas* são uma etapa de um longo processo de compilação e representam uma reforma nas ordenações. Para maior informação sobre as Ordenações e direito consultar DOMINGUES, José – *As Ordenações Afonsinas. Três séculos de Direito Medieval [1211-1512]*. Sintra: Zéfiro, 2008.

⁶ DUARTE, L. M. – *Justiça e Criminalidade...* p. 108.

D. João II, *Príncipe Perfeito*, segundo António Almeida, ao assumir o trono em 1481 vê-se a braços com “um reino caótico, cuja população vivia miseravelmente e onde imperava a bipolarização social, com a conseqüente lei do mais forte a imperar.”⁷. Daí um forte descontentamento das classes mais desfavorecidas com os grandes senhores, culpando-os por viverem na miséria.⁸ O seu reinado é, ainda, marcado pela morte do filho e pelos conflitos com os *Grandes do Reino*.

Com a ação governativa de D. João II foi possível a reorganização do reino, o fortalecimento do papel da Coroa e a realização de reformas necessárias, focando-se inicialmente na ameaça que os grandes senhores representavam.

Começando em 1481, dedica-se a pequenas reformas na Justiça, que ganham força entre 1486 e 1488, momento em que o seu poder está mais organizado e fortalecido. As *cartas de perdão* por si outorgadas revelam um monarca “exigente na justiça, mas generoso no perdão...”⁹. Inseridas na sua política de justiça e de acalmia do reino, são exemplos da atribuição de uma nova oportunidade aos presumidos ou verdadeiros delinquentes.

Paralelamente, o seu reinado é um momento de transição impulsionada pela tensão entre duas forças: o tradicionalismo da Idade Média e a abertura da Idade Moderna. Inserido na segunda metade do século XV, caracteriza-se pelo Renascimento, pela fragilidade do Papado e a sua tentativa de renovação religiosa, pelo fortalecimento dos Estados com monarcas centralistas (Henrique VI de Inglaterra, Reis Católicos e Luís XI de França), e pela abertura a outros continentes através das expedições marítimas. Estas pequenas transformações criam e potenciam dinâmicas de mudança. Apesar de todos os períodos da história serem momentos de transição, parece existir de alguma forma uma sobreposição de ciclos evolutivos neste reinado criando uma zona cinzenta de ação. Há a coexistência de políticas e valores medievais, bem como a afirmação de comportamentos modernos. Motivadores de transformação, são elementos que, transportados para os contextos sociais, modificam os comportamentos e as relações sociais. Portanto, o reinado de D. João II é um marco pela forma como lida com a aristocracia, com a justiça e pelos valores que tenta implementar na sociedade. Apesar da crise, conseguiu mudá-la paulatinamente.

⁷ ALMEIDA, António Marques De – Os descobrimentos I: O mar sem fim. In MEDINA, JOÃO (dir.) - *História de Portugal*. Alfragide: Ediclube, 2002. Vol. 4. p. 69. Cortes de 1482 em Par de Alvito, queixa feita pelos povos.

⁸ ALMEIDA, A. M. de – Os Descobrimentos I... p. 69.

⁹ ALMEIDA, A. M. de – Os Descobrimentos I... p. 69.

Marginalidade na Idade Média

Entender a marginalidade pressupõe a compreensão da organização da sociedade. A sua constituição não era uniforme e nenhum indivíduo era completamente excluído, fazendo parte da “civilização”¹⁰. Existiam, no entanto, pessoas colocadas mais facilmente nas margens, desprezadas pela sociedade, devido à sua etnia, às suas características físicas ou ao trabalho que desempenhavam. Por exemplo, quem ocupava trabalhos relacionados com sangue, quem tinha de mexer em lixo, urina, ou coisas com mau cheiro era, de alguma forma, afastado. Mulheres, crianças e idosos eram também menos valorizados, pois não tinham capacidades físicas para o mundo medieval, competitivo pela sobrevivência.

A sociedade marginal organizava-se por grupos: o dos excluídos como criminosos, vagabundos e suicidas; o dos desprezados, grupo composto pelas mulheres, velhos, crianças, doentes, inválidos e de mesteres duvidosos; o dos marginais, loucos, pobres, mendigos e cavaleiros pobres¹¹; o dos carrascos, que ocupavam o fundo da pirâmide¹².

A marginalidade de variados grupos era consequência do medo, talvez uma constante na vida das pessoas: o desconhecido que eventualmente pudesse pôr em causa a sobrevivência dos outros era colocado à margem. Cair na periferia social era fácil, bastando algum acidente, doença ou infortúnio da vida.¹³

Os temas da barregania e mancebia parecem estar associados à marginalidade medieval feminina, apesar de existir discussão sobre o tema. Se ser mulher já era um fator de subalternização e em muitos casos de desprezo, estar associada a práticas sexuais altamente condenadas na sociedade, quer pela ação da Igreja quer pela legislação laica, consistia numa sentença de exclusão. Contudo, a escolha deste caminho nem sempre era voluntária, podendo ser resultado de um azar ou infortúnio, como a violação, morte do pai ou marido, rutura dos laços familiares, emigração ou a colocação da própria família nestas práticas¹⁴. Fragilizadas e desamparadas, estas mulheres utilizam o corpo para sobreviver e se sustentarem.

Contudo, apesar de existir a marginalização de prostitutas, mancebas e barregãs, podiam ser consideradas pela sociedade como prestadoras de um serviço público. Principalmente as prostitutas, que ao longo da época medievá assistem à aceitação da sua ‘profissão’ como mal

¹⁰ DUARTE, Luís Miguel – Marginalidade e marginais. In SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, (coord.) – *A Idade Média*. In MATTOSO, José, (dir.) – “História da Vida Privada em Portugal”. Vol. I, p. 174.

¹¹ ALVES, Joana Catarina Machado – As Mulheres que fazem do seu corpo sua vontade: a prostituição na Idade Média. *Omni Tempore: atas dos Encontros da Primavera 2018*. Porto: FLUP, 2019. p. 35.

¹² DUARTE, L. M. – Marginalidade e... p. 174.

¹³ ALVES, J. C. M. – As Mulheres que fazem do seu... p. 36.

¹⁴ CARMEN PERIS, M. – La prostitución valenciana en la segunda mitad del siglo XIV. *Revista D’Història Medieval*. València. n.º 1 (1990) pp. 179-199.

menor. Eram, de alguma forma, *deviant insiders*, sendo que estavam sujeitas a certas condições, apesar de serem integrantes da sociedade.¹⁵

O Papel da Mulher na Sociedade

Numa sociedade onde impera o patriarcado e a índole guerreira pode-se considerar que “o homem está no topo, a mulher na base”¹⁶. Afinal, as características mais masculinas, remetem a mulher para um lugar subalterno, já que é considerada um ser frágil, inconstante e com necessidade de proteção¹⁷. Alguns autores equacionam a hipótese de os homens medievais desconhecerem a mulher, temendo-a, bem como o seu corpo, reações, malignidade¹⁸ e poder de sedução¹⁹. Todavia, eram indispensáveis no seu mundo, sendo os veículos de propagação de linhagens. Com base nesta importância e características vão-lhes tirando o poder de iniciativa, remetendo-as para as tarefas domésticas, onde o controlo sobre elas era mais fácil.

Numa sociedade masculina, fortemente celibatária, onde se tenta reprimir a sexualidade, a mulher representa uma fonte de perturbação, uma tentação ao pecado da luxúria. A forma de combater este efeito era associar a mulher à malignidade, ao pecado, traduzindo-se na ação moralista clerical, que lhe atribui um lugar inferior, em parte baseada nas Escrituras e na figura de Eva. Estes valores acabam por se perpetuar nas mentalidades, remetendo a mulher para a subordinação. Além de se controlar e reprimir a sexualidade, associada ao pecado. Por outro lado, a partir do século XIII a sua imagem é associada ao culto da Virgem Maria, benéfico para a mulher, já que remete para a pureza e o recato. Pode, paralelamente, ter criado um maior fosso para aquelas que ‘optavam’ pelo caminho do pecado. Surge, ainda, a figura de Maria Madalena, a prostituta arrependida que busca perdão. De alguma forma, a mulher passará a ser caracterizada também com base nestas personagens bíblicas. Há, portanto, uma dualidade na sua imagem, que depende em grande medida da forma como vive a sua sexualidade. Uma boa mulher deveria ser submissa e obediente, papel que irá desempenhar até bem recentemente.

Apesar de a documentação indicar que essa seria a norma vivida, tal não implica que correspondesse inteiramente à realidade. Existem contrastes entre o ideal proposto e o quotidiano. A teoria, a legislação e a realidade são variáveis distintas. Enquanto a legislação considera a

¹⁵ BEIRANTE, Maria Ângela – As filhas de Eva nas cidades Portuguesas da Idade Média. In *O Ar da Cidade: Ensaios de História Medieval e Moderna*. Lisboa: Edições Colibri, 2008. p. 84. Sendo o termo *deviant insiders* de Mary Perry.

¹⁶ ALVES, J. C. M. – As Mulheres que fazem do seu... p. 36.

¹⁷ Neste sentido, a legislação promulgada visa protegê-la, considerando-a incapaz, em contrapartida. BEIRANTE, Maria Ângela – As filhas de Eva nas cidades... p. 75.

¹⁸ Associada à imagem de Eva.

¹⁹ GONÇALVES, Íria – Notas sobre a Identificação Social Feminina nos finais da Idade Média. *Medievalista*. Lisboa. n.º 5 (2008). pp. 1-19.

autoridade do marido e a Igreja tenta descredibilizar a mulher, por vezes sucede o oposto. Os registos de que dispomos, apesar de indicarem uma norma, não são sinónimo da sua aplicação.

Na sociedade medieval o papel da mulher diferencia-se de acordo com o estatuto social e económico a que pertence. Todavia, independentemente do seu estatuto, dependia da figura masculina durante toda a sua vida, pois estava, quase sempre, sob proteção e jugo do pai, marido, irmão, tio, filho ou outro. No caso de não se associar a um homem a sua segurança estava em causa, conduzindo-a, muitas vezes, à marginalidade, mendicidade ou prostituição. Quando é referida na documentação, está conectada a contratos de arrendamento, normas profissionais, situações criminais ou cantigas. Porém, apesar de as fontes transparecerem um papel secundário é necessário reavaliar essas noções.

Num mundo de pluralidades, a mulher insere-se em diversos contextos, que influenciam o seu papel e estatuto. Por exemplo, as mulheres aristocráticas são um instrumento de alianças matrimoniais, tendo como principal função garantir a perpetuação de linhagens. Distanciam-se de funções públicas, sendo responsáveis pela resolução de problemas domésticos, orientação do serviço da casa pelos criados, tratamento das refeições e coordenação dos trabalhos externos e internos do lar, garantindo a subsistência deste. Paralelamente, tinham a obrigação de cuidar dos filhos, dando especial atenção às filhas, apesar de a educação ser responsabilidade do marido.²⁰ Apenas podiam sair para eventos sociais ou a missa, fazendo-se acompanhar pelo marido ou elementos da sua confiança.

As mulheres das classes mais desfavorecidas, apesar de igualmente submetidas à autoridade do marido, eram mais livres. Com condições de vida duras são obrigadas a trabalhar, maioritariamente na agricultura, mas também na indústria têxtil, ou na regatia de alimentos nas cidades, garantindo a sobrevivência da sua família. A este trabalho junta-se a responsabilidade de cuidar dos filhos, animais, casa, de preparar produtos para a venda, ir buscar água, entre outros. Assim sendo, conviviam mais a nível social, pois as suas saídas eram constantes, apesar de o intuito ser a sobrevivência.²¹

Existiam, ainda, as celibatárias e viúvas, cuja vida não era fácil pois enfrentavam o dia-a-dia sozinhas.²² As primeiras, sem dinheiro para ingressar num convento, dedicavam-se, por exemplo, a atividades de venda a retalho. As viúvas, por seu turno, podiam voltar para a proteção do pai ou outro homem da família, ou tentar casar uma segunda vez; geralmente,

²⁰ QUEIRÓS, Isabel Maria de Moura Ribeiro – *Theudas e Mantheudas. A Criminalidade feminina no reinado de D. João II através das cartas de perdão (1481-1485)*. Porto: Faculdade de Letras, 1999. Dissertação de Mestrado em História Medieval. p. 18.

²¹ QUEIRÓS, I. M. de M. R. – *Theudas e Mantheudas...* p. 21.

²² QUEIRÓS, I. M. de M. R. – *Theudas e Mantheudas...* p. 22.

enviuvavam cedo pois casavam com indivíduos mais velhos. Se quisessem permanecer sozinhas era essencial terem dinheiro. Algumas tentavam assumir as indústrias ou os negócios dos maridos, o que era permitido na legislação, mas difícil na prática. Porém, as mais jovens e menos abastadas procuravam emprego ou entravam em conventos como criadas ou irmãs laicas.

Sexualidade e Matrimónio

O matrimónio, inicialmente marcado pelo paganismo romano e germânico, era fundamental na sociedade medievá para a criação e selagem de alianças, principalmente para elementos da classe aristocrática. É com a Reforma Gregoriana, bem como o IV Concílio de Latrão, em 1215, que se altera a celebração e a validade do casamento. O enlace que era apenas validado pelos familiares, fica dependente da intervenção de um sacerdote, tornando o casamento sacramental e indissolúvel, anulável com a autorização papal. Além disso, este concílio proibiu, ainda, os casamentos até ao quarto grau de consanguinidade. Desta forma, a Igreja passa a intervir ativamente nas relações sociais e familiares, sendo o seu objetivo principal controlar os casamentos nobiliárquicos, que se dissolviam facilmente e podiam envolver um elevado grau de consanguinidade para manter a linhagem. Com esta nova realidade coexistiam as práticas matrimoniais anteriores, bem como o morar maritalmente, ou seja, o não serem casados pelos preceitos eclesiásticos.²³ Com D. Afonso IV, legislador de bons costumes, passa a ser necessária a autorização dos pais ou tutores para se efetuar o casamento.

Gradualmente, o casamento por *usus* é substituído pelo *confarreatio*. O primeiro, recorrente até ao século XVI, consistia no casamento por coabitação, sem a bênção eclesiástica, mas de caráter público, pois existiam testemunhas e eram assinadas tabuinhas com os dotes, confirmando o consentimento mútuo. À medida que se implementam outros rituais e valores, o *confarreatio* ganha proeminência, consistindo no casamento solene com um ritual litúrgico. Ao reclamar o caráter público do matrimónio, a Igreja condena, desde o século XV, os casamentos a “furto”, associados aos cavaleiros, apesar de reconhecer a sua validade. Em última análise, cabe aos pais e tutores decidir qual o melhor casamento para os seus filhos e famílias, sendo que este tipo de envolvimento punha em causa o papel dos pais na tomada de decisão.

Paralelamente, a Igreja tenta controlar as práticas sexuais, implantando com dificuldade algumas reformas, nomeadamente o celibato.²⁴ As suas propostas têm maior influência a partir

²³ PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – A família - estruturas de parentesco e casamento, In *História da Vida Privada*, MATTOSO, José (dir.), SOUSA, Bernardo Vasconcelos (coord.). Lisboa: Círculo de Leitores, 2010. p. 131. Ver, também: MARQUES, A. H. de Oliveira – *A Sociedade Medieval Portuguesa - Aspectos da vida quotidiana*. 4ª ed. Lisboa: Livraria Sá Da Costa Editora, 1981.

²⁴ António Resende aponta a realização de diversos sínodos de bispos portugueses com o objetivo de pôr termo às práticas sexuais de clérigos, demonstrando que há dificuldade em implementar estas reformas de cariz sexual. Adotadas depois do Século XV. ALMEIDA, A. M. de – Os Descobrimentos I...

do século XV, na viragem para a Idade Moderna; até lá o discurso da Igreja não era unitário. Existem diferenças entre o coletivo e o individual, não se podendo confundir “valor ou ideias com as normas”²⁵.

A partir do século XIII, a evolução da moral clerical e a sua propagação motivam a marginalização progressiva da sexualidade. Deixa de ser permitido o divórcio, que era autorizado pelos costumes municipais e tolerado pelas autoridades. Combate-se a barregania, dada a sua confusão com o casamento de facto, proibem-se as relações pré-matrimoniais, até então usuais. Por fim, condenam-se as carícias e contactos corporais como pecados sexuais²⁶. Com o discurso moralista, as práticas sexuais foram caracterizadas de forma depreciativa, passando a ser desvios da sociedade e tabu. Afinal, o objetivo da união sexual entre homem e mulher, era a procriação, sendo os restantes comportamentos desviantes pecado. Aliás, a prática sexual era bastante reduzida, condicionada pelo calendário cristão que definia as datas possíveis. Por exemplo, durante a Quaresma, feriados religiosos e domingos era expressamente proibida. Além disso, a homossexualidade (sodomia), prostituição, masturbação e relação ‘prazerosa’ eram consideradas transgressões graves, principalmente a primeira. À medida que esta narrativa se instala sociedade, os comportamentos são alterados e mais controlados pela Igreja.

Outra questão que se insere neste tema é o valor atribuído à virgindade feminina. Considerada uma espécie de ‘mercadoria’, era importantíssima, visto que a mulher devia manter-se ‘pura’ até ao casamento. Ser virgem era sinónimo de honra e pureza; quando esta era corrompida considerava-se um ataque à honra, principalmente do pai, já que a menina era sua ‘propriedade’.²⁷ O valor e importância da mulher variavam de acordo com este fator. Neste sentido, surge o culto à Virgem Maria, pura, exemplo do que a mulher deveria ser. Os pais, dos mais poderosos aos mais pobres, “guardavam as filhas para honra e casamento”, isto é, criavam as meninas e as jovens como um investimento, pensando em casá-las com um marido mais rico ou de mais elevado estatuto social.

Portanto, ao longo da Idade Média, graças à narrativa eclesiástica, o casamento transforma-se numa instituição e ganha um ritual sacramental, passa a ser indissolúvel. A sexualidade é controlada, o seu único objetivo é a procriação, nunca o prazer.

²⁵ MATTOSO, José – A sexualidade na Idade Média portuguesa. In *Naquele Tempo - Ensaios de História Medieval*. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2009. pp. 15-38. Para maior informação consulta a seguinte dissertação: CORREIA, Cristina Patrícia Costa Constantino – A sexualidade feminina na Idade Média Portuguesa - Norma e Transgressão. [Em Linha] Lisboa: FCSH Universidade Nova de Lisboa. 2016. Dissertação de Mestrado em História - Especialização em História Medieval.

²⁶ Até aí, só a efusão de sémen era considerada pecado sexual.

²⁷ Quando a filha era corrompida, muitas vezes, os pais querelavam à justiça, considerando um crime contra a sua honra.

Barregania - a sua historiografia

“A barregania foi provavelmente um costume quase constante na alta Idade Média para os jovens nobres antes do casamento”²⁸, afirma José Mattoso. Mas o que era de facto a barregania?

A definição desta prática é complexa: para alguns autores consistia na união marital entre homem e mulher solteiros que coabitassem, sem que fosse celebrada a solenidade matrimonial na presença de um clérigo²⁹. Contudo, será de facto a melhor definição, face a inúmeros casos associados a clérigos e homens casados? Creio que inicialmente seria este o seu significado; porém ao longo da Idade Média o seu sentido alterou-se e, por consequência, a sua definição. Era confundida, frequentemente, com o casamento de facto e juras, e sendo uma prática condenada, é-o mais duramente quando envolve clérigos.

“A barregania permanece como uma união sexual socialmente aceite, e mesmo em alguns casos louvável.”³⁰. A transformação ocorre à medida que os valores da Igreja sobre o casamento são instaurados na sociedade. Existiram três tipos de barregania: o concubinato com homem solteiro; pecado cometido com homem casado; ou transgressão clerical. Embora na cronologia estudada a barregania e o termo barregã possuam um sentido pejorativo, nem sempre foi assim. A sua associação ao concubinato é que fomentou um teor depreciativo.

Estariam relacionados os termos barregão e barregã? Supõe-se que o termo *barregão* terá estado na origem da terminologia no feminino, *barregã*. O termo masculino nunca teve uma conotação negativa; pelo contrário, era sinónimo de “homem forte, vigoroso, corajoso, bom cavaleiro, na força da juventude”³¹. No século XV é utilizado com o significado de “amancebado”, porém sem um sentido depreciativo, a não ser que seja adjetivado negativamente.

Em oposição, barregã era “a mulher livre que vive maritalmente com alguém, numa duração de tempo indeterminada”³². É vinculada ao concubinato e intitulada de “concubina”, transformando-se na mulher de mau porte ou de má vida. Até à adoção do direito romano e dos preceitos doutrinários da Igreja, não era tão censurada. Aliás, a referência no livro de linhagens a várias mulheres que vivem em barregania ilustra este facto, como por exemplo D. Maria Pais Ribeiro (mulher de D. Sancho I), D. Maria Anes Batissela e D. Maria Viegas de Regalados.

²⁸ MATTOSO, J. – A sexualidade na Idade Média portuguesa. In *Naquele Tempo...* p. 21.

²⁹ NASCIMENTO, Denise da Silva Meneses – *Barregania e perdão no reinado de D. João II*. *Locus: Revista de história*. Juíz de Fora. Vol. 22, n.º 1 (2016). p. 108.

³⁰ MATTOSO, José – A Longa Persistência da barregania. In *Naquele Tempo - Ensaios de História Medieval*. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2009. p. 71.

³¹ MATTOSO, José – Barregão-barregã: notas de semântica. In *Naquele Tempo - Ensaios de História Medieval*. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2009. p. 60.

³² MATTOSO, J. – *Barregão-barregã: notas de semântica*. In *Naquele Tempo...* p. 60.

Os primeiros ataques às barregãs dão-se no século XI, devido ao combate gregoriano a favor do celibato clerical, já que até então os próprios bispos podiam ter mulher, desde que não fosse viúva, repudiada ou prostituta. A adoção dos valores e preceitos doutrinários gregorianos, por parte dos monarcas, bem como do direito romano, serão impulsionadores de uma atuação civil nestes casos. Começam a ser promulgadas leis cujo objetivo é combater a barregania. Em Portugal, a primeira lei remonta ao reinado de D. Afonso III³³; todavia é com D. João I que a legislação para os ‘bons costumes’ aumenta, sendo a barregania bastante condenada³⁴.

Portanto, a condenação da barregania está intrinsecamente ligada com os valores matrimoniais e as práticas sexuais impostas por Roma. Ao designar-se depreciativamente “concupinato” à coabitação sexual, até então duradoura e respeitável, de forma a distinguir-se do matrimónio com efeitos jurídicos³⁵, as mentalidades são alteradas. Os indivíduos até então considerados livres são associados à transgressão. Contudo, esta transformação é adotada mais rapidamente pelas camadas altas da sociedade, como a aristocracia, do que pelas mais baixas. Nestes casos, a adoção de um casamento litúrgico é demorada, por isso a coabitação é tão tolerada pela Igreja.

Mancebia

Segundo Sousa de Viterbo, *manceba* significa menina jovem ou. mulher prostituta, meretriz, rameira³⁶. E à semelhança com o termo barregã, terá sido originária do masculino mancebo. Utilizado para se referir a jovem, homem muito moço ou rapaz, no caso feminino é usado maioritariamente para denominar amantes ou concubinas. A mulher amancebada era aquela que se ligava a alguém sem laços de casamento, como amante. Opõe-se, desta forma, à barregã que teria um relacionamento marital tolerado, mas que não consistia num casamento de facto. Além disso, não estaria ligada à vida desonesta, mas por serem jovens e criadas, poderia suscitar alguma suspeita.

Inicialmente, o significado atribuído a *manceba* poderia não ser o de concubina, mas o de moça e menina jovem, como no masculino. Todavia, determinados comportamentos ou acontecimentos levaram à sua associação com a prática do concubinato. Por exemplo, era recorrente meninas irem trabalhar para as grandes casas, para que pudessem sobreviver, sem grandes perspectivas de vida, pobres e desamparadas, viam como benéfica uma união com o patrão; muito desprotegidas face às investidas dele, eram corrompidas com facilidade. Talvez esta seja uma das justificações para o sentido posterior e atual. A manceba, que antes era a

³³ Referente à presença de Barregãs na Corte, In *Ordenações Afonsinas, ob. cit.*, Livro Quinto, Título VIII.

³⁴ Dois títulos referentes aos clérigos e homens casados.

³⁵ MATTOSO, J. – A Longa Persistência da barregania... pp. 65-77.

³⁶ VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de – *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. Ed. crítica por Mário Fiúza. Porto: Livraria Civilização Editora, 1983-1984. Vol. 2. p. 74.

moça, passa a ser aquela que se deita com homem casado, tornando-se sua amante. Podia ser a moça nova caída em desgraça.

Por sua vez, o termo *mancebia* tem dois significados: em primeiro designa a prática de ter manceba, amante, e a prostituição; em segundo, denomina o prostíbulo, casa ou bairro de prostituição. Estas duas definições demonstram a clara ligação que existe entre mancebia e prostituição. Considerada a atividade mais antiga do mundo, transforma-se de altamente marginalizada e condenada num mal menor da sociedade e, como tal, tolerada pelos poderes públicos e eclesiásticos. Considerada inicialmente imoral, passa a ser interpretada como um mal menor, visto que controlaria crimes como o adultério, concubinato, sodomia, violações e outras práticas sexuais.³⁷ Era preferível a frequência de casas públicas e recorrer à prostituição, do que condenar a alma nos crimes em cima referidos, considerados bem piores. A sua existência controlada evitava males maiores e mantinha a ordem matrimonial. Nas cidades, a prostituição era controlada pelas autoridades civis, através da definição de locais de exercício livre, regras de conduta e definição de contribuições que tinham de ser pagas.

O Perdão Régio, Justiça com Clemência

Ao contrário do que se possa pensar, a justiça régia não consistia apenas na atribuição de penas e condenações; assentava também no perdão régio, de extrema importância e uma ferramenta que balanceava a justiça. Procurado por antigos marginais, malfeitores e criminosos, ou simples acusados, era apenas atribuído pelo monarca. A sua outorga permitia que os indivíduos ‘retornassem’ à sociedade sem que esta os pudesse condenar por um crime passado. Além disso, funcionava como elemento de controlo social, já que o crime estava dentro da sociedade e era impossível erradicá-lo completamente. Portanto, a utilização do perdão pelo monarca tinha como objetivo o controlo da marginalidade e dos problemas a ela associados.

De certa maneira o rei era colocado numa posição semelhante a Deus; daí só ele ter o poder de outorgar as cartas. Afinal, era o responsável pelos bons costumes, pacificador da sociedade e responsável por encaminhar os súbditos num caminho correto. Era a presença de Deus na terra, cabendo-lhe ser misericordioso. Além de que o seu perdão era sinónimo de salvação. Os indivíduos que o pediam nem sempre o faziam de livre vontade, mas pelo facto de terem sido denunciados em devassas, ou pelo medo de que eventualmente uma acusação fosse feita. O perdão não era, portanto, pedido quando o crime era cometido, em alguns casos; principalmente nos crimes sexuais, podia ser solicitado anos após o sucedido, ou seja, nem

³⁷ CARMEN PERIS, M. – La prostitución valenciana en la segunda mitad del siglo XIV. *Revista D’Història Medieval*. València. n.º 1 (1990) p. 181.

sempre (ou até poucas vezes) era por problemas de consciência. Esse sentimento podia funcionar, quando muito, quando o agressor pedia perdão *à parte*, à vítima.

Para que pudessem ter acesso ao perdão régio, os indivíduos tinham de cumprir um determinado processo, composto pelas seguintes fases:

- i. Redação da súplica, normalmente por um tabelião pertencente à cidade ou terra onde o crime tinha sido cometido ou onde a vítima habitava. Contava com a descrição da acusação, o crime e os pormenores que fossem significativos para a avaliação do processo (fuga da cadeia);
- ii. Decisão régia, que surgia após o monarca ter acesso a todos os elementos necessários para a sua decisão. No caso de falta de informação, a Corte pedia-a;
- iii. Disposições finais, que consistiam na *carta de perdão*, onde é explicado ao criminoso o que lhe poderia acontecer caso não respeitasse a vontade régia.³⁸

As Ordenações Afonsinas

As Ordenações Afonsinas são uma fonte de extrema importância para a compreensão da evolução da barregania e da mancebia na legislação, visto que compilam todas as leis referentes a estes crimes. Permitem, ainda, perceber a organização da sociedade e as suas práticas. Composta por cinco livros que reúnem todas as leis do reino, para este trabalho o foco foi o Livro V, dedicado ao direito e aos processos penais, que reúne todas as leis de cariz social referentes à marginalidade, costumes e práticas. A presença dos termos abordados é totalmente distinta, sendo a barregania a mais destacada e condenada. Vejamos qual a sua presença nas ordenações e as leis promulgadas.

Começamos pela barregania, cuja primeira lei é publicada por D. Afonso III, proibindo as barregãs de permanecerem na corte.³⁹ Porém, a partir do final do século XIII esta atividade passa a ser alvo de uma maior legislação/penalização e controlo. No reinado de D. João I são outorgadas mais duas leis: *Das barregãs dos Clérigos*⁴⁰, revista depois por D. Duarte e com um parêntesis de D. Afonso V; a *Barregueiros Casados*⁴¹.

Devido a inúmeras queixas por parte do povo, D. João I condena o envolvimento de barregãs com clérigos. Esta lei surge face ao descontentamento de leigos que se aperceberam de que as mulheres que assumiam condição de barregãs de clérigos viviam melhor,

³⁸ DUARTE, L. M. – *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)*. pp. 34-37.

³⁹ *Ordenações Afonsinas...* Livro Quinto, Título VIII.

⁴⁰ *Ordenações Afonsinas...* Livro Quinto, Título XVIII.

⁴¹ *Ordenações Afonsinas...* Livro Quinto, Título XX.

abandonando os pais e a possibilidade de casamento. Com isto, não respeitavam os votos dos clérigos, que viviam em pecado.

Através desta lei, o monarca legisla principalmente contra a mulher, porque não podia atuar contra o clérigo. Este seria castigado -se fosse- através de tribunais eclesiásticos. A barregã, quando era apanhada tinha de pagar 500 libras. Além da multa, deveria ser degredada da cidade na primeira vez, do arcebispado/bispado caso fosse apanhada uma segunda, e açoitada publicamente e degredada na terceira vez. A acusação podia ser feita por qualquer pessoa, sendo que esta receberia a terça parte do valor da multa, vertendo o restante para os Corregedores. No caso de serem acusadas por estes, um terço do valor revertia para as despesas da correição ou para as prisões.

As mulheres podiam ver-se livres destas penas se casassem, professassem numa ordem ou se tornassem freiras; contudo, face a uma reincidência arriscavam a pena de morte (que provavelmente nunca aconteceu). Mais tarde, o monarca revê a lei, e a multa aumenta para 1500 libras. Define que as barregãs só podem ser presas quando apanhadas em flagrante, e a revista à casa dos clérigos só pode ser feita com a certeza de que eles estão lá dentro. D. Duarte revê alguns pormenores das penas; quem fosse apanhada uma terceira vez seria degredada com pregão até obter mercê. Além disso, obriga a que os juízes inquiram uma vez por mês sobre esta infração nas suas cidades. D. Afonso V apenas faz um reparo, fruto das queixas de que os seus oficiais desrespeitam as leis e vão a casa dos clérigos e prendem indivíduos sem que esteja provado qualquer pecado. Como no caso dos clérigos de idade avançada, que precisavam de ajuda de uma mulher, na sua enfermidade, para amassar o pão e lavar a roupa (era esta a expressão utilizada no pedido ao rei de autorização para os velhos sacerdotes terem uma criada em casa sem que ela fosse acusada). A ordenação torna claro que os clérigos podem ter servidora para os ajudar em serviços legítimos, caso tenham pelo menos 60 anos e as mulheres honestas mais de 50. Os seus oficiais só podem prender alguém com suspeita, testemunhas e se o delito estiver provado.

Na segunda lei dos *barregueiros casados*, o monarca tentou quebrar a prática de os homens deixarem bens às barregãs, em prejuízo das suas mulheres legítimas e filhos. Para isso definiu multas, cujo valor variava de acordo com a posição na sociedade e os bens que possuíssem. Decretou ainda o degredo da barregã do lugar em que mora e da correição, ou os açoites públicos. No caso de os barregueiros serem presos, só abandonam a prisão quando pagam a multa. Os valores das multas eram distribuídos da mesma forma que nas barregãs dos clérigos. Só se alteravam, caso fosse um oficial do rei a efetuar a acusação: este receberia 2/3 da multa. Apesar de ambos pagarem multas, as penas corporais eram exclusivas da barregã. O

valor das multas duplicava em caso de reincidência. Segue-se uma tabela com a compilação do valor das multas que os indivíduos tinham de pagar.⁴²

Tabela 1 – Compilação dos valores das multas aplicadas aos indivíduos casados.

Categoria/Bens	Multa Homem Primeira vez, em libras	Multa Barregã Primeira vez, em libras
Pobre a 300 libras	25	12,5
300 a 500 libras	40	20
500 a 1000 libras	70	35
1000 a 2 mil libras	75	37,5
2mil a 5mil libras	150	75
5 mil a 10 mil libras	200	100
10 mil a 15 mil libras	300	150
15 mil libras a 20 mil libras	400	200
20 mil libras	500	250
Oficiais Reais	500	250
Ofícios Pequenos	200	100
Mesteres Honrados c/Tenda	200	100
Mesteres	150	75

FONTE: *Ordenações Afonsinas*, Livro V, Título XX.

Por fim, existia uma lei⁴³ que, apesar de não referir diretamente a barregania, proibia solteiros de viverem em ajuntamento carnal, o que era considerado ilegal e pecado.

A legislação sobre a mancebia é parca, existindo apenas uma lei que se relaciona com os rufiães⁴⁴. Manda esta que se a manceba tivesse rufião, ambos teriam de pagar 500 libras, que o acusador receberia. Eram, ainda, açoitados, só saindo da prisão quando esta pena fosse cumprida. No caso de o rufião ser escudeiro com traje, só a manceba era açoitada.

As ordenações ainda declaram que é legal o marido matar a mulher, se a encontrar em flagrante adultério⁴⁵. Os frades não eram presos caso fossem achados com mulheres, apenas deviam ser entregues ao seu superior⁴⁶. Outra peculiaridade é que não era permitido o relacionamento entre etnias; era fortemente condenado o envolvimento de cristãos com muçulmanas ou judias⁴⁷, mas assustava sobretudo que mouros ou judeus se envolvessem com mulheres cristãs, devido à possibilidade de estas engravidarem de ‘infieis’.

⁴² Por Oficiais Reais entenda-se procuradores, prelados, vogados. Os Ofícios pequenos são Tabeliães, Escrivães, outros. Por mesteres honrados entenda-se Alfaiates, Ourives, Sapateiros, Ferreiros, Candieiros.

⁴³ *Ordenações Afonsinas*... Livro Quinto, Título XXIII.

⁴⁴ *Ordenações Afonsinas*... Livro Quinto, Título XXII.

⁴⁵ *Ordenações Afonsinas*... Livro Quinto, Título XVIII.

⁴⁶ *Ordenações Afonsinas*... Livro Quinto, Título XXI.

⁴⁷ *Ordenações Afonsinas*... Livro Quinto, Título XV.

A consulta desta fonte motiva uma questão: a maior presença de leis de controlo da barregania. Haveria uma maior preocupação com a barregania, por ser uma prática mais corrente? Era aquela que interferia mais com as famílias legítimas? As mancebas não eram tão castigadas legalmente porque se associavam à prostituição? Eram consideradas menos perigosas para a ‘ordem social’?

O que nos dizem as cartas de perdão?

Através da análise de alguns livros da Chancelaria de D. João II reuni uma amostra de 237 *cartas de perdão*, um número pouco significativo e pouco representativo da sociedade do tempo, bem como do total das cartas outorgadas pelo monarca. Por isso, repito que os resultados apresentados valem apenas o que vale a amostra e não refletem o quotidiano dos indivíduos. Portanto, as conclusões serão meras hipóteses e, espero, uma pequena parte da verdade.

Como já referi, 100 cartas falam de barregania e 137 de mancebia; para reunir as primeiras percorri 16 livros da Chancelaria de D. João II, enquanto para as segundas utilizando apenas três livros foi possível chegar a um valor suficiente, de forma que a análise fosse equitativa no número de casos. O que mostra, desde logo, uma desproporção na ocorrência dos delitos e motiva algumas questões.

A maior presença da mancebia indica que era a prática mais corrente e a barregania tinha decrescido? Se sim, porquê? Primeiro, pode ser o resultado da legislação contra a barregania, que acabou por afastar algumas pessoas deste crime e ganhando terreno, assim, a mancebia. Paralelamente, as mentalidades podem ter mudado, com a aceitação crescente do matrimónio proposto pela Igreja, por parte da sociedade. Estes dois fatores podem ter motivado o decréscimo desta prática, e por consequência, a necessidade de *cartas de perdão*. Pode indicar que o termo barregã caiu em desuso e foi associado definitivamente à meretriz, significado atribuído à manceba. Assim, as barregãs “theudas e mantheudas” passam a ser mancebas. Seguindo esta hipótese, o facto de a legislação contra a mancebia ser mais leve e menos clara, bem como a sua associação ao adultério, pode ter motivado o decréscimo da utilização do termo barregã, que era mais punido e prejudicial. Podendo existir assim uma transição em que a barregã deixa de ser aquela que partilha casa, mas a amante/prostituta.

A Barregania

Passemos à análise das cartas referentes à barregania⁴⁸, que inesperadamente para mim são outorgadas maioritariamente a homens. Estes representam 88% da amostra, 88 cartas, e é através das suas cartas que se retira informações, ainda que parcas, sobre as suas barregãs. O facto de apenas 12 cartas serem pedidas por mulheres desperta diversas questões.

Se a legislação condena principalmente as barregãs, e não os seus companheiros, não deveriam ser estas a pedir a maioria das cartas? Compreender quem eram estas mulheres, passa por analisar quem eram os homens. E das informações facultadas pelas cartas pode-se fazer uma pequena reconstrução dos seus relacionamentos.

Apesar de o foco serem as cartas de perdão, a amostra referente à barregania comporta variantes destas, como cartas ao carcereiro⁴⁹ e não à barregã, através das quais é possível saber apenas o nome daquelas que fugiam da cadeia. A seguinte tabela demonstra a presença de cada género na documentação analisada.

Tabela 2 - Tipo de cartas presentes na análise da barregania.

Género Carta	Carta de Perdão	Carta de Segurança	Ambas	Carta carcereiro	Licença P/ Servidora	Levantar Degredo	Outra
Nº	61	2	4	12	9	8	4

FONTE: *Chancelaria D. João II*, livros: 1, 2, 5, 6, 8, 10, 12, 13, 15, 19, 20, 22, 24, 25 e 26.

Vários homens pediam licença para ter servidora, numa sociedade em que ter em casa uma mulher, mesmo que para "amassar pão e lavar roupa"⁵⁰, podia gerar uma acusação de barregueiros. Para combater esta ameaça, pedem autorização. Nos casos analisados, um é padre e os restantes homens casados, mas a respetiva mulher tinha fugido. Seria a fuga de mulheres casadas recorrente? Motivadas por promessas de amor ou de uma vida melhor? Os pedidos de levantamento de degredo visavam o regresso à sua região de origem. Por fim, as cartas de

⁴⁸ Como já referi a Chancelaria consultada não estava totalmente transcrita, neste sentido, os gráficos referentes à barregania baseiam-se em partes de livros. Desta forma, para facilitar a enunciação das fontes mencioná-los-ei aqui pormenorizadamente. Os livros consultados na totalidade foram os: 6, 8, 10, 13, 15, 20, 22. Os livros consultados parcialmente foram o: 1 e 2. Os livros consultados apenas pelo verso: 5, 12, 19, 25, 26. Tendo o 25 e 26 sido consultados parcialmente. Por fim, do livro 24 foram consultados os fólios 276-375 e 695-841.

⁴⁹ Pediam perdão, pois eram responsáveis pelos que fugiam. As prisões medievais nada tinham que ver com a realidade moderna e atual. Localizadas em casas dos carcereiros, os criminosos eram colocados todos juntos, independentemente do crime que tivessem cometido, do seu género, idade ou perigo que pudessem representar. Teriam de permanecer nestes locais decrépitos até terem pagado a sua multa ou serem condenados, portanto muitos fugiam. Esta fuga era penalizada dependendo da sua gravidade. Por exemplo quebrar ferros era bastante grave. Por consequência, os que os deixassem fugir seriam culpabilizados e pedem perdão. Daí surgirem diversos casos na chancelaria. Afinal, a fuga era recorrente e bastante fácil.

⁵⁰ *Chancelaria de D. João II...* Livro 5, fól. 12.

segurança⁵¹ estão associadas em quatro casos a cartas de perdão. Desmontar esta amostra, a meu ver, é importante para perceber que a Chancelaria não é apenas constituída por *cartas de perdão*, podendo estas ter diversas variantes.

A próxima tabela demonstra o estatuto daqueles que buscam o perdão régio.

Tabela 3 - O Estatuto dos indivíduos nas cartas de perdão referentes à barregania.

Est.	Casado	Desconhecido	Outra	Solteira	Viúva	Padre	Casada	Solteiro
Nº	53	21	9	7	5	3	1	1

FONTE: *Chancelaria D. João II*, livros: 1, 2, 5, 6, 8, 10, 12, 13, 15, 19, 20, 22, 24, 25 e 26.

Todos podiam pedir perdão, não havendo distinções de classe. Através desta tabela verifica-se que a maioria dos indivíduos que pede perdão é casada, significando que a sua barregã era a amante, e não alguém com quem mantinham uma coabitação ou união marital. Ou seja, no século XV, a barregã seria, provavelmente, a amante, não sendo obrigatória a coabitação. Em algumas cartas o estatuto não é mencionado, poderiam ser os casos de união marital? Na amostra apenas existe um caso de barregueiros solteiros, indivíduos que estavam juntos sem terem casado.⁵² Portanto, neste contexto a barregania teria caído quase completamente em desuso.

Os pedidos de perdão, de levantamento de degredo ou a licença para ter servidora, são, regra geral, aceites pelo monarca e outorgados. Afinal, era assim que ele mostrava a sua misericórdia. Porém, em alguns casos, como está previsto nas Ordenações, eram cobradas multas. Na presente amostra foram pagas 30 multas e lançados dois degredos, sendo os pedidos do seu levantamento atendidos. A tabela que se segue demonstra os valores mais cobrados, em reais. Estes tinham dois destinos: a Arca da Piedade, espécie de ‘cofre’ de que o monarca se fazia acompanhar, cujo montante era entregue aos mais pobres; ou o Tribunal da Relação, geralmente associado às despesas que o processo envolvia e revertia para a prisão.⁵³

Tabela 4 - Valores das multas cobradas nas cartas de perdão referentes à barregania.

Valor (reais)	200	300	400	500	600	700	770	800	900	1000	1500	2000	4000
Nº	2	5	5	3	2	3	1	1	1	3	2	1	1

FONTE: *Chancelaria D. João II*, livros: 1, 2, 5, 6, 8, 10, 12, 13, 15, 19, 20, 22, 24, 25 e 26.

⁵¹ Entregues aos ‘criminosos’ para que pudessem procurar ajuda para escrever o seu pedido de perdão e resolver as devassas. Tinham um espaço de 15 dias para resolver a sua situação.

⁵² *Chancelaria de D. João II...* Livro 2, fól. 80.

⁵³ A sua expressão é quase equitativa: 14 multas revertem para a Arca da Piedade, 11 para a Relação, e quatro casos não referem o destino.

Os valores mais baixos associam-se, geralmente, à fuga das prisões, e os mais elevados à reincidência. No caso dos 1500 reais, era a quarta vez que se pedia perdão⁵⁴, e no de 4000 o homem teria sido arraçoadado⁵⁵. Quanto às multas de 1000 reais, num caso o indivíduo tentou matar outro, noutro o acusado tirou a virgindade a uma mulher, andou fugido e tinha ainda uma manceba, que seria a sua barregã. Por fim, o último delinquente tinha manceba, mas fugiu com ela tornando-se barregueiro casado.⁵⁶

Seriam estes casos singulares, ou haveria uma elevada reincidência? A conclusão nesta amostra é de que não era recorrente a reincidência, estando ligada a seis casos apenas. Estes pagaram sempre multas, dependendo da quantidade de vezes em que foram apanhados. Dos restantes não temos qualquer informação. Significa que a população apenas cometia este crime uma vez e, depois do perdão, nunca regressava à tentação? Por outro lado, diversos casos duravam anos; não deve isto ser tido em conta? Provavelmente, o medo de voltar a ser apanhado e ostracizado pelos seus pares trava a reincidência⁵⁷. Ou depois de estas primeiras cartas serem outorgadas, alguns delinquentes reincidiram nos anos seguintes, sem terem sido acusados. Ou ainda voltaram a pedir perdão noutro reinado. Como a maioria das cartas não contém informação acerca deste aspeto é difícil construir uma ideia concreta. Por fim, existem 12 situações em que o envolvimento resultou em filhos ilegítimos. Tendo em conta o total de cartas que analisei, este resultado é pequeno. E eram normais as tentativas de legitimação destes filhos.

Quem eram as mulheres tidas como barregãs? Apesar de nas Ordenações as maiores penas se colocarem na mulher, a sua presença nas cartas de perdão é reduzida. São referidas apenas 70 mulheres, das quais só 12 pedem diretamente perdão.

Tabela 5 - Categoria das Barregãs presentes nas Cartas de Perdão

Barregãs	Solteira	Desconhecida	S/Info.	Viúva	Casada	Casou	Manceba	Coabitação	Noiva
Nº	38	14	6	5	3	1	1	1	1

FONTE: *Chancelaria D. João II*, livros: 1, 2, 5, 6, 8, 10, 12, 13,15, 19, 20, 22, 24, 25 e 26.

A maioria era solteira, sendo mantida pelo seu barregueiro, ou seja, sustentada. Entre os casos menos numerosos encontram-se as viúvas, que talvez por ficarem desamparadas se juntavam a outros homens. Se elas tivessem possibilidades económicas, significará que se uniam a outros homens em busca de ‘amor’, de um relacionamento, mesmo sabendo dos seus casamentos? As

⁵⁴ *Chancelaria de D. João II...* Livro 15, fól. 402.

⁵⁵ Arraçoadado significa queixar-se, agravar. Teria piorado a sua situação, visto que fugiu da prisão. *Chancelaria de D. João II...* Livro 13, fól. 201.

⁵⁶ *Chancelaria de D. João II...* Livro 12, fól. 641; Livro 13, fól. 533.; Livro 15, fól. 193.

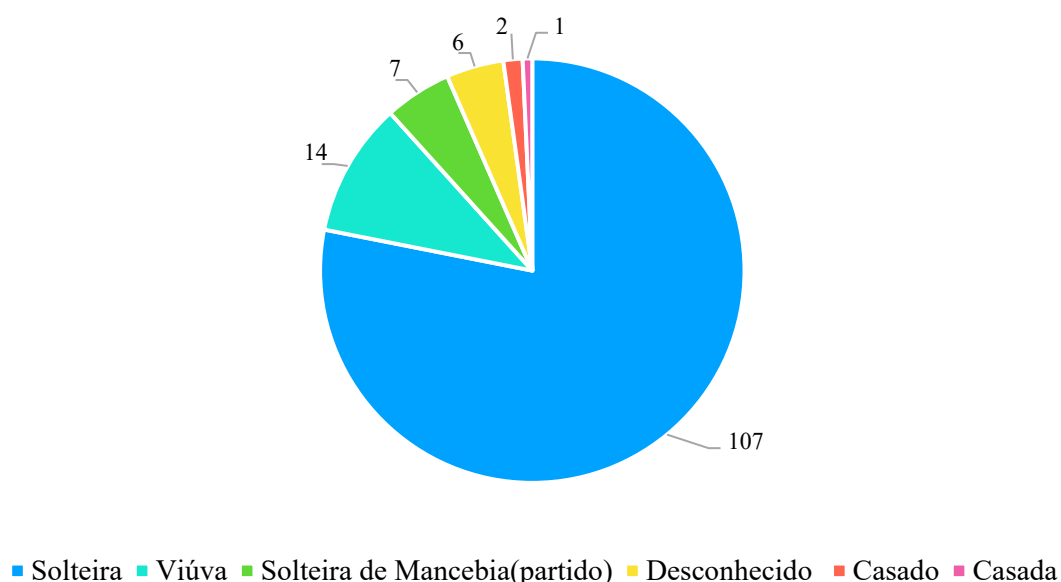
⁵⁷ Caso de um casal que esteve 20 anos juntos o indivíduo era clérigo.

mulheres casadas eram acusadas pelos maridos de cometerem adultério. Existe ainda um caso em que, após a acusação, a barregã casou, demonstrando que a reintegração prevista nas ordenações talvez funcionasse de facto⁵⁸. Dos casos únicos destaca-se a noiva, que teria perdido a virgindade antes do casamento⁵⁹.

A Mancebia

Das 137 cartas analisadas, 21 dizem respeito a homens e as restantes a mulheres, destacando-se logo como uma diferença da barregania. Portanto, a mancebia parece quase exclusivamente associada à mulher. O homem não pede perdão por ter manceba, ao contrário do que acontecia com a barregã. Será porque esta é considerada prostituta? Apesar de ser associada diversas vezes a amante, e o adultério não ser bem visto. Tendo em conta que os homens não têm denominação específica por causa disso, como os barregueiros, ter manceba parece não ser tão grave.

Gráfico 1 - Categorias dos crimes nas cartas de perdão associadas à Mancebia.



FONTE: *Chancelaria D. João II*, livros: 1, 2 e 5.

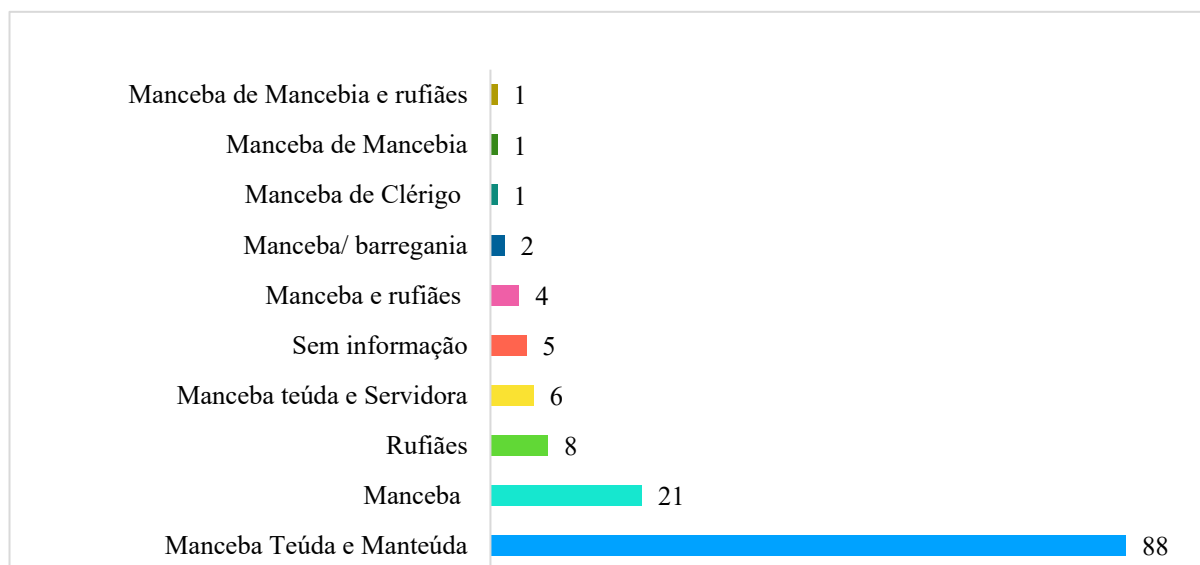
Através deste gráfico é visível a panóplia de crimes a que a mancebia⁶⁰ pode ser associada. Apesar das semelhanças, as cartas analisadas distinguem-nos. Mas será que faz sentido esta distinção? É pertinente diferenciar a manceba ‘simples’ da manceba “teúda e manteúda”? Ser “teúda e manteúda” significava ser sustentada pelo parceiro, já uma manceba poderia apenas ser um caso isolado. Nem sempre estas divisões eram feitas corretamente. Quem eram as mulheres associadas à mancebia? O próximo gráfico demonstra o estatuto que detinham na sociedade.

⁵⁸ *Chancelaria de D. João II...* Livro 22, fól. 571.

⁵⁹ *Chancelaria de D. João II...* Livro 8, fól. 39.

⁶⁰ Os dados aqui apresentados foram resultado da consulta de parte dos livros 1 e 2 da Chancelaria, bem como do verso do livro 5. Para facilitar a menção dos mesmo nas fontes, irei fazê-lo considerando o livro na totalidade.

Gráfico 2 – Estatutos Mulheres Mancebia.



FONTE: *Chancelaria D. João II*, livros: 1, 2 e 5.

A maioria era solteira, seguida pelas viúvas. Portanto, quem enveredava por este caminho estaria sozinha no mundo? As mulheres viúvas envolviam-se com dois tipos de homem, os casados e clérigos. O que significa isso? Que procuram uma certa estabilidade, pelo menos com os clérigos? Afinal, com eles não teriam de se comprometer maritalmente, face à dificuldade que seria casar uma segunda vez, ou manterem-se autónomas. Enquanto existe uma lei contra as barregãs dos clérigos, e não temos muitos exemplos, sucede o oposto na mancebia. Na verdade, são os clérigos a maioria dos homens a quem as mancebas aparecem associadas. Afinal, ser manceba de um clérigo era sinal de uma vida desafogada, sem se ter de dedicar ao trabalho e, quiçá, de uma história de amor. Portanto, não é estranho serem o tipo de homem mais referido.

Foquemo-nos no tipo de homem associado a mancebas, claramente dominado por clérigos.

Tabela 6 - Estatuto dos Homens Associados às mancebas nas cartas de perdão referentes à Mancebia.

Estatuto	Clero Secular	Clero Regular	Casado	Desconhecido	Solteiro	Rufião	Viúvo
Nº	51	37	23	10	10	5	1

FONTE: *Chancelaria D. João II*, livros: 1, 2 e 5.

Não tinham a mesma punição que as barregãs caso fossem encontradas com estes indivíduos? Será que o não serem punidos pela legislação civil influenciava o número elevado de clérigos? Tentaria a Igreja impedir e condenar estas situações? Em tribunais próprios e com as suas punições, ou seriam as transgressões esquecidas e toleradas? Em oposição, qual a razão de homens solteiros e casados não terem tanta presença? Prefeririam ir apenas à mancebia? Os rufiães, por sua vez, aliciavam mulheres honestas a trabalharem na ‘má vida’ e a sustentarem-nos. Significarão estes reduzidos números que tal não acontecia com frequência no reino

português? Estes dados podem simplesmente representar uma escolha consciente das mancebas, que encontram nos clérigos um sustento e uma vida que os homens comuns não lhes poderiam oferecer. Desta forma, juntavam-se àqueles que lhes seriam mais proveitosos. Dentro dos clérigos existem ainda ténues distinções que serão analisadas nas seguintes tabelas.

Tabela 7 - Clero Secular referido nas cartas de perdão da Mancebia.

Tipologia	Clérigo de Missa	Clérigo	Cónego	Clérigo e Vigário	Clérigo de Missa e Capelão	Clero de Missa e Cónego	Clérigo Ordens Sacras	Capelão
Nº	30	6	5	3	2	2	2	1

FONTE: *Chancelaria D. João II*, livros: 1, 2 e 5.

Tabela 8 - Clero Regular referido nas cartas de perdão da Mancebia.

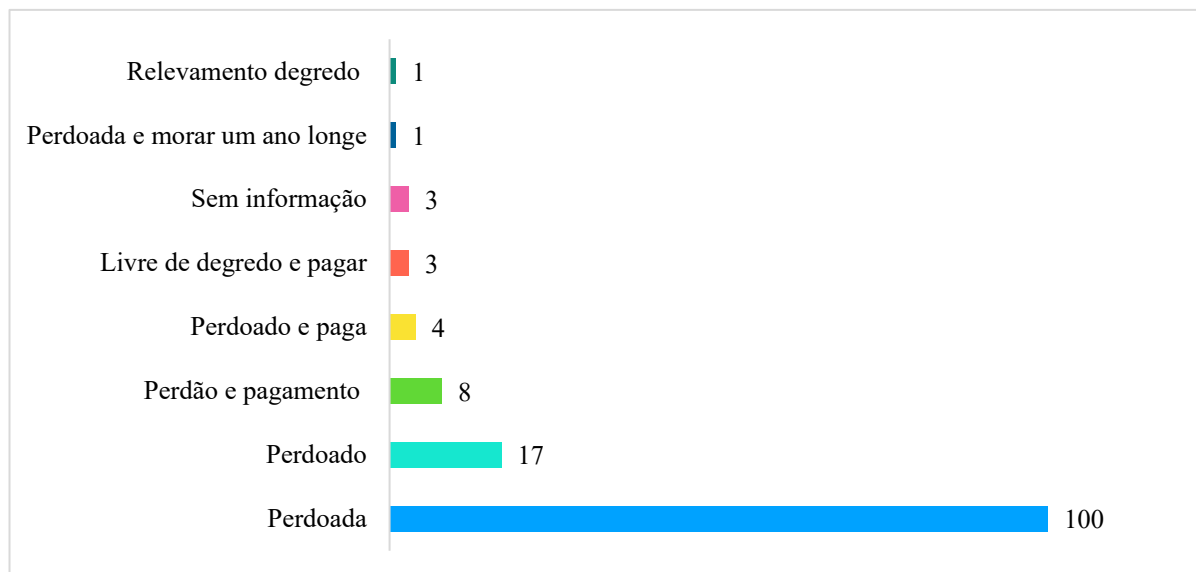
Tipologia	Frade	Freire	Clérigo de Missa e Prior	Prior	Abade	Clérigo de Missa e Abade	Clérigo e Abade	Frade e abade
Nº	13	6	5	5	3	3	1	1

FONTE: *Chancelaria D. João II*, livros: 1, 2 e 5.

Justifica-se a liderança dos clérigos seculares pela sua proximidade com a população? Seriam os frades entregues ao seu superior? Conseguiriam estes homens ser respeitados mesmo assim? Existiria maior tolerância para com estes indivíduos? Afinal, nem sempre a escolha da vida clerical era autónoma, sendo ‘obrigados’ pela família e condições económicas a enveredar por este caminho. Assim, o respeito pelo celibato poderia ser menor.

Na mancebia os casos de reincidência são reduzidos, apenas 15. Significará que os indivíduos se reinserem na sociedade e se desviam definitivamente das mancebas e mancebia? Por outro lado, os filhos ilegítimos parecem ser mais: 32 casos, o dobro da barregania. Indicará isso que as mancebas permanecem mais tempo com os companheiros? Talvez sim, afinal a penalização não é tão forte.

Gráfico 3 - Sentenças aplicadas na Mancebia.



FONTE: *Chancelaria D. João II*, livros: 1, 2 e 5.

O Gráfico 3 demonstra que as mancebas foram maioritariamente perdoadas, sem qualquer tipo de pena. Estes resultados mostram que: só 16 casos tiveram de pagar multa. A justiça parece mais branda. Porquê? Porque se olha para a manceba como a prostituta? O valor das multas é, também, menos elevado, cobrando-se geralmente 500 reais.

Tabela 9 - Valores das multas aplicadas à Mancebia.

Valor (reais)	100	300	400	500	600	1000	1500	2000
Nº	1	1	2	8	1	1	1	1

FONTE: *Chancelaria D. João II*, livros: 1, 2 e 5.

Os valores mais elevados estão associados a crimes peculiares de reincidência. No caso da multa de 1000 reais, o indivíduo envolveu-se com uma viúva e não quis casar depois. Foi então acusado, depois de perdoado voltou a querer dormir com a querelosa, que o acusou numa devassa.⁶¹ A multa de 1500 pertence a uma viúva, que antes de casar se envolveu com um padre, voltando a fazê-lo depois de o marido falecer: "...comprado, e fingindo que per esta causa ela poderia com o dito clérigo continuar no dito pecado, sem por elo haver repreensão."⁶² Este excerto invoca novamente a questão; será que não era mais elevada a reincidência? Talvez fosse uma constante, não ficando registada, pois os indivíduos, não sendo acusados, não pediriam perdão.

⁶¹ *Chancelaria de D. João II*, Livro 5, fól. 33. Carta de perdão entregue ao homem.

⁶² *Chancelaria de D. João II*, Livro 5, fól. 129.

Conclusão

O período medieval é uma amálgama de situações, relações, pessoas, crimes, crenças, representando a sua reconstrução um enorme desafio para o historiador. Percebemos que a sociedade medieval era rica em valores diferentes, quando não opostos, e em problemas com diversas polaridades e dinâmicas. No que diz respeito ao tema desenvolvido, a mulher não era só a esposa submissa e o ideal em que a Igreja queria que se transformasse, era uma junção das duas realidades e da sua ‘liberdade’ quotidiana.

Face aos resultados da investigação realizada, considero que os termos barregã e manceba são distintos, mas assiste-se a uma substituição paulatina na sociedade. O primeiro cai em desuso, fruto da vulgarização dos casamentos litúrgicos, bem como da legislação altamente penalizadora, e o segundo ganha terreno. Nota-se que a mancebia é tolerada pela lei, ao passo que a barregania não. E os pedidos de perdão da primeira associam-se a mulheres, ao passo que na barregania a maioria de pedidos é masculina. Esta realidade é visível nas ordenações, como pela leitura feita das cartas de perdão. Percebe-se, ainda, que a prática da barregania é mais associada a homens casados, enquanto a mancebia surge relacionada com clérigos.

Fica claro que ainda há caminhos por seguir nesta investigação, avaliando a profissão e as penas associadas aos indivíduos, por exemplo. Se havia pedidos de legitimação dos filhos e se estes eram aceites, que julgo serem-no sempre. Se, efetivamente, a reincidência era pouca. Se os clérigos eram condenados em tribunais próprios, questão difícil de abordar, já que não há documentação sobre isso. Há muitas investigações que podem ser feitas, permitindo reconstruir mais um pouco estas interações interpessoais e a sociedade medievá.

Concluindo, a mulher ao longo da Idade Média mantém, quando não agrava, a sua posição subalterna, destacando-se, principalmente, em crimes sexuais. Talvez seja no estatuto de manceba, principalmente de clérigo, que encontra uma maior liberdade.

Fontes

Fontes Manuscritas:

Chancelaria de D. João II. Transcrição e edição coordenada por Eduardo Borges. 1996-2000. Projeto no âmbito da Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses em parceria com o Arquivo Nacional-Torre do Tombo. Acesso facultado pelo Sr. Professor Dr. Luís Miguel Duarte, na FLUP.

Fontes Impressas:

Ordenações Afonsinas. Nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. Livro V.

Bibliografia

- ALMEIDA, António Marques De – Os descobrimentos I: O mar sem fim. In MEDINA, JOÃO (dir.) - *História de Portugal*. Alfragide: Ediclube, 2002. Vol. 4. ISBN: 84-408-0109-2.
- ALVES, Joana Catarina Machado – As Mulheres que fazem do seu corpo sua vontade: a prostituição na Idade Média. *Omni Tempore: atas dos Encontros da Primavera 2018*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019. pp. 33-70. Disponível em WWW:<<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/17424.pdf>>. ISBN: 978-989-8969-08-8.
- BEIRANTE, Maria Ângela – As filhas de Eva nas cidades Portuguesas da Idade Média. In *O Ar da Cidade: Ensaios de História Medieval e Moderna*. Lisboa: Edições Colibri, 2008. ISBN: 978-972-772-696-7. pp. 65-87.
- CORREIA, Cristina Patrícia Costa Constantino – *A sexualidade feminina na Idade Média Portuguesa - Norma e Transgressão*. Lisboa: FCSH Universidade Nova de Lisboa. 2016. Dissertação de Mestrado em História - Especialização em História Medieval. Disponível em WWW:<<http://hdl.handle.net/10362/21576>>.
- DOMINGUES, José – *As Ordenações Afonsinas. Três séculos de Direito Medieval [1211-1512]*. Sintra: Zéfiro, 2008. ISBN: 978-972-8958-66-4.
- DUARTE, Luís Miguel – *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)*. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. ISBN: 972-31-0834-8.
- DUARTE, Luís Miguel – Marginalidade e marginais. In SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, (coord.) – *A Idade Média*. In MATTOSO, José, (dir.) – “História da Vida Privada em Portugal”. Lisboa: Temas e Debates, 2011. ISBN: 978-989-644-144-9. Vol. I, pp. 170-196.

- GONÇALVES, Iria – Notas sobre a Identificação Social Feminina nos finais da Idade Média. *Medievalista*. Lisboa. ISSN:1646-740X. n.º 5 (2008). pp. 1-19. Disponível em WWW:<<https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt/index.php/medievalista/article/view/379>>. ISSN: 1646-740X.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – *A Sociedade Medieval Portuguesa - Aspectos da vida quotidiana*. 4ª ed. Lisboa: Livraria Sá Da Costa Editora, 1981. ISBN: 978-989-6262-41-9.
- MATTOSO, José – A Longa Persistência da barregania. In *Naquele Tempo - Ensaios de História Medieval*. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2009. ISBN: 9788986440527. pp. 65-77.
- MATTOSO, José – A sexualidade na Idade Média portuguesa. In *Naquele Tempo - Ensaios de História Medieval*. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2009. ISBN: 9788986440527. pp. 15-38.
- MATTOSO, José – Barregão-barregã: notas de semântica. In *Naquele Tempo - Ensaios de História Medieval*. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2009. ISBN 9788986440527. pp. 55-63.
- NASCIMENTO, Denise da Silva Meneses – *Barregania e perdão no reinado de D. João II*. *Locus: Revista de história*. Juíz de Fora. Vol. 22, n.º 1 (2016). pp. 187-205. Disponível em WWW:<<https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20819>>. ISSN: 2594-8296.
- CARMEN PERIS, M. – La prostitución valenciana en la segunda mitad del siglo XIV. *Revista D'Història Medieval*. València. n.º 1 (1990) pp. 179-199. Disponível em WWW:<<https://roderic.uv.es/handle/10550/29602>>. ISSN: 1131-7612.
- PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – A família - estruturas de parentesco e casamento, In *História da Vida Privada*, MATTOSO, José (dir.), SOUSA, Bernardo Vasconcelos (coord.). Lisboa: Círculo de Leitores, 2010. ISBN 9789896441449. pp. 127-141.
- QUEIRÓS, Isabel Maria de Moura Ribeiro – *Theudas e Mantheudas. A Criminalidade feminina no reinado de D. João II através das cartas de perdão (1481-1485)*. Porto: Faculdade de Letras, 1999. Dissertação de Mestrado em História Medieval. Disponível em WWW:<<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/37861>>.
- VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de – *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. Edição crítica por Mário Fiúza. Porto: Livraria Civilização Editora, 1983-1984. Vol. 2.

(Página deixada propositadamente em branco)

As mulheres que acompanharam as rainhas de Portugal. Os séquitos femininos de Leonor Teles, Filipa de Lencastre e Leonor de Aragão (1371-1445)

Mariana Raquel Faria da Silva
marianaraquel999@gmail.com

Resumo

Este artigo tem como objectivo estudar as mulheres que compunham o séquito de Leonor Teles, Filipa de Lencastre e Leonor de Aragão, três rainhas medievais portuguesas. Estas mulheres são muitas vezes esquecidas, apesar de terem desempenhado um importante papel na vida das rainhas que serviam, e por isso, através do estudo de crónicas, e das chancelarias, e com recurso a bibliografia especializada, procurou-se dar a conhecer os nomes, as famílias, os cargos e alguns episódios das vidas destas senhoras. Procurou-se também entender a importância da Casa da Rainha na sociedade medieval portuguesa. Em anexo, seguem quatro esquemas genealógicos, elaborados com base na investigação efectuada e que visam mostrar as relações familiares entre as damas referidas no artigo.

Palavras-chave: Casa da Rainha, família, genealogia, medieval, mulher, rainha, séquito, sociedade.

Abstract

This article aims to study the women who made up the entourage of Leonor Teles, Filipa de Lencastre and Leonor de Aragão, three Portuguese medieval queens. These women are often overlooked, despite having played an important role in the lives of the queens they served, and therefore, through the study of chronicles and chancelleries, and using the specialized bibliography, devoted making themselves known, families, positions and some episodes of the ladies lives. We also sought to understand the importance of Casa da Rainha in medieval Portuguese society. Attached are four genealogical schemes, elaborated based on the research carried out in which aim to show how family relationships among the ladies mentioned in the article.

Keywords: Queen's House, family, genealogy, medieval, woman, queen, entourage, society.

Introdução

Este artigo pretende dar a conhecer algumas mulheres que serviram D. Leonor Teles, mulher de D. Fernando, D. Filipa de Lencastre, casada com D. João I e D. Leonor de Aragão, esposa de D. Duarte, três rainhas medievais portuguesas.

As senhoras que compunham os séquitos das soberanas desempenharam um importante papel na vida destas, estando presentes, não só nos momentos mais marcantes, como o casamento e o nascimento dos filhos, por exemplo, mas também no seu dia-a-dia.

Os elementos, tanto masculinos como femininos, que faziam parte da Casa das rainhas, são muitas vezes esquecidos e pouco ou nada se sabe sobre as suas vidas, seja por falta de fontes ou por terem desempenhado um papel secundário. Neste artigo, debruçamo-nos sobre as mulheres, e tentamos resgatar um pouco do papel que desempenharam na História.

Contudo, nem todas as mulheres que se encontravam ao serviço de uma rainha cairiam no esquecimento e muitas delas são lembradas pela História. Vataça Lascaris e Inês de Castro são exemplo disso.

Vataça Lascaris pertencia ao séquito de D. Isabel de Aragão, esposa de D. Dinis, tendo depois acompanhado a infanta D. Constança, filha dos monarcas, quando esta casou, desempenhando o cargo de sua camareira-mor¹. O seu túmulo encontra-se na Sé Velha de Coimbra e foi executado pelo mesmo autor do túmulo da rainha D. Isabel, o que pode demonstrar a amizade entre ambas. Inês de Castro teria chegado a Portugal enquanto elemento do séquito de D. Constança Manuel, quando esta casou com o futuro rei D. Pedro I e a sua história é sobejamente conhecida.

Para comprovar a importância destas senhoras na vida da rainha e da sua família, destaca-se o túmulo de D. Urraca, mulher de D. Afonso II, no Mosteiro de Alcobaça. Este cenotáfio tem esculpido uma Cena de Lamentação, onde estarão representados o rei e os infantes a chorar a morte da rainha, mas também uma ama do infante D. Sancho (futuro rei D. Sancho II), Teresa Martins de Riba de Vizela². A comprovar a identificação desta personagem, isso pode demonstrar a relevância do papel das servidoras junto da família real.

Nenhuma destas três mulheres será referida no artigo, uma vez que não se enquadram na cronologia abordada. No entanto, consideramos importante mencioná-las, por serem exemplos de personagens próximas da Coroa que se distinguiram.

A Casa da Rainha desempenhava um importante papel na corte e na vida de muita gente. Sobre D. Isabel de Aragão, que não é abordada no trabalho, Ana Rodrigues Oliveira diz que:

¹ OLIVEIRA, Ana Rodrigues – *Rainhas Medievais de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010. p. 163.

² *Idem*, p. 108.

em sua Casa criava muitas filhas de nobres e de cavaleiros e outras que não tinham a possibilidade de se manterem por si em vida independente. Educava-as, alimentava-as e dava-lhes dote para o casamento. Preocupada com o seu futuro, preparava-as para a sua vida de esposas e mães (...). Procurava-lhes, depois, marido entre a vassalidade da corte de D. Dinis (...), a outras (...) abria-lhes as portas dos mosteiros fundados com recursos (...) para as assistir (...). Para além das donas da sua Casa, a rainha preocupou-se ainda com as suas criadas e mancebas mais pobres, dotando-as para que pudessem conseguir um matrimónio que lhes desse uma vida honrada.³

Podemos supor que este exemplo possa ter sido seguido pelas rainhas que a sucederam, mas pelo menos, este excerto define a importância do séquito feminino para a proteção das damas da corte. Pretende-se, assim, traçar a composição feminina dos séquitos destas três rainhas, acompanhando o desenvolvimento e o desenrolar de vários episódios de relevo da História de Portugal. Sobre as mulheres que acompanharam Leonor Teles, Filipa de Lencastre e Leonor de Aragão, a quem será dada voz neste artigo, tentamos descobrir um pouco sobre as suas vidas, sobre as suas famílias e sobre episódios que viveram junto da soberana.

1. Contextualização histórica

A cronologia deste trabalho situa-se entre os anos de 1371, ano em que Leonor Teles terá casado secretamente com D. Fernando, e 1445, ano em que Leonor de Aragão terá falecido. Aborda o reinado de D. Fernando, a regência de Leonor Teles, o reinado de D. João I, a partir do seu casamento com D. Filipa, passando pelo casamento e reinado de D. Duarte e os tempos que se seguiram ao seu falecimento até à morte de D. Leonor de Aragão.

2. A Casa da Rainha

A Casa da Rainha representava não só a casa que recebia a soberana e o seu séquito, mas também a gestão, a nível social e financeiro, que as rainhas tinham de fazer, a fim de assegurar o sustento dos seus servidores⁴ e o seu próprio nível de vida. Representava ainda o património, as terras e os servidores das soberanas.

Esta Casa tinha funcionários próprios provenientes das terras que as rainhas recebiam em arras e estes servidores sustentavam a estrutura dos seus aposentos, intervindo, de forma direta e indireta, nas suas ações políticas e religiosas.

A presença de mulheres nas cortes régias esteve desde sempre ligada à figura da rainha, que era o elemento central deste mundo feminino⁵, ainda que também existissem mulheres ao serviço do rei. Estas pertenceriam a escalões sociais inferiores e estariam encarregues da limpeza e da alimentação da câmara régia.

³ *Idem*, pp. 169-170.

⁴ BALEIRAS, Isabel de Pina – *Uma rainha inesperada. Leonor Teles*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012. p. 122.

⁵ GOMES, Rita Costa – *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*. Oeiras: Difel, 1995. p. 46.

As mulheres de nível social elevado procuravam um lugar junto da soberana, enquanto membro do seu séquito ou Casa, sendo esse um lugar preferencial para elas.

A Casa da Rainha era composta por elementos masculinos e femininos (com laços de parentesco que os uniam aos cortesãos do rei), cujas funções se distinguiam, cabendo às mulheres o cuidado das crianças e da alimentação. Deviam também acompanhar a rainha.

Quando uma nova consorte chegava ao seu reino de acolhimento, viria acompanhada por um grupo de mulheres, suas familiares ou da sua clientela, que constituíam uma parte importante do seu séquito. Algumas destas mulheres seriam jovens, outras teriam mais maturidade, com autoridade sobre as damas mais jovens. Poderia, até, vir uma aia que tivesse acompanhado o crescimento da rainha. A presença destas senhoras junto da soberana deveria dar-lhe algum conforto, pois vinham com ela do seu reino de origem e já a deveriam conhecer. Além disso, falavam a mesma língua, conheciam os mesmos costumes e estavam, tal como ela, numa terra nova e desconhecida. Ana Rodrigues Oliveira, na sua obra *Rainhas Medievais de Portugal*, diz que “para tentar minorar as perturbações afectivas que esse corte vivencial acarretaria, prevalecia o princípio de as procurarem confiar aos cuidados de mulheres de uma mais ou menos próxima parentela, ao mesmo tempo que as faziam acompanhar, na sua transferência familiar, por alguns daqueles que lhes haviam seguido os primeiros tempos, como era o caso das amas, aias ou serviçais (...)”⁶. Muitas destas mulheres teriam sido, quem sabe, confidentes dos medos e preocupações das rainhas.

Ao chegar ao seu reino de casamento, encontravam outras mulheres que procuravam um lugar no seu séquito, a fim de acrescentar prestígio e rendimento às suas famílias⁷. Além disso, desempenhavam funções de integração, ao ajudar a rainha a conhecer melhor o seu novo reino. À rainha, cabia sustentar e ocupar o seu séquito, assim como arranjar casamentos apropriados para as damas solteiras e as terras que as rainhas recebiam no momento dos seus casamentos serviriam para constituir a sua “Casa”, sustentando, como já foi dito, os seus servidores.

Dentro deste gineceu que rodeava a soberana existia uma hierarquia entre as mulheres casadas (as donas) e as solteiras (as donzelas), sendo o casamento um dos factores de distinção entre elas. Além do estado civil, as famílias a que pertenciam ditavam também esta hierarquia.

A presença das donzelas na corte tinha como objectivo encontrar um casamento apropriado. Estavam mais dependentes da rainha e tinham uma esfera de acção mais reduzida. Caso não casassem, pretendiam garantir uma vida tranquila na corte⁸.

⁶ OLIVEIRA, Ana Rodrigues – *Rainhas Medievais de Portugal...* p. 163.

⁷ SILVA, Manuela Santos – *A rainha inglesa de Portugal. Filipa de Lencastre*. Lisboa: Círculo de Leitores. p. 181.

⁸ BALEIRAS, Isabel de Pina – *Uma rainha inesperada. Leonor Teles...* p. 122.

Além disto, as donzelas podiam ser educadas junto da rainha, ou seja, ser da sua “criação”⁹. De facto, a situação das donzelas podia ser aproximada à situação das criadas da rainha. O que se entendia por “criada” (ou “criado”, no caso dos rapazes) era diferente dos significados actuais do termo¹⁰. Segundo Rita da Costa Gomes, “com a «criação» aproximamo-nos de uma relação duradoura que assume uma verdadeira forma de pseudo-parentesco”¹¹. As criadas estavam junto da soberana, a quem cabia educar, propiciar meios de subsistência e arranjar um casamento apropriado.

As donas eram senhoras casadas ou viúvas e gozavam de maior autonomia, podendo desempenhar o cargo de aias ou camareiras, função de maior proximidade à soberana. Estas senhoras, de elevado nível social, estavam diretamente dependentes da rainha¹².

Além das donas e das donzelas, existiam também as “ricas-donas”, filhas, mulheres ou viúvas de ricos-homens e detentoras de casa própria, podendo, no caso das filhas, ser donzelas. Devido à sua riqueza material e património próprio, tinham uma maior autonomia face à rainha, pois através das suas heranças, podiam sustentar a sua independência¹³. Era um critério de distinção hierárquica, e aparecem muitas vezes mencionadas em documentos, como por exemplo, em testamentos das rainhas. Rita Costa Gomes menciona uma tabela de legados testamentários deixados pela rainha D. Beatriz de Castela, em 1358, às mulheres que a serviram. Embora esta rainha não faça parte da cronologia por nós abordada nesta investigação, é pertinente observar os valores: por casamento, as Ricas-donas receberiam mil libras, seguindo-se as Donas e por fim as Donzelas, que receberiam quinhentas libras, independentemente da sua linhagem. Isto é um bom exemplo da hierarquização existente na corte. No século XV, a designação de Rica-dona tornou-se mais rara, mas a distinção entre Donas e Donzelas manteve-se¹⁴.

Na corte circulavam também religiosas, como as donas do Mosteiro de Santos (mosteiro feminino pertencente à Ordem Militar de Santiago), em Lisboa. As mulheres que ingressavam nesta comunidade eram oriundas da nobreza, não estavam sujeitas ao voto de celibato nem de clausura, tinham património próprio, que podiam gerir, e podiam manter as filhas junto de si¹⁵.

Seguiam-se as funcionárias do gineceu, como as camareiras. A camareira-mor era uma mulher da confiança da soberana e estava ligada à sua intimidade, tendo a seu cargo o deitar, levantar, vestir e lavar da sua senhora. Tinha também a função de vigiar as restantes servidoras¹⁶.

⁹ *Idem*, p. 123.

¹⁰ GOMES, Rita Costa - *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média...* p. 180.

¹¹ *Idem*, p. 185.

¹² *Idem*, p. 54.

¹³ *Idem*, p. 99.

¹⁴ *Idem*, p. 55.

¹⁵ *Idem*, p. 56.

¹⁶ RODRIGUES, Ana Maria S. A. – *As tristes rainhas. Leonor de Aragão, Isabel de Coimbra*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012. p. 160.

As covilheiras tinham como função velar pelo corpo e pela intimidade da rainha, podendo assistir aos partos e aos cuidados da primeira infância dos filhos dos reis. Ocupavam-se das vestes da rainha e dos seus filhos. Confundiam-se com as amas, que cuidavam das crianças e por vezes substituíam a mãe na alimentação das mesmas. As amas eram muitas vezes recompensadas pelos reis de quem tinham cuidado, quando estes eram crianças¹⁷. Covilheiras e amas desempenhavam um importante papel no bem-estar das crianças, não só filhos dos monarcas, como dos filhos de nobres que estavam a ser criados na corte¹⁸. Conclui-se assim que o gineceu era indissociável das crianças pequenas que viviam na corte.

As mancebas ocupavam lugares mais baixos na hierarquia e, ao contrário das servas e mouras (as escravas domésticas), eram livres. Poderiam corresponder ao conceito atual de “criada”, podendo estar responsáveis pela limpeza e arrumação dos aposentos da soberana.

Verifica-se assim a importância do papel da rainha para as fidalgas do reino, bem como dos séquitos femininos que garantiam o funcionamento da corte e auxiliavam no quotidiano da rainha. No entanto, caso não existisse uma rainha, o gineceu podia ser gerido pela mãe, uma filha ou uma irmã do monarca, como foi o caso de D. Beatriz (filha de D. Pedro I e irmã de D. Fernando) e da infanta D. Isabel (filha de D. João I e irmã de D. Duarte), casos de que falaremos.

Mas seriam só as rainhas a ter um séquito? Segundo Fernão Lopes, D. Maria Teles, irmã de D. Leonor Teles:

era de gran casa de donas e donzelas e camareiras e outra gente miúda (...). Havia coração e abastança para o fazer, porque o mestrado de Christo lhe fôra dado para D. Lopo Dias, seu filho, e as rendas eram postas em seu poder, afora muitos herdamentos moveis e de raiz e muito bem-fazer da rainha sua irmã.¹⁹

Além disso, terá sido uma camareira, Margarida Lourenço, a intermediária dos amores entre D. Maria e D. João, filho de D. Pedro I e D. Inês de Castro²⁰. Assim, verifica-se que não eram só as rainhas que possuíam um séquito, pois de acordo com Fernão Lopes, Maria Teles tinha um, que sustentava com as suas possibilidades financeiras.

2.1. Aposentos

Como vimos, os séquitos das rainhas eram compostos por um grande número de pessoas que precisavam de ser instaladas nos paços reais.

Ao contar o episódio do assassinato de D. Maria Teles, Fernão Lopes, na sua Crónica de D. Fernando, descreve a casa onde ela se encontrava, começando por contar que D. João e o grupo

¹⁷ GOMES, Rita Costa - *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média...* p. 57.

¹⁸ *Idem*, pp. 56-57.

¹⁹ LOPES, Fernão - *Crónica de D. Fernando*. Lisboa: Escripório, 1895-1896. (Biblioteca de clássicos portugueses). Cap. C, p. 140.

²⁰ *Idem*.

que com ele seguia, ao entrar, “(...) subiram acima, a uma sala onde jaziam algumas mulheres dormindo”²¹. O cronista refere ainda a existência de duas câmaras, estando D. Maria a dormir numa delas, e na outra, “(...) detraz d’aquela jazia uma ama e camareiras, com um seu filho.”²²

Com esta leitura, supõe-se que existiria uma sala onde dormiam algumas pessoas, mulheres, possivelmente donzelas e criadas. As divisões privadas, ou câmaras, seriam ocupadas por pessoas de alta posição social, como a rainha, e ainda crianças e as suas amas.

Segundo Manuela Santos Silva, nestes espaços, além de dormir, podia-se comer, jogar e conviver, existindo mesas que eram montadas e desmontadas para as refeições. Para se sentarem, eram utilizadas camas, arcas, bancos e o chão, em tapetes e almofadas. Na câmara ou na antecâmara da rainha existia também o estrado, onde as senhoras se entretinham nas suas atividades femininas: jogos, leituras, conversas, bordados e costumes.²³

Também Gomes Eanes de Zurara, na sua *Crónica da Tomada de Ceuta*, conta que D. João I informou D. Filipa de Lencastre da sua participação na tomada desta praça, “(...) estando huu dia follgamdo na camara da dita senhora, seemdo hi açercua de seu estrado Briatiz Gomçallvez de Moura e sua filha Meçia Vaasquez (...)”²⁴. Este excerto é importante, pois menciona o estrado existente na câmara da rainha e também duas das senhoras que compunham o seu gineceu.

De acordo com Manuela Santos Silva, quando a corte estanciava em cidades, vilas ou arraiais militares, a soberana e o seu séquito podiam acompanhar o rei e os seus cortesãos, ficando hospedadas em aposentos diferentes uns dos outros, desde solares junto às muralhas, zonas nas alcáçovas dos castelos, paços propositadamente construídos para albergar a comitiva, casas ou paços de vassallos ou familiares, mosteiros ou em tendas de campanha²⁵.

Fernão Lopes descreve ainda a festa organizada por D. Isabel de Castro, filha de D. Álvaro Peres de Castro e donzela da Casa de D. Leonor Teles, “(...) em umas casas cerca dos paços onde ella pousava, como moradora que era da rainha”²⁶. Depois, “(...) partiam para o paço (...) com D. Isabel muitas donas e donzellas, e assim chegaram ao paço onde el rei e a rainha estavam, de quem foram mui bem recebidos (...)”²⁷. Com este excerto, conclui-se que D. Isabel se encontrava alojada nos paços junto da rainha, mas em eventos privados, como foi o caso desta

²¹ *Idem*, p. 154.

²² *Idem*.

²³ SILVA, Manuela Santos—*A rainha inglesa de Portugal. Filipa de Lencastre*. Lisboa: Círculo de Leitores.

²⁴ ZURARA, Gomes Eanes – *Crónica da Tomada de Ceuta*. Publicada por ordem da Academia das Ciências de Lisboa segundo os manuscritos nº 368 e 355 do Arquivo Nacional por Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências, 1915. p. 119.

²⁵ SILVA, Manuela Santos—*A rainha inglesa de Portugal. Filipa de Lencastre*. Lisboa: Círculo de Leitores.

²⁶ LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando...* Vol. II, p. 149.

²⁷ *Idem*, p. 150.

feita, arranhou umas casas próximas dos aposentos reais, as quais poderá ter alugado (ou aforado) ou utilizado.

Até ao século XVI, os reis costumavam viajar, circulando pelo reino, permanecendo, anualmente, em mais do que um paço. Seriam acompanhados pelas suas comitivas, mas isto leva-nos a uma nova questão: será que a rainha levava consigo todos os elementos do seu séquito nestas deslocações? Manuela Santos Silva diz que não e é da opinião que a soberana estaria acompanhada por um número elevado de senhoras e de oficiais e servidores, que podiam variar de acordo com a localidade em que se encontrava.²⁸

1. D. Leonor Teles

Filha de Martim Afonso Telo e de Aldonça de Vasconcelos e irmã de João Afonso Telo, Gonçalo Teles e Maria Teles. Tinha ainda uma irmã ilegítima, Joana Teles²⁹.

Leonor Teles terá conhecido ou reencontrado D. Fernando, rei desde 1367, durante uma visita que fez à sua irmã, D. Maria Teles, que integrava o séquito de D. Beatriz, filha de D. Pedro I e de D. Inês de Castro e meia-irmã de D. Fernando. No entanto, quando se conheceram, D. Leonor era casada com João Lourenço da Cunha, senhor de Pombeiro, com quem tinha um filho, Álvaro da Cunha. Ao casar com o rei de Portugal, terá negado ser mãe de Álvaro, chamando-lhe Álvaro de Sousa e dando-o como filho de Lopo Dias de Sousa e de uma mulher da sua casa, de nome Elvira³⁰. Esta mulher estaria junto de Leonor Teles ainda antes de esta se ter tornado rainha. Não se sabe, contudo, se a terá continuado a servir depois do seu casamento com o rei.

3.1. Antes da rainha: o séquito de D. Beatriz

O papel feminino mais importante da corte era desempenhado por D. Beatriz desde o reinado de seu pai, uma vez que D. Pedro I nunca casou nos dez anos em que reinou, pelo que não existia uma rainha consorte. Além disso, a mãe do rei, a rainha D. Beatriz de Castela, falecera em 1359, e a infanta D. Maria, a filha que nascera do seu casamento com D. Constança Manuel, estava casada em Castela. Também as irmãs do monarca, D. Maria, rainha de Castela e D. Leonor, rainha de Aragão tinham já falecido.

Com a morte de D. Pedro, sucedeu-lhe o seu filho, D. Fernando, que à época da sua subida ao trono não era casado. Assim, a sua irmã continuou a exercer o papel de mulher mais importante da corte, junto de quem muitas senhoras procuraram proteção. Segundo Fernão Lopes

²⁸ SILVA, Manuela Santos – *A rainha inglesa de Portugal. Filipa de Lencastre*. Lisboa: Círculo de Leitores.

²⁹ BALEIRAS, Isabel de Pina – *Uma rainha inesperada. Leonor Teles...* p. 27.

³⁰ LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*. Segundo o códice nº 352 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Introdução de Humberto Baquero Moreno e prefácio de António Sérgio. Porto: Livraria Civilização, 1983. Vol. 2, p. 396.

“(…) reinando el-rei D. Fernando, (...) trazia sua irmã D. Beatriz, filha que fora de D. Ignez e d’el-rei D. Pedro seu pae, gran casa de donas e donzellas, filhas d’algo e de linhagem, porque ahi não havia rainha nem outra infante, por então, a cuja mercê se houvessem de acostar (...)”³¹.

D. Beatriz terá desempenhado esta função durante cerca de treze anos: entre 1359, ano em que a sua homónima avó faleceu e 1371 (ano em que o rei D. Fernando terá casado secretamente com Leonor Teles) ou 1372 (data do casamento público do mesmo casal régio), passando o reino e a corte a ter uma rainha.

3.2. Casa da rainha Leonor Teles

A 5 de Janeiro de 1372, D. Fernando outorgou uma carta de arras a D. Leonor, na qual lhe eram concedidas terras para o seu sustento e que lhe permitiriam constituir a sua própria Casa.

Enquanto rainha e esposa do rei, D. Leonor Teles substituía D. Beatriz como a mulher mais importante da Corte. Mas como se terá processado a transmissão do séquito da irmã do rei para a nova soberana? Será que as mulheres que serviam D. Beatriz passaram a servir D. Leonor, ou continuaram o seu serviço junto dela? São questões às quais não conseguimos, até à data, responder com certeza. Sabe-se, contudo, que D. Leonor terá, nas palavras de Fernão Lopes, feito “muitos e bons casamentos”³². A rainha fez ainda várias mercês, não só aos noivos que casou, como a outros fidalgos, o que terá sido uma tentativa por parte de Leonor de granjear aliados e apoiantes, visto que a sua união com o monarca não foi bem aceite pela sociedade.

Pode-se concluir que as mulheres que D. Leonor Teles casou faziam parte do seu séquito, enquanto donzelas que procuravam um bom casamento junto da soberana. Algumas das noivas eram suas familiares, como foi o caso de sua irmã, Joana Teles e de Inês Dias Botelho, sua parente. Mécia Vasques Coutinho e Teresa de Meira, sendo que esta última foi aia da filha de Leonor Teles, a infanta D. Beatriz, também tiveram os seus casamentos arranjados pela rainha, assim como Beatriz Nunes, Sancha Andeiro (filha de João Fernandes de Andeiro), uma filha do arcebispo de Braga, Leonor Gonçalves de Azevedo e Leonor Rodrigues, uma dona viúva que casou pela segunda vez por desígnio da rainha. Estes casamentos não seriam voluntários, podendo tratar-se de uma estratégia da rainha em unir famílias e linhagens de uma forma que lhe parecesse apropriada ou conveniente.

Exemplo disto foi o casamento de Sancha Andeiro com Álvaro Gonçalves organizado pela rainha. O pai da noiva, João Fernandes Andeiro, “privado” dos reis de Portugal e emissário secreto entre D. Fernando e(?) Inglaterra, foi feito Conde de Ourém, estando também ligado à

³¹ LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando...* Vol. I, p. 182.

³² *Idem*.

Casa da infanta D. Beatriz, filha dos reis de Portugal. Era casado com uma dona de nome Maior, que terá ido várias vezes à corte portuguesa, onde a rainha Leonor Teles lhe fazia “(...) grande gasalhado, dando-lhe joyas d’ouro e de prata e grandes dadivas de dinheiros”³³. Não se pode afirmar que a esposa de João Fernandes Andeiro fizesse parte do séquito da rainha, mas as suas filhas (Sancha, Teresa, Isabel e Inês) poderiam ter pertencido ao grupo de donzelas que estavam junto de D. Leonor à espera de um bom matrimónio. Sabe-se que Sancha foi casada pela rainha com um filho de Gonçalo Vasques de Azevedo, privado do rei.

De acordo com Fernão Lopes, Gonçalo Vasques de Azevedo e sua esposa, Inês Afonso, que faria parte do séquito de D. Leonor Teles, desconfiavam que esta mantinha uma relação amorosa com o Conde Andeiro. Confrontada com estas suspeitas, a rainha ameaçou o casal e Gonçalo Vasques de Azevedo, que recebera mercês e era familiar de D. Leonor (por ser primo co-irmão de sua mãe, Aldonça de Vasconcelos) acabou por ser preso³⁴. Ao casar o filho deste casal, Álvaro Gonçalves, com a filha do Conde Andeiro, Sancha, D. Leonor unia as duas famílias, naquilo que poderá ter sido uma tentativa de abafar as desconfianças e rumores sobre a sua relação com Andeiro.

César Oliveira Serrano fala também de uma criada de Leonor Teles, Senhorinha Fernandes do Amaral, a quem D. Fernando fez uma doação, em 1383, do mantimento, vestuário e casas que pertenceram a Urraca Anes, covilheira da infanta D. Beatriz³⁵.

3.3. A infanta D. Beatriz de Portugal

Em 1373 nasceu D. Beatriz, filha de D. Fernando e D. Leonor. Com o nascimento da infanta, algumas das mulheres que serviam a rainha passaram para a Casa da sua filha, permanecendo, no entanto, sob supervisão de Leonor Teles, que seria a principal responsável por recrutar e gerir as damas que serviam e acompanhavam D. Beatriz.

Algumas destas senhoras foram: Teresa de Meira, uma das donzelas a quem a rainha arranjou casamento, unindo-a a Fernão Gonçalves de Sousa; Iria Gonçalves do Carvalhal, mãe de Nuno Álvares Pereira, que desempenhou a função do covilheira; Violante Afonso, como sua aia e que estivera casada com Diogo Gomes de Abreu; e Maria Afonso de Brito, camareira-mor e esposa de Vasco Martins de Melo.

Como donzelas da sua casa, destacam-se as irmãs Isabel e Beatriz de Castro, filhas de Álvaro Peres de Castro³⁶, parentes da rainha e da infanta. Beatriz de Castro terá sido criada pela

³³ *Idem*, p. 60.

³⁴ LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando...* Vol. II, pp. 74-76.

³⁵ SERRANO, César Oliveira – *Beatriz de Portugal. La pugna dinástica Avís-Trastámara*. Galiza: Instituto de Estudios Gallegos, 2005. p. 220

³⁶ *Idem*, p. 149.

rainha, passando depois para o serviço da sua filha, tendo-a acompanhado a Castela quando esta casou com o rei Juan I.

Além destas mulheres, Isabel de Pina Baleiras menciona Constança Eanes Botelho como ama da infanta e Urraca Eanes como covilheira³⁷.

Em *Casamentos da Família Real Portuguesa*, Ana Maria S. A. Rodrigues indica também Urraca Tenório, irmã do bispo Pedro Tenório de Coimbra, esposa de Aires Gomes da Silva e mãe de Afonso Tenório, como aia da infanta D. Beatriz³⁸. Urraca Tenório é também mencionada na obra de *Beatriz de Portugal. La pugna dinástica Avis-Trastámara*, de César Oliveira Serrano.

Ao casar com o rei Juan I de Castela, a infanta foi acompanhada ao seu novo reino por um grupo de oficiais escolhidos por seu pai, assim como por várias mulheres que compunham o séquito de sua mãe. Pode concluir-se que os soberanos seleccionaram pessoas da sua confiança para acompanhar a filha. Além disso, muitas das mulheres que saíram do gineceu da rainha de Portugal para servir a infanta no seu novo papel como Rainha de Castela, já a poderiam conhecer desde o seu nascimento. Como o seu séquito era composto por mulheres que serviram a sua mãe, o gineceu de D. Beatriz poderia simbolizar uma ligação à casa materna.

Verifica-se que a casa de D. Beatriz funcionou como uma continuação da Casa de Leonor Teles. Com efeito, algumas das senhoras que a acompanharam a Castela fizeram parte do séquito feminino de Leonor Teles, como foi o caso de Teresa de Meira, que foi donzela na sua corte e Beatriz de Castro, que terá sido criada pela rainha e passado depois para o serviço da sua filha

Segundo César Oliveira Serrano, D. Beatriz recebeu um património para sustentar a sua própria casa, que, no entanto, continuou sob a supervisão de Leonor Teles. Baseando-se no capítulo XXIX da *Monarchia Lusitana, parte VIII*, de Manuel dos Santos, o autor informa que Constança Martins Botelho fazia parte da Casa da infanta. A estas juntam-se a covilheira Urraca Anes (falecida em 1383) e a sua aia Violante Afonso, viúva de Diogo Gomes Abreu³⁹. O autor fala também da covilheira Iria Gonçalves do Carvalhal, mãe de Nuno Álvares Pereira, que terá sido escolhida devido às suas qualidades⁴⁰. A esposa de Vasco Martins de Melo (copeiro-mor da infanta), cujo nome não conseguimos encontrar, terá sido camareira-mor de D. Beatriz⁴¹.

³⁷BALEIRAS, Isabel de Pina – *Uma rainha inesperada. Leonor Teles...* p. 127.

³⁸RODRIGUES, Ana Maria S. A. (dir.) – *Casamentos da Família Real Portuguesa. Diplomacia e cerimonial*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2017. p. 91.

³⁹SERRANO, César Oliveira – *Beatriz de Portugal. La pugna dinástica Avis-Trastámara...* p. 220.

⁴⁰*Idem*, p. 221.

⁴¹*Idem*.

Estas senhoras terão sido, na opinião de César Oliveira Serrano, as pessoas mais próximas da infanta, entre os quatro e os onze anos⁴². A esposa de Vasco Martins de Melo (copeiro-mor da infanta), cujo nome não conseguimos encontrar, terá sido camareira-mor de D. Beatriz.

3.4. Regência

Após a morte do marido, D. Leonor assumiu a regência do reino. Uma conspiração levou ao assassinato de João Fernandes Andeiro. Depois disto, temendo a população, Leonor Teles saiu de Lisboa e foi para Alenquer, e daqui para Santarém, onde Gonçalo Vasques de Azevedo, pai de Leonor Gonçalves de Azevedo (donzela da casa da Rainha), era alcaide, e onde entrou no início de 1384. Do séquito que acompanhou Leonor Teles a estes locais, constavam João Afonso Pimentel e Martim Gonçalves de Ataíde, pelo que podemos sugerir que a irmã da rainha e esposa do primeiro, Joana Teles, também estaria presente, bem como a esposa do segundo, Mécia Vasques Coutinho.

Sobre a partida de D. Leonor para Alenquer, Fernão Lopes relata que “(...) partio a Rainha grande manhã (...) com Donas e Domzellas quamtas avia em sua casa (...)”⁴³. Perante o clima de instabilidade, o rei de Castela, Juan I, entrou em Portugal, tendo-se dirigido a Santarém, onde estava a sogra, acompanhado por D. Beatriz “(...) a quall viinha em cima huua mulla de sella cuberta de doo, e dona Beatriz de Castro, e outras donas e domzellas com ella (...)”⁴⁴.

Com a leitura da crónica, podemos comprovar a importância das donas e donzelas que acompanhavam e serviam as rainhas, uma vez que o cronista as menciona na partida de Leonor para Alenquer e na entrada de Beatriz em Santarém. Nesta última, é destacada a presença de D. Beatriz de Castro, filha de Álvaro Peres de Castro no séquito da rainha de Castela.

O rei de Castela passou a intitular-se rei de Portugal e Leonor Teles terá sido acusada de querer matar o genro. Descoberta esta conspiração, Juan I de Castela mandou prender a camareira da sogra, Maria Peres, que revelou os alegados planos da rainha viúva⁴⁵. A camareira foi ainda presa e torturada para dizer onde é que Leonor Teles escondera as suas jóias, o que Maria Peres confessou⁴⁶.

Confrontada com esta acusação, Leonor Teles foi desterrada para o Convento de Santa Clara, em Tordesilhas e não terá voltado mais a Portugal. Com ela terão seguido alguns dos seus apoiantes bem como um séquito de senhoras para a servir, não se sabendo, porém, os

⁴² *Idem*.

⁴³ LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I...* Vol. I, p. 37.

⁴⁴ *Idem*, p. 124.

⁴⁵ *Idem*, p. 159-160.

⁴⁶ *Idem*, p. 162.

nomes de quem a acompanhou. Nada mais é dito nas crónicas a respeito de Leonor Teles, que faleceu em data incerta.

Em *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*, Rita Costa Gomes diz que nem todas as mulheres que eram próximas de Leonor a acompanharam no exílio, e apresenta duas camareiras cujos nomes não foram encontrados nas fontes consultadas: Mor Afonso e Constança Anes⁴⁷. A autora fala ainda de Senhorinha Fernandes do Amaral, que terá sido “criada” ou camareira de Leonor Teles, mas nada mais se sabe sobre ela.

3.5. Damas de D. Leonor Teles

Começamos com Maria Teles, filha de Martim Afonso Telo e de Aldonça de Vasconcelos e irmã de D. Leonor Teles. Casou com Álvaro Dias de Sousa, senhor de Mafra e Ericeira, com quem teve Lopo Dias de Sousa, Mestre da Ordem de Cristo. D. Maria fazia parte do séquito de D. Beatriz, irmã de D. Fernando, como já foi referido, e pode supor-se que teria continuado na corte junto de sua irmã, quando esta se tornou rainha. Já viúva terá casado com D. João, filho de D. Pedro I e D. Inês de Castro. Fernão Lopes descreve o episódio do assassinato de Maria Teles às mãos de D. João. Devido às suas possibilidades financeiras, D. Maria mantinha o seu próprio séquito, o que mostra que não eram só as rainhas a tê-lo.

Segue-se Joana Teles, filha ilegítima de Martim Afonso Telo e de D. Senhorinha Martins⁴⁸ e irmã de Leonor Teles. Foi comendadeira de Santos e casou com João Afonso Pimentel, com quem teve pelo menos uma filha, D. Beatriz (casada em 1395 com Martim Afonso de Melo⁴⁹). Além de ter organizado este casamento, a rainha doou-lhes Bragança. Sendo Comendadeira de Santos, não estava sujeita ao voto de celibato. Não se conhece a sua data e local de nascimento e de morte, mas segundo Isabel de Pina Baleiras, em 1385, D. Joana era ainda viva, vivendo em Castela como primeira Condessa de Benavente⁵⁰. É mencionada na *Crónica de D. Fernando*, quando o cronista fala nos casamentos arranjados pela rainha. O seu marido surge na *Crónica de D. João I*, fazendo parte do grupo de fidalgos que acompanhava João Fernandes Andeiro⁵¹ e como membro da Casa da Rainha, que acompanhou quando esta saiu de Lisboa e se retirou para Alenquer e depois para Santarém, cidade onde João Afonso Pimentel esteve junto do rei de Castela.

⁴⁷ GOMES, Rita Costa – *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média...* p. 50.

⁴⁸ BALEIRAS, Isabel de Pina – *Uma rainha inesperada. Leonor Teles...* p. 32.

⁴⁹ FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1921. Vol. I, p. 422.

⁵⁰ *Idem*, p. 33.

⁵¹ LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I...* Vol. I, p. 18

Inês Dias Botelho, que segundo Fernão Lopes, era parente de Leonor Teles, e foi donzela da sua Casa. A rainha casou-a com Pedro Rodrigues da Fonseca, tendo doado Olivença aos noivos. Desconhecem-se datas e locais de nascimento e morte. É mencionada como uma das donzelas a quem a rainha arranhou casamento e o marido surge na *Crónica de D. João I*, sendo membro do grupo de fidalgos que acompanhavam João Fernandes Andeiro⁵², e é também referido aquando da tomada do castelo de Évora, quando alguns dos que o defendiam se refugiaram junto de Pero Rodrigues da Fonseca, alcaide de Olivença.

Segue-se Mécia Vasques Coutinho, filha de Vasco Fernandes Coutinho e de Beatriz Gonçalves de Moura e irmã de Gonçalo Vasques Coutinho, Fernão Martins Coutinho, Teresa Vasques Coutinho e Leonor Vasques Coutinho. O seu casamento com Martim Gonçalves de Ataíde foi arranjado pela rainha, que lhes doou o castelo de Chaves. O casal teve os seguintes filhos: Álvaro Gonçalves, Vasco Gonçalves, Isabel, Helena, Filipa e Catarina de Ataíde (que foram damas da rainha D. Filipa de Lencastre)⁵³. Na *Crónica de D. João I*, Fernão Lopes conta que durante o cerco a Chaves, D. João, Mestre de Avis, mandava todos os dias um cântaro de água a Mécia⁵⁴. Na obra *Brasões da Sala de Sintra*, Anselmo Braamcamp Freire também conta este episódio, relatando que “(...) Mecia Vasques, mulher do Alcaide mor, (...) em atenção a ser irmã de Gonçalo Vasques Coutinho, um dos seus capitães, consentia el Rei se lhe mandasse todos os dias um cântaro de boa água (...)”⁵⁵. Martim Gonçalves de Ataíde, que em 1384 beijara a mão do rei Juan I de Castela⁵⁶, entregou Chaves ao Mestre de Avis em 1386⁵⁷ e enviou a esposa e os filhos para Monterrey⁵⁸. Mécia Vasques Coutinho surgirá mais tarde como integrante do séquito de D. Filipa de Lencastre, tendo sido, depois de viúva, aia dos filhos desta rainha e de D. João I⁵⁹.

Também Teresa de Meira, filha de Gonçalo Pais de Meira e irmã de Fernão Gonçalves de Meira, foi casada com Fernão Gonçalves de Sousa pela rainha, que lhes doou Portel⁶⁰. Na *Crónica de D. João I* é acusada de ter aconselhado o marido a ficar do lado de Castela durante a Crise de 1383-1385⁶¹, visto ter sido aia de D. Beatriz, rainha de Castela. Com a vitória portuguesa acabou por ser expulsa de Portel com o marido, tendo ido para Castela, onde recebera as terras de Safra e Vila Ruiva⁶². Fernão Lopes faz uma descrição insólita da saída do casal de Portel: descrito

⁵² *Idem*.

⁵³ FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra...* Vol. I, p. 66.

⁵⁴ *Idem*, p. 164-165.

⁵⁵ *Idem*, Vol. I, p. 78.

⁵⁶ *Idem*, p. 76.

⁵⁷ *Idem*, p. 79.

⁵⁸ LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I...* Vol. I, pp. 169-170.

⁵⁹ FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra...* Vol. I, p. 106.

⁶⁰ LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando I...* Vol II, p. 19.

⁶¹ LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I...* Vol. I, pp. 333-334.

⁶² *Idem*, Vol. II, pp. 336-338.

pelo cronista como “o mais saboroso homem que em Portugall avia, e mui sollto em suas palavras (...)”, ao ser expulso do seu castelo, Fernão Gonçalves de Sousa ordenou que houvesse música, ao som da qual disse que iria dançar com sua esposa, que culpou pela perda das suas terras⁶³.

Beatriz Nunes (de Góis), filha de Nuno Martins de Góis e de Branca do Avelar, foi casada pela rainha com Gonçalo Viegas de Ataíde. A mãe de Beatriz pertenceria à família Avelar, linhagem importante na Casa da rainha D. Beatriz de Castela (mãe de D. Pedro I)⁶⁴.

Sancha Andeiro, filha de João Fernandes Andeiro, teve o seu casamento arranjado pela rainha, que a uniu a Álvaro Gonçalves, filho de Gonçalo Vasques de Azevedo e de Inês Afonso. Após a Batalha de Aljubarrota, na qual morreram o marido e o sogro de Sancha, esta e a sogra foram chamadas à presença de D. João I de Portugal, a quem manifestaram a sua vontade de ir para Castela. Autorizadas a fazê-lo, D. Sancha e Inês Afonso partiram na frota castelhana que se encontrava em Lisboa⁶⁵.

Leonor Gonçalves de Azevedo, filha de Gonçalo Vasques de Azevedo e irmã de Álvaro Gonçalves (e conseqüentemente cunhada de Sancha Andeiro), foi casada pela rainha com Gonçalo Vasques Coutinho, filho de Vasco Fernandes Coutinho. Na Crónica de D. Fernando, quando Fernão Lopes fala nos casamentos organizados por Leonor Teles, Leonor é apenas referida como “(...) uma filha de Gonçalo Vasques de Azevedo (...)”⁶⁶, sendo possível conhecer o seu nome através da leitura da primeira parte da Crónica de D. João I, onde ela aparece junto do marido num jantar que este organizou para outros fidalgos com quem andava desavindo. Leonor aparece feliz com a reconciliação⁶⁷.

Leonor Rodrigues, de filiação desconhecida, casou duas vezes: a primeira com João Fernandes Cogominho e a segunda com Paio Rodrigues Marinho, num casamento arranjado por D. Leonor Teles. Do primeiro casamento nasceu pelo menos uma filha, Beatriz Fernandes Cogominho. Na Crónica de D. Fernando, Leonor é apenas mencionada como “(...) mulher que foi de João Fernandes Cogominho (...)”⁶⁸. Ficamos a conhecer o seu nome através da Chancelaria de D. João I⁶⁹.

Iria Gonçalves do Carvalhal, a mãe de Nuno Álvares Pereira e de Fernão, Rodrigo, Vasco, João e Gonçalo Pereira, irmã de Martim Gonçalves Carvalhal, fez também parte da Casa da rainha. Natural de Elvas, foi, segundo Fernão Lopes “(...) mui nobre dona (...), vivendo em grande castidade e abstinência, fazendo muitas esmollas e grandes jejuns, nom comendo carne

⁶³ *Ibidem*.

⁶⁴ GOMES, Rita Costa – *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média...* pp. 48-50.

⁶⁵ LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I...* p. 136.

⁶⁶ LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando...* Vol. II, p. 19.

⁶⁷ LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I...* Vol I, pp. 43-45.

⁶⁸ LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando...* Vol. II, p. 19.

⁶⁹ *Chancelaria de D. João I (1385-1433)*. Ed. de João Alves Dias, Lisboa: Lisboa: Centro de Estudos Históricos da U.N.L., 2004. Tomo II, Vol. 3, p. 245.

nem bevendo vinho per espaço de quarenta annos”⁷⁰. Tentou demover o filho de servir o Mestre de Avis, mas acabou por concordar com a sua decisão, dando-lhe a sua bênção⁷¹.

Maria Peres, que ocupou o cargo de camareira-mor de D. Leonor Teles. Foi aprisionada e torturada por ordem do rei de Castela, Juan I, para que dissesse o que sabia sobre os alegados planos de conspiração da rainha e o local onde esta escondera as suas jóias⁷².

As filhas de Álvaro Pires de Castro e de Maria Ponce de Leão, e sobrinhas de D. Inês de Castro, Beatriz e Isabel, também integraram o séquito de D. Leonor Teles.

Beatriz de Castro casou com o conde de Maiorgas, D. Pedro de Lara. Na *Crónica de D. João I*, Fernão Lopes descreve um diálogo entre ela e o infante D. Afonso Henriques, meio-irmão do rei de Castela, e seu pretendente, no qual ela diz ter sido criada por D. Leonor Teles, que a colocou ao serviço da sua filha, D. Beatriz, tendo-a acompanhado a Castela. Nesta conversa, Beatriz de Castro mostra-se preocupada com o futuro da rainha e sugere ao infante D. Afonso Henriques que este proponha ao seu irmão ajudar Leonor Teles, libertando-a do rei de Castela e podendo os dois casar e ficar como regentes de Portugal. Afonso Henriques, que pretendia casar com D. Beatriz, concordou com ela e falou ao irmão, que aceitou a proposta⁷³. Na tentativa de ajudar a sua rainha, D. Beatriz poderá ter instigado uma alegada conspiração contra Juan I de Castela, que levou à prisão a camareira de Leonor Teles e da própria rainha-viúva num convento em Castela. Beatriz de Castro é também mencionada como tendo integrado o séquito de D. Beatriz, rainha de Castela, quando esta entrou em Santarém⁷⁴. Fernão Lopes também descreveu o seu casamento com o Conde de Maiorgas⁷⁵. Aparece depois mencionada como uma das mulheres designadas por D. João I, rei de Portugal, para constituir a casa de sua esposa, D. Filipa de Lencastre⁷⁶, e a ela nos voltaremos a referir.

Isabel de Castro, casou com D. Pedro. Fernão Lopes descreve o convite feito por Isabel de Castro ao seu primo co-irmão, D. João de Castro, e diz que ela era “moradora” da rainha⁷⁷. Também Anselmo Braamcamp Freire, na sua obra, *Brasões da Sala de Sintra*, descreve este jantar:

[D. João de Castro] jantou com o cunhado, com a sua prima D. Isabel de Castro, dama da rainha e filha do Conde de Arraiolos, sendo em ambos estes convites tratado com grande magnificência e júbilo. D. Isabel, como senhora de extremada beleza, tinha muitos admiradores entre os fidalgos (...), distinguindo-se (...) D. João Afonso⁷⁸, muito seu apaixonado. Todos se apresentaram na festa em que se folgou e dançou (...). Da casa de D.

⁷⁰ LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I...* p. 66.

⁷¹ *Idem*, pp. 76-77.

⁷² LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I...* Vol I, pp. 158-162.

⁷³ *Idem*, pp. 151-152.

⁷⁴ *Idem*, p. 124.

⁷⁵ *Idem*, p. 287.

⁷⁶ *Idem*, Vol. II, p. 224-225.

⁷⁷ LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando...* pp. 149-150.

⁷⁸ Trata-se de D. João Afonso Telo, irmão de D. Leonor Teles.

Isabel de Castro, dirigiram-se as donas e as donzelas, cavaleiros e escudeiros, em luzida comitiva ao paço, onde alegremente foram recebidos (...)”⁷⁹.

Elvira, integrava a Casa de Leonor Teles, que a terá apontado como verdadeira mãe de Álvaro da Cunha (ou de Sousa), sendo o pai Lopo Dias de Sousa, quando na realidade, Álvaro era filho de Leonor e do seu marido João Lourenço da Cunha⁸⁰. Esta mulher serviria Leonor Teles antes de esta se ter tornado rainha e poderá ter continuado no seu séquito.

Inês Afonso, mulher de Gonçalo Vasques de Azevedo, com quem teve Álvaro Gonçalves, perdeu o marido e o filho, que lutavam por Castela, na Batalha de Aljubarrota e partiu com a nora, Sancha Andeira, que já mencionamos, para Castela.

Do séquito de D. Leonor fez também parte uma filha do arcebispo de Braga, casada pela rainha com Fernão Gonçalves de Moura. A historiografia apresenta-a como Branca Lourenço⁸¹.

Na primeira parte da *Crónica de D. João I*, Fernão Lopes fala em Martim Afonso Arnalho, mercador e juiz em Évora, casado com uma donzela (cujo nome não é mencionado) da Casa da rainha D. Leonor Teles⁸².

4. D. Filipa de Lencastre

D. Filipa de Lencastre nasceu em Inglaterra, sendo a primogénita de João de Gante, filho do rei inglês Eduardo III e de Branca de Lencastre, e entre os seus irmãos encontrava-se o futuro rei Henrique IV⁸³. Casou em 1387, na Sé do Porto, com o rei de Portugal D. João I e, segundo Fernão Lopes, logo a seguir ao casamento, o rei “ordenou (...) casa a rainha e certa remda pêra sua despesa (...)” enquanto não recebesse “(...) terras por guovernamça de sua pessoa e estado (...)”⁸⁴, como fora prometido.

4.1. Séquito inglês

Tendo em conta que as futuras consortes chegavam aos seus novos reinos acompanhadas por um grupo de pessoas oriundas da sua terra natal, podemos afirmar que D. Filipa chegou a Portugal com um séquito inglês, composto por clérigos, cortesãos e damas.

Segundo Manuela Santos Silva, William J. Entwistle e Peter E. Russell eram de opinião que a rainha trouxe consigo um grupo de oficiais ingleses, que permaneceram consigo mesmo depois do casamento. No entanto, apenas mencionam uma donzela inglesa que terá vindo para Portugal com D. Filipa, chamada Elizabeth Elmhan, que surge como portadora de uma carta

⁷⁹ FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra...* Vol. I, p. 92.

⁸⁰ LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I...* Vol. I, p. 396.

⁸¹ GOMES, Rita Costa – *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média...* p. 50.

⁸² LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando...* Vol. I, p. 88.

⁸³ SILVA, Manuela Santos – *A rainha inglesa de Portugal. Filipa de Lencastre...* p. 21.

⁸⁴ LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I...* Vol. II, pp. 224-225.

enviada pela rainha ao bispo de Norwich. Elizabeth terá regressado a Inglaterra, sem ter conseguido arranjar um casamento vantajoso em Portugal⁸⁵.

Fernão Lopes não fala em nenhum oficial inglês, mas na *Crónica de D. João I*, menciona uma filha de Fernando Afonso de Albuquerque, Mestre de Santiago, chamada Joana de Albuquerque, cuja mãe era inglesa e que terá sido colocada na corte portuguesa por D. João I⁸⁶. Podemos supor que a menina, de origem inglesa, tivesse sido colocada ao serviço da rainha.

4.2. A Casa da rainha de Portugal

Na segunda parte da *Crónica de D. João I*, Fernão Lopes apresenta o nome de sete das mulheres que D. João I encarregou de servir, acompanhar e ensinar os costumes portugueses à rainha, como foi o caso da aia Beatriz Gonçalves de Moura⁸⁷. Não se sabe se a iniciativa para escolher estas senhoras terá partido mesmo do rei ou da sugestão de terceiros. Uma análise das famílias a que estas senhoras pertenciam permite-nos concluir que os membros de linhagens que se mantiveram junto de D. João I durante a Crise de 1383-1385, foram seleccionadas para integrar o gineceu da nova rainha. O papel desempenhado por Beatriz Gonçalves de Moura foi muito importante para a rainha, principalmente nos primeiros tempos de casada, visto que, enquanto inglesa, D. Filipa não conheceria os hábitos portugueses.

A Casa de D. Filipa volta a ser mencionada nesta crónica quando o cronista fala nas quantias (“moradias”) que as mulheres da sua Casa deviam receber: Beatriz de Castro, a donzela de mais alta estirpe (que já fizera parte do séquito de Leonor Teles e depois da infanta D. Beatriz), recebia 1000 libras mensais; Beatriz Gonçalves de Moura, enquanto aia da rainha, recebia 800 libras; a sua filha Teresa Vasques Coutinho, camareira-mor, tinha direito a 200 libras por mês. As camareiras ao serviço da rainha tinham, mensalmente, 60 libras⁸⁸.

Verifica-se que o gineceu de Filipa de Lencastre era composto por senhoras da mesma família. Exemplo disso é o caso de Beatriz Gonçalves de Moura, suas filhas, Teresa Vasques Coutinho (camareira-mor), Leonor Vasques e Mécia Vasques (donzela casada por D. Leonor Teles)⁸⁹ e suas netas, Filipa e Catarina de Ataíde (damas de D. Filipa de Lencastre e filhas de Mécia Vasques)⁹⁰.

Além destas, estavam ainda presentes no séquito da rainha as irmãs Leonor e Beatriz Pereira, bem como Berengária Nunes Pereira, todas elas familiares de Nuno Álvares Pereira⁹¹.

⁸⁵ SILVA, Manuela Santos – *A rainha inglesa de Portugal. Filipa de Lencastre...* p. 182.

⁸⁶ LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I...* p. 214.

⁸⁷ *Idem*, Vol. 2, pp. 224-225.

⁸⁸ SILVA, Manuela Santos – *A rainha inglesa de Portugal. Filipa de Lencastre...* p. 185.

⁸⁹ *Idem*, p. 183.

⁹⁰ BRAANCAMP, Anselmo Freire – *Brasões da Sala de Sintra...* p. 80.

⁹¹ LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I...* Vol II, p. 225.

Verifica-se também que algumas destas mulheres, depois de terem servido D. Leonor Teles e a sua filha, passaram para o serviço de D. Filipa de Lencastre, como foi o caso de Beatriz de Castro.

Manuela Santos Silva acrescenta ainda a aia Maria Vasques, D. Catarina, D. Briolanja e D. Beatriz de Melo, mas nada mais se sabe sobre estas mulheres⁹². A estas se juntam as senhoras indicadas por Rita Costa Gomes: Isabel Fernandes de Moura, Catarina Vasques de Ataíde, Maria da Cunha, Maria Resende, Catarina Teixeira, Inês do Casal, Leonor Leitão, Margarida Martins Miranda (filha do arcebispo de Braga, Martim Afonso da Charneca), Catarina Fernandes de Barros, Beatriz Afonso Goriza e a esposa de Gonçalo Anes Penteado⁹³.

A leitura da chancelaria permitiu conhecer duas senhoras que estiveram ao serviço da rainha D. Filipa: Inês Rodrigues, ama do infante D. Duarte e Isabela Sanches, ama do infante D. Afonso⁹⁴. Ficamos também a conhecer Margarida Esteves, regueifeira da rainha⁹⁵. A chancelaria fala ainda de D. Leonor Gonçalves de Moura, filha de Álvaro Gonçalves de Moura e esposa de Gil Vasques da Cunha⁹⁶, que é também mencionada por Rita Costa Gomes⁹⁷.

Mas como seria esta mudança de casa? Não tendo encontrado nada na bibliografia e nas fontes consultadas, podemos supor que as mulheres eram seleccionadas para constituir a Casa de uma nova rainha pelo apoio prestado pelas suas famílias ou pelo papel desempenhado junto da Coroa.

4.3. A Infanta D. Isabel

D. Filipa de Lencastre faleceu em 1415, e com a sua morte, a sua filha, a infanta D. Isabel, tornou-se no elemento feminino mais importante da corte de seu pai, ocupando um lugar central, que pertencera a sua mãe, no gineceu, verificando-se uma continuidade da Casa da Rainha. Com efeito, Beatriz Gonçalves de Moura, aia de D. Filipa, passou para o serviço da infanta. Esta situação durou treze anos, desde o falecimento da rainha, em 1415, até ao casamento do infante D. Duarte, o herdeiro do trono, com D. Leonor de Aragão, em 1428.

Na sua *Crónica da Tomada de Ceuta*, Gomes Eanes de Zurara conta como a rainha, pouco tempo antes da sua morte, falou com o infante D. Duarte “(...) e lhe emcomendou os Iffantes seus jrmaãos e Briatiz Gomçallvez de Moura e Meçia Vaaz sua filha, e assy todallas outras suas cousas (...)”⁹⁸. O cronista lembra ainda que o Infante D. Pedro pediu à Rainha que deixasse as suas terras à infanta D. Isabel⁹⁹.

⁹² SILVA, Manuela Santos – *A rainha inglesa de Portugal. Filipa de Lencastre...* p. 183.

⁹³ GOMES, Rita Costa – *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média...* p. 52.

⁹⁴ *Chancelaria de D. João I...* Vol. 3, tomo II [654], p. 180.

⁹⁵ *Chancelaria de D. João I...* Vol. 1, tomo III [401], p. 214.

⁹⁶ *Chancelaria de D. João I...* Vol. 3, tomo II [925], p. 79.

⁹⁷ GOMES, Rita Costa – *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média...* p. 52.

⁹⁸ ZURARA, Gomes Eanes – *Crónica da Tomada de Ceuta...* p. 131.

⁹⁹ *Idem*, pp. 132-134.

4.4. Damas do séquito de D. Filipa

As linhas seguintes serão dedicadas a senhoras que serviram D. Filipa de Lencastre e que conseguimos encontrar com a leitura da *Crónica de D. João I* e da Chancelaria do mesmo rei.

Começamos por Beatriz Gonçalves de Moura, filha de Gonçalo Vasques de Moura e de Inês Alvares, viúva de Vasco Fernandes Coutinho e mãe de Teresa Vasques Coutinho, Leonor Vasques Coutinho, Mécia Vasques Coutinho, Gonçalo Vasques Coutinho e Fernão Martins Coutinho. Durante a Crise de 1383-1385, Fernão Lopes conta que Beatriz convenceu o filho, Gonçalo, alcaide de Trancoso e Lamego, a não entregar os seus castelos ao rei de Castela¹⁰⁰. O rei de Portugal coloca-a ao serviço da sua esposa, D. Filipa de Lencastre, como sua aia, devendo-lhe ensinar os costumes portugueses e da corte¹⁰¹. Beatriz Gonçalves de Moura encontrava-se junto da rainha quando o rei lhe disse que ia partir para Ceuta, na ocasião da conquista desta praça¹⁰². Filipa de Lencastre recomendou-a (e às restantes damas que a serviam) a seu filho D. Duarte.

Também as filhas de Beatriz Gonçalves de Moura e de Vasco Fernando Coutinho, Teresa, Mécia e Leonor, estiveram ao serviço de D. Filipa.

Teresa Vasques Coutinho foi colocada ao serviço de D. Filipa de Lencastre como sua camareira-mor por D. João I e casou com D. Martinho, filho de D. Gonçalo Teles (irmão de Leonor Teles), com quem terá tido Beatriz de Meneses (aia da rainha D. Isabel, esposa de D. Afonso V)¹⁰³.

Mécia Vasques Coutinho, já mencionada, pertencera ao grupo de donzelas casadas por D. Leonor Teles, integrando depois o séquito da rainha inglesa.

Leonor Vasques Coutinho foi também uma das senhoras que serviram D. Filipa de Lencastre.

Beatriz de Castro, filha de Álvaro Peres de Castro, foi já mencionada como donzela ao serviço de Leonor Teles. D. João I colocou-a ao serviço de D. Filipa, enquanto donzela da mais alta estirpe¹⁰⁴. Em consequência do escândalo que envolveu o seu romance com Fernando Afonso, camareiro do rei, Beatriz foi para Castela, enquanto Fernando foi executado¹⁰⁵. Fernando Afonso pediu ao rei que lhe desse licença para fazer uma peregrinação a Santa Maria de Guadalupe, mas passou esses dias nos aposentos de Beatriz de Castro. D. João I desconfiou disto e quando os boatos cresceram, expulsou o camareiro da sua Casa. Fernando Afonso, no entanto, em vez de abandonar o paço, refugiou-se nos aposentos de D. Beatriz. O rei mandou chamá-lo à sua

¹⁰⁰ LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I...* Vol. I, pp. 116-117.

¹⁰¹ *Idem*, Vol. II, p. 225.

¹⁰² ZURARA, Gomes Eanes – *Crónica da Tomada de Ceuta...* pp. 119-120.

¹⁰³ SOUSA, António Caetano - *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. [Em Linha] Lisboa Ocidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1735-1749.

¹⁰⁴ LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I...* Vol. II, p. 225.

¹⁰⁵ *Idem*, pp. 301-303.

presença e ordenou a sua prisão, mas Fernando Afonso fugiu e refugiou-se numa igreja. Ao saber deste incidente, o próprio monarca dirigiu-se à igreja, onde o camareiro se abraçara a uma imagem no altar, e ordenou que o levassem dali. Fernando Afonso e D. Beatriz alegaram serem casados, mas D. João I mandou que o executassem. Apesar das súplicas da rainha e de outras pessoas, o rei foi inflexível, e Fernando Afonso foi queimado vivo. Beatriz de Castro pensou que também seria executada, mas foi enviada para Castela¹⁰⁶.

As irmãs Beatriz Pereira e Leonor Pereira, filhas de Álvaro Pereira e irmã de Leonor Pereira estiveram também ao serviço de D. Filipa. Beatriz Pereira casou com Martim Vasques de Resende por ordem do rei, que não consultou os noivos nem as suas famílias¹⁰⁷ (prática de D. Fernando e D. Leonor Teles também foram acusados) e Leonor Pereira, casou com Gomes Freire.

Beatriz seria mais velha que Leonor, pois quando o seu pai faleceu, D. João I fez mercê das terras da Coroa detidas pelo seu pai a João Álvares Pereira (irmão de Leonor e Beatriz), para ele e seus descendentes. No caso de não ter descendência, as terras passariam para Beatriz e, na ausência de herdeiros desta, passariam para Leonor¹⁰⁸. Eram ambas familiares de Nuno Álvares Pereira.

A estas junta-se Berengária Nunes Pereira, filha de Rui Pereira e prima de Beatriz e Leonor Pereira. D. João I arranhou o seu casamento com Afonso Vasques Correia sem consultar os noivos ou as suas famílias. Era, também ela, familiar de Nuno Álvares Pereira.

Joana de Albuquerque, era filha de Fernando Afonso de Albuquerque, mestre de Santiago e de uma dama inglesa. Quando Fernando Afonso, embaixador em Inglaterra, regressou destas paragens, trouxe a filha consigo, e com a sua morte, D. João I colocou-a na sua corte¹⁰⁹. Foi a segunda esposa de Gonçalo Vasques Coutinho, com quem teve uma única filha: Isabel Coutinho¹¹⁰.

A estas juntam-se Inês Rodrigues, mulher de Afonso Gonçalves, ama do infante D. Duarte, e Isabela Sanches, viúva de Rodrigo Afonso, vassalo do rei, e ama do infante D. Afonso.

5. D. Leonor de Aragão

Leonor era filha do rei Fernando I de Aragão e de Leonor Urraca de Castela. Entre os seus irmãos estavam o rei Alfonso V de Aragão e da Sicília, Juan II, rei de Navarra e Aragão e Maria, rainha consorte de Castela. Em 1428 casou com D. Duarte, herdeiro ao trono português, tendo-se tornado na mulher mais importante da corte, enquanto futura rainha consorte.

¹⁰⁶ *Idem*, pp. 300-303.

¹⁰⁷ *Ibidem*.

¹⁰⁸ BRAANCAMP, Anselmo Freire – *Brasões da Sala de Sintra...* Vol. I, pp. 310-311

¹⁰⁹ LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I...* Vol. II, pp. 300-303.

¹¹⁰ BRAANCAMP, Anselmo Freire – *Brasões da Sala de Sintra...* p. 54.

5.1. Infanta

Enquanto mulher do infante herdeiro, D. Leonor passava a ser o elemento feminino mais influente da corte, substituindo a cunhada, D. Isabel, neste cargo. D. Filipa de Lencastre, a esposa do rei D. João I, já tinha falecido, pelo que fora a sua filha quem ficara responsável pelo gineceu da corte, como atrás mencionámos.

D. Leonor terá chegado acompanhada por um grupo de mulheres oriundas do seu reino de origem, Castela, entre as quais estaria presente a castelhana Constança de Tovar, sua camareira-mor, viúva de Rui Lopes d’Avalos, condestável de Castela e cujos serviços D. Leonor terá sido aconselhada a dispensar pelo irmão, o rei Alfonso V de Aragão, visto que a sua presença na corte poderia originar alguns problemas na corte portuguesa¹¹¹.

Segundo Ana Maria S. A. Rodrigues, as pessoas que acompanhavam D. Leonor deveriam ser bem acolhidas e não podiam ser afastadas sem o consentimento da infanta¹¹². Não se sabe, no entanto, quem eram estas pessoas.

Como camareira, Ana Maria S. A. Rodrigues indica o nome de Catarina Lourenço, que terá sido recompensada pelo rei D. Afonso V, filho de Leonor de Aragão e que a terá acompanhado no exílio em Castela¹¹³.

Das servidoras de D. Leonor destaca-se também uma parteira, Catarina Afonso, moradora em Évora, que entregou o seu sobrinho, Pedro Eanes, para ser moço de estrebria da rainha¹¹⁴. Com efeito, D. Leonor de Aragão terá sido a primeira rainha a ter uma parteira entre as suas servidoras¹¹⁵.

5.2. Rainha

Em 1433, com a morte de D. João I, D. Duarte e a esposa tornam-se reis de Portugal. Não se sabe em que medida é que a passagem de infanta para rainha afetou o gineceu da corte, pois enquanto mulher do infante herdeiro, D. Leonor era já a mulher mais importante (D. Filipa de Lencastre tinha já falecido em 1415 e a infanta D. Isabel, irmã de D. Duarte, casara em 1430 com o duque da Borgonha). No entanto, podemos supor que terá aumentado e que mais senhoras se terão juntado ao séquito.

Os nomes dos servidores de D. Leonor são conhecidos através da historiografia. Ana Maria S. A. Rodrigues indica como donzelas Beatriz do Quintal (que, curiosamente, seria de

¹¹¹ RODRIGUES, Ana Maria S. A. – *As tristes rainhas. Leonor de Aragão e Isabel de Coimbra...* pp. 160-161.

¹¹² *Idem*, p. 56.

¹¹³ *Idem*, p. 161.

¹¹⁴ *Idem*, p. 167.

¹¹⁵ GOMES, Rita Costa – *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média...* p. 57.

origem modesta, filha de Fernando Afonso de Bragança, escrivão das sisas régias e morador em Alhos Vedros), Filipa de Vasconcelos (filha de Gonçalo Mendes de Vasconcelos, e a quem foi prometido um dote para o seu casamento com Vasco de Gouveia, monteiro-mor do rei de Aragão), Grimanesa de Melo (que recebeu um dote para casar com Mem de Brito), Isabel da Silveira (filha de Nuno Martins da Silveira, escrivão da puridade de D. Duarte e sobrinha do bispo de Évora, D. Álvaro e que recebeu um dote para desposar João de Melo), e Teresa de Albuquerque (que terá casado com Luís Álvares)¹¹⁶.

Estas donzelas eram, na sua maioria, filhas de figuras importantes das cortes de D. João I e de D. Duarte e casaram com homens que se distinguiram junto de D. Afonso V (filho de Leonor de Aragão)¹¹⁷.

D. Leonor tinha também a seu cargo as criadas, como Isabel de Góis e Leonor de Tovar, que recebeu um dote para desposar Pedro Lopes do Quintal, de filiação desconhecida, cavaleiro da casa de D. Afonso¹¹⁸.

Como servidoras, Ana Maria S. A. Rodrigues destacou Mor Gonçalves Peixoto e como escrava, uma moura, de nome Margarida. Destaque também para uma “Leonor anaa”, que poderia ser uma anã, com a função de distrair a rainha e as suas damas com danças e acrobacias¹¹⁹. Como guarda-roupa, surge o nome de Isabel Rodrigues¹²⁰.

5.3. Regente

Em 1438, com a morte de D. Duarte, D. Leonor, a rainha viúva, tornou-se regente, mas vivia-se um clima de instabilidade no reino que a opunha ao infante D. Pedro, seu cunhado.

Através da leitura da *Crónica de D. Afonso V*, de Rui de Pina, sabe-se que D. Leonor terá expulsado de sua casa duas irmãs, filhas de Isabel Gomes da Silva e sobrinha de Aires da Silva, por suspeitar que estas tinham uma aliança com o infante D. Pedro. Esta expulsão causou escândalo, pois as irmãs pertenciam a duas importantes famílias da nobreza de Lisboa¹²¹. O mesmo aconteceu com uma filha de João Vaz de Almada¹²². D. Leonor acabou por fugir de Almeirim para o Crato, e consigo partiram Maria Dias, sua covilheira, Beatriz Corella, donzela aragonesa; e a ama que criava a filha mais nova de D. Leonor, a infanta D. Joana¹²³.

¹¹⁶ RODRIGUES, Ana Maria S. A. – *As tristes rainhas. Leonor de Aragão e Isabel de Coimbra...* p. 161-167.

¹¹⁷ *Idem*, p. 166.

¹¹⁸ *Idem*, p. 167.

¹¹⁹ *Idem*, p. 161.

¹²⁰ *Idem*, p. 369.

¹²¹ PINA, Rui de – *Crónica de D. Afonso V*. Lisboa: Escripório, 1904. (Biblioteca de Clássicos Portugueses). Vol. I, p. 48.

¹²² *Idem*.

¹²³ *Idem*, p. 130.

5.4. Exílio e morte em Castela

Perante as ameaças e a instabilidade que se vivia em Portugal, a rainha acabou por se refugiar em Castela, em 1440, e com ela foram Maria Dias (identificada também com Maria Díaz de Almazan) e provavelmente a ama da infanta D. Joana, sua filha, que levou consigo. D. Isabel de Meneses foi também umas das pessoas que acompanhou D. Leonor no exílio, assim como Maria de Vasconcelos e a sua família.

Em Portugal deixou os filhos, o rei D. Afonso V, o infante D. Fernando, a infanta D. Catarina e a infanta D. Leonor, que entregou aos cuidados de D. Guiomar de Castro, aia desta infanta até ao seu casamento. Francisco da Fonseca Benevides, em *Rainhas de Portugal*, fala em D. Guiomar de Castro, condessa de Atouguia e mulher do conde Álvaro Gonçalves de Ataíde, como aia da infanta D. Leonor¹²⁴. Como vimos, as crianças estavam ligadas ao gineceu da rainha, e as mulheres que as serviam estavam dependentes da soberana. Assim, podemos considerar D. Guiomar de Castro como pertencente ao séquito de D. Leonor de Aragão.

Em Castela, D. Leonor terá passado por dificuldades financeiras, tendo sido ajudada por Maria da Silva, uma dona viúva, que ainda que não tenha feito parte da Casa de Leonor enquanto rainha de Portugal, foi sem dúvida importante nesta fase da sua vida¹²⁵.

Entre o exílio de D. Leonor em Castela, em 1440 e a constituição da Casa de D. Isabel, em 1447 (filha do Infante D. Pedro e rainha de Portugal através do seu casamento com D. Afonso V), verificou-se uma cisão no gineceu cortesão, pois parte das mulheres que serviram D. Leonor foram com ela para Castela e outras permaneceram em Portugal.

Com a morte de D. Leonor, em 1445, os servidores que a seguiram ficaram desamparados, “(...) subitamente desprovidos de sustento e proteção, e abandonados em terra estranha”¹²⁶, assim como a sua filha, a infanta D. Joana. Ao saber da morte da rainha viúva em Toledo, o infante D. Pedro, seu cunhado, e regente durante a menoridade de D. Afonso V:

(...) enviou logo pela Infante D. Joana, que (...) estava em Toledo em grande desamparo, e a foi ao extremo receber, e trouxe mui honradamente para Lisboa, onde a poz em companhia da Infante D. Catharina sua irmã, em poder de Violante Nogueira, e tomou para El-Rei todos os criados que ficaram da Rainha, tirando alguns em que tinha suspeita e descontentamento¹²⁷.

Ana Maria S. A. Rodrigues afirma que o Infante D. Pedro não terá sido o único a preocupar-se com o destino dos portugueses que ficaram ao lado de D. Leonor, e que existem documentos que indicam que os reis de Aragão (o irmão e a cunhada da rainha) protegeram e

¹²⁴ BENEVIDES, Francisco da Fonseca – *Rainhas de Portugal...* p. 191.

¹²⁵ PINA, Rui – *Crónica de D. Afonso V...* Vol. II, cap. LXXXIV, p. 16.

¹²⁶ RODRIGUES, Ana Maria S. A. – *As tristes rainhas. Leonor de Aragão e Isabel de Coimbra...* p. 237.

¹²⁷ PINA, Rui – *Crónica de D. Afonso V...* Vol. II, cap. LXXXIV, p. 18.

ampararam estas pessoas, colocando-os sob protecção de outros senhores, tendo votado uma especial atenção a quem D. Pedro não aceitou no reino¹²⁸.

Os monarcas de Aragão terão tentado que o infante regente recebesse estas pessoas em Portugal, devolvendo-lhes os cargos e bens que lhes retirara, mas D. Pedro foi inflexível¹²⁹

Muitos servidores foram, com o passar dos anos, pedindo o perdão e o regresso a casa, que foram concedidos, mas só depois da morte do infante D. Pedro na Batalha de Alfarrobeira é que a restauração de elementos do séquito de D. Leonor se intensificou¹³⁰.

Segundo Ana Maria S. A. Rodrigues, em 1450 muitas das criadas da rainha receberam mercês de D. Afonso V. A autora menciona Catarina Sanches, a quem o rei atribuiu uma tença mensal de 3500 reais brancos; Joana Vaz, casada com Diogo de Pedrosa, recebeu uma tença de 2500 brancos, destinada à criação de suas filhas Leonor e Isabel; Leonor Anaa, possivelmente uma anã, que recebeu 1200 reais brancos de tença anual, “(...) mais um moio de trigo, cinco côvados de pano de Bristol e cinco varas de artaniva para mantimento do seu officio”¹³¹. Menciona ainda Leonor Subtil, isentada de “(...) pagar em quaisquer pedidos régios ou concelhios (...)”¹³² e Aldonça Gonçalves, a quem, em 1471, foi dada uma mercearia em Torres Vedras.

Cerca de três décadas depois do falecimento de D. Leonor, D. Afonso V continuou a recompensar os servidores que se mantiveram junto de sua mãe até à sua morte, não a tendo abandonado mesmo correndo perigo de vida e de verem os seus bens confiscados.

5.5. Outras damas

Com base na *Chancelaria de D. Afonso V*, Ana Maria S. A. Rodrigues incluiu na sua obra sobre Leonor de Aragão um anexo com tabelas que indicam servidoras desta rainha. Não tendo conseguido consultar esta documentação, serão reproduzidos os resultados deste estudo: como criadas, Aldonça Gonçalves (mulher de Afonso de Penela); Catarina Sanches; Isabel de Góis; Joana Vaz (casada com Diogo de Pedrosa); Leonor “Anaa” (possivelmente anã); Leonor Subtil e Leonor de Tovar (donzela da Casa de D. Duarte). Esta última, foi também donzela na sua casa, e a ela se juntam a aragonesa Beatriz (Beatriu) Corella; Beatriz do Quintal; Filipa de Vasconcelos; Grimanesa de Melo; Isabel da Silveira e Teresa de Albuquerque. Maria Afonso surge como ama do infante D. Fernando e Inês Eanes como regueifeira¹³³.

¹²⁸ RODRIGUES, Ana Maria S. A. – *As tristes rainhas. Leonor de Aragão e Isabel de Coimbra...* pp. 240-246.

¹²⁹ *Idem*, p. 240.

¹³⁰ *Idem*, pp. 243-244.

¹³¹ *Idem*, p. 244.

¹³² *Idem*.

¹³³ *Idem*, p. 363.

Há também uma tabela sobre a expropriação de bens e instituição de cargos de vários partidários de D. Leonor, como foi o caso de Beatriz Eanes (mulher de Rui Martins, escudeiro do Prior do Crato) e de D. Isabel de Meneses (viúva de D. Fernando de Cascais e casada segunda vez com João Freire de Andrade). D. Isabel foi perdoada e recompensada por D. Afonso V, e tinha acompanhado D. Leonor para Castela, onde foi acusada de ter “praticado homicídios”¹³⁴.

5.6. Damas de D. Leonor de Aragão

Com a leitura da *Crónica de D. Afonso V*, conseguimos encontrar algumas das senhoras que serviram D. Leonor, e delas se falará nas linhas seguintes.

Maria Dias desempenhou a função de covilheira da rainha. Poderia tratar-se de Maria Díaz de Almazan. Acompanhou D. Leonor quando esta fugiu para o Crato¹³⁵.

Beatriz Corello, donzela de Aragão, acompanhou D. Leonor na sua fuga para o Crato¹³⁶. Não se sabe, no entanto, se a teria acompanhado quando esta chegou a Portugal.

Maria de Vasconcelos, filha de Joane Mendes de Vasconcelos e de Leonor Pereira (filha de Álvaro Gonçalves Pereira, Prior do Hospital) e segunda esposa de D. Afonso, senhor de Cascais e alcaide-mor do castelo de Lisboa, e mãe de D. Fernando de Cascais, que fugiram com a rainha. Foi ela quem tratou da entrega do castelo de Lisboa ao infante D. João (filho de D. João I), tendo recebido oposição do filho, que tentou persuadir o pai a não ceder. D. Afonso entregou o castelo ao infante e foi para junto da rainha, acompanhado pela família, tendo-a acompanhado a Castela. O marido e o filho morreram no exílio, e Maria de Vasconcelos voltou a Portugal quando terminou a regência de D. Pedro, tendo trazido as ossadas do filho. Em gratidão a Maria de Vasconcelos pelos serviços que prestou, o rei D. Afonso V fez-lhe mercê de uma tença de 30 000 reais brancos¹³⁷. Pode supor-se que pertenceria à Casa da Rainha, uma vez que a acompanhou na sua fuga¹³⁸.

Isabel Coutinho ou de Meneses, filha única de Pedro de Meneses e de Beatriz Coutinho, casou, antes do desterro, com D. Fernando de Cascais (filho de Maria de Vasconcelos), com quem teve pelo menos um filho, nascido em Castela, para onde foi com o marido e a família. Tendo enviuvado, desposou João Freire de Andrade, senhor de Alcoutim, não tendo havido sucessão deste casamento. Pode considerar-se um elemento da casa da rainha D. Leonor¹³⁹.

¹³⁴ *Idem*, pp. 388-393.

¹³⁵ PINA, Rui de – *Crónica de D. Afonso V...* p. 130.

¹³⁶ *Idem*, p. 130.

¹³⁷ BRAANCAMP, Anselmo Freire – *Brasões da Sala de Sintra...* Vol. I, pp. 352-355.

¹³⁸ PINA, Rui de – *Crónica de D. Afonso V...* p. 131.

¹³⁹ BRAANCAMP, Anselmo Freire – *Brasões da Sala de Sintra...* Vol. I, pp. 352-355.

Maria da Silva de Toledo foi uma dona viúva de Toledo que ajudou D. Leonor, quando esta passava por dificuldades financeiras. Não fez parte da Casa de D. Leonor enquanto rainha de Portugal, mas consideramos justo colocá-la na lista de senhoras que a serviram pelo auxílio que lhe prestou no exílio¹⁴⁰.

Da Casa de D. Leonor fizeram também parte duas irmãs, donzelas, filhas de Pero Gonçalves, vedor da Fazenda e de Isabel Gomes da Silva, neta de João Gomes da Silva e sobrinha de Aires da Silva. A rainha expulsou ambas da sua Casa, por suspeitar que teriam ligações ao Infante D. Pedro. A expulsão das irmãs, cujos nomes não conseguimos localizar, foi um escândalo, por serem membros de uma importante família de Lisboa¹⁴¹.

Uma filha de João Vaz de Almada, cujo nome também não foi possível encontrar, foi também expulsa da Casa da Rainha pelos mesmos motivos das donzelas anteriores¹⁴².

A estas mulheres junta-se a ama que criava a infanta D. Joana, a filha mais nova de D. Duarte e D. Leonor, e que foi com a rainha para o Crato¹⁴³.

Conclusão

Ao longo da elaboração deste artigo, surgiram algumas dúvidas, às quais se tentou responder. Uma dessas questões prende-se com a passagem de um séquito para outra senhora e de que forma era feita essa transferência. Como vimos, em caso de inexistência de uma rainha, o gineceu ficava a cargo da mulher mais próxima ao rei, como uma irmã ou uma filha do mesmo. No entanto, quando o rei ou o herdeiro ao trono casavam, a sua esposa passava a ter as mulheres da corte junto a si. Vimos estes casos com D. Beatriz, filha de D. Pedro I, e com a infanta D. Isabel, filha de D. João I. Com o casamento de D. Fernando, irmão de D. Beatriz, e de D. Duarte, irmão de D. Isabel, o gineceu passou a ficar a cargo das cunhadas de ambas. Não se sabe de que forma se deu esta passagem. Terão algumas mulheres permanecido junto a D. Beatriz e a D. Isabel, para as servir? É de supor que, enquanto filhas e irmãs de reis, ambas tivessem mantido um grupo de servidoras junto a si. No caso de D. Isabel, sabe-se que Beatriz Gonçalves de Moura foi sua aia depois de o ter sido de sua mãe. A esta dúvida não se pode, por falta de informação nas fontes e bibliografia consultadas, responder com certezas.

Outra questão prendeu-se com a constituição de séquitos. A infanta D. Beatriz, filha de D. Fernando e D. Leonor Teles, teve um séquito próprio, que funcionaria como uma extensão do de sua mãe, que terá sido a responsável pela formação do grupo de servidoras de sua filha e

¹⁴⁰ PINA, Rui de – *Crónica de D. Afonso V...* p. 131.

¹⁴¹ *Idem*, p. 48.

¹⁴² *Idem*.

¹⁴³ *Idem*, p. 130.

da escolha das mesmas. Sabe-se que algumas das senhoras que serviram Leonor Teles passaram a servir a infanta, como foi o caso de Beatriz de Castro que, de acordo com Fernão Lopes, terá sido criada e donzela da rainha, que a encarregou de servir e acompanhar a sua filha, e também de Teresa de Meira, donzela da soberana e que terá sido aia de D. Beatriz. De que forma teria D. Leonor selecionado as mulheres que a iriam servir? Decerto terá escolhido aquelas em quem mais confiava.

Podemos supor que algumas das jovens criadas pela rainha, ao atingir a idade própria para contrair matrimónio, podiam passar a frequentar a Casa de outra senhora, rainha ou infanta ou de alguém com posses para sustentar um séquito, como foi o caso de Maria Teles.

Sobre a constituição dos séquitos, surgiu uma nova dúvida: quem escolheria as mulheres que iriam servir a rainha de Portugal? Seria o rei o responsável por essa escolha, ou encarregaria pessoas da sua confiança para o fazer? E de que forma seriam escolhidas as damas, quais seriam os critérios a seguir? Estas mulheres vinham da aristocracia, de famílias próximas à Coroa e que teriam ajudado o rei em algum momento. Podiam ser também parentes do rei ou da rainha. Com efeito, algumas das donzelas a quem Leonor Teles arranhou casamento eram suas familiares, como foi o caso de sua irmã ilegítima, Joana Teles, e de Inês Dias Botelho, sua parente (tentou-se saber qual o grau de parentesco que a unia à rainha, mas sem sucesso). Junto de Leonor Teles estavam também duas irmãs, filhas de Álvaro Pires de Castro, primas dos filhos de Inês de Castro, irmãos de D. Fernando, o que mostra a influência desta família na corte régia.

Do séquito de D. Filipa de Lencastre fizeram parte senhoras que pertenciam a famílias que ajudaram D. João I durante a crise de 1383-1385. Beatriz Gonçalves de Moura e suas filhas Teresa, Leonor e Mécia Vasques Coutinho são exemplo disso, e a sua colocação na Casa da nova rainha poderia ter funcionado como um agradecimento pelo apoio prestado. O mesmo terá acontecido com a família de Nuno Álvares Pereira, pois junto de D. Filipa estiveram também Leonor e Beatriz Pereira e Berengária Nunes Pereira, suas familiares.

Verificou-se também que estas senhoras se encontravam ligadas entre si através de laços de parentesco, como se pode comprovar pelas árvores genealógicas construídas com base nas leituras efectuadas. É também de destacar que a influência de Leonor Teles estendeu-se pelo menos até ao reinado de D. Afonso V, visto que a sua esposa, D. Isabel, teve como aia Beatriz de Meneses, filha de Martinho de Meneses (filho de D. Gonçalo Teles de Meneses, irmão de Leonor Teles) e de Teresa Vasques Coutinho (membro da Casa de D. Filipa de Lencastre e uma das filhas de Beatriz Gonçalves de Moura).

Assim, a presença destas senhoras junto da rainha demonstrava a protecção dada pela Coroa a várias famílias do reino. Além disso, em muitos casos, a influência destas famílias

prolongava-se por várias gerações e reinados, pois verificou-se que em muitos casos, filhas e netas de antigas damas de companhia, ingressavam também na corte junto de suas mães ou no gineceu de uma nova rainha. Tal verifica-se com Beatriz Gonçalves de Moura, cujas filhas e depois as netas, se encontravam na corte junto de Filipa de Lencastre.

Relativamente ao estado civil, podiam ser casadas ou viúvas (donas) ou solteiras (donzelas), existindo ainda as ricas-donas e as religiosas, pelo que as suas idades variavam muito. Desempenhavam diferentes cargos, verificando-se que as aias, camareiras e covilheiras seriam mulheres mais velhas e da confiança da soberana, pois tratavam da sua intimidade.

Estas mulheres, que rodearam as rainhas de Portugal, terão desempenhado um importante papel nas suas vidas e em muitas delas, as soberanas puderam ter encontrado verdadeiras amigas e conselheiras, que terão estado ao seu lado em momentos decisivos das suas vidas. A aia Beatriz Gonçalves de Moura, por exemplo, terá apoiado D. Filipa de Lencastre nos seus primeiros anos como rainha numa terra da qual desconhecia a língua e os costumes. Com efeito, ela e uma das suas filhas, estavam junto da soberana quando esta tomou conhecimento da partida do marido para Ceuta, em 1415 e antes de falecer, D. Filipa revelou preocupação com o futuro da sua aia e da sua filha. Também as mulheres que se mantiveram junto de Leonor Teles e Leonor de Aragão nos seus tempos de exílio, foram de grande importância para as soberanas.

Foram mulheres que, apesar dos seus próprios problemas e dilemas, se mantiveram junto das rainhas, observando, quase na sombra e ao lado das soberanas, muitos dos episódios que marcaram a História de Portugal.

Fontes

Chancelaria de D. João I (1385-1433). Vol. I, Tomo III. Ed. de João Alves Dias, Lisboa: Lisboa: Centro de Estudos Históricos da U.N.L., 2004.

LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*. Lisboa: Escriptorio, 1895-1896. (Biblioteca de clássicos portugueses).

LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, segundo o códice nº 352 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, introdução de Humberto Baquero Moreno e prefácio de António Sérgio. Porto: Livraria Civilização, 1983.

PINA, Rui de – *Crónica de D. Afonso V*. Lisboa: Escriptorio, 1904. (Biblioteca de Clássicos Portugueses).

ZURARA, Gomes Eanes – *Crónica da Tomada de Ceuta*. Publicada por ordem da Academia das Ciências de Lisboa segundo os manuscritos nº 368 e 355 do Arquivo Nacional por Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências, 1915.

Bibliografia

BALEIRAS, Isabel de Pina – *Uma rainha inesperada. Leonor Teles*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012. ISBN 978-972-42-4706-9.

BENEVIDES, Francisco da Fonseca – *Rainhas de Portugal* (1879). Barcarena: Marcador, 2011. ISBN 978-989-8470-18-8.

FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1921.

GOMES, Rita Costa – *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*. Oeiras: Difel, 1995. ISBN 97229-0319-5.

OLIVEIRA, Ana Rodrigues – *Rainhas Medievais de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010. ISBN 978-989-626-261-7.

RODRIGUES, Ana Maria S. A. – *As tristes rainhas. Leonor de Aragão, Isabel de Coimbra*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012. ISBN 978-972-42-4708-3.

RODRIGUES, Ana Maria S. A., SILVA, Manuela Santos, FARIA, Ana Leal (dir.) - *Casamentos da Família Real Portuguesa. Diplomacia e cerimoniais*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2017. ISBN 978-972-42-5120-2.

SERRANO, César Oliveira – *Beatriz de Portugal. La pugna dinástica Avís-Trastámara*. Galiza: Instituto de Estudios Gallegos, 2005. ISBN 84-00-08343-1.

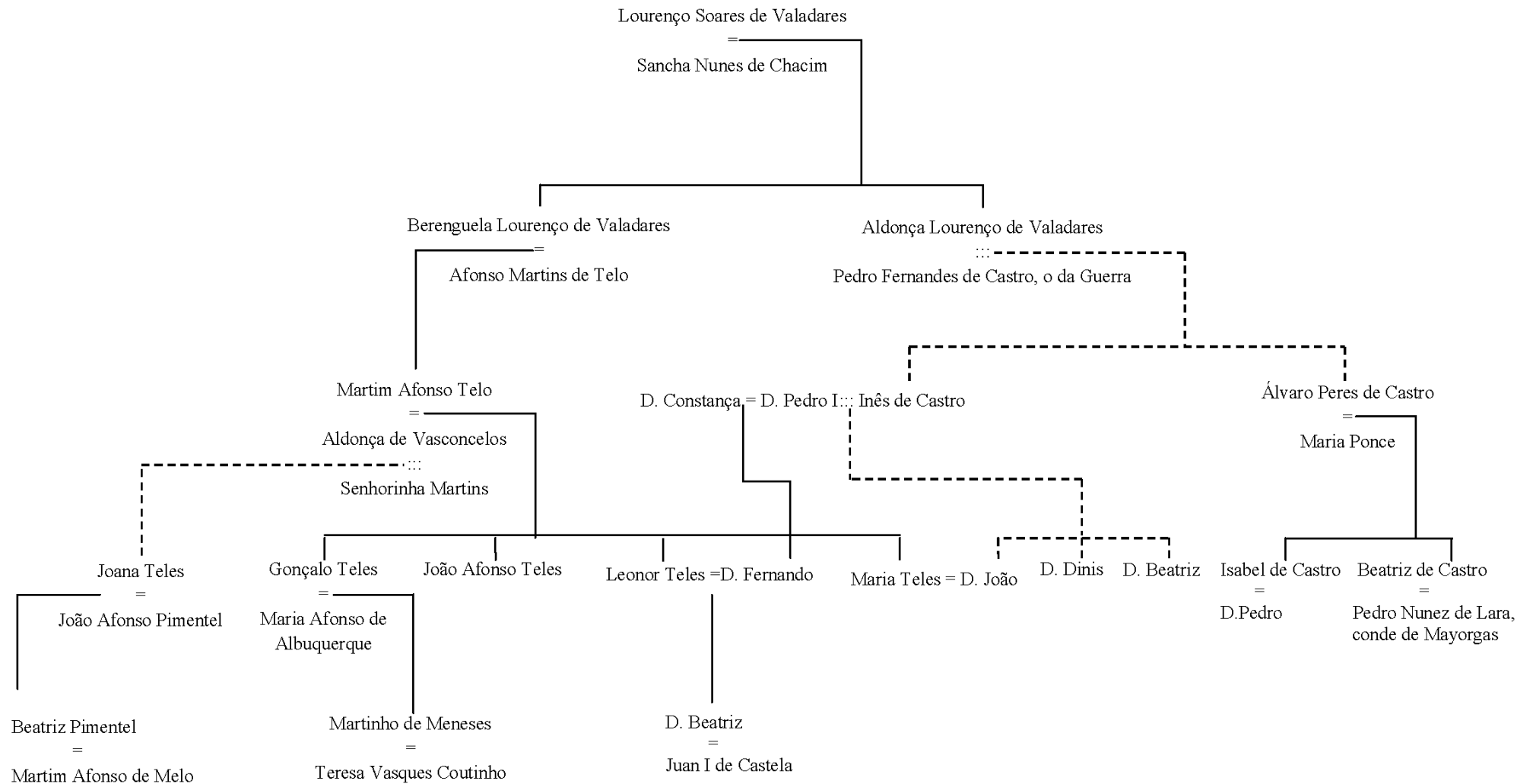
SILVA, Manuela Santos – *A Rainha Inglesa de Portugal. Filipa de Lencastre*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012. ISBN 978-972-42-4707-6.

SOUSA, António Caetano - *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. 13 volumes, Lisboa Ocidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1735-1749. Disponível em WWW:<URL:<https://purl.pt/776>>.

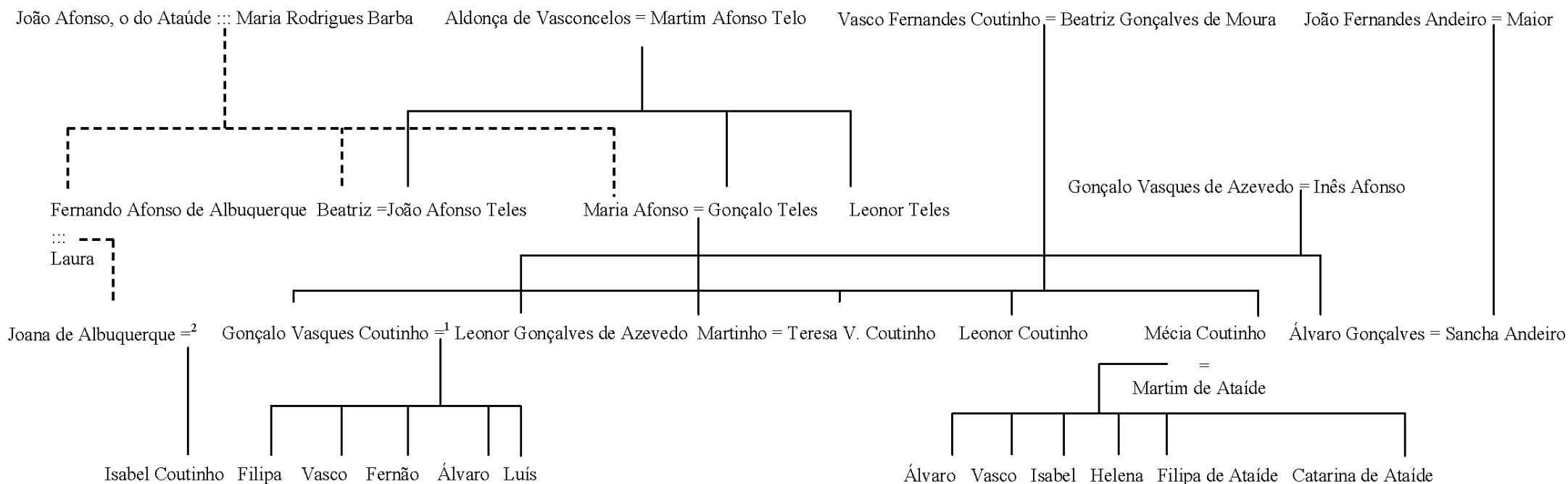
SYLVA, Joseph Soares - *Memorias para a Historia de Portugal que comprehendem o governo Del Rey D. João I do anno de mil e trezentos e oitenta e três, até o anno de mil e quatrocentos e trinta e três*. [Em Linha] Lisboa Ocidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1730-1734. Disponível em WWW:<URL:<https://archive.org/details/memoriasparahist03soar>>.

Anexos

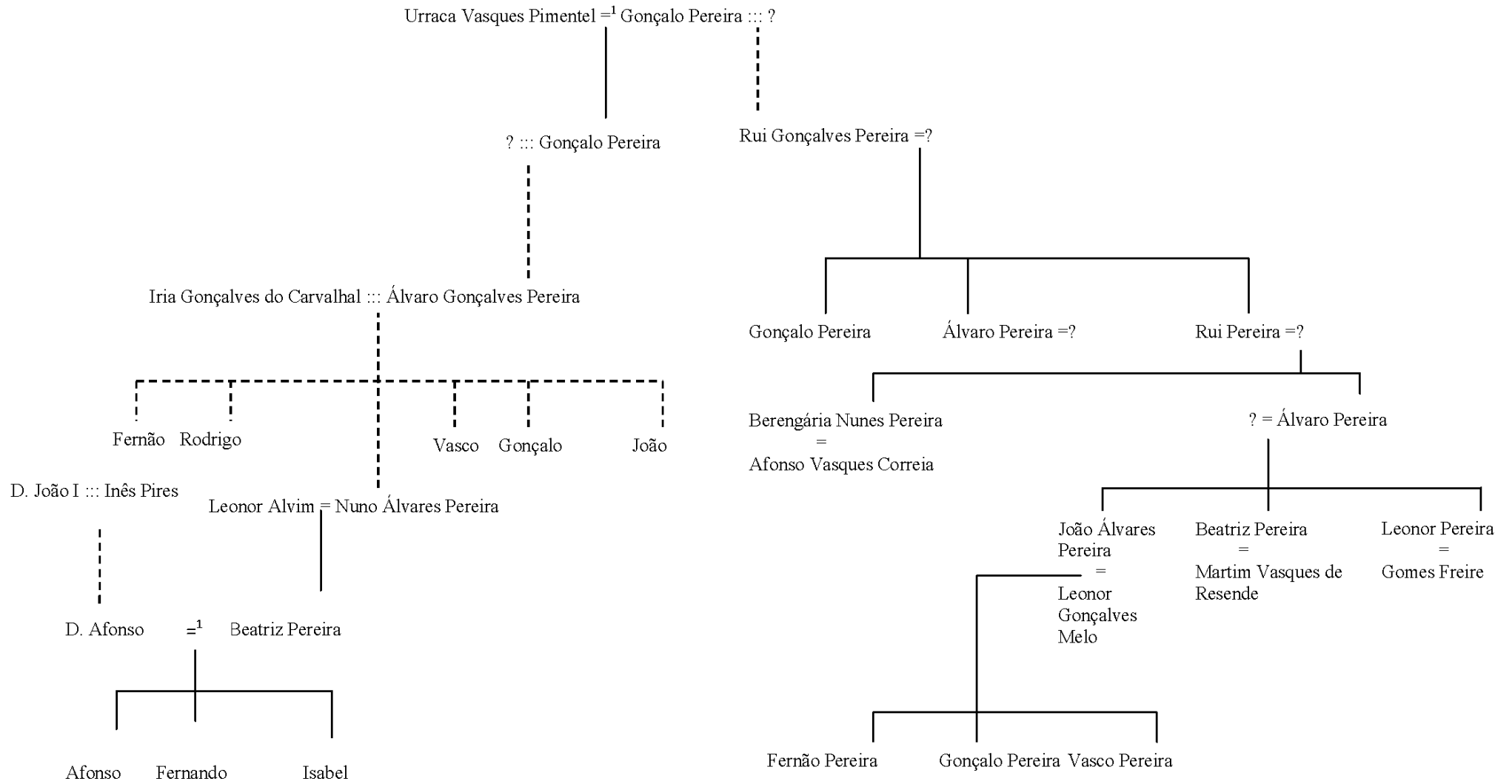
Árvore Genealógica 1 - Os Teles e os Castro.



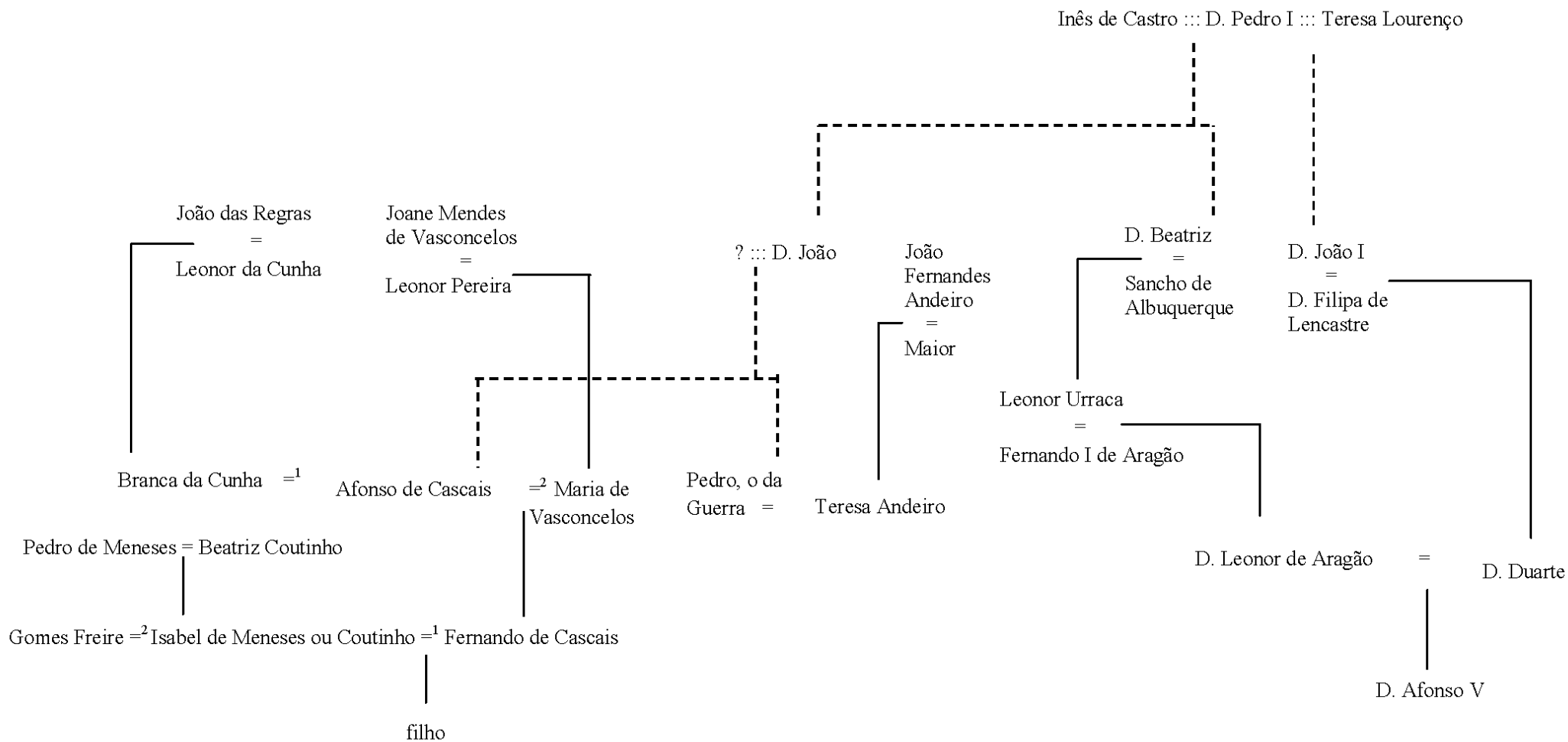
Árvore Genealógica 2 – Ligações de parentesco entre algumas damas dos séquitos de Leonor Teles e Filipa de Lencastre



Árvore Genealógica 3 – Os Pereira.



Árvore Genealógica 4 - Ligação de Maria de Vasconcelos à família real.



II

Época Moderna

(Página deixada propositadamente em branco)

Norma e Desvio em Comunidades de Antigo Regime

Bruno Filipe Gonçalves de Almeida

brunoalmeida07@outlook.pt

Resumo

A Europa da Época Moderna é marcada por profundas mudanças a nível económico, político, cultural e social. Estas alterações vão repercutir-se localmente nas comunidades do Antigo Regime, ao longo dos séculos XVII e XVIII. É neste contexto, de profundas alterações, que este trabalho pretende enquadrar algumas tendências identificadas nos comportamentos sociais dessas comunidades, quando analisadas ao nível da paróquia e dessa forma identificar agentes, espaços e laços que definiam estas comunidades. Este trabalho irá focar-se numa comunidade paroquial do bispado do Porto, em Portugal, no período de 1607 a 1794.

O trabalho visa também analisar os comportamentos de dois mundos, o da Igreja e o dos Crentes, em interseção, através de informações coligidas em dois tipos de fontes: os livros de visitas paroquiais e as constituições sinodais. Com estas fontes pretendemos compreender o que era imposto pela Igreja em termos sociais, e quais os traços das sociabilidades destas comunidades.

O Concílio de Trento teve uma importância assinalável, quer no âmbito da reestruturação da Igreja, quer no do disciplinamento social. Dada a relevância deste Concílio, um dos objetivos do trabalho é o de analisar se, cerca de dois séculos depois do Concílio, as suas normas estavam interiorizadas. De que maneira é que estas populações se comportavam face à vigilância eclesiástica? As ações destas comunidades espelhavam os objetivos de Trento?

Com este percurso, o trabalho irá debruçar-se sobre laços de sociabilidade em “pequenos mundos”, o das paróquias, onde os crentes organizavam o seu quotidiano e geriam formas de sociabilidade, conflitos, rivalidades e convivências.

Palavras Chave: Sociabilidades; Comportamentos; Comunidades Paroquiais; Visitas Pastorais; Disciplinamento Social.

Abstract

Early Modern Europe is characterized by economic, political, cultural and social changes. These changes have noticeable impact on the European communities of the Ancien Regime, throughout the 17th and 18th centuries. The focus of this paper is Portugal and its parish communities. The paper wants to identify some trends in the social behaviour of communities at a parish level, to understand which agents, spaces and relations defined these communities.

This work also aims analyzing the behaviors of two worlds – the one of the Church and the Believers -in their coexistence through information collected from two sources: parish visit books and diocesan constitutions. With these sources, we intend to understand what was imposed by the Church in terms of social behavior, and which was the real sociability in these communities.

The Council of Trent was of considerable importance, both in terms of restructuring the Church and in terms of social discipline. To remark this important landmark in Western history, our goal is to apprehend what really changed in terms on behavior and surveillance by the Church two centuries after its Decrees. Were its norms adopted and practiced? How did people behave when facing ecclesiastical vigilance? Were the norms and orientations of the Concil a reality?

Focusing on small worlds, the paper will focus on the analysis of communities' behavior, and on the spaces in which they organized their daily lives.

Keywords: Sociabilities; Behaviors; Parish Communities; Parish Visits; Social Discipline.

Introdução

O presente trabalho está diretamente relacionado com temáticas de história social e religiosa, ao pretender questionar como eram definidas as sociabilidades em sociedades de Antigo Regime. O objetivo deste trabalho é o de identificar os agentes, os locais e as ações de um conjunto de indivíduos que conviviam em comunidades paroquias. É necessário ter em linha de conta que a paróquia era um centro de sociabilidade e de enquadramento privilegiado das comunidades europeias ao longo da época moderna. O “sentimento de pertença” é associado por estas populações às suas paróquias e não propriamente ao conceito de “Nação” (conceito que só é utilizado no século XIX).

Logo, queremos compreender qual era a norma imposta por parte da Igreja aos comportamentos destas comunidades e quais as suas práticas. Para tal, iremos cruzar as informações dos livros de visitas pastorais de Gulpilhares, Canelas, Olival, Crestuma e Pedroso com as Constituições Diocesanas do Bispado do Porto de D. João de Sousa, que cobrem o período de 1607 a 1794.

A escolha do tema e das fontes parte do universo de estudo vasto que vem sendo trabalhado por autores como Joaquim Ramos de Carvalho¹, Franquelim Neiva Soares², José Pedro Paiva³, Isaiás da Rosa Pereira⁴, Eugénio dos Santos⁵ entre outros autores, que se revelaram fulcrais para este exercício de pesquisa.

Ao propor esta temática consideramos algumas questões como ponto de partida para as quais dirigimos o processo de investigação. Assumindo as paróquias como um espaço de sociabilidade no Antigo Regime, em que medida as normas tridentinas seriam cumpridas nessas comunidades de Antigo Regime? Seriam os Livros de Visitas e as Constituições Diocesanas um mecanismo de disciplinamento social? O que era imposto pelas visitas seria cumprido pelos crentes? De que natureza seriam as medidas da Igreja para controlar os comportamentos dos crentes?

O intuito é o de comparar os dados das visitas com as normas diocesanas inserindo-as numa base de dados estruturada, segundo algumas variáveis de análise, que adiante se identificam.

¹ CARVALHO, Joaquim Ramos de – *Comportamentos morais e estruturas sociais numa paróquia de antigo regime: Soure, 1680-1720: reconstituições, interpretações e metodologias*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1997. Dissertação de Doutoramento em História Moderna. pp. 3-39.

² SOARES, A. Franquelim S. Neiva – “A sociedade do antigo regime nas visitas e inquéritos paroquiais do distrito de Braga: I - Aباção (S. Cristóvão)”. *Revista Theologica*. Vol. 13 (1979) pp. 429-565.

³ PAIVA, José Pedro; CARVALHO, Joaquim – “A evolução das visitas pastorais da diocese de Coimbra nos séculos XVII e XVIII”. *Ler História*. N.º 15 (1989) pp. 29-41.

⁴ PEREIRA, Isaiás da Rosa – “Visitas Paróquias dos Séculos XIV, XV e XVI”. *Lusitania Sacra*. 2ª série, Tomo IV (1992) pp. 311-344.

⁵ SANTOS, Eugénio dos – “Os livros das visitas pastorais da região portuense: questões e perspectivas de abordagem”. *Revista de História*. N.º 2 (1979) pp. 237-244.

Seguidamente, trabalharemos esses dados em tabelas e gráficos. Agentes, locais e comportamentos, na sua vertente de prática e norma, são dimensões de análise privilegiadas nesta bordagem empírica de alguns “pequenos mundos”.

Ao trabalhar com fontes históricas, temos que ter em conta a sua natureza e os objetivos da sua produção. Ambas as fontes que utilizaremos são de natureza religiosa e produzidas por agentes da Igreja Católica, por clérigos. Esta salvaguarda é necessária para reconhecer que as fontes apresentam limitações, quer no que se refere à informação que disponibilizam, quer no que toca às suas intenções. Assim, torna-se necessário questionar estas fontes, tendo em conta as dificuldades em trabalhar dimensões quantitativas quando aplicadas a áreas da História Religiosa e Social no período moderno⁶.

Ambas as fontes foram produzidas pela entidade Igreja, com objetivos distintos, mas que se complementam. A dimensão religiosa nas suas vertentes doutrinal e ética está presente nos livros de visitas; a normatividade eclesiástica está plasmada nas constituições diocesanas e confronta-se e condiciona outro tipo de normatividade: a laica ou consuetudinária.

As várias leituras dos dados apresentados nas duas fontes podem, por um lado, destacar aspetos que ainda não foram identificados por outros autores e por outro, permitem comparar as conclusões que delas possamos extrair com os estudos já efetuados pelos autores citados ao longo deste percurso de pesquisa e tratamento das informações.

Na sequência desta explicação, o presente trabalho será dividido em três capítulos. Um primeiro capítulo visa o enquadramento geral da temática, definindo o quadro teórico e as problemáticas de estudo. O segundo capítulo foca-se nos universos de estudo, esboçando os seus contornos no espaço e tempo. Por fim, o último capítulo contempla a abordagem analítica dos dados recolhidos no processo de investigação.

1. Dos grandes aos pequenos mundos: da universalidade católica às comunidades paroquiais

Com o presente capítulo, o trabalho pretende inserir o leitor na vasta conjuntura histórica que envolve a História de Portugal e da Europa na Época Moderna, no que diretamente se relaciona com o tema estudo, evocando a esfera religiosa na sua interação com a esfera social.

⁶ GODINHO, Vitorino Magalhães – *A História Social: Problemas, Fontes e Métodos. Colóquio da Escola Normal Superior de Saint-Cloud (15-16 de Maio de 1965)*. Trad. Maria Antonieta Magalhães Godinho. Lisboa: Edições Cosmos, 1973.

Sabemos que ao longo dos séculos XVI a XVIII o mundo católico passou por várias mutações de cariz reformista. A Reforma Católica abarcou não só os seus os clérigos, mas também os crentes, dos mais privilegiados aos do Terceiro Estado⁷.

As reformas a que assistimos por parte da Igreja Católica iriam atuar por um lado sobre a formação, atitudes e comportamentos do Clero, mas pelo outro lado irá ter alguns reflexos nos “pequenos mundos” paróquias⁸. Torna-se necessário referir, para medir os seus impactos, que as sociedades de Antigo Regime eram profundamente ligadas à religião e consequentemente ao universo eclesiástico, desde o pároco aos bispos⁹.

A estas reformas estão inerentes um conjunto de processos e mecanismos que visam o disciplinamento social dos leigos e dos clérigos. Estas práticas são naturalmente observadas no nosso estudo de caso, em Portugal, mas também são reproduzidas e aplicadas no contexto ibérico e extraeuropeu. As visitas pastorais eram assim utilizadas no mundo ultramarino, mas também por a coroa espanhola ao longo da época moderna, como mecanismo de vigilância social.¹⁰

De igual modo, o universo dos crentes vai ser sujeito às novas normas de vigilância e disciplinamento impostas pelos vários movimentemos do mundo católico e desde logo prescritas pelo Concílio de Trento, marco maior dessa Reforma. Deste modo, os “pequenos mundos” que eram as paróquias, unidades de enquadramento das populações de toda a Europa e de Portugal, vão ser em última análise o foco principal de atuação deste movimento reformista da esfera cristã¹¹.

Já ao longo do século XVI e até antes dos decretos do Concílio de Trento serem aplicados, os movimentos reformistas da Igreja eram sentidos por toda a Europa, inclusive na área do disciplinamento do Clero e da sua ação pastoral¹². Contudo, apesar destas ações precoces atuarem em diversas direções e em problemas específicos, os decretos tridentinos foram fundamentais para o sucesso dos mecanismos que se irão tentar implementar nos tempos subsequentes¹³.

São várias as obras historiográficas que vão tocando na temática proposta, abrindo espaço aos debates e à exposição das diferentes abordagens de sociabilidades, desvios e normas, em sociedades de Antigo Regime. Destas destacamos os contributos, diferentes entre si, de

⁷ MATTOSO, José (dir.) – *No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, Vol. 3 de MAGALHÃES, Joaquim Romero (coord.), “História de Portugal”. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

⁸ AZEVEDO, Carlos A. Moreira (dir.) – *Humanismos e reformas*, Vol. 2 de MARQUES, João Francisco, e GOUVEIA, António Camões (coord.). “História religiosa de Portugal”. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2002. pp. 20-26.

⁹ *Ibidem*.

¹⁰ PAIVA, José Pedro – “Pastoral Visitations in the First World Empires (Spain and Portugal in the 16th and 17th Centuries): A Comparative Approach”. *Journal of Early Modern History*. Vol. 24, n.º 3. pp. 224–252.

¹¹ AZEVEDO, Carlos A. Moreira (dir.) – *Humanismos e reformas*, Vol. 2... pp. 20-26.

¹² *Ibidem*.

¹³ *Ibidem*.

Eugénio dos Santos¹⁴, Franquelim Neiva Soares¹⁵, Isaías da Rosa Pereira¹⁶ e os mais recentes de José Pedro Paiva¹⁷, Joaquim Carvalho¹⁸, Lisbeth Silva¹⁹.

As ações de reforma referidas, aplicadas diretamente nas paróquias e seus quotidianos, necessitaram de suportes e de mecanismos que visavam o disciplinamento destes crentes aos olhos da Igreja Católica. Serão esses mecanismos e momentos chave deste movimento de reforma católica que a pesquisa irá analisar nos capítulos seguintes, centrando-se nas paróquias de Gulpilhares, Canelas, Olival, Crestuma e Pedroso. Do mesmo modo, procurar-se-á compreender como é que as populações locais interagiram, reagiram ou responderam a estas imposições normativas.

1.1. A Normatividade tridentina dois séculos depois

Para melhor compreensão dos significados e ações de Trento nos crentes e seu impacto nas sociabilidades e comportamentos dos fiéis na Época Moderna, convém refletir sobre alguns conceitos pertinentes para esta explanação. Conceitos estes que abrem possíveis caminhos para compreender como é que a Igreja imprimia o cunho da sua doutrina nas vivências dos habitantes em certas paróquias; e em que medida estes crentes estabeleciam entre si comportamentos que eram naturais para o seu entendimento, mas que deveriam ser sancionados pelos costumes e normas católicas.

A primeira definição prende-se com as visitas pastorais. Mas do que tratamos quando nos referimos a visitas pastorais? Segundo José Pedro Paiva, esta questão não está devidamente cuidada pela historiografia. A pouca atenção que os estudos históricos religiosos deram a este processo, deve-se “à decomposição e desaparecimento da maior parte do gigantesco espólio documental que este instituto foi produzindo no decurso de mais de três séculos (...)”²⁰.

Os Livros de Visitas, corpo documental que retinha as informações registadas por uma certa visita pastoral, foram sendo pouco trabalhados e preservados ao longo do tempo, levando, por conseguinte, ao grande desconhecimento da prática dessas visitas no Portugal da Época Moderna²¹.

¹⁴ SANTOS, Eugénio dos – “Os livros das visitas pastorais da região portuense: questões e perspectivas de abordagem.”... pp. 237-244.

¹⁵ SOARES, A. Franquelim S. Neiva – “A sociedade do antigo regime nas visitas e inquéritos paroquiais do distrito de Braga: I - Abação (S. Cristóvão)”... pp. 429-565.

¹⁶ PEREIRA, Isaías da Rosa – “Visitas Paróquias dos Séculos XIV, XV e XVI”... pp. 311-344.

¹⁷ PAIVA, José, Pedro – “Os bispos e a Inquisição portuguesa (1536-1613)”. *Lusitania Sacra*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa. 2.^a Série, Tomo 15, (2003) pp. 43-76. PAIVA, José Pedro; CARVALHO, Joaquim – “A evolução das visitas pastorais da diocese de Coimbra nos séculos XVII e XVIII”... pp. 29-41.

¹⁸ CARVALHO, Joaquim Ramos de – *Comportamentos morais e estruturas sociais numa paróquia de antigo regime...*

¹⁹ SILVA, Lisbeth Marilyn Santos da – *As visitas pastorais na diocese do Porto: (1675- 1800): os comportamentos desviantes censurados*. [Em Linha] Porto: [Edição de Autor], 2007. Dissertação de Mestrado.

²⁰ AZEVEDO, Carlos A. Moreira (dir.) – *Humanismos e reformas*, Vol. 2... pp. 250-251.

²¹ *Ibidem*.

Este processo de visita ficou assim registado em vários documentos, incluindo as constituições diocesanas, aqui sob a forma de norma. Estas constituições também vão ser um tópico de análise fulcral para comparar as ações que eram praticadas e registadas nos livros, com as normas de conduta explicitas nas constituições. Segundo o mesmo autor:

A visita teria assim sido um importante meio de difusão por todo o território diocesano da doutrina da Igreja (para este efeito, por vezes, os prelados ou seus visitantes faziam-se até acompanhar de pregadores) e da pastoral dos bispos, um instrumento de verificação do funcionamento administrativo, económico e espiritual das igrejas e do desempenho do pessoal eclesiástico a elas adstrito (corpo que na maioria das freguesias não era apresentado pelo próprio prelado), e ainda um mecanismo de controlo da observância religiosa das populações bem como dos seus comportamentos em tudo o que pudesse ofender a moral (através da denúncia dos «pecados públicos»)²².

Contudo, é de mencionar que estes processos de visitas já eram utilizados desde tempos medievais, e assim vão aumentando o seu ritmo e sua ação ao longo da Época Moderna, inclusive durante e após o Concílio de Trento, 1545-63²³. Do século XVI para o século XVII o crescimento da ocorrência destas visitas é bastante significativo, em particular entre a década de 40/50 do século XVII²⁴.

Como aconteciam estas visitas pastorais? Primeiramente era enviado um representante dos bispos às paróquias que anotava questões do foro espiritual e religioso dessa paróquia no livro de visitas. No caso das visitas portuguesas, destacamos os vários comportamentos do clero e crentes, mas também a prática de “pecados públicos” por parte destes fregueses. Um segundo aspeto interessante é que as testemunhas a serem inquiridas pelo visitante eram escolhidas ao acaso, a partir da lista de róis de confessados, em vez de ser o pároco local escolhê-las, demonstrando assim o aumento do poder do bispo dentro questões costumeiras dos locais²⁵.

Compreende-se por isso que este processo começa a ser mais utilizado aquando a realização de Trento. Do mesmo modo, desde então envolvia um grande número de pontos a registar e observar, de acordo com os vastos domínios e normas da Igreja Católica e, em última instância, do estipulado pelos decretos tridentinos presentes nas constituições diocesanas.

Nesta matéria também é de igual modo importante salientar a dimensão de análise desta temática. Em primeiro lugar, a dimensão macro, ou seja, a integração dos decretos tridentinos na sociedade de Antigo Regime; a cultura religiosa de vigilância presente nas vidas das pessoas, na longa duração²⁶. A nível micro, e aplicado aos “pequenos mundos” da vida nas paróquias,

²² *Ibidem*

²³ PEREIRA, Isaías da Rosa – “Visitas Paróquias dos Séculos XIV, XV e XVI”... pp. 311-344.

²⁴ AZEVEDO, Carlos A. Moreira (dir.) – *Humanismos e reformas*, Vol. 2... p. 253.

²⁵ *Idem*, pp. 251-252.

²⁶ CARVALHO, Joaquim de – “Micro-Historical Perspectives on Moral Choice: Case Studies from Early Modern Portugal”. *E-Journal of Portuguese History*. [Em Linha] Rhode Island: Brown University; Porto: Universidade do Porto. Vol.2, n.º 2 (2004) pp. 1-18.

podemos fazer vastas caminhadas e tentar compreender as relações sociais e os laços estabelecidos entre pequenas comunidades locais²⁷. Esta análise *in loco*, permite uma perceção e amostragem mais concreta para tecer e relacionar possíveis problemáticas sociais com a esfera religiosa.

Relativamente às constituições diocesanas podemos defini-las como:

(...) leis de bases que são, significam um instrumento de trabalho precioso, quiçá indispensável, a quem cura de estudar os princípios em que assentava a organização institucional da Igreja em cada Diocese, as normas por que se regiam as diversas atividades eclesiais e as pessoas nelas envolvidas e (...), as regras do bom viver cristão.²⁸

A partir desta definição compreendemos a dimensão normativa que está presente nesta fonte e que nos possibilita elementos fulcrais para compreender a vida e comportamentos das populações locais e do corpo eclesial — “as Constituições Sinodais, não sendo propriamente um relato e muito menos um retrato de comportamentos, permitem a (re)construção de verdadeiros modelos-padrão do modo de estar social quer de clérigos quer dos fiéis em geral”²⁹.

Por último, podem tecer-se algumas considerações sobre a importância da ação tridentina, dois séculos depois, mais concretamente nos livros de visitas, e constituições diocesanas. Ambos os espólios documentais vão ser cruzados neste trabalho, visando enquadrar as problemáticas iniciais no universo de estudo escolhido.

O Concílio de Trento, bem como o processo de visita cruzam ideias, normas e modelos de comportamento que a Igreja invoca e defende como corretos para a sociedade³⁰.

Assim, é no pós-concílio tridentino que as ações da pastoral se vão disciplinando e aperfeiçoando os seus objetivos, do grande mundo católico às pequenas paróquias³¹.

As prerrogativas de Trento do ponto de vista jurisdicional contra os leigos e religiosos são uma das linhas de pensamento que enquadram o processo de pesquisa deste trabalho, assim como o de destacar este contributo de Trento nos processos de visitas pastorais portuguesas³².

²⁷ *Ibidem*.

²⁸ SILVA, Francisco Ribeiro da – “O Bispado do Porto à luz das constituições sinodais da época moderna: valores clericais e normas de comportamento.” In *Tempos e lugares de memória: homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão. Actas Vol. I*. [Em Linha] Aveiro: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão [etc.]: 2002. p. 58.

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ Veja-se esta dimensão do legado tridentino deve ser enquadrada nos objetivos e princípios estabelecidos nas visitas pastorais, como a afirmação da doutrina católica; a repressão dos maus comportamentos do corpo eclesial, o combate às superstições, a uniformização de liturgias; o controlo local dos hereges e minorias religiosas presente no mundo católico. AZEVEDO, Carlos A. Moreira (dir.) – Humanismos e reformas, Vol. 2... pp. 251-252.

³¹ “Os resultados concretos alcançados pelas visitas pós-tridentinas conhecem-se ainda com parcimónia e carecem de estudos que apliquem metodologias uniformes que permitam obter visões globais e comparativas”, segundo José Pedro Paiva. *Ibidem*, p. 254.

³² *Ibidem*.

1.2. A Comunidade Paroquial de Vila Nova e de Gaia

Na Época Moderna, em Portugal estava presente uma extensa rede de estruturas administrativas e judiciais — exercendo poder económico, judicial, e social sobre os territórios que circundavam essas estruturas. Ao longo do país existiam cidades, vilas, concelhos, terras, julgados, coutos, honras, betrias, comendas e lugares³³. Sobrepondo-se e envolvendo esta rede concelhia encontramos uma rede de senhorios, constituída por casas nobres e eclesiásticas, mas também uma malha eclesiástica³⁴.

É nesta realidade que se insere a comunidade de Vila Nova e Gaia, tanto envolvida na malha do termo do Porto, como na malha eclesiástica do Bispo da Cidade do Porto. O Município de Vila Nova de Gaia era dividido em duas terras autónomas. Gaia recebeu Carta de Foral outorgada pelo rei D. Afonso III em 1255 seguindo-se Vila Nova, por D. Dinis, em 1288. Em 1383, no entanto, ambas foram integradas no julgado do Porto perdendo a sua autonomia³⁵.

Esta realidade administrativa — o Julgado de Gaia — vai juntamente com Vila Nova perdendo autonomia com as intervenções régias. Em 1422 assiste-se à concessão de Gaia ao Porto por D. João I; em 1423 a jurisdição de Gaia recai sob ordens do Porto; em 1437 D. Duarte desanexa o lugar de Vila Nova e Gaia da correição da Extremadura e une-os à correição de Entre Douro e Minho³⁶. Esta geografia, pertence, portanto, ao termo do Porto, desde o século XVI ao Liberalismo, com algumas mudanças verificadas em inícios do século XVIII³⁷.

Não podemos falar de sobreposições entre estas divisões admirativas, uma vez que os limite do termo do Porto e da sua diocese integravam nos alvares da modernidade muitas áreas da diocese de Braga³⁸. Todavia, Gaia e Vila Nova também eram envolvidas por vários coutos, sendo eles Grijó, Sandim, Crestuma, Pedroso, Seixezelo e Avintes, sendo terras que possuíam imunidade, ou seja, sem intervenção régia³⁹.

No século XVII, estas realidades administrativas, tanto da esfera religiosa como municipal, encontram-se cobertas por estudos sobre o termo da cidade do Porto e sua

³³ MARQUES, A. H. de Oliveira; SERRÃO, Joel (dir.) – *Portugal do renascimento à crise dinástica*. Vol. 5 de DIAS, João Alves (coord.), “Nova História de Portugal”. Lisboa: Editorial Presença, 1998.

³⁴ NETO, Margarida Sobral - “Senhorios e concelhos na época moderna: relações entre dois poderes concorrentes”. In CUNHA, Mafalda Soares da; FONSECA, Teresa, (eds.) - *Os Municípios no Portugal Moderno: Dos Forais Manuelinos às Reformas Liberais*. [Em Linha] Lisboa: Edições Colibri, CIDEHUS-UE, 2005. pp. 149-165.

³⁵ *O foral manuelino de Vila Nova de Gaya, 1518-2018*. Ed. de Eduardo Vítor Rodrigues; Trad. Susana Guimarães; Transc. de Sónia Feirreira. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 2018.

³⁶ SANTOS, Cândido Augusto Dias dos – “Gaia do século XVI ao século XVIII: História Económica e Social”. In AA. VV. – *História de Gaia*. Vila Nova de Gaia: Câmara de Vila Nova de Gaia, 1985. pp. 321-438.

³⁷ *Ibidem*. De referir que durante a Modernidade a própria rede paroquial estava também misturada com o tecido concelhio, sofrendo algumas mudanças. Assim, existe um acréscimo à paróquia de Olival - Lavadores, Ameal e Carvalhos – que eram do Couto de Pedroso e do termo do Porto, sendo assim englobados.

³⁸ RAMOS, Luís António Oliveira de – *História do Porto*. Porto: Porto Editora. 2000.

³⁹ *Ibidem*.

administração que englobava, como observamos, as freguesias que diziam respeito a Vila Nova e a Gaia - o local de análise escolhido para este trabalho⁴⁰. A geografia paroquial desta zona não se vai alterar muito do XVII para o XVIII, uma vez que o termo do Porto já vinha sendo fixando desde a Idade Média, ficando fixado pela reforma de Frei Marcos de Lisboa⁴¹.

Por fim, com esta evolução da circunscrição paroquial e administrativa pretende-se inserir a problemática no espaço estudado. Compreende-se que as malhas eclesiásticas e municipais se devem distinguir, estas coexistiam entre si e com vastas outras divisões de alcance administrativo. É nesta realidade que vivem as comunidades de Antigo Regime das regiões de Gaia e Vila Nova, tanto no domínio religioso como no secular.

1.3 Enquadramento social-religioso e económico das paróquias

Neste capítulo não se pretende esmiuçar em concreto cada uma das comunidades paroquias que se inserem nesta análise. O objetivo será traçar um pequeno enquadramento destas regiões, de modo a elucidar o leitor sobre alguns dados e obras que ajudem a compreender estas realidades religiosas.

Relativamente a Gulpilhares, existem vários dados de natureza religiosa, social e temporal presente nos próprios livros de visitas. A vasta panóplia de matérias e temas que podemos retirar dos livros de visitas são conhecidos pela historiografia. Contudo nem todos os autores dão a atenção necessária a estes estudos⁴². Do ponto de vista socioeconómico podemos tirar algumas ilações sobre esta realidade ao consultar fontes como as Memórias Paróquias ou as corografias portuguesas que nos fornecem uma vasta visão sobre esta região.

Uma das questões mais importantes para o conhecimento desta localidade poderá ser o capítulo de usos e costumes presente na documentação das visitas. Através deste testemunho, e com o cruzamento de outras possíveis fontes, podemos inferir vários reparos sobre a região. De resto, outras obras surgem com detalhes da região para épocas mais avançadas, mas não deixam de suscitar linhas de pensamento para a perpetuação dos comportamentos, ou práticas, na longa duração⁴³.

No que diz respeito a Canelas, é possível mencionar alguns aspetos sobre os seus limites, existindo um documento antigo transcrito do pergaminho, no século XVI, que remete para a repartição entre as freguesias de Canelas e Pedroso⁴⁴. Neste mesmo documento também se

⁴⁰ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu termo 1580-1640: Os homens as instituições e o poder. Volume I*. Porto: [Edição do Autor], 1985. pp. 57-81.

⁴¹ *Ibidem*, pp. 57-81.

⁴² *Visitações de Gulpilhares*. Ed. de Francisco Barbosa da Costa e João de Sousa. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. Gabinete de História e Arqueologia, 1986.

⁴³ VALE, Carlos – *A Freguesia de Santa Maria de Gulpilhares*. Vila Nova de Gaia: Junta de Freguesia. 1987.

⁴⁴ No dito documento são descritos os limites das suas áreas, determinados pelas autoridades locais. Ver COSTA, Francisco Barbosa da – *S. João Baptista de Canelas – notas monográficas...* pp. 13-17.

referem os limites entre Canelas, Vilar do Andorinho e Mafamude, ainda que seja no reverso do documento em letra do XVIII⁴⁵. Existem outros documentos que nos falam desta realidade, mas presentes em análises dispersas⁴⁶. Todavia, é possível retirar alguns dados sobre Canelas nos séculos XVII e XVIII, com base em documentação dispersa, sendo uma das fontes os livros de vistas. Em termos demográficos, observamos estudos que apontam para o aumento da população de Canelas do século XVII para o XVIII⁴⁷.

Relativamente ao quadro económico e profissional de Canelas, este insere-se num mundo ligado à agricultura e ao artesanato. Algumas menções de pagamentos, nos usos e costumes da terra, remetem-nos para o seu carácter agrícola. Também surgem no século XVII e XVIII prazos e outros documentos que nos falam da existência de pedreiros, e exploração de pedreiras⁴⁸.

No que toca aos aspetos religiosos, destacam-se as festas de S. João, S. Miguel e Tiago mencionadas em monografias e ensaios etnográficos, que esboçam os velhos costumes religiosos desta paróquia⁴⁹ Pedroso, no século XVIII apresenta algumas configurações relatadas num interrogatório, mandado pelo bispo Frei António de Távora — é um Couto e freguesia do termo da cidade do Porto, onde a igreja paroquial se encontra no meio da freguesia e do Couto⁵⁰. O quadro rural vai se destacando nesta paróquia face aos usos e costumes que identificamos em algumas paróquias⁵¹. Por conseguinte, análises à documentação religiosa permitem recolher informação precisa sobre estes “mundos”, que inferimos ao analisá-la⁵².

⁴⁵ *Ibidem*.

⁴⁶ “(...) os limites entre Canelas, Perosinho e Serzedo e em alguns casos Gulpilhares são praticamente contíguos o que naturalmente dificulta a sua concreta demarcação (...) demonstrando-nos assim várias colidências entre estas freguesias, mas também muita dificuldade em as precisar, nestes tempos remotos.” *Ibidem*.

⁴⁷ *Ibidem*, pp. 55-63; 93-117.

⁴⁸ *Ibidem*, pp. 125-140.

⁴⁹ Crestuma, Olival e Pedroso têm, de igual modo, algumas monografias que mencionam, tanto aspetos gerais, como alguns tópicos concretos destas regiões. No caso de Olival, temos a documentação dos livros de vistas, que é citada ao longo do trabalho, juntamente com as restantes freguesias, como primordial base para informações. Ver COSTA, Francisco Barbosa da – *S. João Baptista de Canelas – notas monográficas*. Canelas: Edição da Paróquia de Canelas, 1980. pp. 149-200.

⁵⁰ Ao longo do inquérito verificámos aspetos de vária ordem relativos às perguntas colocadas. A localidade encontrava-se ligada à agricultura e a outros mesteres, como carpinteiros, segundo constatamos numa ordenança de 1764. Relativamente às festividades referidas em Pedroso são a Páscoa, Natal, S. Miguel, festas que são recorrentes ao longo das restantes paróquias. Ver COSTA, Francisco Barbosa da – *S. Pedro de Pedroso nos séculos XVIII e XIX*. Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. Junta de Freguesia de Pedroso, 2000; e COSTA, Francisco Barbosa da – “Usos e Costumes nos livros de visitasões de algumas freguesias de Gaia”. Separata da *Revista Gaia*, vol. II. Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, 1984. pp. 281-290.

⁵¹ *Ibidem*. A região de Crestuma é igualmente um couto, doado por D. Teresa a D. Hugo em tempos medievais e que permaneceria terra coutada na modernidade. A sua localização surge entre Olival e Lever. Tanto Olival como Crestuma têm ligações económicas à agricultura.

⁵² Ver COSTA, Francisco Barbosa da – “Visitações da Igreja de Santa Maria de Olival, século XVIII”. Separata da *Revista Gaia*, vol. I. Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, 1983; e COSTA, Francisco Barbosa da – “Usos e Costumes nos livros de visitasões de algumas freguesias de Gaia”... pp. 281-290.

2. As Comunidades Paroquias: Gulpilhares, Canelas, Olival, Crestuma e Pedroso

No que concerne à análise dos dados utilizamos uma grelha de análise para tratar os dados e respetivos indicadores. A recolha de dados foi realizada através da leitura de documentação já publicada em monografias, digitalizada e em suporte manuscrito. Os critérios de escolha de campos para a análise da informação na base Excel foram os seguintes: uma primeira folha onde consta o nome do visitador; pároco; ação dos fregueses ou crentes; categorização da ação sobre que incide o visitador — classificada como profissional, moral ou religiosa (profissões que devem ser vigiadas, costumes e atos tanto religiosos como leigos que são punidos os olhos da igreja); agentes sociais (mulher, fregueses, vendeiro, barbeiro e clérigo); espaços de sociabilidade (igreja, paróquia, festividades); tipologia da ação do crente identificada na visitação; data da visita; ação do visitador (punitiva ou preventiva)⁵³.

Numa segunda folha, da mesma base *Excel*, inseri os dados referentes às constituições diocesanas, com menção ao livro, bispado, ano, tema da constituição, página, norma da constituição, agentes visados (clero ou crentes) e ação na norma diocesana (preventiva ou punitiva)⁵⁴.

Esta escolha visa, por um lado, comparar os dados das diretivas da igreja na esfera social e religiosa com os dados registados nos livros de visitas das respetivas comunidades paroquias escolhidas para abordagem empírica. Assim, estas variáveis vão no sentido de esboçar considerações sobre os laços, espaços e agentes envolvidos nas questões de partida. Assim, nos próximos tópicos de abordagem serão tecidas as conclusões extraídas, em relação com a bibliografia da temática diretamente ligada às questões orientadoras do quadro teórico já estabelecido.

2.1. Agentes Sociais Visados

Neste tópico pretendemos identificar os vários agentes que se destacam pelas suas ações ao longo dos livros de visitas. O papel destes crentes vai sendo relevante na medida em que nos permite percecionar algumas linhas sobre o perfil destas sociedades no Antigo Regime.

Sabemos que vários estudos já abordam os comportamentos destes indivíduos e os seus graus de parentesco com o cruzamento de outras fontes históricas. Também existem dados para a região do Porto e Coimbra que identificam o cariz socioeconómico destas populações e seus

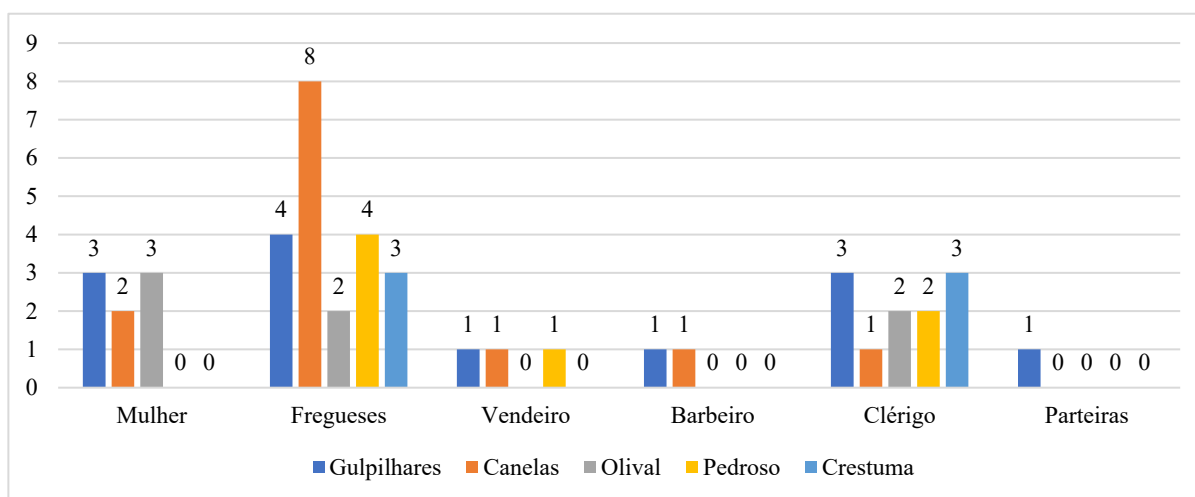
⁵³ Ver os *Titulos da Vezita q pertence ao Deado do Porto-PT/ADPRT/DIO/CABIDO-01/1693, K/15/6/1 – 1693* (Arquivo Distrital do Porto); as *Visitações de Gulpilhares...*; e COSTA, Francisco Barbosa da – *S. Pedro de Pedroso nos séculos XVIII e XIX...*

⁵⁴ SOUSA, João de – *Constituições sinodais do bispado do Porto*. [Em Linha] Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1735.

“pecados públicos”, entre muitos outros aspetos⁵⁵. Porém o nosso enfoque será numa análise mais circunscrita das cinco paróquias e tem por objetivo o reconhecimento desses fiéis. De igual modo, compreender se existem tendências desviantes e os seus laços de sociabilidades estabelecidos através das suas ações.

Começemos por identificar a frequência com que determinados termos surgem, quando associados aos agentes visados pelas fontes que estudamos.

Gráfico 1 - Agentes Visados 1607-1794.



FONTE: *Visitações de Gulpilhares*. Ed. de Francisco Barbosa da Costa e João de Sousa. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. Gabinete de História e Arqueologia, 1986; COSTA, Francisco Barbosa da – *S. Pedro de Pedroso nos séculos XVIII e XIX*. Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. Junta de Freguesia de Pedroso, 2000; *Títulos da Vezida que pertence ao Deado do Porto-PT/ADPRT/DIO/CABIDO-01/1693 K/15/6/1 – 1693* (Arquivo Distrital do Porto).

Ao visualizarmos o Gráfico 1 constatamos que a definição “fregueses” é a que mais predomina no livro de visita da paróquia de Canelas. Isto significa que, mais do que particulares, as anotações ou deliberações são gerais, aplicáveis em grande medida à globalidade da comunidade. Entenda-se, porém, que englobamos todos os agentes que não tinha definição concreta na categoria de fregueses, como pertencentes à respetiva paróquia.

Também é curioso destacar a figura dos clérigos, que são um alvo dominante das preocupações por parte da Igreja, mas também muito identificados através das suas ações desviantes. Tal é o caso de “Sacerdotes com espingardas e armas”, que surgem assim mencionados (criticados), em 1675, no Livro de Visitas de Gulpilhares. Portanto, ocorre também com o título “Padres usam palavras escandalosas”, mencionado em 1643, no Livro de Visitas de Pedroso.

⁵⁵ CARVALHO, Joaquim Ramos de – *Comportamentos morais e estruturas sociais numa paróquia de antigo regime...* SILVA, Lisbeth Marilyn Santos da – *As visitas pastorais na diocese do Porto: (1675- 1800): os comportamentos desviantes censurados...*

Assim, com Trento observamos que esta preocupação, tanto com o clero e suas ações, como com os crentes, aumenta significativamente. Esta normatividade tridentina pode ser constatada através destes dados- tanto com a ação do visitador como com a identificação dos agentes visados nos livros de visitas⁵⁶. Em Portugal, dois séculos depois deste concílio, as suas ações desviantes ainda são observadas neste universo e cronologia de estudo.

Com a questão do disciplinamento do clero presente nas normas tridentinas questionamos também esta realidade na ação do visitador sobre os clérigos, nas paróquias de Gulpilhares, Olival e Crestuma (Veja-se o Quadro 1 em anexo).

O grupo das “Mulheres” também reconhece clara importância, uma vez que nos pós Trento identificamos uma preocupação de combate à superstição e às questões de adultério, presentes também neste mundo católico português. Também com estes dados podemos confirmar esta leitura patente em trabalhos da historiografia que atentam sobre os comportamentos das mulheres. No caso de Gulpilhares destacamos a preocupação sobre as parteiras, por não batizarem as crianças no ato do parto⁵⁷.

No caso de estudo, encontramos o registo de ações desviantes como ocorre em pequenos convívios como em festas, romarias ou procissões⁵⁸. Esta é uma tendência que em nada diverge da historiografia, que refere encontros em locais públicos com homens e mulheres solteiras e uma grande atenção para as parteiras, como potenciais agentes desviantes⁵⁹.

Vendeiros e barbeiros são também agentes de natureza profissional que são identificados ao longo do registo, como alvos de descompostura social, tanto em festas, como em procissões ou romarias. Que “Vendeiros não vendam vinho nos dias santos” estipula-se no Livro de Visitas de Crestuma de 1709. Que “vendeiros não vendam vinho aos domingos e dias santos” estipula-se em 1686, no Livro de Visitas e Gulpilhares. A sua atividade é muitas das vezes punida e proibida, por não seguirem as normas da pastoral ou da religião católicas. Relativamente aos barbeiros podemos destacar que a sua vigilância estava relacionada com a sua ação profissional, ou seja, as várias sangrias que eram proibidas “porque o padre local não administrava o Viático”⁶⁰.

⁵⁶ POLÓNIA, Amélia – “A recepção do Concílio de Trento em Portugal”. In GOUVEIA, António Camões; BARBOSA, David Sampaio; PAIVA, José Pedro (coord.) – *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. Centro de Estudos de História Religiosa, 2014. pp. 41-58.

⁵⁷ “Parteiras não examinam crianças no nascimento” – *Visitações de Gulpilhares...* 1676, fólio 80.

⁵⁸ “Mulheres solteiras a assistirem a e juntarem-se em serões com homens vizinhos a ver” - *Visitações de Gulpilhares...* 1686, fólio 97. Exemplo semelhante em COSTA, Francisco Barbosa da – *S. João Baptista de Canelas – notas monográficas...* 1782.

⁵⁹ Ver PAIVA, José Pedro – *Bruxaria e superstição num país sem “caça às bruxas”: 1600-1774*. 2.ª ed. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.

⁶⁰ *Visitações de Gulpilhares...* pp. 20-25.

Canelas e Gulpilhares destacam-se nesta análise de dados por envolverem em ações desviantes agentes das cinco classificações em números mais significativos. Logo, esta leitura permite destacar a riqueza desta mostragem na temática em conta.

Em Pedroso são maioritariamente identificados fregueses, vendeiros e clérigos como alvos da vigilância eclesiástica. As suas ações e intercessões registadas na documentação denunciam aos olhos da Igreja certas sociabilidades punidas como atos desviantes, previstos nas normas de conduta das comunidades cristãs⁶¹.

Podemos assim concluir que certos grupos em sociedades de Antigo Regime eram mais vigiados do que outros agentes sociais. O corpo eclesiástico local das paróquias e alguns fregueses são apontados como possíveis agentes a denunciar e vigiar e disciplinar⁶². Para tal, várias medidas surgem durante os registos de visitas, que punem estes delitos e desvios, mas também que tentam destacar quem os comete. O incentivo à fiscalização das sociabilidades em comunidades paroquias, parece ser uma das grandes prioridades presentes nos livros de visitas e constituições diocesanas.

A natureza dos agentes, que são classificados e identificados em ambas os documentos sugerem a atenção da Igreja desde as convivências religiosas até aos comuns comportamentos do quotidiano.

2.2. Práticas e Desvios

No seguimento das abordagens, que foram explanadas nos capítulos anteriores, agora queremos focar-nos em aspetos relativos às ações praticadas pelos crentes, detendo a atenção na natureza dos desvios nas ações e na tipologia dessas ações, como variantes escolhidas para este estudo. A primeira dimensão, ou seja, os desvios são categorizados como sendo de natureza moral, religiosa ou profissional, de acordo com os registos levantados nos livros de visitas das cinco paróquias em análise.

A segunda dimensão diz respeito às práticas dos crentes, ou seja, às ações dos outros crentes que conduzem às denúncias dos desvios apontados. Centramo-nos em atos de denúncia ou vigilância, comportamentos que parecem ser inculcados pela normatividade da Igreja. Alguns estudos já têm se debruçado sobre esta questão de desvios e pecados públicos, tanto para a

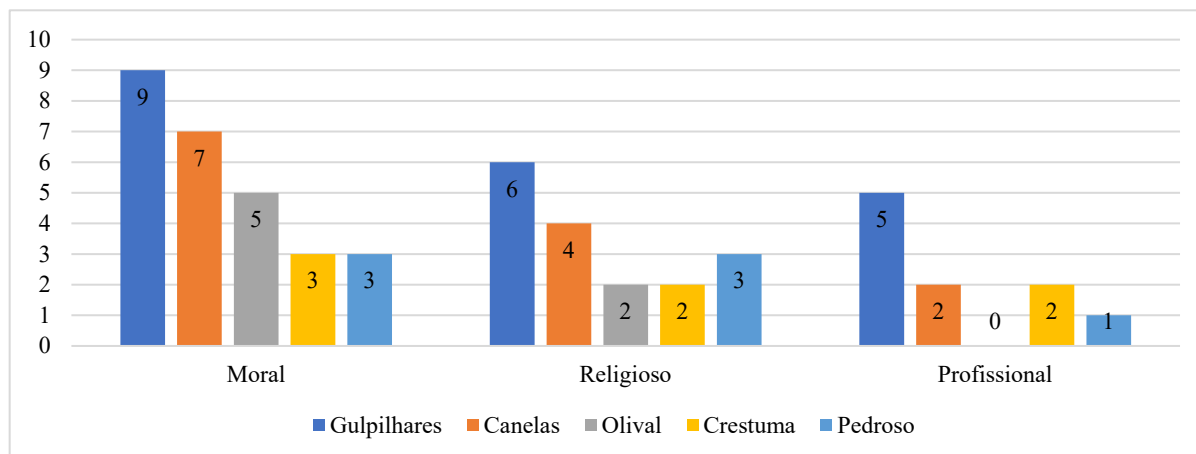
⁶¹ “Denunciar pecadores” é a menção feita no Livro de Visitas de Pedroso de 1794, o que corresponde ao dever de denunciar nas visitas e ao juiz eclesiástico, previsto nas constituições sinodais, livro, assim como o dever de “denunciar os hereges”, estipulado nas Constituições Sinodais do Bispado de D. João de Sousa.

⁶² ALMEIDA, Fortunato de – *História da igreja em Portugal*. Nova edição preparada e dirigida por Damião Peres. Porto: Portucalense Editora, 1967-1968. Vol. 1 e Vol. 2.

diocese portuense como para Coimbra⁶³, todavia analisadas numa perspetiva mais macro, a nível diocesano.

As conclusões a que nós próprios chegamos encontram-se explícitas nos Gráficos 2 e 3, que representam a tipologia das ações e a natureza dos desvios.

Gráfico 2 - Natureza dos desvios nas ações dos crentes.



FONTE: *Visitações de Gulpilhares*. Ed. de Francisco Barbosa da Costa e João de Sousa. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. Gabinete de História e Arqueologia, 1986; COSTA, Francisco Barbosa da – *S. Pedro de Pedroso nos séculos XVIII e XIX*. Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. Junta de Freguesia de Pedroso, 2000; *Títulos da Vezita q pertence ao Deado do Porto-PT/ADPRT/DIO/CABIDO-01/1693, K/15/6/1 – 1693* (Arquivo Distrital do Porto).

No que concerne à natureza dos desvios, podemos destacar os de natureza moral como os mais praticados nas cinco paróquias dentro da cronologia estabelecida. Entre eles encontram-se referências a práticas de “mulheres de maus costumes e má vida”⁶⁴ ou “pessoas com conversas escandalosas”⁶⁵.

Seguem-se os de natureza religiosa e profissional em paróquias como Gulpilhares e Canelas com valores elevados. “Não rezam a missa na capela”⁶⁶; “Proibir de trabalhar os moleiros aos dias santos e festas”⁶⁷ são alguns dos títulos que se encontram.

Pedroso apresenta uma tendência que abarca as três tipologias, mas em números mais baixos. O quadro geral destes dados remete-nos para o domínio religioso e moral como alvos mais identificados nas ações desviantes dos fiéis. Logo, a postura da Igreja seria mais ativa face ao controlo destas condutas em sociedade.

⁶³ Ver SANTOS, Eugénio dos – “Os livros das visitas pastorais da região portuense: questões e perspectivas de abordagem”... pp. 237-244; CARVALHO, Joaquim Ramos de – *Comportamentos morais e estruturas sociais numa paróquia de antigo regime...*; e SILVA, Lisbeth Marilin Santos da – *As visitas pastorais na diocese do Porto: (1675- 1800): os comportamentos desviantes censurados...*

⁶⁴ *Títulos da Vezita q pertence ao Deado do Porto...* 1776, fólho 80

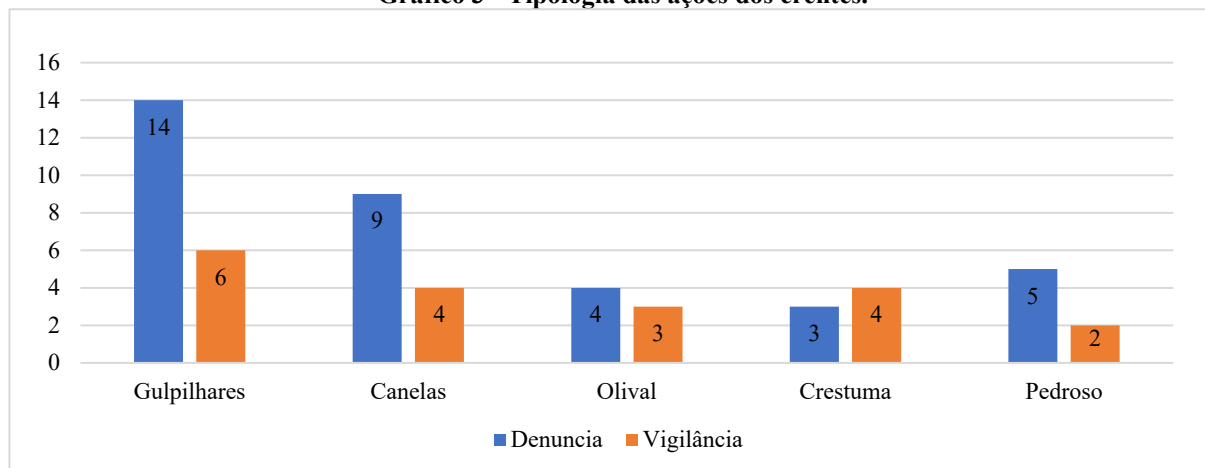
⁶⁵ COSTA, Francisco Barbosa da – *S. João Baptista de Canelas – notas monográficas...* 1655.

⁶⁶ COSTA, Francisco Barbosa da – “Visitações da Igreja de Santa Maria de Olival, século XVIII”... 1754.

⁶⁷ *Títulos da Vezita q pertence ao Deado do Porto...* 1694, fólho 102.

Face às ações dos crentes, conseguimos destacar a predominância da ação de denúncia como sendo a que mais suscita a intervenção do visitador. Desde Gulpilhares a Pedroso, os registos remetem-nos para a tipologia de denúncia, presente nas ações dos crentes na comunidade. Esta medida parece sustentar o que a bibliografia vai discutindo sobre esta matéria⁶⁸. Através do cruzamento dos livros de visitas e as constituições diocesanas é possível compreender as diretrizes da Igreja que encaminham os crentes a denunciarem os “pecadores públicos”⁶⁹.

Gráfico 3 - Tipologia das ações dos crentes.



FONTE: *Visitações de Gulpilhares*. Ed. de Francisco Barbosa da Costa e João de Sousa. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. Gabinete de História e Arqueologia, 1986; COSTA, Francisco Barbosa da – *S. Pedro de Pedroso nos séculos XVIII e XIX*. Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. Junta de Freguesia de Pedroso, 2000; *Titulos da Vezita q pertence ao Deado do Porto-PT/ADPRT/DIO/CABIDO-01/1693, K/15/6/1 – 1693*(Arquivo Distrital do Porto)

Ressumam do Gráfico 3 níveis de denúncia mais elevados em Gulpilhares e Canelas, tendo em conta as limitações da fonte. De modo geral, destacam-se as ações de denúncia e desvios morais e religiosos face a Pedroso, Olival e Crestuma. O cuidado em combater as bruxarias e superstições, práticas identificadas em algumas ações dos crentes, está patente nas constituições diocesanas⁷⁰. Deste modo, voltamos a reforçar a ideia de que dois séculos após a ação Tridentina, estes costumes profanos são combatidos nestas comunidades, por parte da Igreja, com fins e objetivos muito claros para com os “pecadores”⁷¹.

⁶⁸ Ver CARVALHO, Joaquim Ramos de – *Comportamentos morais e estruturas sociais numa paróquia de antigo regime...*; e SILVA, Lisbeth Marilin Santos da – *As visitas pastorais na diocese do Porto: (1675- 1800): os comportamentos desviantes censurados...*

⁶⁹ Ver PAIVA, José Pedro; CARVALHO, Joaquim – “A evolução das visitas pastorais da diocese de Coimbra nos séculos XVII e XVIII”... pp. 29-41; e CARVALHO, Joaquim Ramos de – *Comportamentos morais e estruturas sociais numa paróquia de antigo regime...*

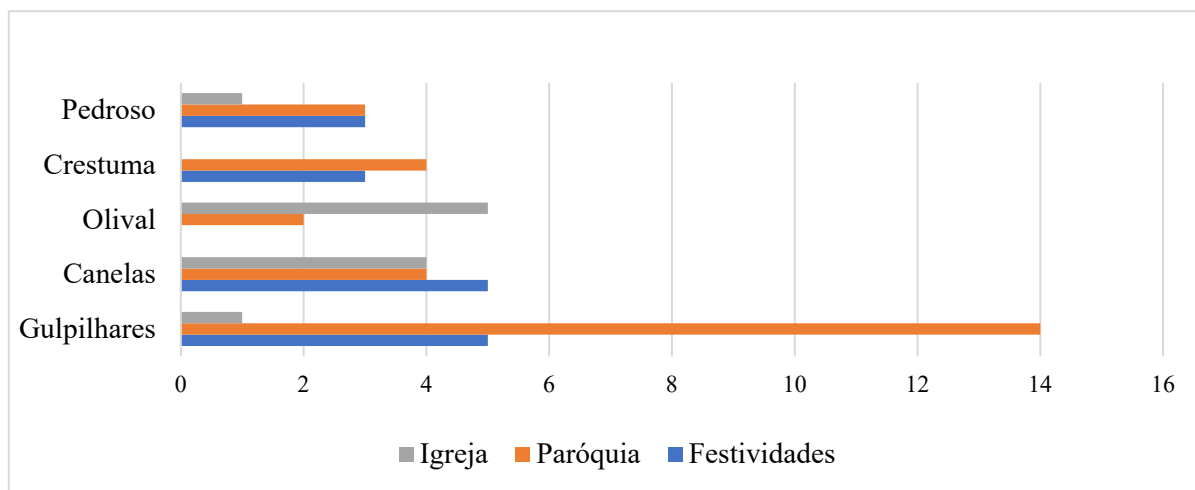
⁷⁰ Assim acontece com o previsto no Livro 5 das Constituições Diocesanas do bispado de D. João de Sousa. Sobre esta matéria veja-se SOUSA, João de – *Constituições sinodais do bispado do Porto...*

⁷¹ CARVALHO, Joaquim Ramos de – “A jurisdição episcopal sobre leigos em matéria de pecados públicos: as visitas pastorais e o comportamento moral das populações portuguesas de Antigo Regime”. *Revista Portuguesa de História*. [Em Linha] Coimbra: FLUC. Instituto de História Económica e Social. Tomo 24 (1988) pp. 121-163.

2.3. Os espaços de sociabilidade

Através dos registos dos livros de visitas conseguimos identificar alguns dos locais onde estes crentes convivam e interagem, no seu quotidiano. Estes estão projetados no Gráfico 4, como resultado do levantamento da fonte em questão.

Gráfico 4 - Espaços de Sociabilidade.



FONTE: *Visitações de Gulpilhares*. Ed. de Francisco Barbosa da Costa e João de Sousa. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. Gabinete de História e Arqueologia, 1986; COSTA, Francisco Barbosa da – *S. Pedro de Pedroso nos séculos XVIII e XIX*. Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. Junta de Freguesia de Pedroso, 2000; *Titulos da Vezita q pertence ao Deado do Porto-PT/ADPRT/DIO/CABIDO-01/1693, K/15/6/1 – 1693*(Arquivo Distrital do Porto)

Ao observarmos o gráfico constatamos a presença de três espaços distintos predominantes. A igreja, que abarca o espaço dentro da própria instituição; a paróquia como circunscrição mais abrangente para os crentes e as suas ações e por fim, as festividades, que inserem o profano e sagrado, ou seja, romarias e procissões.

Através das fontes em análise, conseguimos confirmar as leituras de alguns autores que apresentam estes espaços e as suas atividades como lugares de cruzamento entre o profano e sagrado, como ocorre, por exemplo com a multa de 1000 réis prevista para as “Pessoas bebem a água benta da igreja”⁷².

Gulpilhares destaca-se a par de Canelas, pela preponderância de ações, e movimentações dos crentes em espaços públicos e as festividades. Vejam-se os títulos; “Mulheres solteiras nos serões”⁷³ ou “Não durmam as mulheres de noite nos moinhos”⁷⁴

Olival, Crestuma e Pedroso têm registadas predominantes práticas de sociabilidade relacionadas também com comportamentos em espaços públicos. Destaque-se o caso de Olival:

⁷² COSTA, Francisco Barbosa da – *S. João Baptista de Canelas – notas monográficas...* 1661.

⁷³ *Ibidem*, 1686.

⁷⁴ *Titulos da Vezita q pertence ao Deado do Porto...* 1699, Fólio 107.

“Mulheres do lugar de Arnelas iam lavar-se à fonte estando descompostas causando grande escândalo”⁷⁵; “Mulheres em Arnelas vão ouvir missa a outra capela e não vão à igreja ouvir os preceitos da missa”⁷⁶.

De modo geral, podemos constatar que a paróquia parece ser um dos grandes espaços de sociabilidade e de interação entre crentes, párocos e visitantes. Tal afirmação é sustentada por esta amostra. Entre 1607 e 1794 o levantamento de dados confirma que a paróquia é considerada como um local de pertença destas comunidades.

Quanto a práticas sociais relacionadas com festividades, estas tanto ocorrem no espaço da igreja como em espaços de festividades laicas, estas por vezes associadas a romarias e a procissões⁷⁷. Práticas como “desordem nas vendas por causa dos jogos”⁷⁸; “padres mascarados nas festas”⁷⁹ são disso elucidativos. São estes os espaços onde todos os crentes convivem e sociabilizam no Antigo Regime- entre espaços “sagrados e profanos”⁸⁰.

Tendo em conta o espectro e variáveis de análise utilizadas, assim como as fontes cruzadas, compreendemos que a prática do jogo, a venda de vinho ou as folias nas festas, são consideradas desviantes, pela ação do Bispo e da Igreja⁸¹. Isto em nada contraria as tendências apontadas pela historiografia.

2.4. Ação da Igreja: o Visitador

A análise da ação do bispo visitador tem sido trabalhada por diversos autores, que vão focando o perfil destes bispos e os percursos enquanto fiscalizadores da ação pastoral.

José Pedro Paiva⁸² e Lisbeth Santos da Silva⁸³ são alguns dos autores que se focaram nesta perspetiva de estudo, com áreas distintas de abordagem e universos distintos de análise. Referem-se ao perfil destes eclesiásticos, formação, percurso e atuação em universos distintos.

Nesta abordagem, o intuito da análise não será o perfil do visitador, o seu percurso ou suas redes, mas a sua ação face aos comportamentos dos fiéis registados nos livros de visitas, em primeiro plano. Em segundo plano, pretende-se verificar se ação do visitador corresponde à norma ou diretriz emitida pela Igreja Católica, coligida nas constituições diocesanas.

⁷⁵ *Títulos da Vezita q pertence ao Deado do Porto...* 1700.

⁷⁶ *Títulos da Vezita q pertence ao Deado do Porto...* 1706.

⁷⁷ KAMEN, Henry – *Early modern European society*. 2.^a ed. revista. Londres: Routledge, 2005. pp. 173-175.

⁷⁸ *Títulos da Vezita q pertence ao Deado do Porto...* 1772.

⁷⁹ *Visitações de Gulpilhares...* 1675, Fólio 76.

⁸⁰ CATARINO, Maria Manuela – *Entre o Sagrado e o Profano...* (para uma leitura do Livro de Visitações da freguesia de S. Pedro da Cadeira – sécs. XVII e XVIII). In SILVA, Carlos Guardado da (coord.) - *Turres Veteras X, História do Sagrado e do Profano*. Lisboa: Edições Colibri [etc.], 2008. pp. 225-230.

⁸¹ Presentes nos Livros de Visitas de Gulpilhares, Olival, Pedroso, Canelas e Crestuma.

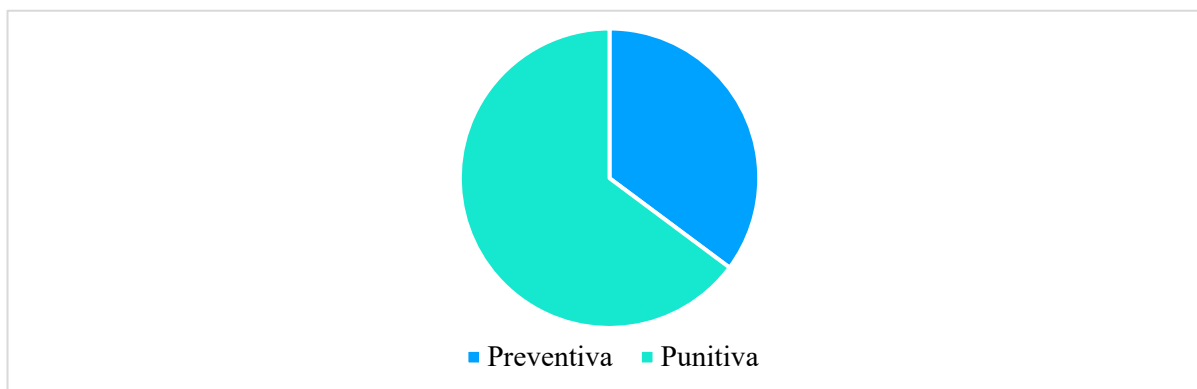
⁸² PAIVA, José, Pedro – “Os bispos e a Inquisição portuguesa (1536-1613)”... pp. 43-76.

⁸³ SILVA, Lisbeth Marilin Santos da – *As visitas pastorais na diocese do Porto: (1675- 1800): os comportamentos desviantes censurados...*

Neste sentido, este cruzamento de dados visa responder a algumas questões, entre as quais: A vida comunitária seria pautada pelos livros de visitas como mecanismos de controlo? O que era imposto pelas visitas seria na realidade cumprido? Os gráficos aqui apresentados são uma amostragem de 54 registos de ações de visitantes em visitas distintas às 5 paróquias escolhidas como universo de estudo, ou seja, tomando em bloco os cinco livros de visitas como fonte das informações.

O segundo momento será cruzar esses dados com o conjunto de registos normativos que foram retirados das constituições diocesanas, tecendo algumas considerações. No que concerne ao Gráfico 5 podemos retirar alguns dados que dizem respeito à ação do visitante sobre os comportamentos dos crentes, tendo-se classificado a sua ação como preventiva ou punitiva.

Gráfico 5 - Ação do Visitador nos Livros de Visitas - 1607-1794.



FONTES: *Visitações de Gulpilhares*. Ed. de Francisco Barbosa da Costa e João de Sousa. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. Gabinete de História e Arqueologia, 1986; COSTA, Francisco Barbosa da – *S. Pedro de Pedroso nos séculos XVIII e XIX*. Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. Junta de Freguesia de Pedroso, 2000; *Titulos da Vezita [?] pertence ao Deado do Porto-PT/ADPRT/DIO/CABIDO-01/1693, K/15/6/1 – 1693*(Arquivo Distrital do Porto)

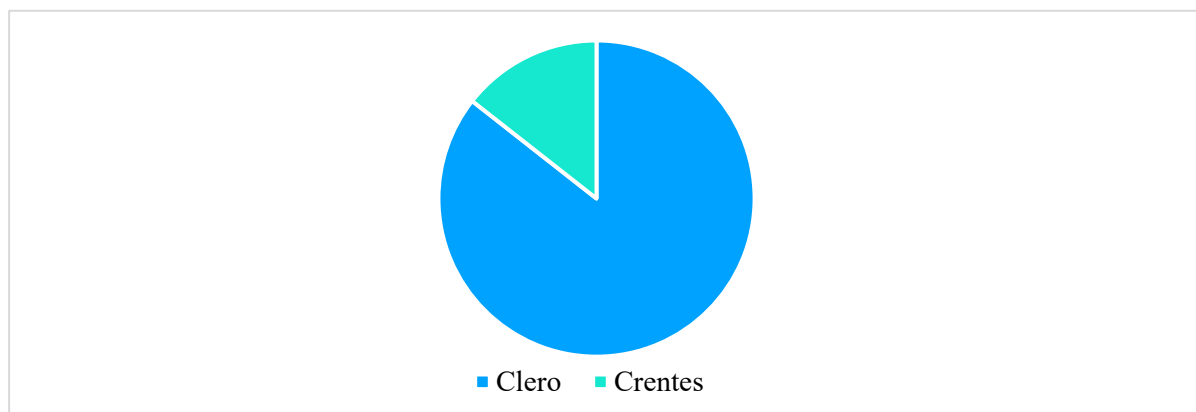
Face aos comportamentos analisados até agora, a ação do bispo será maioritariamente punitiva. Esta medida pode constatar-se ao longo dos vários registos nos livros de vistas.

Essa intervenção punitiva revela que a instituição Igreja escolhe impor as suas normas de conduta com base em castigos que disciplinem estas comunidades, depreendendo-se a convicção de que uma intervenção nas sociabilidades destes fiéis seria mais efetiva do que a ação preventiva.

O Bispo visitante funciona como um ator corretivo. Mais do que impor a sua vontade, tem de implementar as estratégias de disciplinamento social da Igreja para incentivar a adoção dos valores e crenças, do mundo católico, nos crentes. Essa relação está presente no quadro 1, que contempla a ação do visitante sobre os desvios dos crentes face ao estipulado nas Constituições Diocesanas.

Esta leitura pode ser aprofundada com o cruzamento com o Gráfico 6, que demonstra que as constituições consagram uma atitude mais preventiva do que punitiva, para o clero, verificando-se o contrário no que se refere aos crentes. Nele observamos uma preponderância de diretivas que visam o clero, presente no levantamento de dados nas constituições, o que demonstra uma clara preocupação face aos seus comportamentos e ações, enquanto guia pastoral da comunidade paroquial.

Gráfico 6 – Agentes visados nas constituições diocesanas.



FONTES: SOUSA, João de – *Constituições sinodais do bispado do Porto*. Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1735.

Em finais do século XVIII presenciamos um contínuo desleixo do clero paroquial face às suas funções⁸⁴. Ao longo do trabalho também nos podemos socorrer de relatos decorrentes das leituras da historiografia para confirmar esta afirmação⁸⁵.

De igual modo, é possível visualizar esta “crise da paróquia” nos registos utilizados pela abordagem deste trabalho⁸⁶. As chamadas de atenção que identificamos nas constituições diocesanas e nos livros de visita face à ausência dos párocos na paróquia, ou o não cumprimento das suas funções enquanto pastores evidenciam-no.

A atenção sobre os crentes era de igual modo importante. Contudo, a preocupação com a formação do clero poderia ser um caminho mais seguro para controlar e transmitir as ideias da igreja às massas dos crentes⁸⁷.

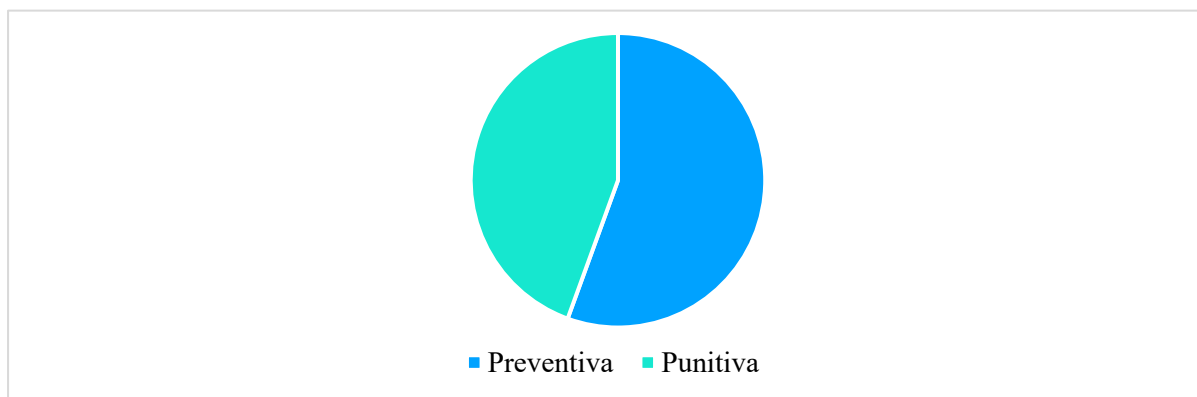
⁸⁴ “O padre não quer acompanhar os fiéis na procissão”, diz-se no Livro de Visitas de Gulpilhares de 1617. Ver *Visitações de Gulpilhares...*

⁸⁵ CAPELA, José Viriato – A crise da paróquia no Antigo Regime: a paróquia rural portuguesa a caminho de um novo modelo de ação paroquial. Nova pastoral. Ensino e assistência. In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; ESTEVES, Alexandra (eds) - *Marginalidade, Pobreza e Respostas Sociais na Península Ibérica, séculos XVI-XX*. [Em Linha] Braga: CITCEM, 2011. p. 89-105.

⁸⁶ *Ibidem*.

⁸⁷ SILVA, Francisco Ribeiro da – “O Bispado do Porto à luz das constituições sinodais da época moderna: valores clericais e normas de comportamento.”... pp. 57-81.

Gráfico 7 – Normas Diocesanas



FONTES: SOUSA, João de – *Constituições sinodais do bispado do Porto*. Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1735.

O Gráfico 7 projeta dados referentes às constituições diocesanas. Aqui, e como ficou dito, as ações de caráter preventivo predominam face às punitivas. O que é natural, uma vez que são normas de orientação de comportamentos, ao contrário da incidência das visitas, que visam corrigir desvios e práticas não consonantes com o estipulado, também nas Constituições.

Tanto os bispos como o clero local deveriam obedecer a todo um processo e divulgação da visita, e tinham um conjunto de “chamadas de atenção” para vários comportamentos contrários à conduta católica⁸⁸.

Os estudos de José Pedro Paiva e Lisbeth Santos da Silva remetem para a importância que certos bispos atribuem ao clero e à sua ação durante o processo de visita. No caso do Porto, podemos destacar que as ações sobre o clero paroquial foram de suma importância para o bispo regente⁸⁹, assim como todo o processo de devassa era maioritariamente voltado para as ações dos crentes, mas nunca perdendo de vista a figura e a atuação do pároco local⁹⁰.

Este confronto entre norma e desvio em ações de crentes ou clérigos encontra-se documentada no quadro 1, que compreende, na componente das Visitas, as cinco paróquias, entre os séculos XVII e XVIII. Através deste cruzamento conseguimos comprovar a preocupação de punição presente nas visitas e a norma diretiva presente nas constituições⁹¹.

Na paróquia de Gulpilhares, é registado, no livro de vistas de 1626 que “Mulheres de maus costumes e desonestas” estavam a perturbar a boa conduta desta região. Esta ação dos crentes é punida pelo bispo visitador e também prevista nas constituições, sob o artigo “punir palavras escandalosas e ofensas a deus”⁹².

⁸⁸ SOUSA, João de – *Constituições sinodais do bispado do Porto...*

⁸⁹ SILVA, Lisbeth Marilyn Santos da – *As visitas pastorais na diocese do Porto: (1675- 1800): os comportamentos desviantes censurados...*

⁹⁰ CARVALHO, Joaquim Ramos de – *Comportamentos morais e estruturas sociais numa paróquia de antigo regime...*

⁹¹ PAIVA, José Pedro – “Inquisição e visitas pastorais: dois mecanismos complementares de controle social?”. *Revista de História das Ideias*. [Em Linha] Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. Vol. 11 (1989) pp. 85-102.

⁹² *Visitações de Gulpilhares...*

Este cruzamento entre a norma diocesana versus a ação do visitador como linha de análise, permite constatar que as várias ações do bispo visitador acabavam, no fundo, por refletir as inquietações e conceitos que a Igreja Católica pretendia pregar através da pastoral, as quais se encontram expressas nas Constituições diocesanas. Esta convergência era, na verdade, desejável e o seu efeito esperado pelos decretos tridentinos.

A vida comunitária tendia a ser pautada por estas normas, porém as sucessivas denúncias das ações dos crentes, ou a ação do Bispo sobre estes fiéis refletem que estas comunidades fugiam ao que era na realidade, imposto pela Igreja, de forma normativa e punitiva. Por um lado, a Igreja incentiva, através do bispo visitador e da formação do clero local, a denúncia destes desvios. Mas por outro lado, as ações dos crentes refletem, na sua espontaneidade, um leque de práticas de sociabilidade ancestrais e adquiridos, dificilmente colmatado, mesmo num espaço secular, pela normatividade de Trento⁹³.

Os livros de visitas tornam-se, pois, fontes indispensáveis à ação pastoral, por um lado para recolher informações e fazer diagnósticos sobre o seu bispado, e por outro lado para aferir se as suas indicações eram, de facto cumpridas⁹⁴.

Considerações Finais

O que se apresentou no presente trabalho permite sustentar e documentar a afirmação de Gabriel Le Bras, segundo a qual a paróquia é um “mundo vivo; uma pessoa jurídica e um ser histórico”. Através do estudo das paróquias conseguimos observar a “coletividade dos seus habitantes, um povo com unidade de costumes; são agentes de estatuo no fim espiritual e esboçam várias realidades e evoluções das comunidades que as rodeiam”⁹⁵.

No domínio do disciplinamento social constatamos que a igreja de forma direta e indireta utiliza mecanismos como os livros de visitas e os visitadores, para fazer cumprir as diretrizes católicas patentes nas normas diocesanas, direcionadas para leigos e eclesiásticos⁹⁶. A dimensão moral e religiosa demonstra-se de profunda relevância para estas sociedades de

⁹³ Essas práticas são, porém, identificados como “pecados públicos” segundo Joaquim Ramos de Carvalho, e por isso punidos. CARVALHO, Joaquim Ramos de – “A jurisdição episcopal sobre leigos em matéria de pecados públicos...” pp. 161-163.

⁹⁴ SANTOS, Eugénio dos – “Os livros das visitas pastorais da região portuense: questões e perspectivas de abordagem”... pp. 237-244.

⁹⁵ LE BRAS, Gabriel – *Études de sociologie religieuse*. Paris: Presses Universitaires de France, 1955-1956. 2 vols..

⁹⁶ PAIVA, José Pedro – “Inquisição e visitas pastorais: dois mecanismos complementares de controle social?”... pp. 85-102.

Antigo Regime que se encontram umbilicalmente ligadas à paróquia e à instituição igreja que, por sua vez, pautam a vida em sociedade⁹⁷.

Assim, ao atentar-mos nestes “universos de estudo” verificamos o forte cunho tridentino não só através dos dados retirados das fontes, mas também ao confrontar-mos as ações diárias dos “fregueses” de cada paróquia. O nosso estudo aponta para uma forte vigilância, por parte do mundo católico relativamente aos seus fiéis, mas também um conjunto de hábitos e medidas, que visavam conter e denunciar comportamentos moralmente condenáveis aos olhos da igreja⁹⁸.

Nas paróquias em análise, como em tantas outras da Cristandade Ocidental, e do mundo católico em particular, os crentes eram vigiados pela Igreja e os seus agentes, o pároco e o visitador, sendo os seus comportamentos alvo de suspeição e punição, como observamos. Sobre esses espaços onde interagiam, vivam e morriam os crentes, pouco se tem explorado com base nos livros de vistas. Esta dimensão de estudo social é sem dúvida, uma das mais complexas de abordar, até pela qualidade e quantidade das fontes disponíveis.

Na paróquia, as realidades da esfera social e religiosa acabam por se completar, como o comprovam os dados apresentados, sabendo que a esfera social é pela vivência coletiva de agentes que eram, sobretudo, crentes. A experiência individual do sagrado também é coletiva, como se constata nestes espaços de sociabilidade⁹⁹.

A complementaridade de análise da História Religiosa e da História Social é por isso indispensável, não existindo sociedade sem religião, nem religião sem formas de sociabilidade¹⁰⁰. Esta foi o foco seguido neste trabalho, que se centrou também no esboço de uma análise que pretendeu acompanhar e testar perspetivas de análise já utilizadas por outros autores, mas com leituras aplicadas a outros estudos de caso.

Em futuras investigações poderemos explorar possíveis relações entre a história religiosa e a história das mulheres, na medida em que conseguimos retirar algumas informações interessantes para definir o perfil deste “grupo das mulheres” nas comunidades de Antigo Regime e avaliar o seu papel enquanto atores sociais.

Por último, ainda que com limitações impostas pelas fontes e porventura pela incipiente experiência do autor, este trabalho conduziu-nos ao ritmo do quotidiano destas comunidades e

⁹⁷ Ver BETHENCOURT, Francisco – “As visitas pastorais: Um estudo de caso (Entradas, 1572-1593)”. *Revista de História Económica e Social*. I série. Vol. 19 (1987) pp. 95-112; e CARVALHO, Joaquim Ramos de – *Comportamentos morais e estruturas sociais numa paróquia de antigo regime...*

⁹⁸ CARVALHO, Joaquim de – “Micro-Historical Perspectives on Moral Choice: Case Studies from Early Modern Portugal”... pp. 1-18.

CARVALHO, Joaquim Ramos de – “A jurisdição episcopal sobre leigos em matéria de pecados públicos...”

⁹⁹ GODINHO, Vitorino Magalhães – *A História Social: Problemas, Fontes e Métodos...*

¹⁰⁰ *Ibidem*.

dos homens e mulheres comuns, nos seus efetivos espaços de interação. Esta perspetiva, incidente sobre os espaços que os crentes/ fregueses frequentavam numa base quotidiana poderá conduzir a futuros estudos que prossiga modelos já testados por outros autores sobre a recriação das redes de sociabilidade em comunidades de Antigo Regime¹⁰¹.

Fontes

Fontes Manuscritas:

Títulos da Vezita q pertence ao Deado do Porto - PT/ADPRT/DIO/CABIDO-01/1693, K/15/6/1 – 1693 (Arquivo Distrital do Porto).

Fontes Impressas:

Visitações de Gulpilhares. Ed. de Francisco Barbosa da Costa e João de Sousa. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. Gabinete de História e Arqueologia, 1986. 255p.

O foral manuelino de Vila Nova de Gaya, 1518-2018. Ed. de Eduardo Vítor Rodrigues; Trad. Susana Guimarães; Transc. de Sónia Feirreia. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 2018. ISBN 978-972-581-078-1.

SOUSA, João de – *Constituições sinodais do bispado do Porto*. [Em Linha] Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1735. Disponível em WWW:<URL: <http://hdl.handle.net/10316.2/9607>>.

Outras Fontes:

COSTA, Francisco Barbosa da – “Usos e Costumes nos livros de visitasões de algumas freguesias de Gaia”. Separata da *Revista Gaia*, vol. II. Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, 1984. pp. 281-290. 301 p..

— – *S. João Baptista de Canelas – notas monográficas*. Canelas: Edição da Paróquia de Canelas, 1980. 453 p..

— – *S. Pedro de Pedroso nos séculos XVIII e XIX*. Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. Junta de Freguesia de Pedroso, 2000. ISBN: 972-581-037-6.

— – “Visitações da Igreja de Santa Maria de Olival, século XVIII”. Separata da *Revista Gaia*, vol. I. Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, 1983. 12 p..

¹⁰¹ CARVALHO, Joaquim de – “Micro-Historical Perspectives on Moral Choice: Case Studies from Early Modern Portugal”... pp. 1-18.

Bibliografia

- ALMEIDA, Fortunato de – *História da igreja em Portugal*. Nova edição preparada e dirigida por Damião Peres. Porto: Portucalense Editora, 1967-1968. Vol. 1 e Vol. 2.
- AZEVEDO, Carlos A. Moreira – *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001.
- AZEVEDO, Carlos A. Moreira (dir.) – Humanismos e reformas, Vol. 2 de MARQUES, João Francisco, e GOUVEIA, António Camões (coord.). “História religiosa de Portugal”. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2002.
- BETHENCOURT, Francisco – “As visitas pastorais: Um estudo de caso (Entradas, 1572-1593)”. *Revista de História Económica e Social*. I série. Vol. 19 (1987) pp. 95-112.
- CAPELA, José Viriato – A crise da paróquia no Antigo Regime: a paróquia rural portuguesa a caminho de um novo modelo de ação paroquial. Nova pastoral. Ensino e assistência. In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; ESTEVES, Alexandra (eds) - *Marginalidade, Pobreza e Respostas Sociais na Península Ibérica, séculos XVI-XX*. [Em Linha] Braga: CITCEM, 2011. p. 89-105. Disponível em WWW:<URL: <http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/citcem/article/view/634>>.
- CARVALHO, Joaquim de – “Micro-Historical Perspectives on Moral Choice: Case Studies from Early Modern Portugal”. *E-Journal of Portuguese History*. [Em Linha] Rhode Island, Porto: Brown University, Universidade do Porto. Vol.2, n.º 2 (2004) pp. 1-18. Disponível em WWW:<URL:https://digitalis.uc.pt/pt-pt/artigo/micro_historical_perspectives_moral_choices_case_studies_early_modern_portugal>.
- – “A jurisdição episcopal sobre leigos em matéria de pecados públicos: as visitas pastorais e o comportamento moral das populações portuguesas de Antigo Regime”. *Revista Portuguesa de História*. [Em Linha] Coimbra: FLUC. Instituto de História Económica e Social. Tomo 24 (1988) pp. 121-163. Disponível em WWW:<URL:<http://hdl.handle.net/10316/12788>>.
- – *Comportamentos morais e estruturas sociais numa paróquia de antigo regime: Soure, 1680-1720: reconstituições, interpretações e metodologias*. [Em Linha] Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1997. Dissertação de Doutoramento em História Moderna. Disponível em WWW:<URL:<http://hdl.handle.net/10316/702>>.
- CARVALHO, Joaquim; PAIVA, José Pedro – “A evolução das visitas pastorais da Diocese de Coimbra nos séculos XVII e XVIII”. *Ler História*. [Em Linha] N.º 15 (1989) pp. 29-41. Disponível em WWW:<URL: https://www.academia.edu/34904584/A_evolu%C3%A7%C3%A3o_das_visitas_pastorais_da_diocese_de_Coimbra_nos_s%C3%A9culos_XVII_e_XVIII_with_Joaquim_Ramos_de_Carvalho>.
- CATARINO, Maria Manuela – Entre o Sagrado e o Profano... (para uma leitura do Livro de Visitações da freguesia de S.Pedro da Cadeira – sécs. XVII e XVIII). In SILVA, Carlos

- Guardado da (coord.) - *Turres Veteras X, História do Sagrado e do Profano*. Lisboa: Edições Colibri [etc.], 2008. pp. 225-230.
- GODINHO, Vitorino Magalhães – *A História Social: Problemas, Fontes e Métodos. Colóquio da Escola Normal Superior de Saint-Cloud (15-16 de Maio de 1965)*. Trad. Maria Antonieta Magalhães Godinho. Lisboa: Edições Cosmos, 1973.
- KAMEN, Henry – *Early modern European society*. 2.^a ed. revista. Londres: Routledge, 2005.
- LE BRAS, Gabriel – *Études de sociologie religieuse*. Paris: Presses Universitaires de France, 1955-1956. 2 vols..
- MARQUES, A. H. de Oliveira; SERRÃO, Joel (dir.) – *Portugal do renascimento à crise dinástica. Vol. 5* de DIAS, João Alves (coord.), “Nova História de Portugal”. Lisboa: Editorial Presença, 1998.
- MATTOSO, José (dir.) – *No Alvorecer da Modernidade (1480-1620), Vol. 3* de MAGALHÃES, Joaquim Romero (coord.), “História de Portugal”. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.
- NETO, Margarida Sobral - “Historiografia Portuguesa da Época Moderna”. *Revista de Teoria da História*, vol. 17. 2017, pp. 124-146.
- - “Senhorios e concelhos na época moderna: relações entre dois poderes concorrentes”. In CUNHA, Mafalda Soares da; FONSECA, Teresa, (eds.) - *Os Municípios no Portugal Moderno: Dos Forais Manuelinos às Reformas Liberais*. [Em Linha] Lisboa: Edições Colibri, CIDEHUS-UE, 2005. pp. 149-165. Disponível em: WWW:<URL:<http://hdl.handle.net/10316/86341>>.
- PAIVA, José Pedro – “Pastoral Visitations in the First World Empires (Spain and Portugal in the 16th and 17th Centuries): A Comparative Approach.” [Em linha]. *Journal of Early Modern History*. Vol. 24, n.º 3. pp. 224–252. Disponível em: WWW:<URL:<https://doi.org/10.1163/15700658-12342670>>.
- – “Inquisição e visitas pastorais: dois mecanismos complementares de controle social?”. *Revista de História das Ideias*. [Em Linha] Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. ISSN: 2183-8925. Vol. 11 (1989) pp. 85-102. Disponível em: WWW:<URL:<http://hdl.handle.net/10316.2/42911>>.
- – *Bruxaria e superstição num país sem “caça às bruxas”: 1600-1774*. 2.^a ed. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.
- – “Os bispos e a Inquisição portuguesa (1536-1613)”. *Lusitania Sacra*. [Em Linha] Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa. 2.^a Série, Tomo 15, (2003) pp. 43-76. Disponível em: WWW:<URL:<http://hdl.handle.net/10400.14/4407>>.
- PENTEADO, Pedro – “Confrarias portuguesas da época moderna: problemas, resultados e tendências da investigação”. *Lusitania Sacra*. CEHR, 1995, pp.15-52.

- PEREIRA, Isaiás da Rosa – “Visitas Paróquias dos Séculos XIV, XV e XVI”. *Lusitania Sacra*. 2ª série, Tomo IV (1992) pp. 311-344. Disponível em: WWW:<URL: <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.1993.8045>>.
- POLÓNIA, Amélia – “A recepção do Concílio de Trento em Portugal”. In GOUVEIA, António Camões; BARBOSA, David Sampaio; PAIVA, José Pedro (coord.) – *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. Centro de Estudos de História Religiosa, 2014.
- RAMOS, Luís António Oliveira de – *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 2000.
- SANTOS, Cândido Augusto Dias dos – “Gaia do século XVI ao século XVIII: História Económica e Social”. In AA. VV. – *História de Gaia*. Vila Nova de Gaia: Câmara de Vila Nova de Gaia, 1985. pp. 321-438.
- SANTOS, Eugénio dos – “Os livros das visitas pastorais da região portuense: questões e perspectivas de abordagem”. *Revista de História*. [Em Linha] Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. N.º 2 (1979) pp. 237-244. Disponível em WWW:<URL: <http://hdl.handle.net/10216/13170>>.
- SILVA, Francisco Ribeiro da – “O Bispado do Porto à luz das constituições sinodais da época moderna: valores clericais e normas de comportamento.” In *Tempos e lugares de memória: homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão. Actas Vol.1*. [Em Linha] Aveiro: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão [etc.]: 2002. pp. 57-81. Disponível em WWW:<URL:<https://hdl.handle.net/10216/54027>>.
- — *O Porto e o seu termo 1580-1640: Os homens as instituições e o poder. Volume I*. Porto: [Edição do Autor], 1985.
- SILVA, Lisbeth Marilin Santos da – *As visitas pastorais na diocese do Porto: (1675- 1800): os comportamentos desviantes censurados*. [Em Linha] Porto: [Edição de Autor], 2007. Dissertação de Mestrado. Disponível em WWW:<URL: <http://hdl.handle.net/10216/14676>>.
- SOARES, A. Franquelim S. Neiva – “A sociedade do antigo regime nas visitas e inquirições paroquiais do distrito de Braga: I - Abação (S. Cristóvão)”. *Revista Theologica*. Vol. 13 (1979) pp. 429-565.
- SOARES, António Franquelim Sampaio Neiva – *A arquidiocese de Braga no séc. XVII: sociedade e mentalidades pelas visitas pastorais (1550-1700)*. Braga: [Edição de Autor], 1993.
- VALE, Carlos – *A Freguesia de Santa Maria de Gulpilhares*. Vila Nova de Gaia: Junta de Freguesia. 1987.

Anexos

Quadro 1 - Constituições versus Visitações: Ações que visam Clérigos e Crentes.

Data	Ação dos Crentes	Articulado das Constituições	Capítulo de Visitas	Paróquia
1626	Mulheres de maus costumes e desonestas	punir palavras escandalosas e ofensas	Punir as mulheres com palavras escandalosas	Gulpilhares
1661	Fregueses não bebam a água benta da igreja	Denúncia palavras ou superstições	Pena de mil reis	Canelas
1675	Ação de Sacerdotes com armas	Multa e castigado	Punir os que usam armas	Gulpilhares
1676	Parteiras não batizavam	Vigiar certas profissões	Examinar parteiras e batizar	Gulpilhares
1694	Pessoas maliciosas bebem água de Igreja	Denúncia palavras ou superstições	Pena de Excomunhão	Canelas
1694	Moleiros não guardam os dias santos	Guardar domingos, dias santos e festas do ano	Proibir moleiros de trabalhar aos dias santos	Gulpilhares
1700	Mulheres descompostas na fonte e causam distúrbios com os homens a ver	Observem o modo de vida das pessoas e estrangeiros	Denunciar casos escandalosos	Olival
1706	Mulheres vão ouvir missa a outra capela	Celebrar a missa nas igrejas e fregueses ouvem	Não se sabe ao certo a capela, devem ouvir missa na capela do pároco	Olival
1727	Moleiros não guardavam domingos nem dias santos	Guardar domingos, dias santos e festas do ano	Proibir moleiros de trabalhar aos dias santos	Crestuma
1731	Mulheres descompostas na procissão	Evitar abusos em procissões – rir, costumes indecentes	Punir os homens e mulheres em atos indecentes	Canelas
1772	Nomear dois homens para vigiar quem trabalha	Guardar domingos, dias santos e festas do ano	Vigiar quem trabalha aos dias santos	Crestuma
1780	Mulheres misturam-se com os homens na igreja	Como os leigos assistem às missas	50 reis de multa para as mulheres que ultrapassem as grades da igreja- separando-as dos homens	Olival
1782	Ofensas a Deus nas romarias	Julgado pelos seus atos	Punir quem o fizer em romarias, os foliões	Pedroso
1794	Denunciar pecadores	Denunciar e descobrir os hereges	Denunciar nas visitações e juiz eclesiástico	Pedroso
1794	Excomunhão aos eclesiásticos em festa	Padres não participem em festas, jogos, folias	Não deixar os clérigos assistirem a festas pagas-denunciar	Pedroso

FONTES: SOUSA, João de – *Constituições sinodais do bispado do Porto*. [Em Linha] Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1735; *Visitações de Gulpilhares*. Ed. de Francisco Barbosa da Costa e João de Sousa. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. Gabinete de História e Arqueologia, 1986; COSTA, Francisco Barbosa da – *S. Pedro de Pedroso nos séculos XVIII e XIX*. Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. Junta de Freguesia de Pedroso, 2000; COSTA, Francisco Barbosa da – “Usos e Costumes nos livros de visitações de algumas freguesias de Gaia”. Separata da *Revista Gaia*, vol. II. Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, 1984. pp. 281-290.; *Titulos da Vezita q pertence ao Deado do Porto-PT/ADPRT/DIO/CABIDO-01/1693, K/15/6/1 – 1693*(Arquivo Distrital do Porto).

Os ritos tridentinos na construção do Absolutismo: a importância de Luís XIV

Eduardo Gonçalves Almeida

dr.eduardodealmeida@protonmail.com

Resumo

A influência dos ritos tridentinos na sustentação do Absolutismo dos Estados Católicos do Antigo Regime é uma questão pertinente, apesar de se haver discorrido já abundantemente sobre esta forma de governo. As análises existentes sobre o Absolutismo não olharam de forma direta pelo prisma que propomos ao leitor com este trabalho. Centrados no caso francês de Luís XIV, tentaremos melhor compreender a estreita relação existente entre o Trono e o Altar na Europa do Antigo Regime, e de que modo esta osmose fortaleceu e assegurou até às revoluções liberais o domínio da sociedade europeia por estas duas instituições. Fá-lo-emos através da análise dos ritos religiosos, católicos, pós-tridentinos, e os próprios da “Sociedade de Corte” de Luís XIV. Desde tempos imemoriais a humanidade serviu-se de símbolos para expressar diferentes realidades e formas de legitimar o exercício do poder. Dos deuses Faraós, passando pelos Augustos da Antiguidade sabemos que a religião era absolutamente fundamental e indispensável e, com ela, se articulavam e legitimavam formas de poder político. Que papel desempenharam os ritos católicos na construção do ícone máximo do Absolutismo europeu?

Palavras chave: Absolutismo; Luís XIV; O Trono e Altar; Igreja Católica.

Abstract

The influence of the Tridentine rites in sustaining the Absolutism of the Catholic States of the Ancien Regime is a pertinent question, despite the fact that this form of government has already been abundantly discussed. The existing analyzes on Absolutism did not look directly at the prism that we propose to the reader with this work. Centered on the French case of Louis XIV, we will try to better understand the close relationship between the Throne and the Altar in Europe under the Ancien Regime, and how this osmosis strengthened and ensured until the liberal revolutions the domination of European society by these two institutions. We will do this through a particular prism: that of religious, Catholic, post-Tridentine rites, and those of Louis XIV's “Court Society”. Since times immemorial, humanity has used symbols to express different realities and ways to legitimize the exercise of power. From the Pharaoh gods, through the Augustus of Antiquity, we know that religion was absolutely fundamental and indispensable and articulated and legitimized forms of political power. The study of the relationship between ecclesiastical rites and those of a monarchy in times of affirmation of Absolutism, in the final centuries of the Modern Era, emerges as necessary in this context. Therefore, this paper seeks to answer the following question: what role did Catholic rites play in the construction of the maximum icon of European Absolutism?

Keywords: Absolutism; Louis XIV; The Throne and the Altar; Catholic church.

Introdução

A propósito do Absolutismo, já muito se escreveu desde a História à Sociologia. Se mencionamos Luís XIV, ainda mais abrangente e volumosa é a oferta de estudos e análises científicas. Dos autores consagrados destacaríamos, da escola “Anglo Saxónica”, Peter Burke: *A construção de Luís XIV*¹, Peter Campbell: *Luís XIV*²; Richard Bonney: *O Absolutismo*³; da escola Francesa Biet Christien: *Les miroirs du soleil: le roi Louis XIV et ses artistes*⁴; Ernest Lavisse: *Louis XIV. La Fronde. Le Roi. Colbert. Histoire de France*⁵; Robert Mandrou: *Louis XIV en son temps*⁶; e claro, Norbert Elias na sua celeberrima obra: *A sociedade de corte*⁷, entre outras que nos obrigou o presente estudo a consultar.

Contudo, o trabalho que a seguir apresentamos pretende olhar para estas duas realidades de uma forma nova. À medida que fomos lendo e analisando o período moderno, deparamo-nos com um conjunto de acontecimentos, que apesar de espaçados entre si se influenciaram de maneira inequívoca. Neste sentido, retivemos que seria importante estabelecer uma análise rigorosa das relações entre os rituais da Igreja Católica pós Trento e os rituais usados pelos príncipes cristãos para a construção de um regime centralizado. Focados no caso francês na época de Luís XIV e na documentação do Concílio Tridentino, este trabalho apresenta uma análise centrada nas demonstrações de poder através dos sinais externos usados pela autoridade religiosa e temporal. Para o efeito, consultamos algumas obras relacionadas com o barroco e os cerimoniais, mas nada encontramos desta correlação que nos propusemos estudar. Apesar disso, literaturas como *A cultura do Barroco*⁸ de José Maravall, *As liturgias políticas*⁹ de Claude Rivière, *A arte clássica e o barroco*¹⁰ de Pierre Cabanne, foram oportunas no sentido de verificarmos, com estes autores, a consolidação da importância do estilo barroco como cenário litúrgico.

Ao longo deste estudo iremos analisar um conjunto de interligações entre o Trono e o Altar que contribuíram, no nosso entender, para a afirmação simultânea do proselitismo Católico e, por outro lado, do direito divino dos reis, através de um intenso e elaborado ritual. Desde a etiqueta, passando pelas celebrações religiosas, até ao rito de coroação dos reis de França, muitas foram as estratégias da sociedade Moderna para assegurar a sobrevivência de dois poderes, numa

¹ BURKE, Peter – *A construção de Luís XIV*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2007.

² CAMPBELL, Peter – *Luís XIV*. Lisboa: Editorial Presença, 2009.

³ BONNEY, Richard – *O Absolutismo*. Mem Martins: Publicações Europa América, 1989.

⁴ CHRISTIAN, Biet – *Les miroirs du soleil: le roi Louis XIV et ses artistes*. Paris: Gallimard, 2000.

⁵ LAVISSE, Ernest – *Louis XIV. La Fronde. Le Roi. Colbert. Histoire de France*. Normandie: Des Equateurs, 2013.

⁶ MANDROU, Robert – *Louis XIV: en son temps: 1661-1715*. Paris: Presses Universitaires de France, 1973.

⁷ ELIAS, Norbert – *A sociedade de corte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

⁸ MARAVALL, José António – *A cultura do Barroco*. Lisboa: Instituto superior de novas profissões, 1997.

⁹ RIVIÈRE, Claude – *As liturgias políticas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1989.

¹⁰ CABANNE, Pierre – *A arte clássica e o barroco*. Lisboa: Edições 70, 2001.

época de expansionismo europeu para além das fronteiras da Europa e em que o humanismo e o protestantismo colocariam em causa os poderes consagrados.

A escolha do Rei Sol como objeto de análise decorre da importância que este monarca assumiu como modelo para os seus homólogos europeus¹¹. Interessa-nos perceber se afinal o Catolicismo e a religião tiveram algo a dizer, ou se de facto Luís XIV era, como alguns dizem, um monarca “absoluto”, independente do exercício de outras “autoridades”, nos alvares de um tempo que mais tarde ficaria marcado por sangrentas revoluções. Desde os Imperadores Augustos¹² que a Europa não assistia a uma manifestação tão exuberante e “dramática”¹³ dos líderes políticos, como aquela que ocorrerá no Antigo Regime com os Estados Absolutos. Esta realidade, manifesta-se na arquitetura, música, pintura, panegíricos, numismática entre tantas outras artes, influenciadas por um novo estilo artístico¹⁴.

A arte do espetáculo e a afirmação externa, através do ritual, é algo que ressalta quando falamos de Luís XIV¹⁵, quando pensamos na corte de Versalhes, mas também quando imaginamos o ritual Católico longo e ostensivo emanado das reformas tridentinas. Afinal, qual o sentido de todas estas realidades exteriores? Uma questão estética? Uma questão funcional? Como podemos interpretar a colossal herança artística deste período desde as telas de Le Brun aos manuais litúrgicos do Concílio de Trento? Que relação têm entre si? Na verdade, o culto do poder e a sua demonstração torna-se inequivocamente visível através de expressões que hoje entendemos como exageradas, mas de que subliminarmente somos herdeiros inconscientes.

1. A Reforma Católica e o nascimento do Barroco

O estilo barroco, que irá florescer em Itália no início do século XVII, ganha esta designação, segundo Pierre Cabanne, do espanhol *barrueco* “que designa uma pedra irregular”¹⁶. Esta terminologia parece ser adequada quando pensamos no Barroco como extravagante, sumptuoso e repleto de contorções com o intuito de representar o infinito e o magistral. É certamente uma tendência que tendo por base o clássico foi sem sombra de dúvidas o seu opositor e teve, por isso, o classicismo

¹¹ “A partir do Renascimento, a importância da corte foi sempre aumentando em todos os países da Europa e... é verdade que a organização das cortes europeias dos séculos XVII e XVIII se inspirou basicamente na da corte francesa, designadamente na de Luís XIV.” (ELIAS, Norbert – *A sociedade de corte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, pp. 13-14).

¹² “A ideia de um Rei Sol seguiu os rastros do mundo Antigo.” (BURKE, Peter – *A construção de Luís XIV*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2007, p. 12).

¹³ No sentido da exposição e afirmação pública do poder.

¹⁴ “Os retratos equestres e as estátuas influenciaram-se uns aos outros, as medalhas foram reproduzidas em baixo-relevo e os elogios do rei foram escritos em forma de descrições das pinturas... Com esta grande quantidade de media, é difícil decidir se as imagens visuais ilustraram os textos ou vice-versa. O importante é que, certamente, eles se influenciaram e reforçaram reciprocamente.” (BURKE, Peter – *A construção de Luís XIV*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2007, p. 26).

¹⁵ “Le faste et la splendeur qui environnent les rois font une partie de leur puissance.” (MONTESQUIEU, Charles Louis de – *Do Espírito das Leis*. In Coleção Os Pensadores - Montesquieu. São Paulo: Abril cultural, 1973, p. 58).

¹⁶ CABANNE, Pierre – *A arte clássica e o barroco*. Lisboa: Edições 70, 2001, p. 12.

como o seu maior crítico. Surgido no interior da Igreja Católica em tempos de Reforma, este estilo rapidamente foi cobiçado e utilizado para reforçar a glória dos Tronos e dos Príncipes.

O estilo Barroco também serviu para o suporte sumptuário da afirmação dos Reis, dos príncipes, de Nobres, desde D. João V a Luís XIV, Reis espanhóis, Imperadores, etc. Mas nem todos se afirmaram de igual maneira, indo alguns buscar decorações mitológicas e laicas, enquanto outros se fizeram mecenas exuberantes de encomendas religiosas, num sentido competitivo. Foi este o caso de D. João V, em Portugal¹⁷.

É impossível falar do Barroco sem mencionar o papel determinante que teve a Igreja pós Tridentina, tanto na sua elaboração, bem como no seu ideário de superioridade e proselitismo religioso. Impunha-se nesse tempo o combate ao Protestantismo, não só pelas palavras, mas sobretudo pelas imagens¹⁸.

O militantismo e triunfalismo da Igreja da Contrarreforma exigem efeitos de força, uma retórica do espetáculo na decoração, uma proliferação por vezes excessiva das formas, uma riqueza exuberante do colorido que, para provocar a emoção, não hesitam em recorrer aos efeitos ilusionistas¹⁹.

Os autores que exararam sobre este movimento artístico são unânimes nas suas explicações sobre o intuito que levou ao seu aparecimento. Há uma razão que se poderá destacar como a mais influenciadora e a mais importante, que na nossa análise entendemos como “razão litúrgica”. Era necessário dotar a liturgia da Igreja de um esplendor e eloquência visual, auditiva e sensível, capaz de colocar o público dos “espetáculos litúrgicos” na crença profunda de que a Igreja Católica era a única verdadeira religião e que esta gozava de uma sobrenatural infalibilidade. “A decoração sobrecarrega-se, as visões celestiais ocupam a abóbada, as estátuas ganham movimento, enquanto as paredes se cobrem com uma policromia de mármore, bronzes dourados, pórfiros e estuques. Nestas espécies de teatros, as celebrações litúrgicas ganham um aspeto de verdadeiros espetáculos.”²⁰ De facto assim foi, e ainda hoje podemos observar esta realidade, desde os edifícios aos livros litúrgicos que continham o ritual barroco e solene da “Cristandade Tridentina”. Inclusivamente os clérigos eram admoestados a realizar da forma mais perfeita e rigorosa, a execução dos ofícios, com especial destaque para o “Santo Sacrifício da Missa”²¹.

¹⁷ I Congresso Internacional do Barroco, I volume: atas. Porto: Universidade do Porto. Reitoria, 1991, p. 155.

¹⁸ “Ao Concílio não bastava, porém, fazer uma afirmação solene de fé na doutrina eucarística tradicional da Igreja. Impunha-se ir mais além frente aos ataques dos Reformadores Protestantes...” (I Congresso Internacional do Barroco, II volume: actas. Porto: Universidade do Porto. Reitoria, 1991, pp. 21.)

¹⁹ CABANNE, Pierre – *A arte clássica e o barroco*. Lisboa: Edições 70, 2001, p. 12.

²⁰ CABANNE, Pierre – *A arte clássica e o barroco*. Lisboa: Edições 70, 2001, p. 14.

²¹ “Quanto ao cuidado que deve ser tomado para que se celebre, com todo o culto e veneração que pede a religião sobre o santo sacrifício as Missa, facilmente poderá ser compreendido por qualquer pessoa que considere o que diz a Sagrada Escritura: «maldito aquele que executa com negligência a obra de Deus». E se necessariamente confessamos que a nenhuma outra obra podem manejar os fiéis cristãos, tão santa e tão divina como o tremendo mistério no qual todos os dias é oferecida a Deus em sacrifício, pelos sacerdotes no altar, aquela hóstia vivificante, pela qual nós fomos reconciliados com Deus Pai, é muito importante que seja observado que se deve colocar todo o cuidado e diligência em executá-la, com maior inocência e pureza interior de coração e demonstração exterior de devoção e piedade que seja possível.” (Igreja Católica - *Concílio Tridentino*, Sessão XXII).

No estudo que fizemos das fontes litúrgicas, pudemos reter como solene definição, aquela do Concílio Tridentino que explica a importância do ritual no que respeita à “manifestação da majestade do culto”.

Sendo tal a natureza das pessoas que não se possa elevar facilmente a meditação das coisas divinas sem auxílios ou meios extrínsecos, nossa piedosa Mãe, a Igreja, estabeleceu por estes motivos, certos rituais a saber: que algumas palavras da Missa sejam ditas em voz baixa, e outras com voz mais elevada. Além disso, se valeu de cerimónias como bênçãos místicas, luzes, incensos, ornamentos e outras muitas coisas deste género, por ensinamentos e tradição dos Apóstolos, com a finalidade de recomendar por este meio a majestade de tão grande sacrifício e excitar os ânimos dos fiéis por estes sinais visíveis de religiosidade e piedade à contemplação dos altíssimos mistérios que estão ocultos neste sacrifício²².

Assim, todas as artes foram absorvidas pelo novo estilo e que se verificava na pintura, escultura, arquitetura, música, ourivesaria entre tantas outras. Estavam assim fortificadas as raízes de uma nova era, a que iria lançar os artistas europeus numa corrida ao fausto, ao impressionante, ao megalómano.

Desta forma, e para enfatizar esta crença, o concílio de Trento estipulará um anátema a todos aqueles que de alguma forma ousarem contestar as disposições emanadas pela Igreja: “Se alguém disser que as cerimónias, vestimentas, e sinais externos de que usa a Igreja Católica na celebração das Missas, são muito mais incentivos de impiedade que obséquios piedosos, seja excomulgado.”²³ Este parágrafo é um resumo perfeito do propósito do concílio tridentino a este respeito.

Como já dissemos, o Barroco, nascido no interior da Igreja, rapidamente será utilizado pelos príncipes cristãos com o intuito de fazer sobressair o seu poder. Neste sentido, partilhamos o pensamento do historiador de Arte Andreas Prater que afirma o barroco como “uma forma muito elaborada de dominação das massas.”:

O barroco, essa época em que o absolutismo coabita com as Luzes, é considerado como o último grande estilo europeu. Visto, durante muito tempo, como o “dialeto copioso do Renascimento”, o barroco opõe à medida clássica um complexo dinâmico de formas e de expressões múltiplas. Assiste-se à oposição entre alegria de viver mundana e sensualidade distinta, espiritualidade religiosa e austeridade ascética, abundante produção formal e rigorismo de regras. Ao mesmo tempo, o ilusionismo faz entrar na arte o teatral e o cénico. O próprio teatro, o cerimonial e as festas de corte não são apenas a expressão da vitalidade barroca, eles apresentam-se também como uma forma muito elaborada de dominação das massas²⁴.

Destacáramos neste texto a afirmação de que este movimento artístico seria o “dialeto copioso do renascimento”. De facto, pode-se verificar esta premissa: o barroco sempre se caracterizou como herdeiro do Renascimento no que diz respeito à sua base de edificação, visível sobretudo na arquitetura e na pintura. Já Vasari dizia na sua obra *Le vite de' più eccellenti pittori, scultori e architettori*: “posso dizer com toda a segurança que a arte realizou tudo o que é permitido a um imitador de natureza e se elevou tão alto que, hoje, é mais de rezear o seu

²² IGREJA CATÓLICA – *Concílio Tridentino*, Sessão XXII, Cânon V.

²³ IGREJA CATÓLICA – *Concílio Tridentino*, Sessão XXII, Cânon VII.

²⁴ PRATER, Andreas – *A pintura do Barroco*. Lisboa: Taschen, 1997, p. 9.

declínio que esperar novos progressos”²⁵. É interessante pensá-lo desta forma, pois foi com o Renascimento que o Homem europeu quis recuperar o ideário da Antiguidade. O próprio Maquiavel, que iria tecer várias reflexões inerentes ao centralismo do poder, coloca este novo período da história em oposição ao medieval, no sentido de regressar a um passado áureo que se perdera com o tempo: “No umbral me despojo da indumentária quotidiana, suja e embarrada, e me ponho em roupas régias e curiais, e, vestido assim dignamente, entro nas antigas cortes dos homens Antigos, onde, alegremente acolhido, me alimento dessa comida que «solum» me pertence e para a qual nasci”²⁶. Deste modo, as roupas sujas e embarradas representariam o período medieval e os seus conflitos políticos, as roupas régias e curiais dos homens “Antigos”, seriam a recuperação dos saberes clássicos e do governo estável dos Imperadores Romanos. Sabemos que grande parte dos monarcas do Antigo Regime vai imitar, na medida das suas possibilidades, as funções imperiais, inclusivamente vai colocar nos seus epítetos o título de “Augusto”. Veja-se como grande exemplo disto o Rei Luís XIV, de que falaremos mais adiante.

A osmose entre o temporal e o espiritual manifestou-se de forma inequívoca através do barroco. De um lado, assistimos à sua utilização para fortificar a crença, e do outro para consolidar o poder régio e dotá-lo de um carácter divino e sobrenatural. Mais que o próprio Renascimento, este novo estilo condiz com a pretensão de novos “Imperadores” ainda mais sublimes pela sua sabedoria, força militar e até pela sua devoção religiosa. Não é também por acaso que as doutrinas do “direito divino dos reis”, tanto no meio Católico com Bossuet²⁷, como no meio protestante com Hobbes, se espalharão rapidamente. Os monarcas saberão utilizar as filosofias do direito divino com a arte teatral barroca²⁸ para terminar definitivamente com a limitação dos seus poderes no governo dos seus povos.

2. O Altar e o Trono

2.1 As liturgias do Altar

Julgamos dever confiar este trabalho a uma comissão de homens eruditos. Estes começaram por cotejar cuidadosamente todos os textos com os antigos de nossa Biblioteca Vaticana e com outros, quer corrigidos, quer sem alteração, que foram requisitados de toda parte. Depois, tendo consultado os escritos dos antigos e de autores aprovados, que nos deixaram

²⁵ VASARI, Giorgio – *Le Vite De' Piu Eccellenti Pittori, Scultori et Architettori Scritte*.

²⁶ MAQUIAVEL, Nicolau – *A arte da guerra*. Brasil: Editora Campus, 2003.

²⁷ “É por isto que nós consideramos o trono real não como o trono de um homem, mas como o trono do próprio Deus. Decorre de tudo isto que a pessoa dos reis é sagrada e que atentar contra ela é um sacrilégio.” (BOSSUET, Jacques Benigne – *Politica estratta dalle proprie parole della sacra scrittura*. Veneza: Grabiello Ertz, 1714).

²⁸ “O barroco é um teatro. Utilizou muitas vezes a cenografia, mas nunca, como com os Bibiena, arquitetos, pintores e decoradores que trabalharam em toda a Europa, tinha inspirado a encenação lírica do espaço...” CABANNE, Pierre – *A arte clássica e o barroco*. Lisboa: Edições 70, 2001, p. 82.

documentos relativos à organização destes mesmos ritos, eles restituíram o Missal propriamente dito à norma e ao rito dos Santos Padres²⁹.

O Papa Pio V na sua bula *Quo Primum Tempore* sobre o Missal Romano, deixa claro que a sua revisão e estrutura ficaria a cargo de um “conjunto de eruditos”, ou seja, o Papa tridentino levaria a cabo a missão de preservar e organizar da melhor forma possível³⁰ as orações litúrgicas da Igreja que remontavam a tempos ancestrais. Ao contrário do que se possa pensar, o concílio de Trento não reformou a liturgia no sentido que hoje empregamos o termo. A ação do Concílio foi sobretudo a de aliar os rituais a uma complexa estrutura externa de nobreza, enfatizando o carácter sobrenatural dos sacramentos. “Além disso, se valeu de cerimónias como bênçãos místicas, luzes, incensos, ornamentos e outras muitas coisas deste gênero, por ensinamentos e tradição dos Apóstolos”³¹, e ainda:

Quando os fiéis recebem a Eucaristia sacramentalmente, sempre foi costume da Igreja de Deus que estes leigos tomem a comunhão da mão do sacerdote, e que os sacerdotes, quando celebram, se comunguem a si mesmos. Esse costume deve ser mantido com muita razão por vir de uma tradição apostólica³².

Tal como mais tarde o trono se servirá da “tradição” para enfatizar o seu poder de direito divino, a Igreja no Concílio de Trento evoca a tradição apostólica como o fundamento das suas decisões em matéria de fé e liturgia. Esta dimensão é inequívoca e pode largamente ser encontrada na documentação. Isto significa que o Concílio não quer inovar ou ensinar algo novo, mas manter a tradição. Posto isto, convém que olhemos para os diferentes ritos litúrgicos e compreendamos que daqui se segue um suporte muito concreto para moldar todo um pensamento social assente na “Ordem” e na “Hierarquia.”

A liturgia católica, como a conhecemos nos manuais tridentinos, está repleta de um conjunto imenso de ritos maiores e menores, que visam transmitir um carácter sagrado aos ofícios que executam os clérigos. Esta dimensão vai-se tornando cada vez mais complexa à medida que a dignidade do Oficiante se faz presente. Deste modo, o rito da missa, por exemplo, oficiada por um Bispo, na designada missa pontifical, pode ser caracterizada visualmente como um assombro “barroco” de linguagem mística, seja pela quantidade dos ministros, seja pela grandeza e magnificência dos espaços do culto.

²⁹ “Quare eruditius delectis viris onus hoc demandandum duximus: qui quidem, diligenter collatis omnibus cum vetustis Nostrae Vaticanae Bibliothecae, aliisque undique conquisitis, emendatis atque incorruptis codicibus; necnon veterum consultis ac probatorum auctorum scriptis, qui de sacro eorumdem rituum instituto monumenta Nobis reliquerunt, ad pristinam Missale ipsum sanctorum Patrum normam ac ritum restituerunt.” (PIO V – *Quo Primum Tempore*).

³⁰ “Quo primum tempore ad Apostolatus apicem assumpti fuimus, ad ea libenter animum, viresque nostras intendimus, et cogitationes omnes direximus, quae ad Ecclesiasticum purum retinendum cultum pertinerent, eaque parare, et Deo ipso adjuvante, omni adhibito studio efficere contendimus.” [Desde que fomos elevados ao ápice da Hierarquia Apostólica, de bom grado aplicamos o nosso zelo e as nossas forças e dirigimos todos os nossos pensamentos no sentido de conservar na sua pureza tudo o que diz respeito ao culto da Igreja; o que nos esforçamos por preparar e, com a ajuda de Deus, realizar com todo o cuidado possível.] (PIO V – *Quo Primum Tempore*).

³¹ IGREJA CATÓLICA – *Concílio Tridentino*, Sessão XXII, Cânon V.

³² IGREJA CATÓLICA – *Concílio Tridentino*, Sessão XIII, Cânon VIII.

Para termos uma melhor compreensão, as fontes dizem-nos que um bispo para a missa pontifical deverá revestir-se de 12 alfaias diferentes para execução dos ritos: “1. Ad amictum; 2. Ad Albam; 3. Ad cingulum; 4. Crucem pectoralem; 5. Ad Stulam; 6. Ad Tunicellam; 7. Ad Dalmaticam; 8. Ad Chirothecas; 9. Ad Planetam; 10. Ad Mitram; 11. Ad anulum; 12. Ad manipulum.”³³ Entre outras coisas, sabemos que ao todo, numa cerimónia como a pontifical, só o celebrante deve obedecer a mais de novecentas rubricas de forma rigorosa.³⁴ O Venerável Martinho de Chochem, padre e teólogo alemão do século XVII, descreveu o número de alguns destes mesmos ritos:

O sacerdote persigna-se dezasseis vezes; volta-se seis vezes para o povo; beija o altar oito vezes; levanta os olhos para o céu onze vezes. Dez vezes bate no peito, e dez vezes ajoelha-se; junta as mãos cinquenta e quatro vezes; faz vinte e uma inclinações com a cabeça e sete com os ombros; faz inclinação profunda oito vezes; benze trinta e três vezes a oferta com o sinal da cruz; põe vinte e nove vezes as duas mãos sobre o altar; catorze vezes reza com os braços estendidos e trinta e seis vezes juntando as mãos; põe as mãos juntas sobre o altar sete vezes; nove vezes coloca a mão esquerda só, inteiramente; onze vezes coloca-a sobre o peito; oito vezes levanta as duas mãos para o céu; onze vezes ora em voz baixa e treze em voz alta; descobre e cobre o cálix cinco vezes, e muda de lugar vinte vezes. Além d'estas trezentas e cinquenta cerimónias, o sacerdote deve observar ainda cento e cinquenta, ao todo quinhentas³⁵.

Para o efeito, o Papa Pio V decretara em perpetuidade todas estas cerimónias sob pena de “indignação de Deus”, àqueles que ousassem violar o seu decreto:

E a fim de que todos, e em todos os lugares, adotem e observem as tradições da Santa Igreja Romana, Mãe e Mestra de todas as Igrejas, decretamos e ordenamos que a Missa, no futuro e para sempre, não seja cantada nem rezada de modo diferente do que esta, conforme o Missal publicado por Nós, em todas as Igrejas (...) Se alguém, contudo, tiver a audácia de atentar contra estas disposições, saiba que incorrerá na indignação de Deus Todo-poderoso e de seus bem-aventurados Apóstolos Pedro e Paulo³⁶.

³³ IGREJA CATÓLICA – *Missale Romanum ex decreto Sacrosancti Concilii Tridentini*. Tours: Sumptibus et typis Mame (Sacrae Rituum Congregationis Typographorum), 1957, p. XLVIII.

³⁴ “Acrescentando a estas ceremonias as quatrocentas rubricas prescritas, verificareis que o sacerdote que celebra a santa Missa: conforme o rito romano, está obrigado, sob pena de pecado, a novecentas obrigações. Cada uma destas obrigações tem a significação espiritual, e cada uma tende a fazer cumprir digna e piedosamente o santo Sacrifício da Missa. Pelo que o Papa Pio V ordenou formalmente que todos, Cardeais, Arcebispos, Bispos, Prelados e simples sacerdotes dissessem a Missa desta maneira, sem nada mudar nem: acrescentar ou diminuir um ponto sequer.” (COCHEM, Martinho – *Explicação da Santa Missa*. Bahia: Tipografia de São Francisco, 1914, p. 41).

³⁵ COCHEM, Martinho – *Explicação da Santa Missa*. Bahia: Tipografia de São Francisco, 1914, pp. 40-41.

³⁶ “Ut autem a sacrosancta Romana Ecclesia, ceterarum ecclesiarum matre et magistra, tradita ubique amplectantur omnes et observent, ne in posterum perpetuis futuris temporibus in omnibus Christiani orbis Provinciarum Patriarchalibus, Cathedralibus, Collegiatis et Parochialibus, saecularibus, et quorumvis Ordinum, monasteriorum, tam virorum, quam mulierum, etiam militiarum regularibus, ac sine cura Ecclesiis vel Capellis, in quibus Missa conventualis alta voce cum Choro, aut demissa, celebrari juxta Romanae Ecclesiae ritum consuevit vel debet alias quam juxta Missalis a nobis editi formulam decantetur, aut recitetur, etiamsi eadem Ecclesiae quovis modo exenptae, Apostolicae Sedis indulto, consuetudine, privilegio, etiam juramento, confirmatione Apostolica, vel aliis quibusvis facultatibus munitae sint; nisi ab ipsa prima institutione a Sede Apostolica adprobata, vel consuetudine, quae, vel ipsa institutio super ducentos annos Missarum celebrandarum in eisdem Ecclesiis assidue observata sit: a quibus, ut praefatam celebrandi constitutionem vel consuetudinem nequaquam auferimus; sic si Missale hoc, quod nunc in lucem edi curavimus, iisdem magis placeret, de Episcopis, vel Praelati. Capitulique universi consensu, ut quibusvis non obstantibus, juxta illud Missas celebrare possint, permittimus; ex aliis vero omnibus Ecclesiis praefatis eorumdem Missalium usum tollendo, illaque penitus et omnino rejiciendo, ac huic Missali nostro nuper edito, nihil unquam addendum, detrahendum, aut immutandum esse decernendo, sub indignationis nostrae poena, hac nostra perpetuo valitura constitutione statuimus et ordinamus... **Si quis autem hoc attentare praesumpserit, indignationem omnipotentis Dei, ac beatorum Patri et Pauli Apostolorum ejus se noverit incursurum.**” (PIO V – *Quo Primum Tempore*).

Podemos assim concluir a vontade puritana da Igreja Católica na época em guardar “religiosamente” os preceitos rituais, como forma de culto e instrução do povo.

Para além da missa, o clero estava obrigado à recitação de um número considerável de orações ao longo do dia, obrigando-o, assim, a ritualizar o seu quotidiano. Estas orações estavam contidas num livro litúrgico chamado *Breviário* e pretendia ser a continuação da oração do “*Santo Sacrifício*”. O Breviário era constituído pelas Matinas, Laudes, Prima, Tércia, Sexta, Noa, Véspera e Completas³⁷, era obrigatório a todos os clérigos de ordens maiores. À imagem do Antigo Testamento, o sacerdote católico era o homem do culto e todas estas orações mais a missa, eram a forma de obrigar os clérigos a cumprir o seu dever de rezar, bem como afastá-lo da ociosidade que a Igreja considerava inimiga da alma.

Quando pensamos numa sociedade de ordens tripartida e trifuncional como a dos Estados Católicos do Antigo Regime, o dever de rezar era considerado o mais importante. Deste modo, a elite sacerdotal tinha o dever de o fazer, como o camponês de trabalhar a terra.

Não podemos viver todos na mesma condição. É necessário que uns comandem e os outros obedeçam. Os que comandam têm várias categorias ou graus: os soberanos mandam em todos os do seu reino, transmitindo o seu comando aos grandes, os grandes aos pequenos e estes ao povo. E o povo, que obedece a todos eles, está, por sua vez, dividido em várias categorias. No conjunto da sociedade, uns dedicam--se especialmente ao serviço de Deus, outros a defender o Estado pelas armas, outros a alimentá-lo e mantê-lo pelo exercício da paz. São as três Ordens ou estados gerais. Mas cada uma destas ordens está dividida em ordens subalternas, seguindo o exemplo da hierarquia celeste³⁸.

Resta-nos por fim abordar a questão temporal inerente aos ritos eclesiásticos. Aqui é importante considerar que a Igreja funcionava como uma monarquia absoluta, cuja cabeça é o Papa. Até aqui percebemos onde os monarcas foram buscar a sua inspiração para a constituição do Absolutismo. Neste sentido uma das realidades que observamos através da liturgia, é a sua profunda e distinta hierarquia. É pela hierarquia que o poder eclesiástico constitui verdadeiros príncipes sagrados, que para além de conselheiros do poder temporal, exerciam as suas funções como verdadeiros senhores feudais:

Os eclesiásticos, por estas imunidades e pelas leis do direito canónico e pelos privilégios dos nossos Reis, se consideram uma certa monarquia cuja cabeça é o Papa, independente d’el Rei para obedecer-lhe e para servi-lo, nem com os seus bens nem com os seus domésticos; consideram-se superiores às justiças do reino e a todos os que os servem; que os bens que têm, e os tributos que não pagam, lhes são devidos como um tributo à Igreja, e não por favor e graça dos Reis³⁹.

Esta dimensão é de suma importância, pois isto supostamente iria colidir com as pretensões absolutistas dos monarcas, realidade que apesar de algumas hostilidades nunca se constituiu como um ponto de rutura com a Igreja. O próprio Luís XIV, de quem falaremos de seguida, muito também

³⁷ IGREJA CATÓLICA – *Breviarium Romanum ex decreto Sacrosancti Concilii Tridentini*.

³⁸ LOYSEAU, Charles – Tratado das ordens e das dignidades.

³⁹ SANCHES, Ribeiro – *Cartas sobre a Educação da Mocidade*, 1760.

pela sua cultura religiosa, jamais ousou questionar ou colocar-se acima do poder espiritual, antes soube através dele reforçar a ideia de príncipe cristão de direito divino. Vemos inclusivamente que aqueles príncipes que entraram em rutura com o Catolicismo a partir do Renascimento, como por exemplo Henrique VIII, jamais conseguiram afirmar um poder absoluto nos seus tronos.

Fig. 1 - Horace Vernet – “Papa Pio VIII em São Pedro, na Sedia Gestatória.”, 1829



DESCRIÇÃO: óleo sobre tela, 385 x 329 cm. **FONTE:** Châteaux de Versailles et de Trianon, Versailles.

Neste retrato vemos o Papa com a tríplice tiara, símbolo do seu poder absoluto sobre a Igreja e sobre o mundo. É transportado na Sedia juntamente com os flabelos, sinal distintivo dos Imperadores. O Sumo Pontífice tinha também o título de pai dos reis.

Fig. 2 - Philippe de Champaigne – “O cardeal de Richelieu”, 1585-1644



DESCRIÇÃO: óleo sobre tela, 207 x 146 cm. FONTE: The Royal Collection Trust.

O primeiro executor do absolutismo e precursor de Luís XIV. Richelieu é um símbolo da influência do clero nos assuntos do Estado no seu tempo. Aqui aparece de forma imponente com a sua capa magna encarnada, símbolo da realeza de Cristo e do seu poder temporal enquanto Cardeal; o barrete símbolo de jurisdição, sobrepeliz barroca de renda e o colar da ordem do Espírito Santo.

2.2 As liturgias do Trono

O cerimonial litúrgico das monarquias do Antigo Regime, sobretudo no caso francês, pode facilmente comparar-se com os rituais católicos, onde aliás muito da sua ritualização era parte integrante das cerimónias do Trono. A monarquia ao tempo de Luís XIV é o exemplo mais sublime desta realidade.

O essencial das liturgias políticas sob a monarquia do antigo regime (coloco entre parênteses as festas populares e religiosas) está centrado no príncipe ou no senhor. Ao mesmo tempo que exalta a potência de um soberano, a ritualização das relações hierárquicas e das trocas de serviços intenta celebrar, além da continuidade de um poder, a estabilidade das instituições de uma sociedade onde cada um representa o seu papel⁴⁰.

A principal função do cerimonial régio e cortesão deste período, para além de destacar a figura régia como sagrada, é secundariamente imitar a corte celeste, regulada também ela e segundo os teólogos, por uma hierarquia sagrada, onde os coros dos anjos se distinguem pelo grau de proximidade a Deus. Numa sociedade fortemente religiosa, a vontade de Deus em colocar cada qual no seu lugar através do nascimento era inquestionável.

Mascarando temporariamente os conflitos políticos, a cerimónia pretende mostrar a imagem de um universo humano, cósmico e religioso coerente, onde cada elemento permanece distante do outro de acordo com a vontade de Deus, pois a secularização da sociedade não está efetuada⁴¹.

É nesta osmose entre religiosidade e profano que se deve interpretar as ações régias deste período. Segundo Luís XIV:

Como é importante para o público ser governado por uma só pessoa, também é importante para ele que aquele que desempenha essa função esteja de tal modo acima dos outros que ninguém se possa confundir ou comparar com ele e não se pode, sem lesar todo o corpo do Estado, retirar à sua cabeça os sinais de superioridade, e mesmo os mais ínfimos, que a distinguem dos seus membros⁴².

2.2.1 A importância da etiqueta como liturgia

“A etiqueta não se reduz a mero repertório do que devemos ou não fazer. É preciso que os gestos e palavras considerados belos adquiram um sentido cerimonial, tomem a forma de um ritual quase religioso.”⁴³ De facto o cerimonial da etiqueta e do protocolo, vão assumir na corte de Luís XIV, um verdadeiro ritual sacral e que era “religiosamente” cumprido. “Para Luís XIV, a função da etiqueta não consiste apenas em marcar a distância que o separa dos seus súbditos, a etiqueta é para ele um instrumento de dominação”⁴⁴.

Versalhes não era apenas um espaço físico, mas um símbolo, a “catedral” do Rei Sol, onde se executavam as mais refinadas liturgias do Trono. Esta realidade verifica-se quando

⁴⁰ RIVIÈRE, Claude – *As liturgias políticas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1989, p. 45.

⁴¹ RIVIÈRE, Claude – *As liturgias políticas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1989, p. 45.

⁴² *Memórias sobre a arte de governar*. In: ELIAS, Norbert – *A sociedade de corte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 92.

⁴³ RIBEIRO, Renato Jaime – *A etiqueta no Antigo Regime: do sangue à doce vida*. São Paulo: editora Brasiliense, 1983, p. 23.

⁴⁴ ELIAS, Norbert – *A sociedade de corte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 91.

mencionamos a sociedade de corte que percorria os corredores do palácio, com um objetivo bastante determinado: glorificar o seu Rei e tentar sobreviver às exigências que esta tarefa contemplava. “Hoje, o nome «Versalhes» evoca não apenas um edifício, mas um mundo social, o da corte e, especialmente, a ritualização da vida quotidiana do rei.”⁴⁵. O palácio era onde habitava a família real e a corte, era lá que se desenvolvia grande parte da cultura erudita e era ali, o espaço físico da mesma, o grande palco da encenação do poder absoluto.

Na construção do Estado Francês, a residência oficial do monarca e da sua corte era o ponto central para a afirmação do poder e sobretudo um poderoso instrumento para o demonstrar. O rei está acima de todos e é o centro, aquele que é servido pelos nobres e como tal o palácio é o lugar onde todos estes rituais se executam e se desenvolvem. A ideia deste cerimonial barroco era enfatizar o carácter divino do monarca como anteriormente referimos, a sua comparação com o sacerdote na execução do ofício da missa é perfeitamente legítima depois de uma análise das fontes que nos deixou o duque de Saint Simon.

Esta é a opinião de Luís XIV sobre a etiqueta. Para ele, não se trata de um simples cerimonial, mas de um meio de dominar os seus súbditos. O povo não crê no poder, mesmo o real, se ele não se manifesta na aparência exterior do monarca. Precisa de ver para crer. Quanto mais distante se mostra o príncipe, maior será o respeito que o povo lhe testemunha⁴⁶.

Esta perspetiva replica o que o concílio de Trento afirmava em relação a Deus, bem como todo o cerimonial do altar como necessário para demonstrar a sobrenaturalidade. Neste sentido, o presente trabalho corrobora a leitura de Norbert Elias.

Luís XIV irá estabelecer um complexo sistema de cerimónias que irão reger todos os seus momentos públicos do acordar ao deitar:

As ações de levantar-se pela manhã e deitar-se à noite foram transformadas nas cerimónias de *lever* e de *coucher* – com a primeira dividida em duas etapas, *petit lever*, menos formal e *grand lever*, mais formal. As refeições reais foram também ritualizadas. Luís podia comer mais formalmente (o *grand couvert*) ou menos formalmente (o *petit couvert*) mas, até mesmo as ocasiões menos formais, *três petit couvert*, incluíam três pratos e muitas iguarias. Essas refeições eram tomadas diante de uma audiência. Era uma honra ter permissão para assistir ao rei a comer, uma honra maior poder falar ao rei durante a refeição, uma honra suprema ser convidado a servir-lhe a comida ou a comer com ele⁴⁷.

O cerimonial de corte, é para nós que estudamos os cerimoniais, comparado a título de exemplo, ao cerimonial de uma missa barroca tridentina. Tudo exala uma ordem protocolar e uma severidade de expressões físicas e situações muito próprias. Segundo as descrições de Saint Simon, as quais consultamos, o monarca começava o seu dia com a aspersion da água benta à sua pessoa, tal como se inicia uma missa tridentina.

⁴⁵ BURKE, Peter – *A construção de Luís XIV*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2007, p. 97.

⁴⁶ ELIAS, Norbert – *A sociedade de corte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 92.

⁴⁷ BURKE, Peter – *A construção de Luís XIV*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2007, p. 97.

O camareiro (ou principal cavaleiro) abriu as cortinas que haviam sido fechadas novamente; e apresentou a água benta do vaso, na cabeceira da cama. No missal, por sua vez, faz-se referência à cerimónia do *Aspérge* no início da missa: A aspensão da água benta, que se faz aos domingos, antes das missas conventuais e paroquiais, é um sacramental...⁴⁸

Antes disto o monarca já tinha sido acordado às 8h da manhã⁴⁹, entrando o médico da corte e as pessoas responsáveis pela sua saúde⁵⁰; entretanto fechavam-se as cortinas da sua cama, no intuito de as abrir novamente para a “grande entrada”.

Para a grande entrada, as cortinas do Rei eram agora abertas pelo grande cavaleiro, onde uma quantidade significativa de aristocratas e funcionários régios tinham o privilégio de assistir a pessoa do monarca a vestir-se, e a executar as primeiras orações do dia. Esta realidade acontece também na missa pontifical tridentina, onde os fiéis assistem publicamente à paramentação do bispo.⁵¹ Por ordem hierárquica as vestes reais chegavam à presença do Rei de mãos em mãos, desde o menor ao maior, tal como acontece com o bispo, onde os paramentos são trazidos pelos acólitos até chegarem às mãos do diácono e subdiácono. Só depois desta pequena procissão é que tanto o Rei como o bispo são ornamentados com as suas vestes próprias. No caso da missa as orações ao pé do altar são outro exemplo desta mesma semelhança.⁵²

Quem abriu as cortinas e apresentou a água benta, apresentou também um livro de orações. Então todos passaram para o gabinete do conselho. Terminando um culto religioso muito curto, o rei chamou e eles entraram novamente. O mesmo oficial lhe deu o seu roupão; imediatamente depois, outros cortesãos privilegiados entraram...⁵³

De seguida, o Rei Sol volta a orar a Deus no seu quarto, na presença de numerosos clérigos que com ele se ajoelham. Entretanto aparece o capitão da guarda real e encaminha o rei, com numeroso aparato de cortesãos e clérigos, para o seu gabinete⁵⁴, qual expressividade de gestos barrocos e de profusos salamaleques. Poderíamos comparar esta cerimónia com o Introito da Missa até à leitura do Evangelho, com o intuito de oração pública. O Rei parece desenvolver uma cerimónia idêntica, no sentido de estabelecer vários momentos de oração até chegar ao seu gabinete⁵⁵.

⁴⁸ LEFEBVRE, Gaspar – *Missal Romano Quotidiano*. Santo Tirso: Mosteiro de Singeverga, 1963, p. 735.

⁴⁹ “Às oito horas, o valete de câmara, que sozinho dormira na câmara real e se vestia, acordou o rei.” (SAINT-SIMON, Louis De Rouvroy, Duc de – *Mémoires sur le règne de Louis XIV et la Régence*. Paris: Librairie Larousse.)

⁵⁰ “O médico chefe, o cirurgião chefe e a enfermeira...entraram ao mesmo tempo” (SAINT-SIMON, Louis De Rouvroy, Duc de – *Mémoires sur le règne de Louis XIV et la Régence*. Paris: Librairie Larousse.)

⁵¹ “Pro Missa solemnī pontificali ab Episcopo celebranda, decet ut sacellum deputetur in Ecclesia, ubi non adsit secretarium, ad sacra indumenta accipienda.” (IGREJA CATÓLICA – Caeremoniale Episcoporum ex decreto Sacrosancti Concilii Tridentini. Roma: Editio Novissima Juxta Typicam).

⁵² *Ad Missa*, “Orações ao Pé do Altar” [Sinal da Cruz, Salmo 42, Confissão, Confissão do acólito em nome do povo, Subida ao altar do Sacerdote]. (IGREJA CATÓLICA – *Missale Romanum ex decreto Sacrosancti Concilii Tridentini. Tours: Sumptibus et typis Mame (Sacrae Rituum Congregationis Typographorum)*, 1957).

⁵³ SAINT-SIMON, Louis De Rouvroy, Duc de – *Mémoires sur le règne de Louis XIV et la Régence*: extraits. Paris: Librairie Larousse.

⁵⁴ “Assim que se vestiu, orou a Deus, ao lado de sua cama, onde todos os clérigos presentes estavam ajoelhados, os cardeais sem almofadas, todos os leigos permanecendo de pé; e o capitão dos guardas chegou à balaustrada durante a oração, após a qual o rei entrou no seu gabinete.” (SAINT-SIMON, Louis De Rouvroy, Duc de – *Mémoires sur le règne de Louis XIV et la Régence*. Paris: Librairie Larousse)

⁵⁵ **Ver as folhas de cálculo em formato Excel disponíveis em anexo, onde comparamos os dois ritos.**

Depois de haver-se instalado no gabinete, Luís XIV dá uma série de ordens aos seus ministros com as tarefas que devem executar durante o dia. Nas primeiras horas da manhã trata de assuntos de Estado e trabalha no que lhe apraz e é mais necessário, ou então concede audiências aos interessados. Antes do almoço, acontece o ponto culminante do seu dia, que é a assistência ao ofício da Missa. Sabemos, segundo Saint Simon, que esta era sempre cantada pelos seus músicos⁵⁶.

Saint Simon, que é conhecido por não poupar críticas ao Rei nos seus escritos, insuspeitamente relata-nos um monarca de grande piedade e devoção pela religião. Entre outras coisas, sabemos que Luís XIV proibía, no período da Quaresma, sob castigo, a quem no palácio comesse carne.

Durante toda a sua vida, o rei falhou apenas uma vez na sua participação da missa. Foi com o exército, durante uma marcha forçada; ele não perdeu nenhum dia, a menos que estivesse realmente indisposto. Alguns dias antes da Quaresma, ele declarou publicamente que ficaria muito descontente se alguém comesse carne ou a desse a outros, sob qualquer pretexto... Na igreja, ele era muito respeitoso. Durante a sua missa, todos foram obrigados a ajoelhar-se e a permanecer assim até depois da comunhão do sacerdote; e se ouvia o mínimo barulho ou via alguém a falar durante a missa, ficava muito descontente. Ele tomava a comunhão cinco vezes por ano...⁵⁷

Depois da missa, é no almoço que se dá o grande aparato de assistência, é aqui que inclusivamente os diplomatas que visitavam o palácio assistiam ao banquete da Majestade Cristianíssima. Eram acontecimentos inauditos segundo os relatos, uma instituição exclusiva do Rei Sol, onde predominava um intenso culto à instituição monárquica através da sua pessoa. Como de um ritual religioso se tratasse, havia um profundo silêncio e respeito pela sacralidade régia que se dignava aparecer aos olhos dos seus cortesãos, qual imitação da última ceia de Cristo com os seus apóstolos. Poder ver o Rei de França a almoçar era um privilégio de poucos e inclusivamente uma mercê de grande honra e distinção. Naquela sala não estava Luís, estava o lugar-tenente de Deus na terra, um ministro sagrado, pontífice entre o mundo terreno e o sobrenatural⁵⁸.

O ritual, como vimos, era algo habitual na corte do Rei Sol. A comparação que fazemos com os ritos eclesiásticos tem a finalidade de fazer entender ao leitor uma crença particular de que todo este cerimonial tem como fonte as expressões litúrgicas da Igreja. Acreditamos que

⁵⁶ “O rei foi à missa, onde os seus músicos sempre cantaram um hino. Ele não foi para baixo, exceto em festas ou em cerimónias.” (SAINT-SIMON, Louis De Rouvroy, Duc de – *Mémoires sur le règne de Louis XIV et la Régence*. Paris: Librairie Larousse).

⁵⁷ SAINT-SIMON, Louis de Rouvroy, Duc de – *Mémoires sur le règne de Louis XIV et la Régence*. Paris: Librairie Larousse.

⁵⁸ “O número de pessoas que podiam assistir ao almoço era muito limitado. Mesmo um posto militar muito alto não era suficiente. M. de Vauban, ficou impressionado com a distinção (...) Todos os clérigos foram excluídos, exceto os cardeais e os bispos, padres ou eclesiásticos que mantinham o posto de príncipes estrangeiros (...) Nessas refeições, todos estavam cobertos; seria uma falta de respeito, da qual a pessoa em questão seria imediatamente informada, se não tivesse mantido o chapéu na cabeça. Somente o rei tinha a cabeça descoberta. Quando o rei queria falar com alguém, ou alguém tinha a oportunidade de lhe falar, tinha então de descobrir a cabeça (...) Só o rei tinha uma poltrona. Todos os outros convidados, inclusive o Delfim, tinham assentos com costas de couro preto de Marrocos, que podiam ser dobradas para serem transportadas (...) exceto no exército, o rei nunca comeu com ninguém, sob quaisquer circunstâncias; nem mesmo com os príncipes do sangue.” (SAINT-SIMON, Louis De Rouvroy, Duc de – *Mémoires sur le règne de Louis XIV et la Régence*. Paris: Librairie Larousse).

esta influência explica a sustentação do Estado Absoluto e que a aliança entre o Trono e o Altar foi fundamental para a sua manutenção no caso francês. “Poder-se-ia estender esta abordagem, razoavelmente, à restante vida quotidiana do rei – a missa diária dele, as reuniões com os seus conselheiros, e até mesmo as suas campanhas, as suas expedições de caça e os seus passeios á volta dos seus jardins”⁵⁹.

A verdade é que todas estas cerimónias, como vimos, desde o acordar ao deitar do monarca, são minuciosamente regidas por ritos previamente desenhados e detalhadamente executados.

Pode-se pensar que ampliar a análise deste modo é diluir o termo “ritual”, até que este perca a maior parte do seu significado. Contudo, os observadores registaram que todas as ações do rei foram planeadas, “até o gesto mais insignificante”. Os mesmos factos ocorriam diariamente à mesma hora, de tal modo que se podia ajustar o relógio pelo rei⁶⁰.

Convém destacar que, neste espaço social, o monarca está no centro, como na Missa, Cristo o ocupa. A aristocracia regia-se em torno do rei, e era aqui o palco social onde se obtinham privilégios e se fazia distinguir cada um por uma rigorosa hierarquia:

Muito importante, embora limitado à aristocracia, era o ritual de corte, particularmente o da câmara do rei, que servia para estabelecer as diferenças de hierarquia para distribuir distinções e favores, ou, pelo contrário, expressar o desagrado. Na suas *Memórias*, Luís XIV realçava o papel político desempenhado pela etiqueta: “Enganam-se redondamente aqueles que julgam que é apenas uma questão de cerimónia. Os povos sobre os quais reinamos, não podendo penetrar no fundo das coisas, orientam normalmente os seus juízos pelo que vêm por fora, e a maior parte das vezes é pela hierarquia e pela classe social que medem o seu respeito e obediência”⁶¹.

O cerimonial e o protocolo eram uma forma de tornar visível o poder e também uma forma de educação moral. Era, portanto, o molde social da corte, as rúbricas pelas quais se regiam os cortesãos, como o padre a Deus as preces numa Missa.

Havia regras formais para a participação neste espetáculo – a quem era permitido observar o rei, a que horas e em que zonas da corte, se tal pessoa podia sentar-se numa cadeira ou num tamborete ou permanecer de pé. A vida quotidiana do rei foi composta por ações que não eram tão somente repetitivas, mas carregadas de significado simbólico porque eram desempenhadas em público por um ator, cuja pessoa era sagrada⁶².

Em continuidade com o que dizíamos atrás, o rei era comparado quase a um santo e simplesmente o facto de tocar em objetos os transformava em relíquias sagradas. Aqui se verifica uma vez mais a osmose entre poder temporal e religioso, por outro lado, gestos reverenciais como genuflexões que eram utilizados pela Igreja para o culto a Deus, eram também utilizados pela corte de Versalhes para reverenciar o monarca.

Os objetos materiais intimamente ligados ao rei tornaram-se por sua vez, sagrados, porque o representavam. Consequentemente, era uma ofensa voltar as costas ao retrato do rei, entrar

⁵⁹ BURKE, Peter – *A construção de Luís XIV*. Casal de Cambra: Caleidoscópico, 2007, p. 99.

⁶⁰ BURKE, Peter – *A construção de Luís XIV*. Casal de Cambra: Caleidoscópico, 2007, p. 99.

⁶¹ BONNEY, Richard – *O Absolutismo*. Mem Martins: Publicações Europa América, 1989, p. 47.

⁶² BURKE, Peter – *A construção de Luís XIV*. Casal de Cambra: Caleidoscópico, 2007, p. 100.

no seu dormitório vazio sem fazer uma genuflexão, ou usar chapéu na sala onde a mesa estivesse posta para o jantar do rei⁶³.

Neste sentido, o monarca era em tudo uma figura pública, que não vivia para si mesmo, mas para os seus súbditos. Assim ensinava o próprio aos restantes membros da família real: “«Nós não somos os particulares. Pertencemos inteiramente ao público.» Com estas palavras, dirigida ao delfim, Luís XIV sublinhava a obrigação que o rei tinha de «manter a sua corte»⁶⁴.

No que respeita a uma análise mais pormenorizada dos ritos e das suas origens sabemos que estes possivelmente já existiam antes de Luís assumir o poder. Todavia, comparamos o Rei Sol ao próprio Concílio de Trento, que de alguma maneira veio embelezar e dar notoriedade a esses ritos.

Como o sociólogo Norbert Elias salientou, num argumento paralelo a Marc Bloch sobre o toque real, estes rituais não devem ser dispensados como meras curiosidades. Devem ser analisados pelo que nos podem contar sobre a cultura circundante – sobre a monarquia absoluta, a hierarquia social, e assim por diante⁶⁵.

Ainda outro aspeto que gostaríamos de sublinhar, é o facto de todas estas cerimónias e regras de comportamento, para além daquilo que foi mencionado anteriormente, terem uma função significativa de distinguir a cultura popular⁶⁶ da cultura erudita da aristocracia. “Sejam quais forem as cerimónias que se recordem, em todas elas a sociedade de corte procura distinguir entre comportamentos civilizados e comportamentos «populares»⁶⁷. O cerimonial, muito mais que um conjunto de regras, era uma forma de vida e de arte. Tal como nas rúbricas religiosas se passa do papel aos ritos, a corte era a executante que dava vida aos cerimoniais de etiqueta, tendo o Rei por principal protagonista.

2.2.2 A coroação e a cerimónia da sagração.

É na cerimónia da coroação que podemos estabelecer melhor a comparação entre os ritos temporais e religiosos; é aqui que temos indiscutivelmente a relação perfeita entre o Trono e o Altar. Se olharmos para a sagração dos bispos vamos encontrar elementos comuns: seja na invocação das ladainhas, na unção, na entrega das insígnias, seja na própria coroação do Rei, ou na imposição da mitra ao bispo. Contudo, a coroação não deixa de ser um rito religioso, o que demonstra precisamente a supremacia do poder espiritual sobre o temporal. O próprio Luís

⁶³ BURKE, Peter – *A construção de Luís XIV*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2007, p. 100.

⁶⁴ BONNEY, Richard – *O Absolutismo*. Mem Martins: Publicações Europa América, 1989, p. 47.

⁶⁵ BURKE, Peter – *A construção de Luís XIV*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2007, p. 99.

⁶⁶ “Encontramos aqui uma constante. Nos processos judiciais ou nos almanaques, na literatura de cordel ou na parenética, a distinção entre civilização e popular torna-se recorrente, ao mesmo tempo que se procura implantar nos grupos sociais inferiores as novas normas de comportamento, as transformações de hábitos sociais promovidas pela sociedade de corte.” (SOUSA, Ivo Carneiro de – *História de Portugal moderno: economia e sociedade*. Lisboa: Universidade Aberta, 1996, p. 260).

⁶⁷ SOUSA, Ivo Carneiro de – *História de Portugal Moderno*. Lisboa: Universidade Aberta, 1996, p. 260.

XIV não foi exceção, ele mesmo se submeteu a este ritual, e certamente não o poderia dispensar para a afirmação do seu poder.

Esta cerimónia era uma das mais importantes e únicas em toda a vida do monarca. Ela acontecia algum tempo depois da morte do último rei e tendo terminado o tempo de luto, iniciava-se assim os ritos consecratórios com os óleos sagrados, que no caso francês, apareceram supostamente milagrosamente no tempo de São Remígio. “Na manhã da cerimónia, quatro senhores da mais antiga nobreza são enviados em cortejo para buscar na Abadia de Saint Remis a santa ampola de óleo perfumado que teria sido trazida por uma pomba quando do batismo de Clóvis, no Natal de 498”⁶⁸.

A cerimónia realizava-se em latim e sobressaíam aqui os dois juramentos, à Igreja e ao Reino, que eram, também eles, pronunciados em latim. “Em tempos normais, a coroação verificava-se pouco depois da subida ao trono do novo rei, e o rei de França prestava dois juramentos em latim, um dirigido aos bispos e à Igreja, o outro o «juramento do reino» propriamente dito”⁶⁹. Note-se que o primeiro juramento era dirigido em primeiramente à Igreja. Nada era por acaso no cerimonial, e mesmo aqui sobressaía a questão hierárquica, onde o poder espiritual se sobrepunha ao poder temporal. Ainda que esta premissa nos pareça medieval, o reinado de Luís XIV e o Antigo Regime Francês nunca perdeu, ao contrário de certas concessões historiográficas, no nosso entender erradas, esta hierarquia de valores.

A sagração é ao mesmo tempo um fator de fortalecimento da autoridade monárquica, através do reconhecimento de uma legitimidade hereditária, simbolicamente eletiva (“Viva o Rei”), e um rito indicativo da limitação dessa autoridade, pois a Igreja, conferindo e abençoando o cetro e o gládio, enuncia com isso a supremacia do poder espiritual sobre o temporal⁷⁰.

No rito de sagração episcopal estes juramentos também aconteciam, neste caso proferidos pelos eleitos ao episcopado⁷¹. Mais tarde começavam as ladainhas⁷², tal como na coroação, pedindo a todos os santos os auxílios para o exercício do ministério sagrado. De seguida aconteciam as unções com os santos óleos, momento alto destas cerimónias, tal como no Antigo Testamento eram ungidos Sacerdotes, Reis e Profetas⁷³. Seguia-se no caso dos Reis

⁶⁸ RIVIÈRE, Claude – *As liturgias políticas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1989, p. 47.

⁶⁹ BONNEY, Richard – *O Absolutismo*. Mem Martins: Publicações Europa América, 1989, p. 50.

⁷⁰ RIVIÈRE, Claude – *As liturgias políticas...* p. 48.

⁷¹ “Ego N. Eléctus Ecclesiæ N. ab hac hora in ántea fidélis, et obédiens ero beáto Petro Apóstolo, sanctæque Románæ Ecclesiæ et Dómino nostro, Dómino N. Papæ N. suisque Successóribus canónice intrántibus.” [E, eleito da Igreja, nesta hora como fiel e obediente servo ao Beato Pedro apóstolo, à Santa Igreja Romana e a nosso senhor o Papa aos seus sucessores canónicos...] (IGREJA CATÓLICA – Pontificale Romanum ex decreto Sacrosancti Concilii Tridentini).

⁷² «Consecrator incipit Litanias, dicens: Kýrie, eléison, etc.» [O bispo consagrante começa as ladainhas...] (IGREJA CATÓLICA – Pontificale Romanum ex decreto Sacrosancti Concilii Tridentini); e ainda no rito de coroação: “Tunc cantores incipiunt, et prosequuntur Litanias.” [E os cantores iniciam e prosseguem com as ladainhas] (IGREJA CATÓLICA – Pontificale Romanum ex decreto Sacrosancti Concilii Tridentini).

⁷³ “Ali, Zadoque, o sacerdote, e Natã, o profeta, deverão ungi-lo rei sobre Israel. Tocarão a trombeta e gritarão: Viva o rei Salomão!”. (1 Rs 1, 34.)

a coroação, que no caso francês havia certa particularidade, para além das normas contidas no pontifical Romano.

Na coroação, o rei recebe duas coroas: a primeira, mais pesada, conhecida como sendo a de Carlos Magno, é colocada pelo arcebispo sobre a cabeça do rei e sustentada pelos doze pares do reino. Em seguida, ela é substituída por uma segunda mais leve que o rei mantém até ao final da cerimónia. Por fim, já fora da catedral, o rei usava uma terceira coroa, feita especialmente para ele⁷⁴.

Na cerimónia de sagração apresentava-se uma constituição hierárquica das personagens que compunham as elites da época. Mesmo o clero durante o rito usava de ornamentos distintos para vincar o seu lugar na hierarquia. O celebrante portava as insígnias episcopais mais importantes e os que tinham o título cardinalício, ou bispos autorizados, apareciam com compridas capas magnas de seda, cobertas de pele de arminho. As alfaias litúrgicas eram riquíssimas, desde os bordados a ouro, passando pelos objetos sacros que compunham o tesouro da catedral de Reims.

Outra grande evidência da penetração régia no poder religioso e vice-versa é sobretudo o particularismo da Sagração francesa com relação ao ritual do *Pontificale Romanum*. Aqui destacaríamos as funções de clérigo, que o próprio Rei executava durante a grande missa celebrada pelo arcebispo de Paris na Coroação. Apresentamos deste modo as descrições deste momento ritual:

Depois o Arcebispo celebra a grande missa... após o canto do evangelho, o missal do altar-mor é dado ao rei para ser beijado. Este, no ofertório, entregará ao arcebispo o vinho, o pão de ouro, o pão de prata e uma bolsa. O beijo da paz é dado ao rei pelo bispo que faz as vezes do diácono. A comunhão do monarca ocorre sob as duas espécies⁷⁵.

Voltando aos juramentos, o grande teórico do absolutismo e mentor de Luís XIV, Jaques Bossuet, diz-nos na descrição da cerimónia o seguinte:

O príncipe jura a Deus na sua sagração...manter os privilégios das Igrejas; conservar a Fé católica que recebeu dos seus pais; impedir violências e prestar justiça a todos os seus súbditos. Este juramento é o fundamento da tranquilidade pública: e Deus é tanto mais obrigado a fazê-lo respeitar pela sua própria verdade quanto é Ele o único vingador⁷⁶.

Esta descrição a exortar às obrigações régias está patente e de forma explícita no próprio juramento presente no *Cérémonial français* editado por Théodore e Denis Godefroy em 1649 que o traduziram do latim para o francês: “Prometo conservar-vos, e às vossas Igrejas, o privilégio canónico, com a lei e a justiça que lhe são devidas. E prometo conceder-vos a defesa destas coisas, como é dever de um rei concedê-la por direito no seu reino a um bispo e à Igreja que lhe está confiada”⁷⁷.

⁷⁴ DOMINGUES, Joelza Ester – *Retrato de Luís XIV: ícone do absolutismo monárquico - Ensinar História*. [Em linha]. s. num..

⁷⁵ RIVIÈRE, Claude – *As liturgias políticas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1989, p. 48.

⁷⁶ BONNEY, Richard – *O absolutismo*. Mem Martis: Publicações Europa América, 1989, p. 50.

⁷⁷ BONNEY, Richard – *O absolutismo*. Mem Martis: Publicações Europa América, 1989, p. 50.

Na segunda promessa do monarca estava patente a sua função de defensor da Fé em nome de Cristo ao seu povo:

Prometo, em nome de Jesus Cristo, estas três coisas ao povo cristão que me está entregue. Em primeiro lugar, que todo cristão da Igreja de Deus conserve todo o tempo, sob as nossas ordens a paz verdadeira. Em segundo lugar, que eu proíba toda a rapacidade e iniquidade. Em terceiro lugar, que em todos os julgamentos eu ordene a equidade e a misericórdia⁷⁸.

Por outro lado, os juramentos estavam fortemente assentes na força e no vigor da tradição monárquica. O rei não é um inovador, mas um garante da gloriosa tradição e das tradições que herdou dos seus pais:

O rei comprometia-se a “governar e a defender” o reino que Deus lhe confiara “segundo a justiça dos [seus] pais”. Além disso, prometia “defender as santas Igrejas de Deus e os seus pastores e todo o povo que lhes está submetido, com justiça e com religião, por uma real providência, segundo os costumes dos seus pais.” Finalmente, comprometia-se por juramento a: “conservar a soberania, os direitos e nobrezas da coroa de França: sem os alienar ou entregar a ninguém, e exterminar de boa-fé, segundo o seu poder, todos os heréticos apontados e condenados pela Igreja⁷⁹.”

Todas estas consignações podem-se, facilmente, resumir num pequeno parágrafo escrito por Bossuet: “Primeiramente, a autoridade real é sagrada. Em segundo lugar, é paternal. Em terceiro lugar, é absoluta, o que quer dizer independente. Em quarto lugar, está submetida à razão”⁸⁰. Estava assim consagrado o Estado Absoluto assente na tradição dos Antigos, sendo estes ritos sacrais mais do que outorgantes de poder: eram seus testemunhas. O famoso retrato de Rigaud demonstra iconograficamente os símbolos do poder sacral régio, e por isso merece da nossa parte uma breve análise.

“A boca está fechada, irónica e determinada, os olhos têm um brilho duro e escuro, o nariz fino revela intransigência. Este monarca não é bom nem mau, mas está além de todas as categorias morais”⁸¹. Este, se quisermos, é um dos melhores resumos daquilo que pretendia Rigaud ao representar o monarca. A pintura de Luís XIV, o Rei Sol, em trajes de coroação, é muito mais do que um retrato do Rei. Ela está repleta de símbolos e de elementos decorativos, intencionalmente inseridos pelo pintor para exaltar o poder e a soberania real e reforçar a sacralidade do monarca absoluto. Mais do que um “retrato oficial” de Luís XIV, este quadro é a representação iconográfica do Absolutismo de origem divina por excelência. Quase que se poderia ouvir através dele, a célebre frase: “O Estado Sou Eu.”. E de facto o retrato representa o Estado, daí a importância do resumo de Andreas Prater, ao afirmar que Luís XIV está por cima das categorias morais. Este retrato tão amado pelo próprio monarca pretendeu ser na época uma representação fiel e materializada da força e da grandeza de França, o proselitismo baluarte

⁷⁸ BONNEY, Richard – *O absolutismo*. Mem Martis: Publicações Europa América, 1989, pp. 50-51.

⁷⁹ BONNEY, Richard – *O absolutismo*. Mem Martis: Publicações Europa América, 1989, p. 51.

⁸⁰ BONNEY, Richard – *O absolutismo*. Mem Martis: Publicações Europa América, 1989, p. 51.

⁸¹ PRATER, Andreas – *A pintura do Barroco*. Lisboa: Taschen, 1997, p. 55.

da Fé, a consequência inevitável da grande “era tridentina”! Nem no tempo dos “Augustos” Romanos a Europa, (o mundo), pode vislumbrar semelhante glória como a que o Rei Sol queria transmitir. Este é sem sombras de dúvidas um exemplo da arte e dos movimentos culturais ao serviço do poder.

O retrato em si impera pelas suas grandes dimensões: 2,77 metros de altura e 1,94 m. de largura. A ideia era tornar o monarca maior do que a sua altura verdadeira. Luís XIV olha, portanto, por cima do espectador com um ar de superioridade. A sua posição está inclinada para a esquerda, quase que torcida para enfatizar uma leve ideia de movimento tipicamente barroca herdada já do tempo maneirista italiano. A mão direita segura o cetro e a esquerda repousa na cintura. “O retrato de Luís XIV prima pelo luxo do cenário e pela riqueza do vestuário e dos acessórios refletindo a glória e a pompa da corte do Rei Sol, em Versalhes”⁸². Para além da ornamentação barroca que o quadro encerra, ela é também uma alegoria muito clara aos Imperadores Romanos através de uma simbologia concreta e sobretudo a utilização de elementos pictóricos da época:

O rei está sobre um tablado tendo acima da sua cabeça, um enorme dossel de seda vermelha ou púrpura (a cor usada pelos césores desde a Antiguidade), com frisos, cordões e pingentes dourados. A seus pés, um magnífico tapete de seda bordado onde predomina o dourado. O conjunto formado pelo dossel e plataforma lembra, também, um palco teatral com as suas pesadas cortinas – efeito que evoca a representação do poder real. Ao fundo, atrás do rei, está o trono do qual só vemos o espaldar alto e parte do braço esquerdo. O lugar da autoridade que marca o centro do poder e do reino parece escondido, eclipsado pela figura central e luminosa do rei. Uma posição bem simbólica, afinal Luís XIV é a encarnação do Estado como sintetiza a célebre frase *L’Etat c’est moi* (“O Estado sou eu”) atribuída a ele⁸³.

Por fim, podemos observar mais um pormenor de alusão ao mundo Antigo, ainda que de forma discreta: “Um grande pilar de mármore reforça a composição vertical do quadro que tem como eixo central a figura de Luís XIV. A base do pilar tem figuras esculpidas nos dois lados visíveis que simbolizam virtudes reais: a alegoria da Justiça (de frente) e a da Força (à esquerda)”⁸⁴.

⁸² DOMINGUES, Joelza Ester – *Retrato de Luís XIV*, 24 Mar. 2015. [Em linha]. s. num..

⁸³ DOMINGUES, Joelza Ester – *Retrato de Luís XIV*, 24 Mar. 2015. [Em linha]. s. num..

⁸⁴ DOMINGUES, Joelza Ester – *Retrato de Luís XIV*, 24 Mar. 2015. [Em linha]. s. num..

Fig. 3 - Hyacinthe Rigaud - “Luís XIV, Rei de França”, (1638-1715)



DESCRIÇÃO: óleo sobre tela, 277 x 194 cm. **FONTE:** Musée du Louvre, Paris.

3. A influência tridentina e a sacralidade régia

Na compreensão desta questão começamos por esclarecer que Luís XIV era considerado pela tradição, tal como os seus antecessores, um monarca taumaturgo. No retrato de Jean Jouvenet, que de seguida apresentamos, vemos o Rei Sol a curar um enfermo com o seu toque. A ideia que fica desta cerimónia é o carácter sacerdotal do monarca. Desde tempos ancestrais esta posição do sacerdócio real é transmitida através dos ritos sacrais católicos. O rito de sagração do rei conferia, segundo a época, poderes especiais ao monarca e um deles era o de curar enfermos. Tocar no Rei era sacrilégio, ser tocado pelo rei era ser tocado pelo próprio Deus! O toque real é uma forma de imposição das mãos que tem origens medievais com os reis taumaturgos entre eles os monarcas Ingleses, como por exemplo São Eduardo, o Confessor⁸⁵. Inclusivamente os próprios reis do Reino Unido, são sagrados no trono de São Eduardo. Segundo Marc Bloch: “Julgava-se que esses reis eram verdadeiramente divinos e possuíam certo poder sobre a natureza”⁸⁶.

Apesar de toda esta ênfase na sacralidade do rei, não se pode afirmar em absoluto que este se considerava um deus, à semelhança de autocracias como as que vigoraram no Egipto. Pelo contrário, Luís Augusto era “o servo de Deus na terra” e recebia dele a potestade para bem governar o seu reino. Apesar de algumas tensões com a Santa Sé, o monarca sempre se manteve unido à religião Católica de quem segundo a Tradição era também ele herdeiro espiritual.

Esta dimensão é importante à história da cultura, pois irá levar à realização massiva de obras de arte com o intuito de representar o monarca como defensor da fé.

As representações oficiais da Revogação incluíram também medalhas, que sustentavam inscrições concebidas pela *petit academie*, tais como “a verdadeira religião vitoriosa” [*RELIGIO VICTRIX*], “a heresia extinta” [*EXTINCTA HAERESIS*], “os templos calvinistas destruídos” [*TEMPLIS CALVINIANORUM EVERISIS*] ou “Dois milhões de Calvinistas devolvidos à Igreja” [*VICIES CENTENA MILLIA CALVINIANORUM AD ECCLESIAM REVOCATA*]. A estátua de Luís de Desjardins, na Place des Victoires incluem baixo-relevo da Revogação. A Academia Real de pintura escolheu “o triunfo da Igreja” e a “heresia esmagada sob os pés”, como temas para ilustrações de diplomas...Philippe Quinault terminou uma carreira de vinte anos como libertista para bailados e óperas da corte, com uma epopeia intitulada *L'hérésie détruit*, enquanto Charles Perrault escreveu uma ode para os “recém-convertidos”, felicitando-os juntamente com o seu monarca “magnânimo”⁸⁷.

⁸⁵ “Os reis da França e da Inglaterra puderam tornar-se médicos milagrosos porque já eram, havia muito tempo, personagens sagradas: «*sanctus enim et christus Domini est*» [“o rei é santo; é o ungido do Senhor”], dizia Pierre de Blois, a fim de justificar as virtudes taumatúrgicas de seu monarca, Henrique II” (BLOCH, Marc – *Os Reis Taumaturgos o carácter sobrenatural do poder régio França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das letras, 1999, p. 70).

⁸⁶ BLOCH, Marc – *Os Reis Taumaturgos. O carácter sobrenatural do poder régio França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das letras, 1999, p. 71.

⁸⁷ BURKE, Peter – *A construção de Luís XIV*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2007, p. 112.

Todas estas representações e alegorias devem levar-nos a perceber o catolicismo como forma de promover a sumptuosidade através de ritos marcantes, que o monarca usaria tanto para agradar a Deus, como para enaltecer a sua figura.

Antes de abordarmos a questão do édito de Nantes, importa assegurar a importância da reforma tridentina nesta questão. A arte da Reforma, o barroco, e todo o seu cerimonial são, no nosso entender, meios eficazes de persuasão para intimidar os protestantes e todos aqueles que se rendiam ao esplendor da “verdadeira religião”⁸⁸. As missas barrocas, repletas de cerimonial e adensadas pela arte sacral do exagero e da opulência, as faustosas procissões em honra dos santos, as cerimónias presididas pelo alto clero até às alfaias compridas e vistosas como as capas magnas usadas pelos bispos e cardeais, faziam parte da exibição do poder que o Rei Sol soube manipular, também para seu benefício próprio e que o mundo protestante criticava. É neste sentido que Luís XIV se irá destacar aquando da aplicação do proselitismo tridentino com a revogação do édito de Nantes, numa resposta firme do Estado Absoluto com uma só Fé, da qual ele era o defensor.

Só se pode entender esta medida, no sentido de que Luís XIV acreditava piamente na sua religião, pois a revogação do édito e a expulsão dos protestantes, levaria a consequências negativas para a França a nível económico. “A decisão do rei de proibir o protestantismo (...) levou à emigração de aproximadamente 200.000 homens e mulheres francesas”⁸⁹. O clero e a nobreza puritana, através de rasgados elogios, souberam convencer o rei a continuar a sua missão de expurgar a heresia e render todos os louvores à religião Católica.

O elogio mais famoso do rei para essa acção especial, foi um sermão de Bossuet pregado no funeral do antigo ministro Michel Le Tellier, e que descreve Luís como “este novo Teodósio, este novo Marcion, este Novo Carlos Magno”. Os jesuítas, particularmente, trabalharam este tema. Philibert Quartier, professor no colégio jesuíta em Paris, recém-nomeado Louis-Le-Grand, emitiu um panegírico sobre o rei “por ter extinguido a heresia” [pro extincta haeresi]⁹⁰.

O Édito de Nantes foi em si um instrumento poderoso e uma conquista da Igreja, especialmente dos jesuítas que anteriormente instigavam esta acção do monarca:

Com retrospeção, os bailados e orações anteriores podem ser interpretados como encorajamento jesuíta da campanha antiprotestante, como por exemplo, *Constantine: le triomphe de la religion* (apresentado em 1681, ano em que Estrasburgo regressou forçosamente ao catolicismo), e Ludovicus Pius⁹¹.

⁸⁸ Esta crença da Igreja de reivindicar para si a sua fundação como divina e por isso a única verdadeira.

⁸⁹ BURKE, Peter – *A construção de Luís XIV*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2007, p. 108.

⁹⁰ BURKE, Peter – *A construção de Luís XIV*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2007, p. 114.

⁹¹ BURKE, Peter – *A construção de Luís XIV*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2007, pp. 114-115.

Fig. 4 - Jean Jouvenet - “O toque real das escrófulas”. “O rei te toca, Deus te cure”, (1690) [pormenor]



DESCRIÇÃO: óleo sobre tela. FONTE: Abadia de Saint-Riquier, França.

Conclusão

Depois de uma significativa leitura bibliográfica e de uma intensa reflexão das fontes que nos propusemos estudar, podemos retomar a questão\problema colocados no início desta investigação. A influência de uma cultura Católica assente no ritual e na cerimónia teve com toda a certeza uma grande influência na construção de um cerimonial de Trono. Contudo, não podemos deixar de alertar que esta realidade estudada prende-se totalmente com o caso francês, pelo que seria interessante verificar esta mesma circunstância noutros casos concretos e até mesmo fora do espaço europeu. De qualquer forma, fica evidenciada a importância do poder espiritual na edificação do Absolutismo de direito divino, sendo que sabemos de antemão a importância francesa como influenciadora de outros modelos políticos deste período, incluindo Portugal.

Fora da nossa análise ficou a questão do designado “despotismo iluminado” que surgirá em finais de seiscentos e permanecerá ao longo de setecentos. No nosso entender, não há uma relação direta entre a afirmação do poder régio e a emergência de um Estado autocrático assente unicamente no poder temporal, como iremos verificar no período pós 1789. Como demonstrado, e as fontes são inequívocas, o período pré revoluções, ou seja, o designado Antigo

Regime, estava fortemente sustentado pela crença religiosa, e era através da religião que os monarcas como Luís XIV iriam buscar a sua legitimidade de ação. Em nenhum momento se verificou no longo reinado do Rei Sol uma tentativa de apartar a religião ou submetê-la a um papel secundário, como sustentaram algumas correntes historiográficas das quais nos posicionamos abertamente contra.

Daquilo que nos foi possível abordar no que respeita à documentação, ficamos com uma perspectiva do muito que ainda falta estudar sobre estas matérias, no intuito de compreender melhor a sociedade de corte deste período. A própria aristocracia e a sua ação, bem como a sua grande mutação de costumes na Modernidade, são outros elementos essenciais na compreensão de um conjunto que interessa estudar na perspectiva da centralidade do poder régio. Para nós ficou claro que a influência religiosa se expressou de maneira significativa na ação governativa do Rei Sol, sustentando a crença de um poder de origem divina, levada a cabo por um conjunto de teólogos católicos. Bossuet, nome inquestionável na defesa deste ideal, teve o cuidado na sua obra magna: *Politica tirada das sagradas escrituras*, de confirmar, só através do seu título, esta osmose que levamos a cabo de justificar.

O nosso trabalho pretende também dar continuidade a um estudo mais rigoroso das cerimónias e com isso contribuir para um aprofundamento da figura de Luís XIV e do seu período social. Cremos ainda na importância destes estudos para um melhor contributo à História da Arte, da Cultura, da Política e das Mentalidades, abrindo horizontes de pesquisa para lá do espaço europeu com o intuito de encontrar semelhanças em outras culturas e outros espaços religiosos.

Para nós que estudamos a História, não como juízes, mas como meros observadores, temos a certeza de que esta figura contribui para um imenso legado que nos deve exortar a preservá-lo, a estudá-lo e sobretudo, o que poderá ser menos fácil, bem interpretá-lo. A historiografia é assim enriquecida na medida que souber esgrimir as suas fontes e ao mesmo tempo compreender que ideias que perseguiram os vultos que as constituíram. Luís XIV foi apelidado de “O Grande”, e de facto é outro título que se traduz não só no seu imenso reinado cronológico, bem como em todas as suas obras. Citando novamente Maquiavel, ao Rei Sol poderia muito bem caber-lhe o parágrafo: “Não há nada que torne um príncipe tão estimado como concluir com êxito grandes e magnânimas obras e dar exemplos dignos de ficarem na memória”⁹².

⁹² MAQUIAVEL, Nicolau – *O príncipe*. Lisboa: Europa-América, 1972, p. 116.

Fontes

BOSSUET, Jacques Benigne – *Politica estratta dalle proprie parole della sacra scrittura*.

Veneza: Grabiello Ertz, 1714.

COCHEM, Martinho – *Explicação da Santa Missa*. Bahia: Tipografia de São Francisco, 1914

IGREJA CATÓLICA – *Bautisterio, e ceremonial dos Sacramentos da Sancta Madre Igreja Romana. Emendado e acrescentado em muitas cousas nesta ultima impressam, conforme o Cathecismo, & Ritual Romano*. Coimbra: Oficina de João Antunes, 1698.

IGREJA CATÓLICA – Concilio de Trento.

IGREJA CATÓLICA – *Breviarium Romanum ex decreto Sacrosancti Concilii Tridentini*.

Roma: Editio Novissima Juxta Typicam, 1901.

IGREJA CATÓLICA – *Missale Romanum ex decreto Sacrosancti Concilii Tridentini*. Tours:

Sumptibus et typis Mame (Sacrae Rituum Congregationis Typographorum), 1957.

IGREJA CATÓLICA – *Pontificale Romanum ex decreto Sacrosancti Concilii Tridentini*.

Tours: Laudate Dominum Liturgical Editions, 1991.

IGREJA CATÓLICA – *Rituale Romanum ex decreto Sacrosancti Concilii Tridentini*. Roma:

Editio Novissima Juxta Typicam, 1901.

LUIS XIV – *Memorias sobre el arte de gobernar*. Madrid: Espasa-Calpe, 1947.

MAQUIAVEL, Nicolau – *Da arte da guerra*. Porto Alegre: L&PM, 2011.

MAQUIAVEL, Nicolau – *O príncipe*. Lisboa: Europa-América, 1972.

PIO V, Papa – *Bula Quo Primum Tempore*. São Paulo: Monfort, Associação Cultural, 2016.

Disponível em

WWW:<<http://www.montfort.org.br/bra/documentos/decretos/quoprimum/>>.

SAINT-SIMON, Louis de Rouvroy, Duc de – *Mémoires sur le règne de Louis XIV et la*

Régence: extraits. Paris: Librairie Larousse, s.d..

Fontes Iconográficas

CHAMPAIGNE, Philippe De – *Cardinal Richelieu, 1642-1585*. Londres: Royal Collection Trust. Disponível em WWW:<URL:<https://www.rct.uk/collection/404757/armand-cardinal-richelieu-1585-1642>>.

JOUVENET, Jean – *Louis XIV guérit les scrofuleux*. Disponível em WWW:<URL:https://www.altesses.eu/princes_max.php?image=4284f4c556>.

RIGAUD, Hyacinthe – *Louis XIV, roi de France (1638-1715)*. Paris: Musée du Louvre. Disponível em WWW:<URL:<http://collections.chateauversailles.fr/#8142b80a-c46d-421b-81e3-145d3ed90fa0>>.

VERNET, Horace – *Pie VIII porté dans la basilique de Saint-Pierre à Rome, 1829*. Versailles: Châteaux de Versailles et de Trianon. Disponível em WWW:<URL: <http://collections.chateauversailles.fr/#19b3836b-3520-4c58-b892-8900d62bbe37>>.

Bibliografia

ALMEIDA, Ricardo Coutinho de – *O Absolutismo Régio em França no Reinado de Luís XIV*. Coimbra: [Edição do Autor], 2017.

BLOCH, Marc – *Os reis taumaturgos, o caráter sobrenatural do poder régio França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

BONNEY, Richard – *O Absolutismo*. Mem Martins: Publicações Europa América, 1989.

BURKE, Peter – *A construção de Luís XIV*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2007.

CABANNE, Pierre – *A arte clássica e o barroco*. Lisboa: Edições 70, 2001.

CAMPBELL, Peter Robert – *Luís XIV*. Lisboa: Editorial Presença, 2009.

CHRISTIAN, Biet – *Les miroirs du soleil: le roi Louis XIV et ses artistes*. Paris: Gallimard, 2000.

COELHO, António – *Curso de liturgia Romana*. Braga: Pax Livraria litúrgica, 1941.

DOMINGUES, Joelza Ester – *Retrato de Luís XIV: ícone do absolutismo monárquico - Ensinar História*, 24 Mar. 2015. [Em linha]. Disponível em WWW:<URL: <https://web.archive.org/web/20210703135950/https://ensinarhistoria.com.br/o-retrato-do-absolutismo-monarquico/>>.

ELIAS, Norbert – *A sociedade de corte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

LAVISSE, Ernest – *Louis XIV. La Fronde. Le Roi. Colbert. Histoire de France*. Paris: Hachette, 1905.

MANDROU, Robert – *Louis XIV: en son temps: 1661-1715*. Paris: Presses Universitaires de France, 1973.

MARAVALL, José António – *A cultura do Barroco*. Lisboa: Instituto superior de novas profissões, 1997.

MONTESQUIEU, Charles Louis de – *Do Espírito das Leis*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

PRATER, Andreas – *A pintura do Barroco*. Lisboa: Taschen, 1997.

RIVIÈRE, Claude – *As liturgias políticas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1989.

SOUSA, Ivo Carneiro de – *História de Portugal moderno: economia e sociedade*. Lisboa: Universidade Aberta, 1996.

Anexos

Comparação entre os momentos rituais da liturgia Tridentina e das liturgias do Trono.

Quadro 1 - Ritos com base no *Pontificale Romanum ex decreto Sacrosancti Concilii Tridentini*. Tours: Laudate Dominum, 1991.

N.º de página	Título do Rito	Tipologia	Breve descrição	Relação Coroação/Sagração
105	Coroação dos Reis	Rubrica inicial - 1. Jejum.	O Rei fazia Jejum durante três dias na Quarta, Sexta e no Sábado. "Reza devotamente e no Domingo era coroado."	21
105	Coroação dos Reis	Rubrica inicial - 2. Preparação da catedral.	O Rei era coroado na catedral principal do Reino, que se ornava da melhor forma possível com magnificência e esplendor e era coroado pelo clérigo mais importante do Reino.	22
105	Coroação dos Reis	Rubrica inicial - 3. Preparação do altar e das alfaias	Segundo as normas para a missa pontifical, com a credência devidamente preparada. No altar principal coloca-se a Espada, A Coroa ao centro, o cetro real e o Óleo dos catecúmenos. Depois dispor o trono de frente para o altar e uma credência com os ornamentos régios.	s/corresp.
105	Coroação dos Reis	Interrogação à Igreja de Deus.	O bispo principal interroga se o candidato ao trono é digno desse ofício e se tem a legitimidade.	24
105	Coroação dos Reis	Início da cerimónia ritual	O Rei senta-se entre dois bispos, tendo o mais ancião do seu lado direito e de frente para ele o bispo principal que prosegue os ritos iniciais.	s/corresp.
106	Coroação dos Reis	Primeiro parte do juramento	O Rei ajoelha-se diante do bispo e faz o primeiro juramento. "Ego N. Deo annuente, futurus Rex N. profiteor, et promitto coram Deo, et Angelis ejus, deinceps legem, justitiam et pacem Ecclesiae Dei, populoque mihi subiecto, pro posse et nosse, facere ac servare, salvo condigno misericordiae Dei respectu, sicut in consilio fidelium meorum melius poterero invenire. Pontificibus quoque Ecclesiarum Dei, condignum et canonicum honorem exhibere; atque ea, quae ab Imperatoribus, et Regibus Ecclesiis collata, et reddita sunt, inviolabiliter observare. Abbatibus, Comitibus et Vasalibus meis congruum honorem, secundum consilium fidelium meorum praestare."	25
106	Coroação dos Reis	Segunda parte do juramento	O Rei com a mão nos santos evangelhos jura manter a Fé Católica novamente e pede ajuda a Deus para exercer a sua função sagrada.	26
106	Coroação dos Reis	Osculo da mão do bispo	O Rei beija a mão do bispo como sinal de submissão do poder temporal ao espiritual.	s/corresp.
106-107	Coroação dos Reis	Primeira Oração da sagração	O Bispo Principal ora solenemente sobre o Rei que permanece ajoelhado	s/corresp.
107	Coroação dos Reis	Ladainha de Todos os Santos	Neste momento o bispo dirige-se ao faldistória e juntamente com todo o clero e o Rei prostrado no presbitério cantam solenemente a ladainha de Todos os Santos.	31
107	Coroação dos Reis	Sagração Ritual durante a ladainha	O Bispo na parte final das rogações da ladainha levanta-se e de forma majestosa benze o Rei 5 vezes consagrando-o e santificando-o perante Deus.	32
108	Coroação dos Reis	Unção com o Óleo dos Catecúmenos	O bispo principal unge o rei na testa, nos ombros, entre os cotovelos, todo o braço direito e as mãos.	37
108	Coroação dos Reis	Início da missa pontifical até ao Aleluia	O bispo, clero e o rei começam a Missa Tridentina com a confissão e seguem os rituais próprios da pontifical até ao Evangelho.	s/corresp.
109	Coroação dos Reis	Entrega da Regalia - 1. Espada	Neste momento o Rei recebe a espada que estava no altar das mãos do bispo que faz uma oração solene, onde se diz que com aquela espada o Rei tem o dever de defender o reino e a Fé Católica.	29
109-110	Coroação dos Reis	Entrega da Regalia - 2. Coroação	Momento central, o bispo coroa solenemente o Rei que está já sentado no Trono dizendo: "Accipe Coronam regni, quae, licet ab indignis, Episcoporum tamen manibus capiti tuo imponitur: In nomine Patris, et Filii, et Spiritus Sancti; quam sanctitatis gloriam, et honorem, et opus fortitudinis, significare intelligas, et per hanc te participem ministerii nostri non ignores. Ita ut sicut nos in interioribus pastores, rectorisque animarum intelligimur, ita et tu in exterioribus verus Dei cultor, strenuusque contra omnes adversitates Ecclesiae Christi defensor assistas, regni que tibi, a Deo dati, et per officium nostrae benedictionis in vice Apostolorum, omniumque Sanctorum, regimini tuo commisi utilis executor, proficusque regnator semper appareas, ut inter gloriosos athletas, virtutum gemmis ornatus, et praemio sempiternae felicitatis coronatus. cum Redemptore, ac Salvatore nostro Jesu Christo, cujus nomen, vicemque gestare crederis, sine fine gloriaris: Qui vivit, et imperat Deus cum Patre et Spiritu Sancto in saecula saeculorum. R. Amen.	29
110	Coroação dos Reis	Entrega da Regalia - 3. Cetro e Globus Crucifiger	É o momento de entregar o cetro que é acompanhado de extensa oração e do Globus Crucifiger que representa o mundo regido pela Cruz de Cristo.	29

N.º de página	Título do Rito	Tipologia	Breve descrição	Relação Coroação/Sagração
110	Coroação dos Reis	Te Deum	Segue-se imediatamente o Te Deum soleníssimo	s/corresp.
110	Coroação dos Reis	Continuação da Missa pontifical.	O rito da missa é retomado a partir do ofertório.	s/corresp.
111	Coroação dos Reis	Comunhão do Rei (Communio)	Na altura da comunhão o Rei ajoelha-se beija a mão do bispo e depois comunga o corpo e sangue de Cristo.	s/corresp.
111	Coroação dos Reis	Post Comunio e benedictio	Este rito final encerra o ritual com a bênção solene tripartida do bispo, seguida de uma procissão de saída soleníssima, onde o clero sai com os hábitos corais e o Rei já com o seu manto sagrado.	s/corresp.
49	Sagração Episcopal	Rubrica inicial - 1. jejum.	O eleito ao Sumo sacerdócio deveria fazer jejum um dia antes da sagração episcopal	1
49	Sagração Episcopal	Rubrica inicial - 2. Preparação da catedral.	A igreja acatedral é solenemente preparada com as alfaías necessárias para os ritos pontificais.	2
49-50	Sagração Episcopal	Rubrica inicial - 3. Hierarquia	A rubrica inicial estabelece uma rigorosa hierarquia dos clérigos que vão participar na cerimónia e a sua indumentária.	s/corresp.
50	Sagração Episcopal	Interrogatio	O Bispo pergunta ao diácono se este tem o mandato apostólico Papal para se realizar o solene rito e se o eleito é digno do Sumo Sacerdócio.	4
50	Sagração Episcopal	Primeira parte do Juramento	O candidato faz a profissão de Fé tridentina	6
51	Sagração Episcopal	Segunda parte do juramento	O candidato faz o juramento sobre os evangelhos	7
52-54	Sagração Episcopal	Exame interrogatório	O bispo consagrante interroga o candidato sobre os artigos de Fé e os dogmas	s/corresp.
55	Sagração Episcopal	Oratio Prima	Os três bispos mais o eleito retiram-se para uma capela prelatícia e recitam em privado determinados salmos bíblicos.	s/corresp.
55	Sagração Episcopal	Investidura com a cruz e estola	O eleito é investido com a cruz peitoral e a estola	14, 15, 16
55	Sagração Episcopal	Ad Missam	A missa tridentina prossegue até ao tracto e sequência	s/corresp.
56	Sagração Episcopal	Ladainhas	São cantadas as ladainhas de todos os santos	10
56	Sagração Episcopal	Sagração Ritual durante a ladainha	O Bispo na parte final das rogações da ladainha levanta-se e de forma majestosa benze o eleito 5 vezes consagrando-o e santificando-o perante Deus.	11
56	Sagração Episcopal	Insufflatio	O Bispo sopra sobre o eleito e diz para ele receber o Espírito Santo.	s/corresp.
56	Sagração Episcopal	Responsório	O Bispo entoa o responsória antes do prefácio	s/corresp.
56	Sagração Episcopal	Prefácio da consagração	O Bispo entoa o Prefácio solene de sagração dos bispos.	s/corresp.
57	Sagração Episcopal	Veni creator Spiritus	Entoa-se o hino ao Espírito Santo segundo as disposições tridentinas	s/corresp.
57	Sagração Episcopal	1º Unção	O bispo unge o eleito na testa com o óleo do Crisma	12
57	Sagração Episcopal	Consagração da cabeça	O Bispo benze três vezes a cabeça do eleito.	s/corresp.
57	Sagração Episcopal	Exorcismo e Oratio	O Bispo reza um exorcismo e oração ancestral sobre o candidato que lhe investe de poder especial para exorcizar os demónios de forma ordinária.	s/corresp.
57	Sagração Episcopal	2º Unção	O Bispo unge as mãos do eleito com o óleo do Crisma	s/corresp.
57	Sagração Episcopal	Aspersão da água exorcizada	O bispo asperge água benta e exorcizada sobre o eleito.	s/corresp.

Quadro 2 - Ritos com base em *Saint Simon - Mémoires complets et authentiques du duc de Saint-Simon sur le siècle de Louis XIV et la Régence*. Paris: 1856-1858.

N.º de página	Título do Rito	Tipologia	Breve descrição	Relação com a Missa	Tip. do Rito	Estrutura
Vol. 11, Cap. LXXXVIII	Almoço do Rei	Pessoas admitidas	Um grupo restrito, era possível pedir para assistir ao primeiro Cavaleiro da Câmara e depois o Rei recusava ou aceitava. Os clérigos que não fossem bispos ou cardeais não podiam assistir. " O número de pessoas de quem foi feita uma escolha foi, no entanto, muito limitado. Mesmo um posto militar muito alto não era suficiente. M. de Vauban, no cerco de Namur, ficou impressionado com a distinção."	s/corresp.	s/corresp.	s/corresp.
Vol. 11, Cap. LXXXVIII	Almoço do Rei	Uso obrigatório de chapéu	"Nessas refeições, todos estavam cobertos; seria uma falta de respeito, da qual a pessoa seria imediatamente informada, se não tivesse mantido o chapéu na cabeça."	s/corresp.	s/corresp.	s/corresp.
Vol. 11, Cap. LXXXVIII	Almoço do Rei	Descobrir a cabeça	Quando o Rei fala-se para determinada pessoa ou a pessoa solicitava falar com o Rei	s/corresp.	s/corresp.	s/corresp.
Vol. 11, Cap. LXXXVIII	Almoço do Rei	Colocar a mão no chapéu	Acontecia quando se falava com um Par de Sangue da família real, para distinguir do Rei.	s/corresp.	s/corresp.	s/corresp.
Vol. 11, Cap. LXXXVIII	Almoço do Rei	O assento do Rei	O Rei ficava numa poltrona parecida a um trono sagrado.	s/corresp.	s/corresp.	s/corresp.
Vol. 11, Cap. LXXXVIII	Almoço do Rei	Os assentos dos príncipes de Sangue	"Os convidados, inclusive o Delfim, tinham assentos, com costas de couro preto de marrocos."	s/corresp.	s/corresp.	s/corresp.
Vol. 11, Cap. LXXXVIII	Almoço do Rei	Da forma de servir o Rei	O Rei era servido como numa missa, os pratos eram passados de mãos em mãos do menos importante para o mais digno nobre que lhe levava a comida à mesa. Nota: Na missa tridentina as galhetas com a água e o vinho e demais elementos litúrgicos são passados dos acólitos menores, para os maiores como o cerimoniário e, se for esse o caso, do diácono e subdiácono até chegar ao celebrante.	s/corresp.	s/corresp.	s/corresp.
Vol. 11, Cap. LXXXVIII	Almoço do Rei	Da forma de comer	O Rei comia com a mão direita, depois de lhe haverem partido a comida.	s/corresp.	s/corresp.	s/corresp.
Vol. 11, Cap. LXXXVIII	O levantar do Rei	O primeiro acordar	Era feito pelo mordomo camareiro do Rei às 8h da manhã.	1	Cum lavat manus (Sacerdotalibus paramentis)	Praeparatio ad Missam
Vol. 11, Cap. LXXXVIII	O levantar do Rei	O primeiro acordar	Era feito pelo mordomo camareiro do Rei às 8h da manhã.	24	Ad Missa (Sinal da Cruz)	Ante Missa
Vol. 11, Cap. LXXXVIII	O levantar do Rei	A grande entrada	Entrava primeiro o médico mor, o cirurgião mor e uma enfermeira para saber se o Rei se encontrava bem. Depois entram logo os príncipes de sangue. O camareiro mor abria as cortinas que tinha sido fechadas da cama do Rei.	1	Cum lavat manus (Sacerdotalibus paramentis)	Praeparatio ad Missam
Vol. 11, Cap. LXXXVIII	O levantar do Rei	A grande entrada	Entrava primeiro o médico mor, o cirurgião mor e uma enfermeira para saber se o Rei se encontrava bem. Depois entram logo os príncipes de sangue. O camareiro mor abria as cortinas que tinha sido fechadas da cama do Rei.	24	Ad Missa (Sinal da Cruz)	Ante Missa
Vol. 11, Cap. LXXXVIII	O levantar do Rei	Aspersão da água benta	O camareiro mor apresenta ao Rei Água Benta para se benzer e um livro de orações.	s/corresp.	s/corresp.	s/corresp.
Vol. 11, Cap. LXXXVIII	O levantar do Rei	Ida para o gabinete do conselho	O Rei desloca-se com os príncipes de sangue para um oratório no gabinete do conselho, junto ao seu quarto, onde de forma breve realiza um ato religioso de oração, ainda de roupão de dormir.	24	Ad Missa (Sinal da Cruz)	Ante Missa

N.º de página	Título do Rito	Tipologia	Breve descrição	Relação com a Missa	Tip. do Rito	Estrutura
Vol. 11, Cap. LXXVIII	O levantar do Rei	Entra novamento no quarto	Entra para se vestir	25	Ad Missa (Salmo 42)	Ante Missa
Vol. 11, Cap. LXXVIII	O levantar do Rei	Segunda entrada	Entram outros privilegiados e clérigos para verem o Rei a vestir-se e ajudá-lo como na missa. Trata-se um ritual. Sabemos que o Rei calçava os seus sapatos sozinho: "imediatamente depois, outros cortesãos privilegiados entraram, e então todos, a tempo de encontrar o rei calçando os seus sapatos e meias, pois ele fazia quase tudo sozinho, com endereço e graça."	26	Ad Missa (Confissão)	Ante Missa
Vol. 11, Cap. LXXVIII	O levantar do Rei	Sunda Oração a Deus	"Assim que se vestiu, orou a Deus, ao lado da sua cama, onde todos os clérigos presentes estavam ajoelhados, os cardeais com almofadas, todos os leigos permanecendo de pé; e o capitão dos guardas chegou à balaustrada durante a oração, após a qual o rei entrou novamente no seu gabinete."	27	Ad Missa (Confissão do acólito em nome do povo)	Ante Missa
Vol. 11, Cap. LXXVIII	O levantar do Rei	Terceira entrada	Já no gabinete entre uma multidão de pessoas a quem o Rei saúde e dá uma série de ordens para o dia que se inicia.	28	Ad Missa (Subida ao altar do Sacerdote)	Ante Missa
Vol. 11, Cap. LXXVIII	Decorrer do dia	Audiências	O Rei recebia por grau de importância personalidades, os ministros e demais pessoas comuns.	s/corresp.	s/corresp.	s/corresp.
Vol. 11, Cap. LXXVIII	Decorrer do dia	Missa	O Rei assistia à missa que era sempre acompanhada por hinos musicais. Saint Simon diz-nos que o Rei nunca assistia à missa em baixo, mas sempre na tribuna real.	s/corresp.	s/corresp.	s/corresp.
Vol. 11, Cap. LXXVIII	Decorrer do dia	Momento antes do almoço	"O rei se divertia um pouco ao retornar da missa. Então a manhã terminou."	s/corresp.	s/corresp.	s/corresp.
Vol. 11, Cap. LXXVIII	Decorrer do dia	Trade	"No domingo, e muitas vezes na segunda-feira, havia um conselho de estado; na terça-feira um conselho de finanças; na quarta-feira conselho de estado; no conselho financeiro de sábado: raramente havia dois em um dia ou na quinta ou sexta-feira. Uma ou duas vezes por mês, havia um conselho de despachos na manhã de segunda-feira. Todos os ministros estavam sentados de acordo com a hierarquia, exceto no conselho de despachos, onde todos estavam, exceto os filhos da França, o chanceler e o duque de Beauvilliers."	s/corresp.	s/corresp.	s/corresp.
Vol. 11, Cap. LXXVIII	Decorrer do dia	A Quinta-feira.	Era o dia em que o Rei atendia o povo e os seus filhos bastardos segundo Saint Simon.	s/corresp.	s/corresp.	s/corresp.
Vol. 11, Cap. LXXVIII	Jantar	Início ("au petit couvert")	"O rei comia sozinho no seu aposento, sobre uma mesa quadrada em frente à janela do meio. Era mais ou menos abundante, pois ele ordenou pela manhã que deveria ser "um pouco" ou "muito pouco" serviço. Mas mesmo assim, sempre havia muitos pratos e três pratos sem contar a fruta. Estando o jantar pronto, os principais cortesãos entraram; então todos os que eram conhecidos; e o cavalheiro da câmara de serviço informou o rei."	s/corresp.	s/corresp.	s/corresp.
Vol. 11, Cap. LXXVIII	Jantar	Principes de sangue e o Delfim	"Vi, mas muito raramente, o Delfim e os seus filhos em pé nos jantares, o rei não lhes oferecia, muitas vezes, um assento. Noutras ocasiões, quando ele veio de Saint-Cloud, o rei, ao chegar à mesa, pediu um prato para o Delfim ou perguntou se ele iria jantar. Se ele recusou, não houve menção a um assento; se ele aceitasse, o rei pedia um prato para ele."	s/corresp.	s/corresp.	s/corresp.
Vol. 11, Cap. LXXVIII	Jantar	A mesa e o serviço	A mesa era quadrada e o Rei estava numa das extremidades, "à francesa". Era servido pelo copeiro mor.	s/corresp.	s/corresp.	s/corresp.

N.º de página	Título do Rito	Tipologia	Breve descrição	Relação com a Missa	Tip. do Rito	Estrutura
Vol. 11, Cap. LXXVIII	Jantar	Jantares especiais	"Os grandes jantares eram muito raros e só aconteciam em grandes ocasiões"	s/corresp.	s/corresp.	s/corresp.
Vol. 11, Cap. LXXVIII	Antes de dormir	Momento de reunião	"Ao deixar a mesa, o rei entrava imediatamente no seu gabinete. Essa era a hora de pessoas distintas falarem com ele. Ele parou na porta por um momento para ouvir e depois entrou; muito raramente alguém o seguia, nunca sem pedir permissão para fazê-lo; e para isso poucos tiveram a coragem."	s/corresp.	s/corresp.	s/corresp.
Vol. 11, Cap. LXXVIII	Antes de dormir	Ida para a cama	"Depois do jantar, o rei ficou alguns momentos, de costas para a balaustrada do pé da cama, rodeado por toda a sua corte"	s/corresp.	s/corresp.	s/corresp.
Vol. 11, Cap. LXXVIII	Antes de dormir	Petit Cocher	"O rei, desejando se aposentar, ia alimentar os seus cães; depois dizia boa-noite, passou para o quarto dele, para o 'ruelle' da sua cama, onde rezava as suas orações, como pela manhã, e depois se despia. Ele disse boa noite com uma inclinação da cabeça e, enquanto todos estavam saindo da sala, ficou na esquina da lareira, onde ele deu a ordem ao coronel dos guardas sozinho. Começou então o chamado "petit coucher", no qual apenas os especialmente privilegiados permaneciam. Eles não foram embora até o Rei se deitar. Então todos partiram curvando-se perante o rei. Por dez ou doze anos antes da sua morte, o 'petit coucher' cessou, em consequência de um longo ataque de gota.»	s/corresp.	s/corresp.	s/corresp.

Quadro 3 - Ritos com base no *Missale Romanum ex decreto Sacrosancti Concilii Tridentini*. Tours: Sumptibus et typis Mame (Sacrae Rituum Congregationis Typographorum), 1957.

Tipologia do Rito	Estrutura
Cum lavat manus (Sacerdotalibus paramentis)	Praeparatio ad Missam
Ad amictum (Sacerdotalibus paramentis)	Praeparatio ad Missam
Ad albam (Sacerdotalibus paramentis)	Praeparatio ad Missam
Ad cingulum (Sacerdotalibus paramentis)	Praeparatio ad Missam
Ad manipulum (Sacerdotalibus paramentis)	Praeparatio ad Missam
Ad stolam (Sacerdotalibus paramentis)	Praeparatio ad Missam
Ad casulam (Sacerdotalibus paramentis)	Praeparatio ad Missam
Ad caligas (Episcopos Paramentis)	Praeparatio ad Missam
Cum exuitur Capa Magna (Sacerdotalibus paramentis)	Praeparatio ad Missam
Cum lavat manus (Episcopos Paramentis)	Praeparatio ad Missam
Ad amictum (Episcopos Paramentis)	Praeparatio ad Missam
Ad Albam (Episcopos Paramentis)	Praeparatio ad Missam
Ad cingulum (Episcopos Paramentis)	Praeparatio ad Missam
Cum accipit Crucem pectoralem (Episcopos Paramentis)	Praeparatio ad Missam
Ad Stolam (Episcopos Paramentis)	Praeparatio ad Missam
Ad Tunicellam (Episcopos Paramentis)	Praeparatio ad Missam
Ad Dalmaticam (Episcopos Paramentis)	Praeparatio ad Missam
Ad Chirothecas (Episcopos Paramentis)	Praeparatio ad Missam
Ad Planetam (Episcopos Paramentis)	Praeparatio ad Missam
Ad Mitram (Episcopos Paramentis)	Praeparatio ad Missam

Tipologia do Rito	Estrutura
Ad anulum (Episcopos Paramentis)	Praeparatio ad Missam
Ad manipulum (Episcopos Paramentis)	Praeparatio ad Missam
Ad Missa (Sinal da Cruz)	Ante Missa
Ad Missa (Salmo 42)	Ante Missa
Ad Missa (Confissão)	Ante Missa
Ad Missa (Confissão do acólito em nome do povo)	Ante Missa
Ad Missa (Subida ao altar do Sacerdote)	Ante Missa
Ad Missa (Intóito)	Ante Missa
Ad Missa (Kyrie)	Ante Missa
Ad Missa (Glória)	Ante Missa
Ad Missa (Orações coletas)	Ante Missa
Ad Missa (Epístola)	Ante Missa
Ad Missa (Grduar, Tracto, Munda cor meum)	Ante Missa
Ad Missa (Evangelho)	Ante Missa
Ad Missa (Credo)	Ante Missa
Ad Missa (Ofertório)	Post Missa
Ad Missa (Lavábo)	Post Missa
Ad Missa (Oração à Santíssima Trindade)	Post Missa
Ad Missa (Oráte Fratres)	Post Missa
Ad Missa (Orações secretas)	Post Missa
Ad Missa (Prefácio)	Post Missa
Ad Missa (Sanctus)	Post Missa
Ad Missa (Cânone Romano)	Post Missa
Ad Missa (O Pai nosso e o exorcismo)	Post Missa
Ad Missa (Orações para a comunhão do sacerdote)	Post Missa
Ad Missa (Confíteor dos fiéis)	Post Missa
Ad Missa (Ritos da comunhão dos fiéis)	Post Missa
Ad Missa (Orações das ablusões)	Post Missa
Ad Missa (Antífona da comunhão)	Post Missa
Ad Missam (Orações Pós comunhão)	Post Missa
Ad Missam (Orações finais e benção dos fiéis)	Post Missa
Ad Missam (Último Evangelho)	Post Missa

Os que ficam: comunidade portuguesa em Antuérpia, 1596 – 1606

Maria Amélia Oliveira

oliveiraamelia@hotmail.com

Resumo

Este trabalho examina a presença da comunidade portuguesa em Antuérpia, após a conquista da cidade pelas tropas de Filipe II e o embargo imposto ao comércio com as Províncias Unidas. A partir de 1585, acentua-se a emigração de mercadores para cidades vizinhas, nomeadamente Amesterdão. Em geral, a historiografia nacional tem dedicado atenção aos portugueses que trocam a cidade por novos centros mercantis, e ao seu contributo para os negócios nessas praças. No entanto, Antuérpia conservou algum peso enquanto praça financeira, e nela mantiveram residência vários mercadores portugueses. A cronologia em estudo compreende dois cortes temporais: 1596 e 1606. Os resultados da análise revelam que neste intervalo de tempo se assiste a uma adaptação das práticas comerciais, que trazem novas oportunidades de negócio. Em Antuérpia, verificamos que os impérios português e castelhano se tocam, e o modo como os mercadores portugueses disso beneficiam. Com base em informações extraídas de atos notariais que incluem procurações, protestos de letras, cartas de quitação e testamentos, o trabalho identifica esses mercadores, quem são os seus parceiros de negócio, os espaços geográficos com os quais mantêm contacto e por onde transitam, o tipo de atividades económicas que desenvolvem, mas também com quem casam, quem são os seus herdeiros, como se tecem os seus laços familiares. O resultado é uma caracterização socioeconómica da comunidade portuguesa em Antuérpia no período considerado.

Palavras-chave: Antuérpia, Época Moderna, comunidade portuguesa, redes comerciais, perfil sócio-económico.

Abstract

This paper examines the presence of the Portuguese community in Antwerp, after the conquest of the city by the troops of Philip II and the embargo imposed on trade with the United Provinces of the Netherlands. From 1585 onwards, there is an increase in the migration of merchants to neighbouring cities, such as Amsterdam. In general, Portuguese historiography has paid particular attention to the Portuguese who leave Antwerp for new mercantile centres, and to their contribution to business in these new places. However, Antwerp retained some weight as a financial market, and several Portuguese merchants remained in the city. The chronology under study comprises two time slots: 1596 and 1606. The results of the analysis reveal that in this period there is an adaptation of their commercial practices, with new business opportunities. In Antwerp, we see how the Portuguese and Castilian empires intersect, and the way Portuguese merchants benefit from it. Based on information from notarial acts such as powers of attorney, bills of exchange, settlement briefs and wills, this work identifies merchants, their business partners, transit and trading places, different kinds of economic activities they carry out, but also whom they marry, their heirs, how their family ties are woven. The result is a socio-economic profile of the Portuguese community in Antwerp around the turn of the 16th century.

Keywords: Antwerp, Early Modern History, Portuguese community, commercial networks, socio-economic profile.

Introdução

Este trabalho pretende dar a conhecer os negociantes portugueses presentes em Antuérpia, num momento em que este centro da economia global começa a ceder terreno em favor de Amesterdão. Com efeito, até ao início da guerra dos 80 anos (1568-1648) e em concreto, até ao encerramento do seu porto, Antuérpia foi um importante centro de redistribuição, entre o Norte e o Sul da Europa, de produtos de origem europeia e ultramarina. Deste comércio, os portugueses asseguravam uma fatia substancial: num primeiro tempo através da Feitoria Portuguesa, que representou os interesses comerciais da monarquia até ao seu encerramento formal em 1549, em seguida através do comércio privado promovido por mercadores e companhias privadas reunidos na Nação portuguesa, oficialmente reconhecida pelas autoridades municipais em 1511. De 1585 em diante, ultrapassado o primeiro impacto dos tumultos e do embargo do porto, os portugueses aí residentes continuaram a participar ativamente, a partir daí, numa economia global, e Antuérpia tornou-se mais um ponto em que os dois impérios, português e espanhol, se cruzavam, e tal facto não passou despercebido aos mercadores portugueses, como adiante veremos.¹

As redes mercantis que tinham construído, estreitadas por laços de parentesco e de mútua confiança, permitiram manter os fluxos comerciais e financeiros entre a comunidade de Antuérpia e os demais espaços imperiais, inclusive com terras consideradas como inimigas, como eram as Províncias Unidas e os seus portos da Zelândia. Com efeito, Antuérpia só ficou verdadeiramente relegada para segundo plano após as primeiras décadas do século XVII².

Invertendo uma tendência que se tem verificado na historiografia recente³, este trabalho não considera Antuérpia apenas como um viveiro de onde partem os mercadores que farão a

¹ "Ces guerres nouvelles imposent davantage de frais aux républiques, mais proposent aux entrepreneurs des combinaisons profitables et des occasions exceptionnelles. Les hommes d'affaires ne manquent pas de mettre au service des princes leurs connexions financières et marchandes." - SILVA, José Gentil da – "Trafics du Nord, marchés du «Mezzogiorno», finances génoises: recherches et documents sur la conjoncture à la fin du XVIe siècle". *Revue du Nord*. [Em Linha] Lille. Vol. 41, n.º 162 (Abril-Junho 1959) p. 129.

² "It was only at the end of 1590s that the money market in Antwerp began to collapse. The third default by the Spanish state in 1596 provoked a wave of bankruptcies in Spain itself and in Antwerp. For finance, although no longer for industry or trade, Antwerp still remained the centre until the first decades of the 17th century." SPUFFORD, Peter – "From Antwerp and Amsterdam to London: The Decline of Financial Centres in Europe". *De Economist*. [Em Linha] Vol. 154, n.º 2 (Fev. 2006) p. 158.

³ Vide Cátia ANTUNES com vasta bibliografia dedicada à presença de cristãos-novos em Amesterdão, como por exemplo *Globalisation in the Early Modern period: the economic relationship between Amsterdam and Lisbon, 1640-1705*. Amesterdão: Aksant, 2004; ou Jorun POETTERING que estuda a comunidade portuguesa em Hamburgo em *Migrating Merchants: Trade, Nation and Religion Between Hamburg and Portugal in the 17th Century*. Berlin, Boston: De Gruyter Oldenbourg, 2019; ou Francesca TRIVELLATO que se debruça sobre os judeus sefarditas no Livorno em *The familiarity of strangers the Sepahrdic diaspora, Livorno, and the cross-cultural trade in the early modern period*. New Haven, Londres: Yale University Press, 2009; ou ainda a tese de doutoramento de Florbela Veiga FRADE sobre a importância da família para as relações económicas dos sefarditas em Antuérpia: *As relações económicas e sociais das comunidades sefarditas portuguesas – O trato e a família, 1532 – 1632*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2006.

riqueza de Amsterdão nem aplica uma análise centrada no prisma cristão-novo/sefardita. Pelo contrário, pretende dar a conhecer esta comunidade, traçando o seu perfil económico e social tal como se apresenta, e deste modo confirmar que não houve um desmantelamento imediato da sua centralidade nas redes mercantis portuguesas, europeias e mesmo ultramarinas, mesmo com o aumento de protagonismo de Amsterdão. Os atos notariais redigidos no cartório de Gillis van de Bossche são a fonte primária selecionada, dada a abundância de referências a agentes portugueses e às suas atividades.

1. Estado de arte

A comunidade em estudo não é desconhecida da historiografia portuguesa ou estrangeira. Aliás, toda a presença portuguesa no noroeste europeu na Época Moderna tem sido estudada sob diversos ângulos – económico, sociológico, cultural, talvez mais no estrangeiro do que em Portugal. A bibliografia pode ser dividida em dois grandes blocos.

O primeiro bloco é constituído por trabalhos que se dedicam à caracterização económica e sociológica dos mercadores e das suas atividades. Nelas encontramos descrições de negócios, listas de agentes mercantis, genealogias das famílias mais importantes, descrições dos produtos comercializados, etc. Em geral, os seus autores são os primeiros a abordar o tema de uma forma mais sistemática, sobretudo através de um exercício de identificação e caracterização dos vários elementos que compõem o quadro da presença portuguesa⁴. São obras produzidas há várias décadas, que por vezes se apoiam elas próprias em trabalhos anteriores. Estas foram tomadas como uma porta de entrada para nos inteirmos da temática em estudo⁵, como ocorre com a monografia de J. A. Goris⁶ para a primeira metade do século XVI.

Ainda dentro deste primeiro bloco há que destacar a obra de Hans Pohl que orientará o nosso trabalho⁷. Pohl coloca como ponto de partida o ano de 1567 do seu estudo, precisamente o momento em que J. A. Goris termina o seu estudo. É como uma passagem do testemunho, e de facto entre uma e outra obra temos uma excelente descrição dos 150 anos de presença dos mercadores portugueses em Antuérpia. Trata-se de uma obra muito abrangente e pormenorizada, descrevendo a Nação portuguesa enquanto entidade, as suas relações com as autoridades da cidade, as principais famílias, as atividades profissionais, a participação no

⁴ FREIRE, A. Braamcamp – *Notícias da Feitoria da Flandres: precedidas dos Brandões poetas do cancioneiro*. Lisboa: Arquivo Histórico Português, 1920.

⁵ FRADE, Florbela Veiga – *As relações económicas e sociais das comunidades sefarditas portuguesas – O trato e a família, 1532 – 1632...*

⁶ GORIS, Jan Albert – *Étude sur les Colonies Marchandes Méridionales (Portugais, Espagnols, Italiens) à Anvers de 1488 à 1567: Contribution à l'Histoire des Débuts du Capitalisme Moderne*. Nova Iorque: Franklin, 1971.

⁷ POHL, Hans – *Die Portugiesen in Antwerpen (1567-1648): zur Geschichte einer Minderheit*. Wiesbaden: Steiner, 1977.

comércio, seguros, concessão de crédito, com vários anexos e índices. Em termos de fontes primárias, a obra tem o grande benefício de identificar dois fundos notariais que contêm um grande número de atos de diferente natureza, aos quais recorre amiúde para fundamentar as suas observações. O facto de Pohl não adotar o prisma “cristão-novo” não o impede se referir à importância das suas relações familiares no mundo dos negócios.

Observa-se, entretanto, uma evolução na historiografia: o grupo de mercadores em análise não é constituído por portugueses *tout court*, mas por portugueses cristãos-novos. Esta nova caracterização do grupo tem várias implicações ao nível da análise do comportamento mercantil. Assim, as relações interpessoais e familiares assumem uma importância acrescida, tal como as ações da Inquisição e a intervenção dos governantes, umas vezes mais coniventes com a participação de “gentes de Nação” nas esferas económica e financeira, outras vezes mais restritivas. Neste segundo bloco de obras, parte-se dos trabalhos de caracterização e descrição da comunidade e do trato, para avançar algumas interpretações. Alguns autores optam por fazer uma análise a partir da perspetiva da diáspora da nação hebraica⁸. Este ponto de observação permite um questionamento diferente da comunidade em estudo, nomeadamente a relação entre etnia/religião/confiança/negócios.

A pluralidade de perspetivas e temáticas são a prova de que a participação portuguesa no comércio internacional da Época Moderna a partir de praças estrangeiras é uma matéria de investigação atrativa e potencialmente reveladora de tendências do mundo de negócios nesses espaços. São inúmeras as fontes primárias à disposição do investigador, nomeadamente em Antuérpia. A título de exemplo, Puttevils usa registos de cobrança do imposto do 1% sobre o valor das exportações, Pohl recorre a documentos notariais, documentos da Nação portuguesa, impostos, transações de imóveis, listas de estrangeiros tornados cidadãos da cidade, entre outros. Pelo que nos foi dado perceber, muitos destes dados não foram consultados até à data pelos historiadores nacionais.

⁸ A título exemplificativo veja-se Jorun Poettering, em *Migrating Merchants: Trade, Nation and Religion Between Hamburg and Portugal in the 17th Century*, que avalia o grau de integração na sociedade local de Hamburgo de mercadores cristãos-novos e as implicações que a integração (limitada) tinha no seu sucesso comercial; Francesca Trivellato, que aborda as relações comerciais da comunidade sefardita do Livorno de seiscentos, que usa para aferir a importância da religião na confiança entre comerciantes de diferentes culturas (TRIVELLATO, Francesca – *The familiarity of strangers...*); Christopher Ebert, que avança com uma análise sobre seguros marítimos (EBERT, Christopher – “Early Modern Atlantic Trade and the Development of Maritime Insurance to 1630”. *Past and Present*. [Em Linha]. Vol. 213, n.º 1 (Nov. 2011) pp. 87-114; ou ainda Jeroen Puttevils que estuda a estruturas financeiras que permitiram o crescimento comercial de Antuérpia (PUTTEVILS, Jeroen – “«Eating the bread out of their mouth»: Antwerp’s export trade and generalized institutions, 1544-5”. *The Economic History Review*. [Em Linha] Vol 68, n.º 4 (Maio 2015) pp. 1339-1364).

2. As fontes primárias: os atos notariais

Enquanto fonte primária, os atos notariais constituem um repositório rico em informações⁹. O ano de 1596¹⁰ impôs-se de *per se*, uma vez em que foi o primeiro ano pós-1585, parte de uma série de livros notariais pertencentes ao cartório de Gillis van den Bossche, ao qual recorreram vários mercadores portugueses. Não foi o único tabelião de Antuérpia de que se serviram, como se pode concluir das referências nos próprios documentos estudados. Porém, não se conseguiu identificar outro notário cujos livros revelassem tal abundância de referências a negociantes portugueses¹¹. Por sua vez, o ano de 1606 permite apreciar a evolução da presença portuguesa na cidade e das suas atividades, 10 anos volvidos sobre o primeiro corte temporal.¹²

Na abordagem aos livros de notário, há que ter presente aquilo que não registam. O mercador não necessita de tornar num instrumento público um empréstimo que concedeu a um sócio ou parceiro da sua maior confiança, não dá quitação de uma letra de câmbio devidamente paga, não regista atos de compra e venda em que tem plena confiança na contraparte. Os atos notariais são, em grande medida, e neste domínio de estudo, o repositório do que correu ou pode correr mal, pois os mercadores recorrem aos serviços do tabelião para garantir o cumprimento de contratos¹³.

3. Metodologia

A seleção dos documentos a tratar, isto é, aqueles que mencionam portugueses residentes ou estantes em Antuérpia constituiu o primeiro passo da investigação que suporta esta contribuição. De seguida, procedeu-se à compilação dos dados em folhas Excel, organizados por atos jurídicos, em que se incluíram informações relativas às tipologias de transações, relações jurídicas entre os agentes e mercadorias e locais abrangidos, além da identificação dos agentes envolvidos e seus atributos sociais e familiares.

Note-se que de um mesmo documento se podem deduzir diferentes atos jurídicos. A título de exemplo, num documento relativo a uma procuração para a cobrança de uma dívida é também referido um ato anterior de compra e venda, o qual se encontra na origem da dívida

⁹ CLAVERÍAS, Belén Moreno – ¿Cómo se construye la historia económica? El uso de los documentos notariales para las prácticas de historia económica en el marco del EEES. *IX Encuentro de Didáctica de la Historia Económica*, Toledo 24 e 25 de junho de 2010. [Em Linha] Toledo: [s.n.], 2010. pp. 3-4.

¹⁰ Documentos reunidos no livro com a cota N#3568, abrangendo todo o ano de 1596. Ver Gillis, Van den Bossche – *Protocollen, en staten en rekeningen, 1596-1596*. N#3568 (fols. 1-422) (FelixArchief, Stadsarchief Antwerpen).

¹¹ Os livros do notário Gillis van den Bossche foram abundantemente consultados e citados por Hans Pohl, a principal referência deste trabalho.

¹² Documentos reunidos nos livros com as cotas N#3584, N#3585 e N#3586.

¹³ GELDERBLOM, Oscar - *Cities of Commerce: the institutional foundations of the international trade in the Low Countries, 1250-1650*. New Jersey: Princeton University Press, 2013. p. 100

contraída; num documento relativo a uma procuração para administrar os negócios do contrato de Angola, infere-se a obtenção desse contrato junto da Coroa. Este contrato com a Coroa passa a ser tratado como um novo ato, por envolver agentes relacionados com a comunidade, por exemplo, através de relações de parentesco.

Esta divisão do documento em vários registos/atos jurídicos permite captar as várias etapas, espaços e indivíduos envolvidos, mas implica, igualmente, uma leitura atenta do resultado obtido com a utilização dos filtros do *Excel*, em ordem a evitar duplicações de contagens de ocorrências, pois no mesmo documento frequentemente ocorrem vários atos abrangidos pela mesma classificação temática (p.ex. comércio), mas que têm que ver com o mesmo documento notarial. Assim, e de novo um exemplo: num documento relativo a um crédito temos um ato de quitação desse crédito e ainda a menção a uma procuração¹⁴, logo temos dois registos, mas na realidade trata-se de um único e mesmo crédito. A forma de contornar esta multiplicação de atos é considerar apenas o documento, quando se passa para a produção de estatísticas.

Outro elemento relevante a considerar são os atos com datas anteriores aos dois anos de referência. Como exemplo, a certificação de assinatura tem lugar em 1596 ou 1606, mas o documento, cuja assinatura tem de ser certificada, pode ter sido lavrado em 1595 ou 1604. Entende-se que é mais útil adicionar esses atos de anos anteriores aos atos do ano 1596 ou, no caso de atos a partir de 1597, aos de 1606, ainda que, a bem da verdade, se encontrem fora dos intervalos considerados. Essa opção foi tomada por dois motivos. Se esses atos fossem considerados isoladamente, não teriam relevância estatística por se tratar de um número reduzido de situações; por outro lado – e razão mais importante – mesmo sendo de anos transatos, continuam a produzir efeitos jurídicos, pois de outro modo não seriam mencionados pelo notário.

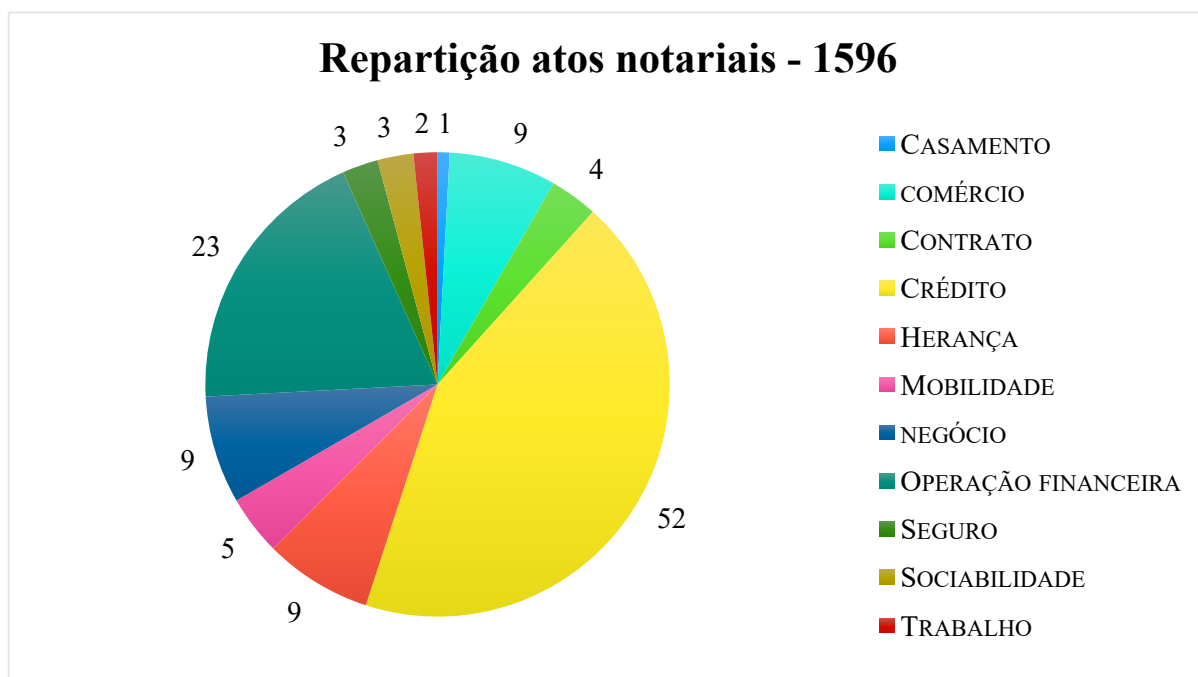
4. Análise económica

Uma das conclusões que podemos de imediato extrair é a de que a atividade económica dos agentes portugueses não diminuiu entre os dois períodos estudados. Os números falam por si: para o ano de 1596 são identificados 64 documentos em que são mencionados portugueses residentes ou estantes em Antuérpia; para 1606 identificam-se 245.

Segue uma análise mais fina dos registos das atividades económicas que envolvem esses agentes para os dois anos em estudo.

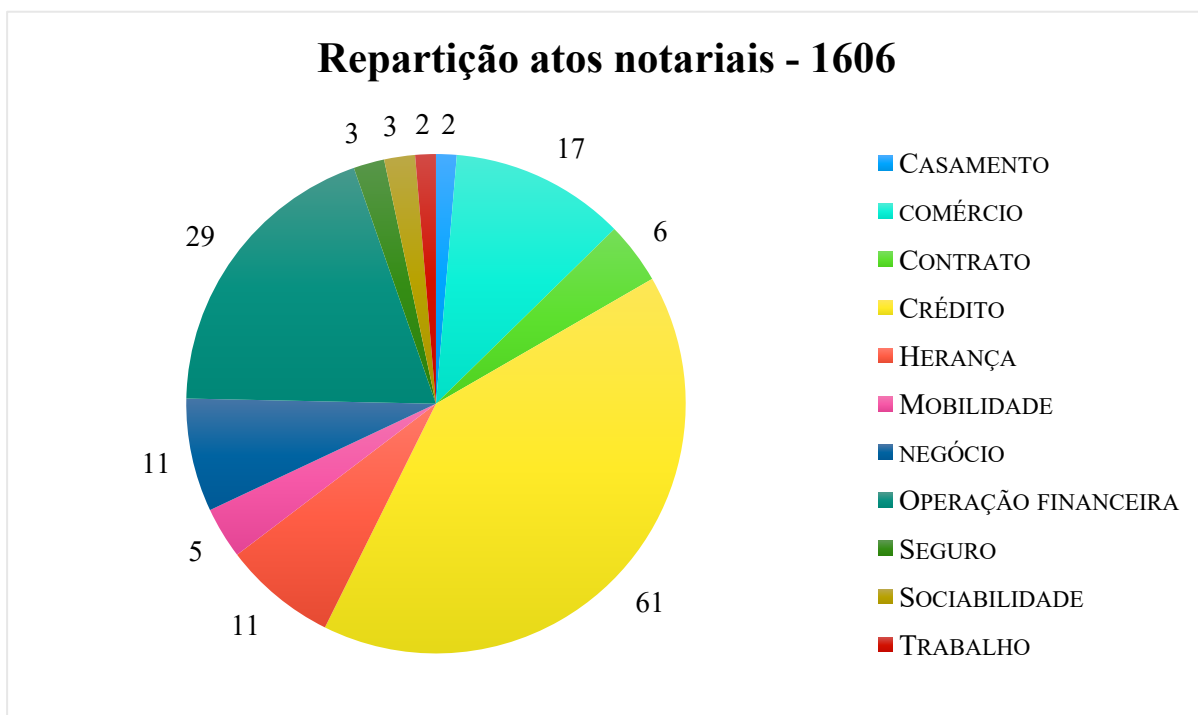
¹⁴ Por exemplo: N#3568_0034, fols. 352-354.

Gráfico 1 - Repartição dos atos notariais em 1596



FONTE: FelixArchief, Stadsarchief Antwerpen, N#3568.

Gráfico 2 - Repartição dos atos notariais em 1606



FONTE: FelixArchief, Stadsarchief Antwerpen, N#3584, N#3585 e N#3586.

Os números e a sua representação pedem alguns esclarecimentos e observações, nomeadamente quanto ao teor das categorias usadas.

O comércio não está plasmado diretamente em contratos clássicos de compra e venda de mercadorias, mas infere-se do teor das procurações ou declarações¹⁵. Os atos explícitos de comércio representam apenas 6 dos 64 documentos de 1596 (9,4% do total). Certamente há mais atividades de compra e venda, porque as letras de câmbio e o recurso ao crédito, duas temáticas que serão analisadas adiante, são meios de pagamento tipicamente usados no comércio. Por outro lado, o seu número relativamente baixo pode ter que ver com o facto de estes homens nem sempre plasmarem num instrumento público esse tipo de contratos, quando os negócios se faziam em círculos de família ou com pessoas da sua confiança¹⁶. Ainda assim, são muito diversas as seis transações em causa: temos um monopólio de 20 anos para importação de pedra ume e sulfato ferroso, a venda de holandas, um conhecido tipo de tecido, ou de diversas peças em prata lavrada de uma herança, através de um pregoeiro. Acrescente-se a compra e venda de algodão, açúcar e marfim, ligados ao contrato de monopólio de comércio de S. Tomé, que já não passam pelo porto de Antuérpia, mas cuja venda é assegurada por mercadores portugueses estantes em Honte (parte ocidental do rio Escalda) com procuração para receberem e venderem os produtos.

Os espaços abrangidos por essas transações englobam a Zelândia, a Ibéria, locais de obediência ao monarca espanhol, e S. Tomé. Em Antuérpia só tem lugar a venda das pratas. Esta pouca expressividade de atos relacionados com o comércio poderá decorrer da já mencionada relação de confiança entre mercadores, que os leva a abdicar de mais encargo financeiro como é a passagem pelo notário, mas certamente decorre também dos efeitos do embargo ao porto da cidade. Os parceiros escolhidos são igualmente portugueses, exceto no caso do monopólio da pedra ume concedido pelo monarca espanhol, em que Sebastião Vaz, com uma participação em 1/5 dos proveitos, surge associado a dois flamengos, Cornille Carroy e Jean Cools.

No universo dos 245 documentos relativos a 1606 temos uma percentagem semelhante, 8,9% (22 documentos). Aqui as mercadorias coloniais têm um pouco mais de expressão: há 1 referência ao pau brasil, outra a mercadorias do Brasil não especificadas, 4 a pérolas e diamantes, 3 a açúcar e gengibre e outra a caixas de canela. Nos produtos europeus temos 5 menções a panos e fardos de lã, trigo, sal, objetos em cobre, estanho e fivelas para sapateiros e

¹⁵ Para a caracterização do comércio, Hans Pohl, por exemplo, baseia-se mais em fontes secundárias, como a obra *Lettres Marchandes d'Anvers* de Valentín Vázquez de Prada e não predominantemente em atas do notário. Ver VÁZQUEZ DE PRADA, Valentín - *Lettres Marchandes d'Anvers*. Paris, S.E.V.P.E.N., 1960; e POHL, Hans – *Die Portugiesen in Antwerpen (1567-1648)*... p 139 e seguintes.

¹⁶ “the public registration of private contracts, whether by town secretaries or notaries, covered only a small fraction of all commercial transactions”; “merchants used notarial deeds to formalize the extension of agency relations beyond the closed networks of family and friends”; - GELDERBLUM, Oscar - *Cities of Commerce*... pp. 94 e 93 respetivamente.

por fim conservas em azeite. Hamburgo é o porto onde chegam os produtos exóticos, mas também o sal, enquanto que as mercadorias europeias circulam por França (Rouen, Lille, Calais) com destino a Lisboa. Para garantirem que a sua exportação vai decorrer sem problemas ao longo do seu percurso por terra e mar, os mercadores solicitam ao notário uma declaração de que os bens que não passam por terras inimigas¹⁷. Não há menção quanto à origem ou destino das pedras preciosas, mas sabe-se que circulariam por terra¹⁸. Um dos compradores (Gaspar de Orta) está identificado como residindo em 1603 em Veneza, um dos pontos de chegada das rotas do Oriente. Em 1606 Matheo De Renzy, que ainda não pagou a Diogo Rodrigues de Paiva os 33 diamantes que estão na sua posse, encontra-se em Londres. O mercador português tem de recorrer aos serviços do seu agente flamengo Jan Van Dale para poder recuperar o rendimento da venda. Este é um dos exemplos que revelam que em 1606 há mais contactos entre portugueses e estrangeiros do que 10 anos antes. Estes são transportadores em França, procuradores em Hamburgo e Rouen, vendedores ou compradores.

As referências aos seguros também demonstram como a cidade é mais um *interface* do que um porto de chegada ou partida de mercadorias. Em 1596 foram exarados 3 documentos relativos a naus que se perderam ou foram apresadas, cujo seguro agora é reclamado; 1606 vê o número de declarações ou intimações subir para 7. Interessa sobretudo ver os portos envolvidos: Zelândia, Baía – Lisboa para 1596; Ancona – Sevilha, Hamburgo – Laredo, Porto – Hamburgo, Hamburgo – Sevilha, Calais - Lisboa para 1606. Note-se que nenhuma embarcação tinha Antuérpia como porto de partida ou destino. Ainda assim, os seguros eram tomados nesta praça, em sociedades que envolviam negociantes estrangeiros (sobretudo flamengos) e portugueses. Das 4 listas de seguradores intimados a pagar, a participação nacional é de 8, 25 e 50%, sendo alguns nomes recorrentes, tanto de portugueses como de estrangeiros, o que pode indiciar uma apetência pessoal para o investimento em seguros.¹⁹ Entre os seguradores portugueses contam-se os Ximenes, uma das famílias com maior renome na praça.

¹⁷ “y que las dichas piecas de cozina arriba referidas son hechas y fabricadas en esta dicha villa de Enberes y que no entraron en tierras ny lugares de los rebeldes de Holanda y Gelanda enemigas de su Magestad Cattolica y Altesas Serenissimas ny les pagaron diesmo ny derechos ningunos.”; fols. 75-76: “y que dichas brochhas de çapateros fueron hechas y fabricadas en la villa de Liega <y sus contornos> ques de la obediência de su Alteza el principe Arnesto obispo de la dicha villa y en el ympero y que no pagaron diesima ny derechos ningunos a los rebeldes de Holanda e Gelanda enemigos de su Magestad Cattolica y Alteza Serenissima ny entraron ny passaron por tierras ni lugares ocupados por los dichos rebeldes.”. Ver Gillis, Van den Bossche – *Protocollen en staten, 1606-1606*. N#3586 (fols. 1-482) (FelixArchief, Stadsarchief Antwerpen), N#3586, fols. 22-22v.

¹⁸ POHL, Hans – *Die Portugiesen in Antwerpen (1567-1648)*... p. 197.

¹⁹ Pohl refere que era comum esta comunidade segurar cargas de outras nações, de onde se pode concluir que gozavam de boa reputação na praça de Antuérpia, um aspeto importante, pois os seguros eram um ramo de negócio próximo a abusos; pode ainda revelar que os portugueses tinham acesso a informação privilegiada da corte sobre movimentações de tropas, pirataria, etc. (POHL, Hans – *Die Portugiesen in Antwerpen (1567-1648)*... pp. 269-270); EBERT, Christopher - “Early Modern Atlantic Trade and the Development of Maritime Insurance to 1630”... p. 105.

Como se deduz da figura 1, é o crédito que mais leva os mercadores ao notário em 1596. Os atos (obrigações, quitações, procurações para cobrança, entre outros) figuram em 32 documentos, ou seja, metade do total do ano. Ainda que seja mais frequente o devedor encontrar-se em Antuérpia, há igualmente situações de crédito que envolvem empréstimos/dívidas em Sevilha, Lisboa, Calais, Saint-Omer, Londres e Veneza (1596), para além de Pernambuco e outras partes do Brasil, Lille, Rouen e Medina del Campo (1606).

Em 1606 o crédito é abordado em 28% dos documentos (69). Destes, 46,3% são relativos a procurações para cobrança; em 1596, as procurações, afetam 31% dos mercadores. Interessa ver qual era a outra parte do acordo. Em 1596, são 16 os estrangeiros com os quais estabelecem uma relação creditícia, e nela os portugueses tanto são devedores como credores. Destes estrangeiros, 11 são espanhóis, alguns dos quais militares. É de crer que essas cobranças decorram de empréstimos, pois não é feita qualquer referência a vendas. Com efeito, 1596 foi o ano da 3ª bancarrota de Filipe II, o que certamente teve repercussões negativas nos pagamentos atempados às tropas estacionadas na Flandres. Em 1606, as situações de endividamento com estrangeiros diminuem para apenas 12 atos de crédito. Aqui, o grosso dos créditos ocorre entre membros da comunidade portuguesa e tem que ver com atrasos no pagamento de letras de câmbio, vendas ou endossos, ou ainda, no caso de Maria Gomes, viúva de Nicolau Rodrigues de Évora, com dificuldades em fazer cobrar os créditos herdados do marido. Nicolau era irmão de Simão Rodrigues de Évora, um importante membro da comunidade, cuja riqueza lhe permitiu comprar a baronia de Rodes. Maria Gomes desloca-se várias vezes ao notário, ora para lavrar procurações para litigar em tribunal, ora para requerer pagamento de dívidas ou entrega de joias (que porventura teriam servido de caução), ora para dar quitação de créditos²⁰.

O endosso ocorre entre membros da comunidade portuguesa, apenas com uma exceção. O ato pressupõe que o endossado acredite no pagamento do crédito que recebe em troca da quitação que vai passar ao endossante, e para isso é necessário um certo grau de confiança, que existe mais facilmente entre conhecidos ou mesmo parentes.

Uma das observações mais frequentes em relação a Antuérpia para este período é que se tornou uma praça financeira²¹. Destas situações de crédito (empréstimos, endossos, livranças) pode-se deduzir que os agentes económicos têm liquidez e que estão dispostos a emprestar a particulares, a parceiros de negócios ou à coroa espanhola. Desta relação com o Estado, destacam-se a livrança de 24 mil florins que Sebastião Vaz passou ao contador da artilharia do

²⁰ N#3586. Entre 5 de agosto e 23 de novembro de 1606, Maria Gomes aparece em 10 documentos.

²¹ SPUFFORD, Peter – “From Antwerp and Amsterdam to London: The Decline of Financial Centres in Europe”...; PINTO, Sara Maria Costa – *A Companhia de Simón Ruiz. Análise espacial de uma rede de negócios no século XVI*. [Em Linha] Porto: [Edição do Autor], 2012. p. 96.

exército espanhol²², a quitação do empréstimo concedido por Luis Peres a Thialco Sikinga, procurador de Francisco de Verdugo, governador da Frísia²³ (em 1596 ainda sob domínio filipino), e em particular a procuração de André Faleiro, passada em nome da gente da Nação (inferimos que da Nação portuguesa em Antuérpia), para que Domingos Cervena e Luis Rodrigues de Paiva estejam presentes na contagem do empréstimo concedido ao monarca, em 1606²⁴, o ano da primeira suspensão de pagamentos de Filipe III.

As operações financeiras estão maioritariamente representadas no nosso *corpus* documental por letras de câmbio. Estas tornam-se muito presentes nos livros relativos a 1606 (245 atos, relativos a 130 letras), maioritariamente através de protestos do beneficiário contra o pagador renitente. Esta é mais uma prova da liquidez da praça de Antuérpia, onde afluem ordens de pagamento de vários espaços europeus, e da sua crescente importância como praça financeira. No caso dos mercadores portugueses, as letras permitem aferir os locais com que estavam mais em contacto. Estes estão ligados ou pela via do comércio (e as letras de câmbio são mais um complemento para o seu estudo, pois eram a forma mais comum de pagamento de e para espaços mais afastados na Europa); ou pela via dos empréstimos à administração filipina, pois os *asentistas* em Portugal e Espanha davam letras sobre os seus agentes em Antuérpia para pagar aos contadores ou pagadores espanhóis²⁵.

Assim, até 1596 são referidas 12 letras: 3 de Madrid, 3 de Amsterdão, 2 de Francoforte; Hamburgo, Medina del Campo, Talavera e as feiras de Besançon aparecem uma vez. Há também a uma promessa de letra para Veneza ou Florença.

O quadro altera-se bastante 10 anos mais tarde: de Lisboa, que está ausente em 1596, chegam 40 letras (30,7%). O mesmo se passa com Sevilha, que em 1606 é a segunda praça com mais letras de câmbio de e para Antuérpia (17,7%), logo seguida de Medina del Campo (15,4%). Os vários espaços do reino de Espanha (Medina, Sevilha e Valladolid) representam 35,4% das letras. Daqui pode-se inferir que em 1606 os contactos comerciais e financeiros da comunidade portuguesa em Antuérpia eram maioritariamente com a Península Ibérica, em concreto, com os principais portos e feiras onde se trocavam os produtos coloniais – e no caso de Sevilha, a prata.

A questão coloca-se: como explicar a ausência de Lisboa em 1596? Haveria outra forma de transferência de capitais? Haveria menos negócios entre Lisboa e Antuérpia? Ou será que não havia protestos ou recusas e por isso não havia necessidade de recorrer ao notário? Podemos também apontar como hipótese o tipo de relações entre dadores, tomadores e beneficiários. Se

²² N#3568, fols. 291-292.

²³ N#3568, fols. 261-261v.

²⁴ N#3586, fols. 160-161.

²⁵ POHL, Hans – *Die Portugiesen in Antwerpen (1567-1648)*... pp. 222-223.

não forem parentes ou parceiros, pode haver mais litígios, logo mais atos notariais. A comprovar-se, isso revelaria uma maior endogamia em 1596 e menor em 1606, mas esta é uma hipótese que não conseguimos confirmar.

De Amesterdão chegam apenas 4 letras. Proporcionalmente é uma quebra significativa: se para o período até 1596 representam 27% do total, são apenas 3% do conjunto de letras de 1605-1606. Madrid não aparece sequer²⁶. A redução da visibilidade de Amesterdão em 1606 talvez se possa explicar pelo facto de a situação de guerra entre os Países Baixos espanhóis e as Províncias Unidas dificultar trocas comerciais e financeiras entre as duas cidades e respetivas comunidades. Tal não significa necessariamente que não haja relações de negócios entre as comunidades portuguesas presentes nessas duas cidades, as quais provavelmente passam por outros espaços.

Na área dos negócios em curso outras situações podem ser reportadas, como sejam três situações de falência²⁷, uma parceria declarada²⁸, uma procuração para administração de negócios²⁹ ou ainda o arrendamento de um imóvel³⁰.

Centremo-nos, por fim, nos contratos. Estes foram anotados sem menção de data, visto não sabermos quando foram efetivamente estabelecidos. Com a exceção do contrato das casas reais³¹ e do contrato para o fornecimento de fardas³², as referências predem-se com contratos relativos a possessões portuguesas na costa atlântica africana: Angola³³, Cabo Verde³⁴ e São Tomé³⁵, em que direta ou indiretamente estão envolvidos membros da comunidade portuguesa em Antuérpia. São mencionados no quadro de procurações e substabelecimento de poderes para a receção, venda e cobrança das mercadorias, que, como referido, já não são descarregadas em Antuérpia: no contrato de Angola, o negócio faz-se entre a Frísia e Hamburgo, no contrato de São Tomé, os agentes estão em Honte (a via ocidental do Escalda). O contrato de Cabo Verde traz por arrasto a menção a Cartagena das Índias, indiciando a interligação entre as possessões portuguesas, espanholas (por certo na sua direta relação com tráfico de escravos) e o Noroeste

²⁶ Sara Costa Pinto afirma que Madrid cresce em importância, enquanto sede da monarquia filipina, e como local onde se acordariam empréstimos à coroa (PINTO, Sara Maria Costa – *A Companhia de Simón Ruiz...* p. 106 e seguintes). O facto de Madrid perder expressão de 1596 a 1606 pode dever-se aos seguintes motivos: ou não há conflitos/recusas de pagamento; ou os financiamentos são concedidos à administração espanhola na Flandres (os *asientos* de segunda categoria) e não à administração central; ou os empréstimos à coroa passam por Lisboa, e por isso Lisboa surge à cabeça.

²⁷ N#3568, fols. 223-223v; Gillis, Van den Bossche – *Protocollen, 1606-1606*. N#3585 (fols. 1-437) (FelixArchief, Stadsarchief Antwerpen), N#3585 fols. 353-353v; e N#3586, fol. 60.

²⁸ N#3568, fols. 248-249; e Gillis, Van den Bossche – *Protocollen, en staten, 1605-1606*. N#3584 (fols. 1-430) (FelixArchief, Stadsarchief Antwerpen), N#3584 fols. 25-26.

²⁹ N#3568, fols. 32v-34v; N#3568, fols. 329-334; N#3584, fols. 325v-326v.

³⁰ N#3584, fols. 198.

³¹ N#3568, fols. 141-142.

³² N#3584, fols. 84-84v.

³³ N#3568, fols. 32v-34v.

³⁴ N#3568, fols. 42-42v.

³⁵ N#3568, fols. 395-398v.

européu. De mencionar ainda uma complexa disputa em 1606 em que se solicita o arresto de uma remessa de pau brasil para pagamento de uma dívida³⁶.

De novo, e como hipótese, o facto de não haver, no ano de 1606, qualquer referência a esse tipo de contratos de grande envergadura, envolvendo articulações institucionais com os impérios ibéricos, pode indiciar que Antuérpia já está a ser relegada para segundo plano como espaço de corretagem destas mercadorias, visto que em 1596 ainda eram de Antuérpia os agentes responsáveis pela administração do comércio de produtos desses contratos. Com efeito, as (poucas) menções a mercadorias, em 1606, refletem-no, sendo exceção a canela (recebida em Hamburgo) e o gengibre em conserva. Refere-se ainda o trigo e os cereais, o açúcar e o pau do Brasil, as pedras preciosas, ou alguns produtos locais (lãs e ferragens).

Desta análise, pode-se concluir que os mercadores portugueses em Antuérpia se mantêm ativos, havendo mesmo entre 1596 e 1606 um crescimento tanto da própria comunidade em termos numéricos (questão a abordar no ponto seguinte), como dos seus negócios. Baseando-se na família mais ou menos alargada para as suas atividades económicas, os portugueses recorrem a advogados de Antuérpia, emprestam ou usam crédito de espanhóis e flamengos. No tocante ao comércio e negócios, não se confirmam as hipóteses defendidas por Jessica Roitman para os grandes mercadores sefarditas de Amesterdão, nomeadamente de que evitariam fazer negócios com membros da sua comunidade étnica/religiosa, favorecendo antes relações comerciais mais soltas com holandeses, sendo esta uma das razões para o seu sucesso.³⁷ Com efeito, e se tomarmos como exemplo os Rodrigues de Évora, os Ximenes ou os Jorge, os membros mais ativos, vemos que muitos dos seus parceiros são portugueses com quem partilham laços de parentesco. O raio de ação destes mercadores abrange Hamburgo, Flandres, Inglaterra, França, Itália, Península Ibérica, bem como os espaços atlânticos dos dois impérios. Note-se, para 1606, um franco aumento das operações financeiras, com Lisboa e Sevilha à cabeça, o que pode ser indício de comércio com estes dois portos, mas também de financiamento aos Filipines. Com efeito, Antuérpia emerge como um espaço privilegiado para estabelecer contactos com a administração espanhola, e daí derivam também vantagens para negócios de financiamento da administração filipina.

³⁶ N#3584 fol 25 a 26.

³⁷ Roitman: “They all seemed to have eschewed intra-Sephardi networks” - ROITMAN, Jessica – *The same but different? Intercultural trade and the Sephardim, 1595-1640*. Leiden, Boston: Brill, 2011. p 275.

5. Análise social

Para uma análise do perfil social, incluindo a dimensão das relações familiares, dos indivíduos que incorporam a comunidade portuguesa em Antuérpia, a reconstituição de genealogias seria de reconhecida utilidade. Todavia, qualquer tentativa de traçar árvores genealógicas a partir de dados recolhidos dos atos notariais revela-se um trabalho muito complexo, forçosamente lacunar e pouco fiável. O mesmo indivíduo tem muitas variantes do seu nome, além de que os nomes de batismo e alguns apelidos se repetem dentro da mesma família, aparecendo também nos ramos colaterais. Só através do cruzamento com dados de outras fontes secundárias podemos tentar estabelecer laços de parentesco além dos referidos nos próprios documentos. Neste domínio, a tese de doutoramento de Florbela Frade³⁸ revelou-se particularmente útil, já que a autora recorre a diferentes fontes primárias, nomeadamente aos processos inquisitoriais. Ainda assim, para estudos prosopográficos, os atos notariais podem revelar-se uma boa fonte para confirmar percursos biográficos.

Para este trabalho, a grafia dos nomes foi atualizada. Quando não se encontrou a confirmação de que um indivíduo tinha origem portuguesa, não foi considerado (ex. Diego Pardo); por outro lado, quando surgem dois indivíduos em que há uma coincidência parcial dos apelidos e há simultaneamente outros dados que confirmam que se trata do mesmo indivíduo, é anotado o nome que aparece com mais frequência (ex: Alonso Peres e não Alonso Peres de Oliveira, com uma única ocorrência). Não havendo essa confirmação, registam-se como dois indivíduos distintos.

Procuremos de seguida inserir a presente vertente de análise numa leitura contextual. O embargo do porto de Antuérpia foi um golpe na atividade económica da cidade, mas a saída de membros da comunidade portuguesa já tinha começado antes, desde a “Fúria espanhola” em novembro de 1576. Partiam para Amesterdão, Midelburgo e Roterdão, para Hamburgo e Colónia, Paris, Bordéus, Cambrai e Lyon³⁹. As razões seriam certamente a insegurança de pessoas e bens, mas também de ordem religiosa. Assim, se os dados relativos a 1571 apontam para a presença de 101 membros da Nação portuguesa, (uma associação de representação dos interesses dos mercadores portugueses em Antuérpia), em 1591 os membros seriam apenas 57⁴⁰.

As informações recolhidas a partir dos documentos notariais não permitem sempre apurar se os indivíduos fazem parte da Nação portuguesa. Os documentos relativos a 1596 por norma têm a menção expressa da “nacionalidade” e se se trata de residentes ou pessoas estantes.

³⁸ FRADE, Florbela Veiga - *As relações económicas e sociais das comunidades sefarditas portuguesas – O trato e a família, 1532 – 1632...*

³⁹ POHL, Hans – *Die Portugiesen in Antwerpen (1567-1648)*... p.65.

⁴⁰ POHL, Hans – *Die Portugiesen in Antwerpen (1567-1648)*... p. 66

São estes os dados que permitem distinguir entre portugueses e espanhóis, e entre portugueses de Antuérpia e os de Portugal. O nome do indivíduo não serve de orientação, pois há uma tendência para traduzir os nomes de batismo para a língua em que o documento é redigido. Os livros notariais de 1606 raramente mencionam a “nacionalidade”. Todavia, o facto de vários mercadores permanecerem na cidade, ou serem membros de famílias aí estantes, permite fazer a sua identificação, além do confronto com fontes secundárias.

Em 1596 identificam-se 42 portugueses residentes em Antuérpia. Entre estes, há vários que já residiam na cidade antes de 1585, os próprios ou membros da respetiva família. Em 1571 encontram-se os apelidos Fernandes, Dinis, Lopes, Veiga, Soeiro, que também surgem em 1596. Entre os indivíduos identificados em 1596 que pertencem a famílias listadas em 1571⁴¹, encontram-se os Ximenes (Emanuel, Gonçalo, Duarte, Rodrigo, Nicolau, André; Gracia Rodrigues e Fernando em Florença); Teixeira – Faleiro (Manuel e António); Rodrigues de Évora (Nicolau e Simão); Fernandes de Lião (Diogo Duarte, Catarina e Leonor Ferreira; Simão Ferreira morreu em Goa em 1594); Clara Lindo – filha de Jerónimo Lindo; Álvaro Nunes (o próprio?); Violante Dias – filha de Miguel Dias; João Mendes Henriques – herdeiro de Manuel Henriques; Henrique Nunes.

Filipe Jorge já faleceu em 1606, mas o seu nome reaparece na sociedade constituída pela sua viúva e filhos, “Margarida Nunes e herdeiros de Filipe Jorge”, com o filho Luís Álvares Jorge como administrador da casa. Em 1606, entre outros, contam-se os Godines, Mendes Pinto, Brandão, Angel, Gomes de Alter, Gomes de Oliveira, Guerra (estante), Ulhoa, Pimentel. Aliás, a comparação entre os dois anos revela uma maior diversidade de apelidos em 1606: Antuérpia não tinha perdido ainda a sua atratividade como local de residência para os mercadores portugueses⁴². Confirma-se assim que os portugueses não abandonaram Antuérpia, depois de ultrapassados os primeiros anos de incerteza⁴³.

Como se pode concluir da lista acima apresentada, alguns permaneceram na cidade após a sua subordinação ao poder filipino, outros, que escaparam num primeiro tempo, acabaram por regressar⁴⁴: Peres, Rodrigues de Andrade, Aires Gonçalves, Frances (ou Francês), Correia, são apelidos referenciados numa lista de residentes de 1591, e nos atos notariais de 1596, mas que não constam das listas de 1571, de onde se pode inferir que chegaram à cidade já em pleno

⁴¹ Elaborado a partir da lista de Portugueses com família de 1571, em FRADE, Florbela Veiga - *As relações económicas e sociais das comunidades sefarditas portuguesas – O trato e a família, 1532 – 1632...* p. 367

⁴² POETTERING, Jorun – *Migrating Merchants...* pp. 104-105. É uma emigração de cristãos-novos que escolhem a dedo os locais onde podem prosseguir as suas atividades comerciais, diferente da primeira vaga de emigração, mais precipitada, no reinado de D. Manuel.

⁴³ FRADE, Florbela Veiga - *As relações económicas e sociais das comunidades sefarditas portuguesas – O trato e a família, 1532 – 1632...* pp. 65-71.

⁴⁴ POETTERING, Jorun – *Migrating Merchants...* p. 105.

domínio dos Habsburgo. Há mesmo famílias que optaram por emigrar para Antuérpia durante o final do século XVI e inícios do século XVII⁴⁵. A escolha do novo espaço para viver poderá estar ligada aos laços de parentesco com membros da família que residem em Antuérpia.

Uma das características destes mercadores é a de escolherem como parceiros de negócio membros da sua família, mais ou menos alargada. Nos dados extraídos verifica-se a existência de várias parcerias entre parentes. Assim, em 1596 Manuel Teixeira associa o seu filho António Faleiro como procuradores subestabelecidos na administração delegada do contrato de Angola; mais tarde, em 1606, António Faleiro aparece associado ao irmão André em múltiplos negócios (estão entre os membros da comunidade portuguesa mais referidos nos livros notariais desse ano); o mesmo contrato de Angola associa dois irmãos (o contratador João Nunes e Henrique Nunes Correia, seu procurador em Antuérpia). Também o contrato de Cabo Verde é um negócio de família: Luís Álvares Caldeira é referido como administrador em Cartagena das Índias, em nome dos seus irmãos contratadores, António e Diogo Nunes Caldeira, deixando como procuradora em Antuérpia a esposa, Clara Lindo.

Os Ximenes, família com ramificações em Florença (onde se encontram Nicolau, sua mãe Gracia Rodrigues e o tio Fernando) e Lisboa (André Ximenes), colaboram entre si numa parceria fixa entre os irmãos Gonçalo e Duarte Ximenes, aos quais se junta por vezes outro irmão, Emanuel Ximenes, mas sem lhes estar associado. Uma parceria entre vários irmãos⁴⁶ é a que se apurou em 1596 entre Diogo Mendes, que em 1590 em Lyon estabelece uma procuração ao “*conpanero en negocios*” e irmão Fernando Dias, que por sua vez, em 1596, subestabelece esse poder em Heitor Mendes (outro irmão, residente em Lisboa) e Luís Mendes de Olivença para cobrarem uma letra de câmbio dada em Besançon, em 1589⁴⁷. Em 1606 ainda há traços desta família em Antuérpia, com a referência à sociedade “Violante Mendes e herdeiros de Manuel Jorge” (que era irmão de Filipe Jorge, já mencionado) no quadro da cobrança de uma letra. Os pagadores recalcitrantes, Pedro e Mateus da Veiga, também são uma parceria entre dois irmãos e um terceiro sócio e cunhado, Luís Ferreira, membros muito ativos e que na bancarrota são

⁴⁵ N#3584, fol. 171: certidão solicitada por João Lopes de Évora em como chegou a Antuérpia para nela ter domicílio. Simão Rodrigues de Évora, provável parente, é uma das testemunhas. N#3585, fols. 362-364v: procuração para administração do património deixado em Lisboa, por morte de António de Orta, patriarca da família, durante a viagem que o levaria com a esposa e filha menor para Antuérpia. É de considerar a hipótese de se tratar de um caso de uma família que aproveitou o perdão geral de 1605. EBERT, Christopher – “Early Modern Atlantic Trade and the Development of Maritime Insurance to 1630”... p. 97: “Antwerp was the premier magnet for Portuguese immigration until 1609, when Amsterdam surpassed it”.

⁴⁶ FRADE, Florbela Veiga - *As relações económicas e sociais das comunidades sefarditas portuguesas – O trato e a família, 1532 – 1632...* p. 401.

⁴⁷ N#3568, fols. 215-217v.

auxiliados graças ao mecanismo do endosso por outros mercadores da praça de Antuérpia, com os quais também têm laços de parentesco (Simão Rodrigues de Évora e Duarte e Gonçalo Ximenes).

Nestas famílias de parceiros de negócios, os laços são reforçados por casamentos: é o caso de Simão Rodrigues de Évora, que celebra um contrato de casamento da filha, Gracia Rodrigues, com o sobrinho, Francisco Rodrigues de Évora, filho do seu irmão Lopo⁴⁸, o qual associará mais tarde às suas atividades comerciais. Esta promessa de casamento não impede que quatro meses mais tarde, Francisco solicite o arresto dos bens da sociedade de Pedro e Mateus da Veiga e Luís Ferreira que estão na posse do seu tio Simão e de Duarte e Gonçalo Ximenes, seus primos, em favor de seu pai e irmãos⁴⁹. Nos quatro outros contratos de casamento apurados há mais um caso de casamento entre primos (António Faleiro e Ana Solis, noiva que veio de Lisboa). Em geral, nos vários casais identificados (em procurações, testamentos e outros atos), verifica-se que os cônjuges são sempre portugueses. Há um único casal flamengo/português: Cornelis Snellinck e Leonor da Veiga. Casados em Antuérpia, onde nasceu um filho, transferem-se para Amesterdão, onde Cornelis Snellinck se torna um dos principais parceiros de negócios de Manuel Rodrigues da Veiga, um importante mercador e um dos três casos de estudo de Jessica Roitman⁵⁰. A família Snellinck estava associada a negócios com outros portugueses em 1596 (Adrien Snellinck era agente de Alonso Peres num negócio na Inglaterra⁵¹).

Como se pode ver a partir de alguns dos exemplos apresentados no capítulo relativo à atividade económica, frequentemente estas associações de negócios baseadas na família estabelecem-se à distância. A mobilidade do grupo e a implantação de parentes em diferentes pontos do globo que aqui verificamos é uma característica reconhecida pela historiografia⁵² e patente nos documentos analisados. O êxodo de Antuérpia transfere membros das várias famílias para outros espaços europeus, já identificados de forma não exaustiva no capítulo anterior, onde alguns acabam por se instalar. Veja-se o caso dos Ximenes: Rui Nunes Ximenes (pai de Gonçalo, Duarte e Emanuel), tornou-se cidadão de Colónia⁵³, mas os seus filhos regressam a Antuérpia, onde vivem em 1596 e 1606. Gracia Rodrigues, esposa de Rui Nunes Ximenes e entretanto viúva - e também irmã de Simão Rodrigues de Évora, barão de Rodes -,

⁴⁸ N#3585, fols. 24-25v.

⁴⁹ N#3586, fol. 60v.

⁵⁰ ROITMAN, Jessica – *The same but different? Intercultural trade and the Sephardim, 1595-1640...* Cap. III.

⁵¹ N#3568, fols. 236-237 e fol. 377.

⁵² POETTERING, Jorun – *Migrating Merchants...* p. 105; RIBEIRO, Ana Sofia – “The evolution of norms in trade and financial networks in the first global age: the case of the Simon Ruiz’s network”. In ANTUNES, Cátia; POLÓNIA, Amélia (eds.) - *Beyond Empires: global, self-organizing, cross-imperial networks, 1500-1800*. Leiden: Brill, 2016. Cap. I, pp.15-16.

⁵³ FRADE, Florbela Veiga - *As relações económicas e sociais das comunidades sefarditas portuguesas – O trato e a família, 1532 – 1632...* pp. 283 e 402.

encontra-se Florença em 1596, onde vive também o tio Fernando Ximenes, e de onde mantém correspondência de negócio com os filhos⁵⁴. É o que se deduz de um documento em que Emanuel Ximenes solicita ao irmão Duarte a partilha dos dinheiros e juros do livro das contas, ao que este responde que devem aguardar autorização da mãe e do tio em Florença, como representantes dos irmãos menores. Na mesma resposta, Duarte sugere “*para que no este el dinero ocioso... procurara remitir lo que sobrare de dinero al dicho libro por quenta e beneficio del mismo libro a las plaças que paresciere de mas provecho*”, num exercício de equilíbrio entre a boa gestão do património e a manutenção da paz familiar.

Na família Fernandes⁵⁵: Luís Fernandes é dador de uma letra de câmbio em Hamburgo, com data anterior a 1596, com destino a Florença ou Veneza⁵⁶. Em 1596 já consta como residente em Antuérpia, de onde envia um criado para servir o seu filho Rafael Fernandes em Sevilha⁵⁷. Dez anos mais tarde está em Amesterdão para testemunhar a sentença num litígio que opõe o seu filho Gabriel Fernandes a Lopo Sanches⁵⁸. Gabriel é por várias vezes referido como estando em Londres⁵⁹. Um terceiro filho de Luís Fernandes é Manuel Rodrigues da Veiga, o importante mercador e primeiro cidadão português de Amsterdão estudado por Jessica Roitman, que ainda em 1606 se encontra ligado por negócios a Lopo Sanches⁶⁰.

Quando se lê “residente” no documento notarial, deve entender-se como se tratando de uma residência relativamente estável até ao momento da feitura do documento, pois são vários os exemplos de negociantes dados como residentes e que são referenciados noutros estudos como membros de outras comunidades mercantis portuguesas noutros espaços geográficos. É o caso de André Faleiro⁶¹ ou de Luís Vaz Pimentel⁶² referidos como residentes em Antuérpia, mas que se estabelecem em Hamburgo, de Gaspar Nunes e de Gaspar Sanches em Amesterdão⁶³, ou de Gabriel Fernandes, que vive em Londres em 1606⁶⁴. Em 2 de março de 1606, Fernando de Mercado requer ao notário uma certidão de residência em Antuérpia desde

⁵⁴ N#3568, fols. 352-354.

⁵⁵ Para mais pormenores sobre a geografia coberta pela família Fernandes, vide FRADE, Florbela Veiga - *As relações económicas e sociais das comunidades sefarditas portuguesas – O trato e a família, 1532 – 1632...* p. 293.

⁵⁶ N#3568, fols. 248-249.

⁵⁷ N#3568, fols. 159-159v.

⁵⁸ N#3586, fols. 140-142v.

⁵⁹ N#3585, fol. 339; N#3586, fols. 303-304.

⁶⁰ N#3586, fols. 173-174v: procuração para Lisboa para cobrança de um endosso de Manuel Rodrigues Veiga em favor de Lopo Sanches no quadro de uma sentença em favor de Sanches: a descrição do capital endossado revela contactos de Rodrigues Veiga com Pernambuco e Lisboa.

⁶¹ POETTERING, Jorun – *Migrating Merchants...* p. 232.

⁶² POETTERING, Jorun – *Migrating Merchants...* p. 234.

⁶³ SILVA, José Gentil da – "Traffics du Nord, marchés du «Mezzogiorno», finances génoises: recherches et documents sur la conjoncture à la fin du XVIe siècle"... p. 51.

⁶⁴ N#3584, fols. 222-222v; N#3586, fols. 140-142v.

fevereiro do mesmo ano, tal como o seu irmão Simão⁶⁵. Todavia, em 26 de maio seguinte, Fernando de Mercado é procurador de Beatriz Rodrigues em Londres.⁶⁶

Os principais “protagonistas” dos documentos notariais são homens. Nos dois anos em conjunto, são apenas 45 (7,4% do total de indivíduos) os registos de mulheres contra 563 de homens (portugueses e estrangeiros). Quando são referidas, normalmente estão sujeitas a uma tutela masculina, seja pai, marido, irmão. Ainda assim, algumas destas mulheres têm um papel ativo nos negócios: além dos já referidos litígios de Maria Gomes, viúva de Nicolau Rodrigues de Évora, veja-se o caso de Clara Lindo, mulher de Luís Álvares Caldeira, nomeada em 1595 sua procuradora e que em 1606 ainda se ocupa de uma cobrança no tribunal de Angers⁶⁷, ou de Leonor Rodrigues⁶⁸, também procuradora do marido, Emanuel Dias, ou de Margarida Nunes, viúva de Filipe Jorge e que dá nome à sociedade “Margarida Nunes e herdeiros de Filipe Jorge”, ou da sua cunhada, Violante Mendes e a sociedade “Violante Mendes e herdeiros de Manuel Jorge”, ou ainda Clara Peeters,⁶⁹ pagadora de uma letra de câmbio dada em Amsterdão a Gaspar Ruiz.

Uma última referência à religião: é consensual entre os historiadores o facto de que grande parte destes mercadores são cristãos-novos. Alguns estudiosos debruçam-se sobre a questão de estes terem regressado à religião hebraica professada pelos seus antepassados ou de, pelo contrário, se terem mantido católicos. É evidente que tal informação não pode constar de documentos notariais; inversamente, o respeito dos formalismos religiosos inerentes à sociedade flamenga, sob domínio castelhano, pode ser confirmado. Assim, são vários os atos confirmados por juramentos sobre a sagrada escritura (entenda-se o Novo Testamento), ou o caso do casamento⁷⁰ entre os primos Gracia Rodrigues e Francisco Rodrigues da Veiga, que será “*com la bendicion de nuestro s.r y por la permission de nuestra madre santa yglesia*”. O pai da noiva, Simão Rodrigues de Évora, promete “*de aver la dispensacion de su santidad*”. Há ainda a referência às irmãs Leonor e Catalina Nunes Peres, monjas professas no mosteiro de Santa Clara em Antuérpia. Na família Ximenes, faz-se um membro do clero, Manuel Ximenes, tio dos herdeiros de Rui Nunes de Évora. O lado material da relação com a Igreja também é referido, quando Catarina Vaz e o marido dão procuração para Lisboa para cobrança de “*hua tença de seys mil reis que a dita Catarina Vaz tem em cada hu anno nas obras pias na cidade de Lisboa*”⁷¹. Em Novembro de 1606, Emanuel Ximenes e Guilielmus Veraneman, reitor do

⁶⁵ N# 3584, fols. 311-311v.

⁶⁶ N# 3585, fols. 179-180.

⁶⁷ N#3586, fols. 213-214.

⁶⁸ N#3584, fols. 409; N#3585, fols. 179-180.

⁶⁹ N#3568, fols. 97v-98v.

⁷⁰ N#3585, fols. 24-25v.

⁷¹ N#3586, fols. 298-299v.

Colégio da Sociedade de Jesus da universidade de Lovaina, estabelecem um acordo de pagamento relativo à renda de uma propriedade em Melle, propriedade de Ximenes⁷². A única referência a uma possível pertença à comunidade sefardita é a já referida procuração de André Faleiro, em nome da gente da Nação Portuguesa. Assim, o que é visível pela sociedade local é antes uma perfeita adesão aos preceitos religiosos em vigor na cidade – condição por certo inultrapassável em territórios ainda sob domínio dos “Reis Católicos”.

Considerações finais

Esta é a comunidade de mercadores portugueses em Antuérpia na transição do século XVI para o século XVII que este trabalho conseguiu apresentar. As informações coligidas a partir dos livros do tabelião Gillis van den Bossche apresentam-nos um grupo em crescimento, mesmo que tenha sofrido temporariamente uma quebra numérica com a tomada da cidade, sendo esse crescimento visível tanto em número de indivíduos como em atividades económicas. Se os seus parceiros são sobretudo portugueses, estes indivíduos não deixam de estabelecer relações de negócio com flamengos e espanhóis. As relações familiares e de sociabilidade são predominantemente intra-comunitárias, mas a documentação revela igualmente contactos com os homens de negócio locais.

O seu cosmopolitismo revela-se nas línguas que usam⁷³, nas relações estabelecidas com agentes de outras origens, na sua mobilidade, na sua integração nas práticas religiosas e nas formalidades jurídicas e judiciais da cidade. Estão envolvidos no comércio de produtos locais e exóticos, no financiamento à coroa filipina, no mercado de seguros e no mercado de câmbios. Os seus negócios abarcam o noroeste europeu em articulação com a Península Ibérica e os impérios português e castelhano.

Além da elaboração de um perfil sócio-económico destes agentes, a questão que conduziu à elaboração deste trabalho foi a de tentar descortinar a razão porque, apesar do embargo imposto pelas Províncias Unidas a Antuérpia, a comunidade portuguesa deu continuidade à sua atividade a partir da Flandres. Uma possível explicação pode ser precisamente a facilidade em prosseguirem oportunidades de negócio que envolvem os vários espaços referidos, a partir de Antuérpia, que se mantém como centro de negócios. Isso é, a nosso ver, decorrente do acesso facilitado à coroa espanhola e aos seus representantes na Flandres e às necessidades de financiamento da mesma, bem como das redes de negócios já instaladas na cidade, entretanto, desenvolvidas

⁷² N#3586, fols. 332-333.

⁷³ Apesar de ser dominante o uso do espanhol nos atos, o neerlandês é usado em 19% (1596) e 10,2% (1606) dos atos, o francês em 10,4% e em 18%, respetivamente. Há ainda documentos escritos em latim, português e italiano.

e consolidadas. Os dados económicos e os indicadores sociais recolhidos apontam para a contínua importância da praça entre os espaços de negócios frequentados pelos mercadores portugueses.

Fontes

- Gillis, Van den Bossche – *Protocollen, en staten en rekeningen, 1596-1596*. N#3568 (fols. 1-422) (FelixArchief, Stadsarchief Antwerpen). Disponível em WWW:<URL: https://felixarchief.antwerpen.be/detailpagina?invnr=N_3568&page=1&pageSize=10&type=master>.
- – *Protocollen, en staten, 1605-1606*. N#3584 (fols. 1-430) (FelixArchief, Stadsarchief Antwerpen). Disponível em WWW:<URL: https://felixarchief.antwerpen.be/detailpagina?invnr=N_3584&page=1&pageSize=10&type=master>.
- – *Protocollen, 1606-1606*. N#3585 (fols. 1-437) (FelixArchief, Stadsarchief Antwerpen). Disponível em WWW:<URL: https://felixarchief.antwerpen.be/detailpagina?invnr=N_3585&page=1&pageSize=10&type=master>.
- – *Protocollen en staten, 1606-1606*. N#3586 (fols. 1-482) (FelixArchief, Stadsarchief Antwerpen). Disponível em WWW:<URL: https://felixarchief.antwerpen.be/detailpagina?invnr=N_3586&page=1&pageSize=10&type=master>.

Bibliografia

- ANTUNES, Cátia – *Globalisation in the Early Modern period: the economic relationship between Amsterdam and Lisbon, 1640 - 1705*. Amesterdão: Aksant, 2004.
- CLAVERÍAS, Belén Moreno – ¿Cómo se construye la historia económica? El uso de los documentos notariales para las prácticas de historia económica en el marco del EEES. *IX Encuentro de Didáctica de la Historia Económica*, Toledo 24 e 25 de junho de 2010. [Em Linha] Toledo: [s.n.], 2010. Disponível em WWW:<URL: <https://www.aehe.es/wp-content/uploads/2010/09/moreno.pdf>>.
- EBERT, Christopher – “Early Modern Atlantic Trade and the Development of Maritime Insurance to 1630”. *Past and Present*. [Em Linha] Oxford: Oxford University Press. Vol. 213, n.º 1 (Nov. 2011). pp. 87-114. Disponível em WWW:<URL: <https://academic.oup.com/past/article/213/1/87/1585311>>.
- FRADE, Florbela Veiga – *As relações económicas e sociais das comunidades sefarditas portuguesas – O trato e a família, 1532 – 1632*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2006. Tese de doutoramento.
- FREIRE, A. Braamcamp – *Notícias da Feitoria da Flandres: precedidas dos Brandões poetas do cancionero*. Lisboa: Arquivo Histórico Português, 1920.

- GELDERBLOM, Oscar – *Cities of Commerce: the institutional foundations of the international trade in the Low Countries, 1250-1650*. New Jersey: Princeton University Press, 2013. ISBN 9780691142883.
- GORIS, Jan Albert – *Étude sur les Colonies Marchandes Méridionales (Portugais, Espagnols, Italiens) à Anvers de 1488 à 1567: Contribution à l'Histoire des Débuts du Capitalisme Moderne*. Nova Iorque: Franklin, 1971.
- PINTO, Sara Maria Costa – *A Companhia de Simón Ruiz. Análise espacial de uma rede de negócios no século XVI*. [Em Linha] Porto: [Edição do Autor], 2012. Tese de doutoramento. Disponível em WWW:<URL: <https://hdl.handle.net/10216/67323>>.
- POETTERING, Jorun – *Migrating Merchants: Trade, Nation and Religion Between Hamburg and Portugal in the 17th Century*. Tradução de Kenneth Kronenberg. Berlin, Boston: De Gruyter Oldenbourg, 2019. ISBN 9783110472103.
- POHL, Hans – *Die Portugiesen in Antwerpen (1567 -1648); zur Geschichte einer Minderheit*. Wiesbaden: Franz Steiner Verlag GmbH, 1977. ISBN 3-515-02380-1.
- PUTTEVILS, Jeroen – “«Eating the bread out of their mouth»: Antwerp’s export trade and generalized institutions, 1544-5”. *The Economic History Review*. [Em Linha] Vol 68, n.º 4 (Maio 2015) pp. 1339-1364. Disponível em WWW:<URL:<https://doi.org/10.1111/ehr.12103>>.
- RIBEIRO, Ana Sofia – “The evolution of norms in trade and financial networks in the first global age: the case of the Simon Ruiz’s network”. In ANTUNES, Cátia; POLÓNIA, Amélia (eds.) - *Beyond Empires: global, self-organizing, cross-imperial networks, 1500-1800*. Leiden: Brill, 2016.
- ROITMAN, Jessica – *The same but different? Intercultural trade and the Sephardim, 1595-1640*. Leiden, Boston: Brill, 2011. 328 p. ISBN 9789004202771.
- SILVA, José Gentil da – “Trafics du Nord, marchés du «Mezzogiorno», finances génoises: recherches et documents sur la conjoncture à la fin du XVIe siècle”. *Revue du Nord*. [Em Linha] Lille. Vol. 41, n.º 162 (Abril-Junho 1959). pp. 129-152. Disponível em WWW:<URL:https://www.persee.fr/doc/rnord_0035-2624_1959_num_41_162_2331>.
- SPUFFORD, Peter – “From Antwerp and Amsterdam to London: The Decline of Financial Centres in Europe”. *De Economist*. [Em Linha] Países Baixos. ISSN: 1572-9982. Vol. 154, n.º 2 (Fev. 2006). pp. 143-175. Disponível em WWW:<URL: <https://doi.org/10.1007/s10645-006-9000-7>>.
- TRIVELLATO, Francesca – *The familiarity of strangers the Sepahrdic diaspora, Livorno, and the cross-cultural trade in the early modern period*. New Haven, Londres: Yale University Press, 2009.
- VÁZQUEZ DE PRADA, Valentín – *Lettres Marchandes d’Anvers*. Paris, S.E.V.P.E.N., 1960.

III

É p o c a C o n t e m p o r â n e a

(Página deixada propositadamente em branco)

O republicanismo em Espinho entre o final da Monarquia e a instauração da República (1908-1910)

Ana Rita Gomes
anagomes1014@gmail.com

Resumo

Este artigo visa explorar o republicanismo em Espinho no final da Monarquia e a instauração da República, entre os anos de 1908 e 1910. Através da análise da fonte hemerográfica *Gazeta de Espinho* pretende-se entender a força eleitoral do Partido Republicano Português, em Espinho, nas últimas eleições municipais e paroquiais do tempo da Monarquia, identificando os espaços onde se movimentavam e reconhecendo os principais militantes do partido, bem como a propaganda utilizada para alcançar os votos dos cidadãos espinhenses. Com a queda do regime monárquico, esta investigação pretende estudar a reação do povo de Espinho à mudança de regime e, através da fonte arquivística *Atas da Câmara Municipal de Espinho*, analisar a transição do poder municipal e as primeiras preocupações e medidas políticas tomadas pela primeira câmara republicana. Dada a relevância da propaganda republicana é, ainda, possível perceber o papel da *Gazeta de Espinho* – transformada em órgão oficial do PRP - na difusão de novos ideais, criticando o poder monárquico, em defesa do regime republicano.

Palavras-chave: Partido Republicano Português, Republicanismo, Eleições, Propaganda, Monarquia, República, Espinho.

Abstract

This article aims to explore republicanism in Espinho in the end of the Monarchy and the establishment of the Republic between 1908 and 1910. Through the analysis of the hemerographic source *Gazeta de Espinho* it is intended to understand the electoral strength of the Portuguese Republican Party, in Espinho, in the last municipal and parish elections during the Monarchy, identifying the spaces to where they moved and recognizing the main militants of the party, as well as the utilized propaganda used to reach the votes of the citizens of Espinho. With the fall of the monarchical regime, this investigation intends to study the people of Espinho reaction to the change of regime and, throughout the archival source *Atas da Câmara Municipal de Espinho*, analyse the transition of the municipal power and the first concerns and political measures taken by the first republican chamber. Given the relevance of the republican propaganda it is, still, possible to understand the *Gazeta de Espinho*, role – transformed in official department of PRP – in the diffusion of new ideals, criticizing the monarchic power, in defense of the republicanism.

Keywords: Portuguese Republican Party, Republicanism, Elections, Propaganda, Monarchy, Republic, Espinho.

Siglas

PRP – Partido Republicano Português

Introdução

O presente trabalho de investigação visa estudar *O republicanismo em Espinho entre o final da Monarquia e a instauração da República*, entre os anos de 1908 e 1910. Se há muito o republicanismo era alvo de interesse da minha parte, este aumentou quando surgiu a oportunidade de investigar sobre a história de Espinho. Após o contacto com bibliografia relativa a esse período histórico, a abordagem empírica sobre a evolução do republicanismo, em Espinho, foi acompanhada pela análise do órgão oficial do Partido Republicano Português no concelho, a *Gazeta de Espinho*.

Muitas são as questões interessantes para o conhecimento da evolução do republicanismo em Espinho. Depois de uma leitura atenta da bibliografia, foi possível destacar algumas questões que orientaram na nossa pesquisa. De maneira a identificar os espaços onde se movimentavam os republicanos e a sua organização, assim como os principais «rostos» do partido, impõe-se perguntar de que forma estavam organizados os republicanos de Espinho entre 1908 e 1910. Outrossim, para reconhecer os principais candidatos e a propaganda utilizada para conquistar os votos dos cidadãos espinhenses, questiona-se como evoluiu o Partido Republicano em Espinho desde as eleições municipais e paroquiais de 1908. Apesar da bibliografia esclarecer, sucintamente, a mudança de regime, torna-se relevante aprofundar como ocorreu a implantação da República em Espinho. Na senda desta pergunta, realça-se a tomada de posse pelos membros republicanos e as principais medidas que adotaram. Já em 1907, Joaquim Pinto Coelho, um dos fundadores do periódico, transformou a *Gazeta de Espinho* em órgão oficial do Partido Republicano. A partir desta altura, assumiu de forma mais clara a difusão de novos ideais, sendo crucial questionar qual foi papel da *Gazeta de Espinho* na propaganda republicana.

Uma vez que o tema da investigação se insere na história local, a pesquisa bibliográfica levada a cabo partiu de algumas obras relacionadas com a história de Espinho no período em análise. A primeira, *A Génese de Espinho – Histórias e Postais*, de Carlos Morais Gaio¹, de 1999, traça a perspetiva e a análise sobre os fatores essenciais do poder político, destacando, sobretudo, o final da Monarquia, a importância do PRP no concelho e a mudança do regime. A segunda obra, *Anais da História de Espinho (985-1926)*, de Francisco Azevedo Brandão², de 1991, trata os principais acontecimentos, personalidades, comemorações e outros aspetos relacionados com a história de Espinho.

¹ GAIO, Carlos Morais – *A Génese de Espinho. Histórias e Postais*. Porto: Campo das Letras, 1999.

² BRANDÃO, Francisco Azevedo – *Anais da História de Espinho (985-1926)*. Espinho: CME/JFE, 1991.

Para aprofundar o conhecimento sobre os principais «rostos» do Partido Republicano em Espinho, recorreu-se a dois estudos fundamentais: *Exposição - Rostos da República. No âmbito das comemorações do Centenário da República em Espinho* (2010), de Ana Amorim³, e *O Nascimento de um Aglomerado Urbano: Espinho no Limiar do Século XX* (1998), de António Teixeira Lopes⁴. O primeiro estudo apresenta breves biografias dos principais republicanos do concelho, enquanto o segundo dedica um capítulo a Joaquim Pinto Coelho, o líder do PRP, em Espinho.

Para a contextualização deste período, usou-se também bibliografia geral sobre o final da Monarquia e o início da República, nomeadamente as obras dirigidas por Oliveira Marques⁵, Rui Ramos⁶, por António Telo⁷, por Vasco Pulido Valente⁸ e por Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo⁹.

A principal fonte utilizada foi o semanário *Gazeta de Espinho*¹⁰. Trata-se do mais antigo jornal de Espinho. O seu primeiro número foi publicado a 6 de janeiro de 1901. Sendo um jornal informativo, nas duas primeiras páginas publicava notícias de destaque referentes à política nacional e local. A partir de 1909, ao longo de todas as edições, predomina uma secção denominada por «Nota Política». No que concerne à terceira página, prevalece uma secção de expediente, variando o seu título entre «Várias Notícias», «Noticiário» e «Casos e Notícias». Por fim, a quarta página era destinada à publicidade e aos horários de comboio com o respetivo preçário.

A partir de 1902, Joaquim Pinto Coelho, um dos fundadores do jornal e presidente da Câmara de Espinho, começou a tomar posição na disputa do poder, criticando os partidos monárquicos. Mais tarde, em 1905, aderiu ao PRP e, a partir de abril de 1907, a *Gazeta de Espinho* é transformada em órgão oficial do Partido Republicano no concelho. Num período em que o descrédito da Monarquia Constitucional era cada vez maior, a ideologia republicana expandia-se graças à propaganda difundida pela imprensa periódica.

³ AMORIM, Ana Patrícia Cordeiro de Sousa – *Exposição - Rostos da República. No âmbito das comemorações do Centenário da República em Espinho*. Porto: FLUP, 2010. Relatório de Estágio de Mestrado em História da Arte.

⁴ LOPES, António Teixeira – *O Nascimento de um Aglomerado Urbano: Espinho no Limiar do Século XX*. Porto: FLUP, 1998. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea.

⁵ MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) – “Portugal da Monarquia para a República”. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) – *Nova História de Portugal*. Vol. XI. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

⁶ RAMOS, Rui (coord.) – «A Segunda Fundação». In MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal*, vol. 6. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

⁷ TELO, António José – *Primeira República I – Do sonho à realidade*. Lisboa: Editorial Presença, 2010.

⁸ VALENTE, Vasco Pulido – *O poder e o povo: a revolução de 1910*. Lisboa: Gradiva, 1999.

⁹ ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.) – *História da Primeira República portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-china, 2009.

¹⁰ *Gazeta de Espinho*. Espinho, 1901-1932.

Perante a ausência de informação no periódico sobre a constituição da primeira vereação republicana e as suas principais preocupações em termos políticos, foi necessário recorrer a uma fonte arquivística: as *Atas da Câmara Municipal de Espinho*¹¹.

No que concerne às opções metodológicas, a análise intensiva constituiu o método de pesquisa central desta investigação. Para o melhor tratamento dos dados recolhidos produziu-se uma base de dados, em *Excel*, onde se registaram os dados empíricos. Na análise das fontes arquivísticas, as *Atas da Câmara Municipal de Espinho*, organizámos a informação recolhida em fichas de leitura, em *Word*, que permitiram sintetizar os aspetos políticos das reuniões. Embora seja predominantemente qualitativa, a nossa análise engloba também a abordagem quantitativa, nomeadamente para a comparação dos votos obtidos nas eleições municipais e paroquiais, pelos republicanos e pelos membros das listas monárquicas, em 1908.

1. A expansão do republicanismo no final da Monarquia

Em Portugal, a partir do século XIX, começaram-se a desenhar várias alternativas ao liberalismo monárquico, entre os quais o republicanismo, de cariz democrático. O início do grande desenvolvimento do PRP – fundado em 1876, como um «pequeno grupo com um programa muito genérico»¹² – começou ainda em finais do século XIX, mas acentuou-se nos primeiros anos do século XX. Os republicanos consideravam-se os representantes do povo, procurando asseverar que o final da Monarquia resolveria os problemas nacionais. O pensamento republicano passava, inicialmente, por «um renascimento marcado pela temática da decadência nacional face à Europa, que muitos republicanos atribuíam [...] à influência da Igreja e da Inglaterra»¹³. A partir de 1890, no contexto do *Ultimatum* britânico, o PRP assumiu novas ideologias assentes no nacionalismo e patriotismo portugueses¹⁴.

Num panorama geral de um campo político em mudança e de reivindicações sociais, a ascensão republicana tornou-se inequívoca, essencialmente, desde 1903. Em 1904, «os republicanos discutiram se deveriam disputar eleições»¹⁵ e, conseqüentemente, as Comissões Municipais de Lisboa, Porto e Coimbra impuseram uma ação partidária constante nas eleições. Outrossim, o crescimento manteve-se em 1906 e 1907 graças à ação proficiente da Comissão Reorganizadora do partido. A evolução republicana foi expressa, imediatamente, nas eleições legislativas de 1908, com a eleição de sete deputados, distribuídos pelas regiões de Lisboa, Beja

¹¹ Arquivo Municipal de Espinho – *Atas da Câmara Municipal de Espinho*, 1908-1910.

¹² TELO, António José – *Primeira República I – Do sonho à realidade*, p. 58.

¹³ *Idem, ibidem*.

¹⁴ *Idem, ibidem*.

¹⁵ ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.) – *História da Primeira República portuguesa*, p. 66.

e Setúbal¹⁶. Perante a intensa ação partidária, os republicanos conquistavam lugares parlamentares e como membros de Câmaras Municipais¹⁷. A luta intensa contra João Franco havia mobilizado o campo político e o desenvolvimento republicano acelerou-se até 1910¹⁸.

A imprensa republicana foi uma das armas mais significativas contra o regime monárquico. Nos anos 90 do século XIX, a par das reivindicações sociais, o rotativismo e os seus políticos – considerando-os “atores de um espetáculo indecoroso da divisão da coisa comum”¹⁹ – foram duramente criticados pelos republicanos, bem como a legitimidade do rei D. Carlos – “que desejava o engrandecimento do poder real e chamara para o poder João Franco, o ditador”²⁰ – e, posteriormente a crítica à «Monarquia Nova» de D. Manuel II, considerada uma “coisa «velha», sem soluções para o país”²¹. O PRP atraiu a atenção do país ao organizar as celebrações do Centenário de Camões, em 1880, investindo no contacto com as massas populares, enquadradas em grandes comícios. Ao contrário dos partidos monárquicos, o PRP tinha a preocupação de criar à sua volta «uma rede fluida e flexível de organizações de vários tipos, quase todas oficialmente independentes, que enquadravam as massas e permitiam a mobilização política nas alturas apropriadas»²². Dessarte, a força organização republicana interligava-se com sociedades, clubes e escolas, como a Associação do Registo Civil, a Carbonária, a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas e a Maçonaria, associando-se a livres-pensadores, liberais, socialistas, etc. O movimento contava, ainda, com centros de socorro mútuos, de apoio e solidariedade, jornais, grupos de teatros, associações de classe – como os lojistas –, coletividades e bandas de música²³.

A propaganda republicana era feita com notáveis locais, sobretudo através da influência dos médicos e dos comerciantes. Dirigiam-se a toda a gente, mas eram as classes médias quem mais os ouvia²⁴. Os médicos eram uma espécie de «padres» da República e, tal como nos demonstra Rui Ramos, “em novembro de 1908, o presidente do Conselho queixava-se: «A propaganda republicana não descansa e faz-se pelos médicos, que são elementos valiosíssimos nas aldeias»”²⁵. Efetivamente, o otimismo dos republicanos dominava as freguesias de operários e as campanhas eleitorais demonstravam um extenso trabalho político dos chefes do

¹⁶ RAMOS, Rui (coord.) – «A Segunda Fundação», p. 297.

¹⁷ ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.) – *História da Primeira República portuguesa*, p. 65.

¹⁸ *Idem*, p. 66.

¹⁹ *Idem*, p. 63.

²⁰ *Idem, ibidem*.

²¹ *Idem, ibidem*.

²² TELO, António José – *Primeira República I – Do sonho à realidade*, p. 57.

²³ ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.) – *História da Primeira República portuguesa*, p. 69.

²⁴ *Idem*, p. 70.

²⁵ RAMOS, Rui (coord.) – «A Segunda Fundação», p. 300.

partido, orientando a sua propaganda na difusão da sua doutrina, assente no progresso e na ideia de uma sociedade mais democrática²⁶.

A infalível campanha republicana contribuiu para uma erosão na Monarquia. Todavia, ressaltam outros fatores. Desde a questão do *Ultimatum*, em 1890 e as dificuldades do Estado português como potência colonial, a realidade política estava a alterar-se rapidamente. O rotativismo partidário coincidiu com a multiplicação dos partidos na política portuguesa. Em Portugal, existiam dois grandes partidos parlamentares dirigidos por Hintze Ribeiro e José Luciano²⁷. Apesar da tentativa de reorganização do aparelho político, depois de 1908, os partidos monárquicos estavam muito enfraquecidos, a começar pelo Regenerador, uma vez que não conseguia absorver a dissidência franquista (Partido Regenerador Liberal, criado em 1901). Após a morte do seu líder histórico, Hintze Ribeiro – substituído por Júlio de Vilhena – e a ausência de políticas de reformas, o Partido Regenerador entrou numa crise permanente, com a sua direção entregue a personalidades secundárias²⁸. O Partido Progressista, chefiado por José de Alpoim – encontrava-se no mesmo estado e, em finais de 1908, dividiu-se em dois blocos: progressistas e dissidentes progressistas. Apesar desta divisão “qualquer dos blocos era incapaz de sair do círculo fechado dos partidos tradicionais e mobilizar as populações”²⁹.

Em 1906, a entrada de João Franco para o Governo representava uma abertura à esquerda, revelando a sua intenção de “ficar nos livros como o mais liberal e decidido chefe do governo de sempre”³⁰. Todavia, já em setembro do mesmo ano, o Governo nunca foi o que Franco desejava ser e, em 1907, a fusão política com o Partido Progressista havia terminado. Os rotativos colocaram-se na oposição e defendiam o anti franquismo³¹. Desde sempre, João Franco manteve o apoio do rei D. Carlos, mas três dias depois do regicídio, o ministério franquista cedeu lugar a um governo de coligação monárquica, presidido por um independente e com a participação de dois regenerados, dois progressistas e dois independentes³². Com o regresso dos rotativos ao poder e a nomeação do almirante Ferreira do Amaral, a política de «acalmção» passava por devolver o poder aos partidos tradicionais, libertar todos os presos pela revolta fracassada de janeiro de 1908 e seguir uma política de cedência e conciliação. O principal propósito de D. Manuel II passava por reformar a Monarquia por dentro, unindo os monárquicos tradicionais à volta do trono e afastando todos os que pretendiam a reforma do

²⁶ ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.) – *História da Primeira República portuguesa*, p. 71.

²⁷ RAMOS, Rui (coord.) – «A Segunda Fundação», p. 223.

²⁸ TELO, António José – *Primeira República I – Do sonho à realidade*, p. 97.

²⁹ *Idem, ibidem*.

³⁰ RAMOS, Rui (coord.) – «A Segunda Fundação», p. 236.

³¹ *Idem*, p. 250.

³² MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) – “Portugal da Monarquia para a República”, p. 694-695.

regime³³. Contudo, o rei tornou-se na pessoa em quem ninguém confiava e a quem pouca gente respeitava³⁴, afastando os mais sinceros defensores da Monarquia.

O Diretório do Partido Republicano Português aproveitou para se aproximar do poder em Portugal. Nos últimos dois anos da Monarquia, os partidos «históricos» sofreram mais divisões e conflitos internos e, para agravar a situação, em 1910, “os republicanos descobriram uma nova série de «escândalos financeiros» em que andavam comprometidos vários dos grandes caciques progressistas”³⁵. Em outubro de 1910 – após tantos anos a planear a revolução –, os republicanos preparavam-se para assaltar o poder, através das insurreições revolucionárias nos vários quartéis de Infantaria, Artilharia e Marinha. Na madrugada de 4 de outubro de 1910, os republicanos saíram à rua, promovendo uma ação militar na Rotunda, lançado de dois pontos opostos – do Sul, pelos regimentos do Rossio, e do Norte, pelas baterias de Queluz, por Lanceiros 2 e por Infantaria 2³⁶. A relutância do Exército em lutar era evidente, mas os «homens da Rotunda» “ficaram, antes de mais, porque a única saída era um exílio de miséria e morte [...] Mas ficaram também porque mesmo naquela crise ainda esperavam vencer”³⁷. No dia seguinte, a 5 de outubro, “quando o encarregado de Negócios apareceu no Rossio com uma bandeira branca bem à vista das tropas e do povo, todos julgaram que a Monarquia capitulara”³⁸. Uma hora mais tarde, a República foi proclamada no Paços do Concelho e anunciada a constituição do Governo Provisório. A revolução republicana foi feita pelas camadas mais baixas da pequena burguesia.

2. O republicanismo em Espinho entre o final da Monarquia e a instauração da República (1908-1910)

2.1. A organização dos republicanos de Espinho entre 1908 e 1910

2.1.1. A organização dos republicanos

Os republicanos organizavam-se em Comissões – Municipal e Paroquial – convocando reuniões entre os cidadãos eleitores de Espinho.

A primeira reunião do Partido Republicano de Espinho ocorreu no dia 25 de março de 1905, na rua do Cruzeiro, n.º 55, onde se realizou uma sessão entre os cidadãos republicanos para proceder à eleição dos membros que deveriam constituir a primeira Comissão Municipal Republicana. Uma vez aberta a sessão, sob a presidência de António dos Santos Pouzada³⁹,

³³ TELO, António José – *Primeira República I – Do sonho à realidade*, p. 93-94.

³⁴ RAMOS, Rui (coord.) – «A Segunda Fundação», p. 309.

³⁵ VALENTE, Vasco Pulido – O poder e o povo: a revolução de 1910, p. 94.

³⁶ *Idem*, p. 105.

³⁷ *Idem*, p. 111.

³⁸ *Idem*, p. 109.

³⁹ Em 1908, requereu-se a sua eliminação do cadastro do Partido Republicano Português.

foram nomeados como secretários António de Freitas Salgado⁴⁰ e Artur Gonçalves de Matos, e como escrutinadores José de Bessa de Carvalho e Alberto Delgado. Findo o ato eleitoral, com o apuramento de 15 listas na urna, redigiu-se a ata da organização do Partido Republicano, sendo assinada pelos membros que constituíam a mesa⁴¹. A partir de então, efetuaram-se eleições para nomear cinco membros e cinco substitutos das respetivas Comissões.

A Comissão Paroquial Republicana, responsável pela reorganização do cadastro partidário, convidava todos os cidadãos espinhenses – que desejassem inscrever-se como eleitores –, a obterem esclarecimentos junto dos correligionários republicanos. Numa época de revisão do recenseamento eleitoral, só podia ser eleitor o cidadão português –, maior de 21 anos (completados até 30 de junho), domiciliados em território nacional, que soubesse ler e escrever ou que estivessem coletados em verba não inferior a 500 réis de uma ou mais contribuições diretas do Estado⁴². Os requerimentos eram entregues na secretaria municipal e deviam ser acompanhados da certidão de idade e do certificado de morada, passado pelo regedor da freguesia⁴³.

Reunindo-se na rua do Norte, n.º 124, aos domingos, entre as 19 e as 21 horas, a Comissão Municipal Republicana convidava todos os seus correligionários a participarem. As razões políticas para a realização das reuniões eram variadas, destacando-se “a fim de tratar de assuntos eleitorais”⁴⁴ e de “assuntos urgentes de organização partidária”⁴⁵.

2.1.2. Os principais meios de propaganda política

O Partido Republicano Português usufruía de vários meios de propaganda política, incidindo, sobretudo, na imprensa, criando e reproduzindo “imagens dos diferentes líderes e principais caudilhos do partido”⁴⁶. Com uma rede fluida de organizações, os republicanos compreenderam o desenraizamento cultural que os milhares de migrantes sentiam, ao sair das suas zonas rurais. A arte dos republicanos “foi a de ter entendido esta grave lacuna e [...] com isto levaram para o ideário republicano [...] os melhores elementos de uma população recentemente chegada às cidades e [...] conseguiram uma influência imensa sobre os outros”⁴⁷.

Perante a divulgação dos princípios democráticos, a influência da sua ideologia republicana sobre as populações – sobretudo, na classe média – era crescente. Os republicanos

⁴⁰ António de Freitas Salgado foi despedido no dia seguinte pela Real Fábrica das Conservas, em consequência do seu ato.

⁴¹ “História Ata da Organização do Partido Republicano em Espinho”. *Gazeta de Espinho*, n.º 509, 18.10.1910, p. 2.

⁴² ALMEIDA, Pedro Tavares – *Legislação Eleitoral Portuguesa - 1820-1926*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1998, p. 485.

⁴³ “Recenseamento Eleitoral”, *Gazeta de Espinho*, n.º 413, 13.12.1908, p. 2.

⁴⁴ “Partido Republicano de Espinho – Reunião Eleitoral”. *Gazeta de Espinho*, n.º 405, 18.10.1908, p. 1.

⁴⁵ “Convite”. *Gazeta de Espinho*, n.º 439, 13.06.1909, p. 2.

⁴⁶ ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.) – *História da Primeira República portuguesa*, p. 71.

⁴⁷ TELO, António José – *Primeira República I – Do sonho à realidade*, p. 59.

consideravam que, quando o povo compreendesse o seu valor e estimulasse o sentimento patriótico, eliminando a indiferença, o regime monárquico terminava⁴⁸. Parecia impossível que as ideias democráticas se adaptassem a Portugal, sobretudo no mundo rural, onde o campesinato, analfabeto e muito dependente dos influentes locais e das tradições católicas, temia a instauração da República. Contudo, através da imprensa os republicanos pregavam os seus ideais, afirmando respeitar as crenças habituais:

Hoje, em contraste, a República, pregada pelos seus apóstolos devotados, aparece-lhes ordeira e pacífica, sentimental e educadora, liberal e comedida, cheia de bondade, de justiça, de abnegação [...] a República não é assassina e intolerante, como te mentiam, desgraçado aldeão! A República respeita as tuas crenças, não é inimiga da tua fé, não briga com a tua religião!⁴⁹

Os convites constituíam outro meio de propaganda republicana. Através da *Gazeta de Espinho* o secretário da Comissão Municipal Republicana, Francisco de Resende, difundia convocatórias para que todos os cidadãos republicanos, residentes em Espinho, se inscrevessem no cadastro que a Comissão Paroquial organizava⁵⁰. Do mesmo modo, apelava-se ao voto nos candidatos republicanos, criticando a corrupção vigente e incentivavam a população a votar nos republicanos para promover a emancipação política, uma vez que todas as instituições e os homens que as assistiam tinham o direito a serem livres. Para além disso, apelavam aos cidadãos que exercessem o direito conquistado nas épocas anteriores, sendo que “abdicar desta regalia ou traí-la é um crime”⁵¹.

Os republicanos organizavam comícios para difundir a sua ideologia. Em 1908, em Aveiro, no comício realizado entre Lourosa e Fiães, falaram, com grande entusiasmo, figuras ilustres de Espinho, como Joaquim Pinto Coelho, Manuel Laranjeira e Alberto Delgado. Na mesa foram lidas algumas adesões ao Partido Republicano, destacando-se a candidatura de José Bessa de Carvalho como deputado do círculo distrital⁵². Por seu turno, recorriam aos meios publicitários para indiciar a possibilidade de se efetuar uma série de conferências democráticas, no concelho de Espinho⁵³. Sem embargo, apesar dos esforços enviados pelos republicanos, perante as dificuldades de realização imediata, as conferências democráticas foram impedidas de se concretizarem. Ainda assim, em 1909, os devotos defensores da República contavam “que muito breve – o que oportunamente se publicará – esse projeto de propaganda seja uma realidade”⁵⁴.

⁴⁸ “A Nossa Propaganda”. *Gazeta de Espinho*, n.º 377, 05.04.1908, p. 1.

⁴⁹ *Idem*.

⁵⁰ “Convite”. *Gazeta de Espinho*, n.º 442, 04.07.1909, p. 4.

⁵¹ “Eleitores, A’urna pelos candidatos republicanos”. *Gazeta de Espinho*, n.º 502, 28.08.1910, p. 2.

⁵² “Comícios de propaganda no distrito d’Aveiro”. *Gazeta de Espinho*, n.º 377, 05.04.1908, p. 2.

⁵³ “Convite”. *Gazeta de Espinho*, n.º 442, 04.07.1909, p. 4.

⁵⁴ *Idem*.

Nos principais hotéis de Espinho optavam por realizar festas democráticas, em homenagem a republicanos de renome. No Grande Hotel realizou-se um jantar comemorativo, reunindo republicanos do concelho de Espinho – amigos e políticos do professor e deputado eleito por Lisboa, o Dr. Alfredo Magalhães –, com o objetivo de enaltecer a sua ação propagandista republicana⁵⁵. Do mesmo modo, no Hotel Bragança teve lugar um almoço em homenagem a José Bessa de Carvalho, realizando-se uma manifestação de simpatia e de apreço pelas suas qualidades de espírito e de caráter⁵⁶. As festas republicanas decorriam com animação e discursos que exaltavam os sentimentos de fraternidade republicana.

2.1.3. Os espaços onde se movimentavam

Na maioria das vezes, o local onde os republicanos promoviam as suas reuniões era o Centro Republicano – Escola António José de Almeida, na rua do Norte, n.º 124, fundado por José Bessa de Carvalho⁵⁷. Era aqui que se realizavam as assembleias gerais e as eleições das novas Comissões⁵⁸. Todos os republicanos deveriam comparecer na escola noturna, com o objetivo “de cumprir o dever cívico e disciplina partidária”⁵⁹. Todavia, outros espaços eram utilizados pelos republicanos para as suas atividades. No estabelecimento comercial de Manuel Casal Ribeiro – a Padaria Casal Ribeiro⁶⁰ –, tal como na rua do Cruzeiro, n.º 37⁶¹, concretizavam-se as inscrições dos republicanos que desejavam filiar-se no cadastro geral do partido. Só eram considerados republicanos os indivíduos que se inscrevessem no cadastro, pertencentes a Espinho, de acordo com a lei orgânica do PRP. Tal como referido anteriormente, no Grande Hotel de Espinho sucediam-se as festas democráticas⁶², de maneira a prestar homenagem aos republicanos ilustres e a difundir a propaganda republicana.

2.1.4. Os principais «rostos» do Partido Republicano em Espinho

Desde logo, nomes como Manuel Laranjeira, Joaquim Pinto Coelho, Bessa de Carvalho e Francisco de Resende aparecem associados como membros da Comissão Municipal Republicana, em Espinho.

Em Espinho não havia, até aos primeiros anos do século XX, uma mesa republicana, nem um movimento democrático. Foi José Bessa de Carvalho que deu o primeiro impulso para

⁵⁵ “Alfredo de Magalhães”. *Gazeta de Espinho*, n.º 505, 18.09.1910, p. 3.

⁵⁶ “Em honra do Dr. José Bessa de Carvalho”. *Gazeta de Espinho*, n.º 511, 06.11.1910, p. 1.

⁵⁷ “Dr. José Bessa de Carvalho”, *Gazeta de Espinho*, n.º 511, 06.11.1910, p. 1.

⁵⁸ “Partido Republicano”. *Gazeta de Espinho*, n.º 445, 25.07.1909, p. 1.

⁵⁹ “Partido Republicano – Eleição”. *Gazeta de Espinho*, n.º 442, 04.07.1909, p. 4.

⁶⁰ “Partido Republicano – Avisos”. *Gazeta de Espinho*, n.º 443, 17.07.1909, p. 1.

⁶¹ “Aos Republicanos de Espinho”. *Gazeta de Espinho*, n.º 509, 18.10.1909, p. 3.

⁶² “Alfredo Magalhães”. *Gazeta de Espinho*, n.º 505, 18.09.1910, p. 3.

a organização do Partido Republicano em Espinho. Nasceu em 1872 na Baía, filho do republicano Joaquim Bessa de Carvalho e de Emília Amélia Cardoso Carvalho. Como advogado⁶³ e jornalista dirigiu a *Voz Pública* e foi proprietário do jornal *O Norte*⁶⁴. Iniciou a sua intenção educativa, através da fundação de uma escola noturna para adultos: a Escola António José de Almeida. Tal criação exigiu-lhe dinheiro, trabalho e algumas calúnias⁶⁵. O intuito democrático de José Bessa de Carvalho associou-se à realização de um programa para fundar uma escola livre⁶⁶. Para além disso, tomou a deliberação de remodelar ou fundar o Ginásio de Espinho, integrando um pequeno grupo de rapazes que se reunia para promover a atividade física⁶⁷.

Na partida de Bessa de Carvalho para Lisboa, para exercer funções como deputado, Manuel Laranjeira dedicou-lhe uma homenagem, considerando:

E posso garantir-lhe que uma das maiores alegrias do Dr. Bessa de Carvalho foi saber que a Escola António José de Almeida estava sendo finalmente sustentada por subscrição popular, como ele sonhara, ao fundá-la [...]. É, pois, a justa homenagem [...] ao Dr. José Bessa de Carvalho; direi mais – é mesmo uma dívida e gratidão cívica que todos nós lhe devemos. Associo-me a ele de todo o coração e abraço-vos entusiasticamente⁶⁸.

A sua visita a Espinho era frequente, com os seus filhos, Álvaro de Castro Bessa e Alberto de Castro Bessa de Carvalho, seguindo para Fiães onde se encontrava parte da sua família. Participando, ativamente, na propaganda republicana que antecedeu a queda da Monarquia, foi eleito deputado, em 1911, pelo círculo de Estarreja e, em 1915, pelo de Penafiel, representando as listas do Partido Republicano Português⁶⁹. No entanto, em 1913, José Bessa de Carvalho encontrava-se incapacitado – devido a problemas de saúde – de prosseguir com os seus trabalhos parlamentares⁷⁰, embora tenha sido nomeado vogal do Conselho de Administração dos Caminhos de Ferro do Estado⁷¹.

Outro «rosto» do republicanismo em Espinho foi o de Manuel Laranjeira. Nascido em 1877, na freguesia de Mozelos, em Santa Maria da Feira, fixou residência em Espinho, em 1899. No mesmo ano, com 22 anos, ingressou na Escola Médico-Cirúrgica do Porto, concluindo o curso em 1907, com a tese intitulada *A Doença da Santidade*⁷². Iria destacar-se como uma figura influente da cultura portuguesa, mas a sua participação na vida de Espinho não se ficou

⁶³ Em 1893, formou-se em Direito na Universidade de Coimbra.) MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) – *Parlamentares e Ministros da 1.ª República (1910-1926)*. Lisboa: Assembleia da República, 2000, p. 153.

⁶⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) – *Parlamentares e Ministros da 1.ª República (1910-1926)*. Lisboa: Assembleia da República, 2000, p. 153.

⁶⁵ “Meu caro Berrêdo”. *Gazeta de Espinho*, n.º 511, 06.11.1910, p. 1.

⁶⁶ “Dr. José Bessa de Carvalho”. *Gazeta de Espinho*, n.º 511, 06.11.1910, p. 1.

⁶⁷ *Idem*, p. 2.

⁶⁸ “Meu caro Berrêdo”. *Gazeta de Espinho*, n.º 511, 06.11.1910, p. 1.

⁶⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) – *Parlamentares e Ministros da 1.ª República (1910-1926)*, p. 153-154.

⁷⁰ AMORIM, Ana Patrícia Cordeiro de Sousa – *Exposição - Rostos da República. No âmbito das comemorações do Centenário da República em Espinho*, p. 86.

⁷¹ MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) – *Parlamentares e Ministros da 1.ª República (1910-1926)*, p. 154.

⁷² AMORIM, Ana Patrícia Cordeiro de Sousa – *Exposição - Rostos da República. No âmbito das comemorações do Centenário da República em Espinho*, p. 96.

pela colaboração intelectual. Ao longo da sua vida, escreveu na *Gazeta de Espinho* artigos de opinião e integrou, por várias vezes, a Comissão Municipal Republicana⁷³. Como republicano, Manuel Laranjeira distinguia-se, essencialmente, como orador nos comícios democráticos⁷⁴. Esteve sempre na linha de combate ao regime monárquico, apesar de ter cortado relações com Joaquim Pinto Coelho “por alegadas «discussões jornalísticas»”⁷⁵.

O negociante Francisco de Resende foi primeiro secretário da Comissão Municipal Republicana. Aquando da instauração da República e da transição do poder municipal, foi eleito aferidor do concelho⁷⁶ de Espinho⁷⁷.

Alfredo Berredo, professor de ensino livre, foi também membro da Comissão Municipal, sendo nomeado vereador da Comissão Administrativa, em 1910⁷⁸. Outro membro republicano foi Manuel Casal Ribeiro e apresentava-se como presidente da Comissão Paroquial⁷⁹. No seu estabelecimento comercial os republicanos inscreviam-se no cadastro partidário. Em 1911, pertenceu à Comissão Organizadora do Centro Democrático de Espinho e foi membro das Comissões políticas do Partido Republicano de Espinho⁸⁰.

O mais influente dos republicanos de Espinho, neste período, foi Joaquim Pinto Coelho. Nascido no concelho de Santa Maria da Feira, a 27 de fevereiro de 1868, licenciou-se em Medicina pela Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Três anos depois da conclusão do curso fixou-se em Espinho, abrindo um consultório com o Dr. Correia Marques, na rua do Norte⁸¹. Exerceu também a sua profissão na Associação de Socorros Mútuos⁸². Em 1901, ajudou a fundar a *Gazeta de Espinho*. Presidiu à segunda Câmara Municipal, integrando uma lista única que reunia membros do «Grupo da Fábrica»⁸³. No entanto, findo esse mandato, cortou relações com a facção monárquica dirigida por Augusto Gomes, associando-se ao Partido Progressista⁸⁴. A evolução política de Pinto Coelho viria a colocá-lo na oposição ao regime monárquico,

⁷³ GAIO, Carlos Morais – *A Génese de Espinho. Histórias e Postais*, p. 387.

⁷⁴ “Comícios de propaganda no distrito d’Aveiro”. *Gazeta de Espinho*, n.º 377, 05.04.1908, p. 2.

⁷⁵ GAIO, Carlos Morais – *A Génese de Espinho. Histórias e Postais*, p. 387.

⁷⁶ O aferidor do concelho era um funcionário municipal encarregado de zelar pela verificação dos pesos e medidas usados no concelho, para a sua exatidão e evitar fraudes.

⁷⁷ Arquivo Municipal de Espinho – *Atas da Câmara Municipal de Espinho*, 1910. Sessão de vereação de 10.10.1910.

⁷⁸ Arquivo Municipal de Espinho – *Atas da Câmara Municipal de Espinho*, 1910. Sessão de vereação de 20.10.1910.

⁷⁹ “Partido Republicano”. *Gazeta de Espinho*, n.º 445, 25.07.1909, p. 1.

⁸⁰ AMORIM, Ana Patrícia Cordeiro de Sousa – *Exposição - Rostos da República. No âmbito das comemorações do Centenário da República em Espinho*, p. 94.

⁸¹ “Anúncio”. *Gazeta de Espinho*, n.º 402, 27.09.1908, p. 3.

⁸² GAIO, Carlos Morais – *A Génese de Espinho. Histórias e Postais*, p. 220.

⁸³ Repare-se que se trata de uma coligação monárquica promovida pelos industriais da fábrica de conservas Brandão Gomes.

⁸⁴ GAIO, Carlos Morais – *A Génese de Espinho. Histórias e Postais*, p. 221.

aderindo ao Partido Republicano em 1905⁸⁵. Em 1907, transformou a *Gazeta* em órgão oficial do Partido Republicano. Era o líder incontestado do PRP no concelho: presidia à Comissão Municipal Republicana e como candidato republicano às eleições municipais obtinha o maior número de votos entre os seus correligionários⁸⁶. Joaquim Pinto Coelho assumia-se como o principal «rosto» da oposição ao «Grupo da Fábrica». Desde cedo levou a *Gazeta de Espinho* a tomar posição na disputa pelo poder, criticando a atuação da coligação monárquica, liderada por Henrique Brandão. O seu pensamento político e a sua conceção do mundo inspiraram-se na trilogia da Revolução Francesa, sofrendo influências da irrupção republicana de 1870 e, sobretudo, na Revolução de janeiro de 1891⁸⁷.

Em Espinho, existiam várias opiniões políticas, mas destacavam-se núcleos de indivíduos bem relacionados, que pretendiam o progresso da sociedade. Nas eleições paroquiais de 1908, Joaquim Pinto Coelho promoveu a criação de uma lista, em que prevaleciam elementos republicanos, apoiados pelos grupos dissidentes e progressistas, para se oporem ao «Grupo da Fábrica», promovido pelos industriais da fábrica de conservas Brandão Gomes. Ao contrário dos republicanos, que se guiavam pela “fé, coragem, o patriotismo dos que combatem com uma causa nobre”⁸⁸, esta coligação monárquica, composta por assalariados, não dispunha de um programa ou princípios. Numa dura crítica, o líder carismático do PRP, em Espinho, afirmava:

Essa união que não sabe de que freguesia é, congrega vários elementos dispersos de diferentes fações e outros anódinos. É uma firma [...] Forma o grosso desse exército um grupo de assalariados e mendicantes que combatem, a pé firme, de papo feito, como se tivessem a barriga cheia de... convicções. Coitados!⁸⁹.

Os republicanos consideravam ser impossível compor, com dignidade, uma Câmara Municipal ou uma Junta Paroquial com indivíduos defensores da política dominante. Se era impraticável reunir nomes de indivíduos extrapartidários para gerir o concelho, tornar-se-ia possível agrupar elementos aliados em partidos, que pudessem impulsionar a administração por normas económicas. Deste modo, Joaquim Pinto Coelho pretendia a adesão de unidades harmoniosas para neutralizar a influência dos grupos partidários⁹⁰.

Após a revolução de 5 de outubro de 1910, foi eleito representante do Governo Provisório da República em Espinho⁹¹. Em 1910, tomou posse do cargo de presidente da Câmara Municipal, cargo que manteve até agosto do ano seguinte, altura em que, por

⁸⁵ QUINTA, João – *Espinho*. Espinho, 1999, p. 221.

⁸⁶ “Republicanos d’Espinho”. *Gazeta de Espinho*, n.º 408, 08.11.1908, p. 1.

⁸⁷ LOPES, António Teixeira – *O Nascimento de um Aglomerado Urbano: Espinho no Limiar do Século XX*, p. 136.

⁸⁸ “Republicanos d’Espinho”. *Gazeta de Espinho*, n.º 406, 25.10.1908, p. 1.

⁸⁹ “Eleições Paroquiais”. *Gazeta de Espinho*, n.º 412, 06.12.1908, p. 1.

⁹⁰ “Republicanos d’Espinho”. *Gazeta de Espinho*, n.º 406, 25.10.1908, p. 1.

⁹¹ Arquivo Municipal de Espinho – *Atas da Câmara Municipal de Espinho*, 1910. Sessão de vereação de 10.10.1910.

incompatibilidade de funções, passaria a exercer apenas o cargo de administrador do concelho⁹². Voltaria ainda a presidir à Câmara de Espinho, em 1913 e em 1916.

2.2. A participação do Partido Republicano em Espinho nas eleições municipais e paroquiais

2.2.1. As eleições de 1908

Desde a primeira reunião, em 1905, o Partido Republicano tinha vindo a evoluir significativamente em Espinho. As adesões ao cadastro partidário eram reveladoras, incluindo figuras ilustres da sociedade. Em novembro de 1908, realizaram-se as eleições municipais e paroquiais, na Igreja Matriz de Espinho. Prevalciam as listas monárquicas nas urnas, mas atentemos, sobretudo, nos resultados obtidos pelos candidatos republicanos, que foram bastante expressivos do crescimento do republicanismo no concelho.

2.2.2. A campanha eleitoral

Antes das eleições, na assembleia geral dos republicanos de Espinho, foram discutidos e preparados os passos da próxima luta eleitoral, incluindo a atitude que o partido devia adotar. O presidente da Comissão Municipal Republicana expôs os trabalhos realizados pelas respetivas Comissões, apelando às decisões soberanas da assembleia. Para as eleições camarárias, a assembleia concordou, de forma unânime, que o Partido Republicano de Espinho devia concorrer com uma lista única e “independente”, organizada pela Comissão Paroquial e aprovada, em sessão conjunta, pela Comissão Distrital e pelo Diretório⁹³.

Em Espinho, existiam várias opiniões políticas, representadas por nacionalistas, franquistas, regeneradores, progressistas e republicanos, verificando-se a impossibilidade de congregar “as forças dispersas [...] que deem um conjunto de nove ou doze nomes capazes de agrupar numa lista homogénea, genuinamente extrapartidária”⁹⁴. No período eleitoral, os republicanos utilizaram a *Gazeta de Espinho* para desenvolver a sua campanha eleitoral, apelando ao voto do povo espinhense nas urnas pelos “homens que advogam a liberdade”⁹⁵. De maneira a promover o engrandecimento democrático, criticavam, duramente, a ação monárquica, alegando:

Diversos são os campos, extremados ficam os meios de combate. As armas dos monárquicos são ainda as seitas bárbaras que levam o veneno corruptor das consciências; a estratégia dos nossos adversários é o assalto e a pilhagem [...] os nossos soldados levam a fé [...] não

⁹² AMORIM, Ana Patrícia Cordeiro de Sousa – *Exposição - Rostos da República. No âmbito das comemorações do Centenário da República em Espinho*, p. 97.

⁹³ “Partido Republicano de Espinho”. *Gazeta de Espinho*, n.º 406, 25.10.1908, p. 1.

⁹⁴ “Republicanos de Espinho”. *Gazeta de Espinho*, n.º 406, 25.10.1908, p. 1.

⁹⁵ “Ao Povo d’Espinho”. *Gazeta de Espinho*, n.º 377, 05.04.1908, p. 1.

assaltam o poder à força de «bainetes» [...] o nosso partido advoga a causa da Pátria! A urna, pois! Pelo partido republicano!⁹⁶

2.2.3. Os principais candidatos às eleições municipais e paroquiais

Com o objetivo de concorrer com uma lista «independente» nas eleições municipais, a Comissão Paroquial escolheu uma lista de cinco efetivos composta por Joaquim Pinto Coelho (médico), Manuel Fernandes Laranjeira (médico), Francisco Pereira de Resende (comerciante), Eurico C. Pouzada (industrial) e Alberto Delgado (farmacêutico). A lista dos cinco substitutos era constituída por Álvaro L. de Magalhães (proprietário), Joaquim A. Moreira Ramos (cirurgião-dentista), Carlos de Figueiredo (industrial), Alfredo Berredo (professor de ensino livre) e Alberto de Carvalho (fotógrafo)⁹⁷. As duas Comissões – Municipal e Paroquial – reuniram-se para a aprovação definitiva da lista apresentada.

Nas eleições paroquiais foi organizada uma lista, em que predominavam elementos republicanos, apoiada por dissidentes e progressistas. A Comissão Paroquial constituiu uma lista de seis efetivos, destacando-se Alberto Delgado, Manuel Casal Ribeiro, Armínio Alves Vieira, Manuel Alves Lima, Pompeu Duarte de Araújo e António Cruz. A lista dos substitutos foi composta por Manuel Rodrigues e António Ferreira Neto.

2.2.4. O ato eleitoral

A eleição para a Câmara Municipal de Espinho, juntamente com a da Câmara da Feira, ocorreu a 1 de novembro, num domingo, terminando na madrugada de segunda-feira. Decorreu sem surpresas, embora não se possa dizer que houvesse extrema legalidade ou ausência de incidentes⁹⁸.

O juiz da comarca optou pelo processo das chamadas «esferas de quino». O sorteio da presidência eleitoral era composto por 8 bolas, lançadas nas urnas. No entanto, aconteceu uma tentativa de fraude: quando as bolas chegaram ao Tribunal – depois do ajudante do sorteio – o Sr. Amorim – ter andado “de porta a porta, a correr [...] até que conseguiu arranjar as bolas em casa do negociante José Marques”⁹⁹ – o escrivão pediu auxílio ao assistente para que lhe fornecesse as bolas de 1 a 16. Coexistiam dois jogos de bolas: um para o sorteio da Câmara da Feira e outro para a Câmara de Espinho, sem o expediente da extração. De acordo com a informação contida no órgão oficial republicano “procedeu-se sem incidentes ao sorteio das presidências da Feira, e por fim [...] quando o escrivão lançava as bolas na urna para o sorteio

⁹⁶ “Republicanos de Espinho”. *Gazeta de Espinho*, n.º 406, 25.10.1908, p. 1.

⁹⁷ *Idem*.

⁹⁸ Através da *Gazeta de Espinho*, os republicanos enunciam que os relatores não deram importância às irregularidades ocorridas, centrando-se, essencialmente, na boa vontade e espírito conciliador do Presidente. “Ainda o sorteio da presidência eleitoral d’Espinho”. *Gazeta de Espinho*, n.º 408, 08.11.1908, p. 2.

⁹⁹ “Ainda o sorteio da presidência eleitoral d’Espinho”. *Gazeta de Espinho*, n.º 408, 08.11.1908, p. 2.

de Espinho é que foram elas!”¹⁰⁰. Uma das bolas era distinta das outras por uma falha – a bola n.º 5 – correspondente ao presidente da Câmara de Espinho em funções, Henrique Brandão, “o qual é [...] amigo pessoal do escrivão que interveio no sorteio”¹⁰¹. A intervenção dos cidadãos Ribeiro Nunes e Salvador Júnior foram imediatas para compreender o motivo da falha. Aquando da insistência dos dois cidadãos, o escrivão – após anunciar “«aquilo nada valia e era caruncho»”¹⁰² – compreendeu que se levantava uma suspeita. Rapidamente, a bola foi excluída pelo juiz da comarca, que reconheceu o papel do cidadão pela falha apurada¹⁰³.

Nas eleições paroquiais, realizadas a 29 de novembro, na Igreja Matriz de Espinho, o ato eleitoral decorreu em dois dias, apesar de não haver incidentes. Contudo, os republicanos criticaram a forma usada pela coligação monárquica da fábrica Brandão Gomes, para obter o maior número possível de votos. No dia das eleições, os operários da Brandão Gomes, juntamente com os dirigentes do «Grupo da Fábrica», “passaram uma noite atribulada. E no dia seguinte lá vinham a caminho da Igreja todos os recrutados – doentes e aleijados. Tudo a postos!”¹⁰⁴.

2.2.5. Os resultados do Partido Republicano

De uma maneira geral, nas eleições municipais, os nomes presentes na lista eleitoral do PRP obtiveram um número significativo de votos. Observando a tabela abaixo é possível perceber o número de votos obtido pelos candidatos efetivos e suplentes das listas monárquicas e republicanas:

Tabela 1: Os resultados das eleições municipais de 1908 (n.º de votos em cada candidato)

Efetivos:	L	V		Suplentes:	L	V
José António Pires de Resende	M	208		Lourenço Luís de Pinho	M	207
António Augusto de Castro Soares	M	207		Manuel Alves da Silva Capitão	M	205
Alberto Jorge Moreira Pinto	M	207		Alberto de Carvalho	M	205
Narciso André de Lima	M	207		Alberto Milheiro	M	204
Eurico Carlotti Pousada	M*	205		António Ferreira Batista	M	204
Joaquim Pinto Coelho	R	175		João Francisco da Silva Guetim	M	154

¹⁰⁰ *Idem.*

¹⁰¹ *Idem.*

¹⁰² *Idem.*

¹⁰³ *Idem.*

¹⁰⁴ “Eleições Paroquiais”. *Gazeta de Espinho*, n.º 412, 06.12.1908, p. 1.

António Montenegro dos Santos	M*	169		P.e António Rodrigues Moreira Garção	M	154
Manuel Ribeiro Nunes	M	167		Francisco Pinto Moreira Ramos	M	153
António de Oliveira Salvador Júnior	M	165		Francisco Joaquim Pereira de Resende*	R	153
Manuel Luís de Oliveira Costa	M	163		Joaquim de Sá Alves de Oliveira	M	152
Francisco Joaquim Pereira de Resende	R	19		Carlos Alves de Figueiredo	R	20
Alberto Delgado	R	7		Manuel Casal Ribeiro	R	20
Alfredo J. Pereira de Brito L. Barredo	R	7		Manuel Gomes Ferreirinha Novo	R	20
Joaquim Augusto Moreira Ramos	R	6		Álvaro Lambertini de Magalhães	R	19
				Manuel Alves Lima	R	19
				António Marques	M	1
				Joaquim Pedro Rodrigues	M	1
				Manuel António dos Santos	M	1
* Incluído em lista monárquica				José Alves Pereira da Silva	M	1

FONTE: “Eleição da Câmara de Espinho”. *Gazeta de Espinho*, n.º 408, 08.11.1908, p. 1.

Da análise da tabela 1, percebe-se que o republicano efetivo mais votado foi Joaquim Pinto Coelho, com 175 votos e o menos votado Joaquim Ramos, com 6 votos. Apesar do peso do número de votos obtidos pelos nomes da lista oficial do PRP, em 1908, as listas monárquicas continuavam a controlar as eleições. O monárquico mais votado conquistou 208 votos.

Sem embargo, importa ressaltar que, aquando das eleições, um grupo monárquico apresentou uma lista com dois nomes pertencentes à lista oficial do PRP, entre os quais Eurico Carlotti Pouzada¹⁰⁵, na lista efetiva e Francisco Joaquim Pereira de Resende¹⁰⁶, na lista suplente. Continha, também, entre os efetivos, o nome de António Montenegro dos Santos, dissidente.

¹⁰⁵ Foi anunciado pelo órgão oficial republicano – *Gazeta de Espinho* –, como um dos cinco candidatos efetivos da lista definitiva do PRP para a eleição da Câmara Municipal de Espinho.

¹⁰⁶ Do mesmo modo, foi anunciado como um dos cinco candidatos efetivos republicanos às eleições municipais de 1908. No resultado geral da votação de vereadores efetivos, Francisco Joaquim de Resende anuncia-se como candidato republicano – com 19 votos – e na votação de vereadores substitutos é incluído na lista monárquica – com 153 votos.

De acordo com a *Gazeta de Espinho*, os republicanos incluídos na lista monárquica declararam “dizendo que não haviam autorizado nem solicitado tal *deferência*”¹⁰⁷.

Foram eleitos os cinco mais votados dos efetivos: José António Rezende, monárquico; António Augusto Castro Soares, monárquico; Alberto Jorge Moreira Pinto, monárquico; Narciso André de Lima, monárquico; e Eurico C. Pouzada, monárquico¹⁰⁸. Não obstante, os cinco substitutos eleitos para a Câmara de Espinho conquistaram correspondiam às listas monárquicas¹⁰⁹.

No que concerne às eleições paroquiais, podemos analisar os números de votos em cada candidato da oposição à lista monárquica *União*, pertencente ao «Grupo da Fábrica»:

Tabela 2: Os resultados das eleições paroquiais de 1908 (n.º de votos em cada candidato da oposição)

Efetivos:	L	V		Suplentes:	L	V
Alberto Delgado	R	128		Manuel Luís Rodrigues	R	128
Manuel Casal Ribeiro	R	128		António Ferreira Neto	R	126
Domingos Fernandes de Oliveira	D	127		Francisco Ferreira Pedro	P	127
Armínio Alves Vieira	R	125		João Valente Arruda	D	123
Manuel Alves Lima	R	1		Pompeu Duarte Araújo	R	4
António Cruz	R	1				
O mais votado da lista monárquica <i>União</i> obteve 188 votos e o menos votado 136 votos.						

FONTE: Eleições Paroquiais”. *Gazeta de Espinho*, n.º 412, 06.12.1908, p. 1.

Conforme é perceptível na tabela 2, os candidatos da oposição mais votados correspondiam às listas republicana e dissidente, com 128 votos alcançados pelos republicanos Alberto Delgado e Manuel Casal Ribeiro e pelo dissidente Domingos Fernandes de Oliveira. Efetivamente, os republicanos menos votados foram Manuel Alves Lima, Pompeu Duarte de Araújo e António Cruz, com 1 voto. O mais votado da lista monárquica *União* foi o sr. Abade, com 188 votos, e o menos votado dos efetivos obteve 136 votos. Na lista suplente, o republicano mais votado conquistou 128 votos, salientando-se, o número de votos alcançados pelos candidatos progressista – Francisco Ferreira Pedro (com 127 votos) – e dissidente – João Valente Arruda (com 123 votos)¹¹⁰.

¹⁰⁷ “Eleição da Câmara de Espinho”. *Gazeta de Espinho*, n.º 408, 08.11.1908, p. 1.

¹⁰⁸ *Idem*.

¹⁰⁹ *Idem*.

¹¹⁰ “Eleições Paroquiais”. *Gazeta de Espinho*, n.º 412, 06.12.1908, p. 1.

2.2.6. A reação do Partido Republicano às eleições municipais e paroquiais de 1908

Embora obtivessem votos consideráveis nas eleições municipais, os republicanos criticaram a forma como se tinha realizado o ato eleitoral. Tendo em conta a tentativa fraudulenta, ocorrida no sorteio da presidência eleitoral de Espinho, os republicanos censuraram o processo de bolas utilizado:

Estranhámos, sim, como era natural, que se recorresse a um processo de bolas e que, pelo visto, deu tanto trabalho, quando tão simples [...] fora lançar numa urna um número de lista igual ao dos vereadores sorteados, distribuindo por eles os respetivos nomes, e a primeira que se extraísse indicaria o presidente da assembleia eleitoral de que tratava, por só uma constituir o concelho de Espinho.¹¹¹

Não obstante, criticaram o escrivão nomeado por não ter dado conta da abertura a canivete na bola de madeira, argumentando “se bem que desde Aristóteles até aos nossos dias não consta que zoologista algum haja descoberto semelhante habilidade quando ele mine comprometedoramente bolas de quino? Ou seria apenas falha no nó da madeira?¹¹²”, solicitando um inquérito para averiguar a verdade, não formulando suspeitas sobre quem seriam os responsáveis.

Aquando da tomada de posse da nova Câmara de Espinho, a vereação decidiu enviar um voto de condolências ao rei D. Manuel II, pelo assassinato de seu pai e seu irmão. A mensagem municipal atentava que “estas ondas avassaladoras de amor e simpatia pela monarquia portuguesa [...] são testemunho frisante das altas qualidades que ornam V.M.”¹¹³, incluindo, ainda, outro recado da Comissão de Melhoramentos. Neste sentido, os republicanos criticaram o novo poder municipal:

Por felicidade S.M. não ouviu as razões de muitas outras comissões. Espinho é a terra das comissões. Parecem pragas do Egipto. Ora, se cada comissão vinha com o seu discurso, ainda a estas horas a monarquia não teria almoçado! [...] Em compensação – nesta vida tudo tem compensações – nos baixos do edifício, por distração, entrou à noite um guarda da polícia, fardado. O tipo era lisboeta, quis certificar-se do que seria um casino em Espinho e ficou deslumbrado ao ver tantos reis pintados! Oh! O faro da polícia¹¹⁴.

Nas eleições paroquiais, face à vitória do «Grupo da Fábrica», os republicanos criticaram o exército de assalariados e mendicantes, obrigados a votarem na coligação monárquica, argumentando, “pois mal sentiram o rebate de luta, puseram-se em campo os cabos de ordens e toca a reunir [...] Não foi má a partida para os invencíveis”¹¹⁵.

¹¹¹ “Ainda o sorteio da presidência eleitoral d’Espinho”. *Gazeta de Espinho*, n.º 408, 08.11.1908, p. 2.

¹¹² *Idem*.

¹¹³ “Episódios da régia receção em Espinho”. *Gazeta de Espinho*, n.º 411, 29.11.1908, p. 1.

¹¹⁴ *Idem*.

¹¹⁵ *Idem*.

3. A implantação da República em Espinho

3.1. A proclamação da República em Espinho

O regime monárquico encontrava-se em profunda crise. Para os republicanos «a República era [...] a salvação da pátria, o ideal, a possibilidade de atingir um estágio de maior perfeição»¹¹⁶. Efetivamente, exigiam um Estado democrático, com o poder executivo submetido a um Parlamento, um chefe com poder restringido e o aumento da participação popular¹¹⁷.

Na manhã de 5 de outubro, as tropas oficiais tinham-se rendido, considerando-se incapazes de fazerem frente aos revoltosos. Nas terras mais importantes do País foi proclamada a República – “No Porto, em Braga, em Coimbra, em Viana do Castelo e em todas as povoações do sul do país o advento da República foi celebrado com verdadeiro delírio”¹¹⁸. Em Espinho, pela meia-noite de quarta para quinta-feira (5 para 6 de outubro), chegaram por comboio os primeiros relatos da queda da Monarquia. Todavia, só no dia 6, às 7h, foi confirmada a vitória dos republicanos. Reuniram na Escola António José de Almeida todos os vogais das Comissões Republicanas, Concelhia e Paroquial e, assim que chegou a notificação, resolveram promover demonstrações festivas¹¹⁹. Inicialmente, tratava-se de notícias vagas e indefinidas, que só mais tarde seriam confirmadas pelo *Diário do Governo*, entregue ao presidente da Comissão Municipal Republicana, Pinto Coelho. Pouco tempo depois, na varanda do Paços do Concelho, foi proclamada a República, hasteando-se a bandeira bicolor¹²⁰:

Foi, em seguida, proclamada a República, da varanda do Paços do Concelho onde se hasteou a bandeira do partido que desde então ali tremula beijada pelo mesmo sol, coberta pelo mesmo céu e bafejada pela mesma aragem que, neste canto formoso do país, nesta risonha praia do Norte, beijou, cobriu e bafejou o pendão monárquico¹²¹.

No sábado, 8 de outubro, Joaquim Pinto Coelho partiu para Aveiro, na dupla qualidade de presidente da Comissão Municipal Republicana e chefe do Partido Republicano de Espinho. Às 22h, regressou a Espinho com o alvará de administrador do concelho, entregue pelo Governador Civil, Albano Coutinho. A posse do republicano e cidadão Pinto Coelho realizou-se, em seguida, “sendo um dos atos mais concorridos que neste concelho se tem efetuado”¹²². À cerimónia assistiram pessoas de todas as condições sociais, quer por disciplina partidária, quer amigos dedicados do novo funcionário do Estado, contando com a presença de médicos,

¹¹⁶ ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.) – *História da Primeira República portuguesa*, p. 71.

¹¹⁷ GAIO, Carlos Morais – *A Génese de Espinho. Histórias e Postais*, p. 232.

¹¹⁸ “A proclamação da República”. *Gazeta de Espinho*, n.º 508, 09.10.1910, p. 1.

¹¹⁹ BRANDÃO, Francisco Azevedo – *Anais da História de Espinho (1855-1926)*. Espinho: CME/JFE, 1991, p. 169.

¹²⁰ “A proclamação da República – Em Espinho”. *Gazeta de Espinho*, n.º 508, 09.10.1910, p. 1-2.

¹²¹ “Casos e Notícias”. *Gazeta de Espinho*, n.º 508, 09.10.1910, p. 2.

¹²² “A proclamação da República – Em Espinho”. *Gazeta de Espinho*, n.º 508, 09.10.1910, p. 1-2.

advogados, militares e capitalistas. As repartições municipais que se encontravam no mesmo edifício foram seladas, dando-se conhecimento oficial à imprensa de Lisboa e do Porto, por telegrama, do ato que se tinha realizado. Terminada a assinatura do auto, Joaquim Pinto Coelho proferiu um vibrante discurso, enaltecendo a República, jurando servi-la com dedicação e defendê-la com coragem e valor, pela sua honra¹²³.

3.2. A reação do povo à mudança de regime

Os populares começaram a festejar a queda do regime monárquico. Apesar de serem tomadas rigorosas precauções para garantir a ordem, foi organizado um cortejo em direção à casa da Câmara, onde estavam presentes os representantes oficiais do Partido Republicano de Espinho. Na Escola António José de Almeida realizou-se uma sessão solene, iniciando-se as manifestações nas ruas. À noite, ao som do hino «A Portuguesa», tocada pela banda de música da Brandão Gomes¹²⁴, o povo percorreu as ruas, num numeroso cortejo com archotes. Nos casinos Peninsular e Chinês, os republicanos exigiam que o hino fosse ouvido de pé e com respeito como “uma religião – a pátria – e o entusiasmo na alma”¹²⁵. No quartel da Guarda Fiscal foi erguida a bandeira republicana, numa confraternização comovente entre os republicanos civis e militares¹²⁶. No dia 7 de outubro, manteve-se o mesmo, se não um maior entusiasmo do que no dia anterior: perdurou a música nas ruas e nos casinos e repetiram-se as celebrações, iluminando as fachadas das habitações de vultos republicanos.

As festividades republicanas “não [eram] festa de cerimónia e protocolo como as que a monarquia fez aos seus reis, mas festa sincera, regozijo da alma popular, sem que para isso houvesse um incitamento, uma simples insinuação”¹²⁷.

3.3. A transição do poder municipal e a primeira Câmara Republicana

A quarta vereação municipal iniciou o seu mandato a 23 de novembro de 1908 e deveria terminar a 31 de dezembro de 1910. Sem embargo, foi interrompido no contexto da Revolução de 5 de outubro de 1910, que pôs fim ao regime monárquico e deu origem à República.

Os vereadores efetivos que constituíam a Comissão Municipal de Espinho levantaram um viva à proclamação da República. Na sessão ordinária de 7 de outubro, começaram por referir que o povo português levou a cabo a implantação da República, através de uma revolução

¹²³ “Casos e Notícias”. *Gazeta de Espinho*, n.º 508, 09.10.1910, p. 2.

¹²⁴ GAIO, Carlos Morais – *A Génese de Espinho. Histórias e Postais*, p. 232.

¹²⁵ “Casos e Notícias”. *Gazeta de Espinho*, n.º 508, 09.10.1910, p. 2.

¹²⁶ “A proclamação da República – Em Espinho”. *Gazeta de Espinho*, n.º 508, 09.10.1910, p. 1-2.

¹²⁷ “Casos e Notícias”. *Gazeta de Espinho*, n.º 508, 09.10.1910, p. 2.

extraordinária que impôs o respeito do mundo, integrando Portugal na mais alta civilização¹²⁸. Graças a este acontecimento, a bandeira foi hasteada no edifício camarário, simbolizando a transformação das instituições monárquicas no regime republicano, compatível com todas as liberdades e as manifestações de dignidade humana “que devem dar força e igualdade [...] a uma era de luz e de progresso”¹²⁹.

Outrossim, de maneira a testemunhar os seus sentimentos e interpretando os dos cidadãos de Espinho deliberaram enviar um telegrama ao presidente do Governo Provisório. Após tratarem do expediente essencial para a boa regularidade dos assuntos municipais, encerrou-se a sessão com um voto de regozijo pelo advento da República. O presidente da Câmara Municipal foi autorizado a assinar a ordem de proclamação.

A mudança de poder traduziu-se na ocupação dos lugares pelos republicanos mais conhecidos. No dia 10 de outubro, a Comissão Municipal Republicana tomou posse na Casa da Câmara. Foi investida em funções por Joaquim Pinto Coelho, representante do Governo Provisório da República, comissionado pelo Governador Civil de Aveiro, e por Alfredo Berredo, no cargo de vice-presidente. A Comissão Municipal Republicana foi constituída por Joaquim Pinto Coelho (médico); Alfredo Berredo (professor de ensino livre); Francisco Joaquim de Resende (negociante), com o cargo de aferidor do concelho; António Martins Cruz (fotógrafo); e Francisco Alves Vieira (negociante)¹³⁰. No dia 11 de outubro, foi dada a posse pelo administrador do concelho à Comissão Paroquial que era constituída por Manuel Casal Ribeiro, Manuel Ferreirinha Novo, Joaquim Luís Rodrigues, António Pinto Loureiro, Pompeu Duarte Araújo, Domingos da Silva, Hilário Casal Ribeiro, Joaquim de Sousa Reis, António Ferreira Neto e Domingos de Oliveira¹³¹.

3.4. As primeiras preocupações e medidas políticas tomadas pela primeira Câmara Republicana

Na sessão da tomada de posse, a primeira preocupação do presidente da Câmara foi declarar fidelidade à República. Declarou não fazer programas, argumentando que se havia de nortear pela moralidade em todos os atos de administração, tendo sido deliberado proceder a um inventário e inquérito aos serviços. Após a distribuição dos cargos da vereação, a Comissão Administrativa Municipal resolveu que as sessões passariam a realizar-se às quintas-feiras,

¹²⁸ Arquivo Municipal de Espinho – *Atas da Câmara Municipal de Espinho*, 1910. Sessão de vereação de 07.10.1910, p. 2.

¹²⁹ *Idem*, p. 3.

¹³⁰ Arquivo Municipal de Espinho – *Atas da Câmara Municipal de Espinho*, 1910. Sessão de vereação de 10.10.1910, p. 1-2.

¹³¹ BRANDÃO, Francisco Azevedo – *Anais da História de Espinho (985-1926)*, p. 170.

pelas 14h¹³². Rapidamente, demonstraram estar com pressa de resolver os problemas que afetavam Espinho e, como tal, foi aprovado um conjunto de medidas¹³³.

A 13 de outubro, o presidente propôs várias reformas, como a vistoria ao mercado pelo subdelegado de saúde e a necessidade de se realizar diversas obras públicas. Para além disso, aprovou que fosse transferido para o Banco de Portugal o dinheiro arrecadado no cofre da Câmara e o levantamento de 800 mil réis da Caixa Geral de Depósitos para o fundo da viação municipal. Outro tipo de questões – diretamente associadas à população – atentava a Câmara, como o problema de segurança e saúde pública – através da criação de uma rede de esgotos. Por iniciativa de Alfredo Berredo, propôs-se a criação de um corpo de polícia cívica ou a necessidade de combater o analfabetismo, através da fundação de um curso noturno para adultos¹³⁴.

A Câmara Republicana tinha ainda outras preocupações sociais, relacionadas com as condições de trabalho e as necessidades das populações mais carenciadas. Entre outras medidas, logo em outubro de 1910, foi proposto que entrasse em vigor o horário de 8 horas de trabalho diário para os operários das conservas de Espinho¹³⁵.

3.5. O papel da *Gazeta de Espinho* na propaganda republicana

3.5.1. As principais críticas feitas aos poderes monárquicos

Através da *Gazeta de Espinho*, os republicanos optavam por discutir e elucidar a população sobre o regime monárquico. Consideravam a Monarquia como “um regime [...] cheio de ficções e despotismos [...] com engrenagens carcomidas da ferrugem burocrática, compostos de calúnias parasitárias de afilhadagem e compadrio”¹³⁶.

Era cada vez mais visível que a ditadura de João Franco não servia os interesses nacionais, uma vez que procurava “vencer tudo pela força e pelo terror, ferindo os golpes da Liberdade e a Lei”¹³⁷. Após a constituição do novo Governo – depois do episódio do regicídio – em 1908, os republicanos questionavam-se se os ministros monárquicos tinham capacidade de cumprir o programa, defendendo que não se deveriam sentar nas cadeiras do poder, se houvesse dignidade política em Portugal. Exemplo disso foi o chefe do Partido Progressista, Ferreira do Amaral. De maneira a sufocar a revolta dos marinheiros prometeu-lhes “sob palavra

¹³² Arquivo Municipal de Espinho – *Atas da Câmara Municipal de Espinho*, 1910. Sessão de vereação de 10.10.1910, p. 1-2.

¹³³ LOPES, António Teixeira – *O Nascimento de um Aglomerado Urbano: Espinho no Limiar do Século XX*, p. 130.

¹³⁴ Arquivo Municipal de Espinho – *Atas da Câmara Municipal de Espinho*, 1910. Sessão de vereação de 13.10.1910, p. 2-7.

¹³⁵ Arquivo Municipal de Espinho – *Atas da Câmara Municipal de Espinho*, 1910. Sessão de vereação de 20.10.1910, p. 4.

¹³⁶ “Revolução e ditadura”. *Gazeta de Espinho*, n.º 366, 19.01.1908, p. 1.

¹³⁷ “Desabafando...”. *Gazeta de Espinho*, n.º 369, 09.02.1908, p. 1.

de honra que se submetessem, que nada sofriam. Entretanto esses desgraçados, barbaramente condenados, expiam um castigo humilhante e desumano longe da pátria, em prisões que são--- um túmulo para os vivos!”¹³⁸.

Os republicanos criticavam todos aqueles que difamavam a República, considerando-os “nojentos os falsos apóstolos! Raça farisaica que tem vivido da mentira [...] o povo começa a conhecê-los”¹³⁹. Tornava-se indispensável o surgimento de um movimento, entre os portugueses, para terminarem com o regime de mentiras¹⁴⁰.

Em Espinho, o administrador do concelho também era visto como uma autoridade ditatorial e incompetente para resolver os problemas do concelho, devido à sua constante ausência. A título de exemplo destaca-se, em 1908, um episódio da falta de comparência do mesmo: Um membro da Comissão Municipal Republicana – Alberto Delgado – requereu uma licença para a realização de duas conferências de propaganda eleitoral a serem realizadas no salão do Teatro Aliança. De facto, o administrador do concelho “atendeu ao requerido, dizendo ao apresentante e signatário do requerimento que lhe dava deferimento verbal e que se ele se responsabilizava pela manutenção da ordem, nem ia nem se faria representar nesse comício”¹⁴¹. Todavia, finda a primeira conferência a desordem havia-se instalado no Teatro, suscitando uma crítica por parte dos republicanos: “cumpra V. Ex.^a o seu dever”¹⁴². Outro exemplo se poderia relacionar com a substituição do lugar de administrador perante a ausência administrador do efetivo. Um episódio caricato demonstra-nos a falta de responsabilidade no desempenho das funções administrativas:

Está ausente, em uso de licença, o sr. administrador efetivo. A falta de substituto passou o cargo ao Presidente da Camara. Este, tendo de retirar-se de Espinho por alguns dias, deixou investido no lugar, como é de lei, o vice-presidente da camara. Agora consta-nos que este último por estar doente, passa funções de administrador a outro colega. Neste andar temos administrador por concurso dentro em breve¹⁴³.

Outrossim, na sequência da prisão de um industrial de Espinho – sendo ignorados os nomes, profissões e moradas dos captos – os republicanos revoltaram-se contra a sua detenção, argumentando: “Então prende-se e põe-se incomunicável um cidadão honrado e trabalhador por ter, no uso pleno de um direito conferido pelas leis do país, reclamado contra uma arbitrariedade!”¹⁴⁴. O administrador do concelho, residente na Foz do Douro e ausente de Espinho, foi acusado de ser um ditador. Consequentemente, com a saída do administrador efetivo para o Porto, não delegando as suas funções a outrem, o Governador Civil não pôde

¹³⁸ “Constituição do novo governo. O seu programa”. *Gazeta de Espinho*, n.º 369, 09.02.1908, p. 1.

¹³⁹ “A Nossa Propaganda”: *Gazeta de Espinho*, n.º 377, 05.04.1908, p. 1.

¹⁴⁰ “Eleitores, A ‘urna pelos candidatos republicanos”. *Gazeta de Espinho*, n.º 502, 28.08.1910, p. 2.

¹⁴¹ “A política monárquica de Espinho”. *Gazeta de Espinho*, n.º 377, 05.04.1908, p. 2.

¹⁴² *Idem*.

¹⁴³ “Casos e Notícias”. *Gazeta de Espinho*, n.º 439, 13.06.1909, p. 2.

¹⁴⁴ “Ditadura Local”. *Gazeta de Espinho*, n.º 432, 25.04.1909, p. 2.

suspender o administrador, o qual tinha todas as garantias de independência no exercício do seu cargo. Rapidamente, os republicanos apresentaram a sua opinião, argumentando:

Não nos prendem considerações pessoais, nem nos demovem ódios ou ressentimentos. Fiquem-no sabendo todos os apaniguados ou adeptos de qualquer parcialidade monárquica. No caso do sujeito, por curiosidade de crónica, no uso livre de crítica – tiramos este conceito moral do conto, pelo lado político – ficou deploravelmente colocada a política do sr. Governador Civil neste concelho. Assim seja para maior lastro das instituições que felizmente nos regem.... *bien ... le dernier*¹⁴⁵.

3.5.2. A notícia do Regicídio

Em fevereiro de 1908, D. Carlos e o príncipe herdeiro foram assassinados. Os republicanos consideravam que a obra da ditadura franquista foi a grande causa da tragédia ocorrida: “a impressão atual que resulta do consenso quase unânime de opinião: a obra desvairada, incongruente e retrógrada de um governo antiliberal armou aquela tragédia”¹⁴⁶.

De acordo com os republicanos, a política nociva de João Franco teve o seu fim a 1 de fevereiro de 1908. As vítimas e os mártires do ditador apenas defendiam um ideal de justiça e liberdade. O martírio era “um sentimento altruísta [...] uma abnegação sublime!”¹⁴⁷. A propaganda republicana estava feita e a agitação popular começou-se a impor. O povo português, cansado da perseguição ditatorial, compreendeu os seus direitos e deveres, começando a desejar um governo do povo pelo povo, servido por homens da sua confiança¹⁴⁸.

3.5.3. As principais vantagens destacadas pela *Gazeta* na defesa do regime republicano em contraste com o regime monárquico

Os republicanos criticavam, vivamente, a Monarquia, como um regime corrupto, ditatorial e de hábitos anacronicamente errados. Consideravam que a política “criminosa” adotada pelo regime monárquico tinha provocado a ruína económica e os partidos tradicionais “já não têm mais a arte de iludir”¹⁴⁹. A Monarquia era caracterizada por um regime “de mentiras, de crimes e de trapaças, do regime vilipendioso, da lama e das delapidações”¹⁵⁰. Os monárquicos eram “seitas bárbaras”¹⁵¹, que conquistavam os postos avançados a preço de dinheiro e pela força. Tornava-se cada vez mais evidente que o povo se cansava da perseguição ditatorial, mas a República era ainda considerada como causadora da desordem e da anarquia: “a ideia da República atormentava a inteligência do rude aldeão, [...] era ela a morte e a violação da

¹⁴⁵ “Política Local”. *Gazeta de Espinho*, n.º 433, 02.05.1909, p. 2.

¹⁴⁶ “O fim trágico de uma ditadura mesquinha – período tenebroso de opressões, de ódios e vinganças”. *Gazeta de Espinho*, n.º 369, 09.02.1908, p. 1.

¹⁴⁷ *Idem*.

¹⁴⁸ “Desabafando...”. *Gazeta de Espinho*, n.º 369, 09.02.1908, p. 1.

¹⁴⁹ “A Nossa Propaganda”. *Gazeta de Espinho*, n.º 377, 05.04.1908, p. 1.

¹⁵⁰ “Eleitores, à urna pelos candidatos republicanos”. *Gazeta de Espinho*, n.º 502, 28.08.1910, p. 2.

¹⁵¹ “Republicanos d’Espinho”. *Gazeta de Espinho*, n.º 406, 25.10.1908, p. 1.

propriedade”¹⁵². Além disso, os republicanos criticavam as festas monárquicas, considerando que não passavam de cerimónias e protocolos¹⁵³.

Ainda assim, aquando do episódio do regicídio, a difusão republicana atingia o seu auge, “agitando a alma popular, não antecipa os acontecimentos [...] impõe-se, cala no animo da nação ultrajada, perseguida por tantos desastres e sequiosa de ter o governo do povo pelo povo, servido por homens [...] que rompam, de vez, com os privilégios e com as tradições”¹⁵⁴.

A República era pregada “pelos seus apóstolos devotados”¹⁵⁵ e “continua a ser a única esperança do nosso sentir patriótico”¹⁵⁶. Os republicanos guiavam-se pela fé, coragem e patriotismo “dos que combatem com uma causa nobre. [...] Não vamos para a batalha terrível, em que as consciências e vendem à custa de um regabofe de bacanal; tendemos a assegurar bem alto o pendão da liberdade e o farol da justiça”¹⁵⁷. Eram homens de consciência que defendiam a causa da Pátria, estando todos disciplinados pelo mesmo pensamento e pela mesma fé¹⁵⁸. Votar nos republicanos seria proclamar a emancipação política, sendo que todas as instituições e os homens que as serviam tinham o direito de ser livres e que compreendessem “o terrível dilema: ou pela monarquia que nos perde ou pela República que nos salva! [...] não afrouxar no combate. Guerra ao regime, sem tréguas nem cartel”¹⁵⁹. A tirania sufocava a maioria dos portugueses e a República era vista como a única salvação do patriotismo¹⁶⁰. Do mesmo modo, as festas republicanas diferiam das monárquicas por serem sinceras, alegres, sem que para isso houvesse uma simples insinuação¹⁶¹.

Sem embargo, os republicanos consideravam que a transição de um regime político, através de um movimento revolucionário, originaria um período ditatorial. Não bastava influenciar a população com as novas ideias liberais, mas promover a continuação do movimento revolucionário, comparando-a com o papel do alfaiate:

Toma o alfaiate uma peça de pano, corta-a e recorta-a para fazer um fato, se deixa de a coser e servir convenientemente, adaptando as peças, fica apenas um montão de farrapos, para vestir bem o país, preciso é que a obra seja talhada a propósito e que depois seja entregue a artistas que a ponham à moda, tudo remodelado: ideias, costumes e... com gente nova¹⁶².

¹⁵² “A Nossa Propaganda”. *Gazeta de Espinho*, n.º 377, 05.04.1908, p. 1.

¹⁵³ “A proclamação da República – Em Espinho”. *Gazeta de Espinho*, n.º 508, 09.10.1910, p. 1-2.

¹⁵⁴ “Desabafando...”. *Gazeta de Espinho*, n.º 369, 09.02.1908, p. 1.

¹⁵⁵ “A Nossa Propaganda”. *Gazeta de Espinho*, n.º 377, 05.04.1908, p. 1.

¹⁵⁶ “Desabafando...”. *Gazeta de Espinho*, n.º 369, 09.02.1908, p. 1.

¹⁵⁷ “Republicanos d’Espinho”. *Gazeta de Espinho*, n.º 406, 25.10.1908, p. 1.

¹⁵⁸ “Eleitores, à urna pelos candidatos republicanos”. *Gazeta de Espinho*, n.º 502, 28.08.1910, p. 2.

¹⁵⁹ *Idem*.

¹⁶⁰ “Desabafando”. *Gazeta de Espinho*, n.º 369, 09.02.1908, p. 1.

¹⁶¹ “A proclamação da República – Em Espinho”. *Gazeta de Espinho*, n.º 508, 09.10.1910, p. 1-2.

¹⁶² “Revolução e ditadura”. *Gazeta de Espinho*, n.º 366, 19.01.1910, p. 1-2.

Conclusão

Após a recolha e o tratamento da informação foi possível analisar a evolução do republicanismo em Espinho, entre 1908 e 1910.

Os republicanos organizavam-se em Comissões, realizando eleições para os cargos do partido. Optavam pela divulgação dos convites, conferências, comícios e homenagens, nos principais hotéis de Espinho, para propagandear a sua doutrina, e reuniam-se na Escola António José de Almeida para tratarem de assuntos eleitorais. Por outro lado, nas eleições municipais e paroquiais de 1908, os republicanos participaram com o objetivo de obterem o número máximo de votos, concorrendo com uma lista única e “independente”. Em 1910, a instauração da República foi recebida com grande entusiasmo pelos populares. A transição do poder municipal foi feita de forma pacífica e os membros da Comissão Administrativa assumiram, rapidamente, um conjunto de decisões. Através da *Gazeta de Espinho*, os republicanos propagavam constantes críticas aos poderes monárquicos, exaltando as vantagens da República.

De uma maneira geral, os resultados da nossa pesquisa permitiram confirmar e aprofundar alguns aspetos essenciais do Estado da Arte. Embora houvesse pouca informação, quer nas fontes, quer na bibliografia, sobre as figuras ilustres de Espinho, foi possível compreender, sobretudo, a influência de Joaquim Pinto Coelho, Bessa de Carvalho e Manuel Laranjeira como principais militantes do Partido Republicano, em Espinho. Em relação à ação de Joaquim Pinto Coelho como «rosto» da oposição ao «Grupo da Fábrica», a fonte hemerográfica apresenta, exclusivamente, a opinião e a crítica do republicano à formação da nova coligação monárquica e a necessidade de criar unidades harmoniosas para combater a sua influência. Para além disso, ao contrário das eleições municipais, o periódico não expõe a maioria do número de votos obtidos pelos candidatos monárquicos nas eleições paroquiais. Em contrapartida, a descrição da instauração da República e da mudança do poder municipal para a Comissão Municipal Republicana, bem como as suas principais preocupações políticas, foram expostas simplificadamente.

A *Gazeta de Espinho*, órgão oficial do Partido Republicano Português no concelho, não prestava muita atenção aos partidos monárquicos e, como tal, as constantes críticas feitas aos poderes instituídos devem ser entendidas como forma de propaganda. A representação feita do Rei e da Casa Real é praticamente inexistente no período analisado e não foi encontrada informação suficiente para explorar o impacto do republicanismo nas várias freguesias do concelho de Espinho.

Mais se adianta que alguns objetivos ficaram por se realizar, tendo em conta a atual situação pandémica do coronavírus SARS-CoV-2. Perante as dificuldades encontradas, a esperança é, espera-se, de prosseguir com a investigação, recorrendo à análise de um período mais longo à luz da *Gazeta de Espinho* e de outras fontes que permitirão verificar – e contradizer – as informações contidas no órgão oficial do Partido Republicano Português, em Espinho.

Fontes

Fontes hemerográficas

Gazeta de Espinho. Espinho, 1908-1910.

Fontes arquivistas

Arquivo Municipal de Espinho – *Atas da Câmara Municipal de Espinho*, 1910.

Bibliografia

- ALMEIDA, Pedro Tavares – *Legislação Eleitoral Portuguesa - 1820-1926*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1998.
- AMORIM, Ana Patrícia Cordeiro de Sousa – *Exposição - Rostos da República. No âmbito das comemorações do Centenário da República em Espinho*. Porto: FLUP, 2010. Relatório de Estágio de Mestrado em História da Arte.
- BRANDÃO, Francisco Azevedo – *Anais da História de Espinho (1885-1926)*. Espinho: CME/JFE, 1991.
- GAIO, Carlos Morais – *A Génese de Espinho. Histórias e Postais*. Porto: Campo das Letras, 1999.
- LOPES, António Teixeira – *O Nascimento de um Aglomerado Urbano: Espinho no Limiar do Século XX*. Porto: FLUP, 1998. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) – “Portugal da Monarquia para a República”. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) — *Nova História de Portugal*. Vol. XI. Lisboa: Editorial Presença, 1991.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) – *Parlamentares e Ministros da 1.ª República (1910-1926)*. Lisboa: Assembleia da República, 2000.
- RAMOS, Rui (coord.) – “A Segunda Fundação”. In MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal*, vol. 6. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.
- ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.) — *História da Primeira República portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-china, 2009.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – “O fim da Monarquia”. In SERRÃO, Joaquim Veríssimo — *História de Portugal*, vol. X. Lisboa: Editorial Verbo, 1988.
- TELO, António José – *Primeira República I – Do sonho à realidade*. Lisboa: Editorial Presença, 2010.
- VALENTE, Vasco Pulido – *O poder e o povo: a revolução de 1910*. Lisboa: Gradiva, 1999.

O Instituto Geofísico da Universidade do Porto no contexto da Guerra Fria (1960-1963)

Inês Monteiro

inesfilipasm@gmail.com

Resumo

Este artigo visa explorar o papel do Instituto Geofísico da Universidade do Porto (IGUP) no contexto da Guerra Fria, entre os anos de 1960 e 1963. Através da análise dos documentos do arquivo do IGUP, pretende-se entender a sua participação na rede científica internacional World-Wide Standard Seismograph Network (WWSSN), um programa criado pelo núcleo governamental norte-americano U. S. Department of Commerce Coast and Geodetic Survey (C&GS), nas duas primeiras décadas da segunda metade do século XX, projectado de forma a obter medições sismológicas calibradas e estandardizadas a um nível global, e uma colecção de dados, subsequentemente disponibilizados para investigação científica não classificada. Dada a relevância que este programa teve para a área científica da sismologia, esta investigação foi uma tentativa de perceber como se desenvolveu o projecto ao longo do tempo, e quais os moldes do seu estabelecimento, funcionamento, bem como o impacte directo para o próprio IGUP, para a Universidade do Porto, para a ciência nacional e internacional e para o contexto em que se inseria Portugal na Guerra Fria.

Palavras-chave: IGUP, Instituto Geofísico da Universidade do Porto, Guerra Fria, Sismologia, WWSSN, World-Wide Standard Seismograph Network, U. S. Department of Commerce Coast and Geodetic Survey, Universidade do Porto, Ciência, Estado Novo.

Abstract

This article aims to explore the role of the Geophysical Institute of the University of Porto (IGUP) in the context of the Cold War, between the years of 1960 and 1963. Through the analysis of the documents that are part of the IGUP archive, I intend to understand its participation in the network International Scientific World-Wide Standard Seismograph Network (WWSSN), a program created by the North-American governmental cell, the US Department of Commerce Coast and Geodetic Survey (C&GS), in the first two decades of the second half of the 20th century, designed to obtain measurements seismological calibrated and standardized at a global level, and a collection of data, subsequently made available for unclassified scientific research. Given the relevance that this program had for the scientific area of seismology, this investigation was an attempt to understand how the project developed over time, and what were the forms of its establishment, operation, as well as its direct impact for IGUP itself, for the University of Porto, for national and international science and for the context in which Portugal was inserted in the Cold War.

Keywords: IGUP, Geophysical Institute of the University of Porto, Cold War, Seismology, WWSSN, World-Wide Standard Seismograph Network, U. S. Department of Commerce Coast and Geodetic Survey, University of Porto, Science, Estado Novo.

Abreviaturas

C&GS – U. S. Department of Commerce Coast and Geodetic Survey

EUA – Estados Unidos da América

IGUP – Instituto Geofísico da Universidade do Porto

NATO – The North-Atlantic Treaty Organization (Organização do Tratado do Atlântico Norte)

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas/ União Soviética

WWSSN – World-Wide Standard Seismograph Network

Introdução

O presente artigo visa explorar o papel do Instituto Geofísico da Universidade do Porto (IGUP) no contexto da Guerra Fria, entre os anos de 1960 e 1963. Após um estágio extracurricular no arquivo do dito Instituto durante o mês de Julho de 2019, o contacto com fontes históricas relativas ao enquadramento da tensão ideológica que pautou a segunda metade do século XX revelou-se como um excelente ponto de partida para uma investigação mais profícua da história da instituição no período elencado.

A trajetória deste organismo é muito rica, desde logo a partir da sua inauguração, em 1885. Sob tutela da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, dependendo desta tanto para suporte financeiro como para orientação científica, o Instituto tem passado algo despercebido à historiografia local e nacional, o que faz com que aquilo até hoje publicado sobre a sua história se cinja praticamente a textos de técnicos que por lá foram passando no exercício da sua actividade profissional, e se apaixonaram pela divulgação da vida do observatório de forma mais ou menos amadora. O trabalho de historiador pouco ou nada aqui se deteve, conquanto não necessariamente devido a escassez de matéria-prima.

O Instituto, que ao longo do tempo foi perdendo muita da sua documentação por razões em parte desconhecidas, preserva ainda um conjunto de documentos referentes àquele que será um dos momentos mais importantes da sua existência até hoje, a sua participação na rede científica internacional World-Wide Standard Seismograph Network (WWSSN), programa criado pelo núcleo governamental americano U. S. Department of Commerce Coast and Geodetic Survey (C&GS), nas duas primeiras décadas da segunda metade do século XX, projectado de forma a obter medições sismológicas calibradas e estandardizadas a um nível global, e uma colecção de dados, subsequentemente disponibilizados para investigação científica não classificada. Dada a relevância que este programa teve para a área científica da sismologia, esta investigação foi uma tentativa de, a partir do estudo da documentação coeva

que se encontra no arquivo do IGUP, perceber como se desenvolveu o projecto ao longo do tempo, e quais os moldes dos seus estabelecimento e funcionamento, bem como as consequências directas para o próprio IGUP, para a Universidade do Porto, para a ciência nacional e internacional e para o contexto em que se inseria Portugal na Guerra Fria.

Quanto ao mais, é sobretudo fundamental salvaguardar que o programa desenvolvido no âmbito da rede WWSSN, quer a nível da sua escala, como dos seus objectivos gerais e impactos na história da ciência, elevou as estações participantes a um patamar de contribuição para o progresso científico que a investigação não deve, nem pode ignorar, até porque o acervo arquivístico do Instituto Geofísico da Universidade do Porto permite conhecer profusos aspectos sobre a realidade em causa.

Dessarte, no arquivo do IGUP, encontram-se variados documentos cuja natureza é sobretudo epistolar. É parte do corpo documental correspondência, num total de 58 cartas, tanto expedida como recebida, notas manuscritas do director do IGUP, acerca de conversas e eventos relacionados com a estação sismológica, uma *news release* enviada pelo U. S. Department of Commerce, Coast and Geodetic Survey, planos da construção da estação e planta da mesma, e ainda uma planta do próprio IGUP. Trata-se, portanto, de um corpo documental com extensão suficiente para que tenha sido possível obter algumas respostas à problemática que se estabeleceu, sobretudo para os anos de 1961 e 1962, em que o efectivo de cartas emitidas e recebidas é maior: 15 em 1961 e 29 em 1962 (44 das 58 cartas).

A correspondência encontra-se quase exclusivamente dactilografada, tendo, na maioria dos casos, uma a duas páginas de extensão. Dependendo do destinatário, o teor das cartas é bastante variado, indo desde os acordos feitos entre o IGUP e o U. S. Department of Commerce Coast and Geodetic Survey, ao planeamento da construção e análise do espaço e condições para tal empresa, passando pelos acordos alfandegários para envio dos instrumentos e material necessários ao desenvolvimento do programa. Constam ainda da documentação discussões orçamentais e referentes a recursos humanos com a reitoria da Universidade e o director da Faculdade de Ciências, o estabelecimento de concursos para a empreitada e convites para a inauguração da estação sismológica. Como todas as cartas em análise são documentos oficiais, com sujeição a carimbo e assinatura dos detentores dos mais altos cargos das entidades envolvidas, assume-se que a fidedignidade aos acontecimentos reais é tanta quanto a possível reunir numa investigação desta natureza.

A principal debilidade destas fontes é a sua “selecção” e sobrevivência ao tempo, uma vez que não chegaram aos nossos dias todas as cartas trocadas no âmbito da inserção do IGUP na rede. A partir destes documentos, tentou-se compreender questões levantadas previamente,

como quais as características do IGUP que o tornaram adequado às intenções do programa. É verdade que Jon Peterson e Charles R. Hutt, no seu relatório intitulado *World-Wide Standardized Seismograph Network: A Data Users Guide*, esclarecem critérios de selecção dos lugares em que se desenrolaria o programa, sublinhando importantes cuidados a ter em conta quanto à vida do local em que se encontrassem as estações.

The location of the seismometer vault had much to do with the noise that was observed on the short-period seismograms. Where possible, the vault was isolated from cultural activities (such as cities, roads, railroads, and dams) that are known to generate short-period noise. Nevertheless, there were few high magnification stations in the network that did not show some evidence of cultural noise during daytime hours.¹

Sem embargo, ainda que tal elucide a vantagem da localização do IGUP, não é uma resposta totalmente satisfatória para sua preferência sobre outros lugares, uma vez que qualquer instituto que se dedique a ciências geofísicas deve, em princípio, observar no seu espaço de actuação a mesma ausência de perturbação exterior a que às estações da WWSSN era requerida. Nesta senda, foi então primacial entender como se deu a entrada do IGUP na rede, inquirição que se afigurou extensível também a outras colaborações que o IGUP efectuou no século XX.

Carlos Coutinho Braga, director do IGUP no intervalo cronológico em análise, elaborou um pequeno estudo muito importante que em diversas matérias esclarece as funções e missões do organismo ao longo do seu funcionamento, intitulado *Instituto Geofísico: Esboço Histórico*. Neste, faz saber que “O Instituto colabora deste serviço com diversas entidades nacionais e estrangeiras, designadamente, o “U.S. Coast and Geodetic Survey”, “International Seismological Research Center de Edinburgo”, “Bureau Central International Seismologique de Strasburgo”, etc.”², enviando semanalmente a várias entidades interessadas análises preliminares dos sismos que o instituto registava. Já as análises definitivas eram “compiladas anualmente na publicação “Boletim Sísmico” que é distribuída gratuitamente a algumas centenas de entidades nacionais e estrangeiras interessadas”³. Daqui emanam duas interpretações: 1) o IGUP tinha uma enorme fama dentro da sua área de actividade, sendo “recrutado” para os mais diversos projectos nacionais e internacionais, o que muito deveria alegrar os seus técnicos e investigadores; 2) o IGUP tinha uma grande dependência em relação a outras instituições e isso poderá ter significado a perda de alguma autonomia financeira e científica. Tal visão maniqueísta é algo simplista dentro do que pode ser a miríade de reacções humanas em relação a um determinado assunto, mas não deixa

¹ PETERSON, Jon; HUTT, C. R. – *World-Wide Standardized Seismograph Network: A Data Users Guide*. Virgínia, Estados Unidos da América: United States Geological Survey, 2014, Open-File Report 2014-1218, p. 14.

² BRAGA, Carlos Coutinho – *Instituto Geofísico: Esboço Histórico*. Porto: Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, 1969, p. 338.

³ *Idem, ibidem.*

de conter em si o gatilho para uma certa curiosidade quanto à reacção do director do IGUP ao convite.

Independentemente deste factor, é inequívoca a premissa de que a participação no projecto teve efectivamente lugar e que a estação sismológica da rede WWSSN funcionou durante algum tempo. Kai-Henrik Barth diz-nos que “During the early 1960s, US Coast and Geodetic Survey employees installed the network’s 120 standardized seismic stations in over 60 countries”⁴, mas não esclarece no que concerne ao processo de instalação em si nem quanto ao funcionamento do mesmo em cada uma das instituições intervenientes após a instalação, algo que se tentou deslindar, como, de resto, aconteceu também com as identidades dos técnicos envolvidos, e o funcionamento da própria estação.

Olhando por outro prisma, diferentes actuações paralelas foram analisadas para que se obtivesse um escopo completo da presença portuguesa na rede WWSSN. Não ignorando a tutela da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, um programa como a estação sismológica teria certamente sido reportado às unidades orgânicas superiores na hierarquia da Universidade, o que levou a uma demanda quanto ao envolvimento da reitoria da Universidade do Porto e da Faculdade de Ciências no projecto, ou até de outras instituições, como por exemplo, a nível estatal.

Claro está que o desenho deste intento não é totalmente inocente. Se, por um lado, “A inserção de Portugal em organizações internacionais, nomeadamente a partir dos anos 60, veio trazer um forte estímulo ao desenvolvimento do sistema científico e tecnológico nacional e influenciar decisivamente a sua própria configuração”⁵, a mesma década foi também marcada por um arrefecimento das relações luso-americanas. José Mariano Gago *et alia* fazem notar que a questão colonial como conduzida pelo governo salazarista não era do agrado da Administração Kennedy, que entrava na Sala Oval como figura principal da cena política americana em 1961.

Salazar tinha especial receio daquilo a que chamava o “deslocamento do centro da política mundial para o Atlântico” entendendo por isto o grande aumento do poder relativo dos EUA, que avançou para Ocidente e Oriente. Os EUA eram, nas palavras de Salazar, “um povo iluminado, não por Deus, mas pela lâmpada eléctrica”, que tinha uma especial incompreensão dos valores e tradições da Europa e parecia apostado em destruir os seus impérios tradicionais.⁶

Não sendo um fervoroso apoiante dos americanos e sabendo da reprovação com que o governo americano via a possessão de colónias, Salazar entrava numa década de difícil

⁴ BARTH, Kai-Henrik – “The Politics of Seismology: Nuclear Testing, Arms Control, and the Transformation of a Discipline”. *Social Studies of Science*. [Em Linha] Canadá: Queen’s University. Vol. 33, nº 5 (2003), p. 759.

⁵ GAGO, José Mariano [et al.] – “A Ciência e a Defesa em Portugal – Elementos para uma agenda de estudos futuros”, in BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) – *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004. Vol. 5, p. 491.

⁶ TELO, António José – “Os Anos da NATO (1946-1959)”, in BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) – *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004. Vol. 4, pp. 437-438.

relacionamento com os Estados Unidos. “A partir de 1961 altera-se, significativamente, o empenhamento atlântico, suspendem-se os compromissos com a NATO e a questão colonial torna-se a preocupação quase exclusiva da política externa portuguesa”⁷. Por conseguinte, no trapézio a meio caminho entre o avanço científico e tecnológico e a política de afastamento dos americanos, tornou-se essencial para esta investigação iluminar o lado do espectro em se encontrava a rede WWSSN na opinião das altas instâncias do poder, se da rede tiveram conhecimento ou se quanto a ela emitiram alguma vez qualquer parecer.

Por fim, mantendo em vista o contexto de Guerra Fria e respectivas implicações no estudo da sismologia, a principal força motriz deste exercício foi o tentame de alcançar uma explicação satisfatória quanto ao objectivo da rede WWSSN em Portugal – ciência, política, estratégia – terá sido a combinação efectivamente de linhas ténues?

A análise intensiva das fontes descritas constituiu o método de pesquisa central desta investigação. Os dados extraídos do corpo epistolar, uma vez sintetizados, foram alvo de um processo de nova criação textual que teve na sua génese o estudo das fontes primárias e o cruzamento da informação obtida com a bibliografia consultada.

Vale a pena lembrar que a pesquisa bibliográfica levada a cabo permite considerar que a rede WWSSN não foi ainda devidamente perquirida, pelo que não é extenso o conjunto de estudos que se centra no assunto. Contudo, é de realçar o valor do já mencionado texto *World-Wide Standardized Seismograph Network: A Data Users Guide*⁸, de Jon Peterson e Charles R. Hutt, um documento elaborado em 2014, que traça a história da rede WWSSN e a sua configuração, prefigurando-se como uma cristalização documental do impacto que a rede teve nos avanços que a sismologia sofreu na segunda metade do século XX.

As anyone who has fielded a seismic experiment knows, it is very difficult to collect good data and a tragedy when the data are lost either through instrument malfunction or collection errors. The WWSSN was a grand experiment that generated an unprecedented collection of high quality, continuous data from approximately 100 stations around the world. This alone makes it one of seismology’s best success stories.⁹

Um outro artigo, de Kai-Henrik Barth, igualmente mencionado, com o nome de “The Politics of Seismology: Nuclear Testing, Arms Control, and the Transformation of a Discipline”¹⁰, não se foca tanto na vertente técnica, nem só na rede WWSSN, antes apresenta o panorama da sismologia no início da Guerra Fria e a evolução que foi sofrendo ao longo da

⁷ TEIXEIRA, Nuno Severiano – “Portugal e a Guerra Fria”, in BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) – *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004. Vol. 4, p. 64.

⁸ PETERSON; HUTT – *op. cit.*

⁹ *Idem*, p. iii.

¹⁰ BARTH – *op. cit.*

última. Mais ainda, introduz o assunto da intervenção científica no armamento nuclear, que seria mais tarde secundada pela acção política, o que, por sua vez, levaria à criação da rede WWSSN. É, portanto, uma elaborada e aprofundada história da génese da rede em que o IGUP viria a participar, que permite perceber o motivo da sua existência e aplicação, indo desde as premissas que moldaram a Guerra Fria, como o medo nuclear, até ao desenvolvimento posterior da ciência sismológica, passando por acordos internacionais científicos e políticos, como a Convenção de Genebra de 1958 e pelo *Vela Uniform Project*.

Quanto ao IGUP em específico, são de realçar os títulos “Meteorological (and other) Instruments Revealed: The Collection of the Geophysical Institute of Porto University”¹¹ de Marisa L. Monteiro e Miguel F. O Soares, e “Instituto Geofísico da Universidade do Porto: Passado e Futuro”¹² de Helena Sant’Ovaia, actual directora do IGUP, e Rui Moura. Estes artigos relevam pelo seu contributo enquanto testemunhos actuais da história do IGUP, mencionando brevemente a rede WWSSN.

Para a construção da história do Instituto duas obras de publicação francamente mais recuada no tempo não perdem a sua pertinência para esta investigação: *Observatório da Serra do Pilar: breves notas históricas, estado actual, desenvolvimento*¹³ (1929) de Álvaro R. Machado, e *Instituto Geofísico: Esboço Histórico*¹⁴ (1969) de Carlos Coutinho Braga. Ambos os autores foram directores do IGUP, Machado entre 1920 e 1922 e Coutinho Braga entre 1959 e 1969. Uma e outra obras são descrições detalhadas da actuação do IGUP e do seu papel na cena científica nacional, fruindo de uma elaboração particularmente útil por terem sido escritas por homens que devotaram parte da sua vida ao Instituto. O livro de Carlos Coutinho Braga, tal como os artigos de Monteiro e Soares e de Sant’Ovaia e Moura, faz também uma breve menção à rede WWSSN, mas não suficiente para um conhecimento demasiado detalhado do funcionamento da mesma.

Além do relatório de estágio de Augusto Silva Lima Gomes dos Santos, Mestre em História e Património pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto¹⁵, não existe, tanto

¹¹ MONTEIRO, Marisa L.; SOARES, Miguel F. O. – “Meteorological (and other) Instruments Revealed: The Collection of the Geophysical Institute of Porto University”. *Bulletin of the Scientific Instrument Society*. Londres: Scientific Instrument Society. ISSN 0956-8271. Nº 104 (2010), pp. 17-21.

¹² SANT’OVAIA, Helena; MOURA, Rui – “Instituto Geofísico da Universidade do Porto: Passado e Futuro”. *Geocore: Revista do Núcleo de Geologia do Porto*. Porto: Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Nº 2 (2017), pp. 10-12.

¹³ MACHADO, Álvaro R. – *Observatório da Serra do Pilar: breves notas históricas, estado actual, desenvolvimento*. Porto: Publicações do Observatório da Serra do Pilar, 1929.

¹⁴ BRAGA – *op. cit.*

¹⁵ SANTOS, Augusto Silva Lima Gomes dos – *O arquivo do Instituto Geofísico (Observatório Meteorológico da Serra do Pilar) da Universidade do Porto—um estudo sistémico*. [Em Linha] Porto: Universidade do Porto, 2020. Relatório de Estágio.

quanto foi possível apurar, um artigo que se debruce somente na rede da perspectiva do IGUP. Caberá, espera-se, a esta investigação colmatar essa lacuna bibliográfica e fomentar a continuação do estudo do Instituto Geofísico da Universidade do Porto.

1. Contextualização Histórica

Com o término da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos da América e a URSS eram as únicas duas nações com algum poder remanescente, ainda que, se de uma corrida se tratava, e tratar-se-ia, efectivamente, os EUA haviam saído do período bélico em melhores condições que a União Soviética, a nível de poderio científico e armamento, com armas nucleares mas, sobretudo, a nível demográfico. Não obstante, tal não poupava os americanos de preocupações, dado que a sua prosperidade dependia de uma Europa que se encontrava devastada e avessa a um mercado livre.

Nessa mesma altura, a União Soviética encorajava o estabelecimento de governos comunistas pró-soviéticos, especialmente se os países em que tal se conseguisse fossem os mesmos que impedissem o avanço alemão para Leste. Esse ideal estava longe de qualquer ambição americana para o futuro próximo, uma vez que o avanço e a proliferação de regimes comunistas significariam uma demasiado provável perda de mercados e do continente de escoamento de produtos que era a Europa. O objectivo rapidamente se tornou bloquear a expansão dos poderes soviéticos e minorizar, tanto quanto possível, a influência do Kremlin sobre o mundo. Havia uma circunscrição americana para aquilo que poderia ser o espaço de actuação do comunismo, que em pouco ou quase nada coincidia com a vontade expansionista soviética. Assim, a vitória americana sobre os ventos de Leste passaria por afirmar o modelo capitalista e livre sobre o qual fora construída a América, mais do que somente mostrar a falta de liberdade que do comunismo advinha. A garantia da liberdade segundo a definição americana poderia passar por intervenção governamental na economia e na sua regulação, mas não num controlo absoluto, como se via na União Soviética. No mundo ocidental de que os Estados Unidos se haviam tornado pináculo no final da guerra, eram assegurados aos cidadãos direitos como a propriedade, a justiça aplicada com imparcialidade, liberdade de expressão e de imprensa, ou seja, “o princípio subjacente do governo seria a esperança, não o medo. Nenhuma destas condições existia na União Soviética, nos seus satélites ou nos territórios que ocupava e administrava”¹⁶.

Com esta premissa em mente, o presidente Harry S. Truman e a sua administração elaboraram um plano de contenção do avanço das ideias soviéticas, conhecido como “Doutrina

¹⁶ GADDIS, John Lewis – *A Guerra Fria*. Lisboa: Edições 70, 2007, p. 111.

Truman”, em que se almejava reconstruir a Europa segundo os preceitos americanos do desenvolvimento, e ainda com o objectivo de esta não resvalasse para o lado de influência russa. Temia-se que a fome e a pobreza “pudessem levar os europeus a eleger para o governo os seus próprios comunistas, que cumpririam então obedientemente os desígnios de Moscovo”¹⁷. A doutrina materializava-se e aprofundava-se com o Plano Marshall, resposta prática dada à turbulência económica que a Europa vivia e que facilmente seria terreno fértil para o avanço do comunismo.

A ideia era dar um empurrão às economias europeias – e, simultaneamente, à do Japão – através de uma forte injeção de capitais americanos, mas também envolver os beneficiários, desde o início, nas decisões sobre a forma de como a ajuda seria utilizada. A única condição era que trabalhassem juntos, “que os velhos antagonismos se esbatessem face aos novos perigos”¹⁸.

Perigos esses que se afiguravam demasiado sérios. No final da década de quarenta do século XX, a Alemanha estava já dividida em duas nações e uma bomba atómica havia sido detonada pelos soviéticos. Encetava-se uma guerra de duas grandes facções adversas, o Oeste e o seu modelo de capitalismo livre, e o Leste, construído sobre os pilares do comunismo. Aquilo que os americanos chamavam de *red scare* justificaria as intervenções que se seguiriam e o investimento feito pelo governo americano em educação, tecnologia e investigação científica. O medo atómico sustentava o novo conceito de liberdade assente na fidelidade a um Estado que conseguisse prevenir a destruição massiva¹⁹, medo que seria bem sintetizado pelo escritor norte-americano William Faulkner no seu discurso de aceitação do Prémio Nobel, em 1950.

Our tragedy today is a general and universal physical fear so long sustained by now that we can even bear it. There are no longer problems of the spirit. There is only the question: When will I be blown up?²⁰

O pavor de um futuro destruído pela ameaça nuclear levou a que ambas as nações rivais investissem seriamente em investigação científica e tecnológica, de modo a garantir que a superioridade no desenvolvimento de uma arma tão letal fosse suficiente para desencorajar o inimigo a detonar uma bomba sua. Barth, em “The Politics of Seismology: Nuclear Testing, Arms Control, and the Transformation of a Discipline”²¹, explica como a ciência, em particular a sismologia, foi essencial para que a guerra se mantivesse fria. No final da década de 1950, negociações para o controlo de armas nucleares entre os Estados Unidos da América e a União Soviética eram compostas por discussões para a monitorização de testes nucleares em que

¹⁷ *Idem*, p. 42.

¹⁸ *Idem*, p. 111.

¹⁹ Cf. HOBBSAWM, Eric – *Age of Extremes: The Short Twentieth Century, 1914-1991*. Londres: Abacus, 1995, pp. 225-256.

²⁰ FAULKNER, William – Discurso proferido no Banquete do Nobel. Estocolmo, 10 de Dezembro de 1950.

²¹ BARTH – *op. cit.*

cientistas de ambas as nações concordavam que as explosões subterrâneas eram as mais difíceis de supervisionar e que a única forma de garantir maior inteligência era desenvolver novas técnicas sismológicas, uma vez que as existentes à altura das negociações não eram suficientes para detectar com segurança pequenos testes que fossem levados a cabo no subsolo. Na senda da percepção deste “atraso” tecnológico e científico, “President Eisenhower initiated a comprehensive research and development program in seismology in 1959, which became known as Project Vela Uniform”²².

Eisenhower foi sugerindo não poucas vezes a Nikita Khrushchev que cientistas de ambos os pólos da questão se reunissem com o intuito de resolver alguns dos problemas técnicos relativos à detecção de testes nucleares antes de qualquer arranjo político-diplomático. Ainda que para Khrushchev não fizesse tanto sentido assim que problemas políticos fossem resolvidos em campos de batalha científicos, isso não foi suficiente para o impedir de anuir a tal reunião em Abril de 1958²³.

No dia 1 de Julho desse ano, especialistas na área da sismologia reuniram-se em Genebra, na Suíça. O acordo entre ambas as delegações chegaria no dia 21 de Agosto, com a conclusão de que o controlo de testes e experiências nucleares era tecnicamente possível dentro de algumas limitações.

The experts proposed a control system of 170 detection stations worldwide, augmented by ten stations located on ships to cover large areas of the world’s oceans. They specified various means for the detection of nuclear explosions in the atmosphere, the oceans, on the earth’s surface, and underground. As it turned out, detecting underground explosions became the most contentious issue.²⁴

Após a Conferência de Genebra, e após submissão prévia do Berkner Report²⁵, que seria a base do sobredito projecto organizado pelo Departamento de Defesa norte-americano, muitos sismólogos receberam grandes bolsas e apoios estatais com contractos para fomentar a investigação na área. “Equipped with hundreds of thousands, and sometimes millions, of research dollars, seismology programs around the country accelerated research activities”²⁶. Um dos sistemas de instrumentação sismológica criados no âmbito do projecto Vela foi uma

²² *Idem*, p. 744.

²³ *Idem*, pp. 749-750.

²⁴ *Idem*, p. 750.

²⁵ “A quickly organized panel of seismological experts, chaired by the experienced science administrator Lloyd V. Berkner, developed a grand research plan for seismology. [...] The Berkner Report’s summary was written by leading seismologists Frank Press, Jack Oliver, and Carl Romney. The three seismologists laid out a master plan for future research in seismology and suggested that ‘major advances in [seismology] could be realized only if the level of research were significantly increased’». (*apud* BARTH – *op. cit.*, pp. 751-752).

²⁶ BARTH – *op. cit.*, p. 744.

rede global de investigação, que ficaria conhecida como World-Wide Standard Seismograph Network (WWSSN).

The development, installation, and operation of the WWSSN, the largest seismic instrument built to that date, exemplifies the scale of Vela's seismic systems. During the early 1960s, US Coast and Geodetic Survey employees installed the network's 120 standardized seismic stations in over 60 countries.²⁷

Mais do que o seu papel a detectar testes nucleares, que Barth diz ser de discutível eficácia devido ao equipamento usado e aos locais escolhidos para montar as estações, o valor e o legado do programa são inquestionavelmente importantes. “The WWSSN recorded thousands of earthquakes each year, providing a wealth of high-quality data for a whole generation of scientists”²⁸, além de ter sido, para muitos dos países que participaram na rede, a primeira oportunidade de dar início a um programa de investigação sismológica. Um desses países seria Portugal, com estação instalada no alto da Serra Pilar, onde se localiza o Instituto Geofísico da Universidade do Porto.

2. O convite, a selecção e a motivação por detrás do programa

A 12 de Julho de 1960 chegava às instalações do Instituto Geofísico da Universidade do Porto uma carta de duas páginas endereçada aos directores da instituição, emitida no dia 5 desse mesmo mês, pelo U. S. Department of Commerce – Coast and Geodetic Survey, a partir de Washington D. C., que começava da seguinte forma:

The United States is undertaking an extensive program to encourage the conduct and expansion of fundamental research in seismology. It will, in so far as possible, include investigations in all fields of this science. To initiate the effort the U. S. Coast and Geodetic Survey is to instrument approximately 125 stations in all areas of the world. The objective is to provide standardized instrumentation capable of furnishing quantitative data for the studies of world seismicity, earthquake mechanism, seismic wave propagation and energy determinations.²⁹

O início da carta explicava a essência do que seria a World-Wide Standard Seismograph Network, declarando desde logo um objectivo claramente científico e de desenvolvimento técnico a partir do fornecimento de instrumentação padronizada capaz de fornecer dados quantitativos para os estudos de sismicidade mundial, mecanismos de terremotos, propagação de ondas sísmicas e determinações de energia. Explicava-se de seguida que os instrumentos consistiriam em três sismógrafos electromagnéticos de três componentes de curto período e outras três de componentes de longo período. Os sismógrafos seriam calibrados e as suas

²⁷ *Idem*, p. 759.

²⁸ *Idem*, p. 760.

²⁹ AIGUP – Carta do director do U. S. Coast and Geodetic Survey à direcção do IGUP, Washington D. C., 12.06.1960.

características seriam idênticas em cada uma das estações. Pretendia-se que o equipamento fosse atribuído não só às estações seleccionadas que em todas as regiões do mundo tivessem sido até então participantes activas e de confiança em trabalho sismológico, mas também a instituições que mostrassem forte potencial para investigação na área da sismologia e que pudessem dar “adequate assurances of seismic growth”³⁰.

É de seguida sublinhado que as estações recipientes teriam de fornecer um local que albergasse a estação, cofres para a instalação e material e energia necessários para a operação, além de futuramente assegurar pessoal operacional e fundos necessários para a manutenção do equipamento da estação. Deste modo, o U. S. Coast and Geodetic Survey (C&GS) propunha-se a oferecer equipamento e a sua instalação, salvaguardando que os gastos de manutenção e de operação que se seguissem ficariam ao cargo da estação recipiente.

All station directors will be requested to make their seismograms available to competent scientist and to send the originals or reproducible copies of each seismogram to the Coast and Geodetic Survey, where the seismograms would be available to all seismologists.³¹

Adiante, requeria-se às estações participantes que colocassem ao serviço do programa “cientistas competentes” e que os sismogramas obtidos através dos instrumentos pelo departamento americano oferecidos fossem remetidos ao U. S. Coast and Geodetic Survey para serem posteriormente disponibilizados a todos os sismologistas. Desde o primeiro momento de contacto com o IGUP, a missão é declaradamente científica e até cooperativa, uma vez que todos os sismólogos usufruiriam do programa. Claro está que “all seismologists” é uma definição de grupo algo lata que pouco deixa antever de facto que cientistas tomariam partido da informação reunida, se somente americanos, todos os envolvidos no projecto a nível mundial, ou se a informação seria efectivamente de acesso público sem restrições de consulta, parecendo esta última hipótese de menores viabilidade e coerência.

A carta continha como anexo³² um relatório da National Academy of Sciences acerca das diferentes fases do programa e um inquérito cujo objectivo era determinar “the interest and capabilities of seismograph stations for participation in this instrumentation program”³³, algo a decidir por um painel de sismólogos que seleccionariam as estações participantes. Ou seja, não se tratava ainda de um convite para participação no programa, mas para participação no concurso de selecção, pelo que se pode inferir que existiria um perfil algo específico que as

³⁰ *Idem.*

³¹ *Idem.*

³² Nenhum dos dois anexos se encontra no arquivo ao IGUP, ou foi identificado como tal.

³³ AIGUP – Carta do director do U. S. Coast and Geodetic Survey à direcção do IGUP, Washington D. C., 12.06.1960.

estações futuramente participantes na rede teriam de ter. A carta era assinada por “H. Arnold Karo, Rear Admiral, C&GS Director”.

Na resposta ao inquérito enviada pelo director do IGUP³⁴, não datada, referiam-se valores de aspectos técnicos da área da sismologia, a distância ao Oceano Atlântico de cerca de 5600m desde o edifício, situado nas coordenadas 08° 36’ 08’’ W G., 41° 08’ 19’’ N, e a acção do vento no local.

A equipa técnica era composta por quatro sismólogos³⁵: Dr. Artur de Vasconcelos Craveiro, licenciado em Ciências Matemáticas, primeiro meteorologista, com experiência suficiente, fazendo parte da equipa do Instituto há 25 anos; António Alves de Castro, segundo observador, com alguma experiência, fazendo parte da equipa do Instituto há 12 anos; João Lopes Pires, primeiro meteorologista assistente, com alguma experiência, fazendo parte da equipa do Instituto há 11 anos; e Manuel Alfredo Lopes de Passos Ribeiro, segundo meteorologista, com alguma experiência, fazendo parte da equipa do Instituto há 10 anos.

Dos sismógrafos tomavam conta Jorge Ramos de Pinas e Henrique Rodrigues Mendes, ambos segundos meteorologistas assistentes. O cargo de fabricante de instrumentos e de maquinista era ocupado por José da Cunha Teixeira.

O Professor Doutor Carlos de Azevedo Coutinho Braga, director do Instituto e professor catedrático da Universidade do Porto, escrevia ainda que o IGUP tinha espaço suficiente para albergar a instalação dos instrumentos e que seria apenas necessário fazer alguns arranjos que seguissem discriminados nos planos anexados. A aceitação dependeria do dinheiro que o Departamento Financeiro pudesse disponibilizar. A resposta definitiva ficava, pois, dependente da possibilidade de adquirir equipamento adicional e de autorização à mudança orçamental.

Demoraria alguns meses até que novidades viessem do U. S. Department of Commerce and Geodetic Survey, oito mais precisamente. A 21 de Fevereiro de 1961 havia já um maior pendor político na explicitação da criação da rede resultante do trabalho de um comité de sismólogos americanos “established in April 1960 by the National Academy of Sciences – a National Research Council to advise the United States Government in the establishment of an improved world-wide network of seismographs”³⁶. Tal surge, de certa maneira, no seguimento de algo que já vinha ganhando terreno desde os anos cinquenta: a tentativa de os cientistas terem alguma influência ou possibilidade de aconselhamento no tocante à acção política.

Consequently, in 1955, a number of the world’s leading seismologists proposed to the Governments of the USA, the UK, and the Soviet Union to set off four nuclear explosions

³⁴ AIGUP – Resposta ao inquérito enviado pelo U.S. Coast and Geodetic Survey, Vila Nova de Gaia, c. 1960.

³⁵ *Idem.*

³⁶ *Idem.*

purely for seismological research [...] While this proposal failed, it was the first major effort by seismologists to advocate the use of nuclear explosions for scientific purposes. Subsequently, in the 1960s, a number of nuclear explosions were set off as part of the Vela Uniform program specifically to test seismological theories.³⁷

Segundo esta carta, as 125 estações eram escolhidas com base na distribuição geográfica e na demonstração de interesse na investigação sismológica; assim se entende a escolha de Portugal, que provavelmente asseguraria a sua zona do globo e se deduz que o IGUP era tido como uma estação de grande qualidade e ambição científica.

Os objectivos do programa voltam a surgir novamente num enquadramento totalmente tecnológico e de desenvolvimento técnico. Pode-se ler que o propósito do programa era encorajar e manter um alto nível de interesse e cooperação internacionais no campo da sismologia, tendo em consideração a possibilidade de:

- a) Develop a better understanding of the world's seismicity, both to degree and nature of the source. A greater knowledge in this area may ultimately lead to improved prediction of destructive earthquakes.
- b) Develop a greatly improved knowledge of the world's crust and mantle, particularly with regard to the number, thickness, and nature of the major layers therein.
- c) Improve world knowledge of wave propagation characteristics through the earth, including the determination of accurate values for regional travel times.
- d) Provide much improved data for a comparison of all types of seismic waves.³⁸

Mesmo que “destructive earthquakes” se pudesse tratar de um eufemismo nuclear, o resto da carta de duas páginas é um compromisso científico de fazer crescer e vingar a sismologia. Não são declarados objectivos políticos e muito menos se menciona a Guerra Fria ou testes nucleares, que pareceram, à medida que se avançou nesta análise, mais a causa da criação da rede que um objectivo a ter em conta.

A carta terminava com a notícia de que o Instituto havia sido escolhido para participar no projecto e que o programa de instalação teria início no dia 1 de Julho de 1961, devendo estar já terminado e em funcionamento a partir do mês de Setembro de 1962. Os instrumentos seriam instalados por uma equipa enviada pelo U. S. Coast and Geodetic Survey, que, se necessário, formaria o pessoal do IGUP quanto à laboração dos instrumentos. Ficaria ao encargo do lado americano aspectos como autorizações de trabalho e a expedição de tudo quanto fosse essencial para a instalação.

A resposta do director do IGUP, cuja data de envio não aparece na respectiva carta, era de agradecimento cauteloso, devido a estar dependente “on our being duly authorized by the

³⁷ BARTH – *op. cit.*, p. 748.

³⁸ AIGUP – Carta do director do U. S: Coast and Geodetic Survey a Carlos Coutinho Braga, Washington D. C., 21.02.1961.

respective State Department and granted the necessary funds”³⁹. Carlos Coutinho Braga não augurava uma resposta breve, uma vez que o IGUP continuava a necessitar de obter dinheiro para a construção do *bunker* em que o equipamento seria instalado e alguns milhares de escudos por mês para manutenção da estação, que seriam gastos em papel de registo e energia eléctrica, por exemplo. Indirectamente, deste modo se afirmava a necessidade de informar as instituições das quais dependia o Instituto quanto à presença da rede americana em Portugal.

Nesta sintonia, a 27 de Março de 1961, Carlos Coutinho Braga, em duas páginas enviadas ao “Exmo. Senhor Reitor da Universidade do Porto”, dava a notícia da selecção do Instituto como estação recipiente da rede WWSSN. Explicava sumariamente o projecto, como este surgira e quais os seus objectivos, pedindo “a V. Ex.^a para, junto das entidades competentes se dignar providenciar que seja concedida a indispensável autorização para se aceitar o material em causa”⁴⁰. Mais que isso, era requerido ao reitor que transmitisse superiormente que para o efeito seria necessária uma autorização do Ministério das Obras Públicas para construção de uma dependência no terreno do Instituto para instalação do equipamento, uma verba inscrita no Orçamento Geral do Estado para aquisição de artigos necessários à investigação de, pelo menos, 4000 escudos mensais, e uma maior verba do que aquela de que o Instituto usufruía então para despesas com água, luz, aquecimento e limpeza de pelo menos 800 escudos mensais, “a bem da Nação”. A 5 de Julho o reitor reenviava um officio da Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes que comunicava que “por despachos de Sua Ex.^a o Ministro da Educação Nacional e de Sua Ex.^a o Ministro das Finanças [...] foram aceites para o Estado os seis componentes de sismómetro, respectivos registadores e todo o material acessório que a Academia das Ciências dos Estados Unidos da América do Norte pretende oferecer ao Instituto Geofísico dessa Universidade”⁴¹. Os pedidos de revisão orçamental e de aumento de verbas não ficariam por aqui. Os custos mostrar-se-iam crescentes à medida que o tempo passava, pois mais pedidos foram feitos em 1962, a 12 de Janeiro, a 5 de Abril, a 11 de Maio e a 12 de Outubro, relacionados com gastos em papel registador, energia, transporte de material e carências associadas à construção da dependência para os sismógrafos, entre outros aspectos administrativos.

É de realçar o valoroso papel que o reitor da Universidade do Porto representou como intermediário entre o IGUP e as devidas entidades, tornando mais célere e profícuo o processo de decisão. A mesma relevância se pode conferir à reitoria, em virtude de, a partir do momento em que toma conhecimento do projecto, servir de agente no seu desenvolvimento.

³⁹ AIGUP – Carta de Carlos Coutinho Braga ao director do U. S. Coast and Geodetic Survey, Vila Nova de Gaia, c. Fevereiro de 1961.

⁴⁰ AIGUP – Carta de Carlos Coutinho Braga ao Reitor da Universidade do Porto, Vila Nova de Gaia, 27.03.1961.

⁴¹ AIGUP – Carta do Reitor da Universidade do Porto a Carlos Coutinho Braga, Porto, 05.07.1961.

Outrossim, mais do que meramente informar organismos do Estado português, a rede implicaria solicitações formais ao Ministério das Obras Públicas e, idealmente, alterações no Orçamento de Estado, numa decisão a ser tomada pelos Ministros das Finanças e da Educação Nacional. Decorre daqui que o Governo teve conhecimento da instalação da rede americana em Portugal e que não terão sido colocados entraves substanciais à instalação. Com efeito, a partir de 1961, a situação política entre Portugal e os Estados Unidos da América esfriava, mas as disputas que o Estado português pudesse ter com os EUA, devido à questão colonial e pelos conflitos da descolonização, não manchavam o avanço da ciência nacional.

3. A disputa com Lisboa

Tratados os problemas iniciais, outro surgia em Julho de 1961. Robert A. Earle, chefe do C&GS de divisão de Geofísica, envia uma carta dirigida ao Professor H. Amorim Ferreira, director do Serviço Meteorológico Nacional, da qual enviou uma cópia também para Carlos Coutinho Braga. O C&GS pedia ao Serviço Meteorológico Nacional para escolher uma estação em Portugal que recebesse um conjunto de sismógrafos⁴², porquanto o director teria respondido ao mesmo questionário a que o director do IGUP respondera, declarando, no entanto, que preferia que a estação receptora fosse a de Lisboa.

Após a aprovação do governo português para que o projecto fosse empreendido no Porto, uma nova decisão tinha de ser tomada acerca de qual das duas instituições deveria acolher o programa, dado que apenas uma estação podia ser instalada no país. Consequentemente, Robert A. Earle pedia que os dois directores chegassem a um acordo amigável sobre qual das estações seria a representante de Portugal no programa internacional.

A vontade que Carlos Coutinho Braga demonstra na sua exposição dos assuntos ao director do Serviço Meteorológico Nacional de 2 Agosto de 1961 deixa entrever o desejo de que o IGUP fosse o recipiente português da estação americana. Após descrever tudo o que acontecera até então, o convite, os pedidos e a resposta já recebida que cria ser final, a sua missiva termina do seguinte modo:

Nestas condições agradecia a V. Ex^a se digne informar-me do que entender por conveniente na certeza de que muito gostaria de chegar a uma solução amigável embora tanto eu, como Director do Instituto Geofísico, bem assim o Conselho Escolar da Faculdade de Ciências do Porto insistem em não modificar o que já está decidido pelas instâncias superiores.⁴³

A contenda que principiava foi intervalada por uma visita de um enviado do U. S. Coast and Geodetic Survey, Dr. William Green. O director do IGUP, numa carta de 10 de Novembro,

⁴² AIGUP – Carta do director do U. S. Coast and Geodetic Survey ao director do Serviço Meteorológico Nacional, H. Amorim Ferreira, Washington D. C., 25.07.1961.

⁴³ *Idem*.

agradecia a visita ao Instituto e informava o departamento americano de que se concluíra na visita de Dr. Green que apenas três meses seriam necessários para a construção do *bunker* em que se instalariam os sismógrafos e que o início da construção dependia só da confirmação de que os instrumentos seriam efectivamente lá instalados⁴⁴. E o director português não via por que motivo a confirmação não haveria de ser dada.

As to this matter I don't think that any doubt may arise, as Dr. Green has recognized himself, that Oporto is the quietest place in relation to the quantity of noise (granitic region). In connection with the necessary people to work with the instruments I don't think any problem will occur.⁴⁵

A partir destas asserções, é conspícuo que os esforços de conversação e a defesa activa da sua instituição mostram que Carlos Braga Coutinho ficara realmente agradado com a oferta e que muito desejava que a estação fosse instalada na Serra do Pilar. Não há nas cartas qualquer palavra que contradiga uma vontade evidente de levar a cabo o projecto, o que não é de estranhar – a maior potência mundial à época oferecia equipamento de ponta e a possibilidade de participar num projecto à escala internacional que prometia ser uma mudança no papel da sismologia mundialmente. Ademais, o IGUP não perderia exactamente autonomia, dado que parte significativa do orçamento permaneceria sob controlo português e os técnicos seriam “os da casa”.

A cereja no topo de bolo chegava por correio a 30 de Novembro de 1962. Robert A. Earle enviava uma carta e a sua cópia aos respectivos directores das instituições em competição. O conteúdo esclarece que os directores portugueses não haviam chegado a um acordo e que um pedido tinha sido feito ao U. S. Coast and Geodetic Survey para que fosse o departamento a decidir. A escolha, declarava, havia recaído sobre o IGUP, pelas seguintes razões:

- a) The observatory at Serra do Pilar is more isolated from the artificial disturbances of the city than is the site at Lisbon.
- b) The geological foundation promises to be more stable seismically.
- c) They plan to construct a new vault suitable for housing the standard system. As you have assured us, Dr. Braga's staff, though small, is very competent and interested in seismology.⁴⁶

Porto era eleito em detrimento de Lisboa pelo seu maior isolamento da agitação cidadina, pelo material geológico mais estável sismologicamente e pela prontidão para construir uma espécie de cofre ou forte que servisse de lugar de funcionamento da estação, entregue a cientistas competentes e muito interessados em sismologia. A 6 de Dezembro, Carlos Coutinho

⁴⁴ AIGUP – Carta de Carlos Coutinho Braga ao director do U. S. Coast and Geodetic Survey, Vila Nova de Gaia, 10.11.1961.

⁴⁵ *Idem*.

⁴⁶ AIGUP – Cópia da carta do director do U. S. Coast and Geodetic Survey ao director do Serviço Nacional de Meteorologia, Washington D. C, 30.11.1961.

Braga informava o reitor da Universidade do Porto ser definitiva e estar assegurada a instalação dos aparelhos no Instituto, fazendo também saber que pedira à Direcção dos Edifícios do Norte que se iniciasse o “quanto antes a construção das dependências”⁴⁷ para instalação da aparelhagem.

4. Do papel à realidade

Uma vez pronta a construção da dita dependência, faltava um passo para ultimar a recepção do material dado pelo departamento americano: conseguir a “isenção de direitos e de mais imposições para os seis componentes de sismómetro [...], respectivos registadores e todo o material acessório”⁴⁸, pedido que é feito ao reitor a 9 de Março de 1962, para que o transmitisse ao Ministro das Finanças. A isenção era concedida a 1 de Maio. Mais uma vez, o poder estatal permitia a “penetração” de uma rede americana em Portugal. De todos os quadrantes envolvidos, a reacção é, pelo menos segundo os documentos oficiais, sempre positiva e a acção tão célere quanto possível. De igual modo, a 21 do mesmo mês⁴⁹, o Ministério das Obras Públicas, através da Direcção dos Serviços de Construção e da Direcção dos Edifícios do Norte, abria um concurso público para arrematação da empreitada da construção para albergar os sismógrafos americanos, que seria, em Julho, adjudicada a Serafim da Silva Carvalho⁵⁰. Os planos da construção foram depois enviados ao U. S. Coast and Geodetic Survey e bastante bem recebidos da parte americana. Numa carta de 27 de Julho, Robert A. Earle escrevia “The plans are excellent and we look forward to installing your new instruments”⁵¹.

O equipamento abandonava solo americano na primeira semana de Novembro e chegava a Vila Nova de Gaia a 12 de Dezembro. Três meses depois, o projecto avançava com grande sucesso.

É com imenso prazer que comunico a V. Ex^a que a equipa de técnicos americanos que se encontra aqui procedendo à instalação da estação sismológica oferecida a este Instituto pelo Governo dos Estados-Unidos e que é constituída pelos geofísicos srs. William Chapman e Bryant Hill, se têm referido à construção do edifício feita através da Direcção em que V. Ex^a proficientemente orienta, nos termos mais elogiosos. Manifestaram mesmo os referidos geofísicos o seu muito interesse na obtenção de uma cópia do projecto respectivo que poderia, segundo eles nos disseram, vir a servir de modelo para futuras estações.⁵²

Não se sabe ao certo quando ficou a estação pronta; sabe-se, sim, que a 26 Março, o Governador Civil do Porto, João de Brito Cunha, era obrigado a declinar o convite para visitar

⁴⁷ AIGUP – Carta de Carlos Coutinho Braga ao Reitor da Universidade do Porto, Vila Nova de Gaia, 06.12.1961.

⁴⁸ AIGUP – Carta de Carlos Coutinho Braga ao Reitor da Universidade do Porto, Vila Nova de Gaia, 09.03.1962.

⁴⁹ AIGUP – Edictal do concurso público para arrematação da empreitada da construção no IGUP, Lisboa, 21.03.1962.

⁵⁰ AIGUP – Carta do director dos Edifícios Nacionais do Norte a Carlos Coutinho Braga, Porto, 18.07.1962.

⁵¹ AIGUP – Carta do director do U.S. Coast and Geodetic Survey a Carlos Coutinho Braga, Washington D. C., 27.07.1962.

⁵² AIGUP - Carta de Carlos Coutinho Braga ao Director dos Edifícios Nacionais do Norte, Vila Nova de Gaia, 08.03.1963.

a nova estação sismológica “em virtude de nesse dia estar em Lisboa em serviço oficial”⁵³, e que, no dia 29 desse mês, o Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian agradecia o mesmo convite, desta feita aceitando-o⁵⁴.

O modo de envio dos sismogramas obtidos a partir dos instrumentos americanos é clarificado numa carta de 27 de Março de 1963⁵⁵, em que o U. S. Coast and Geodetic Survey, na pessoa de Robert A. Earle, enviava mais etiquetas já com franquia assegurada para serem usadas no despacho aéreo dos registos sismográficos.

Carlos Coutinho Braga, cuja actuação enquanto director do IGUP compreendeu o período entre 1959 e 1969, escreveria, nesse último ano, uma espécie de memória sobre o IGUP enquanto instituição científica, fazendo no seu livro saber que a estação, “constituída por 3 componentes de sismómetro de “curto período” (componentes “Vertical”, “N-S” e “E-W”) e por outras tantas componentes de sismómetro de “longo período” (também “Vertical”, “N-S” e “E-W”)”⁵⁶, entrava em funcionamento no dia 1 de Abril de 1963. “Due to unique geological conditions, station nº 91 (code name PTO) was installed in 1963 [...] and, apart from this one, there was only one station in the Iberian Peninsula, in Toledo”⁵⁷.

Conclusão

Dois anos depois, em Dezembro de 1965, um diferente director do U. S. Coast and Geodetic Survey, James C. Tison, Jr., concedia título de propriedade do sismógrafo pelo departamento oferecido ao IGUP. A oferta inicial era então oficializada na sua plenitude, algo possível graças à participação de “well over 100 stations in operation”⁵⁸. O beneplácito pela condução do projecto na estação portuguesa mantinha-se e era reiterado.

Let us also express our appreciation for the high-quality operation maintained by you and your colleagues. We feel that the contributions by observatories participating in the program will result in a continuous upgrading of data, and the science of seismology will benefit accordingly.⁵⁹

A carta fazia-se acompanhar por um certificado de título concedido à estação PTO nº 91⁶⁰ pelo Department of Commerce – Coast and Geodetic Survey. A tónica é mais uma vez colocada nos resultados obtidos a nível de dados sismológicos possibilitadores de um

⁵³ AIGUP – Carta do Governo Civil do Porto a Carlos Coutinho Braga, Porto, 26.03.1963.

⁵⁴ AIGUP – Carta do Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian a Carlos Coutinho Braga, Lisboa, 29.03.1963.

⁵⁵ Carta do director do U. S. Coast and Geodetic Survey a Carlos Coutinho Braga, Washington D. C., 27.03.1963.

⁵⁶ BRAGA – *op. cit.*, p. 337.

⁵⁷ MONTEIRO; SOARES – *op. cit.*, p. 20.

⁵⁸ AIGUP – Carta do director do U. S. Coast and Geodetic Survey a Carlos Coutinho Braga, Washington D. C., 09.12.1965.

⁵⁹ *Idem.*

⁶⁰ AIGUP – Certificado de título outorgado pelo U. S. Coast and Geodetic Survey, Washington D. C., 09.12.1965.

aprofundamento da investigação em sismologia – todo o planeamento e investimento resultava de uma enorme vontade por parte dos americanos, depois secundada pelas estações participantes, de fazer progredir esta área, cuja compreensão permitiu também o desenvolvimento da geologia, da física, da química, da matemática, e de diferentes ramos da tecnologia. Efectivamente, a Guerra Fria podia ter despoletado esta corrida científica, mas era também a causa de um crescimento que se tornaria autónomo, podendo-se dizer que “contribuiu decisivamente para a emergência de uma política científica, mas também para a divulgação das boas práticas de ciência e tecnologia entre nós”⁶¹. Considera-se que é, nesta sintonia, possível que o real objectivo da rede WWSSN em Portugal se prendesse com uma crença na “ciência pela ciência”, e até que tenha havido um aproveitamento científico de um fenómeno que é na sua génese geopolítico.

Mais se desejaria acrescentar acerca da história da rede em Portugal. Do exposto nestas páginas, retira-se a escolha do IGUP como local ideal para albergar uma das 120 estações sismológicas do programa americano, os contratempos à execução da operação, o formato em que funcionou a estação e os nomes que a fizeram merecer o sucesso do qual gozou.

Itera-se que este estudo foi centrado no Instituto Geofísico da Universidade do Porto e limitado pela documentação existente, e que, por esse motivo, só ficará verdadeiramente completo quando comparado com exercícios semelhantes que tenham por objecto outras estações da rede e, sobretudo, se vier a ser possível aceder a documentação que permanece do lado americano. Mais se acrescenta que algumas ambições desta investigação não foram atendidas pelas circunstâncias actuais. O coronavírus SARS-CoV-2 fechou as portas aos arquivos indispensáveis ao ofício de historiador, e, conseqüentemente, fechou também as portas à possibilidade de aprofundar o impacte da nova faceta do Instituto Geofísico na comunicação social coeva, se é que algum impacte existiu. Desta feita, a esperança é a de visitar este trabalho mais tarde com a intenção de o terminar realmente e de apresentar uma narrativa mais plena.

Por último, sublinha-se que o Instituto Geofísico da Universidade do Porto continua em actividade, como espaço complementar do ensino científico universitário, casa de uma estação climatológica secular, posto de investigação e museu temático de Ciência. No seu recinto permanece o *bunker* com a estação sismológica criada no âmbito da World-Wide Standard Seismograph Network. Resta aconselhar a visita para testemunhar em primeira mão este monumento da história da ciência nacional e esperar que mais explanações surjam, pois a pluralidade de olhares críticos não pode ser senão uma mais valia.

⁶¹ GAGO [et al.] – *op. cit.*, p. 491.

Fontes

Arquivo do Instituto Geofísico da Universidade do Porto, documentos administrativos que compreendem o intervalo temporal de 1960 a 1965.

Bibliografia

BARTH, Kai-Henrik – “The Politics of Seismology: Nuclear Testing, Arms Control, and the Transformation of a Discipline”. *Social Studies of Science*. [Em Linha] Canadá: Queen’s University. Vol. 33, nº 5 (2003), pp. 743-781. Disponível em WWW:<URL:<<https://www.jstor.org/stable/3183067>>>.

BRAGA, Carlos Coutinho – *Instituto Geofísico: Esboço Histórico*. Porto: Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, 1969.

GADDIS, John Lewis – *A Guerra Fria*. Lisboa: Edições 70, 2007.

GAGO, José Mariano [et al.] – “A Ciência e a Defesa em Portugal – Elementos para uma agenda de estudos futuros”. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) – *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004. Vol. 5, pp. 481-533.

HOBBSAWM, Eric – *Age of Extremes: The Short Twentieth Century, 1914-1991*. Londres: Abacus, 1995.

MACHADO, Álvaro R. – *Observatório da Serra do Pilar: breves notas históricas, estado actual, desenvolvimento*. Porto: Publicações do Observatório da Serra do Pilar, 1929.

MONTEIRO, Marisa L.; SOARES, Miguel F. O. – “Meteorological (and other) Instruments Revealed: The Collection of the Geophysical Institute of Porto University”. *Bulletin of the Scientific Instrument Society*. Londres: Scientific Instrument Society. Nº 104 (2010), pp. 17-21.

PETERSON, Jon; HUTT, C. R. – *World-Wide Standardized Seismograph Network: A Data Users Guide*. Virgínia, Estados Unidos da América: United States Geological Survey, 2014, Open-File Report 2014-1218.

SANT’OVAIA, Helena; MOURA, Rui – “Instituto Geofísico da Universidade do Porto: Passado e Futuro”. *Geocore: Revista do Núcleo de Geologia do Porto*. Porto: Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Nº 2 (2017), pp. 10-12.

SANTOS, Augusto Silva Lima Gomes dos – *O arquivo do Instituto Geofísico (Observatório Meteorológico da Serra do Pilar) da Universidade do Porto—um estudo sistémico*. [Em Linha] Porto: Universidade do Porto, 2020. Relatório de Estágio. [Consult. 18 Maio 2021]. Disponível em WWW:<URL:<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/130760>>.

TEIXEIRA, Nuno Severiano – “Portugal e a Guerra Fria”, in BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) – *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004. Vol. 4, pp. 56-67.

TELO, António José – “Os Anos da NATO (1946-1959)”, in BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) – *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004. Vol. 4, pp. 435-462.

A Revolução Cubana na imprensa comunista portuguesa (1959-1964)

João Vítor Mendes Freitas

joaovitorsm3@hotmail.com

Resumo

A Revolução Cubana de 1959 teve grande impacto no seio do movimento comunista internacional. Em Portugal, esse movimento manifesta-se na luta clandestina contra a ditadura salazarista. Procura o presente artigo observar e compreender as relações entre Cuba, nos primeiros anos da sua revolução, e o Partido Comunista Português, através da análise do seu meio clandestino de propaganda, o jornal *Avante!*.

Palavras-chave: clandestino, Cuba, revolução, comunista, imprensa, propaganda.

Abstract

The Cuban Revolution had a great impact inside the international communist movement. In Portugal, that movement manifested itself through the clandestine fight against the salazarist dictatorship, The present article seeks to observe and comprehend the relations between Cuba, in the first years of the revolution, and the Portuguese Communist Party, through the analysis of it's clandestine vehicle of propaganda, the *Avante!* Newspaper.

Keywords: clandestine, Cuba, revolution, communist, media, propaganda.

Abreviaturas:

CIA – Central Intelligence Agency.

EUA – Estados Unidos da América

PCC – Partido Comunista Chinês.

PCP – Partido Comunista Português.

PCUS – Partido Comunista da União Soviética.

PSP – Partido Socialista Popular.

URSS - União das Repúblicas Soviéticas Socialistas.

Introdução

A sua confiança profunda na classe operária e na juventude, sua firmeza de que a grande causa da emancipação social e do comunismo triunfará pela luta dos trabalhadores e dos povos e a sua solidariedade internacionalista, sua convicção inabalável no marxismo-leninismo e no internacionalismo proletário, no papel indispensável do Partido Comunista, a sua grande e rica obra como autor, fazem parte da herança de todo o movimento comunista internacional.

— Fidel Castro, sobre a morte de Álvaro Cunhal, 2005¹

O movimento de guerrilha liderado pelo Movimento 26 de Julho de Fidel Castro era constituído, inicialmente, por um pequeno grupo de guerrilheiros refugiados na Sierra Maestra, na extremidade oriental da ilha de Cuba. Estes lideraram, durante anos, a luta armada através de uma guerra de guerrilha que, com massivo apoio popular, conquistaria o poder no dia 1 de janeiro de 1959, com a destituição de Fulgencio Batista. Era o início do que seria uma revolução socialista debaixo do nariz dos Estados Unidos, algo que estes dificilmente poderiam tolerar.

Acontece que, em Portugal, uma aguerrida oposição ao regime de Salazar (liderada principalmente pelo clandestino Partido Comunista Português) ansiava também por uma revolução. É apenas natural que os comunistas portugueses olhassem com admiração para o sucedido em Cuba. E se as aspirações dos guerrilheiros armados que lutavam nas selvas tropicais cubanas eram, de certo modo, semelhantes às dos comunistas portugueses que operavam na clandestinidade, certamente os seus métodos eram bem diferentes. Enquanto que o Movimento 26 de Julho lutava com balas, o Partido Comunista Português lutava com as palavras. O jornal clandestino *Avante!* teria um papel de destaque na organização da luta contra o regime fascista do Estado Novo, da mesma maneira que terá um papel de destaque em qualquer investigação sobre a história do Partido Comunista Português, pois será a principal fonte de propaganda do partido e, como tal, a principal fonte de informação sobre as posições do mesmo.

Assim, esta investigação terá o objetivo de analisar as relações do Partido Comunista Português com a Revolução Cubana nos primeiros anos da sua existência, bem como a evolução da sua posição ao longo deste período. Para isto, o *Avante!* demonstrar-se-á ser a principal fonte de informação. Já que, por questões metodológicas, a precisão cronológica é sempre necessária, o período escolhido vai estar compreendido entre a destituição de Fulgencio Batista, no dia 1 de janeiro de 1959, e a visita de Álvaro Cunhal a Cuba, em Maio de 1964. Reconheço que terminar esta investigação no período da Crise dos Mísseis de 1962 seria uma escolha mais óbvia, já que o episódio representa um claro momento de rutura nas relações internacionais cubanas, no entanto, isso deixaria de fora as repercussões que a Crise dos Mísseis representaria

¹ “Mensagens de pesar e condolências de personalidades estrangeiras”. *Avante!*, n.º 1647, 23 de junho de 2005.

nas páginas do jornal clandestino português, e que se iriam estender pelo menos até ao ano de 1964, como iremos ver.

1. Questões de Investigação

Para percebermos a natureza das questões que vão ser colocadas nesta investigação, é necessário primeiro perceber a natureza da principal fonte de informação, o jornal clandestino *Avante!*. Este é um jornal que, pela sua condição de clandestinidade, sofre de duas limitações impossíveis de contornar: a reduzida dimensão das suas edições bem como a regularidade destas, visto que a perseguição sobre os seus autores, tipógrafos e distribuidores por parte da polícia política o limitava a nada mais que uma edição mensal (e, em certos períodos, menos do que isso). Para o contexto desta investigação é importante destacar que o *Avante!* e as escassas páginas em que consistia a sua publicação tinham como propósito final, para além de manter os seus próprios militantes informados sobre as posições do Partido, lançar a propaganda no seio do operariado português, pelo que a grande maioria dos seus artigos têm como foco as questões nacionais e a oposição ao regime, relatando greves, manifestações, boicotes etc. Como tal, por não servirem um papel tão impactante na máquina de propaganda antisalazarista, os artigos relativos às questões internacionais são mais esporádicos e quase sempre com atenção às movimentações da União Soviética e do bloco socialista (em relação aos quais o partido mantinha uma inevitável intimidade a nível ideológico e político).

Tendo isto em conta, é necessário colocar algumas questões sobre a posição da Revolução Cubana nas páginas do *Avante!*: Qual é a regularidade da sua invocação, e para que propósito? Em que contextos surge e de que maneira é retratada? Mais importante: irá o *Avante!* dar mais destaque a Cuba depois da Crise dos mísseis e depois da sua consequente aproximação do bloco soviético?

2. As inconsistências ideológicas de Fidel Castro nos primeiros anos da revolução

Antes de partirmos para a análise das menções a Cuba no jornal *Avante!*, é necessário perceber algumas coisas sobre a natureza e a evolução das intenções do Movimento 26 de Julho.

Aquando da guerra de guerrilha, os militantes do Movimento 26 de Julho muito pouco tinham de comunistas. Aliás, embora certamente radicais, muito pouco tinham de qualquer orientação ideológica. De facto, a única ideologia que vai marcar o movimento de guerrilha cubano de forma consistente durante toda a sua história é o anti-imperialismo, com Fidel Castro e seus companheiros a olharem com indiscutível admiração para os tradicionais libertadores

latino-americanos, como o venezuelano Simón Bolívar ou o cubano José Martí. A ausência de um programa económico socialista por parte de Fidel Castro iria de resto causar desentendimentos entre o Movimento 26 de Julho e o Partido Socialista Popular, o partido cubano pertencente à III Internacional Comunista. No entanto, não há dúvidas de que nos Estados Unidos a orientação ideológica das guerrilhas cubanas era certamente discutida, e caberia à CIA decidir se se tratava de uma insurreição comunista ou não. Certamente, numa primeira instância, decidiu que não era o caso, já que permitiu a tomada do poder por parte de Fidel Castro sem oposição relevante.²

Este provar-se-ia um erro tremendo, já que, mesmo antes do sucesso de Fidel Castro, não faltavam indicadores de que o movimento certamente olhava com desconfiança para os Estados Unidos da América. Poder-se-ia assumir o contrário após uma visita de Fidel Castro a Nova Iorque em abril de 1959, mas o facto é que esta não significou mais do que uma tentativa falhada por parte do governo americano de comprar o apoio de Fidel, com propostas que ele não recusaria, mas que não se mostrou pronto a discutir.³ Aliás, o imperialismo dos Estados Unidos em relação à América Latina, aliado às políticas anticomunistas americanas da época, poderia ser suficiente para levar os guerrilheiros anti-imperialistas cubanos a olharem com mais admiração para o marxismo. No entanto, é a polarização política da Guerra Fria que cumpre essa tarefa, já que, se a Revolução Cubana antagonizou os Estados Unidos (nem que fosse ao ameaçar os investimentos americanos em território cubano), certamente esse era também o caminho mais rápido para ganhar o necessário apoio por parte da União Soviética.⁴

E ainda assim há que perceber que embora o socialismo estivesse longe de ser o objetivo consciente de Fidel Castro, este é aplicado em Cuba não apenas devido à consciência ideológica dos guerrilheiros transformados em governantes, mas sim porque a necessidade de agir contra o imperialismo e contra os atrasos sociais e económicos herdados do moribundo regime de Batista exigia a aplicação de medidas socialistas, mesmo que Fidel na altura não as percebesse como tal. Nomeadamente a construção de habitação e escolas, a organização de agregados agrícolas cooperativistas ou geridos estatalmente e o planeamento de um processo de industrialização, especialmente na agricultura. Foi a experiência, e não a doutrina, que fez de Cuba um país socialista.⁵ Afinal, não é por acaso que a CIA, em 1960, se apressou a agir sobre Cuba como se de um país comunista se tratasse, muito antes de Fidel se aperceber sequer que

² HOBBSAWM, Eric – “The Cuban Revolution and It’s Aftermath”. In *Viva La revolución*. Londres: Abacus, 2016. p. 261

³ BOLINE, Nicholas V. - "Fidel Castro's Grand Strategy in the Cuban Revolution: 1959-1968," *Papers & Publications: Interdisciplinary Journal of Undergraduate Research*. Lexington. Vol. 4, 14 (2015).

⁴ HOBBSAWM, Eric - *The Cuban Revolution and It’s Aftermath...* p. 262

⁵ HOBBSAWM, Eric – “Cuban Prospects”. In *Viva La revolución...* p.31

a revolução que estava de facto a construir era de cariz socialista, e que, como é lógico, isso não seria tolerado pelos americanos. Não é acaso também que, no mesmo momento em que os EUA se moveram para destruir a Revolução Cubana, a União Soviética se moveu para a defender, com o fornecimento de tanques T-34 que representariam um papel crucial na batalha da Baía dos Porcos.⁶

2.1. O Partido Socialista Popular e o seu papel no processo revolucionário

Para perceber as divergências fundamentais entre o Movimento 26 de Julho e o movimento comunista internacional (ao qual pertencia o Partido Comunista Português) nos primeiros anos da revolução é necessário perceber as divergências entre Fidel Castro e o Partido Socialista Popular (PSP), ligado a dito movimento.

A verdade é que o PSP, pelo menos desde a década de 1920, havia desistido da visão romântica de uma insurreição armada em larga escala no território cubano. Aliás, é impossível censurá-lo, já que nem os mais esperançosos dos comunistas poderiam crer na viabilização de uma solução comunista num país localizado a tão pouca distância dos EUA. O primeiro momento de tensão entre Fidel Castro e o PSP surgira ainda antes da formação do movimento de guerrilha e remonta a 1953, quando Fidel organizou um golpe protagonizado por cerca de 100 jovens académicos às fortalezas militares do Oriente. O golpe fracassaria tragicamente e o Partido Socialista Popular apelidaria os seus organizadores de terroristas, reforçando a ideia de que os meios legais seriam o único caminho viável para a conquista de direitos e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Com a realização do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, o PSP adotaria rapidamente a linha anti-estalinista de Khrushchev e demonstraria o seu apoio à nova linha de coexistência pacífica proposta pelo mesmo. Este seria o principal ponto de cisão entre o PSP e o Movimento de 26 de Julho. Não obstante, após o desembarque dos cerca de oitenta guerrilheiros cubanos liderados por Fidel Castro na extremidade oriental da ilha cubana, o PSP mudaria a sua posição, reconhecendo a importância da luta de guerrilha, mas apostando numa estratégia alternativa assente na organização de pesadas greves. Este seria, no entanto, o início da colaboração dos dois movimentos, chegando o PSP, já perto do fim da insurreição de Fidel Castro a reavaliar os seus critérios e a colaborar, em alguns momentos pontuais, com a luta de guerrilha, oferecendo apoio à frente liderada por Camilo Cienfuegos e colaborando no sucesso das operações lideradas por Che Guevara.⁷ No

⁶ ALEKSEEV, Aleksandr Ivanovich - *Interview with A. I. (Aleksandr Ivanovich) Alekseev, 1986*. [Em Linha] Boston: WGBH Educational Foundation, 1986.

⁷ MASSÓN SENA, Caridad – “Los Comunistas Cubanos y Las Luchas Por El Poder Em Los Años 50”. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*. [Em Linha] Brasília. Vol. 7, nº 2 (2013). p. 249.

entanto, é difícil negar que a sua participação tenha sido mais do que residual, visto que apenas começou quando a guerra estava praticamente ganha.

Apesar disso, e como o próprio Che Guevara escreveria, a cooperação total entre o Partido Socialista Popular e o Movimento 26 de Julho fora impossível devido à incapacidade por parte do primeiro em reconhecer de forma clara o papel da guerrilha e de Fidel na ofensiva revolucionária. A verdade é que os comunistas cubanos tinham uma percepção que se viria a provar irrealista da forma como a luta contra o regime de Batista deveria funcionar, influenciada em grande parte pelos métodos reformistas que dominavam o movimento comunista internacional. E se havia coisa que Fidel Castro percebia é que esses métodos eram incompatíveis com as condições particulares de Cuba. De resto, a desconfiança que o PSP tinha em relação a Fidel provinha também do sectarismo proveniente de anos de isolamento político em relação a outros movimentos de oposição a Batista. É importante também sublinhar que, de igual forma, Fidel Castro nutria um certo (e justificado) nível de desconfiança em relação aos comunistas, devido à aliança política que estes haviam realizado e que ajudara a levar Batista ao poder em 1940. Também o inegável distanciamento por parte do PSP em relação às massas trabalhadoras rurais originou uma cisão entre os dois movimentos.⁸

No entanto, o PSP será o movimento de vanguarda anti-imperialista reconhecido pelo Partido Comunista Português, que, seguindo também a linha soviética, acreditava nos métodos reformistas que haviam condenado os comunistas cubanos ao fracasso. Isso teve, sem dúvida, reflexo no retrato que o PCP pintaria da Revolução Cubana nos primeiros anos da sua existência.

3. A Revolução Cubana ausente das páginas do *Avante!* (1959-1961)

A primeira referência à Revolução Cubana no *Avante!* ocorre em Abril de 1959, e será a única nesse ano. Surge na quarta página (numa edição com a generosa dimensão de seis páginas, que com certeza é um número acima da média) e ocupa nesta um lugar de destaque, sob o título “CUBA, a luta de todo um povo derrubou o ditador odiado”. Esta é uma edição de vital importância no nosso estudo. Nela, o *Avante!* estabelece uma relação de empatia com a Revolução Cubana e expõe a queda de Fulgencio Batista como um exemplo a seguir pelo povo português, enunciando semelhanças entre o governo do ex-ditador cubano e o regime fascista que governava Portugal. Num período em que a União Soviética ainda pouco ou nada sabia acerca das inclinações de Fidel Castro no contexto da Guerra Fria.⁹ Isto por si só revela um certo nível de independência da propaganda do Partido Comunista Português em relação às

⁸ MASSÓN SENA, Caridad – “Los Comunistas Cubanos y Las Luchas Por El Poder Em Los Años 50”... p. 252.

⁹ HOBSBAWM, Eric - The Cuban Revolution and It's Aftermath... p. 262

políticas da URSS, reconhecendo à Revolução Cubana o papel de destaque na luta anti-imperialista. No entanto, e é impossível ignorar a referência que o artigo, já quase no fim, faz ao Partido Socialista Popular, destacando o seu papel “de grande importância”¹⁰ para o sucesso da Revolução Cubana. Como já vimos antes, isto representa um claro exagero (consciente ou não) da participação comunista nos conflitos de guerrilha, provando que o Partido Comunista Português reconhecia, sim, o valor do movimento de Fidel Castro na libertação do povo cubano, mas não hesitaria em utilizá-lo como propaganda da causa comunista.

Já o ano de 1960 inicia-se com duas referências no *Avante!* relativas a Cuba, ambas na primeira publicação do ano, na crónica internacional localizada na última página do jornal. Aqui a publicação (que nada mais é que uma revisão dos eventos do ano anterior) destaca a revolução do Movimento 26 de Julho como um dos êxitos que deram início ao ano de 1959, juntamente com o lançamento do satélite Lunik 1 por parte da União Soviética. Em seguida, exalta o carácter anti-imperialista da insurreição e refere a ampla reforma agrária conduzida pelo governo revolucionário, apresentando-a como um exemplo do “alargamento e aprofundamento da luta dos povos coloniais e independentes” e da “luta dos povos da América Latina”¹¹. Estas são referências curtas, mas vale destacar que grande parte desta edição de janeiro de 1960 é dedicada à fuga de Álvaro Cunhal da prisão de Peniche, que acontecera na noite de Ano Novo. A própria natureza do *Avante!* fará com que o jornal ofereça destaque a este tipo de questões, tanto pelo espaço limitado das suas edições como pelo seu objetivo principal de organizar a luta de oposição ao regime em Portugal. Era sua última prioridade (pelo menos até ao alinhamento de Cuba com o bloco socialista) relatar as conquistas de uma revolução recém-nascida no outro lado do oceano.

A próxima referência a Cuba ocorre em Agosto de 1960, no contexto da Conferência Inter-Americana e das queixas do governo cubano na mesma pela organização dos Estados Unidos de “toda a série de conspirações e de provocações contra o governo popular de Fidel Castro”¹², remetendo para o embargo imposto pelo governo americano a Cuba, suspendendo a compra do açúcar cubano, grande fonte de rendimentos da ilha caribenha. Exalta também o papel da União Soviética e da República Popular da China na supressão desta medida de ataque económico com a compra por parte dos dois países da mercadoria cubana. Faz-se referência também à possível intervenção militar da União Soviética em caso de ataque americano à ilha, o que apesar de demonstrar um maior sentimento de solidariedade por parte do bloco soviético em relação a Cuba, demonstra de forma mais evidente um forte sentimento antiamericano,

¹⁰ Cuba, a luta de um povo que derrubou o ditador odiado. “Avante!” série VI. Nº 274, 1º Quinzena de Abril de 1959.

¹¹ Crónica Internacional, o ano de 1959. “Avante!” série VI. Nº 285, 1º Quinzena de Janeiro de 1960.

¹² Crónica Internacional. “Avante!” série VI. Nº 292, Agosto de 1960.

sentimento esse que o *Avante!* deixa implícito neste artigo, referindo não só a questão cubana, mas também as agressões americanas à república da Venezuela.

Só em Outubro se encontra aquele que é, provavelmente, o artigo de maior destaque e importância neste ano de 1960. Num texto denominado de “TIREM AS MÃOS DE CUBA!”¹³ o jornal *Avante!* emite um comunicado de solidariedade com Cuba, denunciando a preparação da invasão militar da Baía dos Porcos que acabará por acontecer no ano seguinte e condenando a utilização da base militar de Guantánamo para o efeito, fazendo uma alusão às bases militares cedidas pelo governo salazarista aos Estados Unidos. Mais do que isso, num discurso claramente anti-imperialista e anticapitalista, denuncia a interferência de várias empresas americanas na preparação da investida militar, com a *United Fruit*, a *Goodyear*, a *General Electric* e a *First National Bank*, colocando a série de nacionalizações realizadas pelo governo de Fidel Castro como principal causa desta interferência privada. A verdade inegável é que essas nacionalizações foram brutais, estando, no final de 1960, já cerca de 70% da pequena indústria nas mãos do estado, bem como cerca de 60% da produção agrícola (com as plantações de açúcar nacionalizadas quase na sua totalidade). Fidel Castro conduziu também a expropriação total (sem indemnizações) das companhias de petróleo, bem como a nacionalização da banca.¹⁴ Isto não poderia ser tolerado pelo grande capital americano que dominava a economia de Cuba no período pré-revolucionário e, por isso, a Revolução Cubana deveria ser destruída. De facto, se a Revolução Cubana não tinha motivações socialistas (ou, pelo menos, assim pensava Fidel Castro), sem dúvida que tinha motivações anti-imperialistas, e nisso Fidel não estava disposto a ceder um centímetro. Como é lógico, e como já foi referido antes, o antagonismo dos Estados Unidos em relação a Fidel foi suficiente para lhe garantir não só a solidariedade como o apoio soviético, como de resto está bem claro neste artigo do *Avante!*. Assim, neste mesmo artigo é exaltado o apoio militar da União Soviética em relação a Cuba, chegando a afirmar-se que:

a agressão a Cuba pode significar a guerra mundial. É bom que os imperialistas norte-americanos compreendam que a URSS não abandonará Cuba e que os foguetões soviéticos destruiriam instantaneamente as bases de onde fosse lançada a agressão.¹⁵

Fica aqui claro que os comunistas portugueses não só sobrestimavam a solidariedade da União Soviética para com Cuba como também os limites que ela estava disposta a ultrapassar em defesa da sua soberania. Quando o ataque realmente chegou, em 1961, constata-se que não foram lançados quaisquer mísseis por parte da URSS.

¹³ TIREM AS MÃOS DE CUBA! “Avante!” série VI. Nº 294, Outubro de 1960.

¹⁴ HOBBSAWM, Eric – “Cuban Prospects”. In *Viva La revolución...* p.29

¹⁵ *Idem*, XII.

O ano de 1961, apesar de crucial para o desenrolar dos acontecimentos em Cuba, continuou a ter uma cobertura superficial por parte da imprensa comunista portuguesa. O primeiro artigo direcionado aos eventos do outro lado do atlântico aparece logo em janeiro de 1961, expressando solidariedade com o povo cubano e o governo de Fidel Castro, que por esta altura (e apesar de ainda não se comprometer formalmente com a URSS) já se virava para os soviéticos e o bloco socialista para garantir a segurança da revolução perante a ameaça americana. Enquanto Fidel assegurava o apoio da União Soviética na sua batalha anti-imperialista, quase automaticamente assegurava também o apoio do Partido Comunista Português bem como da grande maioria do movimento comunista internacional, levando a redação do *Avante!* a apelar aos seus leitores neste artigo ao envio de cartas, postais e telefonemas de protesto à embaixada americana em Lisboa.¹⁶

Em Abril de 1961 ocorre a Invasão da Baía dos Porcos, essencialmente composta por cubanos exilados e armados pelo governo americano, que acaba por falhar.¹⁷ Logo no mês seguinte o *Avante!* oferece cobertura ao acontecimento na sua Crónica Internacional intitulada "NOVAS VITÓRIAS DOS POVOS"¹⁸. Neste artigo, a redação do jornal clandestino exalta a derrota das forças americanas bem como condena (novamente) a ameaça militar à soberania de Cuba. Lêem-se também palavras sobre o heroísmo de Fidel Castro e das forças militares cubanas face aos invasores, exaltando-se (de forma algo romantizada) o "ímpeto revolucionário do exército cubano dirigido por Fidel Castro".¹⁹ De qualquer das formas, é certo que este exército, como já vimos, não esteve sozinho na defesa contra os americanos e talvez tenha sido esta ajuda prestada pelos soviéticos que levaria Fidel Castro a ceder nas suas posições ideológicas e formar finalmente, apenas dois meses depois, em Julho de 1961, as Organizações Revolucionárias Integradas, nas quais estava incluído o Partido Socialista Popular, aproximando Cuba cada vez mais do bloco socialista. Afinal, independentemente das divergências entre o Movimento 26 de Julho e o PSP, a força comunista cubana era a única que poderia oferecer a Fidel Castro a capacidade de organização que o seu governo precisava. Como Eric Hobsbawm constata:

A forma de governo de Fidel, suportada por longos monólogos informais, não era forma de dirigir um governo, mesmo que de um país pequeno, ou de dirigir uma revolução por um longo período de tempo. Até o populismo requer organização. O partido comunista era o

¹⁶ Contra a agressão americana, solidarizemo-nos com o histórico povo de Cuba. "Avante!" série VI. Nº 296, janeiro de 1961.

¹⁷ HOBBSAWM, Eric – "Third World and Revolution". In *Age of Extremes, the short twentieth century*. Londres: Abacus, 1995.

¹⁸ Crónica Internacional: NOVAS VITÓRIAS DOS POVOS, a agressão de Cuba, uma esmagadora derrota dos imperialistas. "Avante!" série VI. Nº 300, Maio de 1961.

¹⁹ *Idem*, XVII

único órgão no lado revolucionário que poderia fornecer-lhe precisamente isso. Os dois precisavam um do outro e convergiram.²⁰

No entanto, a redação do *Avante!* estava convicta de que "esta derrota terá grandes repercussões em todo o mundo, e particularmente na luta dos povos da América Latina pela autêntica independência nacional!"²¹. De facto, a vitória na Baía dos Porcos e a resistência cubana iriam desencadear movimentos de guerrilha por todo o Terceiro Mundo, com especial destaque para a América Latina. O heroísmo da Revolução Cubana tinha tudo para apelar à esquerda do hemisfério ocidental, ansiosa por romantizar a luta guerrilheira das montanhas, mas mais do que isso, tinha tudo para apelar aos críticos de uma União Soviética já descrente na eficiência da revolução armada. Vale salientar que estes movimentos de guerrilha que surgiram no mundo subjugado ao imperialismo americano não apareceram de forma totalmente orgânica, já que o governo cubano de Fidel Castro e especialmente o talentoso líder de guerrilha Che Guevara impulsionaram ativamente e tomaram parte na formação de tais focos de rebelião.²²

4. O *Avante!* e a Cuba aliada do bloco socialista (1962-1963)

Com a criação das Organizações Revolucionárias Integradas e o alinhamento ideológico do governo de Fidel Castro com o bloco soviético, as menções a Cuba na imprensa comunista portuguesa aumentaram notavelmente. Enquanto até aqui as referências à Revolução Cubana apareciam apenas aquando dos acontecimentos que mais interessavam ao movimento comunista internacional (como a preparação de uma invasão imperialista por parte do maior antagonista da União Soviética), a partir de agora o país é mencionado entre países como o Brasil e a Venezuela, que já há muito ocupavam as páginas do *Avante!* devido às representações dos seus respetivos partidos comunistas, que estavam presentes em quase todos os artigos referentes à América Latina. Cuba é agora tida pelo jornal clandestino como uma das principais representações do comunismo internacional nas Américas.

A primeira menção a Cuba em 1962 surge na edição de fevereiro, num artigo acerca do Fórum Mundial da Juventude e de uma sessão organizada pelas delegações de Portugal e suas colónias, onde a delegação cubana estava também presente e em que terá, segundo o próprio artigo, "convidado a juventude portuguesa a visitar Cuba".²³ No número de maio do mesmo ano surge um artigo demonstrando a posição de vários órgãos de esquerda de várias nações face aos presos políticos portugueses. Aqui, no contexto da emissão de um apelo de solidariedade por parte da Junta Patriótica Portuguesa na Venezuela a vários órgãos internacionais, a Rádio

²⁰ *Idem*, III.

²¹ *Idem*, XVII.

²² HOBBSAWM, Eric – "The Cuban Revolution and It's Aftermath". In *Viva La revolución...* p. 263

²³ Jovens Portugueses no Fórum da Juventude. "Avante!" série VI. Nº 313, fevereiro de 1962.

Havana é referenciada por também ter difundido este comunicado.²⁴ Um artigo de contornos semelhantes aparece também no número de agosto de 1962, no contexto do VIII Festival Mundial da Juventude,²⁵ onde a delegação cubana é novamente referida. A questão cubana é abordada mais profundamente, como seria de esperar, na publicação do mês de outubro de 1962, aquando da famigerada Crise dos Mísseis de Cuba. Aqui o *Avante!* alerta os seus leitores para um possível conflito à escala mundial e defende o papel da União Soviética no apaziguamento das tensões, destacando o contributo constante do bloco socialista para a paz mundial. Deixa um apelo à cooperação dos governos em prol do desarmamento nuclear “sob rigorosa fiscalização”.²⁶ Certamente uma reação algo exagerada por parte da redação do *Avante!*, no entanto não menos pertinente para os seus leitores, dadas as circunstâncias de constante medo apocalíptico que marcou os anos da Guerra Fria. Mas ainda assim, se há algo que a Crise dos Mísseis de Cuba acabou por provar é que, para além da defesa dos interesses soviéticos (atendendo à necessidade de uma contrapartida após a instalação de rampas de lançamento na Turquia por parte dos Estados Unidos), o envio de mísseis para a ilha caribenha surge também em defesa da Revolução Cubana e do governo de Fidel Castro, que temia uma nova invasão semelhante àquela de 1961 por parte dos norte-americanos, invasão esta que de facto estava a ser planeada, segundo os documentos desclassificados pelo governo americano nos anos 1990.²⁷ Apesar de tudo isto, se a edição de outubro tem uma conotação mais expositiva do que ativista, a edição do mês seguinte é o verdadeiro reflexo da transferência dos ideais da resistência cubana para a realidade europeia. Num artigo intitulado "A provocação contra Cuba. Ativemos a luta em defesa da paz, contra as bases estrangeiras"²⁸ exalta-se novamente a "política de paz da União Soviética", mas mais do que isso refere-se à indignação causada pelas provocações americanas à soberania cubana. Pela primeira vez é referida uma manifestação em Portugal cujo principal foco é a solidariedade para com Cuba, condenando-se a supressão policial de uma ação de protesto de "algumas centenas" de operários junto à embaixada americana em Lisboa. Desta forma, conseguimos perceber a dimensão da simpatia com a causa da resistência cubana já neste período através da mobilização das massas operárias portuguesas (num país em que as represálias à manifestação pública, especialmente a pró-comunista, não eram modestas) em manifestações de solidariedade, mesmo que a sua dimensão possa ser exagerada pela própria publicação clandestina. O texto reflete também um sentimento de

²⁴ Solidariedade mundial aos presos políticos portugueses. “Avante!” série VI. Nº 316, 1ª Quinzena de Maio de 1962.

²⁵ Festival da Juventude. “Avante!” série VI. Nº 320, Agosto de 1962.

²⁶ Crónica Internacional: A declaração soviética alerta os povos. “Avante!” série VI. Nº 322, Outubro de 1962.

²⁷ CHOMSKY, Aviva. *A History of the Cuban Revolution*. Chichester: John Wiley and Sons. 2015. p.69

²⁸ Crónica internacional: A declaração soviética alerta os povos. "Avante!" Série VI. Nº 322, Outubro de 1962.

empatia face à questão cubana por parte da ação de luta comunista portuguesa: "O nosso povo [...] compreende que a causa da Revolução Cubana é a sua própria causa, é a causa da libertação dos povos. [...]"²⁹ Ainda no mesmo artigo a redação faz uso destes acontecimentos para condenar a cedência de bases militares aos norte-americanos por parte do governo português, uma causa constante na publicação comunista portuguesa e que, logicamente, muito serve aos interesses da União Soviética no contexto da Guerra Fria. Evidencia o fato de que, efetivamente, as bases militares americanas em território português (especialmente aquela localizada na ilha Terceira, Açores) serviam o imperialismo americano no sentido em que auxiliavam os Estados Unidos a manter o controlo do atlântico e consequentemente expandir a sua ação militar em torno da ilha de Cuba. Esta é uma situação evidentemente condenada pelo jornal clandestino e pelo Partido Comunista Português, que em muitos números do *Avante!* incentiva o operariado português a protestar contra a conivência e o auxílio do governo salazarista face ao imperialismo americano. É evidente a pretensão dos comunistas portugueses de transferirem a causa cubana para a consciência do operariado português. A luta contra o imperialismo e a luta pela construção do socialismo em Cuba seriam a luta contra a ditadura portuguesa de Salazar.

5. O *Avante!* e o Partido Comunista Português de mãos dadas com Cuba (1963-1964)

Em 1963, as referências à Crise dos Mísseis do ano anterior começam logo em fevereiro, mas desta vez sob um contexto diferente. Num artigo intitulado "Em defesa da unidade do movimento comunista internacional", o jornal *Avante!* aborda o tema da cisão do movimento comunista, com a rutura sino-soviética que se evidencia por esta altura mas que já datava de 1960, com o XXI congresso do Partido Comunista da União Soviética. Esta rutura tem um carácter ideológico derivado de um cada vez maior afastamento da União Soviética do pensamento estalinista e da crença na exportação da Revolução de Outubro. Mas esta, por ser uma questão de especial relevância e que se irá refletir, em última instância, na instrumentalização da Revolução Cubana por parte do *Avante!* em defesa dos interesses e da posição internacional da União Soviética, irá ser abordada com maior detalhe mais abaixo. De momento, o que importa perceber é que o artigo toma uma clara posição pró-soviética e condena o Partido do Trabalho da Albânia (que, no momento da cisão sino-soviética se coloca ao lado do Partido Comunista Chinês em oposição ao que entendiam ser o revisionismo soviético e à política de coexistência pacífica que a URSS tinha vindo a adotar) por se "fechar numa posição

²⁹ A provocação contra Cuba. Activemos a luta em defesa da paz, contra as bases estrangeiras. "Avante!" série VI. Nº 323, Novembro de 1962

dogmática"³⁰ e pelo desrespeito pelas posições tomadas nas Conferências dos Partidos Comunistas e Operários de 1957 e 1960. Cuba surge então na argumentação de que a política de coexistência pacífica adotada pela União Soviética de Khrushchev demonstrou a sua superioridade em 1962 contribuindo para acalmar as tensões na Crise dos Mísseis. Esta política de paz é exaltada em contraste com a política imperialista norte-americana noutro artigo do mesmo número do *Avante!*, em que o nome de Cuba surge como exemplo das muitas políticas de agressão imperialista levadas a cabo pelos Estados Unidos. Novamente a publicação clandestina portuguesa toma a posição do desarmamento nuclear à escala mundial, posição defendida também pela União Soviética que surge no discurso como a principal impulsionadora da humanidade em direção à paz entre os povos, utilizando a Crise dos Mísseis como a prova de que o armamento nuclear é a principal ameaça à estabilidade das relações pacíficas entre o bloco socialista e o bloco ocidental.

Em agosto de 1963 surge nas páginas do *Avante!* um ataque por parte do Comité Central do Partido Comunista Português à ação do Partido Comunista Chinês durante as tensões de outubro de 1962, tomando novamente o lado da União Soviética. Aqui, o Comité Central acusa os comunistas chineses de adotarem uma posição de passividade face à crise e de elegerem como alvo das suas críticas não o imperialismo americano, mas o Partido de Lenine.³¹ No mês seguinte, em outubro, uma declaração de Álvaro Cunhal aparece quase como sequência do artigo de agosto, em que o mesmo dirige críticas ao Partido Comunista Chinês.

No ano de 1964 as páginas do *Avante!* vão acalmar as tensões em que no ano anterior tanto haviam envolvido o nome da Revolução Cubana, e só na edição de junho Cuba irá surgir novamente na imprensa comunista portuguesa, noticiando-se a visita que Álvaro Cunhal havia feito à ilha caribenha no contexto das celebrações do 1º de Maio. Este é um episódio que não pode deixar de ser notado, por ser o que melhor representa as relações de intimidade e solidariedade que os comunistas portugueses desenvolveram com a Revolução Cubana (mesmo que essa relação só tivesse visto progressos reais após o alinhamento de Cuba com o bloco soviético). No artigo é descrita uma entrevista concedida por Álvaro Cunhal ao jornal cubano *Hoy*, em que o mesmo valoriza o papel da Revolução Cubana na luta antifascista portuguesa, que vê nela um exemplo a seguir e destaca as semelhanças entre a luta do povo cubano e a do movimento comunista português. Valoriza-se também a representação que a luta antifascista portuguesa tem nas publicações cubanas, referindo-se a um certo sentimento de empatia por

³⁰ Em defesa do movimento comunista internacional: uma declaração do Comité Central. “Avante!” série VI. Nº 326, fevereiro de 1963.

³¹ Ainda sobre a crise de Cuba. “Avante!” série VI. Nº 332, Agosto de 1963.

parte do povo cubano (ou pelo menos, do seu governo) em relação às dificuldades da população portuguesa oprimida pela ditadura salazarista. Esta visita, tal como é demonstrado na edição do mês de julho do mesmo ano, serviu também para colocar em evidência no panorama internacional, especialmente dentro do bloco socialista, a ação levada a cabo pelos comunistas portugueses. Aliás, a visita a Cuba por parte do secretário-geral do partido não foi isolada, seguindo-se quase imediatamente uma visita à Argélia, com contornos semelhantes.³² A próxima referência a Cuba nas páginas do jornal clandestino português acontecerá no número de setembro num artigo intitulado "A viragem de há 20 anos, o caminho do socialismo" onde os eventos de 1961 e 1962 da história de Cuba são enumerados como um dos focos de guerra mais perigosos desde a Segunda Guerra Mundial.³³ Por último, em outubro do mesmo ano Cuba é referida duas vezes, a primeira no contexto da preparação de uma Conferência Internacional dos Partidos Comunistas e Operários³⁴ e a segunda numa manifestação de solidariedade quanto à situação de Cuba face ao embargo económico imposto ao país pelos Estados Unidos.³⁵

6. Cuba e a cisão sino-soviética nas páginas do *Avante!*

O comunismo chinês nunca pôde ser considerado uma subcategoria do comunismo soviético, da mesma maneira que a China nunca poderia ser considerada uma área de influência soviética. De facto, a cisão sino-soviética, que poria fim às muitas ajudas materiais que a URSS prestava à China, aconteceria em 1960. Foi mais uma das decisões catastróficas que Mao Tsé-Tsung tomou entre os anos de 1956 e de 1976, resoluções que, apesar de tudo, eram aceites com relutância pela liderança do PCC, e no caso do "Grande Salto em Frente" com franca oposição, que seria de resto suprimida durante a "Revolução Cultural".

A cisão sino-soviética não pode ser compreendida, portanto, sem entender as peculiaridades do comunismo chinês e as suas divergências fundamentais em relação ao comunismo russo. Ao contrário deste, o comunismo chinês possui ligações escassas com o pensamento clássico do Marxismo. Consiste antes num movimento posterior à Revolução de Outubro cuja principal ligação a Marx é Lenine, ou antes o Marxismo-Leninismo de Estaline que por sua vez leva ao surgimento teórico de um forte "utopianismo chinês" que idealiza uma sociedade de total consenso e de total imersão do indivíduo na coletividade (que Mao Tsé-Tsung tenta colocar em prática com a sua Revolução Cultural)³⁶. Isto entra em colisão com o

³² Cresce a influência do PCP e da oposição, aumentam as dificuldades do regime salazarista. Alarga-se o prestígio do Partido Comunista Português. "Avante!" série VI. Nº 344. Julho de 1964.

³³ A viragem de há 20 anos, o caminho do socialismo. "Avante!" série VI. Nº 346. Setembro de 1964.

³⁴ Em defesa da unidade do movimento comunista internacional. Ao Comité Central do P.C.U.S. "Avante!" série VI. Nº 347. Outubro de 1964.

³⁵ Crónica Internacional: Viet-Nam, Chipre, Congo e Cuba. "Avante!" série VI. Nº 347. Outubro de 1964.

³⁶ HOBBSAWM, Eric - *Age of Extremes*. Londres: Abacus, 1994. p.467

Marxismo clássico que tem como objetivo final, pelo menos em teoria, a plena realização e autodeterminação do indivíduo.³⁷ É inegável que esta divergência ideológica esteve na origem dos problemas que levaram à quebra de relações entre os dois países, especialmente quando Khrushchev proferiu, no XX Congresso da União Soviética, um duro discurso sobre Estaline, a sua ação repressiva e o culto da personalidade, num período em que Mao Tsé-Tsung insistia em aplicar medidas económicas na China inspiradas precisamente no legado estalinista, que de resto haveriam de levar ao desastre do "Grande Salto Adiante".³⁸ O Partido Comunista Português, como a grande maioria dos partidos comunistas do mundo (à exceção do Partido do Trabalho da Albânia, também comprometido com uma linha Marxista-Leninista ortodoxa de tipo estalinista) iria tomar o lado da União Soviética e subscrever a sua recém-concebida política de coexistência pacífica com o capitalismo do mundo ocidental (embora a narrativa criada fosse de que este era um conceito criado diretamente por Lenine, quando não passava, como os próprios chineses acusavam, de um revisionismo necessário para a sobrevivência do socialismo soviético na conjuntura da Guerra Fria). Assim, a Revolução Cubana, e mais especificamente, a Crise dos Mísseis surge no *Avante!*, como já foi referido, como um exemplo de que a linha de Khrushchev havia provado ser a mais indicada para manter a estabilidade mundial.³⁹ A conclusão lógica desta explanação é que a situação de 1962 em Cuba se tornou num instrumento utilizado pelo PCUS numa frágil tentativa de manter a coesão do movimento comunista internacional (no qual Cuba estava agora indubitavelmente integrada) ao mesmo tempo que se revelou uma ferramenta para o *Avante!* defender a superioridade da linha de pensamento soviética, temendo que uma divisão do movimento comunista internacional fosse a causa de uma divisão interna no Partido Comunista Português e na sua militância. Era prioritário impedir que isso acontecesse.

Conclusões e considerações finais

Finalmente, o retrato feito pela imprensa comunista portuguesa à Revolução Cubana sofre, nos seus primeiros anos, algumas mutações notórias. Os propósitos que esta serve na máquina de propaganda do PCP variam desde a mais genuína solidariedade com a emancipação de um povo do jugo imperialista até à mais óbvia instrumentalização da sua luta na defesa de posições que vão para além das suas implicações. É inegável que a posição do *Avante!* sobre a Revolução Cubana e Fidel Castro se altera de forma gradual à medida que a ilha caribenha vai

³⁷ HOBSBAWM, Eric - "End of Socialism". In *Age of Extremes, the short twentieth century...* p.467

³⁸ ROBERTS, Priscilla. [et al.] - FORUM: Mao, Khrushchev, and China's Split with the USSR: Perspectives on The Sino-Soviet Split. *Journal of Cold War Studies*. [Em Linha] Princeton. Vol. 12 (2010).

³⁹ Em defesa do movimento comunista internacional: uma declaração do Comité Central. "Avante!" série VI. Nº 326, fevereiro de 1963.

angariando o apoio e a validação da União Soviética, primeiro com o episódio da Baía dos Porcos e posteriormente com a Crise dos Mísseis. Não obstante, a imprensa comunista portuguesa demonstra um certo nível de autonomia face à política soviética ao dirigir-se à Revolução Cubana num período em que esta mal se tinha estabelecido no mapa político internacional. Talvez tenha sido a admiração pelo sucesso dos guerrilheiros cubanos em derrubar um regime político de tendências fascizantes semelhante ao português que tenha causado uma quase imediata aproximação do PCP à revolução de Fidel Castro. Era necessário, antes de mais, reconhecer e aprender com as conquistas do Movimento 26 de Julho (mesmo que manifestamente o PCP não se tivesse mostrado disponível para reconhecer as fragilidades do PSP, seu partido irmão) de modo a trazer para Portugal essa experiência e aqui organizar a oposição ao regime. As causas da emancipação do povo português e cubano tornar-se-iam causas irmãs.

Fontes

A provocação contra Cuba. Activemos a luta em defesa da paz, contra as bases estrangeiras.

“Avante!” série VI. Nº 323, Novembro de 1962.

A viragem de há 20 anos, o caminho do socialismo. “Avante!” série VI. Nº 346. Setembro de 1964.

Ainda sobre a crise de Cuba. “Avante!” série VI. Nº 332, Agosto de 1963.

Contra a agressão americana, solidarizemo-nos com o histórico povo de Cuba. “Avante!” série VI. Nº 296, janeiro de 1961.

Cresce a influência do PCP e da oposição, aumentam as dificuldades do regime salazarista. Alarga-se o prestígio do Partido Comunista Português. “Avante!” série VI. Nº 344. Julho de 1964.

Crónica Internacional, o ano de 1959. “Avante!” série VI. Nº 285, 1º Quinzena de janeiro de 1960.

Crónica Internacional: A declaração soviética alerta os povos. “Avante!” série VI. Nº 322, Outubro de 1962.

Crónica Internacional: NOVAS VITÓRIAS DOS POVOS, a agressão de Cuba, uma esmagadora derrota dos imperialistas. “Avante!” série VI. Nº 300, Maio de 1961.

Crónica Internacional: Viet-Nam, Chipre, Congo e Cuba. “Avante!” série VI. Nº 347. Outubro de 1964.

Crónica Internacional. “Avante!” série VI. Nº 292, Agosto de 1960.

Cuba, a luta de um povo que derrubou o ditador odiado. “Avante!” série VI. Nº 274, 1º Quinzena de Abril de 1959.

Em defesa da unidade do movimento comunista internacional. Ao Comité Central do P.C.U.S. “Avante!” série VI. Nº 347. Outubro de 1964.

Em defesa do movimento comunista internacional: uma declaração do Comité Central. “Avante!” série VI. Nº 326, fevereiro de 1963.

Em defesa do movimento comunista internacional: uma declaração do Comité Central. “Avante!” série VI. Nº 326, fevereiro de 1963.

Festival da Juventude. “Avante!” série VI. Nº 320, Agosto de 1962.

Jovens Portugueses no Fórum da Juventude. “Avante!” série VI. Nº 313, fevereiro de 1962.

Solidariedade mundial aos presos políticos portugueses. “Avante!” série VI. Nº 316, 1ª Quinzena de Maio de 1962.

TIREM AS MÃOS DE CUBA! “Avante!” série VI. Nº 294, Outubro de 1960.

Bibliografia

ALEKSEEV, Aleksandr Ivanovich - *Interview with A. I. (Aleksandr Ivanovich) Alekseev, 1986*.

[Em Linha] Boston: WGBH Educational Foundation, 1986. Disponível em WWW: <http://openvault.wgbh.org/catalog/V_E6DE72DD9B5A4DCBAB83543D67949E77>.

BOLINE, Nicholas V. - "Fidel Castro's Grand Strategy in the Cuban Revolution: 1959-1968" *Papers & Publications: Interdisciplinary Journal of Undergraduate Research*. [Em Linha] Lexington. Vol. 4, n.º 14 (2015) Disponível em WWW:<<https://digitalcommons.northgeorgia.edu/papersandpubs/vol4/iss1/14/>>.

CHOMSKY, Aviva. *A History of the Cuban Revolution*. Chichester: John Wiley and Sons, 2015.

HOBBSAWM, Eric - *Age of Extremes, the short twentieth century*. Londres: Abacus, 1995.

HOBBSAWM, Eric - *Viva La Revolución*. Londres: Abacus, 2016.

ROBERTS, Priscilla. [et al.] - FORUM: Mao, Khrushchev, and China's Split with the USSR: Perspectives on The Sino-Soviet Split. *Journal of Cold War Studies*. [Em Linha] Princeton. Vol. 12 (2010). Disponível em WWW:<<https://doi.org/10.1162/jcws.2010.12.1.120>>.

MASSÓN SENA, Caridad – “Los Comunistas Cubanos y Las Luchas Por El Poder Em Los Años 50”. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*. [Em Linha] Brasília. Vol.7, nº2 (2013). Disponível em WWW:<<https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/20229>>.

(Página deixada propositadamente em branco)

As Eleições de 1899 a 1901 no Porto: a votação no Partido Republicano Português — dos *deputados da peste à ignóbil porcaria*

José Pedro Oliveira Pinto
josepedroliveirapinto@gmail.com

Resumo

O presente artigo foca-se nas eleições para a Câmara dos Deputados de 1899 a 1901 no Porto, considerando particularmente os resultados do Partido Republicano Português (PRP), tendo como objectivo compreender os impactos das leis eleitorais e a conjuntura de saúde pública que conduziu à eleição dos seus três deputados e ao eventual enraizamento dos ideais republicanos na cidade. Através do nosso estudo, concluímos que a eleição dos *deputados da peste* (os três deputados do PRP eleitos no Porto em 1899) se deveu, principalmente, às condições que se viveram a partir de 1899 na cidade do Porto, não apresentando uma representação significativa nas eleições subsequentes.

Neste sentido, suportámos o nosso estudo na consulta de diferentes fontes: *Fundo do Tribunal de Verificação de Poderes* do Arquivo Histórico Parlamentar; *Diário da Câmara dos Deputados* (durante o período de março a junho de 1900); jornais, bem como fontes legislativas, especialmente a compilação de Legislação Eleitoral Portuguesa (1820-1926).

Palavras-chave: Eleições de 1899 a 1901, Porto, Partido Republicano Português, *Deputados da peste*, Peste bubónica de 1899.

Abstract

This paper focuses on the elections for the Chamber of Deputies from 1899 to 1901 in Porto, particularly considering the Portuguese Republican Party results, aiming to understand the impacts of electoral laws and of the public health conjuncture that led to the election of its three deputies and the eventual entrenchment of republican ideals in the city. Through our study, we conclude that the election of the plague deputies (the three deputies from the PRP elected on 1899) was mainly due to the conditions that were experienced from 1899 onwards in the city of Porto, not presenting a significant representation in subsequent elections.

In this sense, we support our study on different sources: Parliamentary Historical Archive – *Fundo do Tribunal de Verificação de Poderes*; Parliamentary Debates (during the period from March to June 1900); newspapers as well as legislative sources, mainly the compilation of Portuguese Electoral Legislation (1820-1926).

Keywords: 1899 to 1901 Elections, Porto, Portuguese Republican Party, *Plague Deputies*, Bubonic Plague of 1899.

Introdução

A lei eleitoral e o momento das eleições revelam-se instrumentos essenciais para analisar a verdadeira aplicabilidade dos direitos, liberdades e garantias (os denominados DLG). Pretendemos, por isso, analisar de forma aprofundada, durante o período de 1899 a 1901, os impactos de tais questões na sociedade portuguesa, mais especificamente no Porto.

Apesar de alguns autores, na época do liberalismo português, considerarem as eleições uma «ficção constitucional»¹, na realidade, até num país pautado pelo rotativismo partidário e onde a expressão da vontade popular não tinha carácter universal, as eleições permitem analisar o funcionamento do sistema político da época liberal, tendo em consideração as diversas funções que desempenhavam: v.g. “legitimação do poder político; recrutamento e seleção das elites políticas; controlo social, canalizando os conflitos, reais ou latentes, para o terreno legal”².

As eleições desempenhavam um papel crucial na organização e legitimação do poder político, são a engrenagem essencial que assegura, simultaneamente, a concretização da ideia de representação – concebida em termos individuais, e já orgânicos – e da de consenso – pela aceitação, por convenção tácita e unânime, do princípio da maioria como presunção «razão comum»³.

O ritmo acelerado a que ocorreu a profusão de reformas eleitorais, sobretudo no período da crise finissecular da Monarquia Constitucional, demonstra o quão instável era o clima político que se vivia no país, bem como a tensão entre as variadas facções ideológicas, o que nos leva a concluir que o estudo da matéria eleitoral é relevante na historiografia portuguesa.

Se é verdade que as múltiplas reformas legislativas efectuadas nem sempre se traduziram em alterações de vulto, ou induziram transformações significativas nas práticas e comportamentos políticos, o conjunto de inovações e soluções alternativas ensaiadas, é, todavia, suficientemente variado e rico para conferir um especial interesse ao estudo histórico da evolução do regime eleitoral no liberalismo.⁴

O Porto apresenta-se como uma das áreas com maior⁵ densidade populacional do país; além disso, as suas circunscrições urbanas permitem compreender o comportamento de um eleitorado mais activo politicamente face às áreas rurais. Ademais, o Porto revela-se, no período demarcado, uma arena em que os ideais republicanos têm um maior impacto na esfera pública, até porque é, sobretudo, este o partido que coloca em prática métodos de campanha eleitoral, com base no conceito contemporâneo que lhe atribuímos.

¹ ALMEIDA, P. Tavares de – “Comportamentos Eleitorais em Lisboa (1878-1910)”. *Análise Social*. [Em Linha] Vol. XXI, n.º 85 (1985). p. 111.

² ALMEIDA, P. Tavares de – *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista, 1868-1890*. Lisboa: Difel, 1991, p. 16.

³ ALMEIDA, P. Tavares de – “Comportamentos Eleitorais em Lisboa (1878-1910)”... p. 112.

⁴ ALMEIDA, P. Tavares de – *Legislação Eleitoral Portuguesa (1820-1926)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998, p. IX.

⁵ De acordo com o Recenseamento Geral da População disponível no Instituto Nacional de Estatística, o número de habitantes no Porto em 1890 era de 146454; e, em 1900, de 165729.

Importa realçar que o PRP surgiu como um partido que se posicionava claramente contra o *status quo* da época, ganhando ímpeto com a grave crise financeira que levou à bancarrota portuguesa, aliada à questão do *Ultimatum* de 1890, que culmina num período de exaltação e de descrença na Monarquia.

De entre as múltiplas críticas que o PRP fazia à Monarquia Constitucional, avultava aquela que considerava ser o seu pecado original:

ser uma instituição filosoficamente eclética, de estar a abrir as suas portas ao regresso das ordens religiosas e de, ao domesticar o radicalismo vintista e patuleia, ter criado um simulacro da representação nacional, deficiência que o bicameralismo avivava ainda mais.⁶

O PRP apresenta como um dos seus principais ideais, sobretudo na fase da propaganda (que incorpora os anos em questão nesta análise, isto é, antes do 5 de Outubro de 1910⁷), um manifesto que afirmava “uma vocação colectiva ao representarem a história do país como um palco em que, momentaneamente vitorioso ou derrotado, o pendor natural do povo português para a democracia se ia concretizando”⁸.

Destarte, numa cidade que já havia sido palco de uma tentativa de revolta republicana no início da década (o 31 de Janeiro de 1891), o que demonstra o enraizamento dos respectivos ideais no Porto, a República era então publicitada como provedora de felicidade universal, estando associada a um movimento milenarista, baseado na ilusão da possibilidade de cumprir um programa cuja total aplicação é uma ideia algo utópica, como os anos seguintes viriam a confirmar.

O motivo pelo qual escolhemos o referido arco temporal prende-se com o facto de permitir, em primeiro lugar, estudar e observar os impactos da legislação eleitoral de 1895-1896 (ligeiramente alterada em 1899), optando por este primeiro ano para compreender o motivo pelo qual a peste bubónica, o cordão sanitário decretado no diploma do governo de José Luciano Castro, e o ordenamento jurídico eleitoral em vigor (apesar de não o pretender) levaram à eleição de três deputados republicanos no Porto, os denominados “deputados da peste”.

Proseguimos a nossa pesquisa uma vez que, apesar do crescimento dos deputados republicanos no Porto e da repetição das eleições na cidade a 18 de Fevereiro de 1900, que vieram a confirmar a eleição dos deputados em causa, nas eleições subsequentes, mesmo tendo-se verificado um aumento dos votos a nível nacional, os republicanos acabaram por não conseguir carimbar nenhum mandato.

⁶ CATROGA, Fernando – “O Republicanismo Português (Cultura, História e Política)”. *Revista da Faculdade de Letras – História*. [Em Linha] Porto. III Série, vol. 11 (2010) p. 105.

⁷ Concretamente no final dos anos 90 do séc. XIX, atendendo ao facto de a fase de propaganda republicana se ter caracterizado por momentos diferenciados

⁸ *Idem*, p. 99.

Por fim, pretendemos compreender os impactos nas eleições do Decreto de 8 de Agosto de 1901, que produz uma nova lei eleitoral, conhecida como a “ignóbil porcaria”, que visou pacificar o clima de tensão com base na premissa de atenuar os danos da ruptura franquista e combater o crescimento do PRP. Esta lei permitiu um maior controlo dos atos eleitorais por parte do Governo, através da manobra que dividiu o país em grandes círculos, enquanto o Porto e Lisboa eram desenhados para que os votos rurais anulassem os votos urbanos.

Quanto ao corpo documental, encontrámos nas diversas fontes do Arquivo Histórico Parlamentar seleccionadas o ponto basal de referência para o desenvolvimento da nossa investigação⁹. Estas constituem uma documentação maioritariamente manuscrita, com a excepção dos cadernos de recenseamento que se encontram dactilografados, e que têm, na maioria dos casos, diversas páginas, mas em número bastante distinto entre si. Alguma documentação apresenta contradições entre si; por exemplo, o número de entrada de listas, em diversas ocasiões, diverge do apuramento final do Tribunal de Verificação de Poderes face ao número que encontrámos após contabilizar os cidadãos que votaram através dos cadernos de recenseamento¹⁰.

Face ao exposto, acreditamos que este tema é ilustrativo do fenómeno político e institucional que vigorava na transição do século XIX para o século XX, pelo que procuramos estudar detalhadamente as fontes relativas a estas eleições, com o intento de cumprir a missão de enriquecer o conteúdo que visa explorar o papel das eleições no liberalismo português e a proliferação do republicanismo em Portugal.

⁹ Todas as caixas referentes às eleições, que muitas vezes se encontram divididas em maços, contêm em duplicado os cadernos dos cidadãos eleitores, assim como os mapas de apuramento de votos por cada assembleia de voto, as actas da constituição da mesa eleitoral e as actas das eleições, onde encontrámos o apuramento dos resultados por cada candidato no respectivo local. Observámos ainda, em alguns casos, os protestos feitos por cidadãos e os respectivos pareceres do Tribunal de Verificação de Poderes. Cada eleição, exceptuando a de 1901, apresenta um acórdão com uma avaliação do cumprimento das regularidades do acto eleitoral e um documento com o total de votos por candidato. Por vezes, verificámos também a existência de listas inutilizadas, isto é, dos votos considerados nulos.

¹⁰ Das demais fontes, a consulta dos Debates Parlamentares circunscritos ao hiato temporal em causa têm como principal fim a análise do papel dos “deputados da peste” na Câmara dos Deputados. Já os documentos de natureza hemerográfica possibilitam compreender o contexto político e as atividades de campanha do Partido Republicano Português nos períodos de eleição, nomeadamente em relação à primeira eleição em consideração, a de 1899. As fontes legislativas permitem compreender a regulamentação da matéria eleitoral, bem como fazer uma comparação das diferenças materiais entre as diversas leis. Por fim, a documentação epistolar são cartas de natureza pessoal, não tendo necessariamente de ser fiéis a uma outra realidade do que aquela formulada pelo emissor. No entanto, sobretudo a correspondência trocada com Hintze Ribeiro releva por conter os planos e perspectivas referentes ao surgimento da “ignóbil porcaria”, naquilo que ficou conhecido como o regime concubinário Hintze-Luciano.

1. Contextualização Histórica

No final do século XIX, a monarquia portuguesa apresentava já sinais da sua debilidade no panorama político. Em boa verdade, os partidos tradicionais do regime encenavam já diversas estratégias de bastidores para dirimir o avanço no terreno das facções anti-monárquicas, mormente o PRP.

Um dos principais mecanismos de constrição era precisamente o uso de estipulações normativas na legislação eleitoral. O período em consideração é rico em alterações à legislação eleitoral, o que ocorre como uma forma dos governos sedimentarem o seu poder, não sendo assim postos em causa pelo generalizado descontentamento da população portuguesa e pelos novos movimentos que proliferam, tentando incapacitá-los.

Na viragem do século a sociedade portuguesa era uma sociedade complexa e plural, dividida pelas tensões entre grupos sociais e pólos regionais. O problema do sistema político é que os grupos sociais tendiam a exigir uma resposta, a par e passo, às suas dificuldades, de tal ordem que a única salvação para o sistema seria conseguir transformar-se num espelho harmónico da sociedade. Os grupos não reconheciam competência aos políticos para escolherem, para decidirem.¹¹

Referente à reforma eleitoral de 1896, que seria confirmada pela que lhe sucedeu em 1899, da autoria de um governo progressista, um dos seus objectivos era “diluir o impacto do voto republicano nos dois principais centros urbanos, através da mobilização clientelista do eleitorado dos chamados «burgos podres»”¹², e se, em 1899, os três deputados eleitos pelo Porto são membros do PRP, podemos perguntar se os propósitos da nova lei surtiram os efeitos pretendidos.

Para tal, importa contextualizar que a primeira eleição em análise, a de 26 de Novembro de 1899, foi marcada pelo facto de “o Porto ser a primeira cidade da Europa a ser atingida pela terceira pandemia da peste, suportando durante quatro meses um cerco sanitário imposto militarmente pelo governo nacional”¹³, coincidindo com a eleição de três deputados republicanos.

No dia 4 de Setembro de 1899, o Porto parece uma cidade vazia. Sobe-se da rua do Infante até à rua das Flores, praça Almeida Garrett e daí até à rua de Santo António e por todo o percurso encontra-se comércio de portas fechadas. Não, não é feriado: desde o último dia de Agosto que os estabelecimentos estão encerrados, em sinal “luto.” Este é o protesto silencioso contra o cordão militar que, há mais de uma semana, isola a cidade do resto do país. Um cerco foi decidido pelo governo de Lisboa depois de precisamente há dois meses, a 4 de Julho, o médico municipal, Ricardo Jorge, ter recebido uma nota de um comerciante que lhe dava conta de umas mortes estranhas entre carregadores que moravam na rua da Fonte Taurina, junto ao Douro. Era a peste¹⁴.

¹¹ RAMOS, Rui – A Segunda Fundação 1890-1926, Vol. 6 In J. Mattoso (org.), “História de Portugal”, Lisboa, Editorial Estampa, 2001, p. 217.

¹² ALMEIDA, P. Tavares de – *Legislação Eleitoral Portuguesa (1820-1926)*... p. XXXII.

¹³ PONTES, David – *O cerco da peste no Porto: cidade, imprensa, saúde pública na crise sanitária de 1899*. [Em Linha] Porto: Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012. p. 99.

¹⁴ *Idem*, p. 8.

O combate à situação pandémica ficara a cargo do médico Ricardo Jorge, especialista em saúde pública. Devido ao impacto nefasto que esta conjuntura começara a desenvolver, a Junta Consultiva de Saúde Pública, órgão dependente do Ministério do Reino e que vinha a observar a evolução dos episódios desde Julho, propôs um conjunto de medidas ao Governo chefiado pelo líder do Partido Progressista José Luciano de Castro, vieram a ser enquadradas normativamente no Decreto de 17 de Agosto de 1899.

Das diversas medidas que este elencava, destacamos a supressão de todos os eventos que promovessem entradas e saídas de grande quantidade de pessoas na cidade (v.g. romarias, feiras) — o objectivo seria evitar a possibilidade de aglomerado de pessoas, o que promoveria a disseminação da doença; a inspeção médica dos passageiros dos comboios à saída do Porto e à chegada aos seus locais de destino e a desinfeção das bagagens e mercadorias. Este era o quadro administrativo-normativo que tentaria acalmar a calamidade pública que se vivenciava.

Não obstante, não se revelaria suficiente esta tomada de posição. A Junta foi levada a recomendar uma acção preventiva mais rigorosa e premente na restrição dos direitos fundamentais dos cidadãos portuenses. Por conseguinte, a 23 do mesmo mês, o Governo decretava a criação de um cordão sanitário, determinando que

as pessoas, bagagens e mercadorias procedentes do Porto, somente poderão ter saída pelos pontos e nos termos que forem regulados pelo Governo, para um comboio especial, que as conduza a um lazareto que se instalará na Granja, onde serão feitas as quarentenas e desinfeções respetivamente aplicáveis, para que possam seguir o seu destino¹⁵.

Estes dois decretos geraram um pujante descontentamento da população do Porto, nomeadamente nos grupos de interesses comerciais da cidade, que viam temerosamente obstaculizados o exercício das suas actividades mercantis e o desenvolvimento económico local, devido às limitações à livre circulação de pessoas e de mercadorias. Representados pela Associação Comercial do Porto (ACP), a Associação Industrial Portuense e o Centro Comercial do Porto, assumiram-se como uma das forças mais empenhadas no combate às medidas decretadas pelo Governo pois temiam as consequências nefastas dessas limitações.

Em simultâneo, a imprensa portuense, nomeadamente *O Comércio do Porto* e o *Jornal Notícias*, encetava uma campanha agressiva contra o Executivo e a Junta Consultiva de Saúde Pública. Aliás, *O Comércio do Porto* defendeu mesmo que, por trás dos decretos, haveria a intenção de enfraquecer a próspera economia do Porto. Todo este movimento teve fortes repercussões na opinião pública local, o que se revelará um elemento chave para compreender a eleição dos três “deputados da peste”¹⁶.

¹⁵ Decreto de 17 de agosto, In *Coleção Oficial de Legislação Portuguesa – Ano de 1899*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1900, p. 353, *apud*. PONTES, David – *O cerco da peste no Porto...*

¹⁶ Cfr. PONTES, David - *O cerco da peste no Porto...* pp. 36-38.

Assistiu-se a uma grande mobilização da população no sentido de levantar as restrições, implementadas pelas medidas sanitárias impostas pelo Governo. Sem embargo, as mesmas foram goradas. Como forma de protesto, no dia 1 de Setembro os estabelecimentos comerciais fecharam, após tomada de decisão de comerciantes no Palácio da Bolsa a 31 de Agosto de 1899.

Vivia-se no Porto uma recessão, em que o encerramento das empresas locais levava à fome e ao desemprego — uma situação de carestia. Devido a este panorama e às hostilidades da imprensa, a 4 de Outubro, o Governo aprovou um decreto “lei da rolha”, em que estabelecia a suspensão e até mesmo a supressão de todos os periódicos que negassem a existência pandémica da peste bubónica no Porto e que, conseqüentemente, apresentassem críticas ou injúrias ao papel das autoridades públicas no seu combate.

Não obstante, durante esse mês e os seguintes, a indagação e a aguerrida revolta continuaram a caracterizar a imprensa da cidade, demonstrando que as mesmas permaneciam igualmente vivas entre a elite portuense. Aliás, esta teria, em breve, o meio mais poderoso para punir o Governo pelas ofensas à cidade: as eleições legislativas, que decorreriam a 26 de Novembro de 1899¹⁷. Não seria exclusivamente uma forma da população castigar a força executiva vigente, mas também uma forma de as forças da opressão se insurgirem contra esta, o que o PRP aproveitara de forma estratégica. Em específico, o PRP apresentava já estruturas de mobilização semelhantes às que existem atualmente.

Fundamentalmente, pela organização de actos políticos de natureza colectiva (os *meetings*). A propaganda republicana utilizava a imprensa, distribuía manifestos, recorria a conferência e comícios eleitorais e apoiava-se numa bem montada estrutura organizativa, com muitos centros locais e comissões paroquiais, que lhes permitia cobrir todos os bairros da cidade¹⁸.

Portanto, desta forma e simultaneamente conxionado com o apoio da imprensa, o PRP conseguirá fazer eleger três deputados nas eleições de 26 de Novembro de 1899.

Contudo, essa mesma eleição foi alvo de anulação por parte do Tribunal de Verificação de Poderes, como forma de os progressistas tentarem minimizar o gesto.

Até 1895 a verificação dos poderes dos Deputados era do âmbito da própria Câmara que, em sessão preparatória, procedia à eleição da(s) Comissão(ões) de Verificação dos Poderes, a fim de examinar a legitimidade dos candidatos eleitos e a legalidade do ato da eleição. Esta verificação, ou exame, é regulamentado pelo regimento da Câmara, pela Carta Constitucional e lei eleitoral. A partir dessa data é determinado que a verificação dos poderes dos Deputados passava a ser feita fora da Câmara por pessoas escrutinadas para o efeito e que se constituíam em Tribunal de Verificação de Poderes para executar as mesmas funções das anteriores comissões. Esta situação verifica-se até 1910, fim da monarquia. Pela carta de lei de 26 de Julho de 1899, no artigo 95.º, refere-se: “o tribunal de verificação de poderes tem por fim conhecer todos os processos das eleições de deputados julgando as reclamações ou protestos, declarando válidas ou nulas as mesmas eleições.”

¹⁷ Cfr. *Idem*, pp. 78-79.

¹⁸ ALMEIDA, P. Tavares de - “Comportamentos Eleitorais em Lisboa (1878-1910)”... pp. 129-130.

O Tribunal de Verificação de Poderes era composto pelo presidente do Supremo Tribunal de Justiça, que era o presidente, por 3 juizes do mesmo tribunal designados “pela sorte”, por 3 juizes da Relação de Lisboa e 2 da Relação do Porto, também designados “pela sorte”. Tem um regulamento próprio aprovado em sessão do tribunal em 4 de Dezembro de 1899¹⁹.

Apesar do acima exposto, a 18 de Fevereiro de 1900, na repetição das eleições exclusivamente no círculo eleitoral n.º 25, o do Porto, os três deputados republicanos (Afonso Costa, Paulo José Falcão e Francisco Xavier Esteves) foram reeleitos.

No entanto, passados uns meses, na eleição de 25 de Novembro de 1900 e no ano seguinte, em 1901, na eleição de 6 de Outubro, os mesmos já não conseguiram obter assento parlamentar, tendo-se até verificado um aumento dos votos a nível nacional.

Para estas últimas eleições importa contextualizar que face à respectiva situação, verificava-se igualmente um tumultuoso período de crise política cristalizado no crescimento generalizado do PRP nas áreas urbanas, e no surgimento de um novo movimento que ameaçava o sistema — o «franquismo» — isto porque em Maio de 1901, Hintze e Franco entravam num ponto de cisão,

esta divisão não limitou os seus efeitos a um enfraquecimento do partido no poder; pelo trajecto ideológico e político do próprio João Franco, e na conjuntura em que se processou, assumiu o sentido de uma ameaça ao sistema partidário, baseado na alternância governativa entre regeneradores e progressistas²⁰.

Hintze Ribeiro dissolve a Câmara dos Deputados a 4 de Julho e, pelo decreto de 8 de Agosto de 1901, produz uma nova lei eleitoral, que ficaria conhecida até aos dias de hoje como a “ignóbil porcaria”. Afigurava-se como uma forma de pacificar a situação, com base no combate à proliferação das ideias do PRP, e de atenuar os danos da ruptura franquista, permitindo assim um maior controlo dos atos eleitorais por parte do Governo, através da manobra de o país ser “dividido em grandes círculos plurinominais, com as cidades de Lisboa e Porto desenhadas de forma a que os votos urbanos fossem anulados pelos rurais”²¹.

Tal alteração legislativa terá um peso determinante no processo eleitoral e no apuramento dos seus resultados finais.

¹⁹ História Administrativa e Biográfica do Tribunal de Verificação de Poderes.

²⁰ SOBRAL, José Manuel; ALMEIDA, Pedro Tavares de – “Caciquismo e poder político. Reflexões em torno das eleições de 1901”. *Análise Social*. [Em Linha] Vol. XVIII, n.ºs 72, 73, 74. (1982), p. 651

²¹ MÓNICA, Maria Filomena – “As Reformas Eleitorais no constitucionalismo monárquico, 1852-1910”. *Análise Social*. [Em Linha] Vol. XXXI, n.º 139 (1996), p. 1068.

2. Motivos que levaram às alterações legislativas em matéria eleitoral

2.1. Decreto de 28 de Março de 1895

No início desta década, o país viveu um período nebuloso devido à crise financeira e ao exacerbar de uma vaga de índole nacionalista que se fizera sentir face aos problemas diplomáticos com a Inglaterra, consequências do ultimato inglês de 1890.

De tal forma, a 22 de Fevereiro de 1893, o Rei pedia a Hintze Ribeiro, do Partido Regenerador, para encabeçar um governo, levando consigo João Franco, Bernardino Machado e Augusto Fuschini, nomes que, no final do ano, já haviam solicitado demissão.

Nas eleições que ocorreram em Abril de 1894, os regeneradores obteriam a maioria. No entanto, nem tudo correria como desejado pelos dois partidos do sistema: se, por um lado, o Partido Progressista apresentava dissidências que beneficiavam, por exemplo, os republicanos, o Partido Regenerador veria Augusto Fuschini a aliar-se a Dias Ferreira contra Hintze, que encabeçava o Governo. Em Novembro, o Parlamento era encerrado, apesar de não se ter verificado nenhuma marcação de eleições por parte do Executivo.

Para João Franco, a ditadura era o único meio viável para renovar a composição da Câmara dos Deputados, sendo para tal necessário uma alteração à lei eleitoral, o que ocorreria a 28 de Março de 1895²².

2.2. Lei de 21 de Maio de 1896

Todavia, face ao Decreto acima mencionado, aquilo que se verificou foi uma rejeição total deste por parte dos partidos da oposição. Aliás, estes partidos abstiveram-se nas eleições de Novembro de 1895. José Luciano de Castro, inclusive, em propaganda contra o Decreto, argumentou que ainda mais importante que uma forma de governo monárquica, era a questão da liberdade.

Esta situação teve como consequência um Parlamento monopartidário, sob a presidência de Hintze Ribeiro, o que levaria a que João Franco tivesse de apresentar uma nova reforma eleitoral, lei aprovada a 21 de Maio de 1896.

Cunha Pimentel explicou, por fim, o motivo que havia levado o governo a recuar: «As circunscrições eleitorais mais largas demandam, para o aperfeiçoamento do regime parlamentar, uma perfeita organização partidária e uma educação política que entre nós não existe ainda. A experiência veio demonstrar que ainda era cedo e o governo, vendo que um partido importante se afastou da urna, e da vida parlamentar, tomava como pretexto o alargamento dos círculos, julgou mais importante anuir à vontade soberana dos

²² De notar que esta alteração legislativa tem precisamente a denominação de Decreto e não de Lei, como as seguintes, por ter sido realizada numa fase de ditadura, isto é, num período em que o Parlamento não se encontrava em funcionamento.

Representantes da Nação e voltar aos círculos uninominais.» Numa palavra, o Executivo cederá à pressão dos Progressistas²³.

2.3. Lei de 26 de Julho de 1899

Esta lei será emitida num período em que o Governo é chefiado pelo Partido Progressista, na figura de José Luciano Castro, não tendo nenhum motivo em particular de relevância como causa da sua alteração.

2.4. Decreto de 8 de Agosto de 1901

A denominada “ignóbil porcaria”, de todas as alterações à legislação eleitoral, foi a que mais intuito teve de prejudicar as facções políticas que não pertenciam aos partidos do rotativismo vigente. Se, numa primeira análise, consideramos que a ameaça republicana é a que mais inquieta as forças políticas monárquicas, um olhar mais atento, permite-nos facilmente perceber que a grande ameaça é João Franco e os seus apoiantes: o franquismo.

Se em Novembro de 1899 eram eleitos os três “deputados da peste” (reeleitos em Fevereiro de 1900), aquilo que observamos é que tal ocorreu devido à influência de João Franco.

Nas eleições do Porto tinham sido João Franco e os seus amigos Campos Henriques e José Novais quem apoiara os candidatos republicanos (*Correio da Noite*, de 19 de Fevereiro de 1900). Aliás, no Parlamento, João Franco andava aos abraços a Afonso Costa. «Ainda o vemos republicano», dizia um «hintzáceo», citado pelo *Correio da Noite* (3 de Maio de 1900).²⁴

José Luciano Castro, com a saúde cada vez mais débil, depois de três anos de governo cedeu o seu lugar e o Partido Regenerador tomou novamente o poder. Após a morte de António Serpa, a 23 de Março de 1900, Hintze “era declarado oficialmente chefe do Partido Regenerador”²⁵.

Em 1900, em Julho, João Franco não será convidado para o governo chefiado por Hintze, que, por sua vez, tentara captar apoiantes franquistas. No entanto, nas eleições que ocorreram no final do ano, Franco e alguns dos seus companheiros eram eleitos como deputados enquanto parte integrante da maioria regeneradora. Todavia, apesar de o clima dentro do partido parecer em colisão iminente, na realidade, demorou algum tempo até se dar a cisão definitiva.

Aparentemente, a «gente de Hintze», queria romper, mas os amigos de Franco andavam mansos, evitando dar motivos (carta de José Alpoim de 5 de Janeiro de 1901, em *Correspondência de J. Luciano*, na Anadia, caixa 2, n.º 160). A 13 de Fevereiro, Franco desagradou Hintze com um discurso sobre concessões no ultramar, tendo este reagido um pouco agastado. Mas nem então vieram às mãos. Só a 14 de Maio o deputado «franquista» Malheiro Reimão se atrevia a atacar o Governo por causa do projecto de contribuição predial. Disse-se depois que a declaração de hostilidade por parte de Reimão desagradara a Franco, que a achou

²³ MÓNICA, Maria Filomena – “As Reformas Eleitorais no constitucionalismo monárquico, 1852-1910”... p. 1067.

²⁴ RAMOS, Rui – A Segunda Fundação... p. 220.

²⁵ *Idem, ibidem*.

prematura. Mas no dia seguinte ele seguia o seu camarada, carregando também contra o projecto de lei. Era finalmente, a crise, Franco levou com ele 25 deputados regeneradores²⁶.

Se o Partido Regenerador estava dividido a meio e uma crise política se instalava, com o apoio de D. Carlos, Hintze tem todos os meios a seu dispor para combater o seu ex-companheiro de Governo. De tal modo, em Julho de 1901, em plena agitação, o Parlamento será dissolvido.

É neste contexto que irá surgir o Decreto de 8 de Agosto de 1901. Apesar de não nos focarmos agora nas alterações e como elas afectaram quer os franquistas, quer os republicanos, analisaremos os preparativos que levaram a publicar este Decreto, mais concretamente na cidade do Porto, local onde efectivamente os republicanos eram a “praga” a dizimar.

Como veremos, será Hintze Ribeiro, que à época era presidente do Ministério, a tomar a iniciativa de propor um pacto eleitoral com José Luciano Castro, isto é, uma aliança com os progressistas, quer na eleição para a Câmara dos Deputados de 6 de Outubro de 1901, quer para as municipais de 3 de Novembro de 1901. O objectivo era criar mecanismos, através de uma reforma eleitoral, que impedissem a entrada de João Franco e dos seus camaradas no Parlamento. Tal ligação ficará conhecida como o “regime concubinário de Hintze-Luciano”.

Uns e outros partilhavam então o receio de que a irrupção na cena política de um novo agrupamento chefiado por um líder forte como João Franco viesse acicatar a discórdias nas fileiras dinásticas e abalar a tradicional hegemonia e alternância no governo *dos partidos da rotação*. A par dessa preocupação comum, convergiam também no imediato distintas conveniências tácticas. Para o partido governamental, que precisava de reconstruir a sua debilitada maioria parlamentar, um folgado triunfo eleitoral e, em particular, a severa punição dos «cisonistas» era uma necessidade imperiosa; mas sem um aliado sólido, e tendo de dispersas as suas depauperadas forças na luta contra vários contendores ou até de enfrentar uma coligação adversária, os regeneradores corriam o risco de sofrer um sério desaire.

Por sua vez, para o Partido Progressista, o acordo tinha a vantagem de lhe garantir, a par de outras contrapartidas a nível local, uma representação parlamentar mais ampla com as «comodidades de uma eleição fácil e barata»²⁷.

Apesar da instabilidade que se vivia, o grande foco desta aliança era diminuir as hipóteses dos franquistas, que eram a grande preocupação de Hintze Ribeiro. Aliás, na correspondência trocada entre ele e José Luciano de Castro tal é bastante explícito. É disso exemplo o seguinte trecho:

Castelo-Branco: percebi que o Hintze estava aflito, preocupadíssimo e, evidentemente, resolvido a *tudo*, ainda em risco de graves consequências, no círculo de Castelo-Branco. A solução Tinalhas²⁸, registou-a. Palavras textuais: «Dissolvi a Câmara e faço uma campanha eleitoral, devendo esse grande favor ao Rei, que sabe bem para que o faço... jogo tudo por tudo... pode o acaso ou a má-sorte ser-me desagradável em alguns pontos... prefiro isso a

²⁶ *Idem*, p. 221.

²⁷ ALMEIDA, P. Tavares de – *Nos Bastidores das Eleições de 1881 e 1901: Correspondência política de José Luciano de Castro*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 82.

²⁸ 2.º visconde de Tinalhas, Tomás de Aquino Castro e Câmara, era um grande proprietário de Castelo Branco e apoiante de João Franco.

ceder, seja no que for, no caminho que tracei e a, pela minha mão, vir à Câmara qualquer deputado franquista, seja ele quem for»²⁹.

Hintze, empenhado em criar os maiores obstáculos a João Franco, assume que, com auxílio do Rei, fará de tudo para o conseguir derrotar e para que não tenha assento parlamentar. Surgirá assim a “ignóbil porcaria”.

Porém, a reforma eleitoral não se mostrará suficiente; ainda depois dela, é necessário unir esforços para derrotar os inimigos comuns e manter o *status quo* da época. A 17 de Agosto de 1901, o líder do Partido Progressista escreve a Hintze o seguinte:

Permita-me agora a V. Ex.^a que lhe diga que eu faço o que posso para me desempenhar do voto de confiança que recebi dos meus am.^{os} para dirigir a campanha eleitoral, conciliando quanto possível os interesses do meu partido com os do governo, a quem por considerações de ordem pública não desejo criar dificuldades³⁰.

Estava assim firmado o pacto entre estes dois partidos. Auxiliaram-se mutuamente, inclusive junto dos caciques do poder e durante as épocas eleitorais, de forma a garantir apenas a sua permanência na Câmara dos Deputados.

Apesar de aliados todos os esforços, até ao momento das eleições de 6 de Outubro de 1906, encontram adversidades em algumas cidades. Tendo em consideração que uma das cidades que causou maior ansiedade aos líderes monárquicos foi o Porto, devido a quezílias com os republicanos, importa analisar os seguintes fragmentos:

Envio a V. Ex.^a essa carta do Lima Jr. Chegam aqui notícias de que se fazem várias combinações no Porto: por carta do Teix.^a de Sousa sei que o Hintze está preocupadíssimo, temendo *votos discordantes* – este é o termo usado. Conhece V. Ex.^a, melhor do que eu, as coisas e pessoas do Porto... O que haverá? Quererão discutir a *maioria*? É um perigo, e pode isso prejudicar a nossa política geral. O que eu julgava mais útil seria alcançar as *minorias* e tirar as vantagens locais que fossem decentes arrancar³¹.

E estou certo de que os seus amigos políticos do Porto atenderão às recomendações de V. Ex.^a, concorrendo com os regeneradores na *cidade* do Porto, afim de que os republicanos não apareçam com votação superior à que podem ter. Informação do Pereira e Cunha diz-me que os republicanos, ainda com uma última reunião resolveram ir à urna³².

Porto. Recebi uma carta desesperada do Lima. Abstêm-se: mas vigiam as urnas para os republicanos terem maioria!

Já viu V. Ex.^a uma coisa assim?! Era mais do que *puerilidade* o que eles queriam! Se V. Ex.^a não intervém, a asneira é certa. Eu escrevo ao Lima, insistindo no que V. Ex.^a diz (e que é o que lhe tenho escrito dúzias de vezes) e mostrando que a sua atitude de uma abstenção activa em favor dos republicanos é um erro, um mau passo... e um acto que será explorado contra o partido.³³

²⁹ ALMEIDA, P. Tavares de – *Nos Bastidores das Eleições de 1881 e 1901* ... pp. 90-91.

³⁰ *Idem*, p. 110.

³¹ *Idem*, p. 111.

³² *Idem*, p. 155.

³³ *Idem*, p. 111.

Nesta senda, em relação às eleições no Porto, aquilo que observamos é que alguns membros dirigentes do Partido Progressista da cidade, que tinham sido impedidos de se candidatarem, pretendiam que num dos círculos fosse atribuída a maioria ao seu partido, não concordando com a visão política da aliança firmada. Para os Progressistas ficaram apenas os lugares das minorias.

Para tal, estes ameaçam e apresentam uma vigorosa chantagem, em que, caso não lhes fosse dado o que pretendiam, iriam apoiar os republicanos. Foi assim posto em causa o acordo eleitoral já mencionado, o que criou diversas intrigas e desconforto no seio do Partido Progressista. Não obstante, tal situação foi passível de harmonização e não foi posta em causa a eficácia da aliança, visto que os republicanos nessas eleições não conseguiram eleger nenhum deputado no Porto.

Podemos assim considerar que, apesar de a “ignóbil porcaria” ser um mecanismo que pretendia, primeiramente, combater João Franco e os seus apoiantes, o PRP avultava também um problema das forças políticas do sistema, nomeadamente na cidade do Porto, como acabámos de analisar.

Sem embargo, face aos resultados eleitorais nacionais, concluímos que a vitória e os objectivos foram cumpridos: é inegável que o seu saldo final foi positivo. O Partido Regenerador alcançou uma maioria parlamentar de ampla margem, 107 deputados num total de 155. Os Progressistas alargam a sua representação, passando de 32 deputados na eleição de 1900 para uma representação de 41 deputados. De realçar que foram ainda eleitos 6 deputados independentes que pertenciam a listas preparadas por ambos os partidos.

Por fim, o principal alvo a abater, os franquistas, apenas conseguiram a eleição de um deputado por Arganil. Republicanos e Católicos não conseguiriam sequer obter representação parlamentar. Estavam desta forma praticamente destruídas todas as forças que representavam uma situação de perigo para o sistema rotativista, e que consideravam de comum interesse político.

Escrevo a V. Ex.^a depois de falar com o Hintze, de q.^m fui colher as últimas notícias. Está contente como um Cuco! E sabe que, se não fossem os progressistas de Coimbra (apesar da deserção de alguns) teria levado uma sova.³⁴

Os respectivos resultados só foram possíveis devido à união e apoio dos Progressistas e Regeneradores, como explicita Hintze Ribeiro numa carta a José Luciano de Castro:

Terminaram, felizmente as eleições de deputados, e creio V.Ex.^a não terá recebido de mim motivo de desgosto, como, pela minha parte, só tenho de agradecer a V.Ex.^a a boa vontade que pôs em tudo o que era de superior e comum interesse político.³⁵

³⁴ *Idem*, p. 174.

³⁵ *Idem*, p. 176.

3. Principais alterações na matéria eleitoral

Nesta análise serão referenciadas apenas as alterações legislativas mais relevantes e que tiveram mais impacto.

3.1. Decreto de 28 de Março de 1895

De forma geral, podemos indicar que são seis as principais novidades que este Decreto apresenta. Assistimos a uma redução da capacidade eleitoral. Se outrora poderia ser reivindicado o estatuto de «chefe de família», segundo a nova redação do artigo 1.º, apenas passariam a vigorar duas circunstâncias, não cumulativas, para ser eleitor:

São eleitores para cargos políticos e administrativos todos os cidadãos portugueses, maiores de vinte e um anos e domiciliados em território nacional, em que concorra alguma das seguintes circunstâncias:

- 1.º Ser colectado em uma ou mais contribuições directas do estado por quantia não inferior a 500 réis;
- 2.º Saber ler e escrever.³⁶

Tal alteração surge com base no pretexto do elevado número de cidadãos que, ao abrigo da antiga disposição, se haviam recenseado, o que teria contribuído para a corrupção do voto. Mas a verdade é que com a nova lei se conseguia uma grande diminuição do corpo eleitoral que visava impedir o crescimento do PRP, visto que as camadas urbanas mais desfavorecidas, base eleitoral dos republicanos, teriam uma menor representatividade.

Em segundo lugar, assistimos a uma redução do número de deputados de 170 para 120.

Os artigos 4.º e 5.º do Decreto de Lei alargavam as inelegibilidades para os cidadãos se candidatarem a deputados. Os artigos 8.º e 9.º apresentam uma cota para a representação de certas classes, entre as quais as dos funcionários públicos e dos profissionais liberais, o *numerus clausus* para os primeiros era de 40 e, para os segundos, de 20.

O capítulo III do diploma legal em análise, nos seus artigos 14.º e seguintes, reorganizava a forma como se procediam os recenseamentos, permitindo assim que o Executivo tivesse um maior controle.

Passava a haver, assim, duas modalidades para a inscrição dos eleitores, apesar do recenseamento não ser obrigatório: aqueles que pagavam as contribuições, à partida, seriam automaticamente recenseados, e, aos funcionários públicos aconteceria o mesmo, uma vez que os respectivos ministérios se encarregavam de fornecer os dados necessários para tal; já os cidadãos que invocavam a categoria de alfabetizados (saber ler e escrever) teriam de tomar por

³⁶ Artigo 1.º do Decreto de 28 de Março de 1895.

si a iniciativa de se inscreverem, sendo necessário cumprir um vasto conjunto de procedimentos, o que dificultava o processo.

Todavia, na prática, vão verificar-se, amiúde, ilegalidades por parte das entidades competentes do recenseamento.

Nos principais centros urbanos, os republicanos procuravam exercer uma vigilância apertada sobre as operações de recenseamento, embora os meios ao seu alcance não lhes permitissem muitas vezes a rectificação das irregularidades, mas tão-só a sua denúncia pública. As obstruções e arbitrariedade cometidas assumiram, em determinados períodos, tais proporções que, como ironicamente comenta João de Meneses, «um cidadão [...] tem mais dificuldades em ser recenseado do que em ser ministro, conselheiro ou visconde».³⁷

A introdução de maior relevância neste Decreto de 28 de Março de 1895 é a que retoma o escrutínio por lista em todo o país, que viria a ser a questão que suscitaria uma grande polémica. As eleições de deputados passam assim a ser directas e as normas dispositivas desta matéria estão estipuladas no capítulo IV, artigos 40.º e seguintes do Decreto.

Os círculos seriam plurinominais e com o escrutínio de lista completa em todo o território nacional, correspondendo a 17 círculos eleitorais, coincidentes com os distritos. Visava-se desta forma impedir a entrada de membros do PRP no Parlamento.

Nenhum partido da oposição pode, sob este regime, disputar agora na urna a sua representação no Parlamento. Seja qual for a força de algum dos partidos oposicionistas em Lisboa, no Porto, ou em qualquer outra cidade independente, sejam quais forem as indicações da opinião dos eleitores mais esclarecidos, o Governo e os seus agentes abafarão tudo isso com as votações sertanejas, sempre arranjadas no nosso país por processos fraudulentos e infames para os governos conquistarem a maioria.³⁸

3.2. Lei de 21 de Maio de 1896

Devido às circunstâncias já analisadas, esta lei estipulava que, nas províncias, voltassem a vigorar os círculos uninominais, visto que isso permitia que a oposição conseguisse eleger alguns deputados. Nas cidades, Lisboa e Porto, continuaria em prática a existência de círculos plurinominais.

Esta alteração assentava na ideia de que apenas a população da cidade estaria capaz de votar em listas. A população do resto do País era perspectivada como mais atrasada.

A ilustração destes centros populosos, a fácil e pronta inteligência em que aí podem entrar os eleitores para a combinação da lista múltipla e a quase identificação dos interesses das duas cidades com os grandes industriais e comerciais do país são elementos que aconselham um regime eleitoral diverso.³⁹

³⁷ TRINDADE COELHO - *Manual Político do Cidadão Português*, Lisboa: [s.n.], 1906. p. 473, *apud*. ALMEIDA, P. Tavares de – “Comportamentos Eleitorais em Lisboa (1878-1910)”... p. 125.

³⁸ A Vanguarda de 31 de Março de 1895, *apud*. ALMEIDA, P. Tavares de – “Comportamentos Eleitorais em Lisboa (1878-1910)”... p. 127.

³⁹ MÓNICA, Maria Filomena – “As Reformas Eleitorais no constitucionalismo monárquico, 1852-1910”... p. 1066.

3.3. Lei de 26 de Julho de 1899

Esta lei de 1899 não apresenta nenhuma alteração significativa, sendo assim praticamente uma cópia do que já foi explicado, conservando inclusive o estatuto específico para as cidades de Lisboa e do Porto (sendo eleitos 3 deputados pela Invicta, *cfr.* artigo 40.º).

Passado algum tempo escrevia João de Meneses:

As leis de 96 e 99 foram duas leis essencialmente rotativas, que aproximaram e quase confundiram os dois grandes partidos históricos e custaram ao País, pelo predomínio que deram aos caciques, milhares de contos de réis⁴⁰.

3.4. Decreto de 8 de Agosto de 1901

A já contextualizada “ignóbil porcaria” seria a lei vigente para as eleições que ocorreram a 6 de Outubro de 1901.

Perante a situação criada pelas circunstâncias que sucintamente ficam expostas, entende o Governo que, respeitando-se a constituição do corpo eleitoral como está definida pela legislação vigente, é de instante necessidade alterar imediatamente o modo de eleger, substituindo-se à eleição por círculos plurinominais, com representação de minorias, e adoptando-se conjuntamente, sobre outros assuntos concernentes ao processo do recenseamento e ao da eleição, providências eficazes que assegurem a inscrição eleitoral a todos os cidadãos a que a lei reconhece o direito de votar e garantam a genuína e livre manifestação da vontade dos eleitores na escolha dos representantes da nação.⁴¹

Como indica o seu preâmbulo, as principais alterações prendem-se com a divisão dos círculos, com o regime de escrutínio e com os mecanismos específicos da organização do processo eleitoral.

No que diz respeito ao regime censitário, a nova redação da lei seguirá o modelo já caracterizado pelas disposições que entraram em vigor com o Decreto de 28 de Março de 1895.

Com esta lei, visava-se um maior controlo dos actos relativos ao sufrágio por parte do Executivo. Foi essencial a eliminação dos círculos uninominais (*cfr.* artigos 40.º e seguintes), entrando-se numa nova era em que a reorganização dos círculos eleitorais contemplaria apenas círculos plurinominais, mais especificamente 22 no continente e 4 nas Ilhas Atlânticas (apesar de em alguns territórios coloniais vigorar ainda o regime uninominal).

As cidades de Lisboa e Porto eram, por sua vez, divididas em dois círculos eleitorais, que englobavam os concelhos rurais limítrofes. Simultaneamente, estabeleceu-se para todos os círculos o escrutínio de lista incompleta que admitia, em proporções variáveis, a representação de minorias.⁴²

⁴⁰ ALMEIDA, P. Tavares de – “Comportamentos Eleitorais em Lisboa (1878-1910)”... p. 127.

⁴¹ Preâmbulo do Decreto de 8 de Agosto de 1901.

⁴² SOBRAL, José Manuel; ALMEIDA, Pedro Tavares de – “Caciquismo e poder político...” p. 652.

A representação das minorias seria para promover o assento parlamentar do Partido do sistema rotativista qua não fosse estar no Governo.

Em relação ao processo de controlo eleitoral, importa mencionar as transferências de competências para os servidores do Estado do trabalho executado pelas comissões de recenseamento.

Além de já termos observado que tais alterações iriam priorizar as vontades dos partidos tradicionais, visando afectar os católicos e, em grande foco, os franquistas, que eram o inimigo primordial a abater, a verdade é que o novo modo de escrutínio e a reorganização dos círculos eleitorais afectará os republicanos, sobretudo no Porto e demais zonas urbanas.

Os republicanos, principal agrupamento antidinástico, cuja força eleitoral se concentrava nas grandes cidades, viam-na enfraquecida pelos métodos típicos de *gerrymandering* – mesmo obtendo maiorias nas assembleias urbanas, onde a politização do eleitorado era mais elevada e a ação fiscalizadora relativamente eficaz, esses resultados seriam asfixiados pelos votos da cintura rural.⁴³

Podemos concluir que esta manobra política, realizada através de meios legislativos, alcançaria o sucesso pretendido e permitiria conservar as forças rotativistas no poder. Todavia, os presságios e os obstáculos que já enfrentavam em 1901 preconizavam que um breve sopro seria capaz de desmoronar o frágil sustento deste castelo de cartas. Em 1906, João Franco seria o símbolo do protesto no poder contra os partidos tradicionais e, em menos de uma década a contar desde a “ignóbil porcaria”, o Republicanismo sairia vitorioso nas suas demandas.

4. Eleições de 26 de Novembro de 1899

4.1. Motivos que levaram a anulação das mesmas

De acordo com o artigo 95.º da Lei de 26 de Julho de 1899, “o tribunal de verificação de poderes tem por fim conhecer de todos os processos das eleições de deputados, julgando as reclamações ou protestos apresentantes, e, independentemente de reclamações ou protestos, declarando válidas ou nulas as mesmas eleições”.

No seguimento desta norma, a 26 de Dezembro de 1899, o Tribunal de Verificação de Poderes, num acórdão em que o relator é o Juiz de Direito do Primeiro Distrito Criminal, Francisco Manoel de Almeida, determinará as eleições de Novembro de 1899 nulas. Era necessário repetir o acto eleitoral do círculo n.º 25, onde haviam sido eleitos três deputados republicanos.

Após uma análise intensiva deste acórdão, em resultado do envio de diversos protestos que conduziram a audição de testemunhas, podemos considerar, sumariamente, que foram dez os motivos que levaram a esta decisão.

⁴³ *Idem, ibidem*. p. 652.

Primeiro, observaram-se irregularidades no que toca às escolhas dos presidentes das assembleias eleitorais. Ao contrário do disposto no artigo 44.º e seguintes desta lei, nas assembleias primárias da Sé, Terço, Misericórdia, Santo Ildefonso, Congregados, Trindade e Padrão, os presidentes não foram nomeados pela respectiva comissão de recenseamento, nem escolhidos pela assembleia.

Segundo, na quase totalidade das assembleias não se apuraram os votos um a um, mas sim por maços de dez, vinte, vinte cinco e cinquenta, lendo-se apenas a primeira lista e contando-se o voto desta em detrimento das demais que não se liam (*vide* anexos, cfr. imagem 1). Reclamava-se não haver assim um sistema suficientemente transparente e conforme o ordenamento jurídico, como previsto no artigo 70.º e seguintes da lei que vigorava na época.

Terceiro, verificou-se ainda que na Assembleia dos Congregados, durante algum tempo, fez parte da mesa um indivíduo que não era eleitor, sendo posteriormente substituído por um eleitor indicado pelo respetivo presidente da mesa, nomeação que também não ocorre conforme os trâmites legais. Os restantes motivos foram os seguintes:

Em muitas assembleias votaram inúmeros indivíduos que não estavam recenseados, tomando os nomes de outros que o estavam e que não votaram, violando assim as disposições previstas nos artigos 61.º e seguintes da Lei de 26 de Julho de 1899. A assembleia de Paranhos foi uma das várias em que tal se verificou, com a agravante de que foi inclusiva uma imposição da própria assembleia.

Por sua vez, na Assembleia da Trindade terem tomado parte na eleição da mesa indivíduos que não se encontravam recenseados. Mais, em algumas assembleias não se afixaram os editais que seriam necessários para uma boa e transparente organização do ato eleitoral; enquanto em outras não se cumpriram as duas horas de espera necessárias, deixando por isso de votar muitos eleitores. Em específico, na de Paranhos deixaram de votar por este motivo cerca de 700 eleitores. Aliás, nesta assembleia, houve, por vezes, momentos tumultuosos, não tendo sido acatadas as deliberações da mesa, uma vez que houve instrumentalização da força armada, o que levou à interrupção das operações eleitorais e, por estes motivos, foram efectuadas algumas prisões. Por fim, ainda na Assembleia de Paranhos continuou-se o apuramento depois de se ter posto o sol.

Face aos citados acidentes era imperativo que as eleições de Novembro de 1899 fossem anuladas no círculo 25.

4.2. Resultados das eleições de 26 de Novembro de 1899

Na elite portuense, os progressistas apresentavam assinalável preponderância, motivo pelo qual a cidade se sedimentava como um bastião eleitoral deste partido. Todavia, face aos episódios de descontentamento para com o poder executivo já explicados, os progressistas não apoiaram a formação de nenhuma lista, motivo pelo qual oficialmente optaram por abster-se nas eleições neste círculo eleitoral.

Contudo, foi constituída uma lista de carácter apolítico e multipartidário por parte desta elite, que contou com a presença de António Pinto Magalhães (advogado), Manuel Duarte Pestana Silva (proprietário e lavrador do Douro) e José Gomes Silva (médico). Apesar de apresentar uma forte posição contra o Governo, José Luciano Castro acabará por demonstrar o seu apoio a esta lista, visto que era a única forma, na sua perspectiva, de impedir o avanço das facções anti-monárquicas, os republicanos.

Importa referir que, igualmente, os regeneradores preferiram não concorrer pelo círculo do Porto, optando por, inicialmente, não se intrometer nos conflitos políticos da cidade.

Devido ao descontentamento dos portuenses, surgiu uma lista republicana pelo Porto em 1899. Desde há vários anos que pairava uma crise no PRP, com cisões internas quanto à estratégia política a adoptar. Como protesto contra as leis eleitorais contextualizadas atrás, nem sequer tinham concorrido às eleições legislativas de 1895 e de 1897. Apesar de a Lei de 1899 não apresentar alterações significativas, as circunstâncias anormais permitiram dar um novo alento ao partido e à sua causa, o que resultou na sua candidatura. Percebemos isso através da análise do manifesto eleitoral do PRP, publicado a 20 de Novembro em *A Pátria*, que explorava, nomeadamente, as questões relacionadas com as desastrosas medidas de saúde pública do Governo.

O Partido Republicano considera-se, perante vós, eleitores, como capaz de interpretar completamente os vossos desgostos e ao mesmo tempo as vossas aspirações. Desgostos pelas violências praticadas contra a cidade e que tão largo abalo lhe produziram; aspirações por a implantação de um regime que rasgue à nacionalidade um horizonte de fortuna que não logra há séculos.⁴⁴

Em boa verdade, a aguerrida defesa dos republicanos dos interesses da população do Porto nesta conjuntura, disseminada nomeadamente pela imprensa por si controlada, levará a uma vitória eleitoral dos republicanos no círculo eleitoral n.º 25.

⁴⁴ «Manifesto – Aos Cidadãos Portuenses», in *A Pátria*, n.º 264, 20 de novembro e 1899, p. 2

Tabela 1 - Resultados Finais das Eleições de 26 de Novembro de 1899

Candidatos		Total	Total (%)
Candidatos monárquicos	António Pinto Magalhães	2831	15.03%
	José Gomes Silva	3026	16.06%
	Manuel Duarte Pestana Silva	2653	14.08%
Candidatos republicanos	Afonso Augusto Costa	3383	17.96%
	Francisco Xavier Esteves	3342	17.74%
	Paulo José Falcão	3349	17.75%

FONTE: AHP – Fundo do Tribunal de Verificação de Poderes, AEM, cx. 1637.

Verificámos que os três candidatos com um maior número de votos nas eleições de 26 de Novembro de 1899 são, assim, os representantes do PRP, pela seguinte ordem:

Afonso Augusto Costa (17.96% dos votos); Paulo José Falcão (17.75% dos votos); e Francisco Xavier Esteves (17.74% dos votos).

No entanto, importa fazer uma análise mais detalhada destes resultados por bairro eleitoral.

Ao observar detalhadamente os resultados eleitorais referentes ao Bairro Oriental, podemos concluir que os candidatos do PRP foram os três mais votados, com enfoque para o candidato Afonso Augusto Costa.

Importa ressaltar os resultados de algumas assembleias: na assembleia da Sé, os três candidatos republicanos tiveram apenas mais 20 votos que os candidatos monárquicos (*vide* anexos, cfr. tabela 1); na freguesia do Bonfim, na assembleia do Padrão, os futuros “deputados da peste” obtiveram apenas mais oito votos que os seus adversários políticos; na freguesia de Campanhã, se na assembleia de São Roque os candidatos apoiados pelos partidos do sistema vencem por um total de três votos face aos republicanos, na de Campanhã, estes últimos vão perder de forma clara (*vide* anexos, cfr. tabela 2).

Em relação ao Bairro Ocidental, apesar das vitórias nos locais mais densamente povoados, como por exemplo, nas freguesias de Cedofeita e de Vitória, os republicanos apresentaram duras derrotas nas demais. Destacamos a massiva diferença de número de votos que ocorreu em Ramalde, 147 votos no total para os candidatos da lista republicana, contra os 1086 votos na outra lista (*vide* anexos, cfr. tabela 4).

A propósito, se apenas fossem contabilizados os resultados deste bairro eleitoral para a contagem final deste círculo, seria Afonso Costa o único candidato republicano a obter o mandato de deputado.

Concluimos, assim, que o maior enraizamento dos ideais republicanos, na cidade do Porto, se verificou nas freguesias do Bairro Oriental, onde os seus candidatos obtiveram no total 58.85% dos votos, face ao 48.71% alcançados no Bairro Ocidental (*vide* anexos, cfr. tabela 3 e 6).

É de realçar que a diferença de votos que os candidatos republicanos apresentam entre si é mínima, muito menor que a dos deputados pró-Monarquia no Bairro Oriental, o que contribuiu para a clara vitória do PRP na globalidade das eleições.

4. Eleições de 18 de Fevereiro de 1900

Na repetição das eleições em Fevereiro de 1900, o Governo já apoiou oficialmente uma lista, composta por Abel Pereira Vale, o Conde Campo Belo (cientista) e António Vasconcelos (médico). Apresenta também uma nova atitude de campanha e propaganda eleitoral, demonstrando que o que está verdadeiramente em causa no Porto é a escolha de um regime político: monárquico ou republicano. Novamente perante a candidatura de apenas duas listas, todos aqueles que não almejassem uma República em Portugal deveriam demonstrar o seu apoio à lista apoiada pelo Governo.

Apesar de a situação epidemiológica apresentar progressivas melhorias, tendo inclusive o cordão sanitário sido levantado em Dezembro de 1900, bem como as leis que restringiam a liberdade de imprensa, os republicanos, mais uma vez com o apoio dos socialistas, voltarão a vencer as eleições.

Tabela 2 - Resultados Finais das Eleições de 18 de Fevereiro de 1899

	Candidatos	Total	Total (%)
Candidatos monárquicos	Abel Pereira do Vale	3793	16.18%
	António Vasconcelos	3780	16.14%
	Conde Campo Belo	3781	16.13%
Candidatos republicanos	Afonso Augusto Costa	4026	17.18%
	Francisco Xavier Esteves	4028	17.19%
	Paulo José Falcão	4028	17.19%

FONTE: AHP – Fundo do Tribunal de Verificação de Poderes, AEM, cx. 1989.

Além de assegurarem a vitória, o número absoluto de votos obtidos aumentou e conseguiram, desta vez, vencer em ambos os Bairros do círculo eleitoral n.º 25. Contudo, a verdade é que a 18 de Fevereiro de 1900 a percentagem de votos na globalidade das eleições e a distância face aos candidatos monárquicos foi menor do que nas eleições do ano anterior.

Analisando os resultados por bairro eleitoral, verifica-se que se é verdade que os três deputados republicanos continuam a reunir mais votos no Bairro Oriental, também é verdade

que, desta vez, a diferença é muito ténue face aos demais participantes nestas eleições. Isso deve-se sobretudo à esmagadora derrota sofrida nas freguesias de Campanhã e de Paranhos, onde se verifica também que a taxa de abstenção é menor do que nas restantes freguesias, possivelmente devido aos tumultos e impedimentos ocorridos nessas assembleias eleitorais nas eleições de Novembro de 1899, nomeadamente em Paranhos. Nas restantes freguesias, por norma, a percentagem da taxa de abstenção ronda, aproximadamente, os 50%.

Em relação ao Bairro Ocidental, ao contrário do que verificámos nas eleições de 1899, os republicanos venceram as eleições no Bairro Ocidente a 18 de Fevereiro de 1900 e com uma margem bastante superior face aquilo que se verificou no Bairro Oriental.

Na repetição das eleições foram, assim, novamente eleitos os três “deputados da peste”: Afonso Costa (17.18% dos votos); Francisco Xavier Esteves e Paulo José Falcão (ambos com 17.19% dos votos).

Foram precisamente estes os três deputados que conseguiram assento parlamentar e que ficaram cognominados com o epíteto de “deputados da peste”. Nesta senda, importa, brevemente, identificar o papel destes na Câmara dos Deputados.

A curta intervenção destes deputados do PRP na Câmara dos Deputados teve como um dos seus principais bastiões as duras críticas às medidas tomadas pelo Governo na crise sanitária vivida no Porto, entre as quais a implementação do cordão sanitário com consequências nefastas na economia da cidade. No entanto, bateram-se também por questões relacionadas com os impostos e a organização do sistema judicial, entre outras.

O que se fez foi desarrazoado e causou grandes danos. Desafio qualquer médico que lhe prove que os prejuízos causados pela doença, calculados segundo as boas regras da economia política, são maiores do que as produzidas pelas medidas do governo [...] a obrigação do governo era só ver se tratava de peste atenuada ou de peste intensiva; mas não fez isso e adoptou o sistema de barras, o mais apertado de todos e hoje universalmente condenado.⁴⁵

A Câmara, estranhando que o Governo não tenha apresentado as contas da administração financeira das gerências da sua responsabilidade, e venha propor, em vez do orçamento, um *rol* de gastos e imposições, sem conta nem equilíbrio, afirma que o país não só não pode com mais impostos além dos que sofre actualmente, como precisa de ponderação e restrição dos actualmente existentes [...] quando a opinião pública acentua cada vez mais a importância da questão mais grave que temos tido nos últimos tempos, o Governo trate a questão de dinheiro e se recuse a responder sobre uma questão de honra nacional.⁴⁶

⁴⁵ Excerto de um discurso de Afonso Costa na Câmara dos Deputados, 15 de Março de 1900, Diário da Câmara dos Senhores Deputados, sessão n.º 34 de 15 de Março de 1900, p. 10.

⁴⁶ Excerto de uma moção de ordem de Paulo José Falcão na Câmara dos Deputados, 20 de Abril de 1900, Diário da Câmara dos Senhores Deputados, sessão n.º 48 de 20 de Abril de 1900, p. 7.

6. Eleições de 25 de Novembro de 1900 e de 6 de Outubro de 1901

Em 25 de novembro de 1900, um ano após o pico do surto da peste bubónica, realizam-se de novo eleições a nível nacional. O Governo volta a apresentar uma lista de candidatos para estas eleições. Contudo, apesar da activa participação dos deputados republicanos na Câmara dos Deputados, ainda que durante um curto período, estes começam a perder destaque na imprensa e junto das elites portuenses que, apesar do seu descontentamento no ano anterior, continuam a preferir a estabilidade que o regime vigente lhes oferecia.

Tabela 3 - Resultados Finais das Eleições de 25 de Novembro de 1900

Candidatos		Total	Total (%)
Candidatos monárquicos	Clemente Pinto	7373	21.51%
	Francisco Joaquim Fernandes	7522	21.95%
	Souza Avides	7333	21.39%
Candidatos republicanos	Afonso Augusto Costa	4202	12.26%
	Francisco Xavier Esteves	3901	11.38%
	Paulo José Falcão	3944	11.51%

FONTE: AHP – Fundo do Tribunal de Verificação de Poderes, AEM, cx. 2028.

Nestas eleições, apesar de o número absoluto de votos nos candidatos do PRP não ter alterado significativamente face às eleições de Fevereiro de 1900, uma maior participação eleitoral no sufrágio teve como consequência a derrota dos republicanos, dado que os candidatos monárquicos já seriam pertencentes aos partidos do sistema.

Destacamos, portanto, a considerável derrota dos republicanos, que em termos relativos, não conseguiram obter mais do que 35.15% dos votos na globalidade.

No Bairro Oriental, os republicanos conseguem vencer uma vez mais na freguesia do Bonfim, devido às vitórias nas assembleias do Bonfim e da Boavista. Ainda neste Bairro venceram as eleições na freguesia de Santo Ildefonso, com vitória assegurada em todas as suas assembleias de voto. De realçar ainda a vitória na assembleia da Misericórdia, na freguesia da Sé. Verificamos, uma vez mais, uma pesada derrota em Paranhos, como tem sido padrão ao longo da análise destes dados eleitorais.

Por fim, no Bairro Ocidental, apenas venceram nas Assembleias de Cedofeita e da Lapa. Foi também neste bairro eleitoral que obtiveram os seus piores resultados, como acontecera anteriormente, na assembleia de Ramalde.

Com a situação pandémica já controlada, nestas eleições ambos os partidos tradicionais do sistema apresentaram listas de candidatura.

Tabela 4 - Resultados Finais das Eleições de 6 de Outubro de 1901

	Candidatos	Total	Total (%)
Candidatos monárquicos	Artur Eduardo Brandão	2220	6,02%
	Avelino Monteiro	2241	6,07%
	Francisco José Patrício	2239	6,07%
	José de Cunha Lima	2135	5,79%
	Souza Avides	2220	6,02%
	Clemente Pinto	2861	7,75%
	Carlos Alberto Soares Cardoso	2856	7,74%
	Cristóvão Magalhães Sepúlveda	2853	7,73%
	António de Barbosa Mendonça	2840	7,70%
	Alberto Navarro	2904	7,87%
Candidatos republicanos	Afonso Augusto Costa	2349	6,37%
	Francisco Xavier Esteves	2299	6,23%
	Paulo José Falcão	2285	6,19%
	António José de Almeida	2301	6,24%
	Joaquim Silva Albuquerque	2285	6,19%

FONTE: AHP – Fundo do Tribunal de Verificação de Poderes, AEM, cx. 2063 e cx. 2064C.

Em relação às eleições de 6 de Outubro de 1901, importa realçar que os resultados do círculo eleitoral, com o novo desenho do método típico de *gerrymandering*, não seriam apenas os provenientes do concelho do Porto. Mais, enquanto os candidatos republicanos se apresentaram a eleições, quer no Bairro Ocidental, quer no Bairro Oriental, já os candidatos monárquicos dividiram-se, uma lista para cada um dos bairros.

Observa-se, portanto, que o número absoluto de votos nos candidatos do PRP foi consideravelmente menor face às demais eleições em apreço, visto que certos candidatos submetidos a escrutínio em apenas um dos bairros conseguiram obter uma percentagem de votos superior, quando comparada com estes.

Nestas eleições não nos é possível indicar os candidatos que venceram neste círculo eleitoral, uma vez que a nossa investigação se debruçou exclusivamente nos resultados do concelho do Porto. No entanto, importa mencionar que no Bairro Ocidental, os republicanos não venceram em nenhuma freguesia. Já no Bairro Oriental, local onde os dados desta investigação têm demonstrado que o PRP apresentava um maior predomínio, este partido venceu na freguesia de Santo Ildefonso, nas suas três assembleias de voto, e na freguesia de Bonfim, com

vitória em todas as assembleias, à excepção da assembleia do Padrão. Conquanto, estas vitórias não foram suficientes para alcançar uma vitória neste bairro na sua generalidade, devido à pesada derrota nas assembleias da Misericórdia e de São Roque, onde não obtiveram nenhum voto.

Não obstante, importa inferir destes resultados que os candidatos republicanos, entre si, não apresentam uma diferença substancial de votos, o que demonstra que o seu eleitorado é composto por cidadãos que defendem e acreditam nos ideais políticos defendidos pelo Partido Republicano, ao invés de ser um eleitorado atraído apenas por um elemento dominante desse mesmo partido.

Conclusão

O período em análise demonstra a instabilidade político-social que assolava o território português à época, não só pelos curtos governos e pelas estratégicas alianças e válvulas de escape protagonizadas nos bastidores da cena política, mas também pelo carácter de debilidade das infraestruturas no combate a uma situação de autêntica calamidade de saúde pública.

Nas ruas do Porto sentia-se a presença da mortífera peste bubónica que confinava a população à habitação e constringia qualquer tipo de actividade mercantil e de desenvolvimento económico, devido às as medidas restritivas impostas. Uma cidade sem transeuntes que, a cada dia que passava, testemunhava o aumento de revolta para com o poder executivo, que se via numa situação de manifesto descrédito.

Esta investigação permitiu compreender as diversas alterações na legislação eleitoral que vigorou na época, sendo que o denominador comum para as suas mutações foi sempre a priorização das vontades do partido no poder e da garantia do sistema de forma monárquica. Podemos também ainda concluir que em relação ao Decreto de 8 de Agosto de 1901, que visou afectar os católicos e, especialmente, os franquistas, inimigos primordiais a abater, este teve um duplo sucesso — cumpriu os efeitos pretendidos e, uma vez que, adicionalmente no Porto e demais zonas urbanas, o novo modo de escrutínio e a reorganização dos círculos eleitorais afectaram os republicanos, travou, também, o seu crescimento.

Em relação à forma como as Eleições decorreram, ao contrário das contestações dos republicanos, conforme as normas da Lei Eleitoral em vigor à época, as eleições de 26 de Novembro de 1899 foram devidamente anuladas no círculo eleitoral do Porto.

Mas o principal destaque da nossa investigação, é a conclusão de que a eleição dos três deputados republicanos nas eleições de 26 de Novembro de 1899 e na sua repetição de 18 de Fevereiro de 1900 teve como principal causa um motivo conjuntural: a crise sanitária que se vivia na cidade. Desta forma e como podemos constatar pelos resultados nas subsequentes

eleições, os ideais republicanos não estavam enraizados na sociedade. Apesar de uma maior estabilidade dos resultados dos republicanos no Bairro Oriental, após as eleições de 18 de Fevereiro de 1900, nem junto destas assembleias de voto conseguiram a almejada vitória eleitoral.

A verdade é que já contextualizada, a situação precária sentida no Porto gerou, não somente junto da classe popular, mas também das elites, um forte descontentamento, disseminado pela imprensa.

Mormente, estes republicanos tiveram um papel activo no seu curto período de intervenção na Câmara dos Deputados, episódio este que se mostrou fulcral para a angariação de um maior destaque na opinião pública.

Reitera-se que este estudo centrou-se no comportamento eleitoral verificado no Porto, com um enfoque no Partido Republicano Português, e que para se compreender o enraizamento do republicanismo na sociedade portuguesa, serão necessários estudos semelhantes sobre os resultados eleitorais deste partido em diferentes zonas geográficas.

Por fim, acreditamos que esta é uma análise que introduz uma premissa para um estudo mais aprofundado, numa temática plural, possibilitando estudar inúmeros aspectos, com base em diferentes variáveis, não só em relação à cidade do Porto e ao panorama político nacional, mas nomeadamente ao estado do PRP nos anos finais da sua fase de propaganda.

Fontes

Fontes do Arquivo Histórico Parlamentar

AHP – *Fundo do Tribunal de Verificação de Poderes*, AEM, cx. 1637 (referentes à eleição de 26 de Novembro de 1899);

AHP – *Fundo do Tribunal de Verificação de Poderes*, AEM, cx. 1989 e cx. 1989A (referentes à eleição de 18 de Fevereiro de 1900);

AHP – *Fundo do Tribunal de Verificação de Poderes*, AEM, cx. 2028 e cx. 2028A (referentes à eleição de 25 de Novembro de 1900);

AHP – *Fundo do Tribunal de Verificação de Poderes*, AEM, cx. 2063 e cx. 2064C (referentes à eleição de 6 de Outubro de 1901).

Debates Parlamentares

Diário da Câmara dos Deputados (Março-Junho de 1900).

Fontes hemerográficas

A Pátria, Lisboa, Setembro de 1899 a Fevereiro de 1900; Outubro-Novembro 1900; Junho-Outubro 1901.

Fontes Legislativas

ALMEIDA, P. Tavares de – *Legislação Eleitoral Portuguesa (1820-1926)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998.

Documentação epistolar

ALMEIDA, P. Tavares de – *Nos Bastidores das Eleições de 1881 e 1901: Correspondência política de José Luciano de Castro*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

Bibliografia

ALMEIDA, P. Tavares de – “Comportamentos Eleitorais em Lisboa (1878-1910)”. *Análise Social*. [Em Linha] Vol. XXI, n.º 85 (1985), pp. 111-152. Disponível em WWW:URL: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223476625X7hRU7op8Au42WX1.pdf>>.

— – *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista, 1868-1890*. Lisboa: Difel, 1991.

CATROGA, Fernando – *O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*. 3.ª ed. Lisboa: Casa das Letras, 2010.

— – “O Republicanismo Português (Cultura, História e Política)”. *Revista da Faculdade de Letras – História*. [Em Linha] Porto. III Série, vol. 11 (2010) pp. 94-119. Disponível em WWW:URL: <<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9008.pdf>>.

MÓNICA, Maria Filomena – “As Reformas Eleitorais no constitucionalismo monárquico, 1852-1910”. *Análise Social*. [Em Linha] Vol. XXXI, n.º 139 (1996), pp. 1039-1084. Disponível em WWW:URL: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223396410E4cIS9bh9Gh98WL9.pdf>>.

PONTES, David – *O cerco da peste no Porto: cidade, imprensa, saúde pública na crise sanitária de 1899*. [Em Linha] Porto: Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em WWW:URL: <https://sigarra.up.pt/fcup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=28279>.

RAMOS, Rui – A Segunda Fundação 1890-1926, Vol. 6 In J. Mattoso (org.), “História de Portugal”, Lisboa, Editorial Estampa, 2001, pp. 217-222.

SOBRAL, José Manuel; ALMEIDA, Pedro Tavares de – “Caciquismo e poder político. Reflexões em torno das eleições de 1901”. *Análise Social*. [Em Linha] Vol. XVIII, n.ºs 72, 73, 74. (1982), pp. 649-671. Disponível em WWW:URL: <<http://hdl.handle.net/10362/9128>>.

Anexos

Tabela 1 – Resultados das freguesias da Sé e de Santo Ildefonso nas Eleições de 26 de Novembro 1899

Candidatos		Freguesia da Sé				Freguesia de Santo Ildefonso			
		Assembleia da Sé	Assembleia do Terço	Assembleia da Misericórdia	Total	Assembleia de Santo Ildefonso	Assembleia Congregados	Assembleia Trindade	Total
Candidatos monárquicos	António Pinto Magalhães	43	97	112	252	115	131	90	336
	José Gomes Silva	47	110	124	281	125	154	101	380
	Manuel Duarte Pestana Silva	43	88	102	233	109	117	82	308
Candidatos republicanos	Afonso Augusto Costa	51	141	211	403	231	287	127	645
	Francisco Xavier Esteves	52	130	214	396	217	277	124	618
	Paulo José Falcão	50	127	213	390	230	285	121	636

FONTE: AHP – *Fundo do Tribunal de Verificação de Poderes*, AEM, cx. 1637.

Tabela 2 – Resultados das freguesias de Bonfim, Campanhã e Paranhos nas Eleições de 26 de Novembro de 1899

Candidatos		Freguesia do Bonfim				Freguesia de Campanhã			Freguesia de Paranhos
		Assembleia do Bonfim	Assembleia do Padrão	Assembleia da Boavista	Total	Assembleia de Campanhã	Assembleia de São Roque	Total	Assembleia de Paranhos
Candidatos monárquicos	António Pinto Magalhães	81	92	106	277	107	71	178	134
	José Gomes Silva	89	96	120	310	107	72	179	136
	Manuel Duarte Pestana Silva	71	92	101	254	107	66	173	117
Candidatos republicanos	Afonso Augusto Costa	170	96	155	452	60	69	129	162
	Francisco Xavier Esteves	166	96	148	438	60	70	130	169
	Paulo José Falcão	166	96	151	438	60	73	133	160

FONTE: AHP – *Fundo do Tribunal de Verificação de Poderes*, AEM, cx. 1637.

Tabela 3 – Resultados Finais do Bairro Oriental nas Eleições de 26 de Novembro de 1899

Candidatos		Total	Total (%)
Candidatos monárquicos	António Pinto Magalhães	1179	13.31%
	José Gomes Silva	1281	14.46%
	Manuel Duarte Pestana Silva	1095	12.36%
Candidatos republicanos	Afonso Augusto Costa	1760	19.86%
	Francisco Xavier Esteves	1723	19.44%
	Paulo José Falcão	1732	19.55%

FONTE: AHP – *Fundo do Tribunal de Verificação de Poderes*, AEM, cx. 1637.

Tabela 4 – Resultados das freguesias de São Nicolau, Foz, Cedofeita, Ramalde nas Eleições de 26 de Novembro de 1899

Candidatos		Freguesia de São Nicolau	Freguesia da Foz	Freguesia de Cedofeita				Freguesia de Ramalde
		Assembleia de São Nicolau	Assembleia da Foz, Aldoar e Nevogilde	Assembleia de Carvalhido	Assembleia de Cedofeita	Assembleia da Lapa	Total	Assembleia de Ramalde
Candidatos monárquicos	António Pinto Magalhães	182	275	65	132	106	303	362
	José Gomes Silva	191	289	73	134	107	314	402
	Manuel Duarte Pestana Silva	174	284	64	123	98	285	322
Candidatos republicanos	Afonso Augusto Costa	174	127	81	173	247	501	49
	Francisco Xavier Esteves	170	124	80	171	247	498	49
	Paulo José Falcão	50	127	230	285	245	501	49

FONTE: AHP – *Fundo do Tribunal de Verificação de Poderes*, AEM, cx. 1637.

Tabela 5 – Resultados das freguesias de Massarelos, Lordelo, Vitória, Carvalhido e Miragaia nas Eleições de 26 de Novembro de 1899

Candidatos		Freguesia de Massarelos	Freguesia de Lordelo	Freguesia da Vitória			Freguesia do Carvalhido	Freguesia de Miragaia
		Assembleia de Massarelos	Assembleia do Lordelo	Assembleia da Vitória	Assembleia do Carmo	Total	Assembleia do Carvalhido	Assembleia de Miragaia
Candidatos monárquicos	António Pinto Magalhães	122	159	59	97	156	65	93
	José Gomes Silva	125	161	62	103	165	73	98
	Manuel Duarte Pestana Silva	107	157	56	87	143	64	86
Candidatos republicanos	Afonso Augusto Costa	92	111	300	183	483	81	86
	Francisco Xavier Esteves	110	114	297	173	470	80	84
	Paulo José Falcão	96	112	300	179	479	80	85

FONTE: AHP – *Fundo do Tribunal de Verificação de Poderes*, AEM, cx. 1637.

Tabela 6 – Resultados Finais do Bairro Oriental nas Eleições de 26 de Novembro de 1899

Candidatos		Total	Total (%)
Candidatos monárquicos	António Pinto Magalhães	1652	16.56%
	José Gomes Silva	1745	17.49%
	Manuel Duarte Pestana Silva	1558	15.61%
Candidatos republicanos	Afonso Augusto Costa	1623	16.27%
	Francisco Xavier Esteves	1619	16.23%
	Paulo José Falcão	1617	16.21%

FONTE: AHP – *Fundo do Tribunal de Verificação de Poderes*, AEM, cx. 1637.

Tabela 7 – Resultados das freguesias da Sé e de Santo Ildefonso nas Eleições de 18 de Fevereiro de 1900

Candidatos		Freguesia da Sé				Freguesia de Santo Ildefonso			
		Assembleia da Sé	Assembleia do Terço	Assembleia da Misericórdia	Total	Assembleia de Santo Ildefonso	Assembleia Congregados	Assembleia Trindade	Total
Candidatos monárquicos	Abel Pereira do Vale	66	98	58	222	78	82	110	196
	António Vasconcelos	66	96	56	218	77	83	110	196
	Conde Campo Belo	67	98	58	223	76	82	109	194
Candidatos republicanos	Afonso Augusto Costa	82	191	268	541	380	183	198	889
	Francisco Xavier Esteves	82	191	270	543	378	183	198	888
	Paulo José Falcão	83	191	268	542	378	183	199	887
Lista de entradas		150	290	328	768	363	462	268	1093
Listas inutilizadas		1	1	2	4	1			1
Número de cidadãos recenseados		273	607	605	1485	670	742	548	1980
Número absoluto de abstenções		122	316	275	713	306	280	280	888
Porcentagem da abstenção		44.68%	52.06%	45.45%	48.01%	45.67%	37.84%	51.09%	44.85%

FONTE: AHP – *Fundo do Tribunal de Verificação de Poderes*, AEM, cx. 1989.

Tabela 8 – Resultados das freguesias de Bonfim e de Campanhã nas Eleições de 18 de Fevereiro de 1900

Candidatos		Freguesia do Bonfim				Freguesia de Campanhã			Freguesia de Paranhos
		Assembleia do Bonfim	Assembleia do Padrão	Assembleia da Boavista	Total	Assembleia de Campanhã	Assembleia de São Roque	Total	Assembleia de Paranhos
Candidatos monárquicos	António Pinto Magalhães	110	119	104	333	529	125	178	717
	José Gomes Silva	110	120	104	334	529	124	179	717
	Manuel Duarte Pestana Silva	109	120	104	333	529	125	173	717
Candidatos republicanos	Afonso Augusto Costa	198	122	221	541	22	74	129	68
	Francisco Xavier Esteves	198	122	221	541	22	74	130	68
	Paulo José Falcão	199	122	221	542	22	75	133	68
Lista de entradas		308	244	325	901	550	197	747	786
Listas inutilizadas									1
Número de cidadãos recenseados		548	463	646	1742	576	362	938	900
Número absoluto de abstenções		240	219	321	841	26	165	191	114
Porcentagem da abstenção		43.80%	47.30%	49.69%	48.28%	4.51%	45.58%	20.36%	12.67%

FONTE: AHP – *Fundo do Tribunal de Verificação de Poderes*, AEM, cx. 1989.

Tabela 9 – Resultados Finais do Bairro Oriental nas Eleições de 18 de Fevereiro de 1900

Candidatos		Total	Total (%)
Candidatos monárquicos	Abel Pereira do Vale	2122	16.62
	António Vasconcelos	2118	16.59
	Conde Campo Belo	2121	16.61
Candidatos republicanos	Afonso Augusto Costa	2135	16.72
	Francisco Xavier Esteves	2136	16.73
	Paulo José Falcão	2136	16.73

FONTE: AHP – *Fundo do Tribunal de Verificação de Poderes*, AEM, cx. 1989.

Tabela 10 — Resultados das freguesias de São Nicolau, Foz, Cedofeita e Ramalde nas Eleições de 18 de Fevereiro de 1900

Candidatos		Freguesia de São Nicolau	Freguesia da Foz	Freguesia de Cedofeita			Freguesia de Ramalde	
		Assembleia de São Nicolau	Assembleia da Foz, Aldoar e Nevogilde	Assembleia de Carvalhido	Assembleia de Cedofeita	Assembleia da Lapa	Total	Assembleia de Ramalde
Candidatos monárquicos	Abel Pereira do Vale	75	271	88	77	104	615	541
	António Vasconcelos	74	270	86	77	103	610	541
	Conde Campo Belo	75	270	88	76	104	613	541
Candidatos republicanos	Afonso Augusto Costa	271	189	103	246	276	1085	17
	Francisco Xavier Esteves	272	190	104	246	276	1088	17
	Paulo José Falcão	273	189	103	246	277	1088	17
Lista de entradas		348	461	195	327	382	1713	558
Listas inutilizadas		-	1	3	-	2	6	-
Número de cidadãos recenseados		639	778	362	796	843	2001	599
Número absoluto de abstenções		291	316	164	469	459	1092	41
Porcentagem da abstenção		45.54%	40.62%	45.30%	58.92	54.45%	49.61%	6.85%

FONTE: AHP – *Fundo do Tribunal de Verificação de Poderes*, AEM, cx. 1989A.

Tabela 11 — Resultados das freguesias de Massarelos, Lordelo, Vitória, Carvalhido e Miragaia nas Eleições de 18 de Fevereiro de 1900

Candidatos		Freguesia de Massarelos	Freguesia de Lordelo	Freguesia da Vitória			Freguesia do Carvalhido	Freguesia de Miragaia
		Assembleia de Massarelos	Assembleia do Lordelo	Assembleia da Vitória	Assembleia do Carmo	Total	Assembleia do Carvalhido	Assembleia de Miragaia
Candidatos monárquicos	Abel Pereira do Vale	141	128	91	61	152	88	94
	António Vasconcelos	140	128	90	59	149	86	94
	Conde Campo Belo	140	127	90	58	148	88	91
Candidatos republicanos	Afonso Augusto Costa	106	158	159	251	410	103	115
	Francisco Xavier Esteves	107	159	159	250	409	104	112
	Paulo José Falcão	106	158	158	253	411	103	113
Lista de entradas		252	290	251	312	563	195	206
Listas inutilizadas		5	-	2	1	3	3	-
Número de cidadãos recenseados		447	424	422	476	898	362	380

FONTE: AHP – *Fundo do Tribunal de Verificação de Poderes*, AEM, cx. 1989A.

Tabela 12 — Resultados Finais do Bairro Ocidental das Eleições de 26 de Novembro de 1899

Candidatos		Total	Total (%)
Candidatos monárquicos	Abel Pereira do Vale	1672	15.67%
	António Vasconcelos	1662	15.57%
	Conde Campo Belo	1660	15.56%
Candidatos republicanos	Afonso Augusto Costa	1891	17.69%
	Francisco Xavier Esteves	1892	17.74%
	Paulo José Falcão	1892	17.74%

FONTE: AHP – *Fundo do Tribunal de Verificação de Poderes*, AEM, cx. 1989A.

Tabela 13 — Resultados das freguesias da Sé e de Santo Ildefonso nas Eleições de 25 de Novembro de 1900

Candidatos		Freguesia da Sé				Freguesia de Santo Ildefonso			
		Assembleia da Sé	Assembleia do Terço	Assembleia da Misericórdia	Total	Assembleia de Santo Ildefonso	Assembleia Congregados	Assembleia Trindade	Total
Candidatos monárquicos	Clemente Pinto	130	649	164	943	158	218	196	572
	Francisco Joaquim Fernandes	132	652	172	956	161	208	201	570
	Souza Avides	132	642	161	935	159	210	189	558
Candidatos republicanos	Afonso Augusto Costa	83	190	239	512	328	420	265	1013
	Francisco Xavier Esteves	82	199	224	505	313	386	244	943
	Paulo José Falcão	81	197	222	500	313	382	241	936
Lista de entradas		214	826	399	1439	486	613	447	1546
Listas inutilizadas		-	2	-	2	-	-	-	0
Número de cidadãos recenseados		295	1141	574	2010	736	905	668	2309
Número absoluto de abstenções		81	313	175	569	250	292	221	763
Porcentagem da abstenção		27.46%	27.43%	30.49%	28.31%	33.97%	32.27%	33.08%	33.04%

FONTE: AHP – *Fundo do Tribunal de Verificação de Poderes*, AEM, cx. 2028.

Tabela 14 — Resultados das freguesias de Bonfim, Campanhã e Paranhos nas Eleições de 25 de Novembro de 1900

Candidatos		Freguesia do Bonfim				Freguesia de Campanhã			Freguesia de Paranhos
		Assembleia do Bonfim	Assembleia do Padrão	Assembleia da Boavista	Total	Assembleia de Campanhã	Assembleia de São Roque	Total	Assembleia de Paranhos
Candidatos monárquicos	Clemente Pinto	135	263	134	532	842	475	1317	883
	Francisco Joaquim Fernandes	179	266	156	601	843	475	2635	883
	Souza Avides	136	263	134	533	839	475	1008	883
Candidatos republicanos	Afonso Augusto Costa	246	85	311	642	63	149	212	85
	Francisco Xavier Esteves	199	91	292	582	59	140	199	85
	Paulo José Falcão	235	95	296	626	61	148	209	85
Lista de entradas		383	361	446	1190	909	624	1533	968
Listas inutilizadas		1	2		3			0	
Número de cidadãos recenseados		567	529	700	1796	1000	649	1649	1035
Número absoluto de abstenções		183	166	254	603	91	25	116	67
Porcentagem da abstenção		32.28%	31.38%	36.29%	33.57%	9.1%	3.85%	7.03%	6.47%

FONTE: AHP – *Fundo do Tribunal de Verificação de Poderes*, AEM, cx. 2028.

Tabela 15 — Resultados Finais do Bairro Oriental nas Eleições de 25 de Novembro de 1900

Candidatos		Total	Total (%)
Candidatos monárquicos	Clemente Pinto	4247	21.30
	Francisco Joaquim Fernandes	4328	21.70
	Souza Avides	4223	21.18
Candidatos republicanos	Afonso Augusto Costa	2464	12.36
	Francisco Xavier Esteves	2314	11.60
	Paulo José Falcão	2366	11.86

FONTE: AHP – *Fundo do Tribunal de Verificação de Poderes*, AEM, cx. 2028.

Tabela 16 — Resultados das freguesias de São Nicolau, Foz, Cedofeita e Ramalde nas Eleições de 25 de Novembro de 1900

Candidatos		Freguesia de São Nicolau	Freguesia da Foz	Freguesia de Cedofeita			Freguesia de Ramalde	
		Assembleia de São Nicolau	Assembleia da Foz, Aldoar e Nevogilde	Assembleia de Carvalhido	Assembleia de Cedofeita	Assembleia da Lapa	Total	Assembleia de Ramalde
Candidatos monárquicos	Clemente Pinto	349	411	157	192	241	590	566
	Francisco Joaquim Fernandes	354	419	175	195	238	608	573
	Souza Avides	350	404	160	191	238	589	567
Candidatos republicanos	Afonso Augusto Costa	175	61	153	210	276	639	48
	Francisco Xavier Esteves	171	57	141	198	261	601	17
	Paulo José Falcão	171	56	136	196	264	596	17
Lista de entradas		526	480	316	396	509	1221	605
Listas inutilizadas				4			4	
Número de cidadãos recenseados		686	556	496	728	815	2039	685
Número absoluto de abstenções		160	76	176	332	306	814	80
Porcentagem da abstenção		23.32%	13.67%	35.48%	45.60%	37.55%	39.92%	11.68%

FONTE: AHP – *Fundo do Tribunal de Verificação de Poderes*, AEM, cx. 2028.

Tabela 17 — Resultados das freguesias de Massarelos, Lordelo, Vitória, Carvalhido e Miragaia nas Eleições de 25 de Novembro de 1900

Candidatos		Freguesia de Massarelos	Freguesia de Lordelo	Freguesia da Vitória			Freguesia do Carvalhido	Freguesia de Miragaia
		Assembleia de Massarelos	Assembleia do Lordelo	Assembleia da Vitória	Assembleia do Carmo	Total	Assembleia do Carvalhido	Assembleia de Miragaia
Candidatos monárquicos	Clemente Pinto	156	280	227	220	447	157	326
	Francisco Joaquim Fernandes	162	293	234	226	460	175	325
	Souza Avides	151	288	227	203	430	160	323
Candidatos republicanos	Afonso Augusto Costa	122	201	201	166	367	153	125
	Francisco Xavier Esteves	104	189	181	157	338	141	111
	Paulo José Falcão	108	185	181	154	335	136	110
Lista de entradas		275	480	424	394	818	316	445
Listas inutilizadas					1	1	4	
Número de cidadãos recenseados		420	636	603	594	1197	496	610
Número absoluto de abstenções		145	156	179	199	378	176	165
Porcentagem da abstenção		34.52%	24.53%	29.68%	33.50%	31.58%	35.48%	27.05%

FONTE: AHP – *Fundo do Tribunal de Verificação de Poderes*, AEM, cx. 2028.

Tabela 18 — Resultados Finais do Bairro Ocidental nas Eleições de 25 de Novembro de 1900

	Candidatos	Total	Total (%)
Candidatos monárquicos	Artur Eduardo Brandão	2220	13.98
	Avelino Monteiro	2241	14.11
	Francisco José Patrício	2239	14.10
	José de Cunha Lima	2135	13.45
	Manoel da Sousa Avides	2220	13.98
Candidatos republicanos	Afonso Augusto da Costa	997	6.28
	António José de Almeida	964	6.07
	Francisco Xavier Esteves	957	6.03
	Joaquim Silva Albuquerque	950	5.98
	Paulo José Falcão	955	6.01

FONTA: AHP – *Fundo do Tribunal de Verificação de Poderes*, AEM, cx. 2028.

Tabela 19 — Resultados Finais do Bairro Oriental nas Eleições de 6 de Outubro de 1901

	Candidatos	Total	Total (%)
Candidatos monárquicos	Clemente Joaquim Santos Pinto	2861	13.61
	Carlos Alberto Soares Cardoso	2856	13.59
	Cristóvão Magalhães Sepúlveda	2853	13.57
	António de Barbosa Mendonça	2840	13.51
	Alberto Navarro	2904	13.81
Candidatos republicanos	Afonso Augusto da Costa	1352	6.43
	António José de Almeida	1337	6.36
	Francisco Xavier Esteves	1342	6.38
	Joaquim Silva Albuquerque	1335	6.35
	Paulo José Falcão	1342	6.38

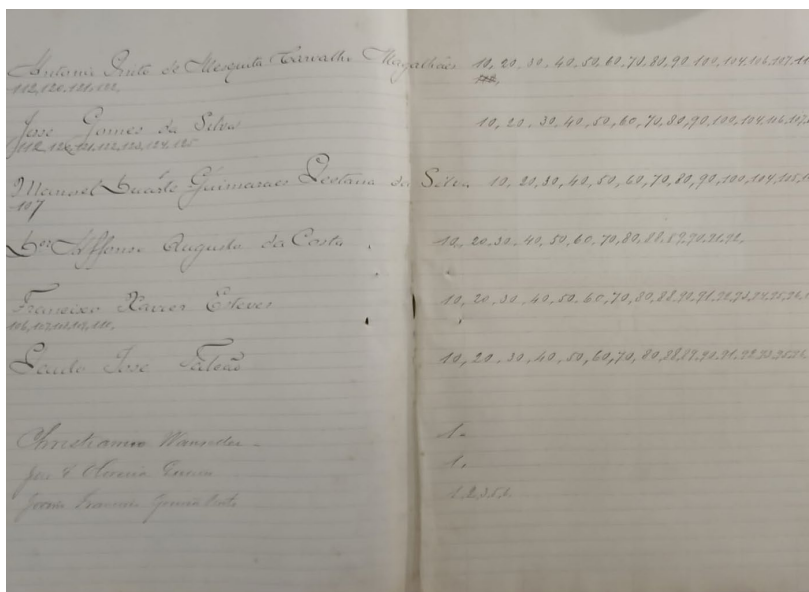
FONTA: AHP – *Fundo do Tribunal de Verificação de Poderes*, AEM, cx. 2063 e cx. 2064C.

Tabela 20 — Resultados Finais do Bairro Ocidental nas Eleições de 6 de Outubro de 1901

	Candidatos	Total	Total (%)
Candidatos monárquicos	Clemente Pinto	3125	21.82
	Francisco Joaquim Fernandes	3194	22.23
	Souza Avides	3102	21.66
Candidatos republicanos	Afonso Augusto Costa	1738	12.13
	Francisco Xavier Esteves	1587	11.08
	Paulo José Falcão	1578	11.01

FONTA: AHP – *Fundo do Tribunal de Verificação de Poderes*, AEM, cx. 2063 e cx. 2064C.

Imagem 1 – Fotografia do Mapa de Apuramento da Assembleia de Massarelos



FONTA: AHP – *Fundo do Tribunal de Verificação de Poderes*, AEM, cx. 1637.

Eleições legislativas no Porto (1895 e agosto de 1906)

Tiago Reis

tiago-reis@outlook.com

Resumo

As grandes questões de investigação formuladas no âmbito do tema em estudo são três. A primeira diz respeito aos diplomas eleitorais que regularam as eleições legislativas de 1895 e 1906 (aqui são abordados os decretos de 28 de março de 1895 e de 4 de agosto de 1901). A segunda prende-se com o modo como os governos monárquicos “fabricavam” vitórias eleitorais, salientando o caciquismo como instrumento de manipulação do voto. A terceira grande questão de investigação relaciona-se com a análise da cobertura jornalística dada pelos jornais portuenses *O Comércio do Porto* e *A Voz Pública* (fontes selecionadas para a redação deste artigo) às eleições legislativas de 1895 e de 1906 na cidade do Porto, eleições estas que se constituem como o objeto de estudo deste artigo.

Os atos eleitorais acima referidos foram selecionados para esta investigação na medida em que, por um lado, não se lhes encontrava associada uma explicação óbvia para os resultados registados no Porto e, por outro, seria interessante compreender como se processava um ato eleitoral no fim do século XIX e no princípio do século XX. Por essa razão, tornou-se interessante estudar o contexto da sua realização.

Palavras-chave: Eleições, Porto, sistemas eleitorais, imprensa.

Abstract

There are three major research questions within the scope of the subject under study. The first concerns the electoral diplomas that regulated the legislative elections of 1895 and 1906 (the decrees of 28th March 1895 and 4th August 1901 are covered here). The second is related to the way in which the monarchic governments “manufactured” electoral victories, emphasizing the *caciquismo* as an instrument of manipulation of the vote. The third major research question is related to the analysis of the journalistic coverage given by the Porto newspapers *O Comércio do Porto* and *A Voz Pública* (sources selected for the writing of this article) to the legislative elections of 1895 and 1906 in the city of Porto, elections that constitute the object of study of this article.

The aforementioned electoral acts were selected for this investigation as, on the one hand, there was not an obvious explanation for the results recorded in Porto and, on the other hand, it would be interesting to understand how an electoral act took place at the end of the XIX century and at the beginning of the XX century. For this reason, it became interesting to study the context of its realization.

Keywords: Elections, Porto, electoral systems, press.

Introdução

Considerando os três subtemas de investigação propostos, selecionei o que se refere à Monarquia Constitucional, sendo o tema definitivo selecionado para esta investigação: «Eleições legislativas no Porto (1895 e agosto de 1906)».

Os atos eleitorais acima referidos foram selecionados para esta investigação na medida em que, por um lado, não se lhes encontrava associada uma explicação óbvia para os resultados registados no Porto e, por outro, seria interessante compreender como se processava um ato eleitoral no fim do século XIX e no princípio do século XX. Por essa razão, tornou-se interessante estudar o contexto da sua realização.

As grandes questões de investigação formuladas no âmbito do tema em estudo são três. A primeira diz respeito aos diplomas eleitorais que regularam as eleições legislativas de 1895 e 1906 (aqui são abordados os decretos de 28 de março de 1895 e de 4 de agosto de 1901). A segunda prende-se com o modo como os governos monárquicos “fabricavam” vitórias eleitorais, salientando o caciquismo como instrumento de manipulação do voto. A terceira grande questão de investigação relaciona-se com a análise da cobertura jornalística dada pelos jornais portuenses *O Comércio do Porto* e *A Voz Pública* (fontes selecionadas para a redação deste artigo) às eleições legislativas de 1895 e de 1906 na cidade do Porto.

No que diz respeito às fontes hemerográficas que utilizamos, *O Comércio do Porto* “foi fundado [...] 1854 [...] com o nome de *O Comércio* [...]. Sete meses depois [...] passou a ser diário e, um ano mais tarde, adotou a designação *O Comércio do Porto*...”¹.

No estatuto editorial do jornal “vinha explícito que pretendia ser uma voz do Norte, capaz de interpretar os anseios da população. Assim, assumiu-se como um jornal de comércio, agricultura e indústria”², velando, sobretudo, pelos interesses empresariais portuenses. Cessou a sua atividade em julho de 2005.

Relativamente ao jornal *A Voz Pública*, este saiu para as bancas ao longo da sua existência sob duas designações distintas: *A República* (de 19 de abril de 1890 a 8 de maio de 1891) e *A Voz Pública* (de 9 de maio de 1891 a 30 de setembro de 1909). A mudança de título do periódico resultou da ação repressiva do poder político sobre a imprensa republicana na sequência da revolta de 31 de janeiro de 1891, na cidade do Porto, no âmbito da qual se efetuou uma primeira tentativa de instaurar o regime republicano em Portugal. O jornal teve como gerente Elísio Castro e como diretor José Bessa de Carvalho (nas edições de 1895) e como editor Domingos

¹ *O Comércio do Porto* in Artigos de apoio Infopédia [Em Linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2019.

² *Idem*.

Gomes Gaspar (nas edições de 1906) e sedes na travessa de Passos Manuel, n.ºs 19 a 23 (nas edições de 1895) e na rua de Santo António, n.º 184 – A (por altura das edições de 1906).

Este jornal diário da esquerda republicana tinha como principais características: uma forte oposição ao regime monárquico (patente logo nos seus editoriais) que era muito mais contundente do que qualquer das críticas ao rei e aos políticos da monarquia que pudessem ser expostas também no jornal de cariz monárquico (“monárquico” pelo menos até à revolução de 5 de outubro de 1910) *O Comércio do Porto*; um inegável papel na dinamização da propaganda republicana no Porto (contando com numerosos correspondentes que faziam chegar à redação, no Porto, as principais notícias das terras em que se encontravam, incluindo informações relacionadas com a realização de conferências e comícios das estruturas republicanas locais, como a Comissão Municipal Republicana do Porto, com a divulgação das listas de candidatos republicanos pelos círculos eleitorais em que o Porto se inseria, nomeadamente o círculo n.º 5, correspondente ao Porto Oriental e o círculo n.º 6, relativo ao Porto Ocidental); a vontade de, enquanto órgão da imprensa local, alcançar uma posição nacional, contando com numerosos correspondentes em várias zonas do país, incluindo Lisboa (de onde enviavam informações relativas às ações de propaganda republicana e aos resultados eleitorais das legislativas e municipais na capital portuguesa); e, finalmente, caracterizava-se ainda pela defesa dos interesses dos operários e por uma maior atenção aos problemas sociais.

1. Contexto histórico

1.1. A ascensão do republicanismo

De acordo com Manuel M. Cardoso Leal, “a vitória do Partido Republicano no círculo de Lisboa, alcançada em março de 1890, com a ajuda informal dos progressistas, no ambiente crítico que se seguiu ao «Ultimato Inglês», foi melindrosa para o regime”³.

Observando a tabela abaixo é possível perceber dinâmicas na evolução dos resultados eleitorais republicanos ao longo das décadas finais do século XIX:

³ LEAL, Manuel M. Cardoso – “Eleições na Monarquia Constitucional: governos, partidos e opinião pública (1852-1910)”. *História. Revista da FLUP*. [Em Linha] Porto. IV Série, vol. 9, n.º 2 (2019) p. 47-48.

Tabela 1 - Evolução da representação parlamentar republicana

Data das eleições	N.º de deputados	Círculos Eleitorais
13 de outubro de 1878	1	Porto
19 de outubro de 1879	1	Porto
21 de agosto de 1881	1	Lisboa
29 de junho de 1884	2	Lisboa
6 de março de 1887	2	Lisboa
20 de outubro de 1889	2	Lisboa (1) Porto (1)
30 de março de 1890	4	Lisboa (3) Acumulação (1)
23 de outubro de 1892	3	Lisboa (2) Porto (1)
15 de abril de 1894	2	Lisboa
17 de novembro de 1895	-	-
2 de maio de 1897	-	-
26 de novembro de 1899	3	Porto
25 de novembro de 1900	-	-
6 de outubro de 1901	-	-
26 de junho de 1904	-	-
12 de fevereiro de 1905	-	-
29 de abril de 1906	1	Lisboa
19 de agosto de 1906	4	Lisboa
5 de abril de 1908	7	Lisboa (4) Beja (1) Setúbal (2)
28 de agosto de 1910	14	Lisboa (11) Beja (1) Setúbal (2)

FONTE: PROENÇA, Maria Cândida – *D. Manuel II*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005, p. 35-36.

Da análise da Tabela 1, percebe-se que há um padrão que une as eleições legislativas nas quais o número de deputados republicanos eleitos foi mais expressivo: todos esses sufrágios ocorreram em momentos em que a conjuntura económica, política ou social foi particularmente dura. Atente-se no seguinte: as eleições de 30 de março de 1890 foram as primeiras imediatamente após o ultimato britânico; as de 23 de outubro de 1892 decorreram ainda em clima de grande pressão económica e social devido aos efeitos da bancarrota parcial de Portugal; o sufrágio realizado em 26 de novembro de 1899 reflete na votação republicana o efeito do descontentamento da população do Porto com o Governo então em funções devido ao

modo como este procedeu para conter o surto de peste bubónica na cidade; as eleições de 19 de agosto de 1906 decorreram durante o período agitado da governação de João Franco; as de 5 de abril de 1908 tiveram lugar escassos dois meses após o regicídio de 1 de fevereiro num acentuado clima antimonárquico; finalmente, nas de 28 de agosto de 1910 os republicanos duplicaram a sua votação face ao sufrágio imediatamente anterior, elegendo catorze parlamentares à Câmara dos Deputados, o que pode ser explicado se se tiver em conta que a eleição decorreu pouco mais de um mês antes da revolução que implantou a República em Portugal com tudo o que isso significa em termos políticos. Por isso, e descontando naturalmente as situações de negociação de lugares entre os partidos monárquicos dominantes e os dirigentes republicanos, o efeito do voto de protesto pode estar presente nos resultados do Partido Republicano Português.

Nas palavras dos autores da *Nova História de Portugal*,

já quanto ao Partido Republicano, é possível avaliar do seu crescimento e da sua implantação ao longo do primeiro decénio do século XX. Nos círculos eleitorais do Sul – distritos de Lisboa, Setúbal, Santarém, Portalegre, Évora, Beja e Leiria -, a votação republicana aumentou consideravelmente entre 1906 e 1910, com relevo para os círculos de Lisboa, Setúbal e Beja, onde foi possível eleger deputados. Este facto vem confirmar a dicotomia, já tantas vezes apontada, entre o Norte e o Sul do Portugal da época.⁴

1.2. Problemas da Monarquia Constitucional no reinado de D. Carlos

D. Carlos é aclamado rei de Portugal em dezembro de 1889 sucedendo ao pai, o rei D. Luís. No mês imediatamente a seguir ao início do seu reinado, D. Carlos vê-se confrontado (a 11 de janeiro) com uma grave crise diplomática: o Ultimato feito pelo Governo da Grã-Bretanha ao governo português. As consequências fizeram-se sentir essencialmente nos domínios político e social. De tal forma que muitos autores assinalam o Ultimato como o evento que marca o início da fase final da monarquia constitucional portuguesa.

Acontecimentos como a bancarrota de 1891-1892 e a ditadura de João Franco (1907-1908), o forte embaraço sentido pela Casa Real e (sobretudo) pelo monarca devido à questão dos adiantamentos (no âmbito da designada «Lista Civil») feitos à margem da lei e do parlamento durante vários anos pelos sucessivos governos, o crescente desgaste da monarquia provocado pela propaganda republicana e, de modo geral, a postura excessivamente interventiva de D. Carlos nos assuntos da governação (nomeando e demitindo governos; dando-lhes condições artificiais para poderem governar, através da nomeação de «fornadas de pares» que lhes assegurassem amplas maiorias na Câmara dos Pares sempre que necessário e, com

⁴MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) – *Portugal da Monarquia para a República*. In SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (dir) - *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença. Vol. XI, p. 421.

isso, granjeando a simpatia de muitos políticos e o azedume de outros tantos) contribuíram para o progressivo descrédito do regime monárquico junto do eleitorado em particular e da população portuguesa em geral.

A etapa final da crise do *rotativismo* monárquico consuma-se entre 1901 e 1906 quando novos partidos (com uma organização mais estruturada que inclui programas políticos, direções partidárias eleitas e redes de militantes) surgem no sistema político português: João Franco abandona o Partido Regenerador para fundar o Partido Regenerador Liberal, Jacinto Cândido da Silva cria o Partido Nacionalista, José Maria de Alpoim dá origem à Dissidência Progressista e a geração de estudantes revolucionários de 1890 revitaliza o Partido Republicano Português⁵.

Tudo culminaria no regicídio de 1 de fevereiro de 1908, na aclamação do infante D. Manuel como rei de Portugal (como D. Manuel II) em maio do mesmo ano e, finalmente, na revolução que implantou a República em Portugal em 5 de outubro de 1910.

2. Sistemas eleitorais vigentes à data das eleições legislativas de 1895 e 1906

No período constitucional monárquico, de acordo com a entrada “sistemas eleitorais” do *Dicionário de História de Portugal*,

houve 22 diplomas sobre matéria eleitoral, dos quais 2 instruções (1820 e 1826), 13 decretos (1834, 1835, 4 de Junho e 8 de Outubro de 1836, 1842, 1846, 1847, 1851, 1852, 1856, 1869, 1895 e 1901) e 7 leis (1822, 1838, 1859, 1878, 1884, 1896 e 1899). A análise das disposições eleitorais ficaria incompleta se não tentássemos determinar o grau em que, na prática, elas favoreceram ou restringiram a participação da população no acto político mais importante do cidadão em regime representativo. Nas actuais condições da investigação histórica no nosso país não poderemos ir muito longe nesta sondagem, que se nos afigura fundamental para a compreensão de muitos aspectos da nossa história oitocentista.⁶

Ainda de acordo com o mesmo autor,

entre as críticas de pendor republicano que atingem os sistemas eleitorais da monarquia representativa, registre-se a de Teófilo Braga (*Soluções Positivas*, vol. I, p. 115): ‘Ao fim de meio século de constitucionalismo em Portugal, chega-se à conclusão histórica de que nunca existiu uma câmara de deputados que não proviesse da candidatura oficial e que, apesar de uma ininterrompida maioria, nunca ministério algum entrou ou saiu do poder por indicação parlamentar, mas pelo arbítrio do poder moderador. Quem se der ao trabalho de formar uma estatística desde 1834 até hoje para observar a evolução da representação nacional e dos ministérios, chega a este resultado compungente, demonstrado pela severidade implacável dos números. Temos o regime absoluto em essência, porém mascarado com o formalismo caro e dissolvente do sistema parlamentar que serve para iludir os incautos na sua ingenuidade.’⁷

⁵ RAMOS, Rui (coord.) – A Segunda Fundação (1890-1926). In José Mattoso (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. Vol. 6, p. 223.

⁶ TENGARRINHA, José – “Sistemas eleitorais”. In SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971. Vol. IV, p. 6.

⁷ *Idem, ibidem*.

2.1. O Decreto de 28 de março de 1895

Referindo-me ao caso concreto das eleições legislativas de 17 de novembro de 1895, as mesmas decorreram ao abrigo do decreto (publicado em ditadura pelo governo regenerador presidido por Hintze Ribeiro e com João Franco como ministro do Reino) de 28 de março de 1895. Assim,

a lei de 1884 [lei Barjona de Freitas] é revogada, no sentido centralizador e autoritário, pelo Decreto de 28 de Março de 1895 (Hintze-Franco), que adopta a solução mais simples para que o governo tenha controle apertado sobre o acto eleitoral: a área dos círculos, plurinominais, coincidia com a dos [dezassete] distritos administrativos, sem representação de minorias e sem que as cidades de Lisboa e Porto fossem destacadas dos seus distritos. Quanto à capacidade eleitoral, o decreto estabelecia serem eleitores os cidadãos portugueses, maiores de 21 anos, que pagassem contribuições directas não inferiores a 500 réis ou que soubessem ler e escrever. Esta disposição eleitoral e as que se lhe seguem só poderão ser correctamente interpretadas à luz das dificuldades crescentes em que se debatia o regime monárquico em Portugal. Com efeito, as leis eleitorais da Monarquia mostram-se especialmente interessadas em afastar da Câmara o seu mais perigoso opositor, o Partido Republicano, cuja projecção e dinamismo revolucionário aumentam constantemente nesse último decénio do século.⁸

Segundo Maria Filomena Mónica, o decreto em referência fazia diminuir o número de deputados dos cento e setenta então em funções para os cento e vinte, “reorganizava (...) os recenseamentos (...) alargava as inelegibilidades (...) fixava um número máximo para a representação de certas classes (...) ressuscitava o escrutínio por lista em todo o país”⁹. Pedro Tavares de Almeida é mais preciso no que toca ao número máximo de funcionários públicos que podiam ser eleitos para a Câmara dos Deputados, que correspondia a quarenta, bem como em relação ao número de advogados e médicos (vinte deputados) a eleger. Esta limitação numérica foi abolida pela lei de 21 de setembro de 1897.¹⁰

2.2. O Decreto de 4 de agosto de 1901

No caso das eleições legislativas realizadas a 19 de agosto de 1906, estas regeram-se por aquele que foi o último diploma eleitoral da Monarquia Constitucional portuguesa e que ficou conhecido pela depreciativa designação de “ignóbil porcaria” que lhe foi emprestada por João Franco, já não regenerador, mas líder do Partido Regenerador-Liberal.

Refiro-me ao Decreto de 4 de agosto de 1901, de acordo com o qual o sufrágio era direto e secreto, o direito de voto e os critérios de elegibilidade como deputado não sofriam alterações face ao diploma eleitoral anterior, o número de deputados previsto para a Câmara dos Deputados era de cento e quarenta e oito (em Portugal Continental e nas Ilhas Adjacentes) a

⁸ *Idem, ibidem.*

⁹ MÓNICA, Maria Filomena – “As Reformas Eleitorais no Constitucionalismo Monárquico, 1852-1910”. *Análise Social*, vol. XXXI, n.º 131 (1996) p. 1064.

¹⁰ ALMEIDA, Pedro Tavares de – *Legislação Eleitoral Portuguesa, 1820-1926*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998, p. 723-729.

eleger por vinte e seis círculos plurinominais e de acordo com um regime de escrutínio de voto limitado ou de lista incompleta (em que o eleitor vota num número de nomes inferior ao dos deputados a eleger no correspondente círculo)¹¹.

Maria Filomena Mónica afirma que:

a 8 de Agosto de 1901, durante as férias parlamentares, Hintze publicava um decreto eleitoral. O país era dividido em grandes círculos plurinominais, com as cidades de Lisboa e Porto desenhadas de forma que os votos urbanos fossem anulados pelos rurais. Além disso, o decreto suprimia as comissões de recenseamento, relativamente independentes, substituídas por comissões de funcionários públicos. A reforma destinava-se, sem margem para dúvidas, a impedir uma aliança em Lisboa entre franquistas e republicanos. [...] Para agradar aos Progressistas, Hintze decidiu restaurar a representação de minorias, extintas desde 1895, e aumentar o número de deputados. [...] Mais do que contra os Republicanos, o decreto era contra Franco. A lei de 1901 manteve-se até 1910, quando a monarquia foi derrubada, na Rotunda, por um bando de sargentos e populares.¹²

2.3. Como os governos monárquicos “fabricavam” vitórias eleitorais: o caciquismo como instrumento de manipulação do voto

As eleições de deputados na Monarquia Constitucional, especialmente na segunda metade do século XIX, não tinham por objetivo fazer corresponder a composição do parlamento à vontade livre e conscientemente expressa pela população portuguesa no momento do sufrágio (até porque, convém não esquecer, o direito de voto estava reservado a, entre outras condições, quem soubesse ler e escrever e era censitário, isto é, só tinha acesso a esse direito político quem auferisse determinado nível de rendimento anual, pagando a correspondente proporção de impostos, fator que excluía automaticamente largos setores da população) mas sim proporcionar vitórias ao partido no governo à data da eleição legislativa e dotá-lo do apoio político de uma robusta maioria de parlamentares na Câmara dos Deputados que lhe permitisse governar com completa estabilidade. Na prática, o monarca nomeava o chefe do governo e, de seguida, eram convocadas eleições para conferir uma aura de legitimidade “democrática” a essa nomeação feita pelo Rei. Dito de outra forma: os atos eleitorais serviam para legitimar uma situação política preexistente¹³.

No contexto da disputa eleitoral, não estavam em causa programas políticos diferenciados com vista à melhor governação possível do reino mas sim a satisfação dos interesses da facção então no Poder. Esta era uma realidade transversal aos partidos da Monarquia que, se necessário fosse, chegavam ao ponto de combinar os resultados eleitorais: o chefe do governo negociava com o líder do principal partido da oposição (geralmente num

¹¹ *Idem*, p. 723-729.

¹² MÓNICA, M. F. – “As Reformas Eleitorais no Constitucionalismo Monárquico, 1852-1910”... pp. 1068-1070.

¹³ LOPES, Fernando Farelo – “Caciquismo e Política em Portugal. Uma perspectiva sobre a Monarquia e a I República”. *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 9 (1991) pp. 127-137.

binómio Partido Regenerador - Partido Progressista) quantos deputados caberia a cada um ainda antes da realização das eleições correspondentes¹⁴. O verdadeiro instrumento para conseguir os resultados pretendidos neste tipo de votações, sem menosprezar evidentemente as cíclicas revisões da lei eleitoral e os “acordos de cavalheiros” que acabei de referir, consistia numa vasta rede de influentes locais (quer nas cidades, quer no mundo rural) agregados aos dois partidos do *rotativismo* e que, dito de modo sucinto, “compravam”, por vezes literalmente, o voto de pessoas que deles dependiam de diversas maneiras.

Maria Filomena Mónica fala de

uma instituição, o caciquismo, que em muito contribuiu para solidificar o regime. O cacique tem sido das personagens mais vilipendiadas da história política. Ele constituiu, todavia, a forma encontrada pelas comunidades rurais para fazer chegar junto do Estado as suas aspirações. As eleições, directas a partir de 1852, continuaram na prática a funcionar como se fossem indirectas. O candidato a deputado conquistava o favor do «influente» e este convencia os dependentes a votarem nele. Num país católico, onde o «padrinho» era uma instituição, isto era, e parecia, natural. Ao contrário do que sucedia nalguns países do Norte da Europa, onde os cidadãos começavam a reagir contra os «vexames», a noção de cidadania só existia, em Portugal, no espírito de alguns iluminados.¹⁵

Continua a autora:

o caciquismo consagrava uma relação desigual, mas os favores passavam em ambos os sentidos. É, aliás, importante distinguir o caciquismo, baseado na troca de favores, dos atropelos administrativos verificados durante o acto eleitoral, de que o mais conhecido era a «chapelada». O primeiro era tido como normal; apenas o segundo era visto como a fraude que efectivamente era.¹⁶

Maria Filomena Mónica refere, também, que: “sendo o voto secreto em Portugal [...], alguma coisa o povo conseguia através deste mecanismo. Os poderosos careciam de quem votasse neles. O povo podia e fazia chantagem sobre quem lhe pedia o voto”¹⁷. Por fim, e no mesmo artigo, a autora afirma que “para os sectores modernizadores, o balanço era negro: ‘O deputado não é livre. O círculo impõe-se [...]. O deputado pode votar tudo, menos o que fizer mal ao que o elegeu, embora isso faça bem à sociedade”¹⁸.

Sobre o tema do caciquismo, Fernando Farelo Lopes assinala que “o poder do cacique numa determinada circunscrição nutria-se da sua capacidade para distribuir bens e serviços por um núcleo mais ou menos reduzido de seguidores ou clientes”¹⁹. O autor sublinha que esta relação entre cacique e cliente funcionava numa lógica de transação mútua. O que proporcionava o influente local ao seu cliente? Oferecia

¹⁴ *Idem, ibidem.*

¹⁵ MÓNICA, M. F. – “As Reformas Eleitorais no Constitucionalismo Monárquico, 1852-1910”... p. 1071.

¹⁶ *Idem, ibidem.*

¹⁷ *Idem, ibidem.*

¹⁸ *Idem*, p. 1048.

¹⁹ LOPES, F. F. – “Caciquismo e Política em Portugal. Uma perspectiva sobre a Monarquia e a I República”... p. 128.

empregos e meios básicos de subsistência; a segurança perante situações de miséria económica ou de doença; a protecção ante o banditismo, os inimigos pessoais e as ameaças públicas (polícias, tribunais, agentes fiscais, serviço militar, etc.). Os caciques garantiam ainda serviços de natureza colectiva (estradas, pontes, escolas...).²⁰

Como retribuía o cliente ao cacique os favores por este prestados? Com

o contributo em trabalho para as terras ou empresas do patrono (embora inserido numa relação distinta da que se reporta ao contrato impessoal); o fornecimento de serviços e bens suplementares para a casa deste, os quais podiam ser substanciais ou possuir um valor meramente simbólico enquanto expressão de deferência; a promoção dos interesses públicos do cacique: desde a defesa da sua reputação até à prestação de informações, passando pelo apoio político e eleitoral.²¹

No entanto, o que a realidade também demonstrava era que, com frequência, os “influentes locais são meros clientes de influentes situados mais acima, os quais, por sua vez, servem influentes em lugar superior, e assim sucessivamente até se formar uma cadeia de redes caciquistas a nível nacional”²². Ainda seguindo esta linha de raciocínio, Farelo Lopes esclarece, citando, que no regime monárquico

o dirigente distrital do partido, que pode exercer o cargo de governador civil quando a sua organização se encontra no poder, é uma figura crucial de uma cadeia cujo topo é o líder partidário – que ocupa quase invariavelmente, quando no poder, o cargo de presidente do Ministério, acumulando, muitas vezes, com a pasta política, o Ministério do Reino – e cuja base reside nos influentes de freguesia ou de aldeia.²³

O mesmo autor revela também (citando a terminologia de J. Varela Ortega) que o principal tipo de caciquismo na monarquia era o “caciquismo burocrático” ou “do Terreiro do Paço” que se alicerçava nos recursos estatais, num panorama em que o erário público era colocado ao serviço de interesses particulares.

Concluindo este ponto, interessa sublinhar que o desinteresse da maioria da população pela vida política do reino (por um conjunto de fatores) era o combustível de que se alimentava esta viciação constante dos processos eleitorais.

3. Eleições legislativas no Porto no reinado de D. Carlos (1889-1908)

3.1. As eleições de deputados na imprensa local

No que diz respeito à questão de investigação «As eleições de deputados na imprensa local», há que fornecer uma pequena explicação sobre o aspeto metodológico.

Nesta investigação, optei por estabelecer uma comparação entre dois atos eleitorais ocorridos em momentos distantes entre si no tempo, mais concretamente as eleições legislativas de 17 de novembro de 1895 e de 19 de agosto de 1906. Recorrendo à técnica de painel,

²⁰ *Idem, ibidem.*

²¹ *Idem, ibidem.*

²² *Idem*, p. 129.

²³ *Idem, ibidem.*

selecionei dois jornais diários existentes nos dois anos acima referidos e portadores de ideologias políticas antagónicas (o *Comércio do Porto*, monárquico, e *A Voz Pública*, republicano), com vista a analisar a cobertura jornalística dada por ambos aos atos eleitorais para a Câmara dos Deputados acima mencionados. De seguida, estabeleci o período que me era mais conveniente para efeitos de análise: de 17 de outubro de 1895 a 24 de novembro de 1895 e de 19 de julho de 1906 a 26 de agosto de 1906. Por uma questão de segurança, decidi alargar o período de análise de duas semanas antes do dia das eleições para um mês; observei, igualmente, um período de uma semana após o dia do ato eleitoral.

Depois de efetuar esta observação relativamente alargada, selecionei cinco dias do período em questão para efeitos de análise intensiva: para a eleição de 1895, a escolha recaiu sobre as datas de 19 e 24 de outubro e 5, 17 e 19 de novembro e, para a de 1906, sobre as datas de 16, 17, 19, 20 e 21 de agosto.

3.1.1. As eleições de 1895 segundo *O Comércio do Porto* e *A Voz Pública*

Início a abordagem ao ato eleitoral de 17 de novembro de 1895 pela ótica estatística.

Observemos a Tabela 2:

Tabela 2 - Número total de notícias publicadas sobre as Eleições Legislativas de 1895 no Porto na imprensa

Jornal	N.º total de notícias/artigos de opinião sobre as eleições
<i>O Comércio do Porto</i>	5
<i>A Voz Pública</i>	12

FONTES: *O Comércio do Porto*. Porto, 19 e 24 de outubro - 5, 17 e 19 de novembro de 1895; *A Voz Pública*. Porto, 19 e 24 de outubro - 5, 17 e 19 de novembro de 1895.

Nos cinco dias selecionados para análise intensiva, contando o número total de notícias/artigos de opinião publicados sobre o ato eleitoral de 1895 no Porto, percebe-se que *A Voz Pública* publicou mais do dobro das notícias do que *O Comércio do Porto* (12 notícias/artigos contra 5).

Observemos, agora, a Tabela 3:

Tabela 3 - Número total de notícias publicadas sobre os monárquicos e os republicanos no âmbito da cobertura noticiosa sobre as Eleições Legislativas de 1895 no Porto na imprensa

Jornal	Total de notícias/artigos – Monárquicos	Total de notícias/artigos - republicanos
<i>O Comércio do Porto</i>	5	0
<i>A Voz Pública</i>	9	3

FONTE: *O Comércio do Porto*. Porto, 19 e 24 de outubro - 5, 17 e 19 de novembro de 1895; *A Voz Pública*. Porto, 19 e 24 de outubro - 5, 17 e 19 de novembro de 1895.

Nos cinco dias selecionados para análise intensiva, contando o número total de notícias/artigos de opinião publicados sobre monárquicos e republicanos no âmbito da cobertura noticiosa sobre as Eleições Legislativas de 1895 no Porto, percebe-se que: *A Voz Pública* escreveu mais sobre os monárquicos do que sobre os republicanos (9 notícias/artigos de opinião sobre os monárquicos contra 3 sobre os republicanos) e a explicação para o facto de *A Voz Pública* dar tão pouca atenção aos republicanos nestas eleições residirá, parece-me, na informação que José Adelino Maltez divulgou na sua página profissional na internet²⁴ que dá conta de que o Partido Progressista não concorreu em muitos círculos eleitorais e de que nos poucos em que o fez, fê-lo em coligação com (estruturas locais do) Partido Republicano Português, parecendo-me plausível que tal situação (não consensual entre os republicanos e cujo diretório do partido terá imposto a abstenção nessas eleições) talvez provocasse embaraço ao jornal *A Voz Pública* que, por via de uma cobertura menos extensa da campanha republicana, terá tentado desviar as atenções desta coligação. Já *O Comércio do Porto* escreveu somente sobre os monárquicos (5 notícias/artigos de opinião), porventura por questões de afinidade politico-ideológica.

A análise do conteúdo das edições selecionadas para o efeito revela informações não só sobre a cobertura feita pelos dois jornais às “campanhas eleitorais” de 1895 e 1906 mas também sobre a forma como as mesmas decorreram.

Assim, no dia 19 de outubro de 1895, o jornal *O Comércio do Porto* não publicou qualquer notícia sobre as eleições nesta data e o jornal *A Voz Pública*, na sua edição nº 1699, referiu na sua manchete uma notícia («Eleição de Deputados») na qual divulgava a informação de que alguém de Vila do Conde tinha como certa a sua nomeação como candidato do partido então no Poder pelo distrito do Porto a deputado à Câmara dos Deputados. Cerca de uma semana mais tarde, a 24 de outubro, o jornal *O Comércio do Porto* não publicou qualquer notícia sobre as eleições e o jornal *A Voz Pública*, na sua edição nº 1704, referiu na sua manchete uma notícia («Candidato Clerical») na qual divulgava a informação de que os párocos de Penafiel estavam em negociações entre si para escolherem um deles como membro a ser nomeado deputado pelo governo de então nas legislativas de 17 de novembro, afirmando também que tudo não passava de mais um exemplo de como o governo se preparava para manipular os resultados eleitorais.

Já no dia 5 de novembro de 1895, o jornal *O Comércio do Porto*, na sua edição nº 263, referiu na sua manchete um artigo de opinião («Revista Política») no qual se refletia, entre outros assuntos, sobre o estado da política portuguesa um ano antes das eleições de 17 de

²⁴ Maltez, José Adelino - *Eleições de 1895*. Maltez [Em linha]. [s.l]: Maltez, 2007. [s.num.].

novembro de 1895 e sobre a sua evolução até à data da realização das mesmas. No caso do jornal *A Voz Pública*, na sua edição nº 1714, da mesma data, publicou na sua manchete um artigo de opinião («Eleições») no qual se refletia sobre a grande dificuldade que o ministro do Reino, João Franco, estava a sentir para conseguir que os seus convites para a nomeação de deputados fossem aceites, dado ter recebido inúmeras recusas.²⁵ Publicou-se (à semelhança do que fez *O Comércio do Porto*), também na manchete, uma notícia («Deputados pelo distrito do Porto») que dava conta da lista já concluída de deputados que haveriam de ser nomeados pelo distrito do Porto e que, de acordo com o jornal, fora elaborada pelo ministro do reino, João Franco.

No dia 17 de novembro de 1895, o jornal *O Comércio do Porto*, na sua edição nº 274, publicou na sua manchete uma notícia («Assembleias eleitorais») na qual se divulgavam os nomes dos representantes da autoridade nas assembleias eleitorais do Bairro Ocidental da cidade do Porto. Só no dia das eleições é que esta lista ficou definitivamente fechada. Já o jornal *A Voz Pública*, na sua edição nº 1725, publicou na sua manchete uma notícia («Substituição») na qual se divulgava a substituição, por motivos de saúde, do presidente da assembleia eleitoral de Santa Marinha (concelho de Vila Nova de Gaia).

No dia 19 de novembro de 1895, o jornal *O Comércio do Porto*, na sua edição nº 275, publicou uma notícia («Eleições de deputados») que dava conta dos resultados eleitorais destas legislativas em alguns concelhos do distrito do Porto (círculo eleitoral nº6), ficando a faltar os concelhos de Vila Nova de Gaia, Lousada, Maia e Gondomar.

Tabela 4 - Resultados em alguns concelhos do círculo eleitoral nº 6 (Porto Ocidental)

Círculo Eleitoral nº 6 (Porto Ocidental)		
Concelhos	Regeneradores	Católicos
Penafiel	1206	602
Bouças	1094	123
Paredes	1322	98
Vila do Conde	1311	247
Póvoa de Varzim	1770	530
Felgueiras	1330	487
Valongo	1103	331
Baião	1010	235
Amarante	1273	-
Paços de Ferreira	714	-
Santo Tirso	1369	498
Marco de Canaveses	1928	410
TOTAL	15430	3561

FONTE: *O Comércio do Porto*. Porto, 19/11/1895.

²⁵ «Eleições». *A Voz Pública*. Porto, 05/11/1895, p. 1.

O Comércio do Porto de 19 de novembro de 1895 publicou uma notícia («Gondomar, 18 de novembro») que dava conta dos resultados eleitorais destas legislativas no concelho de Gondomar (círculo eleitoral nº 6) que ainda não eram conhecidos na outra notícia do mesmo dia. Deste modo, foi levado ao conhecimento do público que em Gondomar “a lista governamental obteve aqui (S. Cosme) e em todo o concelho 587 votos e os católicos 298. Não houve ocorrência digna de mencionar-se. – (*Do nosso corresp.*).”²⁶ Adicionalmente (na mesma coluna) pode encontrar-se a informação de que em outros concelhos do mesmo círculo eleitoral a votação decorreu da seguinte forma, como observável na Tabela 5 (da mesma edição de 19 de novembro de 1895):

Tabela 5 - Resultados eleitorais nos concelhos de Baião (neste concelho a oposição não foi às urnas), Santo Tirso e Marco de Canaveses

Candidato	Baião	Santo Tirso	Marco de Canaveses	
Campos Henriques	1027	1369	2048	
Barbosa de Mendonça	942	1279	1954	
Veloso da Cruz		1279	1928	
Morais Carvalho		1126	1928	
Augusto Gama		1129	1928	
Diogo Cabral		1369	1804	
Teixeira de Vasconcelos		1299	2002	
Lopes Coelho		1299	2002	
Pinto Leite		1199	1897	
Manuel Guedes		1299	2016	
Sousa Avides		1299	1952	
Wenceslau de Lima		1299	1900	
Sena Freitas		235	500	410
José de Saldanha			500	410
D. Tomás de Almeida	500		410	

FONTE: *O Comércio do Porto*. Porto, 19/11/1895.

O jornal *A Voz Pública*, na sua edição nº 1726, de 19 de novembro de 1895, publicou na sua manchete um artigo de opinião («Epílogo») no qual se produzia uma crítica ao ato eleitoral realizado dois dias antes e ao sistema político como um todo.

De qualquer modo, e para terminar este ponto, cumpre-me fazer uma ressalva: as edições consultadas de ambos os jornais não permitem conhecer a globalidade dos resultados no Porto (na cidade e no distrito), mas foi o Partido Regenerador a vencer as eleições no reino.

²⁶ «Gondomar, 18 de novembro». *O Comércio do Porto*. Porto, 19/11/1895, p. 3.

3.1.2. As eleições de 1906 segundo *O Comércio do Porto* e *A Voz Pública*

À semelhança do que sucedeu no ponto 3.1.1., iniciarei uma abordagem estatística ao ato eleitoral de 19 de agosto de 1906.

Observemos a Tabela 6:

Tabela 6 - Número total de notícias publicadas sobre as Eleições Legislativas de 1906 no Porto na imprensa

Jornal	N.º total de notícias/artigos de opinião sobre as eleições
<i>O Comércio do Porto</i>	11
<i>A Voz Pública</i>	13

FONTE: *O Comércio do Porto*. Porto, 16, 17, 19, 20 e 21 de agosto de 1906; *A Voz Pública*. Porto, 16, 17, 19, 20 e 21 de agosto de 1906.

Nos cinco dias selecionados para análise intensiva, contando o número total de notícias/artigos de opinião publicados sobre o ato eleitoral de 1906 no Porto, percebe-se que *A Voz Pública* publicou apenas mais duas notícias/artigos de opinião do que *O Comércio do Porto* (13 notícias contra 11), verificando-se assim um maior equilíbrio numérico entre ambos os jornais face ao apurado para 1895. No caso concreto de *O Comércio do Porto*, este periódico até publicou em 1906 mais do dobro das notícias/artigos que publicou em 1895. Talvez o maior número de notícias publicadas por *A Voz Pública* relativamente ao tema das eleições de 1895 e 1906 face ao publicado por *O Comércio do Porto* (monárquico) esteja relacionado com a dinâmica da ação contestatária face ao regime monárquico e propagandística das virtudes do republicanismo que caracterizava este jornal da esquerda republicana.

Observemos a Tabela 7:²⁷

Tabela 7 - Número total de notícias publicadas sobre os monárquicos e os republicanos no âmbito da cobertura noticiosa sobre as Eleições Legislativas de 1906 no Porto na imprensa

Jornal	N.º total de notícias/artigos - Monárquicos	N.º total de Notícias/artigos – republicanos
<i>O Comércio do Porto</i>	8,5	2,5
<i>A Voz Pública</i> .	3,5	9,5

FONTE: *O Comércio do Porto*. Porto, 16, 17, 19, 20 e 21 de agosto de 1906; *A Voz Pública*. Porto, 16, 17, 19, 20 e 21 de agosto de 1906.

Nos cinco dias selecionados para análise intensiva, contando o número total de notícias/artigos de opinião publicados sobre os monárquicos e sobre os republicanos no âmbito da cobertura noticiosa sobre as eleições legislativas de 1906 no Porto, percebe-se que: a) *A Voz Pública* publicou maior número de notícias/artigos de opinião sobre os republicanos do que

²⁷ As notícias relativas diretamente a resultados e procedimentos eleitorais sendo alusivas tanto a monárquicos como a republicanos levaram-me a, perante cada uma dessas notícias, atribuir metade da notícia aos monárquicos e a outra metade aos republicanos (daí se observar na Tabela 9 valores como “8,5”, “2,5”, “3,5” e “9,5”).

sobre os monárquicos (9,5 notícias/artigos contra 3,5), b) *O Comércio do Porto* publicou (ao contrário de *A Voz Pública*) um maior número de notícias/artigos de opinião sobre os monárquicos do que sobre os republicanos (8,5 notícias/artigos contra 2,5), c) *A Voz Pública* inverteu (em 1906), em termos de número de notícias publicadas sobre monárquicos e republicanos, a tendência verificada nas edições selecionadas de 1895, d) *O Comércio do Porto* manteve (em 1906), em termos de número de notícias publicadas sobre monárquicos e republicanos a mesma tendência de 1895 sendo que, neste último ano, nem sequer escreveu sobre os republicanos.

No dia 16 de agosto de 1906, o jornal *O Comércio do Porto*, na sua edição nº 193, publicou na manchete uma notícia («Os candidatos a deputados pelo Porto») na qual se divulgava a lista de candidatos a deputados pelo distrito do Porto por partidos políticos. Os seus nomes poderão ser consultados na tabela abaixo:

Tabela 8 - Candidatos a deputados pelo distrito do Porto

Círculo Oriental (nº5)		
Concentração Liberal (Governamentais)	Regeneradores (Oposição)	Republicanos (Oposição)
José de Abreu do Couto de Amorim Novais	Alberto de Castro Pereira de Almeida Navarro	António Luís Gomes
José da Cunha Rola	Clemente Joaquim dos Santos Pinto	Antão Fernandes de Carvalho
D. Luís Pizarro Cunha Portocarrero	Manuel de Sousa Avides	António Augusto Cerqueira Coimbra
Paulo de Barros Pinto Osório	José Fernando de Sousa	Francisco Xavier Esteves
Luís Vaz de Carvalho Crespo	Francisco Joaquim Fernandes	Teófilo Braga
Círculo Ocidental (nº6)		
Concentração Liberal (Governamentais)	Regeneradores (Oposição)	Republicanos (Oposição)
Henrique Carlos de Carvalho Kendall	Conde de Paçô Vieira	Abílio Guerra Junqueiro
Adriano Antero de Sousa Pinto	Conde de Castro Solla	Manoel Augusto Alves da Veiga
José Domingues de Oliveira	José António Alves Ferreira de Lemos Júnior	António Francisco Coelho
Alfredo Ferreira de Matos	José Joaquim Mendes Leal	João José de Freitas
Artur Eduardo de Almeida Brandão	João Pinto Rodrigues dos Santos	José Nunes da Ponte

FONTE: *O Comércio do Porto*. Porto, 16/08/1906, edição nº 193.

O jornal *A Voz Pública*, na sua edição nº 5051, publicou (tal como *O Comércio do Porto*) uma notícia («Candidatos Republicanos») na qual se divulgavam os nomes dos candidatos do PRP no Porto - Bairro Oriental (círculo n.º 5) e Porto - Bairro Ocidental (círculo n.º 6). Na manchete há uma notícia («Propaganda Republicana – Os comícios de ontem») na qual se alude ao modo como correram os comícios da véspera.

No dia 17 de agosto de 1906, o jornal *O Comércio do Porto*, na sua edição nº 194, publicou uma notícia («Centro Regenerador-Liberal») na qual se podia ler a lista de candidatos a deputados pela cidade do Porto pela Concentração Liberal (Partido Regenerador-Liberal + Partido Progressista).

O jornal *A Voz Pública*, na sua edição nº 5052, publicou na manchete uma notícia («Propaganda Republicana em Cedofeita e Vitória e em Vila Nova de Gaia») na qual se anunciava a realização de conferências republicanas em Cedofeita, em Vitória e em Vila Nova de Gaia para efeitos de propaganda.

No dia 19 de agosto de 1906, o jornal *O Comércio do Porto*, na sua edição nº 196, publicou na manchete uma notícia («As eleições forças militares») na qual se anunciava que seriam enviadas forças militares para vigiar determinadas assembleias eleitorais em diversos concelhos do distrito eleitoral do Porto. Ainda na primeira página do jornal surgia a notícia «Eleição de Deputados» que informava os leitores sobre os nomes das pessoas que iriam representar a autoridade nas assembleias eleitorais do concelho de Vila Nova de Gaia.

O jornal *A Voz Pública*, na sua edição nº 5054, da mesma data, publicou na manchete uma notícia («Representantes do Partido Republicano nas Assembleias Eleitorais») em que era divulgada a lista dos representantes do Partido Republicano Português nas Assembleias Eleitorais.

No dia 20 de agosto de 1906, o jornal *O Comércio do Porto*, no suplemento ao número 196 de 19 de agosto, publicou um artigo intitulado «Eleições» no qual era produzida uma crítica à lei eleitoral em vigor à data das eleições legislativas da véspera (o decreto de 4 de agosto de 1901). Surge, igualmente na primeira página, uma notícia intitulada «A Eleição no Porto» que consistia numa descrição da forma como decorreram o ato eleitoral na cidade do Porto (referência a pequenos incidentes nas assembleias eleitorais como, por exemplo, a ação dos *marcas*, ou seja, pessoas que votavam, fraudulentamente, por outro(s) indivíduo(s), aos primeiros resultados da eleição e a considerações de outra ordem):

O ato eleitoral decorreu com regularidade no Porto, aparte incidentes que sempre se dão nestas ocasiões, ficando assim, por completo, demonstrada a inanidade da concentração da força pública. Os diversos partidos em luta tiveram representação nas mesas das assembleias eleitorais, como já acontecera na penúltima eleição de 29 de abril do corrente ano. [...]

O apuramento concluiu em todas as assembleias, exceto nas dos Congregados e de Paranhos. Todavia, o apuramento pendente pouco pode influir no resultado geral da votação. [...]

Houve diversos incidentes, no fundo sem importância de maior. [...]

Em Massarelos houve *ligeiras alterações*, devido isso *a eleitores recenseados em outras freguesias desejarem votar ali*. Foi preso o trabalhador António Pascoal Ximenes e levado para a 7.^a esquadra policial, por se apurar que, depois de ter votado, tentava votar novamente por um indivíduo ausente. [...] ²⁸

²⁸ “A Eleição no Porto”. *O Comércio do Porto*. Porto, 20/08/1906, p. 1.

De seguida, na mesma edição, há que referir a notícia «Os outros Círculos» que informava de modo breve os leitores sobre a forma como o ato eleitoral decorreu em vários círculos mormente no norte de Portugal sendo que os resultados mais importantes para esta investigação são os dos círculos eleitorais n.ºs 5 (Porto Oriental) e 6 (Porto Ocidental). Neste suplemento ao número 196 de 19 de agosto foi fornecida aos leitores uma tabela (Tabela 9), intitulada «Círculo Oriental e Círculo Ocidental», representativa dos resultados eleitorais nos bairros oriental e ocidental da cidade do Porto e que abaixo se expõe:

Tabela 9 - Resultados do sufrágio de agosto de 1906 nos bairros oriental e ocidental da cidade

CIRCULO ORIENTAL															
	Amorim Novaes	Cunha Rolla	Luiz Fortocarrero	Paulo de Barros	Garvalho Orespo	Almeida Navarro	Clemente Pinto	Souza Avides	Fernando de Souza	Francisco Fernandes	Antonio Luis Gomes	Antão de Carvalho	Cerqueira Coimbra	Xavier Esteves	Theophilo Braga
Sé.....	52	50	51	51	49	116	116	115	113	115	26	26	27	27	27
Terço.....	382	378	373	378	373	180	149	151	147	147	71	67	67	70	69
Misericórdia.....	95	87	88	87	85	138	139	135	143	153	87	84	80	83	82
Santo Ildefonso.....	215	210	209	210	207	68	68	68	76	78	131	129	130	125	128
Congregados.....	174	165	164	165	160	123	122	124	115	118	158	155	155	159	155
Trindade.....	125	118	112	112	118	150	150	150	151	157	134	134	134	134	134
Bomfim.....	107	103	101	104	85	88	89	90	92	179	172	167	162	162	165
Padrão.....	182	160	143	146	145	112	112	118	116	124	97	92	94	94	93
Boavista.....	245	241	235	238	234	104	104	103	102	139	157	151	152	153	153
Campanhã.....	359	334	335	326	330	188	186	188	193	198	63	60	60	62	62
S. Roque.....	183	181	188	168	177	226	225	220	211	234	84	83	81	82	82
Paranhos.....	300	300	300	300	300	240	240	240	240	240	90	90	90	90	90
Total geral.....	2:379	2:317	2:279	2:285	2:263	1:708	1:708	1:705	1:699	1:878	1:250	1:218	1:202	1:227	1:217
CIRCULO OCCIDENTAL															
	Henrique Kendall	Adriano Anthero	Domingues de Oliveira	Ferreira de Mattos	Arthur Brandão	Paço Vieira	Castro Solla	Ferreira de Lemos	Mendes Leal	Pinto dos Santos	Guerra Junqueiro	Alves da Veiga	Antonio Coelho	João de Freitas	Nunes da Ponte
Lapa.....	176	175	180	181	172	250	250	250	250	259	143	142	141	150	137
Carvalhido.....	206	203	205	204	207	96	103	101	102	106	61	60	60	59	58
Cedofeita.....	208	210	219	211	213	189	187	187	187	193	118	124	117	117	120
Carmo.....	205	204	206	204	205	98	97	95	96	97	104	102	102	102	105
Victoria.....	153	151	157	153	145	144	144	142	140	157	61	62	61	61	60
S. Nicolau.....	174	171	176	173	165	171	171	172	171	173	101	99	99	99	100
Miragaya.....	329	329	336	329	323	123	125	140	123	127	62	63	62	63	65
Massarelos.....	113	114	115	114	112	166	167	166	165	169	55	54	54	54	55
Lordello.....	192	191	193	192	193	221	221	220	221	224	153	154	153	152	153
Foz.....	307	307	312	303	298	300	298	297	292	314	87	85	86	87	96
Ramside.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total geral.....	2:063	2:055	2:099	2:064	2:033	1:758	1:763	1:770	1:747	1:819	945	945	934	944	949

FONTE: *O Comércio do Porto*. Porto, 20/08/1906.

Já o jornal *A Voz Pública*, no suplemento (com data de 20 de agosto) à edição nº 5054 de 19 de agosto, na primeira página, também fornecia aos leitores uma tabela intitulada «Eleições» com os resultados do sufrágio divididos pelos bairros oriental e ocidental da cidade e os nomes dos candidatos envolvidos e agrupados por facção política conforme se poderá verificar na Tabela 10:

Tabela 10 - Resultados do sufrágio de agosto de 1906 nos bairros oriental e ocidental da cidade

FONTE: *A Voz Pública*. Porto, 20/08/1906.

Ainda neste suplemento surge: um artigo de opinião alusivo aos resultados eleitorais no Porto, com o título «Viva a República»; também na primeira página surge uma notícia em que se estabelece uma comparação entre os resultados da eleição de 29 de abril de 1906 com a de 19 de agosto do mesmo ano no Porto, com o título «Votação Anterior»; ainda na mesma página é feito um relato sobre a forma como decorreram as votações em várias assembleias de voto da cidade do Porto, sob o título «No Porto»²⁹, sendo possível recolher informações sobre a ocorrência de incidentes durante o ato eleitoral em determinadas assembleias de voto que não foram referidas anteriormente como sejam as dos Congregados, da Lapa, de Cedofeita e de Lordelo.

Já na segunda página do suplemento de 20 de agosto, surge uma notícia em que são divulgados os resultados eleitorais em Amarante, Lousada, Santo Tirso e Marco de Canaveses, sob o título «Nas províncias»; finalmente (e também na mesma página), uma notícia que dava

²⁹ «No Porto». *A Voz Pública*. Porto, 20/08/1906, p. 1

conta de que o Governo tinha perdido a eleição no círculo ocidental do distrito, sob o título «O Governo perde um círculo no distrito do Porto». Eis o que nos diz *ipsis verbis* o texto noticioso:

O governo perde um círculo no distrito do Porto.

Sabemos à última hora, por notícia emanada do Centro Regenerador desta cidade, que o governo foi batido no círculo ocidental do distrito, estando eleitos os candidatos da maioria da coligação regeneradora-dissidente-nacionalista.

Eis aí uma notícia que deve arrefecer bastante os entusiasmos francáceos.³⁰

No dia 21 de agosto de 1906, o jornal *O Comércio do Porto*, publicou na manchete uma notícia («Os novos deputados») na qual foi dado destaque aos nomes dos deputados eleitos pelos dois círculos (5 e 6) do Porto com uma lista dividida por círculos eleitorais a nível nacional com os nomes dos deputados eleitos e os partidos a que pertenciam, terminando com a composição provisória da nova Câmara dos Deputados, partido a partido. Observe-se as três tabelas seguintes (11, 12 e 13), extraídas da referida notícia:

Tabela 11 - Candidatos a deputados eleitos pelo círculo oriental (nº5) do Porto

Círculo Oriental (nº5)			
Partido Regenerador-Liberal	Partido Progressista	Partido Regenerador	Dissidência
José de Abreu do Couto Pinto de Amorim Novais (Ministro da Justiça do Governo em funções)	Paulo de Barros Pinto Osório	Clemente Joaquim dos Santos Pinto	Francisco Joaquim Fernandes
José da Cunha Rola Pereira	Luís Vaz de Carvalho Crespo	_____	_____
D. Luís Pizarro da Cunha Portocarrero	_____	_____	_____

FONTE: *O Comércio do Porto*. Porto, 21/08/1906.

Tabela 12 - Candidatos a deputados eleitos pelo círculo ocidental (nº6) do Porto

Círculo Ocidental (nº6)			
Partido Regenerador-Liberal	Partido Progressista	Partido Regenerador	Dissidência
José Domingues de Oliveira	Henrique Carlos de Carvalho Kendall	Conde de Castro Solla	João Pinto Rodrigues dos Santos
Alfredo Ferreira de Matos	_____	Conde de Paçô Vieira	_____
Artur Eduardo de Almeida Brandão	_____	_____	_____

FONTE: *O Comércio do Porto*. Porto, 21/08/1906.

³⁰ *A Voz Pública*. Porto, 20/08/1906, p. 2.

O Comércio do Porto deu, na notícia acima referida, como eleitos estes candidatos a deputados pelos dois círculos do Porto ainda que a contagem dos votos não estivesse completa: “O resultado da eleição nos dois círculos do Porto depende ainda da adjunção dos apuramentos nas assembleias dos 16 concelhos deste distrito. Todavia, os que tem mais probabilidades de ficar eleitos são os cavalheiros indicados.”³¹

Seguem-se os resultados então provisórios avançados por *O Comércio do Porto* com a vitória a nível nacional da Concentração Liberal (Partido Regenerador-Liberal em coligação com o Partido Progressista):

Tabela 13 - Composição provisória da nova Câmara dos Deputados saída das eleições de 19 de agosto de 1906

Partidos Políticos	N.º de deputados eleitos
Regeneradores-liberais	67
Progressistas	42
Regeneradores	27
Republicanos	4
Nacionalistas	1
Dissidentes	4
Independentes	3
TOTAL	148

FONTE: *O Comércio do Porto*. Porto, 21/08/1906.

Na mesma edição, surge outra notícia («Eleições») na qual foram divulgados os resultados eleitorais em falta no dia anterior (20 de agosto) relativos à cidade do Porto, mais concretamente às assembleias eleitorais dos Congregados e de Paranhos (ambas do Bairro Oriental) e Ramalde (do Bairro Ocidental), bem como dos nomes dos deputados eleitos por cada um destes dois bairros e respetivas votações (as votações dos Congregados e de Paranhos aparecem diluídas na votação total do seu bairro) e com a divulgação, também, de informações relativas a incidentes ocorridos nestas assembleias durante as votações. Há, além disso, na mesma notícia informações relativas a outros círculos eleitorais que não os do Porto mas essas não têm interesse para este trabalho. Na terceira página, surge a notícia «As eleições no Porto» relativa a um telegrama que o chefe do governo à data (João Franco) recebeu da parte da Câmara Municipal do Porto relatando episódios de violência em determinadas assembleias eleitorais e solicitando a tomada de medidas no sentido de impedir a repetição destes episódios em futuros atos eleitorais.

³¹ *O Comércio do Porto*. Porto, 21/08/1906.

O jornal *A Voz Pública*, na sua edição nº 5055, publicou: na primeira página, uma notícia com a informação de que os republicanos haviam conseguido eleger quatro deputados em Lisboa e que o Partido Republicano Português havia mantido a sua votação no Porto, sob o título «A vitória republicana - avante pela República»; ainda na primeira página, uma notícia em que foi divulgado o envio de diversos telegramas por parte de várias entidades do Porto a fim de saudarem os quatro deputados republicanos de Lisboa pela sua recente eleição para o parlamento, sob o título «Saudações - Os deputados republicanos de Lisboa»; na segunda página, uma notícia relativa aos resultados eleitorais em vários outros pontos da cidade e em certas províncias, sob o título «As eleições - as votações da cidade».

Terminada esta viagem pela campanha eleitoral das eleições legislativas de 1906 no Porto, através das páginas de *O Comércio do Porto* e de *A Voz Pública*, chegou o momento de apresentar (com base nas informações recolhidas a partir destes dois periódicos) os resultados eleitorais mais atualizados (uma vez que se encontram dispersos por diferentes edições). Nas tabelas 14 e 15³² é possível observar os resultados nos dois bairros eleitorais da cidade do Porto:

Tabela 14 - Resultados eleitorais no Bairro Oriental da cidade do Porto

Reg.-liberais		Progressistas		Regeneradores		Dissidentes		Republicanos	
Candidato	Vot.	Candidato	Vot.	Candidato	Vot.	Candidato	Vot.	Candidato	Vot.
Amorim Novais	2436	Paulo de Barros	2338	Almeida Navarro	1775	Francisco Fernandes	1949	A. Luís Gomes	1277
Cunha Rola	2370	Carvalho Crespo	2313	Clemente Pinto	1776	_____	_____	Antão de Carvalho	1245
Luís Portocarrero	2332	_____	_____	Sousa Avides	1773	_____	_____	Cerqueira Coimbra	1229
_____	_____	_____	_____	Fernando de Sousa	1765	_____	_____	Xavier Esteves	1253
_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	Teófilo Braga	1244
TOTAL	2379	TOTAL	2326	TOTAL	1772	TOTAL	1949	TOTAL	1250

FONTE: *O Comércio do Porto*. Porto, 20 e 21/08/1906.

³² Os resultados de ambas as tabelas surgem da soma dos valores inscritos nas edições de 20 e 21 de agosto de 1906 de *O Comércio do Porto*. Dito de modo mais rigoroso, após o apuramento da votação individual de cada candidato de cada lista partidária em cada círculo, passou-se à fase seguinte: apurar a votação total de cada lista partidária em cada um dos círculos analisados nas tabelas 14 e 15. Dado que as listas eram «abertas» e não «fechadas e bloqueadas» (o que significa que cada eleitor votava numa lista, podendo eliminar ou substituir alguns dos nomes que figuravam nos boletins de voto distribuídos pelos partidos concorrentes), a votação de cada lista partidária corresponde à média dos votos recebidos pelos nomes que a compõem.

Tabela 15 - Resultados eleitorais no Bairro Ocidental da cidade do Porto

Concentração Liberal		Regeneradores		Republicanos	
Candidato	Vot.	Candidato	Vot.	Candidato	Vot.
Henrique Carlos de Carvalho Kendall	2286	Conde de Paçô Vieira	1927	A. Guerra Junqueiro	978
Adriano Antero de Sousa Pinto	2278	Conde de Castro Solla	1931	Augusto M. Alves da Veiga	978
José Domingues de Oliveira	2321	José A. A. Ferreira de Lemos J.	1939	A. Francisco Coelho	967
Alfredo Ferreira de Matos	2287	José J. Mendes Leal	1914	João José de Freitas	977
Artur Eduardo de Almeida Brandão	2255	João P. R. Santos	1986	José Nunes da Ponte	981
TOTAL	2285	TOTAL	1939	TOTAL	976

FONTE: *O Comércio do Porto*. Porto, 20 e 21/08/1906.

Observemos, agora, os resultados eleitorais para os dois círculos em que se dividia o distrito do Porto em 1906. Na Tabela 16, encontramos os elementos relativos ao Círculo Oriental:

Tabela 16 - Resultados no Círculo Oriental (n.º5) do distrito eleitoral do Porto³³

Concentração Liberal		Regeneradores		Republicanos	
Candidato	Vot.	Candidato	Vot.	Candidato	Vot.
José Novais	8280	Alberto Navarro	6448	Antão de Carvalho	1245
Rola Pereira	8214	Clemente Pinto	6450	Cerqueira Coimbra	1234
Lúis Portocarrero	8176	Sousa Avides	6455	A. Luís Gomes	1277
Paulo de Barros	8182	Fernando de Sousa	6439	Xavier Esteves	1255
Carvalho Crespo	8153	Francisco Joaquim Fernandes	6623	Teófilo Braga	1243
TOTAL	8201	TOTAL	6483	TOTAL	1251

FONTE: *A Voz Pública*. Porto, 22/08/1906.

A informação presente na tabela acima³⁴ vem acompanhada de uma análise. *A Voz Pública* afirma que:

Em face portanto destas votações, foram eleitos pela maioria no círculo n.º 5, os governamentais, srs. José Novais, Rola Pereira, Paulo de Barros, Luís Portocarrero e Carvalho Crespo. Pela minoria o regenerador dr. Sousa Avides, e o dissidente, dr. Francisco Joaquim Fernandes. No círculo n.º 6, eleitos, pela maioria, os governamentais, srs. Dr. José

³³ A mesma explicação vale para a Tabela 16.

³⁴ *A Voz Pública*. Porto, 22/08/1906. Esta edição de *A Voz Pública* não faz parte das edições seleccionadas para análise intensiva no âmbito deste trabalho. No entanto, dado o conteúdo desta notícia, pareceu-me útil incluí-la na presente investigação.

Domingos de Oliveira, Carvalho Kendall, Almeida Brandão e Alfredo Matos e o dissidente, sr. João Pinto dos Santos. Pela minoria, os regeneradores [sic] Ferreira de Lemos e Paçô Vieira. Fica portanto fora da câmara o governamental, dr. Adriano Antero.³⁵

Em suma, consultando os jornais, foi possível saber quais as formações políticas mais votadas no Porto em agosto de 1906 no bairro oriental da cidade (a Concentração Liberal, composta pelos regeneradores-liberais e pelos progressistas, com 2379 + 2326 = 4705 votos), no bairro ocidental da cidade (a Concentração Liberal com 2285 votos) e no círculo oriental (nº5) do distrito do Porto (a Concentração Liberal com 8201 votos).

Em jeito de resumo da análise efetuada às edições de 1895 e 1906 dos dois jornais analisados no âmbito desta investigação, há que referir que talvez o maior número de notícias publicadas por *A Voz Pública* relativamente ao tema das eleições de 1895 (sobretudo estas) e 1906 face ao publicado por *O Comércio do Porto* (monárquico) esteja relacionado com a própria dinâmica da ação contestatária face ao regime monárquico português e propagandística das virtudes do republicanismo que caracterizava este jornal afeto à corrente da esquerda republicana. Penso que se percebe através da leitura destes dois jornais que, apesar de se encontrar críticas à política monárquica nas páginas de *O Comércio do Porto*, este jornal assumiu, ainda assim, uma postura mais suave face ao regime político vigente do que *A Voz Pública*.

De um modo genérico, as notícias sobre a política portuguesa estão concentradas na primeira página destes jornais, podendo estender-se, por vezes, à segunda e, excecionalmente, à terceira.

Relativamente aos temas mais recorrentes em ambos os jornais, há que referir a divulgação de listas de candidatos a deputados pelo círculo do Porto (*O Comércio do Porto* privilegiava as listas monárquicas e *A Voz Pública* as republicanas) e as questões ligadas ao funcionamento das assembleias eleitorais do Porto (preparação para as eleições). Refira-se, ainda, a divulgação de ações partidárias de campanha eleitoral (*O Comércio do Porto* divulgava as do Centro Regenerador-Liberal em 1906 como, por exemplo, conferências e *A Voz Pública* as republicanas que consistiam, essencialmente, sobretudo a partir de 1901, em grandes comícios e jantares mais privados sendo que os notáveis locais eram convidados para esses jantares partidários na sequência de uma tentativa de atração das classes média e alta. Por outro lado, os republicanos confiavam que a adesão popular aconteceria naturalmente sem que houvesse necessidade de lhe prestar uma atenção especial) e a apresentação dos resultados nos dois círculos eleitorais do Porto.

Em relação às abordagens de ambos os jornais a ambas as eleições há que referir que, no que toca à cobertura das respetivas campanhas eleitorais, percebe-se que tanto *O Comércio*

³⁵ *Idem*.

do Porto como *A Voz Pública* forneceram informações muito mais vagas em 1895 do que em 1906. No caso particular de *A Voz Pública*, observa-se uma atitude muito mais aguerrida e interventiva nas edições de 1906 do que nas de 1895, sendo que nestas quase não publica notícias sobre o ato eleitoral (nos dias a seguir ao mesmo), limitando-se a breves e genéricas considerações sobre o mesmo sob a forma de editoriais. Em ambos os periódicos não é só a quantidade de informação veiculada que aumenta de uma eleição para a outra, sucedendo o mesmo com o grau de detalhe da informação, especialmente no que toca aos resultados eleitorais: em 1895 só são divulgados resultados parciais e para o círculo ocidental (n.º 6) do Porto, faltando conhecer os dados de alguns concelhos; em 1906, já se consegue aceder aos dados relativos aos dois bairros administrativos da cidade, por um lado, e aos dois círculos do distrito, por outro (ficando-se com uma imagem global bastante mais nítida).

Conclusão

O contributo mais relevante do presente artigo é o que respeita à comparação da cobertura jornalística das eleições de 1895 e de agosto de 1906 pelos jornais *O Comércio do Porto* (monárquico) e *A Voz Pública* (republicano) bem como à recolha e sistematização dos resultados eleitorais nos círculos do Porto.

A realização da presente investigação foi mostrando, ao longo do tempo, que há várias questões que, com mais tempo disponível para investigar e com recursos, poderiam ser abordadas de forma mais aprofundada. Refiro-me, por exemplo, à estrutura interna dos partidos políticos monárquicos e do Partido Republicano Português (estatutos, hierarquias, modo de funcionamento e pessoas responsáveis pelos centros políticos que serviam para difundir a propaganda partidária), às pessoas que impulsionavam as estruturas republicanas do Porto, às diferenças ideológicas entre os diversos partidos da monarquia e entre estes e o PRP, ao modo exato como funcionavam as assembleias eleitorais e até que ponto o cumprimento da lei eleitoral se verificava nas mesmas (e quem fiscalizava esse cumprimento). Considero que seria igualmente interessante perceber em pormenor quem eram os homens (percursos académico, político, profissional e familiar) que aceitaram candidatar-se a deputados pelo círculo do Porto em ambas as eleições legislativas pelos vários partidos políticos que concorreram a um lugar na Câmara dos Deputados, tudo com vista a tentar compreender o que os motivou a enveredar pela carreira política (dinheiro? Estatuto social? Dedicção genuína à causa pública? Vontade de afirmação pessoal?).

De qualquer modo, foi possível através das fontes, tanto de *A Voz Pública* como de *O Comércio do Porto*, saber um pouco mais sobre a história das eleições de deputados de 1895 e

de 1906, tal como elas foram vividas no Porto, quer cidade quer enquanto círculo eleitoral, e perceber a forma como dois jornais de polos ideológicos opostos se comportaram editorialmente perante os acontecimentos políticos em análise. Tudo isto tendo em mente que outros atos eleitorais (que não os acima mencionados) poderiam ter sido escolhidos para abordagem, caso das eleições legislativas de 1899, em que os republicanos venceram no Porto, beneficiados pelos danos eleitorais provocados nos partidos da Monarquia pela gestão da crise sanitária que teve lugar nesse mesmo ano na cidade.

Nas páginas dos periódicos ficou bem patente a vivacidade e o clima de efervescência político-social a que o Porto não ficou indiferente no período conturbado do reinado de D. Carlos que corresponde *grosso modo* ao do ocaso da Monarquia Constitucional portuguesa. O republicanismo esteve bastante ativo na região com os comícios que serviram de instrumento de propaganda eleitoral e com um órgão de comunicação social oitocentista/novecentista tão ativo como *A Voz Pública*. Não deixa de ser assinalável a tendência que o Porto foi tendo ao longo do tempo para estar, política e socialmente, na vanguarda (quer pelo seu papel nas guerras liberais portuguesas de inícios de oitocentos, quer no fim do século com a tentativa de revolta republicana de 1891, duas décadas antes da revolta republicana vitoriosa de Lisboa, em 1910).

Fontes

Fontes hemerográficas

A Voz Pública. Porto, 19 e 24 de outubro/ 5, 17 e 19 de novembro de 1895 e 16, 17, 19, 20 e 21 de agosto de 1906.

O Comércio do Porto. Porto, 19 e 24 de outubro/ 5, 17 e 19 de novembro de 1895 e 16, 17, 19, 20 e 21 de agosto de 1906.

Estudos

ALMEIDA, Pedro Tavares de – *Legislação Eleitoral Portuguesa: 1820-1926*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1998.

CATROGA, Fernando; ALMEIDA, Pedro Tavares de (coord.) – *Res Publica: Cidadania e Representação Política em Portugal (1820-1926)*. Lisboa: Biblioteca Nacional/ Assembleia da República, 2010.

LEAL, Manuel M. Cardoso – “A primeira experiência de representação orgânica no Parlamento em Portugal (1895-1897)”. *Estudos do Século XX*. [Em Linha] Coimbra. N°

16 (2016), pp. 25-39. Disponível em WWW:<URL:https://doi.org/10.14195/1647-8622_16_2>.

LEAL, Manuel M. Cardoso – “Eleições na Monarquia Constitucional: governos, partidos e opinião pública (1852-1910)”. *Revista da FLUP: História*. [Em Linha] Porto. IV Série, vol. 9, nº 2 (2019), pp. 36-61. Disponível em WWW:<URL:<https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/6596>>.

LOPES, Fernando Farelo – “Caciquismo e Política em Portugal. Uma perspectiva sobre a Monarquia e a I República”. *Sociologia – Problemas e Práticas*. [Em Linha] Nº 9 (1991) pp. 127-137. Disponível em WWW:<URL:<http://hdl.handle.net/10071/1234>>.

MALTEZ, José Adelino – *Eleições de 1895*. Maltez [Em linha]. [s.l]: Maltez, 2007. [s.num.].

Disponível em WWW:<URL:http://maltez.info/respublica/portugalpolitico/eleicoes_portuguesas/1895.htm>.

MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) – “Portugal da Monarquia para a República”. In SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (dir) - *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, vol. XI.

MÓNICA, Maria Filomena – “As Reformas Eleitorais no Constitucionalismo Monárquico, 1852-1910”. *Análise Social*. [Em Linha] Vol. XXXI, n.º 131 (1996) pp. 1039-1084. Disponível em WWW:<URL:<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223396410E4cIS9bh9Gh98WL9.pdf>>.

PROENÇA, Maria Cândida – *D. Manuel II*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2005, p. 35-36.

RAMOS, Rui (coord.) – A Segunda Fundação (1890-1926). In José Mattoso (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, vol. 6, 1994.

RAMOS, Rui – *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.

SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971, vol. IV, p. 2-8

Omni Tempore – Atas dos Encontros da Primavera 2020

Porto / 2021

Capa+391 páginas